

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — Telefax: (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

PRESSUPOSTOS MENTAIS DO CULTO DOS MORTOS

JOSÉ MATTOSO*

Para interpretar correctamente os dados fornecidos por uma investigação arqueológica sobre as necrópoles de qualquer época será sempre necessário ter em linha de conta os pressupostos mentais subjacentes ao culto dos mortos. Sem pretender invadir o terreno dos antropólogos, nem o dos historiadores da religião (mas procurando, ao mesmo tempo, colher os seus ensinamentos), gostaria de apresentar algumas considerações de carácter geral sobre o culto dos mortos, em particular aqueles dos seus elementos que têm uma incidência mais directa sobre as práticas funerárias, como contributo essencial para a história das mentalidades. Situo-me, para isso, do ponto de vista ocidental. Interessam-me particularmente os elementos que explicam as práticas funerárias cristãs, mas sem excluir uma tentativa de os interpretar à luz de pressupostos universais; estes são, pelo contrário, a maior parte das vezes, a chave do verdadeiro sentido a dar aos rituais, no seu conjunto e nas suas particularidades. São os pressupostos universais que devem orientar a interpretação das soluções próprias de uma determinada cultura e não o contrário. Apresentar aquilo que creio serem os pressupostos universais e a maneira como são interpretados pela civilização ocidental — tal é o objectivo das linhas que se seguem. É evidente o seu carácter ensaístico. Consequentemente, a grande dose de incerteza e de provisoriedade das reflexões aqui apresentadas.

* Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

Comecemos por reflectir naquilo que os mortos representam para os vivos, numa sociedade dominada pelo pensamento simbólico e pelas práticas rituais.

O culto dos mortos pressupõe, antes de mais, que eles não são atingidos por um aniquilamento total: passam a fazer parte de um mundo invisível, regido por leis cuja compreensão escapa ao comum dos homens. O seu desaparecimento e a decomposição do seu cadáver não significam apenas a morte em si mesma, mas sobretudo a passagem a outra forma de existência. Não necessariamente uma existência individual, tal como a viriam a conceber os cristãos, sobretudo a partir dos séculos XI e XII — quando começam a interpretar o dogma da ressurreição dos corpos como uma reanimação do corpo individual, com os caracteres específicos que o distinguem do de qualquer outra pessoa —, mas sobretudo como uma outra vida em que se tornam os sujeitos de forças e de acções de origem invisível. A existência

invisível dos mortos tornar-se-ia, mesmo, um dos elementos fundamentais da explicação e de «compreensão» das forças que se verifica existirem no mundo físico e cuja actuação permanece misteriosa para o homem.

Esta identificação dos mortos com potências ocultas aproxima-se, numas culturas, das forças anímicas que presidem à fecundidade da terra, dos animais e dos homens; noutras ao sucesso e à boa sorte; noutras ainda ao bem e ao mal. Nas primeiras, atribui-se à acção dos mortos o aparecimento material de novas vidas, sobretudo no seio da família que eles deixaram; essa crença poderá estar na base daquela doutrina a que se viria a chamar, em sistemas mentais e em religiões mais evoluídas, e até com justificações teológicas, a «reincarnação». Mas surge em várias culturas como um íntimo relacionamento da vida com a morte, ou seja como uma força vificadora e regeneradora atribuída aos mortos, quer estes se concebam como um todo mais ou menos indefinido, quer como o conjunto dos antepassados.

Noutras culturas parece prevalecer o relacionamento dos mortos com o sucesso, a boa ou má sorte, a prosperidade ou o infortúnio. É evidente que o acento posto sobre este aspecto da influência dos mortos sobre o destino dos homens se situa numa área imediatamente contígua à anterior, visto que a fecundidade é a expressão mais imediata e mais biológica do sucesso, da boa sorte e da prosperidade, e que a preservação da vida é condição essencial do sucesso. Como é evidente, porém, estes conceitos acabam por prevalecer em áreas culturais mais complexas, mais evoluídas ou mais diversificadas. O culto dos manes e lares na Roma antiga está evidentemente imbuído destas crenças.

Noutras culturas, ainda, as forças identificadas com os mortos aproximam-se mais

do domínio do bem e do mal, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista moral. Os mortos, benfazejos ou malfazejos, conforme a sua acção produz efeitos positivos ou negativos, seriam os responsáveis pelo que de bem ou de mal acontece aos homens. Estamos, de novo, num domínio contíguo do anterior, mas mais próximo de concepções antropomórficas do invisível, sobretudo na medida em que personifica a actuação das forças da natureza e as explica concebendo o mundo invisível à imagem e semelhança da sociedade humana. Os mortos seriam, com efeito, como que a personificação de forças maléficas ou benéficas, ou de ambas, conforme decidissem castigar ou premiar os vivos. Uns mortos seriam intrínsecamente malfazejos, como os homens ou mulheres criminosos e perversos deste mundo; outros radicalmente bons, como os bons patriarcas, as boas mães ou os bons chefes, e os homens e mulheres virtuosos da sociedade visível. É evidente a contiguidade de conceitos que presidem ao imaginário acerca da acção positiva ou negativa dos bons e maus mortos com aqueles que presidem ao imaginário acerca dos demónios, por um lado, e dos anjos e os deuses, por outro. A construção mental do reino dos mortos projecta no Além as estruturas morais da sociedade.

Como é evidente, também, esta concepção acerca da acção dos mortos sobre o mundo visível constitui um dos principais fundamentos de todas as crenças religiosas. Por um lado, inspira as noções de bem e de mal e as prescrições morais que incitam a praticar o bem e evitar o mal. Por outro determina as funções atribuídas aos especialistas do contacto com os mortos (ou com o invisível e as forças nele situadas) — os chamanes, os feiticeiros, os sacerdotes, os gurus, os monges, o clero em geral —, nomeadamente o privilégio da definição daquilo que é o bem e daquilo que é mal, como aquilo que agrada ou desagrade aos mortos, às potências sagradas ou aos deuses. Em terceiro lugar, inspira as acções rituais por meio das quais os homens tentam influenciar as potências invisíveis, ou seja os actos de culto e a liturgia. Com efeito, partindo do princípio que os mortos se comportam como os homens, e sobretudo como os homens poderosos, os rituais destinam-se, em última análise, a captar a sua benevolência. Como é evidente, utilizam processos simbólicos de restabelecer a harmonia do mundo, ameaçada ou afectada pelo mal, neutralizam a força destruidora do sagrado ou a perversidade dos espíritos malignos, protegem contra as ciladas dos demónios, ou, se se preferir, dos mortos que se vingam nos vivos dos seus infortúnios, e que prolongam a sua vida criminosa para além da morte.

O imaginário acerca do mundo dos mortos não se baseia apenas na concepção de forças invisíveis identificadas com os homens e mulheres que deixaram a companhia dos vivos, nem apenas na atribuição ao mesmo mundo do comportamento habitual dos poderosos (com todas as variantes de bondade, perversidade ou arbitrariedade), mas também, sobretudo em sociedades mais evoluídas, nas experiências dos estados oníricos ou visionários. Nesse caso,

os mortos aparecem como sombras ou espectros, enviam as suas recomendações e mensagens através de sonhos, provocam terrores ou revelam coisas escondidas. Embora, no imaginário que releva de uma experiência psicológica individual baseada num contacto (real ou fictício) com os mortos, prevaleça a sensação de medo, registam-se também relatos que acentuam a experiência contrária. Não admira que estes tenham como protagonistas os bons mortos (ou os anjos e santos) e aqueles os maus mortos (ou as almas penadas, os condenados e os demónios). Mas pode também acontecer que o morto apareça para transmitir uma mensagem ou dar uma ordem, e nesse caso o terror que inspira resulta da especial autoridade de que é revestido, ou seja dos terríveis poderes de decretar a vida ou a morte. Nesse caso, o terror não vem da sua bondade ou perversidade mas das convicções acerca dos seus poderes ocultos e sagrados. A sensação de medo, no entanto, parece prevalecer de longe sobre a de protecção ou de consolação, uma vez que se parte do princípio que o morto traz normalmente a morte consigo. O contacto com ele é, portanto, especialmente perigoso.

Daí a infinita variedade de rituais que procuram administrar o duplo sentido da relação com os mortos: presidem à reprodução da vida mas também transmitem a morte. Os rituais do culto dos mortos destinam-se, portanto, a captar a sua benevolência, mas ao mesmo tempo a marcar uma fronteira tão intransponível quanto possível entre o seu reino e o reino dos vivos. Assim, por exemplo, o luto, ao marcar ou isolar os parentes que estavam mais próximos do morto, destina-se justamente a separá-los dos vivos, até que se dissipe o perigo da contaminação de morte que eles podem transmitir (não se trata, evidentemente, de uma noção biológica da contágio); as crenças acerca das almas penadas, que são propriamente aquelas que não conseguem encontrar repouso, ou seja que não ingressaram no convívio com os antepassados, resultam sobretudo de elas serem como que mortos que não estão totalmente mortos, e que por isso, ao permanecerem na fronteira entre este mundo e o outro, perturbam e aterrorizam os vivos. É por isso que os vivos se preocupam tanto com a salvação eterna dos finados, particularmente dos seus familiares: a salvação é, afinal de contas, o repouso eterno, ou seja, a ausência de inquietação, a garantia que o morto não precisa de afligir os vivos e que o sono eterno lhe traz a propensão para a benevolência. O medo dos mortos suscita também uma grande quantidade de rituais que consistem, de alguma maneira, em imobilizar o cadáver (decapitá-lo, atar-lhe as pernas, pregar-lhe os pés, amontoar pedras sobre a sepultura, colocar lages sobre o túmulo, etc.), em provocar a saída imediata do seu espírito, em impedir que o seu espírito regresse ao corpo, tapando cuidadosamente todos os seus orifícios, etc. As próprias práticas de louvor do morto, as oferendas, os cuidados de ornamentação do túmulo, podem, consciente ou inconscientemente, ter como razão última o desejo de que o morto permaneça quieto e contente para não perturbar os vivos.

A preocupação com a delimitação da fronteira entre mortos e vivos levou em várias civilizações a situar os cemitérios e necrópoles fora dos lugares habitados. É a expressão mais clara desse cuidado. Noutras, porém, nomeadamente na ocidental, desde a Idade Média até ao século XIX, prevaleceu o hábito de sepultar os mortos (pelo menos aqueles que têm poder suficiente para escolher o local do enterramento) nas igrejas, como forma de garantir a salvação da alma por meio da proximidade com o sagrado. As igrejas inicialmente procuradas para os enterramentos cristãos eram as basílicas onde repousavam as relíquias dos mártires, que, por serem igrejas tumulares, se situavam frequentemente fora da cidade. Mais tarde as relíquias dos santos foram também colocadas em igrejas urbanas. A afluência de sepulturas *ad sanctos* fez com que só os mais poderosos, ou as autoridades eclesiásticas conseguissem ficar dentro da igreja. O comum dos fiéis ficava no adro, que era ainda considerado recinto sagrado. A aparente anomalia que constitui o enterramento no interior do espaço habitado explica-se, neste caso, pela convicção de que a proximidade física com o sagrado garantia a salvação da alma. A grande quantidade de rituais que a Igreja criou para envolver os seus mortos com a protecção divina criou a convicção de que eles faziam parte dos eleitos e portanto, em vez de ameaçarem os vivos, cuidavam da sua protecção. O medo da morte física transferiu-se para o medo da morte espiritual, de que os espíritos malignos eram portadores. Só os mortos em pecado são verdadeiramente ameaçadores.

Estes pressupostos permitem compreender melhor o sentido dos rituais que materializam o culto dos mortos. Os mais importantes creio se podem agrupar em cinco categorias, conforme se destinam: a evitar a

contaminação do reino dos vivos pelo reino dos mortos; se concentram no acto de passagem da vida para a morte; procuram garantir o destino final do morto; tentam impedir que a morte afecte a transmissão do poder; procuram conseguir a preservação da memória. Como se verá ao tratar de cada conjunto, esta classificação não consegue criar grupos estanques. Há muitos rituais que podem exercer funções duplas ou triplas; a ambivalência das crenças que mencionámos antes e a contiguidade entre os conceitos de medo do morto e de captação da sua benevolência são noções que explicam a pluralidade de sentidos da maioria dos rituais.

Já mais acima demos alguns exemplos claros de rituais destinados a estabelecer a maior separação possível entre a vida e a morte. Nalguns casos, porém, o seu significado não é evidente. Tomemos, por exemplo, o sentido das prantos, das lamentações ou do recurso a carpideiras. Aparentemente, e na interpretação moderna, trata-se de uma forma de exprimir tristeza, de patentear emoções de aflição pela perda do morto. Um estudo mais atento não confirma este sentido. Assim, as crónicas medievais que acentuam até ao paroxismo as manifestações de aflição por ocasião da morte dos reis sugerem que estas se destinam como que a esconjurar ou neutralizar a perturbação cósmica e social que ela normalmente traz ou pode trazer; a sua intensidade deveria ser tanto maior quanto maior fosse a ameaça de perturbação trazida pela morte. Sendo assim, trata-se, de novo, de uma forma de defesa contra a ameaça de desordem e de desagregação que a perda de um membro traz ao grupo a que ele pertencia; como é evidente, a ameaça é tanto maior quanto mais importante era a função que ele exercia no seio do grupo.

Podem, decerto, interpretar-se no mesmo sentido práticas tais como o silêncio que se

impõe aos participantes nos funerais, a abstenção de actividade sexual durante o luto, a condenação das segundas núpcias da viúva, o toque dos sinos nas exéquias ou o fechar os olhos dos recém-falecidos. O silêncio representa uma forma de paralização da vida, ou de concentração das forças vitais num momento em que a morte ronda a comunidade. A abstenção de actividade sexual impõe-se para que ela, no momento em que a morte se aproxima, em vez de transmitir a vida, não propague a morte. A condenação das segundas núpcias da viúva (como acontecia com as rainhas dos visigodos) destina-se a evitar a mesma eventualidade. O toque dos sinos baseava-se na crença de que o seu timbre afastava os espíritos malignos que acorriam junto dos cadáveres. O fechar os olhos dos recém-falecidos decorria da ideia, especialmente evidente em lendas germânicas e nórdicas, de que o seu olhar era mortífero. Em suma, os rituais das exéquias estão cheios de elementos que se destinam a evitar a contaminação da morte e a garantir a manutenção da vida da comunidade afectada pelo desaparecimento de um dos seus membros.

Os rituais que procuram intervir positivamente no processo de passagem da vida para a morte têm, em última análise, o mesmo sentido. Mas resultam mais directamente de crenças que não interpretam essa passagem como um processo imediato mas gradual. A passagem seria como que uma viagem, e até uma viagem longa, cheia de peripécias e de perigos. Estas crenças têm dois aspectos muito concretos: a de que o espírito não abandona imediatamente o corpo depois da morte; e a de que o morto só o é verdadeiramente quando termina a decomposição do cadáver e se reduz a ossos. O perigo de perturbação dos vivos pelo «morto» torna-se, portanto, especialmente grande durante esse período de transição. Impõem-se as preces propiciatórias que lhe trazem o sossego, especialmente em fases consideradas críticas, com ao fim do terceiro dia, do sétimo, do trigésimo, do quadragésimo, ou do aniversário. Com efeito, relacionavam-se com estes períodos as fases de decomposição do cadáver e de afastamento progressivo do espírito para o mundo invisível. Trazia a identificar-se a redução a ossos com a entrada final do morto na comunidade indiferenciada dos antepassados, em que ele, pelo menos em certas culturas, perdia a sua identidade individual. Como é evidente relacionam-se com estas crenças os rituais em torno da exumação e transladação dos ossos, o culto das relíquias (que podem não ser só de santos, como acontece com as cabeças de «saludadores»), a reunião de ossários (em que os esqueletos ou caveiras se misturam numa multidão indiferenciada). O exame destas práticas, mais frequentes e importantes em certas culturas, mostra que elas não têm nada de macabro.

Também se devem associar a tais crenças todos os rituais que se destinam a garantir a passagem feliz do «morto» através dos grandes perigos que o ameaçam até chegar ao seu destino. São as orações e sacrifícios que o ajudam a triunfar das suas provações, ou que contribuem para o pacificar, como as preces pelas «alminhas», os sufrágios pelas almas do purgatório, a invocação

dos anjos «psicopompos» (que conduzem as almas ao céu ou que as protegem contra as investidas do demónio), as bênçãos dos sepulcros, assim como aqueles rituais, já referidos, que tendem a imobilizar o cadáver. Estes últimos são especialmente necessários quando o falecido ou a falecida tinha poderes especiais de carácter oculto, como acontecia com as bruxas e feiticeiros, ou quando se tratava de um criminoso, de um suicida ou de alguém morto inesperadamente num acidente, cujas almas eram especialmente inquietas e perturbadoras. Refiram-se, ainda, as preces e rituais em torno de locais especialmente frequentados por almas penadas, como se julgava serem as encruzilhadas dos caminhos e as pontes. Como é evidente, estes rituais tendem a proliferar e a multiplicar-se em variantes que se vão alterando ao sabor da evolução das crenças sobre o destino das almas no outro mundo e sobre a eficácia dos rituais propiciatórios.

Como se vê, este tipo de rituais está muito próximo daqueles que se relacionam com o destino eterno dos mortos. A preocupação com ele deu lugar a uma grande quantidade de costumes que ora tendem a garantir o mais possível um destino feliz e tranquilo, ora, partindo do princípio que ele está já adquirido por certos mortos, os consideram como protectores dos vivos ou como aqueles que podem abrir o caminho da salvação para quem os venera. No primeiro caso, contam-se toda a variada gama de preces e sacrifícios pelos mortos, desenvolvidos sob a forma de sufrágios, ofícios dos defuntos, missas de aniversários, memórias dos mortos no ofício de Prima, celebração do dia de Finados e outros actos litúrgicos do mesmo género. Como se sabe, os cluniacenses desenvolveram enormemente este tipo de celebrações, tornando-se como que os intermediários especializados na relação entre vivos e mortos. O papel que, neste sentido, começaram a desempenhar, sobretudo a partir do século XI, veio a eliminar de vez o culto familiar dos mortos até aí ainda praticado pelos leigos, sob formas hoje já difíceis de reconstituir. Estas poderiam estar imbuídas de influências pagãs, e por isso tomaram formas consideradas supersticiosas pelo clero oficial. Ao reservar-se para os clérigos e religiosos o papel de intermediários entre o vivos e os mortos, abriu-se o caminho para a degradação ainda maior que a feitiçaria passou a constituir. Os leigos, porém, não abandonaram por completo a iniciativa do culto dos mortos. Foi esse, mesmo, o objectivo principal de uma grande quantidade de confrarias. Muitas delas destinavam-se a garantir a celebração condigna dos funerais e exéquias dos seus membros, alguns sufrágios e a celebração de banquetes anuais em memória dos confrades falecidos.

O banquete em memória dos defuntos era uma prática muito corrente no mundo mediterrânico antigo e persistiu com uma impressionante resistência na mesma área cultural, apesar das reticências e censuras de alguns Padres da Igreja, como Santo Agostinho. Como se sabe, os banquetes celebravam-se no cemitério, junto à campa do defunto, sobretudo no aniversário da morte. Mas praticavam-se também no dia do funeral. Deram lugar ao bodo aos pobres, de

que existem ainda numerosas reminiscências em meios populares. Deram também lugar às «pitanças» das comunidades monásticas, para as quais os defuntos deixavam bens cujo rendimento devia ser aplicado a esse fim. Todas estas práticas se destinavam a sossegar o morto, ou seja a contribuir para o seu repouso eterno.

A respeito de certos mortos, porém, a comunidade dos vivos está de tal modo segura da sua salvação, que os considera os melhores intercessores para obter protecção neste mundo ou no encaminhamento para o outro. Deixando de lado todas as práticas que tomam a forma de culto dos santos, interessa aqui, sobretudo, referir outras mais directamente relacionadas com o culto dos mortos. É o que acontece, por exemplo, com o costume, já referido, de se fazer enterrar *ad sanctos*, isto é, junto do túmulo de um mártir, como forma de lhe ir fazer companhia no Céu. Este costume, tão frequente na Igreja dos primeiros séculos não significa apenas que a proximidade do corpo traz consigo a proximidade da alma, mas sobretudo, num pensamento mais evoluído, mas muito corrente na cultura ocidental da alta Idade Média, que o enterramento junto ao altar de um santo era um sinal da solidariedade que unia os membros de uma mesma comunidade. A ideia da solidariedade dos membros do grupo como garantia de salvação inspirou os enterramentos nos cemitérios monásticos e nos claustros (muitas vezes pagos à custa de generosas doações) e também a ideia de que todos os membros de uma comunidade que persistissem nela até à morte seriam salvos, ainda que tivessem cometido faltas graves, embora tivessem de ser purificados pela penitência neste mundo ou pelo purgatório no outro. Tal é o pensamento repetidamente expresso por S. Bernardo. Esta convicção viria a evoluir para

a crença de que todo aquele que morresse com o hábito de uma determinada ordem religiosa seria salvo. Várias ordens do séculos XVI e XVII espalharam esta ideia em seu próprio benefício. Assim se generalizou o costume do enterramento com o hábito de uma ordem religiosa, que se praticava habitualmente nos séculos XVII e XVIII, sendo o hábito preferido o franciscano. Muito antes disso, porém, pode encontrar-se uma manifestação do sinal da solidariedade entre os mortos nas necrópoles e cemitérios destinados aos membros de uma colectividade ou de uma comunidade e muitas vezes delimitados por um recinto que acentua a configuração do grupo. Inversamente, pode-se assim compreender a impressão que causaria aos homens e mulheres da Idade Média a sentença da excomunhão e o enterramento fora de um lugar sagrado. O indivíduo assim excluído não só deixa de beneficiar da solidariedade dos seus semelhantes, mas também é entregue sem defesa aos poderes perversos dos espíritos malignos.

De facto, o destino eterno podia ser o castigo perpétuo. Como é evidente, os rituais conhecidos têm como fim evitá-lo, ou evitar o contacto com aqueles que têm de o sofrer. O mundo antigo ocidental não insiste muito nas crenças acerca da condenação eterna. Parece ter sido por influência oriental que essa crença se difundiu no ocidente, sobretudo depois de se ter tornado uma das doutrinas fundamentais do Cristianismo. A crença nas almas inquietas que perturbam os vivos por terem morrido de morte violenta, por serem culpados de grandes crimes ou por não terem beneficiado dos rituais funerários prescritos, veio todavia a contaminar o imaginário acerca do inferno e mais tarde do purgatório. Há uma evidente contiguidade entre o pensamento acerca das almas inquie-

tas, dos espíritos malignos e dos demónios. Criaram-se numerosos rituais para evitar o contacto com eles ou para o homem se defender dos seus malefícios: a água benta, o sal, a maioria das bênçãos, os exorcismos, o sinal da cruz. Nestes rituais, veio a prevalecer a ideia de que não se justificavam por serem uma defesa contra a morte, mas por afastarem os espíritos demoníacos. Mas não se podem também deixar de referir os rituais, nunca aprovados por nenhuma religião maioritária, mas efectivamente praticados, e que se podem incluir no conceito de «necromancia». São aqueles que se baseiam na invocação dos espíritos dos mortos, independentemente de eles serem bons ou maus, para captar os seus poderes, nomeadamente para a adivinhação e para a magia negra ou maléfica. A crença nos poderes que assim se podem adquirir era muito profunda, e épocas houve, por exemplos os séculos V e VI, em que se encontram referências tão numerosas a elas, que se tem de admitir a sua frequência.

A necromancia foi sempre condenada e perseguida, mesmo pelas leis civis, porque os poderes adquiridos por meio dela eram considerados intrinsecamente destruidores. Mas a morte foi também ocasião privilegiada da celebração de poderes, esses, porém, exercidos em favor da vida, ou melhor, da preservação da colectividade. Quero-me referir à solenização da morte dos poderosos. Já mais acima me referi a este aspecto, a propósito das lamentações. O tema, porém, é muito mais vasto. Para se compreender a função e a razão de ser desta solenização, tem de se lembrar de novo que, se a morte de alguém perturba os membros da sua família, a morte de um chefe afecta todos os membros da colectividade que confiava nele, que ele defendia, que ele conduzia e orientava, à qual garantia a coesão e a subsistência. Daí o pânico que a sua morte pode trazer. O antídoto contra tais ameaças consiste na garantia da sucessão, pouco importa por que meios (hereditária, electiva, carismática, etc.). É, por isso, normalmente, o sucessor que toma a iniciativa da solenização das exéquias ou que exalta a memória do antecessor, como forma de se ligar a ele, para afirmar a continuidade, para reivindicar poderes semelhantes ou para tranquilizar a colectividade. Por isso, as exéquias dos chefes são tantas vezes manifestações grandiosas e espectaculares de poder, de solenidade, e de participação de grandes multidões.

A afirmação da perpetuidade ou da continuidade do poder, todavia, não se faz apenas por meio de rituais, mas também por meio de monumentos. Tal é a função dos túmulos, desde a sua forma mais simples, com a escultura pre-histórica do guerreiro com as suas armas, até aos templos e pirâmides do Egipto. Como é evidente, existem muitos níveis e espécies de poderes, e por isso a solenização da memória dos mortos por meio dos monumentos funerários é extremamente variada. Neste domínio, revelam-se, em paralelismo perfeito com os meios de representação a que recorre a sociedade dos vivos, os processos de marcar nos monumentos funerários as diferenças sociais ou de grupo.

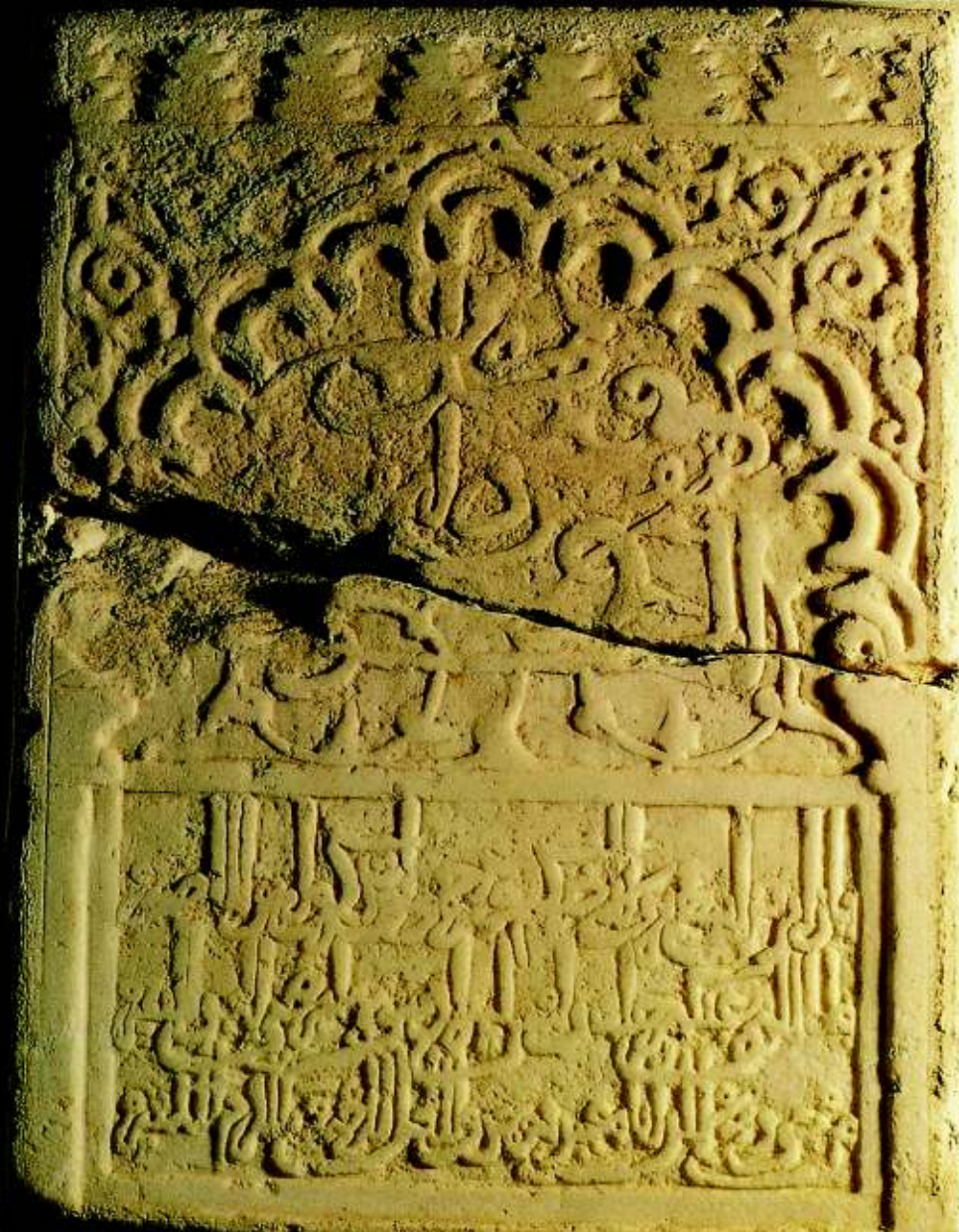
Neste caso, tal com nos anteriores, verifica-se uma transição insensível de uma categoria de práticas e de rituais, para uma outra categoria dos mesmos. É o que acontece ao passar da solenização do poder para a solenização da memória. De facto, as práticas que pretendem lembrar a perpetuidade do poder baseia-se muitas vezes na celebração da memória. Quando o poder não é tão evidente, prevalece, é claro, a segunda e não a primeira. A forma mais corrente consiste em fazer dos túmulos monumentos comemorativos: as estátuas que retratam ou evocam os mortos, as inscrições em seu louvor ou que se destinam e lembrar os seus feitos, a representação iconográfica dos instrumentos com que trabalhava em vida ou das suas insígnias e distintivos (os brasões, as armas dos guerreiros, a coroa do rei), mas também, entre os romanos, as máscaras mortuárias usadas em cerimónias evocativas dos defuntos, e, entre vários povos, os discursos em louvor do defunto, a menção do seu nome (por exemplo nos rolos dos mortos, nos séculos XII e XIII; nas missas de sufrágio, até aos dias de hoje). O facto de se acreditar que o louvor do defunto e o cuidado em preservar a sua memória lhe trazem a felicidade ou a tranquilidade, faz com que aquele ou aqueles que promoveram essa celebração queiram também registar os méritos e os custos desse esforço, como que para reivindicarem o direito a uma recompensa. A ideia de que existe um verdadeiro comércio entre a comunidade dos vivos e a comunidade dos mortos sustenta

essas práticas e inspira uma grande quantidade de variantes na expressão da mesma intenção.

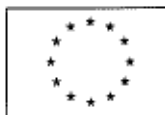
No fundo, quase todos os elementos e manifestações do culto dos mortos se baseiam na convicção de que os seus poderes misteriosos podem ser captados por meio do culto: os vivos prestam-lhes homenagens e sacrifícios e eles retribuem com a sua protecção. O comércio e a troca de favores, porém, não significam promiscuidade. Os mortos e os vivos devem estar separados para que a morte não destrua nem ameace a vida. O verdadeiro culto dos mortos exclui toda e qualquer espécie de necrofilia ou mesmo de macabro. O culto dos mortos representa uma das mais persistentes formas da luta que a humanidade sempre travou contra a morte.

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

A PRELIMINARY ANALYSIS OF THE PALEOCHRISTIAN AND ISLAMIC CEMETERIES OF ROSSIO DO CARMO, MÉRTOLA, PORTUGAL

GARNETT P. McMILLAN*

INTRODUCTION

During the summer of 1993 the Paleochristian and Islamic skeletal series from the site of Rossio do Carmo were analyzed. This initial study focused on issues of demographic changes that are thought to have occurred following the Islamic invasion of the Iberian Peninsula. Since there is a considerable diversity of opinion on this subject, this analysis was performed in order to gain direct information concerning the biological aspects of these changes. This analysis is directed towards answering such questions such as who was responsible for the Islamic occupation of the Iberian Peninsula, how did these populations adapt to local circumstances, and how does the biological evidence compare to archaeological interpretations (see Dinsmore 1994 for a detailed summary of previous research on this subject).

Skeletal series from before and during the Islamic occupation of Mértola were examined for age-sex characteristics and for representation of discrete traits of the cranium. The demographic information is necessary in order to develop life table models which provide estimates of the vital rates of the archaeological populations. These vital rates can be used in comparison with historical and archaeological information which assert different kinds of

population growth patterns, as well as to evaluate variations in adaptedness of the medieval populations of Mértola. Discrete traits were used to test for genetic divergence between the Paleochristian and Islamic populations of Mértola, and to evaluate the kind and extent of population movements that are thought to have occurred during the Islamic invasion.

MATERIALS

The skeletal series subjected to analysis are from the site of Rossio do Carmo originally excavated in the late 19th century by Estacio de Veiga (Macias 1993). Recent excavations by the Campo Arqueológico de Mértola (CAM) in the 1980's and early 1990's uncovered parts of a basilica structure, associated burials, and an Islamic cemetery. Burials excavated from the site were given in-field age, sex, and gross pathological

* The University of New Mexico – The Department of Anthropology – Albuquerque, New Mexico 87131-1086, Bitnet, GNET@CARINA.UNM.EDU.

diagnosis by José Carlos and Carlos Pedro of the CAM.

The Paleochristian and Islamic series were distinguished on the basis of stratigraphy and differences in mortuary ritual. Burials located within the basilica, excavated into the schist bedrock, and in extended position on their backs were assigned to the Paleochristian cemetery. Burials from this period were also oriented in an East-West direction (Macias 1993: 53, fig. 19). Burials of the Islamic cemetery were designated by their semi-flexed to tightly flexed body position and head orientation looking east. Some burials were ascribed to the Islamic period as they were excavated into the roof tile layer comprising the fallen roof of the Paleochristian basilica. Furthermore, Islamic burials were not distributed with regard to the organization of the basilica. A total of 57 Paleochristian burials and 44 Islamic burials were analyzed.

In general, this region of Portugal is characterized by extremely acid soils allowing very poor bone preservation. The skeletal materials used in this analysis varied from excellent to extremely poor preservation. In some cases, burials were excavated without revealing any intact skeletal elements and only shadows of bone splinters remained to identify the presence of the burial.

ANALYTICAL METHODS

Genetic Distance

All individuals were subjected to identification of presence or absence of discrete traits of the cranium. Traits identified are presented in table 1. Frequencies of these traits were used to calculate genetic distance (Green and Suchey 1976) between the Paleochristian and Islamic series.

TABLE I

Discrete Traits of the Cranium Used in the Analysis

Bregmatic Ossicle	RT Ossicle at Asterion
Coronal Ossicle	LT Ossicle at Asterion
RT. Sup-Orbit Foram Complete	RT Ossicle in Mastoid Suture
LT. Sup-Orbit Foram Complete	LT Ossicle in Mastoid Sut
RT Front Notch	RT Petrosquamous Suture
LT Front Notch	LT Petrosquamous Suture
RT Front Foram	RT Mastoid Foramen
LT Front Foram	LT Mastoid Foramen
RT Zygo Foram	RT Mastoid Foram Extra-sutural
LT Zygo Foram	LT Mastoid Foram Extra-sutural
RT Access Zygo Foram	Palatine Torus
LT Access Zygo Foram	RT Accessory Lesser Palatine Foram
RT Os Japonicum	LT Accessory Lesser Pal
LT Os Japonicum	Pharyngeal Fossa
RT Suture into Infra-orbit	RT Foramen Ovale Complete
LT Suture into Infra-or	LT Formamen Ovale Complete
RT Zygo-Max Tubercle	RT Foramen Spinosum Open
LT Zygo-Max Tubercle	LT Foramen Spinosum Open
RT Max Torus	RT Double Condylar Facet
LT Max Torus	LT Double Condylar Facet
RT Epiteric Bone	RT Posterior Condylar Canal
LT Epiteric Bone	LT Posterior Condylar Canal
RT Fronto-Temp Artic	RT Hypoglossal Canal Double
LT Fronto-Temp Artic	LT Hypoglossal Canal Double
RT Parietal Notch	RT Mandibular Torus
LT Parietal Notch	LT Mandibular Torus
RT Parietal Foram	RT Ment Foram Double
LT Parietal Foram	LT Ment Foram Double
Sagittal Ossicle	RT Accessory Mandib Foramen
Ossicle at Lambda	LT Accessory Mandib Foramen
Os Inca	RT Mylo-Hyloid Bridge
RT Lambdoid Ossicle	LT Mylo-Hyloid Bridge
LT Lambdoid Ossicle	

The estimation of genetic distance involves quantification of trait presence in terms of sample proportions and then applying an arcsine transformation in order to stabilize the sample variance. Divergence measures which estimate the difference in genetic composition of the gene pools are calculated using this transformed data.

Average divergence (**D**) is measured as:

$$D = \sum_{i=1}^r \frac{(\theta_{1i} - \theta_{2i})^2 - \left(\frac{1}{n_{1i} + \frac{1}{2}} + \frac{1}{n_{2i} + \frac{1}{2}} \right)}{r} \quad (1)$$

Where r = number of traits (i) observed,
 θ = arcsine transformed sample proportion,
 n = number of observations in sample 1 or 2 for trait i .

Variance of mean divergence is:

$$VAR(D) = \frac{2}{r^2} \sum_{i=1}^r \left(\frac{1}{n_{1i} + \frac{1}{2}} + \frac{1}{n_{2i} + \frac{1}{2}} \right) \quad (2)$$

Since expected divergence is zero,

$$\frac{\theta_1 - \theta_2}{\sqrt{\frac{1}{n_1 + \frac{1}{2}} + \frac{1}{n_2 + \frac{1}{2}}}} \quad (3)$$

and therefore,

$$\frac{D}{\sqrt{VAR(D)}} \quad (4)$$

should distribute normally.

A significance test of average divergence can be performed by comparing the value of equation (4) to a standard normal distribution (details of the transformation techniques and analytical methods are outlined in McMillan n.d.).

In the Rossio do Carmo data, five traits (Bregmatic Ossicle, Right and Left Parietal Notch, Right and Left Ossicle at Asterion) were removed from the analysis as no observations of these were available for the Islamic series. In total, 60 traits were examined for presence. Sample sizes varied from 1 to 12 for the Islamic data and 2 to 19 for the Paleochristian series. Trait frequencies and transformations are shown in appendix 1.

Demography

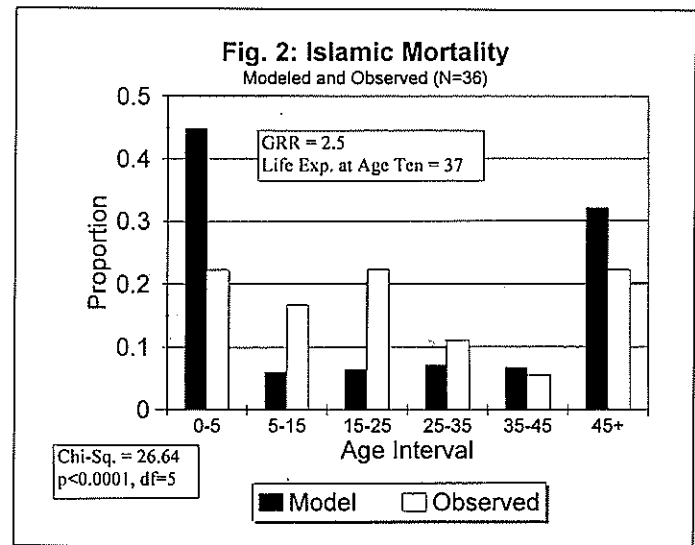
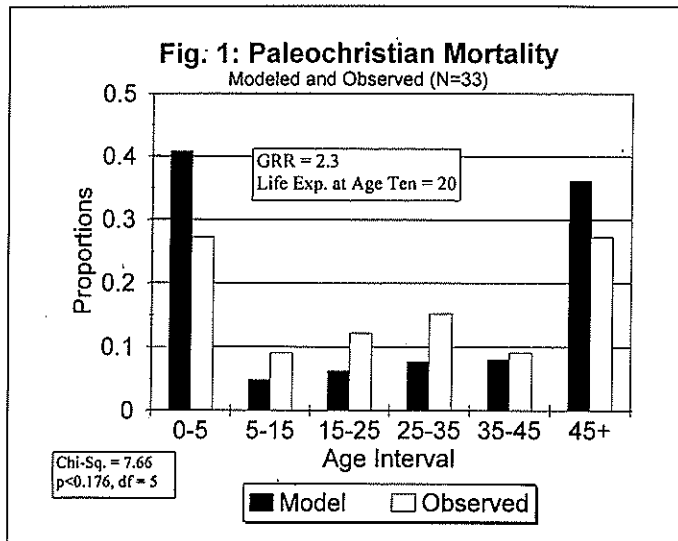
All individuals from these skeletal series were given age and sex estimations. Ageing methods included dental eruption (Ubelaker 1984: 64), dental development (Smith 1991), pubic symphyseal morphogenesis by Todd, Suchey-Brooks, and Mckern-Stewart methods (Suchey et. al. 1984, 1986; Bass 1987), and epiphyseal formation and union (Bass 1987). Burials for which only limited age assessments could be made were assigned to adult/subadult ages.

In order to further improve the proportion of individuals for whom ages could be assigned, an assessment of the usefulness of dental wear ageing was performed. All individuals who could be placed in a ten year age interval by accurate means were seriated by dental wear. It is assumed that if dental wear is associated with age in a predictable manner, then dental wear can be a useful method for estimating relative age in adults for whom

TABLE 2

Comparison of Ranks of Estimated Age and Dental Wear. Cell Values are Burial Identifications of Individuals for whom Accurate Age and Dental Wear could be Assigned

Rank By Est. Age	Rank By Dental Wear
38F-001	38F-001
34F-003	45F-001/163A
45F-001	34F-003
163A	39F-001
39F-001	110
40F-002	40F-002
110	30
30	
Tau = 0.7636 p < 0.05 d.f. = 8	



teeth survived but other primary indicators of age did not. The seriation was analyzed for deviation from randomness by Kendall's Tau Coefficient of Rank Concordance (Sokal and Rohlf 1981 : 601). Individuals of the Islamic and Paleochristian period were pooled in order to increase sample size. The results of this analysis are shown in table 2. Concordance was significant ($\tau = 0.7636$, $p < 0.05$, d.f. = 8) beyond that expected from random ranking of age with dental wear. Dental wear is therefore an accurate estimate of relative age for these series. Individuals were subsequently assigned to ten year age intervals based on placement within this seriation.

Sex estimates were performed by classification according to primary (e.g. pelvic aspects), secondary (e.g. cranial vault characteristics), and sexual dimorphic traits (e.g. size and robusticity). Precedence in sex identification was given in that order. Identifications based on secondary or sexual dimorphic traits were given a «Possible [sex]» identification.

Model life table profiles were fit to the Paleochristian and Islamic mortality profiles. This was performed to determine if the mor-

tality profiles represent samples from stable populations and therefore if various population parameters, such as intrinsic growth, could be estimated. The model fitting procedure was taken from Paine (1989) using a computer program developed by that author. This procedure involves adjusting Gross Reproductive Rate and Life Expectancy at age 10 to produce a stable model fit by maximum likelihood. The procedure then tests the goodness-of-fit between the model and the mortality profile in question. The model profiles are shown in figures 1 and 2 with the sample mortality profiles.

Representativeness of the mortality profiles was assessed by testing deviation from random sex allocation to the cemeteries. Where sex-biased burial procedures were in effect, we would observe a deviation from a one to one sex ratio and could assert that sex-bias is influencing the mortuary profile.

RESULTS

Genetic Distance

In the introduction I pointed out that the nature of actual population movements during the Islamic invasion of the Iberian peninsula has been addressed primarily by indirect means such as archaeological and historical patterning. The genetic distance study was performed in order to evaluate the extent to which Paleochristian and Islamic populations of Mertola differed from one another. No divergence may indicate that Islamization was primarily an indigenous process, while a significant difference between the Paleochristian and Islamic series would indicate a demographic as well as cultural rupture between these time periods.

The test of genetic distance by discrete trait characterization yielded a Mean Measure of Divergence (D) of -0.14 and a variance of 0.0096 which converted to a standard normal deviate of -1.434. This showed no significant deviation from zero divergence when compared to a standard normal distribution for alpha set at 0.05. For the traits measured there lacks sufficient evidence to conclude that there is significant genetic divergence between the Paleochristian and the Islamic populations.

Demography

Demographic characterizations of archaeological populations has been a subject of intense methodological interest. Recent advances in the subject have made it possible to estimate vital rates of the living populations through life table modelling. This procedure was undertaken here in order to determine differences in adaptedness of the Paleochristian and Islamic series, as well as to evaluate the likelihood that pre-Islamic populations could account for the population growth observed in the archaeological record (Boone n.d.).

The first problem is assessing the degree to which these skeletal series are representative samples of any kind of living population. The first means of testing this is a goodness-of-fit test of the sample sex ratios with an assumed random distribution of sex allocation to the cemetery. It is important to note that this does not test the actual sex ratio as much as it tests the potential representativeness of the skeletal sample. Results in table 3 showed no significant deviation from randomness for either the Paleochristian (Chi-square = 0.72; $p < 0.396$; d.f. = 1) or the Islamic (Chi-square = 3.24; $p < 0.072$; d.f. = 1) period skeletal series. We lack sufficient evidence to conclude that either series deviates significantly from random distribution of sex. It must be pointed out, however, that the Islamic series comes very close to showing significant association of frequencies and sex. The female frequencies are very high relative to the males and the Chi-square test only produced a marginally insignificant association.

The second method of testing representativeness involves using a maximum likelihood procedure to fit a model mortality profile from a stable population to the skeletal samples. The results of these test are shown in figures 1 and 2 and in table 4.

The model profile fits the Paleochristian skeletal at standard test levels ($X^2 = 7.66$; $p < 0.176$), while the Islamic series shows marked deviation from the best fitting model ($X^2 = 26.64$; $p < 0.0001$).

DISCUSSION

Genetic Distance

A lack of divergence between two biological populations indicates one of two contra-

TABLE 3a

Test of PaleoChristian Sex-Bias

Males	Females
20 (57%)	15 (43%)
expecteds = 17.5	$X^2 = 0.72$; $p < 0.396$

TABLE 3b

Test of Islamic Sex-Bias

Males	Females
8 (32%)	17 (68%)
expecteds = 12.5	$X^2 = 3.24$; $p < 0.072$

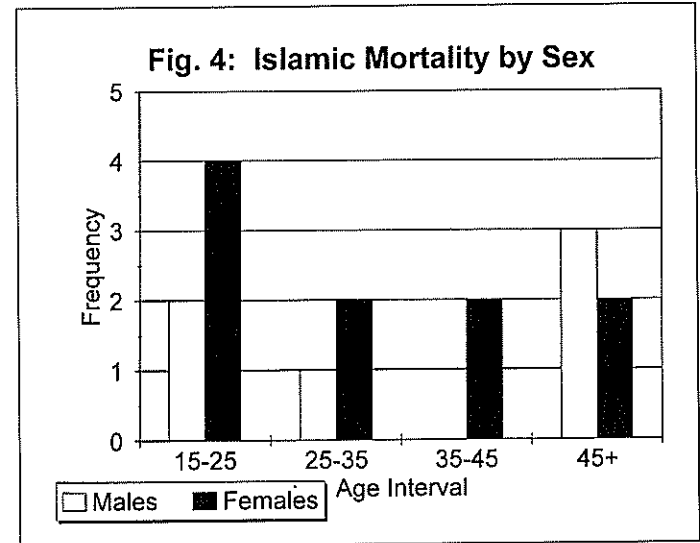
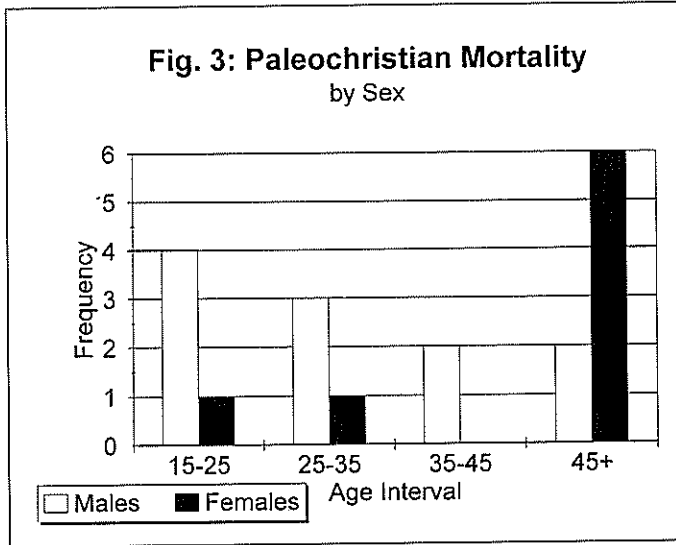
TABLE 4

Goodness-of-Fit and Model Life Table Parameters Estimated from the Maximum Likelihood Procedure

Period	Chi-Square	P-value	GRR	Life Exp.	CBR	CDR	r
Paleochristian	7.66	0.176	2.3	20	39	50	-0.011
Islamic	26.64	0.0001	2.5	37	39	31	0.007

degrees of freedom = 4

GRR = Gross Reproductive Rate CBR = Crude Birth Rate (Annual Births per 1,000 people)
 CDR = Crude Death Rate (Annual Deaths per 1,000 people) r = Crude Rate of Natural Increase



dicting points. 1) There is truly no divergence between the populations, or 2) the study does not measure the traits that reflect true divergence. This contradiction can be resolved by comparing a control population with known genetic affinity to one of the study samples. In this case, one could look at the same traits in Berber crania from North Africa and see if these diverge from the Paleo-Christian series. If they do, then we can be satisfied that we are seeing genetic continuity between the Islamic and Paleo-Christian peoples. If no divergence between the control and Paleo-Christian group is observed, then we are not using traits that characterize genetic divergence between the Islamic and Paleo-Christian samples and the results of this analysis are essentially meaningless.

Inter-trait correlation and its influence on the results of the test were not examined. With regards to this problem, Sjøvold (1977) points out that inter-trait correlation will be problematically assessed when a large number of traits are used. Alpha error will produce at least some combinations which show

significant inter-trait correlation leaving one without means of evaluating whether those traits should be omitted from analysis. This, however, is an empirical question which should be assessed for each combination of samples under consideration. This assessment was not performed due to the very small sample sizes that would come from re-classification by age and sex. Any significance test of association with age or sex would have been invalidated by random error.

Demography

It has been frequently argued that error in adult skeletal age estimation or age bias in burial ritual will inevitably lead to spurious characterizations of past living populations from cemetery populations (Roth 1992; Jakes 1992; Bocquet-Appel and Masset 1982), but without other evidence this is the best estimate of the demographic properties of the Paleo-Christian and Islamic populations. The purpose of matching the burial profile to a model stable population is to assess the degree of bias and to infer further into the various factors that cause the mortality profile to differ from expected.

It was shown that the Paleo-Christian series does not deviate significantly from the model life table. The negative intrinsic growth for the Paleo-Christian series is problematical. Empirical generalizations of growth rates from developing countries never show negative growth, but conversely tend to be positive and are usually very high (Palmore and Gardener 1983: 65, Table 22).

The negative growth observed may be due to a phenomena recently outlined by Keckler (n.d.). He argues that negative growth observed in time averaged archaeological data may be the result of periodic catastrophic mortality, particularly in prime aged adults. Killing off large numbers of adults will necessarily deflate population level fertility. Thus, negative growth relates less to individual decision making where concerned with achieved family size as it does to external forces acting upon people. Additionally, higher proportional representation of prime age adults will necessarily decrease the overall representation of infants simply because the mortality profile is a closed distribution. Thus the phenomena of negative growth can be due to one or two causes: periodic catastrophic mortality and/or a mechanical result of the model fitting process.

The Paleochristian series shows higher adult mortality than expected (figure 1). Although sample sizes are very small, this may be reflecting the kind of phenomena observed by Keckler. Catastrophic mortality is certainly a possibility for the early medieval period. Stories of plagues, particularly in poorly sanitized urban environments such as Mértola are very well known (Wrigley 1969: 63). Some historical evidence indicates that the Visigothic occupation of the Iberian peninsula was also one marked by political turmoil and warfare (O'Callaghan 1975: 57; Glick 1979: 11). Such aggression would certainly increase adult, particularly male mortality relative to other age groups.

Mortality profiles showing sex breakdown are presented in figures 3 and 4. For the Paleochristian series it is apparent that a larger proportion of males is present in the prime-age categories (fig. 3) peaking at the 25 to 35 year interval. Similarly, females appear in markedly greater proportions than males in the 45+ age category. Aside from sampling error, a number of causes may account for this distribution. Macias (1993: 50-52) argues that burial within the basilica was restricted to privileged individuals. In 10 cases, headstones identify males who were associated with the church. These deceased may have been given selective access to burial in the basilica. This, in combination with male-specific mortality force such as accidental or violent deaths may explain the presence of more females in the oldest age category. Females who were perhaps not associated with violent activities simply lived longer and died later than most males.

The model life table fitting procedure showed significant deviation when comparing the Islamic profiles to model expectations. It must be concluded that the Islamic series is either a biased sample or that the living population from which the Islamic series was drawn was not, in fact, a stable population.

The Islamic series, as with the Paleochristian series, can only be subjected to a qualitative analysis due to small sample sizes. This profile shows very little patterning (see fig. 4). Males disappear from the profile in the 25 to 45 year age categories yet reappear in the 45+ age group. Higher male life expectancy in the adolescent age intervals may account for this disparity in age distribution by sex.

CONCLUSIONS

We lack sufficient evidence to conclude that the Paleochristian and Islamic populations of Mértola were derived from significantly different gene pools. Given the observation made by Macias (1993: 34-35) that the double apse architecture of the basilica in Mértola represents cultural as well as perhaps demographic diffusion from North Africa, it may not be surprising that some admixture occurred prior to Islamic expansion. Even a small influx of genetic material could reduce the overall divergence of the two populations. Another possible explanation is that the resident population of Mértola independently converted to Islam. This phenomena may have been highly localized, yet an eighth century peace treaty described by Collins (1989: 39-40) suggests that in at least one case the vanquished Hispano-Roman populations were permitted to retain ownership of lands and even local political power. A similar exchange may have occurred in Mértola.

The demographic analysis shows slightly more ambiguous results primarily due to the caveats of the model life table fitting procedure. If we are willing to accept the numerous assumptions made in the application of this procedure, then some interesting conclusions may be drawn.

Archaeological evidence from the surrounding hinterlands suggest that populations in the area grew very rapidly between the Paleochristian and Islamic periods and declined markedly between the Islamic and Late Medieval Periods (Boone n.d.). The vital rates, however, show the opposite pattern. The Paleochristian population was a low fertility, high mortality population which was declining during the sixth and seventh centuries. The Islamic population appears to have been growing during the Muslim occupation of

Mértola, although these conclusions are somewhat tenuous given the lack of fit between the model and the observed mortality profile. Using the intrinsic rate of growth as a simple measure of adaptedness, the Islamic population may have been better suited socially, economically, and biologically to the Alentejo landscape. The Paleochristian populations may have been plagued by endemic warfare or epidemic diseases which caused the population to be incapable of maintaining itself.

ACKNOWLEDGMENTS

This analysis was performed with the support and consent of the Campo Arqueológico de Mértola. Advice and direction provided by Carlos Pedro, Santiago Macias, Cláudio Torres, The CAM staff, Pilar Flores, Richard Paine, Edward Bedrick, and James Boone were invaluable. Richard Paine also graciously provided the software used in the demographic model fitting analysis. Funding was provided by the Student Research Allocations Committee of the Graduate Student Association of the University of New Mexico, the Department of Anthropology of the University of New Mexico, and the Luso-American Foundation.

REFERENCES CITED

BASS, W. M. (1987) — *Human Osteology: A Laboratory and Field Manual*. Special Publications No. 2 of the Missouri Archaeological Society.

- BOONE, J. L. (n.d.) — Rural Settlement and Islamization in the Lower Alentejo of Portugal: Evidence from Alcaria Longa. m.s.
- BOQUET-APPEL, J. and C. MASSET (1982) — Farwell to Paleodemography. *Journal of Human Evolution*, 11: 321-333.
- COLLINS, R. (1989) — *The Arab Conquest of Spain: 710-797*. Basil Blackwell, Cambridge.
- DINSMORE, E. S. (1994) — *Rural Settlement and Political Change: An Intersite Analysis of Roman and Islamic Period Settlement Organization in the Baixo, Alentejo, Portugal*. Unpublished Master's Thesis, Dept. of Anthropology, Arizona State University.
- GLICK, T. F. (1979) — *Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages*. Princeton University Press, Princeton.
- GREEN, R. F. and J. M. SUCHEY (1976) — The Use of Inverse Sine Transformations in the Analysis of Non-Metric Cranial Data. *American Journal of Physical Anthropology*, 45: 61-68.
- JAKES, M. (1992) — Paleodemography: Problems and Techniques. in *Skeletal Biology of Past Peoples: Research Methods*. S. R. Saunders and M. A. Katzenberg eds. Wiley-Liss Inc., pp. 189-224.
- KECKLER, C. N. W. (n.d.) — Where Did All the Humans Go? Simulating Forager Age-at-Death Distributions with a Biphasic Model of Mortality. Paper presented at the 1994 meetings: Integrating Demography and Archaeology.
- MACIAS, S. (1993) — Um Espaço Funerário in *Basilica Paleocristã*, C. Torres and S. Macias eds., Campo Arqueológico de Mértola.
- McMILLAN, G. P. (n.d.) — A Preliminary Analysis of the Paleochristian and Islamic Cemeteries of Rossio de Carmo, Mértola, Portugal m.s.
- O'CALLAGHAN, J. F. (1975) — *A History of Medieval Spain*. Cornell University Press, Ithaca.
- PAINE, R. R. (1989) — Model Life Table Fitting by Maximum Likelihood: A Procedure to Reconstruct Paleodemographic Characteristics from Skeletal Age Distributions. *American Journal of Physical Anthropology*, 79: 51-61
- PALMORE, J. A. and R. W. GARDENER (1983) — *Measuring Mortality, Fertility, and Natural Increase*. East-West Center, Honolulu.
- WRIGLEY, E. A. (1969) — *Population and History*. McGraw-Hill Book Company, New York.
- ROTH, E. A. (1992) — Applications of Demographic Models to Paleodemography. in *Skeletal Biology of Past Peoples: Research Methods*. S. R. Saunders and M. A. Katzenberg eds., Wiley-Liss, Inc., pp. 175-188.
- SJOVOLD, T. (1977) — Non-metrical Divergence Between Skeletal Populations. *Ossa*, 4 (Suppl 1): 1-133
- SMITH, B. H. (1991) — Standards of Human Tooth Formation and Dental Age Assessment. in *Advances in Dental Anthropology*. M. A. Kelley and C. S. Larson eds., Wiley-Liss, Inc., pp. 143-168.
- SOKAL, R. R. and F. J. ROHLF (1981) — *Biometry*. W. H. Freeman and Co.
- SUCHEY, J. M., D. V. WISELY, D. KATZ (1986) — Evaluation of the Todd and Mckern-Stewart Methods of Aging the Male *Os Pubis*. In *Forensic Osteology: Advances in the Identification of Human Remains*, K. Reichs, ed. Thomas, Springfield, Illinois, pp. 33-67.
- SUCHEY, J. M., P. A. OWINGS, D. V. WISELY, and T. T. NOGUCHI (1984) — Skeletal Aging of Unidentified Persons. In *Human Identification: Case Studies in Forensic Anthropology*, ed. T. A. Rathbun and J. E. Buikstra. Thomas, Springfield, Illinois, pp. 278-297.
- UBELAKER, D. H. (1978) — *Human Skeletal Remains: Excavation, Analysis, Interpretation*. Aldine, Chicago.

APPENDIX 1

Discrete Trait Representation and Transformations. Islamic Data and Transformations

Trait	Present	%	V a r i a n c e		θ	Divergence PC-ISL	Sum Variance
			N	$1 / (n+1/2)$			
Bregmatic Ossicle	0	0	0	2	0	1.515261	2.118
Coronal Ossicle	1	1	1	0.667	-0.79	2.327074	0.784
RT. Sup-Orbit Foram Complet	0	0	4	0.222	1.107	0.257844	0.287
LT. Sup-Orbit Foram Complet	2	1	2	0.4	-0.96	1.423923	0.461
RT Front Notch	0	0	3	0.286	1.047	0.073397	0.35
LT Front Notch	0	0	2	0.4	-0.955	0.215452	0.461
RT Front Foram	1	0.33	3	0.286	0.262	0.113951	0.35
LT Front Foram	0	0	2	0.4	0.955	0.105302	0.461
RT Zygo Foram	2	1	2	0.4	0.96	0.00182	0.474
LT Zygo Foram	1	0.5	2	0.4	0	0.101467	0.465
RT Access Zygo Foram	0	0	3	0.286	1.047	0.036016	0.373
LT Access Zygo Foram	0	0	3	0.286	1.047	0.232988	0.355
RT Os Japonicum	0	0	3	0.286	1.047	0.058837	0.366
LT Os Japonicum	0	0	3	0.286	1.047	0.068875	0.355
RT Suture into Infra-orbit	1	0.33	3	0.286	0.262	0.028872	0.373
LT Suture into Infra-or	1	0.33	3	0.286	0.262	0.45434	0.355
RT Zygo-Max Tubercle	1	0.25	4	0.222	0.422	0.059642	0.302
LT Zygo-Max Tubercle	1	0.33	3	0.286	0.262	0.091633	0.355
RT Max Torus	0	0	3	0.286	1.047	0.018103	0.36
LT Max Torus	0	0	4	0.222	1.107	0.041002	0.291
RT Epiteric Bone	0	0	1	0.667	0.785	0.028872	1.067
LT Epiteric Bone	0	0	1	0.667	0.785	0.068539	0.952
RT Fronto-Temp Artic	0	0	1	0.667	0.785	0.103523	0.889
LT Fronto-Temp Artic	0	0	1	0.667	0.785	0.158246	0.821
RT Parietal Notch	0	0	0	2	0	0	2.4
LT Parietal Notch	0	0	0	2	0	0	2.4
RT Parietal Foram	2	1	2	0.4	-0.96	2.065019	0.48
LT Parietal Foram	1	0.5	2	0.4	0	0.024004	0.48
Sagittal ossicle	0	0	1	0.667	0.785	0.009914	0.8
Ossicle at Lambda	0	0	4	0.222	1.107	0.080168	0.317
Os Inca	0	0	5	0.182	1.15	0.009758	0.287
RT Lambdoid Ossicle	2	0.5	4	0.222	0	0.61685	0.327
LT Lambdoid Ossicle	0	0	2	0.4	0.955	0.046328	0.518
RT Ossicle at Asterion	0	0	0	2	0	0.61685	2.667
LT Ossicle at Asterion	0	0	0	2	0	0.61685	2.667
RT Ossicle in Mastoid Sutura	0	0	3	0.286	1.047	0.390335	0.508
LT Ossicle in Mastoid Sutura	1	0.5	2	0.4	0	0.285992	0.582
RT Petrosquamous Suture	0	0	3	0.286	1.047	0.025758	0.366
LT Petrosquamous Suture	1	0.25	4	0.222	0.422	0.731921	0.309
RT Mastoid Foramen	2	1	2	0.4	-0.96	0.91263	0.495
LT Mastoid Foramen	2	0.67	3	0.286	-0.96	0.898002	0.419
RT Mastoid Foram Extra-sutura	0	0	2	0.4	0.955	0.730406	0.505
LT Mastoid Foram Extra-sutura	1	0.33	3	0.286	0.262	0.898002	0.419
Palatine Torus	0	0	3	0.286	1.047	0.073397	0.35
RT Accessory Lesser Palatin	0	0	1	0.667	0.785	0.12509	0.754
LT Accessory Lesser Pal	0	0	1	0.667	0.785	0.010263	0.747
Pharyngeal Fossa	0	0	1	0.667	0.785	0.014102	0.747
RT Foramen Ovale Complete	0	0	1	0.667	0.785	0.254382	0.747
LT Foramen Ovale Complete	0	0	1	0.667	0.785	0.001491	0.762
RT Foramen Spinosum Open	0	0	1	0.667	0.785	0.175617	0.741
LT Foramen Spinosum Open	0	0	1	0.667	0.785	0.025197	0.754
RT Double Condylar Facet	1	1	1	0.667	-0.79	4.349914	0.741
LT Double Condylar Facet	0	0	1	0.667	0.785	0.242611	0.754
RT Posterior Condylar Canal	0	0	11	0.087	1.278	0.929535	0.167
LT Posterior Condylar Canal	0	0	1	0.667	0.785	0.169212	0.762
RT Hypoglossal Canal Double	0	0	1	0.667	0.785	0.242611	0.754
LT Hypoglossal Canal Double	0	0	1	0.667	0.785	0.229557	0.762
RT Mandibular Torus	0	0	9	0.105	1.249	0.008149	0.159
LT Mandibular Torus	0	0	9	0.105	1.249	0.005894	0.166
RT Ment Foram Double	1	0.08	12	0.08	0.887	0.018722	0.131
LT Ment Foram Double	0	0	11	0.087	1.278	0.072392	0.141
RT Accessory Mandib Foramen	0	0	7	0.133	1.209	0.040213	0.187
LT Accessory Mandib Foramen	0	0	6	0.154	1.183	0.061183	0.223
RT Mylo-hyloid Bridge	0	0	6	0.154	1.183	0.138961	0.211
LT Mylo-Hyloid Bridge	0	0	6	0.154	1.183	0.05128	0.218

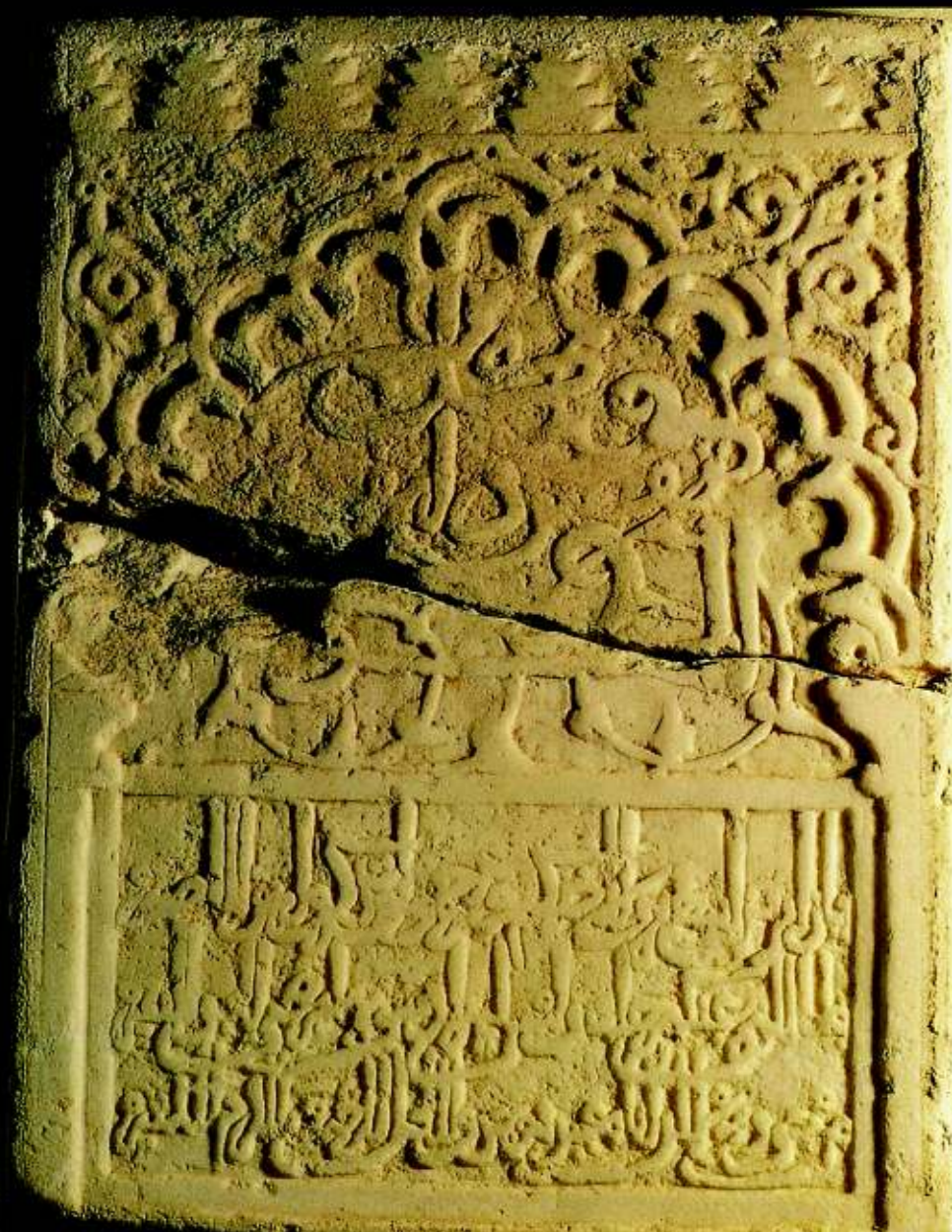
APPENDIX 2

Discrete Trait Representation and Transformations. Paleochristian Data and Transformations

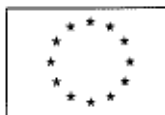
Trait	Present	%	V a r i a n c e		σ
			N	$1 / (n + 1/2)$	
Bregmatic Ossicle	0	0	8	0.117647	1.230959
Coronal Ossicle	1	1.125	8	0.117647	0.740077
RT. Sup-Orbit Foram Complete	3	0.2	15	0.064516	0.599365
LT. Sup-Orbit Foram Com	6	0.38	16	0.060606	0.237966
RT Front Notch	0	0	15	0.064516	1.318116
LT Front Notch	4	0.25	16	0.060606	0.491148
RT Front Foram	3	0.2	15	0.064516	0.599365
LT Front Foram	3	0.19	16	0.060606	0.630814
RT Zygo Foram	12	0.92	13	0.074074	-0.91265
LT Zygo Foram	10	0.67	15	0.064516	-0.31854
RT Access Zygo Foram	1	0.1	11	0.086957	0.857419
LT Access Zygo Foram	3	0.21	14	0.068966	0.56451
RT Os Japonicum	0	0	12	0.08	1.289761
LT Os Japonicum	0	0	14	0.068966	1.309639
RT Suture into Infra-orbit	3	0.27	11	0.086957	0.431718
LT Suture into Infra-or	1	0.07	14	0.068966	0.935847
RT Zygo-Max Tubercle	2	0.16	12	0.08	0.666646
LT Zygo-Max Tubercle	3	0.21	14	0.068966	0.56451
RT Max Torus	1	0.08	13	0.074074	0.91265
LT Max Torus	0	0	14	0.068966	1.309639
RT Epiteric Bone	0	0	2	0.4	0.955317
LT Epiteric Bone	0	0	3	0.285714	1.047198
RT Fronto-Temp Artic	0	0	4	0.222222	1.107149
LT Fronto-Temp Artic	0	0	6	0.153846	1.1832
RT Parietal Notch	1	0.5	2	0.4	0
LT Parietal Notch	1	0.5	2	0.4	0
RT Parietal Foram	3	0.25	12	0.08	0.481701
LT Parietal Foram	5	0.42	12	0.08	0.154934
Sagittal Ossicle	1	0.14	7	0.133333	0.68583
Ossicle at Lambda	1	0.11	10	0.095238	0.824008
Os Inca	0	0	9	0.105263	1.249046
RT Lambdoid Ossicle	1	0.11	9	0.105263	0.785398
LT Lambdoid Ossicle	1	0.125	8	0.117647	0.740077
RT Ossicle at Asterion	0	0	1	0.666667	0.785398
LT ossicle at Asterion	0	0	1	0.666667	0.785398
RT Ossicle in Mastoid Suture	1	0.25	4	0.222222	0.42243
LT Ossicle in Mastoid Sut	1	0.2	5	0.181818	0.534782
RT Petrosquamous Suture	1	0.08	12	0.08	0.886704
LT Petrosquamous Suture	0	0	11	0.086957	1.277954
RT Mastoid Foramen	5	0.5	10	0.095238	0
LT Mastoid Foramen	1	0.14	7	0.133333	0.68583
RT Mastoid Foram Extra-suture	4	0.44	9	0.105263	0.100679
LT Mastoid Foram Extra-suture	6	0.86	7	0.133333	-0.68583
Palatine Torus	0	0	15	0.064516	1.318116
RT Accessory Lesser Palatine	3	0.27	11	0.086957	0.431718
LT Accessory Lesser Pal	1	0.08	12	0.08	0.886704
Pharyngeal Fossa	2	0.17	12	0.08	0.666646
RT Foramen Ovale Complete	0	0	12	0.08	1.289761
LT Formamen Ovale Complete	1	0.1	10	0.095238	0.824008
RT Foramen Spinosum Open	4	0.31	13	0.074074	0.366331
LT Foramen Spinosum Open	2	0.18	11	0.086957	0.626663
RT Double Condylar Facet	0	0	13	0.074074	1.300247
LT Double Condylar Facet	0	0	11	0.086957	1.277954
RT Posterior Condylar Canal	4	0.33	12	0.08	0.31383
LT Posterior Condylar Canal	3	0.3	10	0.095238	.374044
RT Hypoglossal Canal Double	0	0	11	0.086957	1.277954
LT Hypoglossal Canal Double	0	0	10	0.095238	1.264519
RT Mandibular Torus	0	0	18	0.054054	1.339319
LT Mandibular Torus	0	0	16	0.060606	1.325818
RT Ment Foram Double	1	0.05	19	0.051282	1.023532
LT Ment Foram Double	1	0.06	18	0.054054	1.008896
RT Accessory Mandib Foramen	1	0.06	18	0.054054	1.008896
LT Accessory Mandib Foramen	1	0.07	14	0.068966	0.935847
RT Mylo-hyloid Bridge	2	0.12	17	0.057143	0.810425
LT Mylo-Hyloid Br	1	0.07	15	0.064516	0.956749

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

A NECRÓPOLE PALEOCRISTÃ DO ASSENTO DE CHICO ROUPA (VILA VERDE DE FICALHO, SERPA)

ANTÓNIO M. MONGE SOARES*

ANA LUÍSA SANTOS**

CLÁUDIA UMBELINO**

INTRODUÇÃO

As escavações arqueológicas na necrópole do Assento de Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho, Serpa) decorreram de 1 a 13 de Agosto de 1983, devidamente autorizadas pelo IPPC¹ e sob a orientação de um de nós (A.M.M.S.)

A existência da necrópole foi-nos comunicada no ano anterior pelo proprietário do terreno, quando se procedia a uma intervenção arqueológica na necrópole do Bronze do Sudoeste do Talho do Chaparrinho (Soares, 1994a). A recolha, em prospecção de superfície, de alguma cerâmica pré-histórica, perto do local da necrópole, e a existência neste de fragmentos de lajes de xisto deslocados pelo tractor na lavra entretanto realizada, levaram-nos a julgar que se estaria perante uma necrópole de cistas do Bronze do Sudoeste, o que se veio a revelar totalmente errado.

A necrópole encontra-se implantada na encosta este de uma pequena colina (com uma altitude de cerca de 220m) coberta de olivais (Fig. 1). A encosta este tem uma inclinação suave e na sua base, a cerca de uns 200m da necrópole, foram identificados vestígios de um possível pequeno casal agrícola que se traduziam por uma quantidade razoável de fragmentos de telhas e alguns

fragmentos de tégulas e de cerâmica comum (especialmente de *dolia*).

Do ponto de vista geológico, o Assento de Chico Roupa é um terreno xistoso (xistos micáceos), existindo próximo alguns afloramentos de rochas gabróicas (Carvalhosa, 1968).

A ESCAVAÇÃO

Perante as indicações do proprietário do olival e pela observação do terreno abriram-se duas valas de sondagem com seis metros de comprimento por dois de largura, com um testemunho de meio metro de largura entre elas. Estas valas tinham os limites SW definidos pelas coordenadas $x=0, y=0$; $x=0, y=2$ e $x=0, y=2,5$; $x=0, y=4,5$, respectivamente. Perante o desenrolar da escavação prolongou-se a última vala segundo o eixo dos yy até $y=7,5$, ficando este prolongamento limitado pelas coordenadas

* Instituto Tecnológico e Nuclear – Estrada Nacional 10 – 2685 Sacavém.

** Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra – 3006 Coimbra Codex (D. A. U. C.).

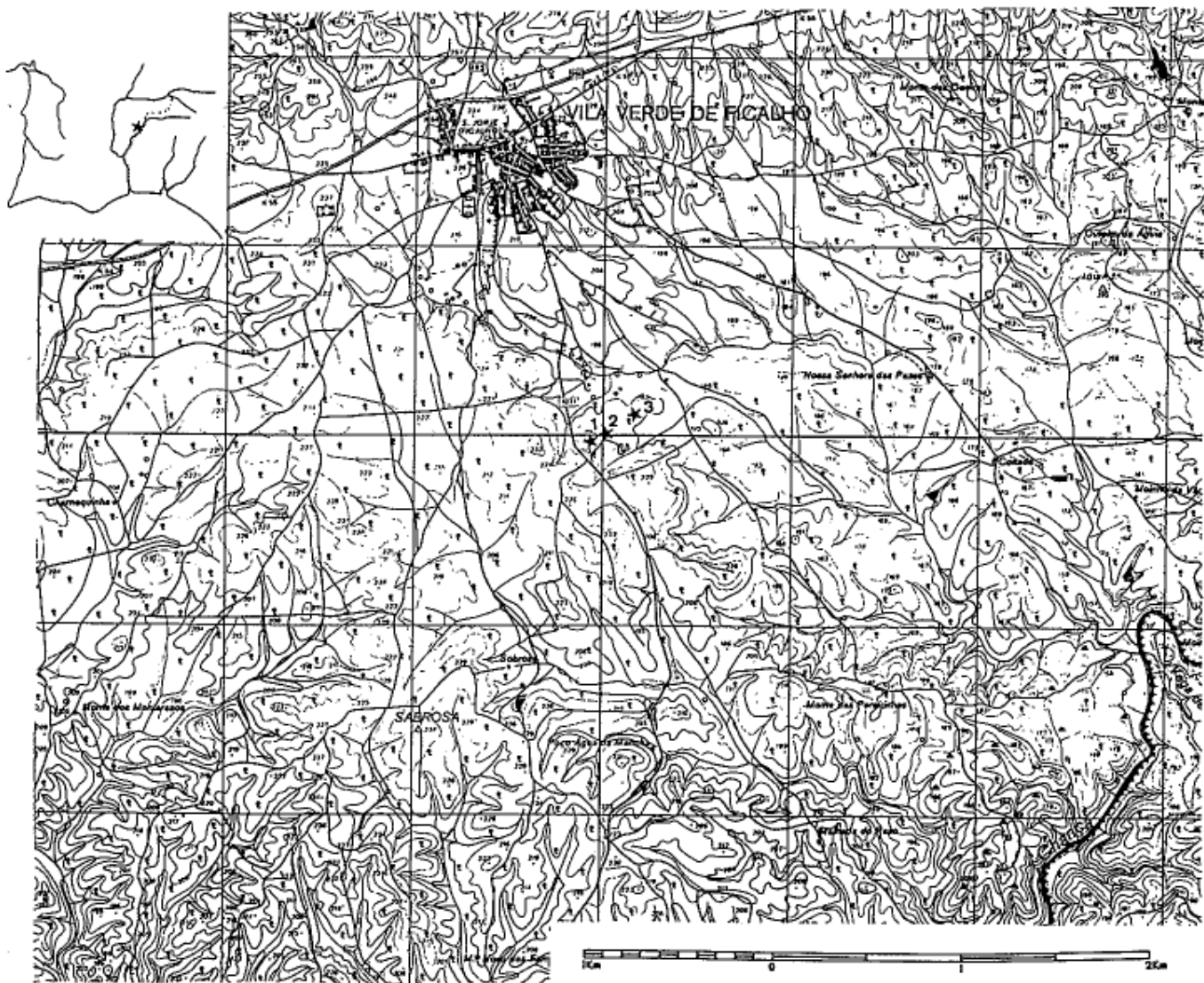


Fig. 1 — Localização de Vila Verde de Ficalho (no Sudoeste Peninsular) e do Assento de Chico Roupa (C.M.P. 534, escala 1/25000); 1 — local onde foi encontrada cerâmica pré-histórica; 2 — necrópole; 3 — casal rústico.

$x=0$, $y=7,5$; $x=3$, $y=7,5$. Por fim, o testemunho foi escavado entre $x=0$ e $x=3$ para pôr totalmente a descoberto uma das sepulturas (Fig. 2). Para **Ponto 0**, a que se atribuiu cota nula e em relação ao qual estão referidas as outras cotas, escolheu-se o ponto de coordenadas $x=0$, $y=0$.

Na primeira vala de sondagem (sector A) surgiu uma sepultura (I), orientada na

direcção este-oeste, com a cabeceira a oeste. Continha um enterramento em posição de decúbito dorsal, aparentemente com os membros superiores ao longo do corpo. Observou-se que, mesmo à medida que se aprofundava o corte, era muito difícil distinguir, dada a natureza do terreno, a camada de terra revolvida pelos trabalhos agrícolas da rocha xistosa muito alterada da base. Este facto tornou impossível determinar os limites da presumível vala onde o cadáver foi depositado.

Na segunda vala de sondagem (sector B) surgiram, a pequena profundidade, vários aglomerados de pequenas lajes de xisto e blocos de gabro numa

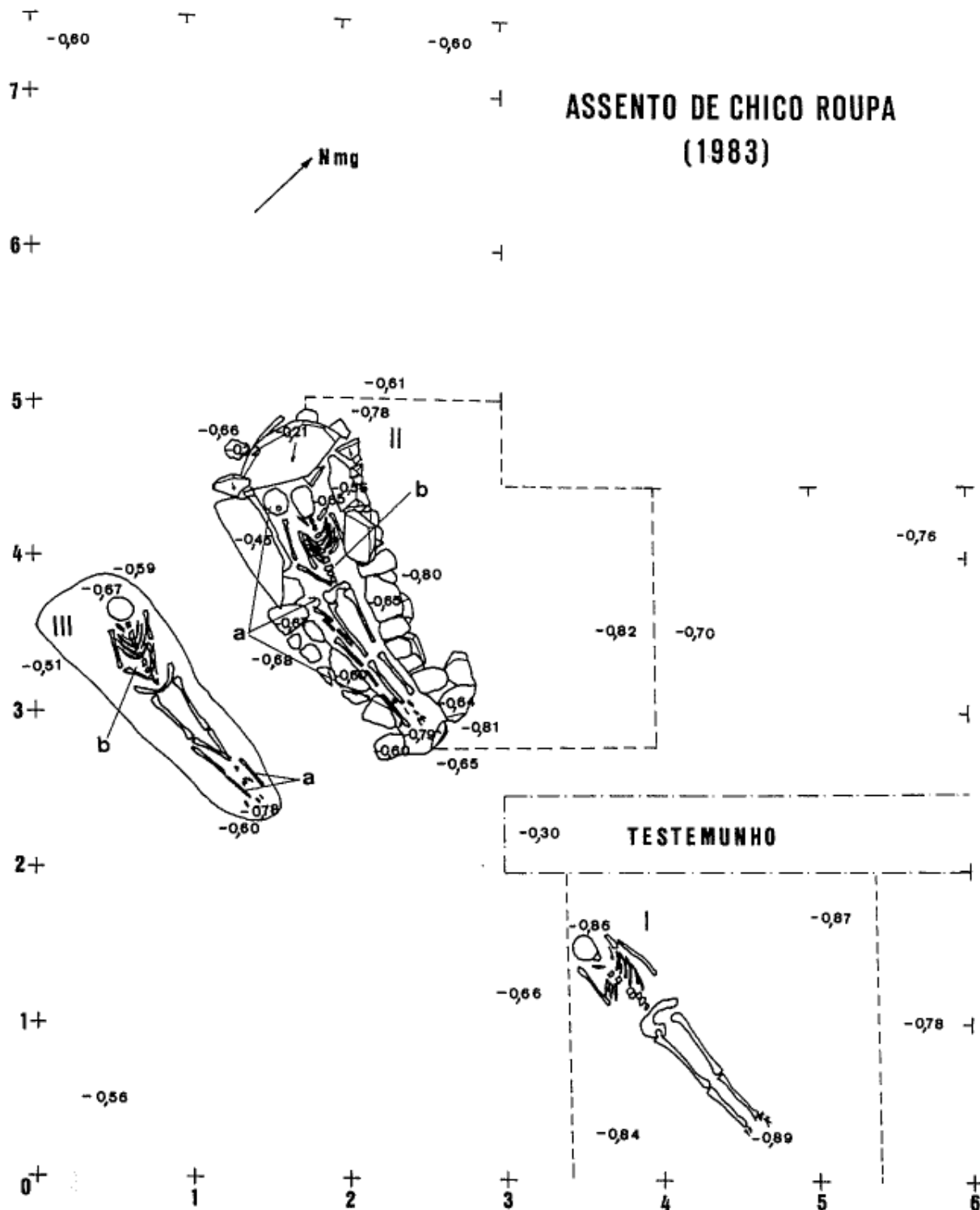


Fig. 2 — Planta geral da necrópole do Assento de Chico Roupas.

distribuição aparentemente caótica, conjuntamente com alguns restos ósseos. O aprofundamento desta sondagem revelou a existência de mais duas sepulturas (II e III), com a mesma orientação da anterior. Para que estas pudessem ser totalmente escavadas foi necessário levantar parte do testemunho e expandir a zona de escavação, conforme referido atrás.

A **sepultura II** era constituída lateralmente por fiadas de pedras sobrepostas, tendo por cabeceira uma grande laje de xisto, a qual se encontrava ligeiramente deslocada pela acção das lavouras. Continha dois esqueletos. Aquando do último enterramento (**b**), o esqueleto **a** foi «arrumado» junto à parede sul, tendo o maxilar inferior sido deslocado para junto dos ossos da bacia.

A **sepultura III**, da qual foi possível, embora com bastante dificuldade, identificar os seus contornos, continha um esqueleto aparentemente completo (esqueleto **b**), mas teria contido primitivamente um outro (**a**), do qual restavam apenas os ossos dos membros inferiores os quais se encontravam em posição anatómica por debaixo do esqueleto **b**.

Os enterramentos **b** destas duas sepulturas encontravam-se, tal como na sepultura I, em posição de decúbito dorsal, com os membros superiores ao longo do corpo e as mãos, aparentemente, sobre o ventre.

Os restos ósseos encontrados espalhados, como se referiu, a uma cota superior às sepulturas poderão pertencer aos enterramentos postos a descoberto, dado a estes lhes faltarem alguns ossos ou, então, a qualquer outra sepultura destruída ou não investigada por ficar fora das zonas de sondagem.

A análise paleobiológica dos restos ósseos exumados, e que a seguir se descreve, permitiu esclarecer esta questão.

ANÁLISE PALEBIOLÓGICA DOS RESTOS ÓSSEOS EXUMADOS

O espólio osteológico humano recuperado desta necrópole foi entregue ao Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra e estudado por dois dos autores (A. L. S. e C. U.).

O material encontrava-se acondicionado em três caixas, correspondentes a cada uma das sepulturas. Juntamente com os esqueletos da sepultura III, existiam sacos com os «ossos espalhados pelo sector B».

O trabalho teve início com a limpeza e marcação dos restos ósseos, sendo utilizada a sigla CR para o local, Chico Roupá, seguida da identificação da sepultura, em numeração romana, e da letra a ou b para designar o indivíduo. Durante esta fase, na medida do possível, os ossos foram restaurados.

Os resultados do estudo antropológico serão apresentados sepultura a sepultura exceptuando-se a análise dentária. Devido à fragmentação do material, muitos dos dentes estavam fora dos alvéolos, existindo mesmo alguns dispersos pela área B, daí que a discussão se faça separadamente.

Antes ainda, convém referir que factores tafonómicos extrínsecos a estes, como sejam a aparente ausência de uma estrutura mortuária, particularmente nas sepulturas I e III, as características da rocha que delimitava a sepultura II, a inexistência de pedras de fundo nas sepulturas, o contacto íntimo entre o solo e o esqueleto, são factores que facilitaram a actuação destrutiva provocada pela água das chuvas e pela fauna e flora locais (Baud, 1982; White, 1991). A forte actividade destes factores, para além de contribuir para a deterioração do material, criou algumas particularidades que podem ser confundidas com patologias ósseas, nomeadamente de carácter infeccioso (Fig. 3). Um outro factor destrutivo refere-se à actividade agrícola existente no local.



Fig. 3 — Fémur direito do indivíduo IIb onde é visível alteração do periosteio.

O próprio ritual de enterramento, onde se assiste a uma reutilização das sepulturas, prática comum da época e que se estende até aos nossos dias, parece ter sido determinante na taxa de destruição dos ossos, até porque os esqueletos dos primeiros enterramentos, de cada sepultura, encontram-se muito mais fragmentados do que os inumados posteriormente.

Durante o estudo do material proveniente da **sepultura I** (Fig. 2), constatou-se a existência de três diáfises de fémur e de 36 dentes, correspondentes, portanto, a mais do que um indivíduo.

A análise visual do **esqueleto I** indica um jovem adulto, pois as suturas cranianas não se apresentam obliteradas (Masset, 1982). A fraca robustez geral dos ossos, as pequenas apófises mastóides (Ferembach *et al.*, 1980), o arco composto e sulco pré-auricular do osso ilíaco (Bruzek, 1991; Ferembach *et al.*, 1980) são indicadores da presença de um indivíduo do sexo feminino. No entanto, a tentativa de confirmação desta diagnose através da aplicação de uma função discriminante para o fémur (Santos, 1993), não foi conseguida.

O cálculo estimado da estatura, a partir do comprimento do fémur (Olivier *et al.*, 1978), deu um valor aproximado de 156-158 cm.

Do estudo morfométrico verificou-se um achatamento médio das tíbias (mesocnêmico), sendo ainda de referir, a grande angulosidade existente entre o eixo e o colo do fémur, o que segundo alguns autores (Trinkaus, 1994) parece estar associado com grande actividade física, como acontece nas populações nômadas.

A nível patológico registou-se uma artrose cervical ligeira, de grau 1 (Crubézy, Morlock e Zammit, 1985).

Na **sepultura II** é evidente a reutilização. O **indivíduo a**, encontrava-se em relativo bom estado de conservação, sendo o único a apresentar o crânio praticamente intacto, faltando-lhe apenas a face. Trata-se de um adulto, com cerca de $59,84 \pm 14,29$ anos, pela observação do grau de obliteração das suturas cranianas (Masset, 1982), do sexo masculino (Ferembach *et al.*, 1980; Krogman e Iscan, 1986).

Em termos morfológicos salienta-se o achatamento transversal (platicnêmico) das tíbias e o grande desenvolvimento da região de inserção do músculo solear.

Registaram-se ainda entesopatias² de grau 1 (Crubézy, 1988) nos calcâneos, situadas na inserção do tendão de *Aquilles*, e no rádio esquerdo, ao nível da inserção do *biceps brachii*, o que pode estar relacionado com a sua actividade ocupacional.

Para o indivíduo b (**C. R. IIb**), foi diagnosticado o sexo feminino, pela aplicação de uma função discriminante do astrágalo, desenvolvida por Silva (1995), corroborado pelo diâmetro vertical da cabeça do fémur (Tamagnini e Vieira de Campos, 1940). No que diz respeito à idade à morte, teria entre 20 e 26 anos (Santos, 1995), uma vez que se nota a linha de fusão da cabeça do fémur (Brothwell, 1981) e a sínfise púbica apresenta ondulações características da fase I (Suchey e Brooks, 1990). A análise da superfície auricular

(Lovejoy *et al.*, 1985) parece confirmar este diagnóstico.

Tal como o indivíduo I, também este apresentava tíbias mesocnêmicas e estatura de $156 \text{ cm} \pm 3,56$ (Olivier *et al.*, 1978).

Foram observadas entesopatias, dos ligamentos amarelos das vértebras lombares, designadas de espigas laminares (figura 4) de grau 3 (Crubézy, 1988).

De referir a presença de *ponticulus mylohyoideus*, sulco situado na parte interna do ramo mandibular a partir do *foramen mandibular* (Hauser e De Stefano, 1989), e do terceiro trocânter, que são considerados como caracteres discretos³.

Para este indivíduo é ainda de salientar a existência de uma depressão no *acetabulum* dos dois ossos ilíacos (figura 5) de etiologia desconhecida.

A **sepultura III** continha dois indivíduos, o **a**, do qual apenas existem as tíbias e alguns ossos dos pés, provavelmente pertencente ao sexo masculino. Tal como o **Ila**, também

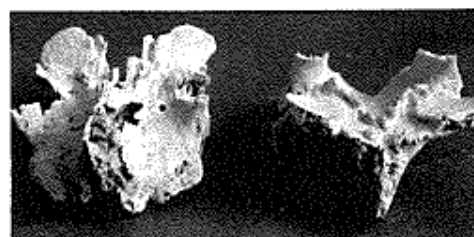


Fig. 4 — Vértebra lombar do indivíduo IIb com espigas laminares.

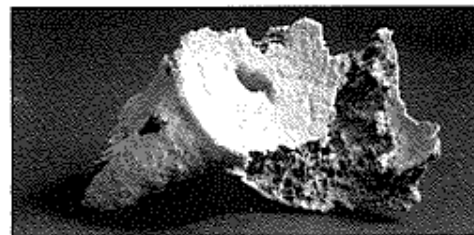


Fig. 5 — Depressão no *acetabulum* do osso ilíaco do indivíduo IIb.

tem tíbias platicnêmicas. O **esqueleto b** parece de uma mulher, pois apresenta o íliaco direito com sulco pré-auricular, arco composto e grande chanfradura ciática (Bruzek, 1991; Ferembach *et al.*, 1980), jovem com cerca de 151 cm de estatura. A aplicação de uma fórmula discriminante para o astrágalo (Silva, 1995) revelou sexo indeterminado. Mais uma vez se verificou a grande angulosidade da extremidade superior do fêmur. Junto a este indivíduo não foi recuperado qualquer dente.

A utilização, neste local, de alfaias agrícolas provocou, eventualmente, a destruição das coberturas das sepulturas e inclusive a fragmentação e dispersão do seu conteúdo. A prová-lo temos, com a designação de «ossos espalhados sobre o sector B», imensos fragmentos, entre os quais sínfises de duas mandíbulas, que poderão pertencer aos esqueletos IIIa e IIIb.

Deste material alguns restos ósseos foram colados a fragmentos dos vários indivíduos exumados. Outros, como a extremidade inferior de um fêmur direito, morfologicamente semelhante à metade superior do fêmur simétrico, recolhido juntamente ao C.R. I, podem, eventualmente, pertencer ao IIIa, cujas tíbias também são de grande robustez e tamanho.

Dos restantes fragmentos, uma das fálanges apresenta uma curvatura algo anómala, no entanto o exame radiológico não evidenciou qualquer fractura.

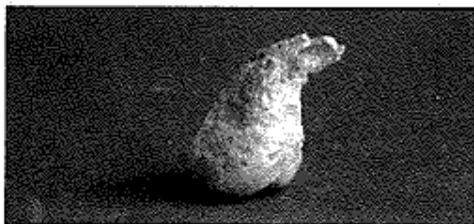


Fig. 6 — Molar com raiz curva encontrado na sepultura I.

Em seguida serão analisados e discutidos os resultados da análise dentária.

Na **sepultura I** foi recuperada uma hemi-mandíbula direita, com 4 dentes *in situ* (o incisivo lateral, canino, primeiros prémolar e molar) e perda *ante-mortem* do segundo prémolar direito. Dos restantes 32 dentes, quatro não foram identificados, devido ao avançado desgaste dentário, num deles atingindo a raiz.

Atendendo ao tamanho, forma e grau de desgaste tentou-se isolar os dentes do indivíduo I. Assim, distinguiram-se onze dentes maxilares e nove mandibulares.

Globalmente, os dentes, aparentemente de C.R. I apresentam desgaste pouco acentuado, grau 1 (Brabant e Salhy, 1962). De salientar a variação morfológica da raiz (Fig. 6) (Brothwell, 1981), ao nível de um provável terceiro molar direito. Os restantes oito parecem de maxilar superior.

Na **sepultura II**, a mandíbula pertencente ao indivíduo a, embora fragmentada, permitiu visualizar toda a sua extensão alveolar parecendo reflectir a presença de todos os dentes no momento da morte do indivíduo. Mandíbula e dentes, se bem que fora dos alvéolos, de grandes dimensões, parecem confirmar o diagnóstico masculino para este indivíduo.

O desgaste médio, varia entre os graus 2-3 (Brabant e Salhy, 1962), o que corrobora a estimativa etária.

A mandíbula, identificada como **IIb**, apresenta-se fragmentada com 4 dentes *in loci* (três molares e um prémolar). Para além destes, encontraram-se, sob a mesma designação, 18 dentes soltos, dos quais 10 são mandibulares.

Em termos de desgaste, variam entre o grau 1 e 2, mais pronunciado nos dentes mandibulares direitos (Brabant e Salhy, 1962).

Alguns dos seus dentes maxilares são hipoplásicos (o incisivo central e primeiro molar esquerdo e segundo prémolar direito), reflectindo períodos de *stress*⁴ até aos 3 anos de idade (Goodman e Rose, 1991). Este acontecimento terá sido particularmente importante já que as linhas horizontais na superfície do esmalte dentário são perceptíveis, ao mesmo nível, em vários dentes.

Na **sepultura III**, não foram recuperados quaisquer dentes ou fragmentos de mandíbulas.

No entanto, no material com a designação «ossos espalhados sobre o sector B» foram detectados 14 dentes, quatro dos quais mandibulares e as duas sínfises mandibulares, já referidas anteriormente, com corpos de espessura variável. Estes dentes, a maioria de grandes dimensões, apresentam grau de desgaste de ligeiro a acentuado, o que eventualmente poderá indicar a presença de dois indivíduos. De assinalar, ainda, a existência de duas cáries em molares, uma na superfície oclusal e outra na linha de cimento-esmalte na face interproximal.

Por último, de lembrar que na sepultura I existiam dentes extra C.R. I. Destes, os caninos e os incisivos direitos possuem hipoplasias lineares

do esmalte dentário duplas, semelhantes às registadas nalguns dentes de C.R. IIb.

De facto, após análise antropológica laboratorial, embora não completamente conclusiva, tudo leva a crer que os restos ósseos exumados do Assento de Chico Roupa, correspondem, efectivamente, a cinco indivíduos. Parece ter ocorrido, durante os revolvimentos sucessivos da terra pela actividade agrícola, transporte de material ósseo e dentário, não só para local exterior às sepulturas, designado por «ossos espalhados pelo sector B», mas, também, para as regiões envolventes do espaço de inumação dos vários indivíduos.

Os indivíduos exumados desta necrópole paleocristã, são todos adultos e apesar de não estarem representadas as peças ósseas, em condições de permitirem um diagnóstico sexual seguro, tudo indica a presença de três mulheres jovens e dois homens, um deles com idade relativamente avançada.

Em termos patológicos nada de relevante há a assinalar e, inclusivamente, as suspeitas de fracturas foram refutadas por exame radiológico. Ao nível da patologia oral, a quase inexistência de cáries (apenas duas) pode reflectir, de forma geral, uma dieta pobre em carboidratos. Alguns indivíduos, apresentam um desgaste dentário acentuado, existindo várias explicações complementares para explicar este fenómeno. Por um lado, insuficiências na deposição de dentina secundária associada com a má nutrição, por outro, a ingestão de alimentos fortemente abrasivos. Uma terceira hipótese que joga no interface das anteriores, considera-o ainda como indicador etário.

Um outro aspecto interessante que poderia ser respondido pela paleobiologia, refere-se a eventuais relações de parentesco entre os indivíduos, traduzidas pelos caracteres discretos, uma vez que se acredita que cada casal agrícola teria a sua necrópole. No entanto, devido à exiguidade da amostra e ao seu estado de fragmentação, esta análise não foi concludente.

A tentativa de comparação destes indivíduos com outros de populações coevas, resultou pouco frutífera devido à escassez de estudos antropológicos em Portugal, nomeadamente em material datado por métodos cronométricos. Os trabalhos existentes, dos anos 50, foram direccionados para uma análise morfológica, daí que só se possa comparar pouco mais do que a estatura. Os valores obtidos para as mulheres do Assento de Chico Roupa, enquadram-se perfeitamente nos registados para a população de Silveirona (Serra *et al.*, 1952), actualmente objecto de um novo estudo no D. A. U. C.

Das numerosas necrópoles visigóticas da vizinha Espanha os elementos para comparação são mais abundantes. Gallo e Sanz (1989) efectuaram uma revisão de trabalhos sobre o estudo antropológico e paleopatológico, tendo observado uma baixa frequência de cáries e acentuado desgaste dentário, comuns ao registado na nossa amostra. A estatura média feminina observada foi de 154,38 cm que, apesar de ter sido determinada através de metodologias diferentes, reflecte valores semelhantes aos portugueses.

Todas as considerações tecidas ao longo deste estudo devem ser entendidas como um contributo, já que a escassa amostra disponível para o Assento de Chico Roupa impede conclusões de carácter populacional.

INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL

O espólio colhido na escavação resumiu-se, como atrás ficou descrito, aos restos ósseos da necrópole, os quais não estavam acompanhados de qualquer objecto que permitisse atribuir-lhes uma cronologia adequada⁵. No entanto, o tipo e orientação das sepulturas, o modo de deposição dos corpos, a possível associação da necrópole ao casal rústico identificado no sopé da encosta, levava a atribuir-lhe uma cronologia tardo-romana. As dimensões do intervalo de tempo que esta designação implica retira-lhe a importância que uma cronologia fina poderia ter para um melhor conhecimento do povoamento dessa época na região de Ficalho ou, mesmo num âmbito mais lato, na margem esquerda do Guadiana e no Baixo Alentejo.

Um dos autores deste trabalho (A.M.M.S.) tem, desde os anos setenta, procedido a escavações e levantamentos arqueológicos no Alentejo, especialmente na margem esquerda do Guadiana. Na zona de Vila Verde de Ficalho iniciou, em 1980, escavações arqueológicas no recinto envolvente da Igreja Velha de S. Jorge. Entre as várias ocupações humanas detectadas neste local destacam-se a romana desde o século I a.C., correspondente a certa altura a uma *villa*, muito possivelmente a *mansio* denominada **Fines** no Itinerário de Antonino, e a paleocristã nos séculos VI e VII, cujo vestígio mais importante é uma basílica que na sua construção reaproveita, em parte, estruturas do século III da periferia norte da *villa* romana (Dias e

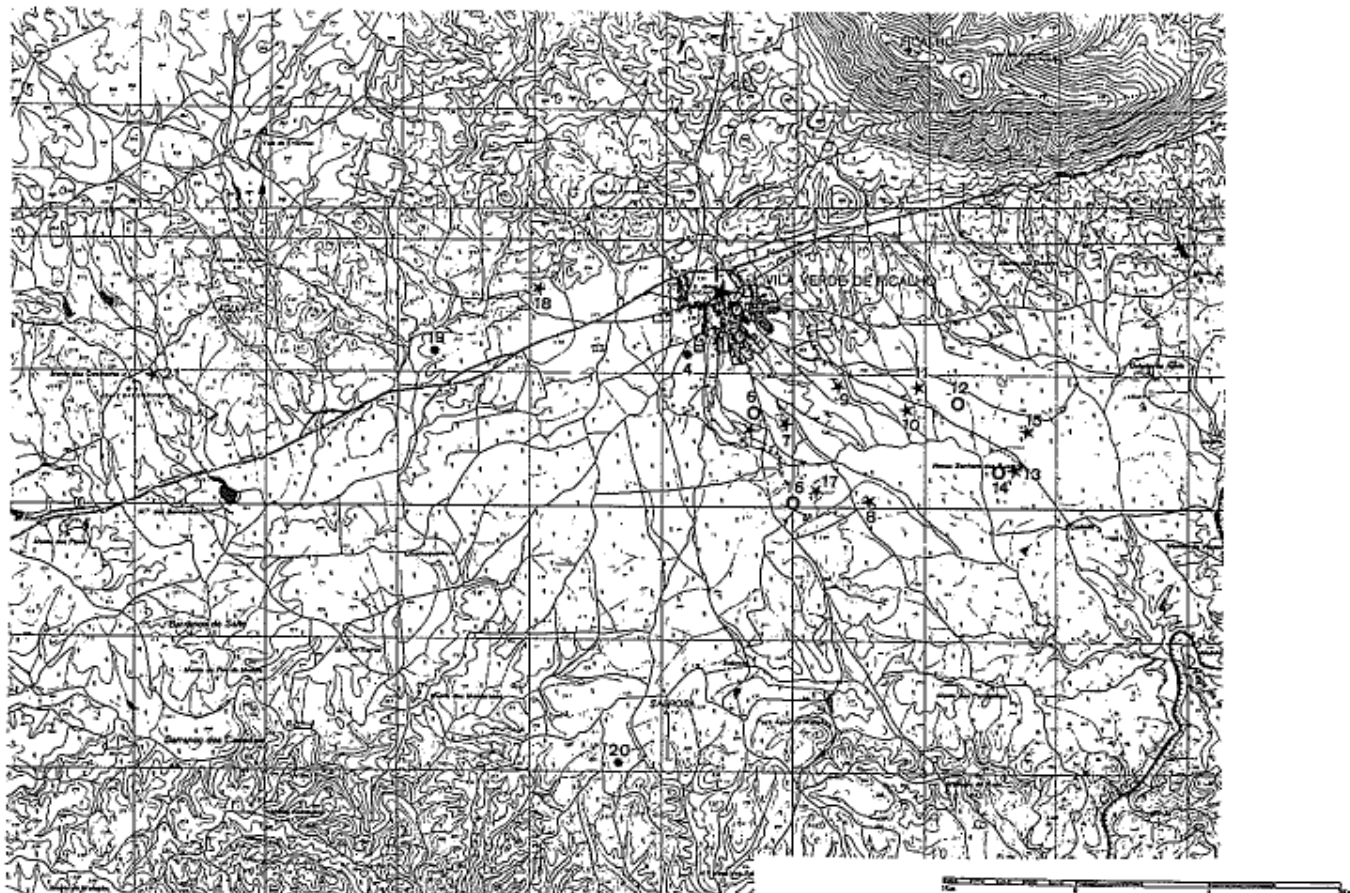


Fig. 7 — Localização dos vestígios romanos e tardo-romanos na área da freguesia de Vila Verde de Ficalho (C.M.P. 524 e 534, esc. 1/25000).
Estrelas: estruturas habitacionais; círculos: necrópoles; asteriscos: achados dispersos.

1 – *Villa* romana e basílica paleocristã da Igreja Velha de S. Jorge; 2 – Rua dos Moinhos. Necrópole de inumação tardo-romana; 3 – Quintal de Bento Bica. Necrópole de inumação tardo-romana; 4 – Ferragial do Cubo; 5 – Carrascalão I. Tardo-romano; 6 – Carrascalão II. Necrópole de inumação tardo-romana; 7 – Carrascalão III. Tardo-romano; 8 – Val de Cardos. Sécs. I e II; 9 – Ferragial de Filipe Monge Moron. Tardo-romano; 10 – Ferragial do Barrinho. II Idade do Ferro (?) e Sécs. I e II; 11 – Estercadinha. Sécs. I e II; 12 – Ferragial de Manuel Correia. Necrópole de incineração do século I d.C.; 13 – Ermida de N. Sra. das Pazes. Tardo-romano; 14 – Ermida de N. Sra. das Pazes. Necrópole de inumação tardo-romana; 15 – Talho de N. Sra. das Pazes. Tardo-romano; 16 – Assento de Chico Roupa. Necrópole paleocristã dos Sécs. VII e VIII; 17 – Assento de Chico Roupa. Sécs. VII e VIII; 18 – Olival do Rogado. Tardo-romano; 19 – Barranco Salto; 20 – Sabrosa; 21 – *Villa* romana (?) da H. das Coelheiras. Sécs. I a III(?).

Soares, 1986, 1987; Soares, 1992, 1994b). Na Fig. 7 encontram-se assinalados a localização da *villa* (e da basílica) e dos vários locais com ocupação romana ou tardo-romana que, eventualmente, estarão relacionados com a existência das importantes ocupações referidas junto à Igreja de S. Jorge.

Por outro lado, a possível relação detectada entre a necrópole e o casal rústico do Assento de Chico Roupa parece ser a mesma que existe entre a necrópole do Carrascalão II e o casal rústico de Carrascalão I (ou III) ou entre as estruturas de zona da Ermida de Nossa Senhora das Pazes e a necrópole adjacente (ainda inéditas).

Foi entretanto, passados mais de dez anos após a escavação da necrópole do Assento de Chico Roupa, possível obter uma cronologia absoluta e

precisa para este espaço funerário. Através da datação pelo radiocarbono (AMS) obtiveram-se as seguintes datas:

OxA-5439	Esqueleto III b (tíbia esquerda)	1310±50 BP	($\delta^{13}\text{C} = -19,1\text{‰}$)
OxA-5440	Esqueleto II a (tíbia direita)	1390±45 BP	($\delta^{13}\text{C} = -18,7\text{‰}$)

Por outro lado, a partir de uma amostra de carvão embebida no seio da argamassa da nave sul (?) da basílica obteve-se a data

ICEN-18	1520±80 BP	($\delta^{13}\text{C} = -24,46\text{‰}$)
---------	------------	--

enquanto que o epitáfio de um tal *Martinus*, descoberto no anexo sul (talvez o nártex) da basílica, está datado do ano de 626 (Dias e Soares, 1987).

Na Fig. 8 representam-se graficamente todas aquelas datas de radiocarbono calibradas, bem como a data do epitáfio. Admitindo a associação da amostra de carvões com a construção da basílica paleocristã, esta ter-se-á realizado no século VI ou, com menor probabilidade, nos finais do século V. Um dos enterramentos está rigorosamente datado, através da lápide atrás referida, do ano 626 mas, possivelmente, esta sepultura não será das mais tardias. A basílica tem a norte um anexo muito compartimentado com diversas sepulturas, ainda não escavadas, a envolverem um Baptistério. A oeste deste anexo foi construído, em momento posterior, um outro anexo com mais três sepulturas. Como durante as escavações nada fosse encontrado atribuível à presença árabe, é de crer que o final da ocupação paleocristã tenha ocorrido nos finais do século VII ou princípios do VIII.

O enterramento *IIa* ter-se-á efectuado em meados do século VII e o *IIIb* nos finais do século VII ou na primeira metade do VIII, isto é, a necrópole do Assento de Chico Roupa é, com elevada probabilidade, contemporânea da

utilização da basílica paleocristã da Igreja Velha de S. Jorge.

CONCLUSÕES

A utilização da técnica de AMS permitiu a datação precisa de uma necrópole tardo-romana sem que o espólio ósseo recuperado fosse afectado gravemente. As datas obtidas permitem afirmar que a necrópole, muito possivelmente relacionada com um casal rústico que lhe fica muito próximo, é datável do século VII, mas podendo abranger também um momento já integrável na primeira metade do século VIII. Por outro lado, é contemporânea da basílica paleocristã existente junto à actual Igreja Velha de S. Jorge.

Analisando o levantamento arqueológico já efectuado na área da freguesia de Vila Verde de Ficalho para as épocas romana e tardo-romana verifica-se que desde o século I d.C. até aos inícios do século VIII a população ocupa preferentemente o local onde foi implantado a *villa* (próximo de uma nascente de água que, actualmente, ainda abastece Ficalho) enquanto que a sudeste, a distâncias

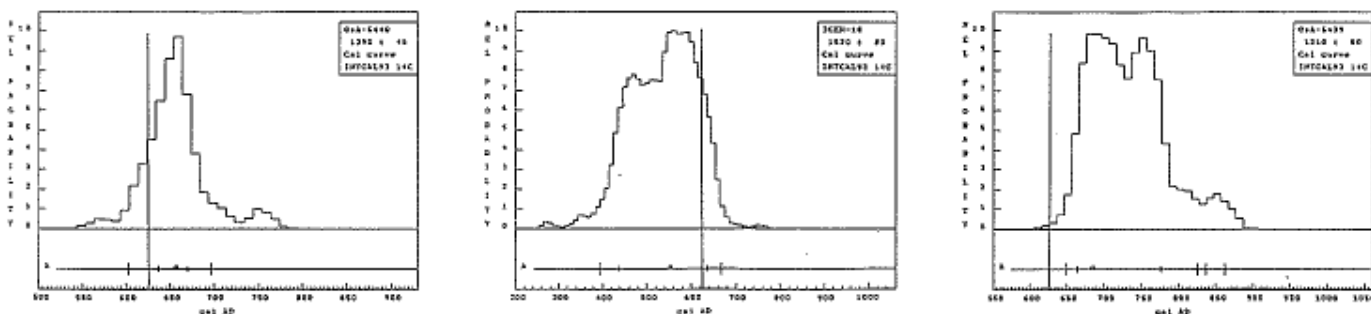


Fig. 8 — Representação gráfica da distribuição de probabilidades das datas de radiocarbono para a necrópole do Assento de Chico Roupa e para a basílica paleocristã da Igreja Velha de S. Jorge (programa CALIB 3.0.3 de STUIVER e REIMER, 1993). Nas rectas A estão representadas as intersecções com a curva de calibração e os intervalos de confiança de 1σ e 2σ . A recta vertical assinala a data de 626 do epitáfio paleocristão de *Martinus*.

que não ultrapassam os 2,5 km e em solos de razoável capacidade agrícola (os que são hoje utilizados para a cultura cerealífera), se instalam pequenos casais rústicos. Estes casais, com certeza correspondente cada um a uma família, tinham a respectiva necrópole a pequena distância. Prova-se pois, que o padrão de povoamento rural atrás descrito se inicia no século I d.C., se não antes — na II Idade do Ferro — e se prolonga até ao século VIII, quando parece acabar abruptamente. Padrão semelhante de povoamento rural existirá para outras regiões do Alentejo durante toda esta época.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se o financiamento da escavação e da datação pelo radiocarbono (AMS) da necrópole ao IPPC e ao IPPAR, respectivamente. Os nossos agradecimentos vão também para o Sr. Bento Campaniço, proprietário do terreno onde a necrópole está implantada, para a equipa que colaborou nas escavações, constituída pelos Srs. António Garcias, António Monge, António Oliveira e Caetano Valente e, ainda, a Eugénia Cunha e Teresa Araújo.

NOTAS

- 1 A realização das escavações foi autorizada por Despacho de 29/5/83 de Sua Ex.³ o Sr. Secretário de Estado da Cultura, tendo sido atribuído ao responsável pelas escavações, posteriormente à realização das mesmas (em 15/9/83), um subsídio no montante de quarenta mil escudos.
- 2 Entesopatia — lesão inflamatória que afecta a área de inserção de tendões ou músculos que pode levar à ossificação dos ligamentos.
- 3 Caracteres discretos — «pequenas variações não métricas do esqueleto que podem, nalguns casos, ser reveladoras da existência de relações de parentesco» (Cunha, 1995).
- 4 *Stress* — significa, paleobiologicamente, um distúrbio fisiológico resultante de perturbações ambientais (Cunha, 1995).
- 5 Em 1995, quando foi possível determinar a cronologia absoluta da necrópole, em conversa com o proprietário do terreno foi-nos por ele dito que, em 1982, tinha encontrado junto aos fragmentos de lajes de xisto uma placa de mármore cinzento azulado (do mesmo tipo de algum existente nas pedreiras de Ficalho) com uma inscrição, que guardou em sua casa. No entanto, posteriormente em obras que realizou em casa, a placa sofreu extravio.

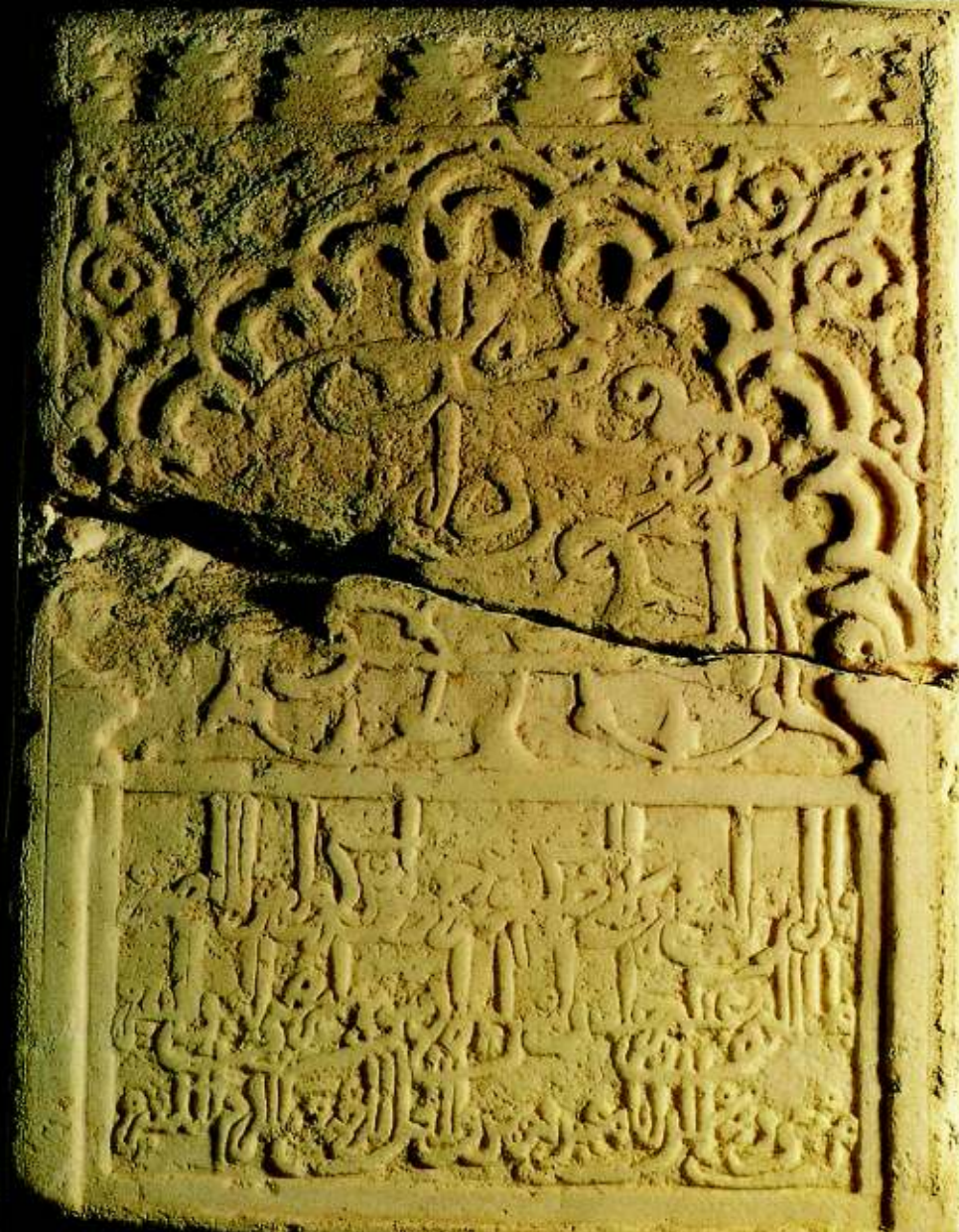
BIBLIOGRAFIA

- BAUD, C. A. (1982) — «La taphonomie: la transformation des os après la mort», *Histoire et Archaeologie*, 66: 33-35.
- BRABANT, H. e SAHLY, A. (1962) — «La paleostomatologie en Belgique et en France», *Acta Stomatologica*, 59, 3: 285-355.
- BROOKS, S. e SUCHEY, J. (1990) — «Skeletal age determination based on os pubis: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks methods», *Human Evolution*, 5, 3: 227-238.
- BROTHWELL, D. R. (1981) — *Digging up bones*, 3.^a Edição, Ithaca, New York, Cornell University Press.
- BRUZEK, J. (1991) — «Proposition d'une nouvelle methode morphologique dans la determination sexuelle de l'os coxal. Application a la Chaussée-Tirancourt», *Méthodes d'étude des sepultures*, 11-20.
- CARVALHOSA, A. B. (1968) — *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 44-CD (Vila Verde de Ficalho)*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- CRUBÉZY, E. (1988) — *Interations entre facteurs bio-culturels, pathologie et caracteres discrets. Exemple d'une population medievale: Canac (Aveyron)*, Thèse de Doctorat Médecine, Univ. de Montpellier.
- CRUBÉZY, E.; MORLOCK, G. e ZAMMIT, J. (1985) — «Diffuse idiopathic skeletal hyperostosis and enthesopathy in mediaeval», *Clinical Rheumatology* 5, 2: 17.
- CUNHA, E. (1995) — «Contribuição da Paleobiologia para o conhecimento dos habitantes da zona de Corroios (Seixal) nos séculos XV e XVI», *Al-Madam*, II^a Série, 4: 34-39.
- DIAS, M. M. ALVES e SOARES, A. M. MONGE (1986) — «Inscrição votiva de Vila Verde de Ficalho, Serpa», *Ficheiro Epigráfico*, 18, n.º 84.
- (1987) — «O epitáfio paleocristão de Martinus, Vila Verde de Ficalho (Serpa)», *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, Lisboa, 232-240.
- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I. e STLOUKAL, M. (1980) — «Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons», *Journal of Human Evolution*, 9 (7), 517-550.
- GALLO, M. I. P. e SANZ, M. A. (1989) — «Estudio Antropologico y Paleopatologico en poblaciones visigodas: revision», *II Reunion Nacional de la Asociacion Española de Paleopatologia*. Logroño.
- GOODMAN, A. H. e ROSE, J. C. (1991) — «Dental enamel hypoplasias as indicators of nutritional status», in KELLEY, M. e LARSON, J. (eds.), *Advances in Dental Anthropology*, 279-293.
- HAUSER, G. e DE STEFANO, G. (1989) — *Epigenetic variants of human skull*, Stuttgart, Schweizerbart.

- LOVEJOY, C.; MEINDL, R.; PRYZBECK, T. e MENSFORTH, R. (1985) — «Chronological metamorphosis of the auricular surface of the ilium: a new method for the determination of adult skeletal age at death», *Am. J. Phy. Anthropol.*, 68: 15-28.
- KROGMAN, W. M. e ISCAN, M. Y. (1986) — *The human skeleton in forensic medicine*, Springfield Illinois, C. C. Thomas.
- MASSET, C. (1982) — *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*, Thèse Doctoral, Lab. Anthropologie Biologique, Université de Paris VII.
- OLIVIER, G.; AARON, C.; FULLY, G. e TISSIER, G. (1978) — «New estimatons of stature and cranial capacity in Modern man», *Journal of Human Evolution*, 7, 513-518.
- SANTOS, A. L. (1993) — *Diagnose sexuelle et estimation de la longueur du fémur d'après l'étude de quelques de ses fragments*. Poster apresentado no Congresso GALF, Bordeaux.
- (1995) — *Certezas e Incertezas sobre a idade à morte*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade de Coimbra.
- SERRA, J. A.; ALBUQUERQUE, R. M. e NETO, M. A. M. (1952) — XXV — «Características da população da época visigótica de Silveirona (Estremoz). I — Estatura e robustez dos ossos longos», *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, V, Fascículo 4.^o
- SILVA, A. M. (1995) — «Sex assessment using the calcaneus and talus», *Antropologia Portuguesa*, 13: 107-119.
- SOARES, A. M. MONGE (1992) — «A basílica paleocristã de Vila Verde de Ficalho (Serpa)», *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Livro de Resumos)*, Lisboa, 122-125.
- (1994a) — «O Bronze do Sudoeste na Margem Esquerda do Guadiana. As Necrópoles do Concelho de Serpa», *V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, vol. II, 179-197.
- (1994b) — «Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Resultados preliminares», *Vipasca*, 3, 41-49.
- STUIVER, M. e REIMER, P. J. (1993) — «Extended 14C Data Base and Revised CALIB 3.0 14C Age Calibration Program», *Radiocarbon*, 35 (1), Tucson, 215-230.
- TAMAGNINI, E. e VIEIRA DE CAMPOS, D. (1949) — «IV — O fémur português». *Contribuições para o estudo da Antropologia Portuguesa*, II, Fascículo I.
- TRINKAUS, E. (1994) — «Le col du fémur: un indicateur social pour les anthropologues?», *La Recherche*, 25, 268: 950-951.
- WHITE, T. (1991) — *Human Osteology*, San Diego, Academic Press.

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

EL POBLAMIENTO MEDIEVAL DE LA ALPUJARRA: LA NECROPOLIS TARDORROMANA DE PAGO Y SU EVOLUCIÓN POSTERIOR

CARMEN TRILLO SAN JOSÉ*

INTRODUCCION

Uno de los temas de mayor interés para el mundo mediterráneo es el de la transición de la época antigua a la medieval. No es fácil abordar una investigación de estas características, en especial en zonas en donde las fuentes escritas no existen o son insuficientes y es preciso recurrir a la Arqueología, tanto para la localización de los yacimientos como para la interpretación del paisaje. Se requiere, además, una labor continuada, de manera que podamos contar con un número adecuado de yacimientos prospectados, con objeto de establecer unas pautas en la evolución del poblamiento. Durante algunos años nuestro trabajo sobre un territorio del reino de Granada, la Alpujarra, a través fundamentalmente de las fuentes escritas, había estado orientado a conocer una transición diferente, la de la época nazarí a la castellana, después de la conquista¹. Sin embargo, el proyecto de prospección arqueológica superficial *Análisis del poblamiento medieval en la Alpujarra Alta granadina* que iniciamos en 1992², nos permitió documentar nuevos yacimientos que no aparecían en las fuentes escritas y que no eran estrictamente medievales. La mayoría de los yacimientos prospectados han tenido una ocupación más o menos continuada en época islámica. En buena parte de ellos se constata su existencia al menos en época califal y nazarí. No ocurría lo mismo para la etapa castellana,

en la que sabemos que muchos castillos se destruyeron para prevenir sublevaciones de los mudéjares, aunque, ciertamente, algunos, siguiendo un plan de control de la zona, fueron reconstruidos para albergar guarniciones castellanas.

Menos frecuente, pero no por ello menos importante, ha sido la localización de yacimientos con una adscripción temporal más limitada, entre los que contamos con algunos tardorromanos, como la necrópolis de la que hablaremos en estas páginas, y otros de primera época altomedieval, que después fueron abandonados. Son éstos los que nos permitieron advertir las diferencias entre un poblamiento de tradición romana y otro islámico. En efecto, tanto por lo formulado a niveles generales³ como por lo estudiado en otras zonas próximas a la nuestra⁴, no se puede hablar de una continuidad entre la época antigua y la medieval. Antes al contrario, la crisis del mundo antiguo supone un abandono del medio urbano y de

* Universidad de Granada.

las *villae* y el asentamiento de las poblaciones en *habitats de altura*. En general, son comunidades que escapan al control del Estado, representado en la ciudad, y de la clase territorial que se consolida en estos momentos. Se trata de yacimientos situados en zonas elevadas y al margen de las principales vías de comunicación, dedicados a la ganadería y a una agricultura elemental. Finalmente, será la implantación del Estado omeya de al-Andalus la que suponga la desaparición de estos *habitats de altura* y el establecimiento de las comunidades en lugares más bajos, dedicadas a un aprovechamiento agrícola intensivo. Pero entre el siglo IV y el X se observan situaciones diversas: hay yacimientos que tendrían una continuidad desde época romana, como podría ser el de Pago, cuya necrópolis, datada como de finales del siglo VII, estudiamos en este trabajo, y otros que, efectivamente, se sitúan en lugares más inaccesibles y corresponderían a una época más tardía (el Castillejo de Júbar y el despoblado de Narila). En todos los casos citados se dió un abandono posterior, antes, sin embargo, del establecimiento del califato omeya. De hecho, la Alpujarra es una zona en donde las sublevaciones frente al poder de Córdoba tuvieron un gran arraigo. Así, en época de Hišam I (788-796) estuvieron protagonizadas por algunos clientes del hermano del emir, Abū Ayyūb, en apoyo de éste. Más tarde, bajo Muḥammad I (852-886) se inicia la rebelión de ʿUmar Ibn Ḥafṣūn, que será definitivamente sofocada por el califa ʿAbd al-Raḥmān III (912-961). En efecto, pudo ser a partir del siglo X cuando las comunidades descendieran de las montañas y se establecieron en lugares menos elevados. Hay, incluso, una recuperación del Mediterráneo como vía de comunicación. Es en estas fechas cuando al-Rāzī nos habla de Sierra Nevada como una montaña muy poblada dedicada a

la explotación de cultivos de regadío, algunos de los cuales llegaron con los árabes, como el algodón, la caña de azúcar y el plátano en la costa de Granada⁵. En el siglo XI la Alpujarra es ya un territorio organizado administrativamente, dividido en *ayzā'* (plural de *yuz'*) y *aqālim* (plural de *iqlim*), y controlado fiscalmente, como lo describe al-ʿUḍrī⁶.

Lo que ocurría entre el siglo XI y el XIII es casi desconocido en esta zona, aunque haya habido avances significativos tanto en el estudio arqueológico de la ciudad de Granada⁷ como en yacimientos rurales próximos a la Alpujarra⁸. La época nazarí está, sin embargo, más estudiada, especialmente a través de las fuentes documentales castellanas inmediatas a la conquista. Sabemos que en el siglo XV la vertiente sur de Sierra Nevada estaba muy poblada, con más de cien alquerías organizadas en valles o distritos llamados *ṭā'a/s*. La agricultura intensiva de regadío era la actividad económica predominante, algunos de cuyos productos (seda, pasas, almendras) estaban dirigidos a un comercio controlado, frecuentemente, por extranjeros, en particular, genoveses y florentinos. La relación de estas comunidades con el poder central no es fácil de definir, pero puede decirse que mantienen una cierta autonomía, como corresponde a un medio rural en donde los lazos familiares son muy fuertes. Es posible, no obstante, que esta autonomía se viera disminuida en algunos momentos, como, por ejemplo, en la fecha de creación de las *ṭā'a/s*. Pero es, sin duda, en época castellana, cuando la situación va a cambiar. La creación de los señoríos y la pérdida del estatuto conseguido por estas poblaciones con motivo de la capitulación de Granada por la sublevación que protagonizan en 1500 contribuirían a ello. Asistimos a un proceso que camina hacia una pérdida de identidad de estas comunidades (presiones y posteriores obligaciones de convertirse al cristianismo, merma de usos y costumbres, etc.), al tiempo que se acrecienta el control castellano sobre ellas. El resultado final, que ha dejado importantes huellas tanto en las fuentes escritas como en la cultura popular, fue la expulsión definitiva de los moriscos.

EL POBLAMIENTO MEDIEVAL

Los yacimientos prospectados en la Alpujarra granadina permiten constatar una presencia romana muy escasa en relación con otras zonas próximas, como la costa, y también en comparación con el poblamiento árabe. Es importante precisar que se observa un hiato entre un tipo de poblamiento y otro, de tal forma que, aun estando muy próximos suelen situarse en lugares diferentes, tanto en altura como en características. Un segundo grupo de estos yacimientos pertenece a una primera época altomedieval, es decir entre tardorromano y emiral. Un tercer grupo corresponde a la ocupación califal, muy importante en la Alpujarra, que suele ir acompañada de la nazarí en casi todos los casos. Por último, como dijimos al principio, la cerámica cristiana es prácticamente

inexistente, salvo en los despoblados muy tardíos, del siglo XVIII, por ejemplo, porque rara vez se reocuparon los castillos. Antes al contrario, los que se conservaron fueron reconstruidos, siguiendo un plan que permitiera controlar las salidas naturales de la zona, ya que ésta quedó poblada por un gran número de mudéjares después de la conquista.

I) Yacimientos romanos. La presencia romana es muy limitada y no permite pensar en una continuidad de ocupación generalizada en época islámica. Se aprecia una tendencia ubicarse en lugares poco elevados para la práctica de la agricultura, como ocurre en los dos situados en la vega de Orgiva, algo muy distinto de lo que pasa con las alquerías árabes. El primero es un yacimiento romano junto al río Guadalfeo, a unos 300 ms. de altura, en la parte más baja del cerro en donde se encuentra el castillejo de Orgiva (405 ms). Este hecho es una muestra más de que el poblamiento romano sigue unas pautas diferentes al islámico y de que pocas veces se constata una continuidad entre ambos. El segundo corresponde a la necrópolis tardorromana de Pago, próxima al anterior, a unos 315 ms de altura. Aunque no ha sido localizado el lugar de habitación, cabe pensar que estaría muy próximo a la necrópolis.

Además, se constatan yacimientos romanos en lugares más inaccesibles en los casos de aprovechamiento minero. Contamos con al menos dos de este tipo: uno situado en la ladera sur del Fuerte de Jubiles (1.309 ms) y el de Peñón Hundido de Tímar (1.100 ms, con cerámica tardorromana de los siglos IV y V), ambos próximos a unas minas de cinabrio. Es probable que este interés romano por la minería, que está perfectamente documentado en la vertiente norte de Sierra Nevada (caso de las minas de Alquife) y en las sierras costeras de Lújar y la Contraviesa, les llevara a buscar caminos para transportarlos de un lado a otro de la sierra. Las vías de comunicación que ponían en contacto ambas vertientes de Sierra Nevada eran una realidad documentada al menos desde época califal. Algunos hallazgos en la Alpujarra Alta, aunque descontextualizados, podrían apuntar en este sentido. Se trata, por ejemplo, de una moneda romana del siglo III d.C. encontrada en el pago de Calvache (a unos 2.000 ms.), al N de Trevélez, en las proximidades de un puerto de montaña que comunica ambos lados.

De manera excepcional en algunos castillos árabes aparecen en muy escasa cantidad fragmentos de *terrae sigillata*, si bien en muy escasa cantidad y fuera, generalmente, del recinto amurallado. Es el caso del castillo de Escarientes⁹ (624 ms.), que es de época emiral y califal, del Fuerte de Jubiles, ya citado, y que tiene una datación de la época emiral a la nazarí, siendo especialmente importante en la califal, y de la Piedra Fuerte de Yégen¹⁰ (903 ms.), de época emiral y califal. El primero es un lugar estratégico de primera magnitud, pues se halla en la confluencia de dos ríos, el Lucainena y el Ugíjar, que dan lugar al río Grande que desemboca en el Mediterráneo. Del segundo ya hemos mencionado su probable dedicación a la explotación minera.

II) Yacimientos altomedievales. Algunos de los yacimientos prospectados se ocuparon en un periodo anterior a la instalación del califato y luego fueron abandonados. Corresponden a la época emiral o, tal vez, algo anterior. En algunos casos pudo haber una continuidad o una reocupación de yacimientos anteriores. Así ocurre en el Cortijo de Los Bartolos¹¹ (Yátor, a unos 920 ms de altura), en donde junto al material tardorromano, incluida una pesa romana, aparece otro que podría ser posterior.

Otros yacimientos que corresponden también a este periodo son el Castillejo de Júbar y un despoblado al N de Narila. El primero se encuentra sobre un cerro¹² a 1.063 ms. de altura y está rodeado por una muralla de mampostería que tiene un perímetro de 61,5 ms. La cerámica es abundante y en ella no se aprecia la existencia de vidriado y sí de fragmentos de piezas a torneta y a mano. Hay cerámica prehistórica y otra altomedieval (molduras con digitaciones, por ejemplo). Al Norte de Narila, sobre la margen izquierda del río Guadalfeo¹³, a 1.150 ms. de altura quedan los restos de un poblado altomedieval que, como el anterior, tuvo una ocupación muy limitada que no traspasó la época emiral. La cerámica de esta última es grisácea, poco pulida, y no hay ningún vidriado. Entre los fragmentos se distingue lo que parece ser un anafre.

III) Yacimientos califales. La mayoría de los castillos de la Alpujarra presentan una ocupación islámica continuada durante varias épocas. En la totalidad de los prospectados se aprecia una habitación califal, lo que no debe extrañarnos, pues la zona es sometida por el califa °Abd al-Raḥmān III hacia el 913. A partir de ese momento se organiza en distritos (*ayzā'*) al frente de cada uno de los

cuales habría un castillo, representante a su vez de las alquerías y del poder central. La mayoría de estos castillos fueron reutilizados también en época nazarí: Orgiva, Jubiles y Piedra Fuerte de Yégen, aunque hay algunas excepciones como el castillo de Válor (*hiṣn Ballūr*).

IV) Yacimientos nazaríes. Prácticamente cada valle tiene un castillo que le servía de

protección y refugio en épocas de necesidad (Gráf. 1). De seis fortalezas califales localizadas, sólo dos son abandonadas después de esta fecha, mientras que en el resto se detecta cerámica nazarí. En cuanto a su situación se aprecia que siguen la línea del río Guadalfeo, el eje principal de comunicación de la zona en dirección E-O, o una paralela a ella.

En el estado actual de conocimientos sería muy difícil datar estas fortificaciones atendiendo sólo a su factura, que suele responder siempre a este modelo: tomando como base la roca se coloca encima de ella una mampostería de piedra mediana que iguala la superficie, sobre ella se levantan los muros de mortero o de tapial, contruidos en encofrado, lo que suele

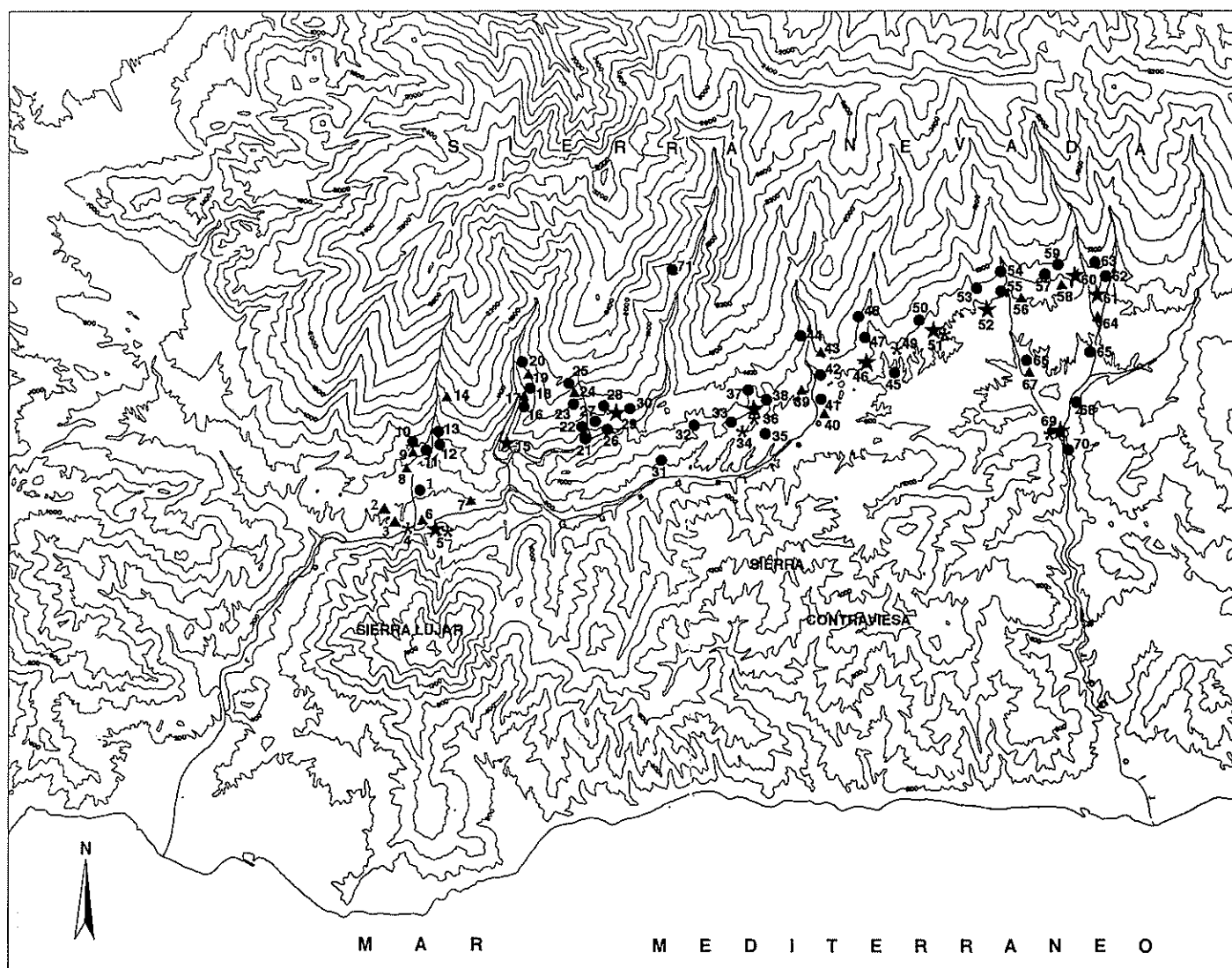


Gráfico 1

2 km

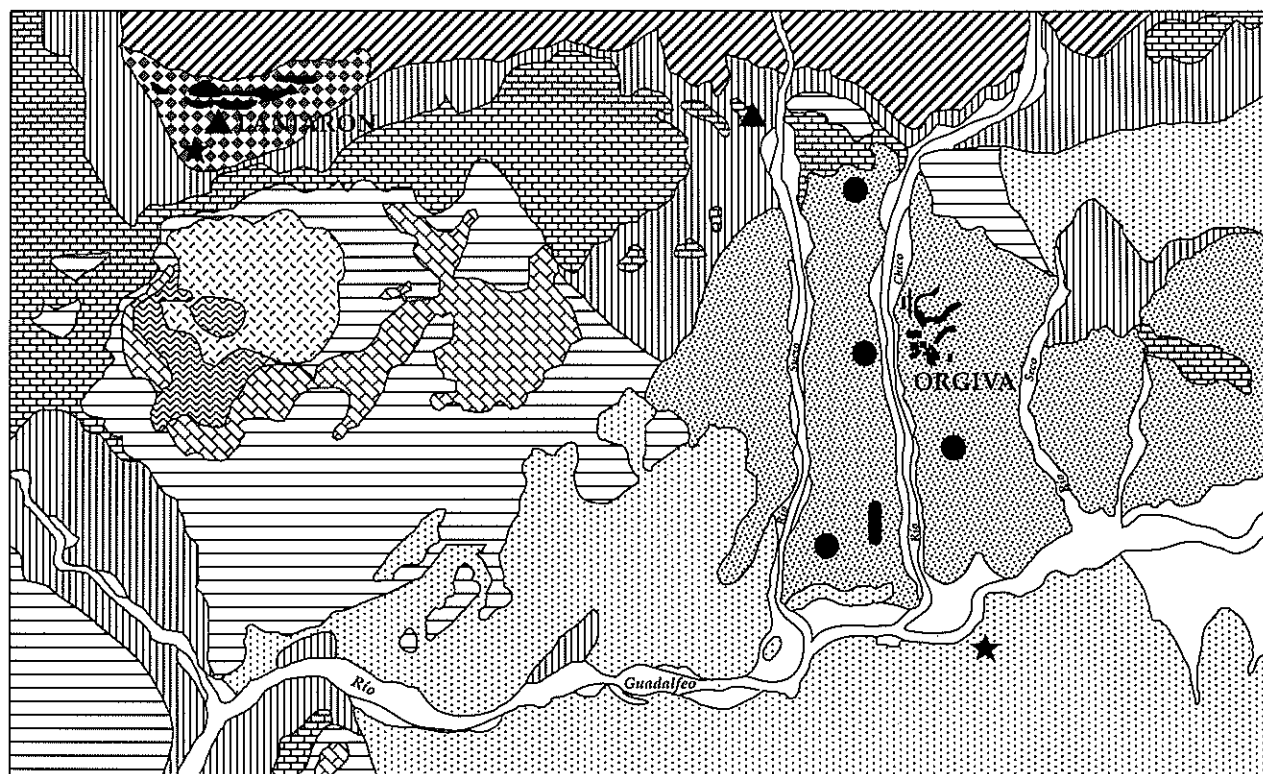
● ALQUERIA ▲ ALQUERIA-DESPOBLADO ★ CASTILLO ✖ YACIMIENTO ROMANO

dejar unas huellas muy características (mechinales). Es, quizá, en los aljibes en donde se pueden apreciar mayores diferencias de una época a otra: los excavados en roca suelen ser más antiguos que los que aparecen levantados sobre la superficie, y éstos, a su vez, anteriores a los que se construyen en bajo. Pero lo que es mucho más determinante a la hora de establecer cronologías y posteriormente modelos de ocupación es la cerámica de superficie.

Se han prospectado también alquerías nazaríes, algunas de las cuales se despoblaron a la llegada de los cristianos, probablemente por marcha de parte de sus habitantes tras la conquista. Si bien hay que recordar que no hubo huidas masivas y que, en su mayor parte, la población se mantuvo en sus tierras, al menos hasta el sofoco de la primera rebelión mudéjar (1500-1501). La despoblación mayor debió producirse más

tarde y es un hecho clarísimo a partir de la guerra de expulsión de los moriscos de 1568.

En resumen, en el poblamiento de la Alpujarra se detectan variaciones a lo largo de la Edad Media. Es destacable la continuidad generalizada entre el poblamiento califal y nazarí. Por el contrario, es menos lo que conocemos del poblamiento altomedieval y tardorromano, dada la escasez de fuentes escritas para este periodo, y el menor número de yacimientos localizados. Por ello tiene un gran interés el estudio de la necrópolis



★ Castillo ▲ Despoblado ● Alquería | Necrópolis tardorromana

Plioceno	Manto de Cástaras. Calizas	Manto de Alcázar. Dolomías	Travertino
Manto de Lújar. Calizas	Manto de la Herradura. Esquistos y cuarcitas	Manto de los Guájares. Esquistos	
Manto de Alcázar. Filitas	Manto Mulhacén. Micasquistos	Manto de Cástaras. Calizas y dolomías	

Gráfico 2

tardorromana excavada en Orgiva, que presentamos a continuación.

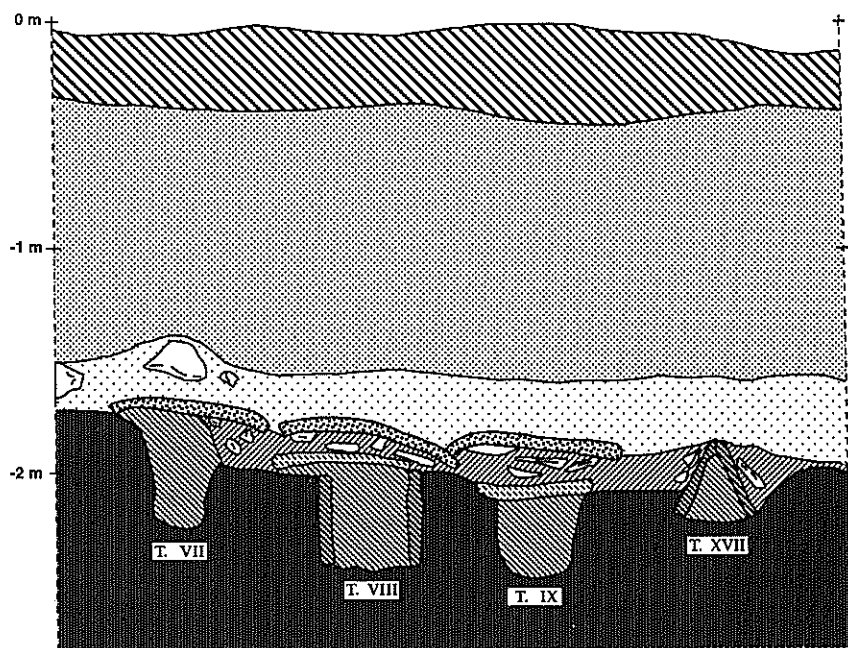
LA NECROPOLIS TARDORROMANA DE ORGIVA

El yacimiento se encuentra en la Alpujarra, que es la vertiente sur de Sierra Nevada, cuya altitud media está en torno a los 3.000 ms de altitud, si bien las poblaciones se hallan entre los 1.480 ms (Trevélez) y 393 ms (Lobras). La excavación de la necrópolis del Cortijo de Ana, en el término de Orgiva (Granada), fue el resultado de una actuación arqueológica de urgencia¹⁴, ya que fue hallada en el transcurso de la construcción de una piscina. El cortijo se encuentra en la vega de Orgiva, al sur de esta población, en una zona conocida como Pago, topónimo de origen romano que, en época nazarí da nombre a una alquería (Gráf. II). La vega de Orgiva es una zona llana formada por glaciares que se eleva entre los ríos Chico y Seco. Las cuencas de estos ríos están constituidas además por otros tipos de depósitos aluviales. Todo ello permite un área muy rica para la agricultura que, según parece, fue explotada en época romana y lo será aun más durante la Edad Media.

La necrópolis, hallada a 1,5 ms. de profundidad, tenía 27 tumbas, de las cuales cuatro, situadas en el sector oeste del conjunto, estaban muy destruidas por las obras realizadas. Las 23 restantes, en el sector E, se hallaban en buen estado de conservación y son las que estudiaremos a continuación.

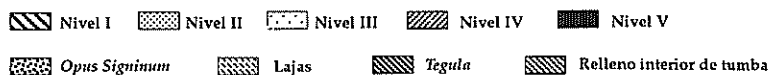
de los perfiles ya existentes, ya que el vaciado al que se había sometido todo el área por la máquina excavadora sólo permitió la documentación del nivel IV, perteneciente a una tierra rojiza, muy compactada con abundantes restos de carbón, cerámica tardo romana y material de construcción. Este nivel cubriría casi la totalidad de las tumbas. La lectura de los perfiles descubrió los siguientes estratos (Gráf. III):

- I Corresponde al nivel superficial. Se trata de una tierra gris, limosa, sin intrusiones de ningún tipo y pertenece a la tierra de cultivo en la que en la actualidad existen olivos.
- II Es un gran nivel de aproximadamente 1 m a 1,30 ms de grosor. Está formado por una tierra muy compactada de color rojizo, con intrusiones de piedras menudas, material de construcción muy fragmentado y pequeños restos cerámicos también muy segmentados y que no ha sido posible datar.
- III Corresponde a un fino estrato de apenas 15 cm de grosor, de una tierra beige-rojiza, muy granulosa, sin intrusiones de ningún tipo.



NECROPOLIS DEL CORTIJO DE ANA. ORGIVA (GRANADA)

SECCION PERFIL ESTE.



ESTRATIGRAFIA

La documentación estratigráfica se ha realizado principalmente en base a la lectura

Gráfico 3

IV Se trata del nivel ya comentado. Es una tierra rojiza, muy compactada y con abundantes restos de carbón, cerámica tardorromana y material de construcción. Se ha documentado en prácticamente la totalidad del área, siendo este nivel más potente en la zona sur del sector E.

V Corresponde al nivel de roca. Es un conglomerado, con intrusionas de piedras de mediano tamaño y con tonalidades que van del color rojizo al tono amarillento. En este nivel se han excavado la totalidad de las tumbas. De lo que podemos deducir que se trataría del nivel superficial durante el periodo de existencia de la necrópolis. Entre los extremos N y S del lugar ocupado por la necrópolis hay una pendiente del 10%.

TIPOLOGIA DE LAS ESTRUCTURAS FUNERARIAS

Se han documentado siete tipos diferentes de enterramientos, sin embargo todos poseen dos características en común: la orientación y el hecho de haberse excavado en roca. De las 23 tumbas que se han excavado, 21 presentan una orientación W-E, salvo las tumbas T XIV y T XXIII, que se diferencian del resto por su orientación N-S.

La tipología es la siguiente:

TIPO A: Fosa excavada en la roca, de forma aquillada. La orientación es de W-E. Las paredes laterales y el suelo es de roca picada. La cubierta esta construida en primer lugar, y de abajo hacia arriba, por lajas de pizarra de gran tamaño, encima de la cual hay una capa de piedras rodadas de mediano tamaño y unidas por un mortero de tierra compactada. Finalmente, se cubre con una gran capa de *opus signinum* que actua a modo de sellado (Gráf. IV).

TIPO B: Fosa excavada en la roca, de forma rectangular. La orientación es de W-E. Las paredes laterales son de ladrillo o de piedras de mediano tamaño. El suelo es de losas de barro de gran tamaño. La cubierta se compone de abajo hacia arriba de grandes lajas de pizarra. Sobre ellas se dispone una capa de piedras de mediano tamaño unidas por *opus cimentatum* cubierto finalmente todo ello por una gruesa capa de *opus signinum*.

TIPO C: Fosa excavada en la roca. De forma aquillada. Orientación W-E. La cubierta es de téglulas dispuestas a dos aguas. Lateralmente se cubre de tierra y piedras compactadas y una cubierta, en algunos casos, de *opus signinum*.

TIPO C1: Presenta las mismas características que el TIPO C, diferenciándose solamente en su orientación que, en este caso, es de N-S.

TIPO D: Fosa excavada en la roca. Tiene forma rectangular y orientación W-E. El suelo es la roca picada. Las paredes laterales son de grandes téglulas. La cubierta es de grandes losas de pizarra, sobre las que se dispone una capa de piedras de mediano tamaño unidas por *opus cimentatum* y una gruesa capa final de *opus signinum* que actua a modo de sellado de la misma.

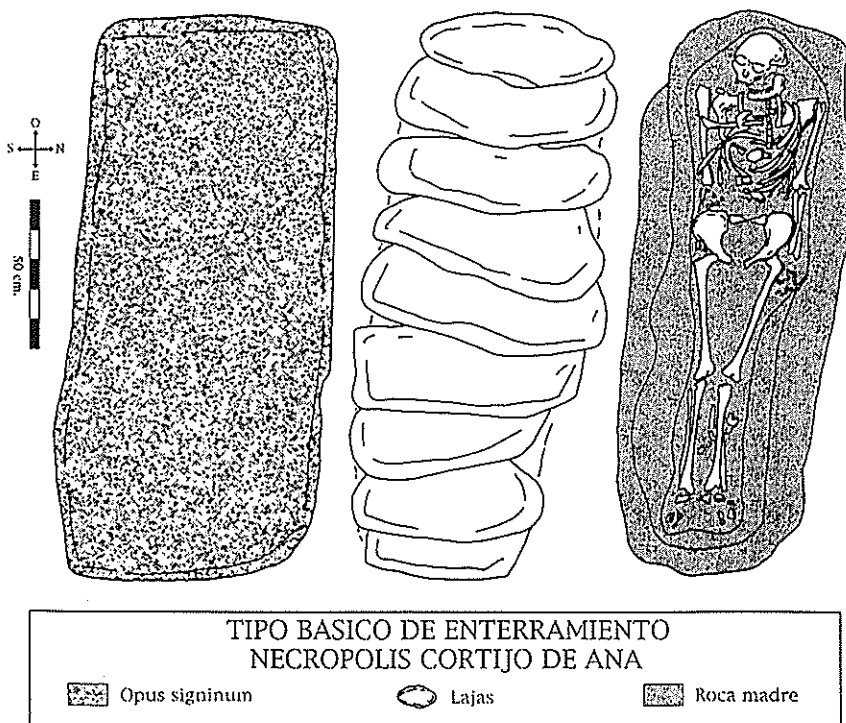


Gráfico 4

TIPO E: Fosa excavada en la roca con forma rectangular y orientación W-E. El suelo es de grandes losas de barro cocido. Las paredes laterales son de piedras de mediano tamaño, unidas por *opus cimentatum*. La cubierta es de grandes lajas de pizarra. Sobre ellas se dispone una gruesa capa de piedras de mediano tamaño, unidas por *opus cimentatum* y, finalmente, una capa de *opus signinum* que la sella.

TIPO F: Fosa excavada en la roca. Orientación W-E. Suelo y paredes laterales de roca picada. Cubierta de grandes losas de pizarra trabadas entre sí.

Aparte de las sepulturas descritas hemos documentado parcialmente tres estructuras, las cuales se adentran en el perfil E y NE, lo que dificulta tanto su documentación, como su interpretación. Las dos primeras, E1 y E2, son dos estructuras paralelas separadas entre sí por una distancia de 3,50m. Parten del perfil W en dirección E, adentrándose 1,50 m en esta dirección. Se trata de unas alineaciones de 1,50 m x 0,50 m, de piedras de mediano y gran tamaño unidas por tierra compactada.

La tercera estructura, se encuentra en la zona N del sector W. Se extiende de E a W y consiste en un área de piedras de mediano y gran tamaño unidas por una tierra muy compactada.

La hipótesis que barajamos es que dichas estructuras pueden corresponder a andenes de aproximación a las tumbas, ya que la cercanía y concentración de las mismas impide la circulación entre ellas excepto por estos elementos.

RESTOS HUMANOS

Se han documentado un total de 23 esqueletos, correspondientes a 7 individuos infan-

tiles y el resto a adultos. De los 7 niños, 5 se hallan concentrados en la zona sur del sector E. Los dos restantes se encuentran en relación con dos individuos del sexo femenino, en concreto las tumbas T XII y T XIV. La primera presenta la particularidad de restos óseos de perro colocados a los pies del individuo.

Todas a excepción de T XIV y T XXIII, que además están separadas del resto de las tumbas, están orientadas de W-E. La cabeza se encuentra al W y los pies al E. La mirada está orientada hacia al N. En cuanto a su conservación, se puede decir que es buena, salvo en algunos casos en que presentan alteraciones violentas. No obstante, esperamos que los análisis antropológicos puedan ayudarnos a interpretar estos datos.

Se ha logrado recuperar una escasa cantidad de material cerámico, correspondiente a cerámica común romana muy fragmentada, *terrae sigillata* y abundantes restos de *doliums*. También se han recuperado abundantes fragmentos de vidrio. Todo ello se concentraba principalmente en la zona sur del sector E, en el Nivel IV. Asimismo han aparecido restos de fauna, como caracoles comunes y ostras, incluso en el relleno interior de algunas tumbas. Ninguna de ellas presentaba ajuar o material alguno.

Tanto la disposición como los materiales de que está construida la necrópolis parecen indicar que fue planificada como tal desde el principio. Estaría asociada al poblado de Pago, que se encontraría cerca de ella, y que estaría dedicado a la explotación agrícola en una zona que es muy rica y apropiada para ello. El hecho de que existan grandes semejanzas entre las sepulturas excavadas indicaría que no hay profundas diferencias sociales en la comunidad que las construyó. La posición de los esqueletos (miran hacia el norte) y los materiales hallados (*terrae sigillata* del siglo IV o V, cerámica común tardorromana, tégulas y vidrio) en la excavación no dejan lugar a dudas de que se trata de una necrópolis de tradición tardorromana. Como dato más preciso tenemos el resultado del análisis de C-14 aplicado a los restos óseos en la Universidad de Granada que arroja una cronología entre los años 650 y 850 d.C., aunque con más probabilidad de que sea del 685.

LA NECROPOLIS DE ORGIVA EN EL POBLAMIENTO DE LA ALPUJARRA

La necrópolis del Cortijo de Ana es un hallazgo de gran importancia en la medida en que nos suministra información sobre una etapa fundamental y bastante desconocida de nuestra Historia, sobre todo en la Alpujarra, como es el final del Mundo Antiguo y la transición a la época medieval. Pero su interés es aún mayor en cuanto que puede ponerse en relación con otros yacimientos de la zona. En efecto, los resultados del proyecto de prospección arqueológica superficial citado nos permitirán hacer un primer balance de lo que significa la necrópolis tardoantigua excavada en el conjunto del territorio alpujarreño.

En líneas generales la presencia romana en la Alpujarra es menos destacada que en la vecina región costera. Aquí recientes estudios¹⁵ han demostrado que los yacimientos romanos encontrados responden, por el momento, a tres modelos de ocupación diferenciados:

1 — Los situados en la misma línea de costa, siguiendo el eje E-W, destinados al control del gran comercio por el Mediterráneo.

2 — Los que se encuentran más al interior, a veces en lugares de difícil acceso, dedicados a la explotación minera. En la Alpujarra existe uno próximo a Tímar junto a unas minas de cinabrio, que luego fueron también utilizadas en época árabe.

3 — Los asentamientos agrícolas: algunos próximos a la desembocadura del Guadalfeo, en zonas muy ricas para la agricultura, y otros más al interior, pero siempre en lugares más accesibles de donde luego se situarán las alquerías árabes. Es el caso del yacimiento romano excavado hace unos años en la Loma de Ceres (Molvízar)¹⁶, y también sería el del poblado asociado a la necrópolis del cortijo de Ana.

Hasta ahora tanto la prospección como la excavación arqueológicas demuestran que existe un hiato entre el poblamiento romano y el árabe. Es decir, los romanos eligen espacios distintos a los árabes para su asentamiento, y cuando coinciden en un lugar, como pasa en la región de Orgiva escogen posiciones diferentes. La excavación de la necrópolis del cortijo de Ana nos ha permitido también ahondar en esta temática.

Por lo que sabemos hasta el momento la presencia romana parece más importante en Orgiva que en el resto de la Alpujarra Alta. Este hecho hay que evaluarlo, sin embargo, con cautela, ya que el proyecto de prospección citado sólo está en sus inicios. En principio no sería extraño, dado que una de las vías naturales de acceso a esta región montañosa es el valle del Guadalfeo y Orgiva es, precisamente, el primer lugar que encontramos siguiendo esta ruta. Podría decirse que es la entrada a la Alpujarra y así lo entendieron siglos más tarde los castellanos que conquistan Granada, al situar en esta parte dos señoríos que permitieran el control de la misma: uno en Vélez de Benaudalla y otro, más al interior, en la propia Orgiva.

En la zona se han localizado, por el momento, dos yacimientos romanos: el ya mencionado del Cortijo de Ana, y el que se ubica en la ladera este del Cerro del Castillejo. Este se encuentra al sur de lo que desde el siglo XIV fue la *tâca* de Orgiva. En su parte superior están los restos de un castillo árabe del que, pese a haberse edificado un cortijo encima, todavía se conservan dos espacios: uno primero en el que hay una estructura rectangular a la que se halla adosada un aljibe y otro, rodeado por una muralla, en el que hay un segundo aljibe. En él se ha encontrado cerámica prehistórica, concretamente de la Edad del Bronce; varios fragmentos a mano o a torno lento, lo que apunta a una cronología califal o anterior; un fragmento de cuerda seca que permite datar la

ocupación en torno al siglo XI; algunos otros vidriados en melado pertenecientes a ataifores que podrían ser también de este siglo o del anterior; y, finalmente, alguna cerámica nazari aunque en menor proporción. En la parte más baja del cerro y en el lado este se encontraba el yacimiento romano, en donde se han hallado *terrae sigillata* y tégulas.

En el territorio de Orgiva hay, además, algunos topónimos que son de adscripción latina, como Pago y Tíjola. El primero se encuentra muy cerca de la necrópolis excavada y, aunque el poblado aún no ha sido encontrado, pensamos que estaría relacionado con las sepulturas exhumadas. El segundo, que tampoco ha sido localizado, se encontraría al E de Orgiva, en la margen derecha del Guadalfeo. Al final de la época medieval estaría despoblado, pero en el siglo XII Idrisi lo menciona como uno de los lugares del itinerario de Cádiar a Granada:

«... de Cadiar a Tíjola (*Tayula*), que está junto a un río [Guadalfeo] que desemboca en Salobreña (*Salúbinya*), doce millas; de *Tayula* a Orgiva (*Urýiba*) hay seis millas»¹⁷.

Hemos señalado al principio que las investigaciones arqueológicas muestran una falta de continuidad entre la ocupación romana y la medieval, o lo que es lo mismo, la árabe. Lo que sucede entre una y otra, aunque es una etapa bastante desconocida todavía, estaría en relación con el vacío de poder creado tras la decadencia del Imperio Romano, que supondría una liberación del mundo campesino, ahora menos controlado por la ciudad. Pero también tendría lugar una situación de inseguridad que obligaría en las zonas rurales, como la Alpujarra y la Costa, a una subida de sus habitantes a las montañas, buscando protección en ellas. Estas poblaciones vivirían fundamentalmente de la explotación ganadera y de una agricultura elemental. Al mismo

tiempo decae la importancia de las grandes rutas comerciales por el Mediterráneo. Se produce una reorganización del comercio. Así, las vías de comunicación costeras de sentido Este-Oeste son sustituidas por otras más pequeñas de dirección Norte-Sur, que comunicaban los núcleos de las montañas con el mar y que eran eficaces para un comercio a pequeña escala. Esta situación no investigada a fondo duraría hasta el siglo X aproximadamente. De este periodo son algunos de los yacimientos estudiados en la Costa, como el de Pico Aguila (término de Gualchos)¹⁸, mientras que en la Alpujarra podríamos mencionar el castillo de Júbbar y un yacimiento encontrado al N de Narila, ambos con cerámica de primera época altomedieval.

Con la instalación del califato se creaban las bases de una mayor estabilidad. Hay un mayor control por parte del Estado, que incorpora a su dominio territorios como la Alpujarra y la Costa, después de vencer algunas resistencias que han dejado huellas en las fuentes escritas. Esta nueva situación permitiría a las poblaciones alojadas en lo más alto de las montañas bajar y ocupar las laderas y dedicarse, fundamentalmente a la agricultura intensiva de regadío.

La mayoría de las descripciones de los geógrafos e historiadores árabes entre los siglos X y XII aseguran que la vertiente sur de Sierra Nevada estaba poblada por un gran número de alquerías y que se daban en ella cultivos de regadío. Pero además de una nueva situación política que facilitó una intensa ocupación de la Alpujarra, se dieron también otras circunstancias que supusieron un importante cambio en la actividad económica de estos pueblos y, por consiguiente, en el paisaje. Se trataba de la introducción de nuevos cultivos por parte de los árabes y de la readaptación de los ya existentes. La mayoría eran especies tropicales y subtro-

picales que tenían su etapa de mayor crecimiento durante el verano, es decir en la época más seca de la Península Ibérica, lo que obligaba a una mayor difusión de las técnicas de regadío, con objeto de mantener la productividad agrícola. Todo ello supuso una gran transformación que se ha dado en llamar la *revolución agrícola* y que, en el caso que nos ocupa, supondría la puesta en cultivo de tierras que hasta entonces no habían sido roturadas y la creación de una importante área de regadío, ya que el secano a penas fue relevante.

Las noticias más detalladas sobre Orgiva son del siglo XII y ya nos hablan de ella como de una zona de gran desarrollo agrícola y muy rica en agua. No sabemos exactamente desde cuando, pero ya al final de la Edad Media era una vega muy poblada¹⁹. Se mencionan un total de cuatro alquerías en ella, además de un núcleo principal conocido como *Albacete de Orgiva*, cuyo nombre, de origen árabe, *al-basit* que significa el llano, hace referencia la topografía más o menos plana del terreno. Aunque hay algunos topónimos de adscripción latina, como hemos visto, otros serían árabes y aluden a nombres de grupos humanos que se instalan en la zona, como *Benizalte* y *Benicied*.

Ya en el siglo XI era un territorio organizado, pues la primera mención de la zona, que se debe al geógrafo al-^Udrī habla de ella como de un *ǧuz* o distrito. Pero es sobre todo al final de la Edad Media cuando tenemos las noticias más precisas. Aproximadamente hacia el siglo XIV se divide la Alpujarra en *ṭāʿas*, organización administrativa de época nazarí que se basa, en cierto modo, en la anterior en *ayzā*. El territorio se estructura teniendo en cuenta la realidad geográfica. De este modo, cada *ṭāʿa* vendría a coincidir con cada uno de los valles que, en dirección N-S, desembocaban en los dos principales ríos, Guadalfeo y Andarax, de dirección E-O. La *ṭāʿa* de Orgiva ocuparía una zona de vega en donde estaría el núcleo principal y las alquerías de *Pago*, *Benizalte*, *Benicied*, *Pago* y *Sortes*, y un espacio de montaña en donde se encontraban las de *Cáñar*, *El Fex*, *Bayacas*, *Carataunas*, *Barjas* y *Soportújar*.

De todo ello se puede deducir que, en época islámica, y aunque no sea posible precisar desde cuando, hay una más densa ocupación de la zona respecto a etapas anteriores y una puesta en cultivo de tierras que hasta entonces no estaban dedicadas a la explotación agrícola. La necrópolis del Cortijo de Ana viene a incidir en este cuestión. En efecto, los enterramientos son del final del Mundo Antiguo, como ya hemos visto, tanto por la disposición de los esqueletos, que miran hacia el Norte y no hacia el Sur o el Este como los musulmanes, como por los materiales asociados a ellos, *terrae sigillata*, tégulas y vidrio. La disposición y la tipología de las tumbas muestran que la necrópolis fue planificada y construida desde el principio. Pertencería a un poblado próximo, seguramente *Pago*, por las razones ya expuestas, que estaría dedicado a la agricultura, ya que aunque en la zona existen minas de hierro, están en la sierra al N de Orgiva, bastante alejadas del yacimiento en cuestión.

Las sepulturas fueron cubiertas por un relleno muy homogéneo que sirvió para crear posteriormente una terraza de cultivo, en donde la capa vegetal pone fin a su formación. Dos aspectos importantes se ponen de manifiesto con este hecho:

- El primero es evidente: el área de cultivo ha sido hecha después de la necrópolis.
- En segundo lugar, este espacio cultivado debió ser creado por una comunidad distinta de aquella que había enterrado a sus muertos, debió tener una religión diferente o, quizás, la habilitación de las terrazas se realizó mucho tiempo después, ya que no se explica de otro modo que hubieran sembrado la tierra encima de su propio cementerio.

Por otro lado, sabemos que *Pago*, próxima a los enterramientos, fue una alquería en época musulmana. Hasta que no sea localizada y analizada la cerámica de prospección no podemos decir si existe hiato o no entre el poblado

tardorromano y el árabe, aunque cabe suponer que sí por lo estudiado ya en otras zonas. En cualquier caso la alquería musulmana estuvo dedicada a una intensa explotación agrícola, pudiendo ser sus propios habitantes o, quizás, otros siglos más tarde, quienes crearan la terraza de cultivo situada encima de la necrópolis citada.

Las informaciones concretas que tenemos sobre *Pago* nos dicen que, junto con el resto de los lugares de la *ṭā'a* fue entregada en señorío al Gran Capitán, como premio a sus actuaciones primero en Italia y luego en la Guerra de Granada. En el último tercio del siglo XVI vivían en ella cuarenta vecinos

MAPA 1

Poblamiento romano y medieval de la Alpujarra granadiana

Ṭā'a de Orgiva	Ṭā'a de Ferreira	44 - Bérchules
1 - Orgiva	21 - Fondales	45 - Yátor
2 - <i>Benizalte</i>	22 - Mecina	46 - Castillejo de Golco
3 - <i>Pago</i>	23 - Pitres	47 - Golco
4 - Necrópolis tardorromana	24 - <i>Aylacar</i>	48 - Mecina Bombarón
5 - Castillejo de Orgiva	25 - Capilerilla	49 - Yacimiento tardorromano de Montenegro
6 - <i>Benisiete</i>	26 - Ferreiroira	50 - Yégen
7 - <i>Tijola</i>	27 - Atalbéitar	51 - Piedra Fuerte de Yégen
8 - <i>Sortes</i>	28 - Pórtugos	52 - Castillejo de Válór
9 - <i>El Fex</i>	29 - Mezquita de Busquístar	53 - Válór
10 - Cãñar	30 - Busquístar	
11 - Bayacas		Ṭā'a de Ugíjar
12 - Carataunas		54 - Nechite
13 - Soportújar		55 - Mecina Alfahar
14 - <i>Barjas</i>		56 - <i>Turrillas</i>
	Ṭā'a de Jubiles	57 - Mairena
	31 - Notáez	58 - <i>Carchelina</i>
Ṭā'a de Poqueira	32 - Cástaras	59 - Júbar
15 - Castillejo de Poqueira	33 - Níeles	60 - Castillejo de Júbar
16 - Pampaneira	34 - Yacimiento romano y altomedieval de Peñón Hundido	61 - Castillejo de Picena
17 - <i>Beniodmín</i>	35 - Lobras	62 - Picena
18 - Bubión	36 - Castillo de Jubiles	63 - Laroles
19 - <i>Alguazta</i>	37 - Jubiles	64 - <i>Ynqueyra</i>
20 - Capileira	38 - Tímar	65 - Cherín
	39 - <i>Albayer</i>	66 - Ugíjar
	40 - <i>El Portel</i>	67 - <i>Ynqueyra</i>
	41 - Cádiar	68 - Lucainena
	42 - Narila	69 - Castillo de <i>Escariantes</i>
	43 - Yacimiento altomedieval de Narila	70 - Darrícal

moriscos y ningún cristiano viejo. Con la expulsión de aquéllos debió abandonarse definitivamente, pues, según el *Libro de Apeo del Estado de Orgiva*, la mayoría de las casas estaban inhabitables, no tenía molino, ni iglesia, aunque sí un horno. En estas fechas, 1571, había en ella 300 marjales de riego de tierra arbolada, fundamentalmente con olivos, morales, aunque también con frutales. El secano era, sin embargo, escaso y poco importante, como nos dice esta misma fuente:

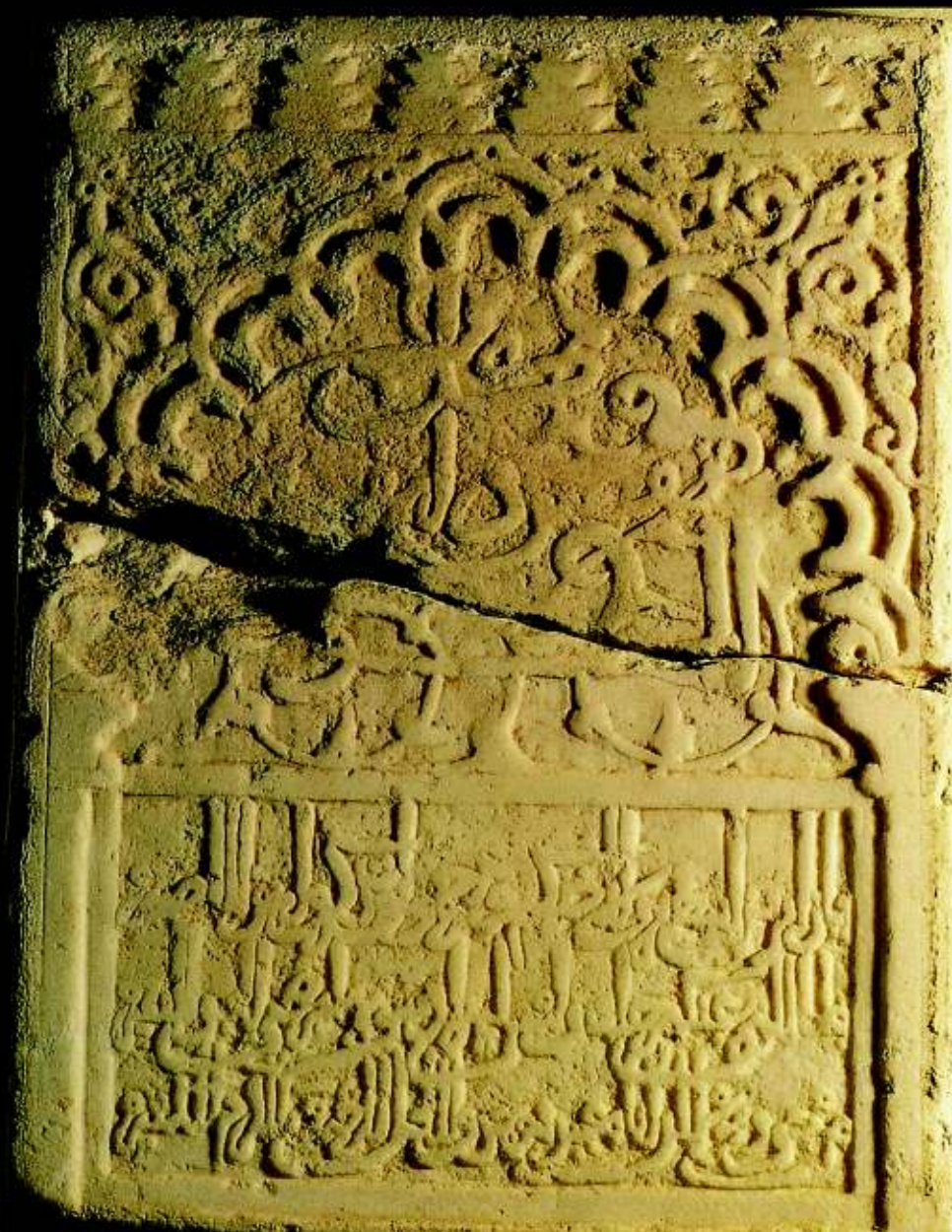
«*hai algunas tierras de secano rompidas pero son pocas y se hace poco caso de ellas, y viñas hay algunas pero son pocas y las que hay son de christianos biejos*»²⁰.

NOTAS

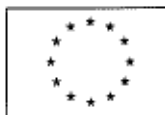
- 1 Carmen TRILLO SAN JOSÉ: *La Alpujarra antes y después de la conquista castellana*. Granada, 1994.
- 2 Financiado por la Dirección General de Bienes Culturales de la Consejería de Cultura y Medio Ambiente de la Junta de Andalucía.
- 3 Chris WICKHAM: «La otra transición: del mundo antiguo al feudalismo», *Stvdia Historica*, VII (1989), pp. 7-35.
- 4 Antonio MALPICA CUELLO: «Repoblaciones y nueva organización del espacio en zonas costeras granadinas», *Actas del Coloquio Incorporación de Granada a la Corona de Castilla*, Granada, 1993, pp. 513-558.
- 5 Andrew M. WATSON: «Innovaciones agrícolas en el mundo islámico», *Actas del Segundo Seminario Internacional La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*. Granada, 1991, pp. 7-20.
- 6 Manuel SANCHEZ MARTINEZ: «La cora de *Ilbīra* (Granada y Almería) en los siglos X y XI, según al-*Uḡrī* (1003-1085)», *Cuadernos de Historia del Islam*, VII (1975-76), pp. 5-82.
- 7 A. MALPICA CUELLO: «Granada, ciudad islámica: centro histórico y periferia urbana», *Arqueología y territorio medieval*, I (1994), pp. 195-208.
- 8 Patrice CRESSIER, Antonio MALPICA CUELLO, Guillermo ROSELLO BORDOY: «Análisis del poblamiento medieval de la Costa de Granada: el yacimiento de «El Castillejo» y el valle del río de la Toba (Los Guájares)», *II congreso de Arqueología Medieval Española*, tomo III, Madrid, 1987, pp. 149-170. P. CRESSIER, M. RIERA FRAU y G. ROSELLO BORDOY: «La cerámica tardo-almohade y los orígenes de la cerámica *Naḡrī*», *Quaderns de Ca la gran cristiana*, XI (1992), pp. 5-36.
- 9 M.T.N., hoja 1.043-I, Ugíjar, 1:25.000, cuad. 497-498/4088-4087.
- 10 M.T.N., Ugíjar, 1043-I, 1:25.000, cuad. 490-491/4093-4092.
- 11 M.T.N., Ugíjar, 1043-I, 1:25.000, cuad. 488-489/4092-4091.
- 12 M.T.N., hoja 1.028-III, Mairena, 1:25.000, cuad. 497-498/4096-37º 0' 04" 8.
- 13 M.T.N., Ugíjar, hoja 1043-I, 1:25.000, cuad. 484-485/4091-4090.
- 14 La excavación fue realizada durante los meses de julio, agosto y septiembre de 1993 y sus resultados se publicarán en el correspondiente *Anuario Arqueológico de Andalucía* por C. TRILLO SAN JOSÉ, José J. ALVAREZ GARCIA y E. JIMENEZ LOZANO: «Informe de la excavación de urgencia de la necrópolis altomedieval del Cortijo de Ana (Orgiva, Granada)».
- 15 A. MALPICA CUELLO: «Repoblaciones y nueva organización del espacio...», pp.522-526.
- 16 Nicolás MARIN DIAZ: *Molvizar en tiempos de los romanos. La Loma de Ceres*. Granada, 1988.
- 17 AL-IDRĪSĪ: *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII según «Uns al-Muḡay wa-rawḡ al-furay»*, Ed., trad. y estudio Jassim Abid Mizal. Madrid, 1989, p. 89.
- 18 Antonio GOMEZ BECERRA: «Poblamiento altomedieval en la costa de Granada: el yacimiento de Pico Aguila (Gualchos-Castell de Ferro)», *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su reino*, III (1989), pp. 69-79.
- 19 En 1506, en un interrogatorio realizado para averiguar si los infantes de Granada, hijos de Muley Hacén y Zoraya, tenían derecho a una indemnización por lo que habían sido sus propiedades en las *ḡāʿa/s* de Orgiva y El Jubeyel varios de los testigos coinciden en señalar que «...las dichas alquerías e valles estaban bien poblados e de rica gente e buenos heredamientos...» (A.G.S., M. y P., leg. 11-123, fol. 29 v.). Cuando fue preguntado Enrique Enriquez, el Pequeñí, antiguo cadí mayor de la ciudad de Granada, concretó, aun más, diciendo que podría haber en las dos *āca/s* unas 440 casas y que rentarían unos 370.000 maravedís (A.G.S., M. y P., leg. 11-123, fol. 35 r. y v.).
- 20 A.R.Ch.G., cab. 5, estante a.3., leg. 128 bis., fol. 83 r.

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

NECRÓPOLES MEDIEVAIS DE TOMAR

SALETE DA PONTE*

1. PAISAGEM HISTÓRICA

As poucas fontes escritas e os testemunhos arqueológicos disponíveis fornecem-nos algumas pistas valiosas para o estudo da necrologia medieval e ambiência religiosa dos vários grupos humanos que ocuparam o solo tomarense entre o século VI e o século XVI.

Estas referências históricas são, sobretudo, válidas para a comunidade cristã, que ocupava largas manchas do espaço urbano e periurbano de Tomar Medieval, onde as minorias religiosas não eram expressamente representativas. Assim, ocupar-nos-emos, em primeiro lugar, do espaço cemiterial urbano, com assento nos terrenos de Santa Maria dos Olivais, para depois nos debruçarmos sobre alguns dos achados funerários na paisagem periurbana de Tomar (Fig. 1).

2. ÁREA URBANA

A área urbana, que no período romano, era a cidade privilegiada dos vivos — a antiga cidade capital de *Sellium* — passa, no tempo medieval, para o

espaço sagrado reservado à oração e ao sono eterno do homem. É, assim que, em tempo de calma e sob domínio visigótico, esta realidade urbana chamada *Selio*¹, recupera nos meados do século VI, através da unidade política e religiosa e de um só reino, um certo fulgor económico e social bem patenteado nos vestígios da arte escultórica e arquitectónica conservada em Tomar.

Os elementos decorativos² e as fontes históricas reunidas³ constituem achegas imprescindíveis para o estudo da comunidade romano-visigótica durante os séculos VI-VII d. C. Estes dados científicos permitem-nos situar o núcleo social e religioso das populações de *Selio* ou *Célio* na organização eclesiástica do Noroeste Peninsular, sob a acção evangelizadora do bispo dumense, S. Martinho de Dume.

Ora, a forte influência religiosa deste clérigo manifesta-se igualmente no plano artístico, mediante a construção de vários edifícios sacros, mormente após a conversão

* Docente do Instituto Politécnico de Tomar.

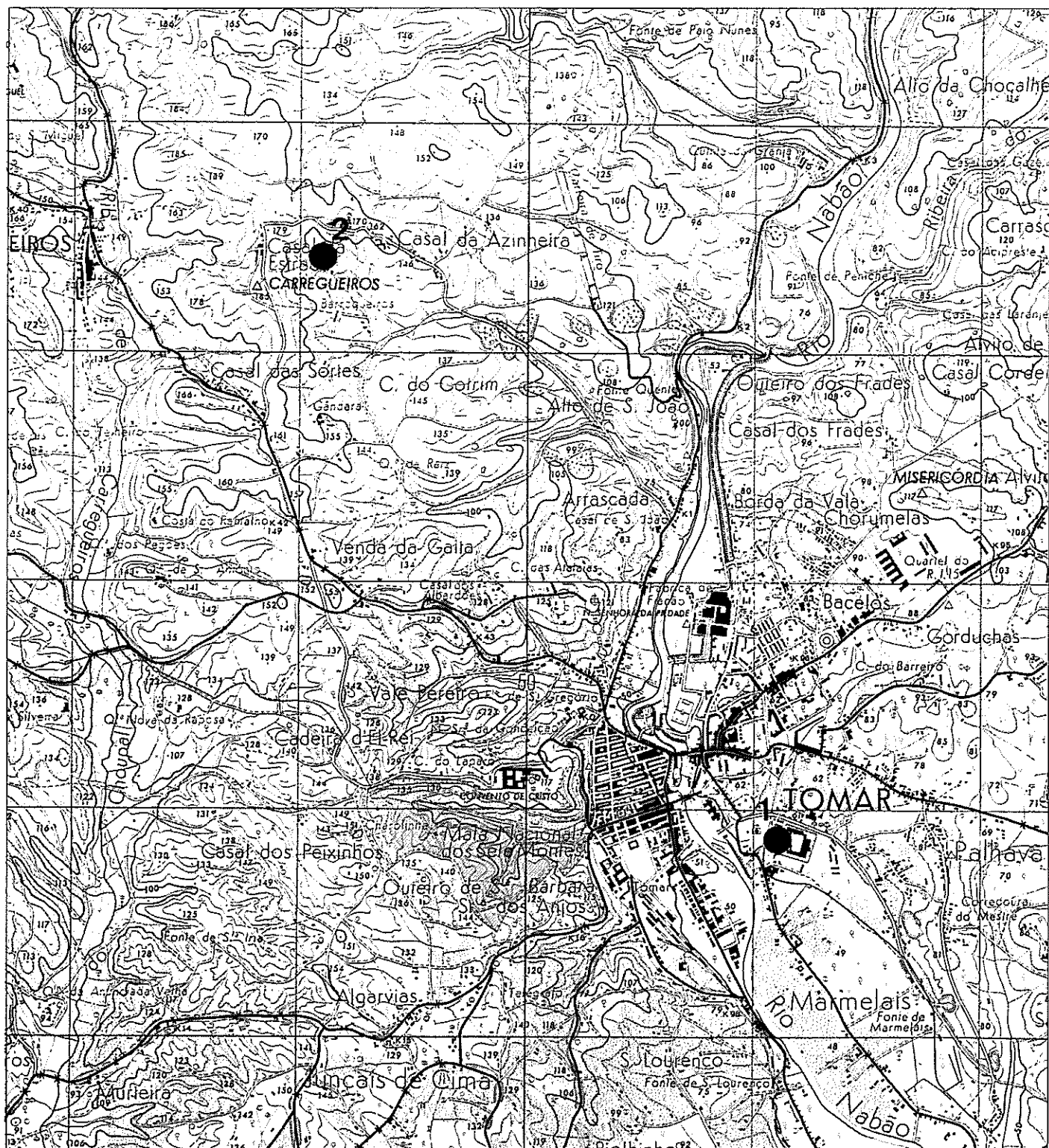


Fig. 1 — Carta do Exército, Folha 310, Esc. 1:25.000:1 — Cemitério de Santa Maria dos Olivais; 2 — Cemitério actual de Carregueiros.

dos visigodos ao cristianismo (Concílio de Toledo, em 589). O crescimento e expansão da igreja contagiou *Selio*, durante o período histórico de prosperidade da comunidade romano-visigótica com assento neste território, entre os séculos V-VII.

Por outro lado, as peças lavradas e o documento régio de 1317⁴ apontam para a existência de arquitectura sacra muito antes da edificação do Castelo Templário, em 1160. Estas peças esculpidas, tais como as placas de vedação decorativas, eram marcos que separavam o espaço litúrgico-santuário, reservado aos clérigos, e da área que era destinada aos fiéis.

Estes elementos arquitectónicos, pelo estilo decorativo, deverão ser dos meados do século VII, ou, pelo menos, desde o 4.º Concílio de Toledo, de 633, altura em que se generalizaram as vedações do santuário.

As fontes históricas não nos permitem definir com rigor o espaço urbano ou proto-urbano de *Selio*, que incluiria o solo laico e religioso. Registam, no entanto, a existência dos mosteiros de Santa Iria⁵, de Santa Maria do Selho⁶ e da capela de S. Pero Fins⁷, edifícios construídos em honra de mártires e santos, cujas relíquias guardavam. Destacava-se deste conjunto religioso, a igreja paroquial ou *ecclesia* que representava o pólo dinamizador da realidade urbana medieval, que integrava o espaço laico e o espaço sagrado.

Os enterramentos da comunidade romano-visigótica ocupavam as imediações dos templos cristãos, mais exactamente junto ao adro das igrejas. Ora, testemunhos arqueológicos recentemente descobertos nas imediações da actual igreja matriz de Santa Maria dos Olivais⁸ revelaram, que este terreno fora convertido, ao tempo de *Selio* suevo-visigótica⁹ num vasto recinto sagrado, onde os cristãos oravam e zelavam pelo descanso eterno dos mortos.

O espaço cemiterial prolongar-se-ia até ao século XVI, como nos atestam algumas das sepulturas de inumação com mobiliário funerário de datação segura, e que foram descobertas do lado poente da via de Marmelais, defronte da torre sineira de Santa Maria dos Olivais¹⁰.

A investigação arqueológica e os testemunhos materiais exumados provam que os terrenos do antigo olival da *Cerrada do João do Couto*¹¹ foram usados sucessivamente pela comunidade cristã da Idade Média, exceptuando-se os períodos históricos de maior instabilidade e insegurança para as populações que viviam no espaço urbano sellense.

A invasão dos muçulmanos em 711 provocou a derrocada da monarquia visigótica, bastante fragilizada durante os meados do século VII, pelas constantes revoltas interiores endémicas da oligarquia goda, e pela autoridade crescente das igrejas paroquiais. Durante os séculos VIII-IX a orgânica administrativa romano-visigótica foi substituída pela administração muçulmana. A região *Selio-Nabam* (Nambam ou Navam) integrou-se na *Kura* (destrito) de *Qulumriyya* (Coimbra), sede do distrito (*Kuwar*). Julga-se que a conquista de Coimbra pelos cristãos (878-987) fez com que a região de *Selio-Nabam* passasse para o domínio de *Santarin*.

Cronistas árabes dos séculos IX e X¹² relatam a entrega sem luta dos centros urbanos de Coimbra e de Santarém, a exemplo de outras cidades. É neste período de indefinição política, que se perde o topónimo *Selio* e aparece em seu lugar, o nome de *Thomar*, designação dada pelos árabes ao rio Nabão, segundo cronistas do século X e XII¹³. Houve, no entanto, neste período de domínio muçulmano convivência entre cristãos e muçulmanos, o que motivou uma certa calma, e consequente prosperidade da região. É assim que os cristãos conservaram os seus usos e costumes, as suas leis e as instituições civis e religiosas, a troco de uma tributação estabelecida¹⁴, bem como a permanência dos templos cristãos até à Reconquista.

As informações históricas de que dispomos sobre a permanência de muçulmanos na região tomarense são bastante ténues e muito difusas. Esta dificuldade não obsta à possibilidade de podermos reconhecer algumas marcas visíveis da presença muçulmana nesta região. Referimo-nos à sobrevivência de numerosos topónimos¹⁵, à introdução e desenvolvimento de técnicas, de engenhos hidráulicos — açudes e rodas hidráulicas¹⁶ —, de certas espécies vegetais e de usos e costumes ainda nos hábitos das populações tomarenses. Citemos ainda a exumação de uma moeda muçulmana, de 711, em prata¹⁷. Desconhecemos, no entanto, onde se situaria o casario e o cemitério da população moçarabizada desta região.

Poder-se-á admitir, todavia, que o núcleo habitacional se situaria na colina da margem direita do Nabão e muito provavelmente no recinto amuralhado do Castelo Templário. As fontes escritas, porém, não permitem averiguar se teria existido um recinto fortificado anterior ao Castelo Templário. Contactamos sim que o Castelo, de forma poligonal, conserva, além da Porta de Almedina

ou Porta do Sangue, e de alguns lanços de muralha anteriores às construções gualde-rianas, uma calçada de estilo moçárabe e estruturas castelãs aproveitadas para a construção dos Paços Antigos ou Paços Mestrais do Infante D. Henrique¹⁸. É crível que o cemitério muçulmano devesse ficar nas imediações do actual Castelo Templário, afastado do cemitério cristão. Os mortos da cidade eram levados para as *maqbara* de fora de portas.

A edificação do Castelo por D. Gualdim Pais em 1160 e o estabelecimento da Ordem Templária, em Tomar, provocaram o renascimento do agregado urbano extra-muralhas da Vila-Castelo. O reduto defensivo templário foi, porém, cercado em 1190 pelos almóadas, saqueando e incendiando casas e cultivos extra-muralhas da Vila.

A chancelaria almóada¹⁹ refere-se à acção económica templária nesta região, transformando-a numa zona rica e fértil, com vinhas, árvores de fruto e excelentes terrenos de cultivo. Os confrontos entre cristãos e muçulmanos provocaram, porém, numerosas privações de desenvolvimento económico, criando um clima de instabilidade entre as populações residentes. É, porém, em períodos de calma e de conseqüente recuperação económica da região tomarense, que surge a construção da igreja de Santa Maria dos Olivais, na segunda metade do século XII, onde existira o mosteiro de Santa Maria do Selho. D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem Templária foi aqui sepultado, em 1195²⁰. Esta igreja conserva no seu lajeado várias sepulturas de mestres e freiras da Ordem do Templo e de Cristo. Porém, não se sabe ao certo quando este local de enterramento restrito aos Cavaleiros da Ordem se tornou aberto à população laica que detinha poder, fortuna e privilégios no quadro da sociedade da Vila de Tomar.

A fome que «assolou o país» e, nomeadamente o «Isento de Tomar», em 1202, e a peste que grassou esta mesma região», em Agosto de 1206 (M.^o 66 da Ordem de Cristo — Arq.^o ANTT) dizimou uma vasta franja da população, cujos enterramentos tiveram lugar no terreno de Santa Maria dos Olivais, ultrapassando o átrio da igreja e o das 5 capelas contíguas²¹, que formavam o cemitério propriamente dito desta Vila. Os testemunhos arqueológicos confirmam, por sua vez, que este terreno se tornara no cemitério da Vila, muito provavelmente no último terço do século XII, mais exactamente no tempo de Sancho I (Fig. 2). O mobiliário funerário assim o sugere.

Os enterramentos entre os reinados de D. Afonso II e de D. Manuel I estão, igualmente representados, quer através de sepulturas individualizadas, quer colectivas.

O espaço cemiterial não forneceu outros dados arqueo-históricos, para além de poucas sepulturas do tempo de D. Manuel I. A par da evidência arqueológica e das fontes escritas medievais e modernas existe um conjunto de estelas funerárias no Convento de Cristo²² que apontam a área de Santa Maria dos Olivais no local cemiterial da comunidade cristã seliense.

2.1. O solo sagrado

O Cristianismo implantou-se em todo o mundo ocidental e, por assim dizer, na Hispânia Romana. Tornou-se na nova religião do Ocidente Romano, após o Édito de Constantino no século IV, para depois, com os povos germânicos (Suevos e Visigodos) ter larga difusão no mundo urbano e rural da Alta Idade Média. Esta nova doutrina contagiou as comunidades medievais, nomeadamente as classes mais desfavorecidas e a própria elite social da cidade que, ao adaptar-se aos novos ritos cristãos, assumia as novas regras e exigências dos poderes sagrados, quer de origem religiosa, quer guerreira ou económica.

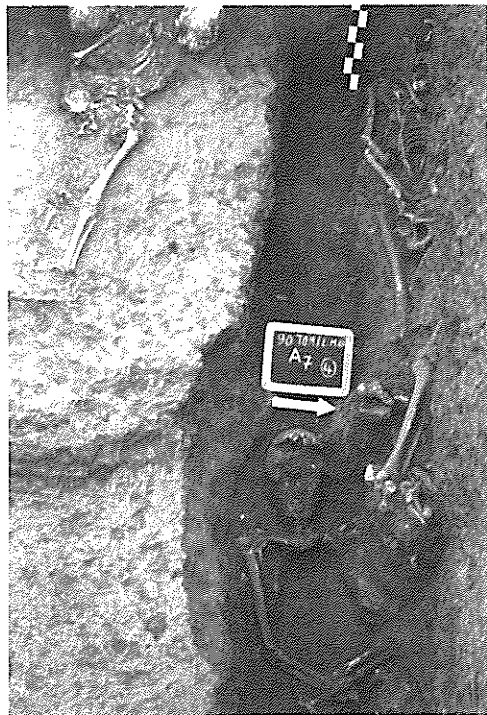


Fig. 2 — Vários enterramentos de adolescentes e de mulheres com adereços pessoais. Post D. Sancho I.

Assim, assiste-se à adaptação dos antigos templos para a nova religião cristã e oficial, à implantação dos novos ritos funerários e respectivo culto dos mortos em todas as *villae* e acrópoles urbanas.

Em regra, o templo principal dedicado ao culto imperial e à divindade protectora da *civitas* muda de orago, ou, então, sofre adaptações arquitectónicas passando a igreja paroquial — *ecclesia* — ou, ainda a orago palaciano; as antigas necrópoles da capital da *civitas*, situadas na periferia e exterior à cidade, transformam-se, geralmente, em espaço cemiterial medievo, ou, então, na presença de um mausoléu antigo, num edifício religioso, sacralizado em *martyrium*²³.

Tomar, antiga Sellium Romana, não é excepção, pois foram detectados indícios arqueológicos da necrópole da capital da *civitas*, em Marmelais, ou seja, fora de portas do perímetro urbano, nas proximidades da actual torre sineira, local preferencial da comunidade romano-visigótica para a oração e cultos dos mortos.

Por outro lado, são as provas arqueológicas e epigráficas conhecidas, e as poucas referências documentais publicadas que permitem traçar os principais contornos dos preceitos religiosos da comunidade seliense.

O terreno dos Olivais — Cerrada de João do Couto (proprietário abastado no tempo de D. João I) tornou-se para os suevo-visigodos, e depois para os Cavaleiros da Ordem do Templo, lugar sagrado com um espaço cemiterial, o chamado *habitat in vicino*, local onde se erguia a igreja paroquial.

A documentação régia e senhorial medieva menciona o edifício de Santa Maria, por igreja de Nossa Senhora do Olival ou Olivais que, foi Bailia, Convento e Panteão dos Grão-Mestres das Ordem do Templo e de Cristo²⁴. A mesma documentação refere-se a um conjunto de edifícios religiosos construídos sob o domínio suevo-visigótico, mais exactamente no ano de 640 por S. Martinho de Dume, arcebispo de Braga²⁵. Este clérigo fundou dois mosteiros, um de Frades Beneditinos, chamado de «monges negrados» ou de Santa Maria do Selho — «Celho» —, no local onde existe a igreja de Santa Maria dos Olivais e, outro de Freiras Clarissas, onde se situa hoje Santa Iria, ambas as construções na vasta área de Olivais, mais tarde «Cerrada do João do Couto».

As fontes escritas e a tradição oral referem ainda que, sob o domínio visigótico, fora construído um outro templo cristão entre aqueles dois conventos²⁶ — a igreja de S. Pero Fins, onde hoje é o velho cemitério²⁷.

Os testemunhos arquitectónicos e artísticos dos edifícios religiosos medievais associados aos recentes dados arqueológicos, apontam para uma nova mentalidade religiosa da população seliense, caracterizada quer pelo novo espírito e normas litúrgicas, quer pelas novas atitudes e formas devocionais.

É importante referir a presença da torre quadrangular ou torre sineira, defronte da igreja de Santa Maria dos Olivais neste solo sagrado, revelando-se de difícil interpretação e enquadramento histórico. Este monumento repousa,

ao nível do solo, num envasamento formado por silhares regulares e quadrangulares, lembrando os socos de templos e mausoléus romanos. É provável que esta construção tenha sido, em tempo romano, um mausoléu-cenotáfio, e sob o domínio suevo-visigodo se tenha associado a um templo cristão, certamente à cripta ou *martyrium* de Santa Maria do Selho. Refira-se que é nos meados do século VII o momento histórico da construção dos mosteiros de Santa Maria do Selho e de Santa Iria ou Eyrea ou Irene. Foi, pelo ano de 653, que a monja Eyrea «recebeu martírio por conservar sua virgindade e castidade...»²⁸.

O grupo de templos cristãos com assento no terreno dos Olivais foi ao longo do tempo histórico, sujeito a demolições, algumas das quais entre o século passado e os inícios do século XX, aquando da construção do velho cemitério e da abertura de acessos viários com ligação ao actual mercado municipal e à estrada de Marmelais.

Os achados fortuitos e recolhidos pela UAMOC²⁹, os testemunhos decorativos existentes no paramento da Alcáçova do Castelo Templário³⁰ e os últimos resultados arqueológicos obtidos permitem-nos apurar quão importante foi a comunidade suevo-visigótica para a formação e desenvolvimento da sociedade medieva em território peninsular e do ocidente cristão.

2.2. Resultados arqueológicos

Entre 1990 e 1992 procedeu-se a sucessivos trabalhos arqueológicos que nos forneceram preciosos indicadores sobre os enterramentos cristãos no espaço cemiterial de Santa Maria dos Olivais. Localizamos vários enterramentos orientados para nascente, cuja datação oscilava entre os séculos V e XVI.

Todos eles foram enterrados a diferentes cotas do ponto 0, próximos uns dos outros, mas em níveis estratigráficos perfeitamente distintos. Detectamos níveis de enterramento da Alta Idade Média, cujo mobiliário funerário, proveniente de sepulturas individualizadas, constava de moedas, brincos, pulseiras, colares e alfinetes de cabelo, em bronze e prata. As sepulturas à cota de 1.10/1.20 metros correspondem a enterramentos efectuados entre o período visigótico e a Reconquista (séculos V-XII).

Os esqueletos repousam directamente no solo, sendo aberta uma cova ovalada que servia de leito e de cafre ao morto. Em volta da cova aberta, o esqueleto era rodeado por pequenas pedras, sendo marcada a zona da cabeceira e a dos pés, com o reaproveitamento de alvenaria antiga. Um dos indivíduos sepultado teve direito e honra a um caixão de madeira, como atestam os vestígios materiais de uma série de pregos de ferro, registados «in situ». Detectamos também um único enterramento colectivo, de um homem (pai?), mulher (mãe?), adolescentes e crianças (filhos?).

Constatamos igualmente que os enterramentos a uma cota superior a 1.10/90 cms corresponderiam a um outro painel histórico, ou seja, ao período post Reconquista. Os enterramentos entre os reinados de D. Afonso III, D. Afonso V e D. Manuel I foram encontrados respectivamente à cota de 87 a 72 cms, de 70 a 50 cms e de 50 a 40 cms. O mobiliário funerário (moedas portuguesas, brincos, anéis e pulseiras) associado às sepulturas de inumação³¹ confirmam, para além de algumas tumbas individuais, a presença maciça de enterramentos colectivos provocados, na maioria das vezes, pela fome, guerra e peste, que assolou esta região, pelo menos 300 anos³².

Resta-nos aguardar pelo resultado da análise osteológica de vários esqueletos exumados, a fim de podermos revelar com precisão, para além do tipo, da idade e do sexo, as causas que motivaram o enterramento colectivo — *«ad sanctos»* em determinados períodos históricos, detectando outras eventuais doenças que provocaram deformidades ósseas dos sepultados.

Em suma, os enterramentos efectuados entre os meados do século XII e XVI no cemitério cristão de Tomar, fornecem-nos um painel de vicissitudes históricas desta comunidade que, sob a alçada da Ordem Templária e depois da Ordem de Cristo, estiveram em luta quase permanente com a fome, a peste e a guerra. Referiremos, apenas, aos efeitos da peste negra, em 1348, aos tumultos de 1373 e 1379, por descontentamento com a política fernandina e o novo surto de peste em 1493³³.

3. ÁREA RURAL

O levantamento arqueológico de oragos e de necrópoles medievais é praticamente inexistente, conhecendo, apenas, alguns estudos pontuais sobre a realidade medieval da área periurbana de Tomar³⁴. Tal dificuldade aconselha-nos, de momento, a simples referências documentais e a achados fortuitos do nosso conhecimento, alguns dos quais publicados³⁵. Por fim, deter-nos-emos sobre o núcleo de estelas funerárias existentes na freguesia de Carregueiros.

Há no Claustro da Lavagem do Convento de Cristo em depósito bastantes estelas funerárias da UAMOC, provenientes de vários pontos do concelho de Tomar e achadas ocasionalmente, aquando de obras de demolição, de instalação de rede de saneamento básico ou da remodelação e alargamento da rede viária. Citemos as estelas funerárias das freguesias de S. Pedro³⁶, da Madalena³⁷, de Carregueiros³⁸ e da Casais³⁹, que formam um conjunto diversificado de lápidas sepulcrais estudadas por vários investigadores⁴⁰. O seu estudo, no entanto, envolve somente considerações de ordem epigráfica e iconográfica, porque este mobiliário funerário carece de qualquer contexto arqueo-histórico.

Esta situação é igualmente válida para o núcleo de estelas funerárias provenientes do cemitério de Carregueiros e que se encontram depositadas na Junta de freguesia daquela localidade⁴¹. A iconografia destas estelas funerárias, a par da investigação arqueológica e recolha de fontes escritas medievais e modernas decorrentes do Projecto Cadastral de Necrópoles Medievais da Vila e Termo de Tomar⁴² permitir-nos-ão assinalar com rigor o solo sagrado e cemiterial dos povoados periurbanos da cidade tomarense.

O actual território de Carregueiros ou de S. Miguel de Carregueiros (Porraes) pertencia nos meados do século XII à freguesia de Santa Maria do Castelo, igreja paroquial da Cerca, dos povoados de S. Martinho, Vale de Carvalho e de S. Miguel de Porraes. O aglomerado urbano da Vila de Tomar estava organizado em duas grandes manchas populacionais: uma, liderada pela igreja paroquial

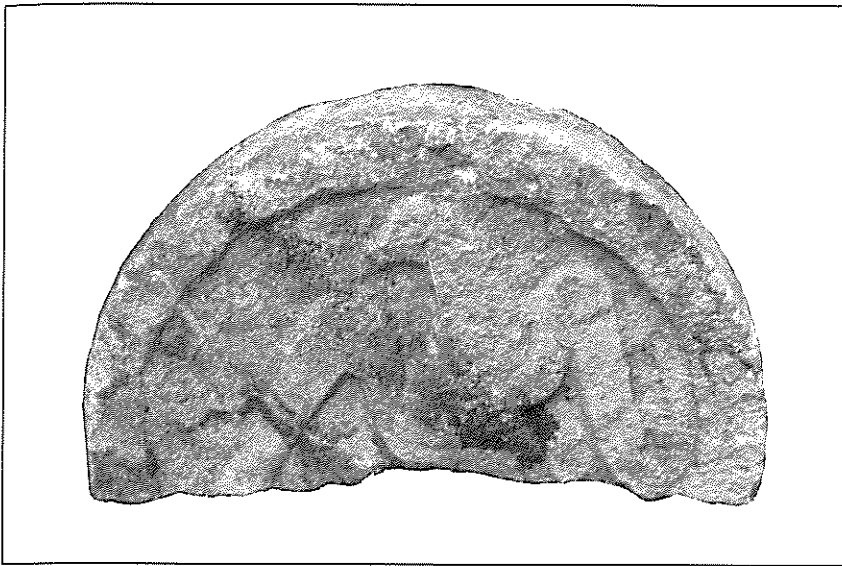


Fig. 3 — Fragmento de estela discóide. Águia em relevo, representando a Fénix ou ave fabulosa.

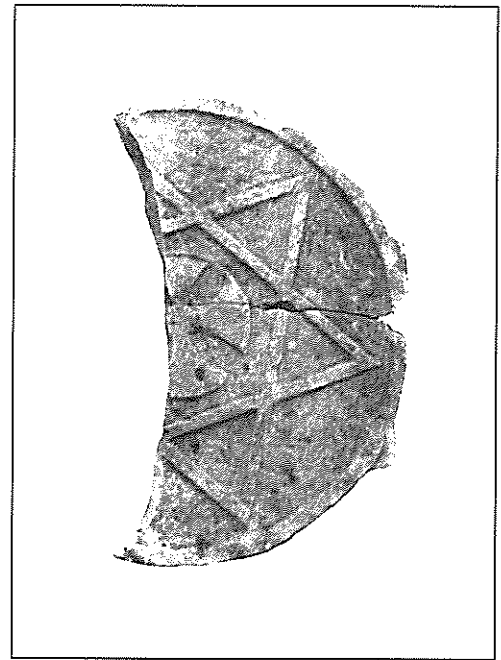


Fig. 4 — Fragmento de estela discóide. Hexalfa regular, em relevo, com uma cruz de braços curvílineos (Templários) ao centro.

de Santa Maria do Castelo, e outra, a *Vila de Baixo*, pela igreja de Santa Maria dos Olivais⁴³. O crescimento da população urbana e os monopólios da Ordem do Templo e da Ordem de Cristo propiciaram o desenvolvimento de certa áreas rurais, como a de S. Miguel de Porraes.

Na segunda metade do século XV, D. Beatriz mandou erguer em S. Miguel de Porraes, uma ermida de Nossa Senhora do Castelo. Celebrava-se missa somente de 15 em 15 dias para a população do lugar.

A igreja de Santa Maria do Castelo deixa de ser sede de freguesia, no reinado de D. João III, com a reorganização das paróquias da Vila de Tomar. É, então, em 4 de Fevereiro de 1530 que o povoado de S. Miguel de Porraes ou de Carregueiros⁴⁴ é apartada da freguesia de Santa Maria do Castelo, e passa para a freguesia de S. João Baptista; em 1570 o povoado de S. Miguel de Porraes torna-se em sede de freguesia e abarcava a Pedreira e S. Silvestre da Beselga.

A área de Carregueiros actualmente é, tal como a Pedreira, Beselga, S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais, uma das 16 freguesias do concelho de Tomar.

3.1. O solo sagrado

Ilustramos algumas das estelas funerárias (Figs. 3-6), provenientes do cemitério de S. Miguel de Carregueiros (Porraes).

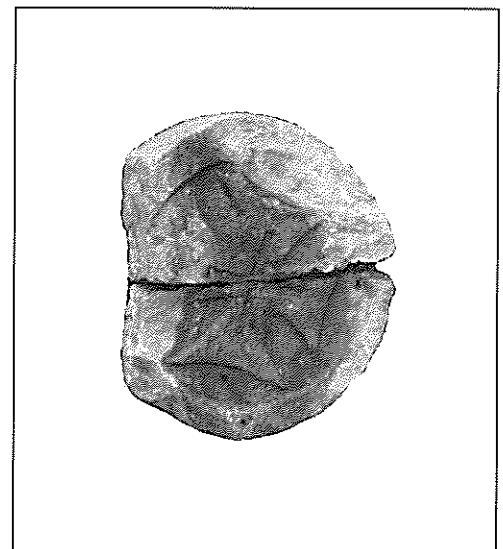


Fig. 5 — Fragmento de estela discóide. Quadri-fólio, em relevo, representando uma cruz de braços iguais e côncavos.

Os motivos iconográficos insculturados nestas e nas restantes lápides sepulcrais de Tomar, revelam, para além de uma tendência de cariz simbólico e religioso, as múltiplas actividades do quotidiano, representadas pelas ferramentas próprias do agricultor, do tecelão, da fiandeira, do boticário (médico), do canteiro, bem como a caracterização de símbolos e emblemas da nobreza e clero. É evidente que nas estelas medievais aparecem gravadas a cruz, como emblema cristão, representando a Ordem do Templo, a Ordem de Cristo, de Santiago, de Avis ou de Malta. É através desta simbologia gráfica que as pedras tumulares revelam a profissão do defunto, através da representação das armas, utensílios ou ferramentas de ofício; é curioso verificar que o *Signum Salomonis*, a suástica, rosetões e certas ocupações domésticas aparecem largamente representadas nas estelas discóides, provenientes de antigos adros de capelas, igrejas e mosteiros. Por outro lado, a representação da cruz de Cristo aparece raramente nas estelas funerárias de Tomar.

Em suma, o estudo sistemático dos testemunhos materiais existentes e o alargamento da investigação arqueológica a todas as manchas cemiteriais já detectadas, permitirão um melhor conhecimento dos ritos funerários e do culto dos mortos durante a Idade Média, onde conviveram diferentes comunidades humanas em diferentes tempos históricos.

NOTAS

1 O topónimo Selio aparece no «Paroquial Suevo-Parochiale Suevicum», ano 561, aplicado a uma das sete igrejas da diocese conimbricense, subordinada à metropolita de Braga, capital do reino suevo e sede episcopal.

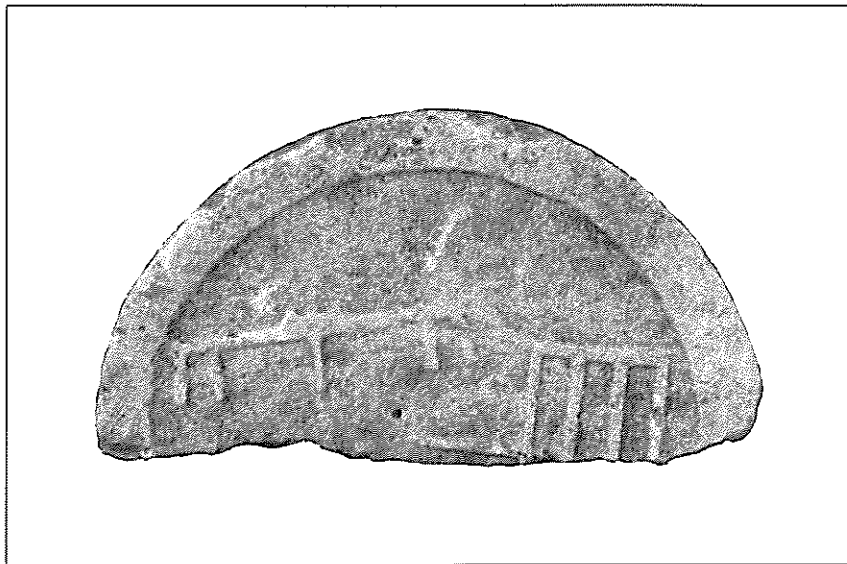


Fig. 6 — Fragmento de estela discóide. Face gravada, em relevo, representando alfaias agrícolas.

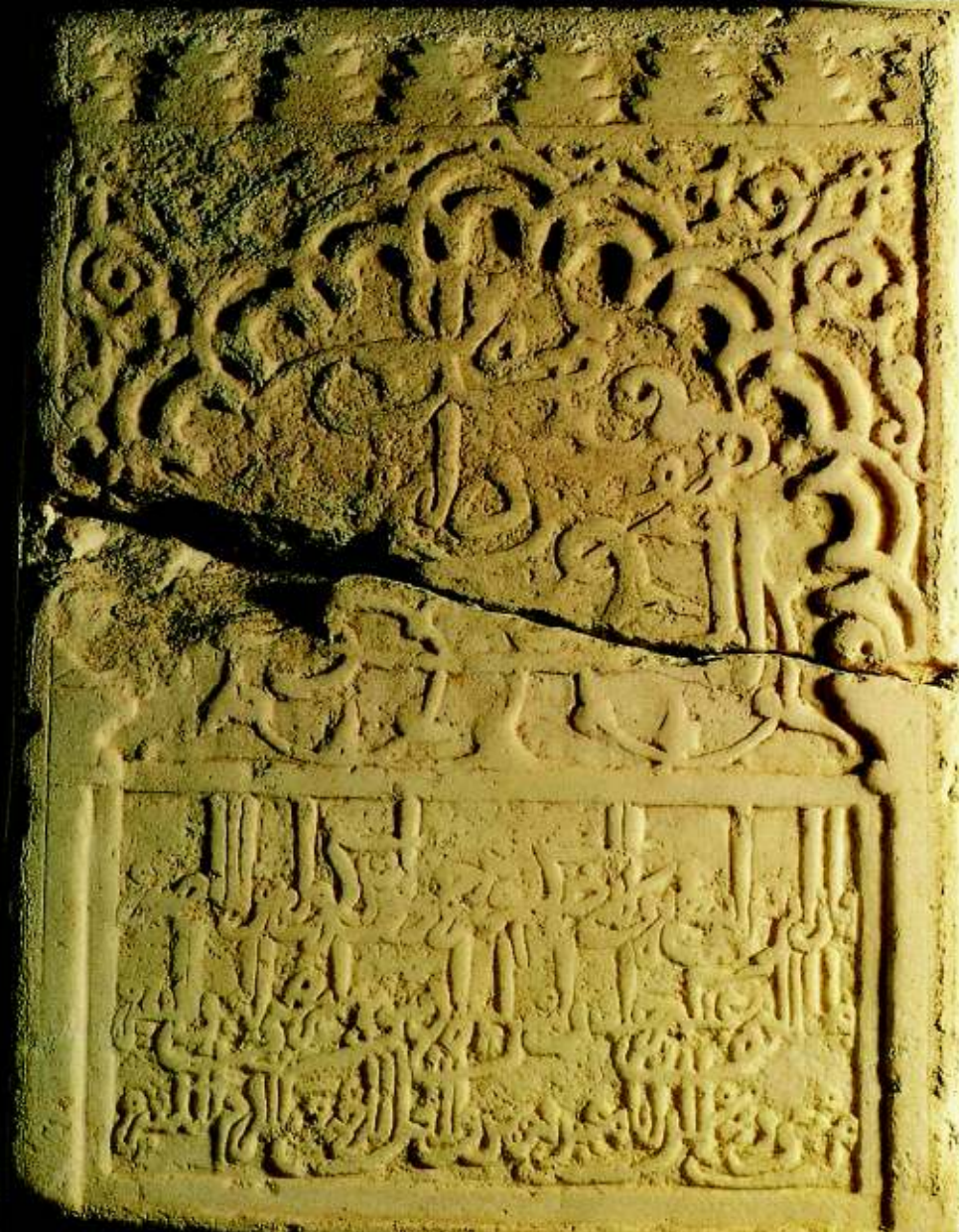
- 2 Cf. ROSA, A. de Sousa Amorim, *História de Tomar*, Tomar, 1965 (1), pp. 25-31; Cf. PONTE, S. da, et alii, *Tomar na Arte Antiga*, «Boletim Cultural e Inf. da C. M. Tomar», Tomar, 1983 (n.º 5), pp. 105-170; Cf. PONTE, S. da, *Presença Paleo-Cristã em Tomar*. «IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, em Lisboa (1992)», Lisboa, 1995, pp. 515-520.
- 3 Cf. BARREIRA, Fr. Isidoro de, *Histórias da vida e martyrio da gloriosa Virgem Santa Iria, Portuguesa nossa...*, Lisboa, 1618 (read., Lisboa, 1939); Cf. *Inquirição de D. Dinis de 1317 (= Inquirição)*, ANTT, gaveta XV, maço 3, n.º 15; Cf. CARDOSO, J., *Agiologio Lusitano*, Lisboa, 1657, vol. II, p. 68; Cf. SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, Tomo I, Lisboa, 1711, p. 461; Cf. SANTIAGO, Fr. Francisco de, *Chronica de Santa Provincia de N. Senhora da Soledade*, Lisboa, 1762, pp. 828-829; Cf. GUIMARÃES, Vieira, *Thomar. Santa Iria*, Tomar, pp. 150 e 181; Cf. DAVID, Pierre, *L'Organisation ecclésiastique du royaume suève au temps de San Martin de Braga*, «Études historiques sur la Galice et Portugal du VI^e au XII^e siècle», Coimbra, 1947, pp. 19-44; Cf. *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. crist. por Avelino de Jesus da Costa, T. I, Braga, 1965, docs. 10 e 11; Cf. S. TOMÁS, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, ed. por José Mattoso, vol. I, Lisboa, 1974, p. 477.
- 4 Cf. *Inquirição*, *op. cit.* (nota 3).
- 5 Vários autores referem-se à lenda e culto de Santa Iria, martirizada em 653: Cf. BARREIRA, Fr. Isidoro, *op. cit.* (nota 3); Cf. GUIMARÃES, V., *op. cit.* (nota 3), pp. 200-218 e *passim*; Cf. MARTINS, Mário, *Estudos de literatura medieval*, Braga, 1956, pp. 486-490; Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *Santa Iria e Santarém. Lenda e História*, «Estudos Hagiográficos», Lisboa, 1964, pp. 7-55; Cf. COSTA, Avelino de J. da, *Santa Iria e Santarém*, «Revista Portuguesa de História», 1972, (14), pp. 9-63 e pp. 521-530; Cf. ROSA, Amorim, *Santa Iria. Padroeira de Tomar*, «UAMOC», Tomar, 1960, vol. IV, pp. 6-20; Cf. SALEMA, Vasco da Costa, *Iconografia de Santa Iria*, «Bol. Cultural», Tomar, 1985 (n.ºs 8-9), pp. 51-87.
- 6 Cf. *Inquirição*, *op. cit.* (nota 3), onde o jurado Pero Pombo chama a Santa Maria do Selho, o mosteiro dos «monges negrados». Sobre a igreja de Santa Maria do Selho ergue-se a actual igreja de Santa Maria dos Olivais, chamada também de Santa Maria de

- Tomar; Cf. ANTT – Livro dos Registos Contractos e Doações do Convento de Cristo, de 1229 (doação de Asseiceira – Comunidades e Alcaide de Tomar – Juiz e Oficiais da Câmara de Tomar). Escritura de Pedro Ferreiro, de Asseiceira, fez doação daquelas terras à Ordem do Templo incluindo o Olival de S. Martinho «por manter uma lampada acesa em veneração de S. Felix... e o nosso forno de Tomar» (Cf. *Anais do Município de Tomar [1137-1453]*, vol. VIII, Tomar, 1972, pp. 93-94).
- 7 Cf. Tombo da igreja de Santa Maria do Olival, Arq.^o ANTT.
 - 8 Entre 1989 a 1992 efectuaram-se escavações arqueológicas no vasto terreno de Santa Maria dos Olivais, sob a orientação da arqueóloga Salette da Ponte.
 - 9 Cf. PONTE, Salette da, e MIRANDA, Judite, *Enterramentos medievais nas imediações de Santa Maria dos Olivais (Tomar)*, Actas do 1.^o Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1994 (3), pp. 419-430.
 - 10 Cf. *id. ibidem.*, pp. 419-430.
 - 11 Cf. VASCONCELOS, L. de, *O Archeologo Português*, 1917, vol. 22. O autor refere que a Cerrada de João do Couto era uma propriedade do Conselheiro João Tamagnini Barbosa, chamada Serrazeda (31/10/1895).
 - 12 Cf. ARAÚJO, Luis Manuel de, *Os muçulmanos no Ocidente Peninsular*, «História de Portugal» (dir. por J. Hermano Saraiva), vol. I, Lisboa, 1984, p. 250.
 - 13 Cf. Crónica do historiador cordovês (Al-Razi) Ahmad Al-Razi, falecido em 955, traduzida por ordem do rei D. Dinis, seguida de uma tradução castelhana; Cf. *Chronica Gothorum* que regista o nome de *Thomar* ao descrever a derrota dos cristãos nesta cidade em 1137, «*evenit infortunium super christianos in Tomar*», («Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo Post Christum Usque Ad Quintum. *Scriptores*»), vol. I, Lisboa, 1856, p. 12.
 - 14 Cf. MATTOSO, José, *Os moçárabes*, «Fragmentos de uma composição medieval», Lisboa, 1987, p. 27.
 - 15 Cf. FARINHA, António Dias, *Contribuição para o estudo das palavras portuguesas derivadas do árabe hispânico*, «Portugaliae Historica», vol. I, 1973, p. 262 (albardão), p. 258 (alecrim, azambujal, laranjeiras, Casal de), p. 252 (aljube, almoxarife), p. 260 (almoinhas), p. 257 (arrabal de, azinhaga), p. 254 (atalaias), p. 263 (azenha); Cf. Ribeiro (Orlando) Portugal e o Algarve. Singularidade de um nome de provincia, «A formação de Portugal», Lisboa, 1987, p. 108 (algarvias).
 - 16 Cf. FERREIRA, Fernando, *Coisas Simples da terra tomarense – O rio, os açudes e as rodas*, Tomar, 1976, p. 39; Cf. PONTE, Salette da, *Tomar: História e Geografia Humanas no Espaço e no Tempo*, «Arqueologia na Região de Tomar (da pré-história à actualidade)», Tomar, 1985, 1, pp. 13-25 (p. 21). Estes autores admitem que o sistema hidráulico poderia ter sido introduzido no período tardo-romano.
 - 17 Moeda achada num nível superficial do Forum Romano e correspondente a uma presença árabe. Trata-se de um *dirham* de prata, dos califas omíadas de Damasco, batido na parte oriental do Irão. Diz ter sido em *Sijistan* no ano 92. A classificação e descrição desta moeda foi efectuada pelo especialista Dr. José R. Marinho.
 - 18 Cf. PONTE, S. da, e SILVA, Pedro L. da, *Abordagem arqueológica dos Paços do Castelo dos Templários (sondagem 1985)*, «Bol. Cult. Inf. da C. M. de Tomar», Tomar, 1989 (n.^{os} 11/12), pp. 55-76 (p. 65).
 - 19 Cf. *Portugal na Espanha Árabe* (org. por António Borges Coelho), vol. III, Lisboa, 1973, pp. 311-315, o qual transcreve *Ibn Khaldun* e a chancelaria almóada.
 - 20 Cf. ANTT – Livro das Escrituras – 2.^a parte (Cf. *Anais do Município, VIII – entre 1137 e 1453*), Tomar, 1972, p. 58.
 - 21 A capela de S. Pero Fins (demolida em 1840); a de S. Pedro Apóstolo (situada entre a de S. Pero Fins e a de Santa Maria dos Olivais); a de S. Miguel, a poente da igreja paroquial e a par desta e à sua ilharga a capela de Santa Madalena; finalmente a capela de Santo Ildefonso (situada a sudoeste de Santa Maria dos Olivais).
 - 22 Estas peças foram recolhidas pela Associação da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (UAMOC), tendo aquela atribuído a cada uma das peças um n.^o de Inventário (Cf. PONTE, S. da, *et alli*, *op. cit.* [nota 2]).
 - 23 *Martyrium* ou cripta sob o altar de uma igreja paleo-cristã que contém o corpo de um santo.
 - 24 Cf. PONTE, S. da, e MIRANDA, J., *op. cit.* (nota 9), p. 420.
 - 25 Cf. Tombo da igreja de Santa Maria dos Olivais, onde o cronista Pedro Álvares Seco fez essas menções historiográficas.
 - 26 Cf. PONTE, S. da, e MIRANDA, J., *op. cit.* (nota 9), p. 420.
 - 27 Cf. Tombo de Santa Maria dos Olivais, ANTT; Cf. FIGUEIREDO E SILVA, Eugénio Sobreiro de, *Os Cubos*, «Anais da UAMOC», Lisboa, 1943 (2), pp. 135-145 (p. 135). O autor refere que a capela de S. Pero Fins foi reconstruída no século XVII e demolida nos meados do século passado (1840), e que se encontrava no interior do actual cemitério velho.
 - 28 Cf. ANTT – Tombo de Santa Maria dos Olivais.
 - 29 Cf. ROSA, A., *op. cit.* (nota 5), pp. 25-31. São numerosas as lápidas sepulcrais achadas nas imediações da igreja de Santa Maria dos Olivais.
 - 30 Cf. *id. ibidem.*, p. 26; Cf. PONTE, S. da, e MIRANDA, J., *op. cit.* (nota 9), pp. 422-423.
 - 31 Cf. *id. ibidem.*, p. 429.
 - 32 Cf. *id. ibidem.*
 - 33 Cf. *id. ibidem.*, p. 430.
 - 34 Cf. CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Tomar medieval. O espaço e os homens (séculos XIV-XV)*, Lisboa, 1988 (dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
 - 35 Cf. *Anais da UAMOC*, Tomar, vols. I-III (1918-1951).
 - 36 Estas peças possuem um n.^o de inventário atribuído pela UAMOC. A estela funerária (Inv. n.^o 4) encontrada em S. Pedro foi oferecida por Libério Mourão, tendo ambas as faces gravadas: uma com a cruz Templária e a outra com o signo de Salomão; a peça n.^o 130 (século XVI), proveniente do átrio da igreja de S. Pedro da Beberriqueira, e oferta de Vieira Guimarães, tem ambas as faces gravadas: numa há vestígios de ornamentação e na outra aparece a figura de um lavrador com arado e junta de bois e a inscrição «Aqui jaz Vicente Gonçalves Coelho (?)» (Cf. PONTE, S. da, *et alli*, *op. cit.* [nota 2], p. 6, fot. 19).

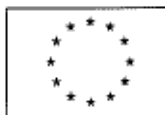
- 37 A estela funerária com cruz de Avis e ornamentação no verso (Inv. n.º 8) foi retirada do pavimento exterior da igreja Matriz da Madalena e oferecida pela Junta de Freguesia; a peça com o Inv. n.º 9 achada num assento ao redor desta igreja tem ambas as faces gravadas, uma com emblemas de agricultura e a outra com decoração geométrica e floral. Tem uma inscrição gravada: «(A)qui jaz o Deão (?) L(ouren)ço» (Cf. PONTE, S. da, *et alli, op. cit.* (nota 2), p. 6, fots. 22-23; as peças com os Inv. n.ºs 34 e 35 foram achadas no cemitério da Madalena, sendo ambas gravadas nas duas faces: o n.º 34 (século XV ?) contém, numa face, a cruz de Cristo e, na outra, emblemas de flora; o n.º 35 achado no mesmo local tem, de um lado, emblemas de agricultura e do outro de fiação (Cf. PONTE, S. da, *et alli, op. cit.* [nota 2], p. 7, fots. 28-29 e 36-37); a peça n.º 13 é um fragmento de cabeceira de sepultura, tendo gravada, numa das faces, uma cruz de calvário e na outra várias ferramentas de pedreiro (Cf. PONTE, S. da, *et alli, op. cit.* [nota 2], p. 6, fots. 24-25); a peça n.º 32 achada no exterior da igreja da Madalena tem de um lado uma cruz de calvário e do outro um hexalfa em relevo (cruz de David), tendo no eixo, em relevo, uma cruz de braços curvilíneos (Cf. PONTE, S. da, *et alli, op. cit.* [nota 2]).
- 38 No adro da igreja de Carregueiros foram achadas 3 estelas funerárias (Inv. n.ºs 119, 120 e 703), a 1.ª das quais tem gravada, num lado, a cruz Templária e do outro o signo de Salomão; a 2.ª e a 3.ª têm gravadas, numa das faces, a cruz de Avis e na outra emblemas de agricultura, com uma inscrição na peça n.º 120. Esta foi oferecida pela Junta de Freguesia, enquanto que a estela com o n.º 119, foi pelo sr. Manuel de Jesus Ferreira. Há uma outra, achada em S. Miguel de Carregueiros (Inv. n.º 562), que tem, numa das faces, uma serpente engolindo um pequeno animal e na outra, emblemas de agricultura (Cf. PONTE, S. da, *et alli, op. cit.* [nota 2], p. 7, fots. 26-27).
- 39 No cemitério dos Casais foi oferecida pelo sr. Adelino da Costa e Silva uma estela funerária (Inv. n.º 699) com ambas as faces gravadas: numa, a cruz Templária, e na outra elementos decorativos. (Cf. PONTE, S. da, *et alli, op. cit.* [nota 2], p. 9, fot. 51.
- 40 Cf. PONTE, S. da, *et alli, op. cit.* (nota 2); Cf. *Anais da UAMOC, op. cit.* (nota 35).
- 41 Em 1995 proceder-se-á ao início dos trabalhos arqueológicos no actual cemitério de Carregueiros, donde provêm a grande maioria das estelas funerárias à guarda do sr. Presidente da Junta de Freguesia. Nos referidos trabalhos conta-se com a colaboração preciosa do colega José Beleza Moreira, especialista em cabeceiras de sepultura da Idade Média, para além, de possuir um estudo circunstanciado sobre o espólio sepulcral da UAMOC, depositado no Claustro da Lavagem do Convento de Cristo.
- 42 Recolha bibliográfica e investigação arqueológica no âmbito da área de Arqueologia do Departamento de Arte, Arqueologia e Restauro da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, com a orientação científica da Professora-Coordenadora Salette da Ponte.
- 43 Cf. ANTT, Tombo de Santa Maria do Castelo e Convento de Tomar, maço 34.
- 44 Cf. Anais do Município de Tomar (1454-1580), Tomar, 1971 (VII), pp. 227-229

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

POPULAÇÕES MEDIEVAIS PORTUGUESAS (SÉCULOS XI-XV). A PERSPECTIVA PALEOBIOLOGICA*

EUGÉNIA CUNHA**

RESUMO

Pretende-se reconstruir a vida e a morte do homem medieval português com base no que realmente resta dele, o seu esqueleto, que é assim a base de toda a investigação deste trabalho. Apresenta-se uma primeira sistematização das populações medievais portuguesas e, simultaneamente, os primeiros resultados de análises paleobiológicas. Discutem-se os resultados das duas séries mais completas, a de Fão (Esposende) e a de S. João de Almedina (Coimbra), tomadas como séries de referência e a permitir dois tipos de abordagem distintos. Para o primeiro local conseguiu-se uma reconstituição do mundo dos mortos e uma análise paleodemográfica enquanto que para o segundo sítio o tipo de material recuperado proporcionou, sobretudo, uma análise morfológica e paleopatológica. As restantes necrópoles aqui apresentadas são apenas abordadas numa perspectiva comparativa relativamente a estas duas séries.

1. INTRODUÇÃO

«O estudo das sepulturas fornece informações muito específicas sobre as sociedades antigas, em particular sobre o seu modo de vida, já que os restos humanos são os únicos vestígios que estão em relação directa com a biologia e com a demografia»

(Duday *et al.*, 1990)

A análise dos restos humanos do passado permite não só a pesquisa das etapas evolutivas, como também o estudo das próprias populações. Nisto consiste a paleoantropologia funerária, que se esforça por encontrar o conjunto dos vivos com base nos vestígios ósseos. Da imagem inerte e apagada da população tenta chegar à correspondente imagem viva e mais real. Esta viagem no tempo é possível porque a sepultura está longe de ser um vestígio acidental do nosso passado (Leclerc, 1990) e porque a sua manifestação, para além de constituir uma prova da inserção do morto numa comunidade torna-se, através do(s) esqueleto(s) que alberga, num elemento indispensável da análise das sociedades antigas.

1.1. Reconstruir a vida a partir do esqueleto: possibilidades

No âmbito da paleoantropologia, a investigação persegue duas áreas fundamentais, a

* Este artigo baseia-se, essencialmente, na tese de doutoramento da autora intitulada «Paleobiologia das populações medievais portuguesas».

** Professora auxiliar no Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

do mundo dos mortos e a do mundo dos vivos, cabendo ao esqueleto «fazer a ponte» entre ambas e, dessa forma, assegurar a necessária complementaridade.

Relativamente ao mundo dos mortos, são os dados da antropologia funerária que se tornam especialmente reveladores. O tipo de sepulcro utilizado, a organização espacial do cemitério, a posição de inumação, a frequência de indivíduos por sepultura, o espólio arqueológico que acompanha o morto, o próprio modo como ocorreu a decomposição do cadáver, tudo contribui para o conhecimento do mundo dos mortos. Do maior significado se reveste também a análise das pequenas variações não métricas numa população de esqueletos, na medida em que pode levar à descoberta de zonas familiares de enterramentos num cemitério e, por essa via, ao melhor esclarecimento da organização sepulcral. Se os factores a ter em conta são portanto variados, parece claro que é a ligação entre os dados arqueológicos e os biológicos que conduz ao conhecimento do recrutamento e organização do mundo dos mortos — as reconstruções paleodemográficas das necrópoles aqui analisadas são um bom exemplo disso (Crubézy, 1992).

Quanto à reconstrução da vida, deve assinalar-se a sua não coincidência com a reconstrução morfológica que, mau grado a sua importância, não é particularmente informativa sobre a vida da população e está longe de esgotar o problema. É bem verdade que a robustez geral da população e a estatura média podem ficar estabelecidas e constituir dados caracterizadores do grupo, mas a recuperação das aparências físicas prováveis dos indivíduos, se tivermos em conta o desfazamento entre a sofisticação dos meios técnicos requeridos e o baixo grau de novidade sobre a vida medieval previsivelmente obtido, afigura-se uma linha de trabalho pouco

compensadora. Acresce ainda que as diferenças fenotípicas entre os vários indivíduos são resultado da expressão de diferentes genótipos em diferentes ambientes. Compreende-se então que a morfologia não métrica constitua a parte potencialmente mais importante da morfologia do esqueleto, quer pela possibilidade de, em determinadas condições, permitir um estudo genético-microevolutivo, quer também por evidenciar, quando relacionada com a patologia, a indissociabilidade entre o genoma e o meio.

Mas é sobretudo através das vertentes demográfica e patológica da análise paleobiológica que se tenta realmente entrar no mundo dos vivos. Quando está disponível um número aceitável de esqueletos de uma mesma população, a sua análise pode dar uma ideia bem real do grupo quando vivo. A composição etária da população e a proporção entre os sexos, elementos base de qualquer análise demográfica, permitem saber a esperança média de vida à nascença e a mortalidade diferencial da população. O número médio de filhos por casal é outro parâmetro demográfico possível de abordar, podendo-se, inclusivamente, chegar à estimativa do número de habitantes da povoação em causa. Quando todos estes elementos são conseguidos, a imagem do mundo medieval torna-se mais real.

A análise paleopatológica complementa a análise precedente fornecendo, em simultâneo, uma série de novas informações sobre o modo de vida da população. Apesar de apenas uma pequena percentagem de doenças deixar vestígios no esqueleto, este guarda em si uma parte importante da história do indivíduo quando vivo. O modo como ocorreu o crescimento, a eventual existência de períodos de stress, o tipo geral de dieta, a patologia oral, as condições sanitárias gerais e a actividade física despendida são alguns dos elementos sobre os quais o esqueleto pode informar.

Assim, sobre um determinado indivíduo, é possível saber se durante o seu crescimento ocorreram paragens ou períodos de stress acentuado, se sofreu de anemia, se houve alguma distrofia de crescimento, se contraiu algum tipo de doença infecciosa ou sofreu algum traumatismo. Para além disso, a patologia degenerativa permite fazer um paralelo com os dados demográficos e contribuir para a sugestão do bem estar geral da população. As zonas de inserção muscular «falam» pelos músculos que em vida aí estiveram, podendo dar uma ideia do desenvolvimento da massa muscular e, implicitamente, do tipo geral de actividades profissionais desempenhadas (nesse sentido, não é provável que um indivíduo com zonas de inserção muscular fracamente desenvolvidas tenha desempenhado uma profissão dita «pesada» em vida). A patologia oral informa sobre o tipo geral de alimentação da população: pode obter-se uma ideia, por exemplo, da proporção de açúcares e cereais da dieta; se existia ou não uma medicina dentária e se eram ou não comuns os hábitos de higiene oral, são questões que também podem encontrar resposta na análise detalhada da dentição. Por outro lado, a existência de determinadas patologias como a sífilis, a lepra, a tuberculose óssea, a gota, entre outras,

podem não só contribuir para um melhor conhecimento do mundo medieval em questão como para a história das próprias doenças.

1.2. Reconstruir a vida a partir do esqueleto: limitações

O levantamento de todo o potencial de investigação atrás aludido não deve fazer esquecer a persistência de uma série de limitações.

A relação entre uma série de esqueletos provenientes de uma unidade arqueológica e a população viva original é, por si só, bastante complexa. Desde logo, porque o material antropológico proveniente das escavações raramente corresponde à totalidade da população viva do local donde provém. É que, para além de as peças de informação serem muitas e localizadas em diferentes níveis de transição (Murail, 1990), os factores passíveis de introduzir erro existem desde a inumação, podendo as causas ter origem social, cultural e histórica. Assim, a conservação dos esqueletos é variável em função das práticas funerárias, do local de enterramento e da natureza do solo. A própria escavação do espaço sepulcral constitui, ou pode constituir, um factor de perda de informação: porque a exumação pode não ser exaustiva, o que constitui um limite importante para a representatividade da amostra; e porque aspectos como o da qualidade da escavação das sepulturas e o do registo das peças ósseas podem também ter influência determinante (Boddington, 1986). Por outro lado, é ainda evidente que, quantitativamente, um cemitério antigo não se conserva intacto ao longo do tempo; que as leis da degradação, incluídas na denominada tafonomia, são imparáveis; que, devido à acção de factores múltiplos, os ossos e os dentes escavados representam apenas uma parte dos esqueletos inicialmente inumados no cemitério; e que todos estes factores devem ser tidos em conta na análise paleoantropológica.

O modo como Zammit (1990b) alude a este problema é particularmente elucidativo. Sendo certo que na quase totalidade dos cemitérios medievais as sepulturas incluem reduções de esqueletos e reutilizações, bem como vários indivíduos misturados e dispersos, às vezes de um modo indecifrável, é pois necessário ter sempre presente que a relação esqueletos exumados/esqueletos inumados é, forçosamente, inferior a um. É certo que, por norma, se parte do princípio que numa determinada necrópole estão enterrados os membros de uma determinada comunidade rural ou urbana. Mas quem nos diz que não existiriam outras necrópoles, da mesma comunidade, disseminadas no território pesquisado mas ainda desconhecidas? E onde estão enterrados todos os que partiram (viajantes, guerreiros, etc)? Há, igualmente, os cadáveres que foram depositos em sepulturas individuais não conhecidas ou ainda não escavadas. Ou aqueles que, por motivos sociais, foram enterrados em igrejas, mosteiros, ou mesmo na própria habitação. Outros mesmo poderão ter sido cremados, e não enterrados, como algumas das vítimas da peste. Outros ainda terão morrido

por acidente e os seus corpos desapareceram. Deste modo, a relação acima anunciada agrava-se ainda mais, isto é, a fracção de esqueletos exumados/população viva é largamente inferior a 1. Este factor reducionista da arqueologia medieval funerária (em particular) é incombatiível e incontornável, devendo, por isso, ser constantemente lembrado (Zammit, 1990b).

Todos estes comentários sobre as fontes de erro na análise de uma série antropológica são pertinentes nos casos das estações arqueológicas aqui apresentadas.

1.3. Reconstruir a vida a partir do esqueleto: tarefa interdisciplinar

Se as condições para uma boa análise paleobiológica passam, em larga medida, pela existência de um cemitério com um número aceitável de sepulturas e, implicitamente, com um número suficiente de indivíduos, não menos importante se revela a existência de estudos sobre outras populações coevas, passíveis de confrontação, e ainda de dados históricos disponíveis (designadamente ao nível da demografia histórica). Estas condições aplicam-se, por maioria de razão, às populações medievais, relativamente às quais a progressão dos nossos conhecimentos depende em grande parte do modo como se forem articulando os dados antropológicos com os das outras áreas de investigação — caso não só da História mas também da Arqueologia, da Medicina e da Paleopatologia —, sendo também evidente que, no âmbito desta colaboração recíproca, resulta igualmente inestimável o contributo da análise paleoantropológica para cada uma daquelas ciências.

Assim, para a História, e no que concerne à demografia, os resultados alcançados pela

via paleobiológica podem ser particularmente interessantes, mormente quando os dados sobre o nível de vida e alimentação da população obtidos a partir do esqueleto são postos em sintonia com os movimentos demográficos detectados pela História. Outro elemento importante é o da estimativa do tamanho populacional, ele mesmo derivado de indicadores históricos importantes como a esperança média de vida. E não se perca de vista, por fim, a implicação social de todas estas questões, para o que bastará recordar, a título de exemplo, que a detecção de grandes diferenças entre duas séries da mesma época pode eventualmente reflectir uma diferenciação de base social entre os indivíduos.

Assunto incontornável, em termos de Idade Média, é o do estado sanitário das populações. O estudo da sua evolução na perspectiva paleoepidemiológica, elemento fundamental para a apreciação do estado geral de saúde das populações antigas, interessa também à Medicina, pois permite abordar a difusão e sucessão das doenças humanas numa perspectiva diferente. Os casos da lepra e da tuberculose, duas doenças diagnosticáveis através do exame do esqueleto, constituem um bom exemplo de como a sua análise num número suficiente de populações do passado pode contribuir para um melhor conhecimento quer das próprias patologias, quer das condições da sua propagação no âmbito de surtos como os que abalaram a Europa Ocidental (tomando especial interesse para a nossa cronologia o da lepra, entre os séculos XII e XIV).

Outro exemplo elucidativo do contributo da análise paleobiológica (e do modo interdisciplinar como ela deve ser entendida) é dado pela patologia degenerativa. É sabido que as populações da Idade Média têm frequências elevadas desta patologia, sobretudo

mais elevadas que as das populações do Neolítico Final (Crubézy, 1988). Ora, as causas deste fenómeno continuam por explicar, ao mesmo tempo que as hipóteses entretanto formuladas — nomeadamente a de que a diferença derivaria da menor esperança de vida das populações neolíticas — remetem elas próprias para outras questões não esclarecidas (e que são, no caso vertente, as razões dessas diferenças na esperança de vida). Problemas complexos como este só podem ser resolvidos mediante uma abordagem multidisciplinar precisa e completa de vários locais que respeite o facto de os dados históricos, arqueológicos, antropológicos e patológicos estarem demasiadamente ligados entre si para ser dissociados. Quando nos lembramos de que as doenças infecciosas, por exemplo, se desenvolvem tanto mais quanto maior for a densidade demográfica e que, assim sendo, a gradual ampliação das cidades na Idade Média favoreceu por certo a difusão de dadas epidemias (Crubézy, 1988), fica bem patente que a integração e confrontação da reconstrução paleobiológica com os dados da história medieval, ao conjugar informações de diferentes níveis, constitui uma perspectiva de análise da máxima pertinência.

2. AS SÉRIES MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Apesar de serem conhecidas várias sepulturas e necrópoles medievais, cuja sistematização está inclusivamente feita para o Entre-Douro-e-Minho (Barroca, 1987), os esqueletos disponíveis eram, até há pouco tempo, praticamente inexistentes.

Na realidade, a história do estudo antropológico das populações medievais portuguesas é bem curta. Dificilmente se poderá recuar para lá da década de 50, altura em que se procedeu à escavação do cemitério de S. João de Almedina (Coimbra), cujo espólio osteológico foi parcialmente analisado, numa perspectiva osteométrica, por Maria Augusta Neto, e apresentado no Congresso de Portugal Medieval, em Braga, em 1959, por Xavier da Cunha, que mais tarde o publicaria (Cunha, 1963).

Infelizmente, em termos de necrópoles medievais com espólio ósseo, S. João de Almedina constituiu, durante muito tempo, caso único, compondo um panorama de escassez que um pequeno estudo osteométrico em torno de dois personagens quatrocentistas portugueses (Magalhães, 1950) não chegava para desmentir. De então para cá, mesmo se algumas necrópoles foram sendo trabalhadas do ponto de vista arqueológico, nem por isso o material osteológico, quando presente, tem sido objecto de estudo. Assim, também em Coimbra, o material medieval fornecido pelas Igrejas de São Bartolomeu e da Sé Velha é hoje praticamente indiferenciável do que respeita a enterramentos posteriores. Situação idêntica, de resto, à dos conventos de Tomar e de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa. Entretanto, em Soure, uma necrópole com enterramentos

tipicamente medievais foi escavada em 1985-86, mas o espólio ósseo terá sido reenterrado. Em Pombal e Leiria terão surgido vestígios de dois cemitérios medievais que ainda não estão disponíveis para estudo. E por analisar permanecem também os esqueletos medievais do Mosteiro da Flor da Rosa, situado numa região, o Alentejo, que escapa um pouco a este quadro deficitário pelo elevado número de esqueletos coevos disponíveis que apresenta, ainda que o facto de respeitarem sobretudo à Alta Idade Média os coloque fora da cronologia proposta para o presente estudo.

Em face da anterior retrospectiva, não custa admitir o carácter recente (finais da década de oitenta) da escavação antropológica de necrópoles e sepulturas medievais em Portugal. Mas é sobretudo a análise paleobiológica dos ossos humanos que constitui a inovação mais importante. Se ainda são poucas as escavações onde se registou uma eficaz colaboração entre o arqueólogo e o antropólogo de modo a permitir uma «leitura» dos esqueletos ainda *in situ*, a recuperação de esqueletos medievais sofreu um verdadeiro «boom». Assim, se até aos inícios dos anos noventa só existiam duas publicações sobre esqueletos medievais (Magalhães, 1950; Cunha, 1963) que se referiam, no total, a não mais do que 50 indivíduos, em 1995 estima-se que a amostra de esqueletos da população medieval portuguesa vá já perto dos 1000 indivíduos, num crescimento exponencial a que não é alheio o reconhecimento da importância da paleoantropologia e da paleobiologia para o conhecimento das populações do passado e da sua capacidade para complementar as fontes de informação históricas e arqueológicas, bem como o renovado interesse suscitado pela história da morte e do quotidiano na historiografia medieval.

Mas vejamos quais são, afinal, os esqueletos medievais portugueses conhecidos até ao momento. Balizando a época em questão entre os finais do século XI e os finais do século XV, passamos a referir as necrópoles que têm fornecido material ósseo humano.

BARREIRAS DE FÃO (ESPOSENDE)

Escavada desde 1989 até 1992, inclusive. Desconhece-se, relativamente à área real da necrópole, qual a percentagem já escavada. Das 170 sepulturas até agora inventariadas foram trabalhadas 78; das que falta estudar, 24% localizam-se em zonas inacessíveis (debaixo de muros impossíveis de destruir) não podendo, por isso, ser trabalhadas. Significa isto que, da área posta a descoberto, o que está analisado representa cerca de 63%. A análise paleobiológica desta série (das 78 sepulturas recuperaram-se, no mínimo, 125 indivíduos) foi realizada pela Autora (Cunha, 1994), sendo os resultados paleobiológicos apresentados mais adiante no decurso deste trabalho.

Datando dos séculos XI a XIV, é a maior necrópole medieval portuguesa até agora conhecida, esperando-se para breve a prossecução do trabalho de escavação.

S. JOÃO DE ESTER (CHAFÉ)

Da antiga igreja de S. João de Ester, no distrito de Viana do Castelo, foram recuperados restos de 11 indivíduos. Provêm de 6 sepulturas, as únicas até agora escavadas, do que terá sido o cemitério da igreja de S. João de Ester (Cunha *et al.*, 1993). A sua datação, algo incerta, situa-se entre os séculos XIII e XVI.

VILA POUCA (RESENDE)

Na zona adjacente à Capela da Nossa Senhora dos Vales, localizada junto a Vila Pouca, Resende, em consequência da intervenção arqueológica da responsabilidade do Dr. Miguel Rodrigues (IPPAR - norte), foi identificada uma necrópole medieval com 23 sepulturas. O seu tipo arqueológico, que inclui sepulturas escavadas na rocha (alto-medievais) e com caixa (posteriores), permite inferir que a Necrópole terá sido utilizada ainda durante a Baixa Idade Média. Só 9 sepulturas forneceram espólio ósseo que parece corresponder a 17 indivíduos (Cunha *et al.*, 1995).

S. JOÃO DE ALMEDINA (COIMBRA)

O adro da antiga Igreja de S. João de Almedina, em Coimbra, foi objecto de uma escavação arqueológica durante a década de 50, tendo sido recuperado um vasto espólio osteológico. A sua análise paleobiológica, feita cerca de 50 anos depois (Cunha, 1994), revelou que correspondia a, no mínimo, 115

indivíduos. Esta necrópole, utilizada desde os finais do século XI até finais do século XV (ou mesmo inícios do século XVI), constitui a maior necrópole medieval portuguesa urbana. Um resumo da análise paleobiológica desta série é apresentado, mais adiante, no presente estudo.

TORRES DE VILELA (COIMBRA)

A escavação parcial, do que terá sido uma necrópole medieval, pelos arqueólogos do IPPAR (centro) forneceu ossadas humanas com uma cronologia próxima dos séculos XII e XIII. A sua análise antropológica revelou corresponder a cerca de 20 indivíduos (Assunção, 1996).

SANTA MARIA DOS OLIVAIS (TOMAR)

Dum vasto espólio ósseo proveniente de uma necrópole medieval dos séculos XII a XVI, levantado por uma equipa de arqueólogos liderada pela Dra. Salette da Ponte, só ainda foi possível analisar paleobiologicamente cerca de 20 indivíduos (Assunção, 1996). No restante material, proveniente, quase sempre, de sepulturas reutilizadas, estima-se que estejam presentes mais outros 40 indivíduos. Estão presentes esqueletos de crianças, adolescentes e adultos. Diferentemente da maioria das restantes necrópoles medievais aqui focadas, os esqueletos de Santa Maria dos Olivais eram frequentemente acompanhados de objectos de adorno pessoal (Ponte e Miranda, 1994).

ERMIDA DE S. SATURNINO (SINTRA)

Escavações arqueológicas na área da Ermida de S. Saturnino revelaram a existência de uma necrópole escavada na rocha que,

com base nos numismas e tipologia sepulcral, pode ser subdividida cronologicamente em dois grupos: um primeiro grupo de nove sepulturas escavadas na rocha datadas dos séculos XII e XIII; um segundo grupo de 8 sepulturas de crianças, posterior, datado dos séculos XIV e XV. Para detalhes arqueológicos e cronológicos destas necrópoles remetemos para o artigo da Dra. Cristina Tete Garcia neste volume. Só nestas sepulturas contaram-se, pelo menos, perto de 51 indivíduos (Cunha *et al.*, 1994, 1996).

CORROIOS (SEIXAL)

Perto de 50 indivíduos dos séculos XV e XVI foram recuperados numa área sepulcral na Quinta de S. Pedro (Cunha, 1995a). A intervenção arqueológica da equipa Câmara Municipal do Seixal (Raposo e Duarte, 1995) identificou, até agora, cerca de 11 enterramentos primários e vários ossários. Tal como em Santa Maria dos Olivais, a acompanhar alguns esqueletos foram detectados objectos de adorno. É esperado continuar com a escavação da necrópole durante o corrente ano.

Para além destas necrópoles, outros sítios merecem referência.

Estão neste caso as já citadas igrejas conimbricenses de **S. Bartolomeu e Sé-Velha**, as quais forneceram espólio humano medieval. Contudo, atendendo a que esse material está misturado com esqueletos posteriores (cuja datação alcança o século XIX, inclusive) é impossível saber exactamente quantos correspondem à Idade Média.

Melhores expectativas oferece a cidade de **Abrantes**, onde as escavações realizadas pelos arqueólogos da Câmara, na Rua Actor Taborda, desde os finais de 1994, revelaram a existência de uma Necrópole de sepulturas escavadas na rocha com vasto espólio humano. O início da análise paleobiológica destes esqueletos medievais (final da Baixa Idade Média), está previsto para o corrente ano.

Na área de **Sintra** é assinalável o número de estações arqueológicas medievais que forneceram material osteológico (Granja dos Serrões, Armês, São Pedro de Canaferrim, Santa Maria, Milides, São Miguel de Odrinhas, Colares e São Mamede de Janas). Contudo, a sua análise paleobiológica, a realizar pela equipa do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, só terá início em meados do presente ano, limitando-nos, para já, a avançar com um número muito provisório e baseado numa mera estimativa do arqueólogo responsável, Dr. Cardim Ribeiro, segundo o qual o total de indivíduos aqui representados andarão perto das 4 centenas.

Na tabela que se segue (tabela 1) sintetizam-se os dados antes referidos. Chama-se a atenção para o facto de a equipa de antropólogos do Laborató-

TABELA 1

Estações arqueológicas que têm fornecido esqueletos medievais

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA	DATAÇÃO	NÚMERO DE SEPULTURAS	NÚMERO DE INDIVÍDUOS	OBSERVAÇÕES
Fão	XI-XIV	170 / 78	125	reutilizações
Resende	XI-XIV??	23 / 9*	17	reutilizações
Chafé	XIII-XV	6	11	reutilizações
S. João de Almedina	XII-XV	indeterminado (a)	115	reutilizações
Torres de Vilela	XII-XIII	indeterminado (b)	20	reutilizações
Abrantes	XIV-XVII		ainda indeterminado	reutilizações
S. Saturnino	XII-XIV	17	51	reutilizações
Área de Sintra	XV-XVI	8 necrópoles (c)	400?	
Quinta de S. Pedro	XII-XVI	15 enterramentos e ossários	47	reutilizações
Santa Maria dos Olivais			20 + 40	reutilizações
Total			406 / 846	

* Só em 9 sepulturas foi recuperado material ósseo; as restantes estavam vazias.

(a) Escavação realizada durante a década de 50, sem informação de campo.

(b) Não há dados de campo desta escavação.

(c) Explicado no texto.

rio de Paleodemografia e Paleopatologia do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra ter intervido nas escavações de Fão, Resende, S. Saturnino e Seixal, o que permitiu, entre outros aspectos, articular os trabalhos de campo e laboratorial mercê de uma recolha sistematizada das informações no local. É de salientar que são justamente os locais em que não houve intervenção de antropólogos aqueles em que foi impossível determinar o número de sepulturas e/ou de indivíduos, o que traduz a importância de um trabalho em colaboração.

3. A NECRÓPOLE MEDIEVAL DAS BARREIRAS DE FÃO (ESPOSENDE)

3.1. Dados Histórico-Geográficos

Situada sobre a margem esquerda da foz do rio Cávado, a 500 metros do mar, Fão medieval era ao que tudo indica uma vila rural cuja proximidade

marítima levava a uma simbiose entre as actividades agrícola e marítima. Para lá da comprovada importância da actividade salinífera (Rau, 1984), as actividades relacionadas com o rio e com o mar eram mesmo a ocupação principal das populações: não apenas a pesca, como também o transporte marítimo. Em 1258, as Inquirições nesse ano realizadas estipulam a taxação a impender sobre as diversas ocupações; diferenciam, para esse efeito, camponeses não proprietários, pescadores e não pescadores. O nível sócio-económico da maioria dos habitantes de Fão, a avaliar pelo tipo de ocupações, seria baixo, o que deixa supor que o mesmo aconteceria com a população do cemitério medieval aqui analisada.

Demograficamente, Fão acompanhou os movimentos gerais da população portuguesa. Durante os séculos XI e XII a população estaria a crescer, acompanhando o crescimento global da população europeia (Mattoso, 1988). Terá ocorrido um extraordinário aumento demográfico, durante a primeira metade do século XII, que terá mesmo ultrapassado ritmos da ordem dos 10% a 30%, no Entre Douro e Minho, no período que vai de 1150 a 1250 (Mattoso, 1993).

Fão medieval, como localidade nortenha, situava-se na região incontestavelmente mais povoada do País, o Entre-Douro e Minho (Oliveira Marques, 1987). Esse aspecto, porém, não haveria de impedir que também aí se fizesse sentir o afrouxar no ritmo de crescimento que terá antecedido a crise demográfica dos séculos XIV e XV, traduzida por um decréscimo marcado e demorado da população (Oliveira Marques, 1987). Factor particularmente acentuador da crise foi a Peste Negra de 1348, que afectou uma população portuguesa que já se encontrava debilitada em consequência de maus anos agrícolas (Coelho, 1983). Contudo, local-

mente, outros factores contribuíram para a queda da população, nomeadamente o avanço constante e progressivo das areias.

Com toda a probabilidade, muitos dos indivíduos enterrados no cemitério medieval de Fão foram vítimas da peste, a doença que, de longe, mais afligiu a Idade Média (Roque, 1979), sendo legítimo, inclusive, supor um eventual abandono da necrópole devido à grande mortandade provocada por esta epidemia. O último século de utilização do cemitério terá sido assim, ao nível de praticamente todo o Reino, um século de forte decréscimo populacional com o desaparecimento, segundo as fontes portuguesas, de perto de 2/3 da população (Coelho, 1983). Tanto quanto parece, o despovoamento que daqui resulta terá afectado também a localidade de Fão que, a confirmar-se o alinhamento com as tendências mais gerais do País, só dele recuperará no século XVI (in Oliveira Marques, 1987, p. 27).

3.2. A Necrópole

A descoberta da Necrópole no lugar de Barreiras data já dos inícios do nosso século (1924), quando foram assinaladas «algumas campas de pedra com ossadas» e sugerido a existência de um antigo convento de frades franciscanos (Chaves, 1924). Os indícios da necrópole são referidos posteriormente por Manuel de Boaventura (Boaventura, 1958 [in Cunha, 1994]), que faz referência a 21 sepulturas num arroteamento nas Barreiras de Fão.

A redescoberta da necrópole, no entanto, só se deu acidentalmente em 1989. Desde então, uma equipa liderada pelo arqueólogo Dr. Brochado de Almeida, sob a responsabilidade do Serviço de Arqueologia do Norte e com o apoio da Câmara local, tem vindo a efectuar o trabalho de escavação. A

extensão real do cemitério nunca poderá vir a conhecer-se, em virtude das violações várias a que este foi sujeito durante os últimos anos, fruto da implantação parcial de campos de cultivo sobre os terrenos que o cobriam. Além de que o cemitério se prolonga em direcção a áreas inacessíveis à escavação (situadas por baixo de moradias e estradas). Seja como for, a área posta a descoberto em 1989, com cerca de 600 m², estava intacta, porque corresponde à zona que permaneceu sob uma duna resultante das grandes deposições eólicas que a zona sofreu a partir dos finais da Idade Média. A área onde intervimos, contígua aquela onde foram inicialmente referenciadas 21 sepulturas, esteve assim coberta por uma duna com cerca de metro e meio de altura desde o século XIV até finais da década de 80.

O cemitério de Fão parece cumprir a maioria dos requisitos para uma boa análise paleodemográfica, já porque reúne um grande número de sepulturas (perto de 170, o que constitui um número aceitável para uma série estatística), já também porque a população enterrada em Fão parece aproximar-se muito de uma população «natural», isto é, representa muito provavelmente o grupo de habitantes de Fão medieval que não esteve sujeito a migrações apreciáveis ou a grandes factores de mudança como as guerras. A somar a estes aspectos favoráveis está ainda a participação de antropólogos na equipa de escavação — factor de relevo para uma boa análise paleodemográfica, permitindo otimizar a recolha de informação a partir dos ossos.

Conforme se pode ver pela figura 1, há zonas do cemitério particularmente densas em sepulturas, havendo mesmo casos de sepulturas que partilham as

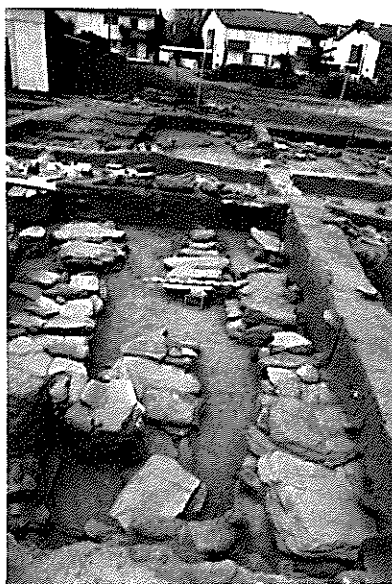


Fig. 1 — Vista geral da Necrópole de Fão em Novembro de 1990.



Fig. 2 — Detalhe de sepultura de adulto, da Necrópole de Fão, ainda por abrir.

mesmas lajes laterais e/ou posteriores; há igualmente casos de sobreposição de sepulturas (a sugerir uma elevação da cota do cemitério, que deu origem a novos enterramentos). Entretanto, para além das sepulturas que ocupam grande parte da área do cemitério, o sector oeste da escavação revelou restos das estruturas de um edifício construído sobre parte da necrópole e no qual foi já possível definir seis compartimentos. Apesar de não se saber se o edifício é posterior ao abandono do cemitério ou se data dos últimos períodos de funcionamento da necrópole, há indícios claros de ter sido ocupado, acusando, nomeadamente, uma densa concentração de carvão. Ariès(1984) menciona alguns casos de casas habitáveis dentro da área do cemitério. Para Portugal, a confirmar-se a existência desta casa, seria um caso inédito (Almeida *et al.*, 1992). Em todo o caso, convém não esquecer que o cemitério medieval era um dos locais com maior poder simbólico para a comunidade, estando o homem medieval familiarizado com a presença das sepulturas e encarando assim o cemitério como um espaço de vivência quotidiana (Barroca, 1987).

A existência desta necrópole pressupõe, obviamente, a existência de uma igreja. Segundo Lopez Ferreiro (1894, in Nanclares *et al.*, 1985), na Idade Média o local do cemitério era assinalado em simultâneo com a consagração da igreja. Localizava-se mesmo, por norma, a 12 passos em redor desta, e Orlandis (1950) refere que em meados do século XII esta distância seria de 30 passos. A igreja a que o cemitério de Fão pertenceu não foi ainda localizada, esperando-se que futuras prospecções nas imediações possam vir a revelar os seus vestígios.

3.3. A organização do mundo dos mortos: as sepulturas

As cerca de 170 sepulturas inventariadas até ao momento correspondem, muito provavelmente, a 4 séculos de enterramentos sucessivos (séculos XI, XII, XIII e XIV), cronologia que pôde ser determinada com base em elementos históricos, geológicos e arqueológicos¹.

As sepulturas da necrópole podem definir-se como sendo enterramentos delimitados por pedras avulsas, com tampas de contornos irregulares, dispostas transversalmente e vedadas com barro. As pedras mais utilizadas eram o xisto e o granito, encontrando-se, menos frequentemente, várias pedras que serviram anteriormente para outras funções: mós de moinhos de rodízio e fragmentos de telha, inclusivamente telha romana (Figs. 1 e 2). Este tipo de sepulcros, de que existem na zona de Entre Douro e Minho vários exemplos, está associado aos estratos mais pobres da sociedade medieval, fornecendo portanto uma ideia do nível social da população em causa.

No que se refere à forma, trata-se, no conjunto, de enterramentos rectangulares, alguns ligeiramente trapezoidais. Há alguns exemplos de simulação de antropomorfismo, com o formato da sepultura a tentar acompanhar o formato

geral do corpo. A imobilização da cabeça do defunto na posição vertical, olhando o Céu, através de pedras, lajes, placas de xisto, ou mesmo dos crânios dos indivíduos anteriormente enterrados na mesma sepultura, corrobora a simulação da configuração antropomórfica.

O tipo de sepulturas da Necrópole de Fão que terá servido de local de sepulcro à população mais desprotegida, apesar de ter sido a moda mais popular da época, está longe de ser o conjunto mais representativo no Entre-Douro-e-Minho (Barroca, 1987). Até à recente descoberta da Necrópole de Resende, não restavam quaisquer casos paralelos, nesta zona, para comparar com Fão, atendendo a que as necrópoles contemporâneas como a de Lagares, da Igreja Velha de Mondim (com sepulturas com caixa), ou dos cemitérios de Sanfins e de Briteiros, constituem casos diferentes.

A tipologia e a ordenação cronológica do cemitério não puderam ser determinadas pelos arqueólogos: a grande uniformidade e longa perduração do tipo de sepultura utilizado impossibilitou tais procedimentos. Contudo, dentro do tipo de enterramento na terra, o único existente nesta necrópole, foram detectados dois tipos ou subtipos de enterramentos: uma primeira fase de caixa em granito e tampa em xisto e uma fase posterior com caixa e tampa predominantemente em xisto (Almeida *et al.*, 1992).

Os corpos eram envolvidos num simples sudário de linho (Barroca, 1987) e depositados directamente na sepultura em posição decúbito dorsal com pequenas variações (Fig. 3). A cabeça estava ou inclinada em direcção aos pés, ou virada para o Céu. As mãos encontravam-se ora estendidas paralelamente ao corpo, ora cruzadas sobre o corpo. As pernas encontravam-se maioritariamente estendidas. Obviamente que a

grande deterioração óssea condicionou muito a determinação exacta da posição de inumação. A orientação das sepulturas fazia-se de acordo com a crença na Ressurreição, no Juízo Final, isto é, estavam viradas para Nascente, a direcção de Jerusalém terrestre (Almeida *et al.*, 1992). O solo das sepulturas era composto, salvo raríssimas excepções, pela própria terra, havendo algumas sepulturas com um fundo verdadeiramente plano, o que leva a supor que tenha sido previamente alisado.

Os ossários dispersos sobre as sepulturas fechadas constituem casos raros. Não se detectaram, por outro lado, zonas de enterramento seleccionados, isto é, não parecem existir zonas no cemitério destinadas ao enterramento de crianças ou adultos e/ou de sepulturas individuais e reutilizadas, existindo qualquer uma destas variações em todas as áreas escavadas da necrópole.

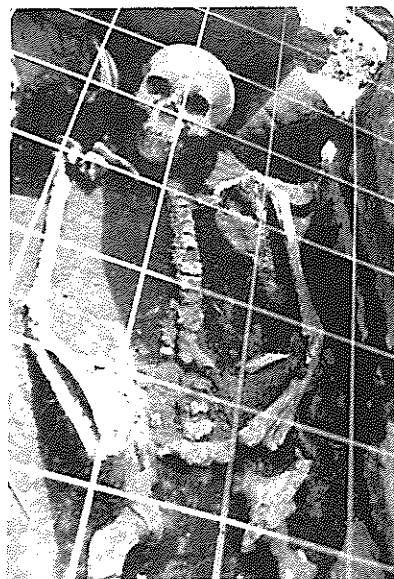


Fig. 3 — Simulação de antropomorfismo na sepultura n.º 96 do cemitério medieval de Fão. Sepultura individual de adulto. Notar igualmente, a posição de inumação.



Fig. 4 — Sepultura da Necrópole de Fão, em que é bem visível a grande fragmentação óssea.

3.4. O estado de conservação do material ósseo

Os restos humanos encontravam-se, maioritariamente, muito fragmentados (Fig. 4). No que respeita ao estado de conservação dos ossos, uma vez abertas as sepulturas deparámos com situações várias: sepulturas completamente vazias onde os agentes tafonómicos adversos tinham simplesmente feito desaparecer o esqueleto; sepulturas em que se notava bem a «sombra» do esqueleto, isto é, onde se notava bem onde e como esteve depositado o corpo mas que não representam mais do que simples «pegadas»; casos em que os poucos restos ósseos se desfaziam em pó ao toque; esqueletos verdadeiramente fragmentados em que era possível recolher fragmentos de dimensões consideráveis do crânio e ossos longos. Para ter uma ideia

mais precisa sobre o estado dos ossos, refira-se que não há qualquer osso da bacia completo (fragmentados há, apenas, restos de 2 indivíduos); crânios completos, só há um (mas ainda assim fragmentado); e ossos longos inteiros, apenas cinco. Os restos ósseos mais bem preservados são as diáfises dos ossos longos e as pirâmides petroseais do crânio. Estes factos significam que a análise antropológica de Fão se baseia essencialmente em fragmentos, principalmente de ossos longos e cranianos. Os restos humanos mais abundantes, e fazendo jus à sua fama, são sem dúvida os dentes. A fragmentação óssea dificulta, *a priori*, a análise paleodemográfica, mas os fragmentos ósseos, se bem explorados, não deixam de ser informativos.

Terá sido a forte acidez do solo do cemitério de Fão a principal responsável pela grande degradação óssea detectada. A duna de areia que se depositou sobre o cemitério no século XIV ajudou certamente a conservar o cemitério, mas os corpos, enterrados directamente na terra envoltos apenas por um sudário, estavam facilmente sujeitos à acção dos agentes tafonómicos negativos que encontraram no solo ácido um meio ideal para actuarem.

Há, no entanto, casos relativos à conservação do material que permanecem inexplicáveis: é o caso de algumas crianças que dão conta de uma tão boa quanto inesperada resistência a tão adversos factores tafonómicos.

A decomposição do cadáver, directamente ligada à estrutura da sepultura, é um fenómeno complexo que implica um estudo minucioso dos factores

tafonomicos por especialistas (Duday e Sellier, 1990). A detecção dos factores que levam à conservação ou à destruição do cadáver é uma peça essencial para a compreensão das práticas funerárias das sociedades antigas.

3.5. Frequência de indivíduos por sepultura

O número de indivíduos detectado em cada sepultura é variável². Enquanto que a existência de sepulturas vazias se explica com base nos factores tafonomicos, as razões da existência de sepulturas individuais e reutilizadas prendem-se essencialmente com motivos de ordem social, já que a partilha da sepultura era um costume comum na Baixa Idade Média (Vilar, 1990). «O pensamento da vida depois da morte, a ideia do futuro destino da alma, encontravam-se profundamente arraigados na mente do homem medieval. Através de todos os meios ao seu alcance tentará assegurar um destino eternamente feliz» (Orlandis, 1950). Um dos meios de assegurar um destino «eternamente feliz» consistia precisamente em partilhar a sepultura com os familiares.

Pode assim supor-se que os indivíduos que constam da mesma sepultura poderão ter pertencido à mesma família. Há inclusivamente casos, como o da sepultura 9 (Fig. 6), em que é nítido que o primeiro indivíduo a ser



Fig. 5 — A criança mais bem preservada até agora encontrada na Necrópole de Fão correspondente à sep. 65. A criança terá morrido por volta dos 18 meses de idade.

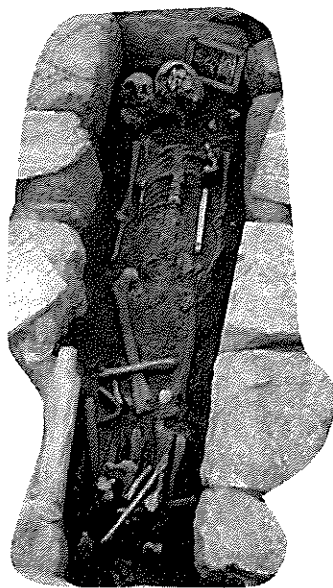


Fig. 6 — Exemplo de uma reutilização de sepultura no cemitério de Fão. Sepultura n.º 9.

enterrado está num plano bem mais inferior que o último indivíduo, que está mais à superfície. Detectava-se um novo enterramento, inferior, quando se terminava a limpeza da sepultura mais superficial. Infelizmente, a degradação óssea impossibilitou a análise dos caracteres discretos, uma das poucas vias possíveis de pesquisar eventuais laços de parentesco.

Estas inumações sucessivas podem estar temporalmente próximas mas também podem estar bem afastadas cronologicamente, o que atesta uma longa utilização do cemitério. Dada a existência de enterramentos sucessivos na mesma sepultura é de supor que tenha existido algum tipo de indicação exterior que sinalizasse a localização dos corpos.

Na Necrópole de Fão predominam as sepulturas reutilizadas (Fig. 7): cerca de 36% das sepulturas foram utilizadas mais do que uma vez. Apesar do facto não constituir novidade, esta percentagem de reutilização de sepulturas é das mais elevadas quando comparada com outras necrópoles medievais espanholas coevas (Nanclares *et al.*, 1986; Etxeberria, 1983; Arenal e la Rua, 1990, entre outras)³. Dentro das reutilizações foi possível discernir casos nítidos de reduções. Isto é, durante uma reinumação, depois da reaber-

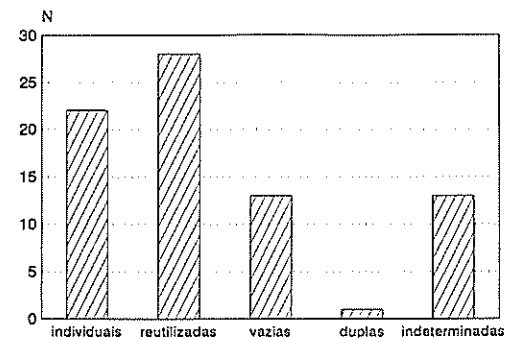


Fig. 7 — Frequência de indivíduos por sepultura na Necrópole de Fão.

tura da campa, os restos do primeiro indivíduo são postos num flanco da sepultura para permitir a introdução de um segundo cadáver. Geralmente, os ossos do(s) primeiro(s) ocupante(s) são colocados em montes, na cabeça e aos pés do segundo. Como testemunho do enterramento anterior preservam-se sobretudo o crânio e, depois, os ossos longos. Por não termos acompanhado a abertura de 23 sepulturas escavadas antes da nossa intervenção, não é possível apresentar uma percentagem exacta de reduções, podendo afirmar-se, no entanto, que a maioria das reutilizações eram casos de reduções.

De entre as sepulturas reutilizadas, são maioritárias as que serviram de local de inumação por duas vezes. Segue-se-lhes a sepultura reutilizada pelo menos três vezes, ou seja, em que foram encontrados pelo menos três indivíduos. As sepulturas que serviram de local de inumação pelo menos quatro vezes, são apenas quatro. De referir que os números de indivíduos determinados para as sepulturas reutilizadas são sempre números mínimos.

As sepulturas reutilizadas contêm, sobretudo, só adultos; menos frequentemente, adultos e subadultos em simultâneo e, mais raramente, só crianças

Relativamente às sepulturas individuais, há tantas de adultos como de não adultos. Como era de esperar, e isto atendendo à maior facilidade com que os ossos infantis se degradam, há bastantes mais sepulturas vazias infantis do que de adultos. Nestes casos, como é evidente, a avaliação do nível etário geral foi feita com base nas dimensões da sepultura — sepulturas com menos de 100 cm deveriam certamente corresponder a crianças, atendendo a que em todas as sepulturas com estas dimensões, contendo ossos, foram encontradas crianças.

3.6. Tentativa de reconstrução paleodemográfica

Das 78 sepulturas até agora escavadas recuperaram-se, no mínimo, restos de 125 indivíduos⁴.

Para além da estimativa da idade aproximada à morte constituir, por si só, um dos calcanhares de Aquiles da Paleobiologia, a grande deterioração dos restos ósseos limitou seriamente tanto esta diagnose, quanto a determinação do sexo. A determinação do estado não adulto e inclusão nos respectivos grupos etários pôde, no entanto, ser realizada dum modo mais credível, quer em virtude dos métodos empregues serem mais seguros, quer ainda pelo grande número de dentes decíduais recuperados. O diagnóstico foi feito com base na cronologia dentária (Ubelaker, 1989), comprimento e proporções dos ossos longos e dimensões das sepulturas. De entre os 24% de indivíduos não adultos, destaca-se a existência de algumas crianças muito novas, inclusivamente um feto num total de sete com menos de 12 anos.

O estado adulto foi determinado por um conjunto de observações que vão desde a avaliação do desgaste dentário à sinostose das suturas cranianas, passando pela existência de reabsorção alveolar e pela presença de artrose. Os adultos de Fão, aproximadamente 76% do total, tinham maioritariamente entre 20 e 40 anos, tendo-se apenas registado um indivíduo com mais de 60 anos.

Relativamente à proporção sexual, como só foi possível determinar o sexo em 25% dos adultos, os resultados perdem validade estatística.

Apesar dos fracos resultados etários a Necrópole de Fão reúne condições para se aquilatarem os principais estimadores paleodemográficos (Bocquet e Appel, 1977). Assim, foi possível calcular que a esperança de vida à nascença seria de 27.7 ± 1.5 anos. A mortalidade infantil no primeiro ano de vida, Oq_1 , é, paradoxalmente, menos elevada que a verificada durante os primeiros anos de vida, Oq_5 (respectivamente 26.8% e 40.5%), resultados que se ficam claramente a dever à sub-representação das crianças entre 0 e 1 ano de idade neste cemitério. É provável que as crianças destas idades tenham sido enterradas noutros locais, fora do cemitério. Também a estimativa da fertilidade aponta para valores que se podem considerar esperados. Recorrendo ao método de Bocquet (1979) que permite estimar o número médio de crianças (filhos) por família (Cunha, 1994), obtive um valor médio de 5.1 filhos por casal, o que constitui num valor aceitável e significa que a família nuclear seria composta de 7 pessoas.

A falta de crianças muito novas e de adultos idosos questiona a existência de uma população verdadeiramente natural. Talvez a continuação da análise paleodemográfica desta população (que aguarda a continuação do trabalho de escavação) possa vir a esclarecer a verdadeira natureza demográfica desta população.

Não deixa de ser tentador avaliar o tamanho populacional da pequena comunidade de Fão medieval. No entanto, para tal, e de modo a permitir a

aplicação do método modificado por Crubézy (1988), teve que se partir de determinadas suposições explicitadas em Cunha (1994). Se se puser a hipótese de a área escavada do cemitério corresponder a cerca de metade da área total (supondo que grande parte se mantém sob a estrada e o muro que ladeiam o cemitério), estima-se que a comunidade de Fão teria cerca de 48 habitantes. Supondo que Fão medieval teria uma área aproximada à de hoje (cerca de 604 hectares), a densidade demográfica correspondente é de 8 habitantes por km², resultado que contrasta fortemente com os dados da História, os quais apontam, para a área geográfica de Entre-Douro-e-Lima, na qual Fão se integra, uma estimativa de 40 habitantes por km² (Mattoso, 1993).

A discrepância entre estes dados pode ser explicada de vários modos. Uma das hipóteses é a de que poderia existir outra igreja, em Fão, onde se fariam igualmente enterramentos e/ou ainda que certos enterramentos seriam perpetuados perto das casas, o que não constituiria caso raro na época histórica em questão. Outra possibilidade tem a ver com o facto de a igreja correspondente a este cemitério não ter sido ainda descoberta: ora, caso esta se situe no local onde se pensa⁵, o que não é de todo improvável, a área visível corresponde não a 50% mas a apenas 25% do total da Necrópole o que, refeitas as contas, dá uma densidade demográfica de 16 habitantes/km² e um total de 95 habitantes para a comunidade de Fão.

Por conseguinte, mesmo levando em conta que esta proporção de habitantes por km² aumenta à medida que diminui a percentagem da área escavada, parece-me, em conclusão, que o número de 16 habitantes por quilómetro quadrado, que constitui a primeira estimativa do tamanho de uma população histórica portuguesa com base nos dados paleobiológicos, é um número aceitável. É ainda possível que os dados históricos obtidos ao nível da densidade demográfica para a zona onde se situa a comunidade em questão, sejam por excesso quando aplicados a localidades específicas (nomeadamente as litorâneas) dessa mesma região.

Atendendo a que a família nuclear seria constituída, em média, por 7 pessoas (5 filhos+2), a comunidade medieval de Fão seria constituída por cerca de 13, 14 famílias. Este número reduzido, se por um lado se opõe aos dados históricos que supõem uma maior densidade de habitantes, é porém concordante com o que se sabe da história de Fão que, em meados do século XIV, como já foi referido, se diz ter estado seriamente despovoado.

Até que ponto se podem generalizar estes estimadores paleodemográficos, só a continuação do trabalho de escavação da necrópole poderá confirmar. Entretanto, sabe-se já que, relativamente à esperança média de vida à nascença, o valor encontrado está de acordo com o número estimado, com base em dados paleobiológicos, para outras populações medievais europeias, onde não se afastaria muito dos 27 anos (Galera, 1989; Arenal e la Rua, 1990). Não me parece assim demasiado arriscado afirmar que outras comunidades portuguesas com as características de Fão, ou seja, com um nível sócio-económico baixo,

teriam uma esperança média de vida à nascença muito semelhante.

3.7. Alguns dados sobre os habitantes medievais de Fão

Sendo a estatura um dos parâmetros caracterizadores das populações do passado, tentou-se avaliá-la para os indivíduos medievais de Fão. Devido à grande fragmentação óssea, não se pode indicar qual o valor médio para a estatura. Só para 9 indivíduos adultos se conseguiram obter as medidas necessárias para estimar a estatura e, ainda assim, utilizando métodos diversos (Olivier e Tissier, 1975; Manouvrier, 1893 e Pearson, 1950 [in Ubelaker, 1989]; Trotter e Gleser, 1952). Por estas razões, o valor médio para Fão (1.62 m), que engloba valores de estaturas calculadas a partir de vários ossos e de diferentes métodos (o que não é um procedimento correcto), e só para 12.5% dos indivíduos, não tem significado como característica da população.

3.7.1. Breve referência aos sinais de stress

Alguns estudos apontam para uma forte correlação entre o nível sócio-económico baixo e altas frequências de múltiplos indicadores de stress (Cunha, 1993; Goodman *et al.*, 1988). Efectivamente, apesar das perturbações fisiológicas não se poderem medir nos restos esqueléticos, o stress deixa uma série de vestígios nos ossos e nos dentes (Goodman *et al.*, 1984). O conceito de stress é aqui usado como sinónimo dum distúrbio fisiológico do organismo resultante de perturbações ambientais (Huss-Ashmore *et al.*, 1982). Os períodos de stress a que os habi-

tantes de Fão medieval estiveram eventualmente submetidos podem assim ter deixado marcas nos respectivos esqueletos. Os indicadores de *stress* disponíveis para esta análise são as hipoplasias lineares do esmalte dentário (indicador de *stress* episódico) e, como indicadores de *stress* de doença específica, a cribra orbitalia e a hiperostose porótica. Ao considerarem-se vários sinais de *stress*, tenta-se avaliar as deficiências nutritivas da população.

Relativamente à cribra orbitalia, aproximadamente 70% das poucas órbitas em que era possível fazer a observação apresentavam vestígios de cribra. Quanto à hiperostose porótica observaram-se, também, lesões em alguns crânios. Como explicação para os casos detectados (que aliás poderiam ser seguramente em maior número caso os crânios estivessem mais completos), invoco a asserção de Hengen (1971) segundo a qual fracas condições de higiene e complicações provocadas por parasitas são responsáveis pela anemia por deficiência em ferro. Apesar de não se poder diagnosticar a anemia só com base nas mencionadas análises, é de admitir que alguns habitantes medievais de Fão sofreram de anemia. Para a hipoplasia linear do esmalte dentário, só se analisaram os dentes mais hipoplásticos, caninos e incisivos (Goodman *et al.*, 1984). Observaram-

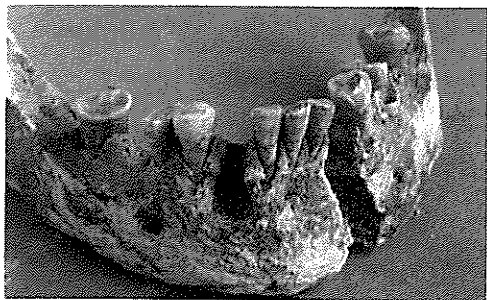


Fig. 8 — Mandíbula do indivíduo n.º 96 da Necrópole de Fão. Notar o grande desgaste dentário.

-se apenas dentes definitivos, já que eram sobremaneira os dentes deciduais que estavam ilegíveis e, sobretudo, recuperaram-se apenas coroas deciduais. Nos 80 adultos, só foram detectados 12 casos de indivíduos com hipoplasias.

3.7.2. Patologia oral

O material mais bem preservado foi sem dúvida os dentes. Recuperaram-se cerca de 562 dentes, 20% dos quais fragmentados e incompletos. Foram detectadas cáries em 27 dentes, o que equivale à percentagem de 4.8% (27/562). Estas 27 cáries distribuem-se do seguinte modo: dezanove nos dentes molares (66.6% do total), 4 em caninos (14,8%) e igual percentagem em Premolares. Só se detectou um incisivo cariado. Atendendo a que são sobretudo os dentes anteriores que se perdem mais frequentemente *post-mortem* e que são estes dentes que tendem a ser menos cariados, a percentagem de cárie detectada é, em certa medida, uma sobre-estimação da percentagem real, que seria assim um valor baixo quando comparado com os de outras necrópoles medievais.

Como os dentes estavam maioritariamente soltos, há, obviamente, alguma margem de erro quando se pretende caracterizar percentualmente a distribuição da cárie na população. Parecem existir 19 indivíduos com dentes cariados, o que representa 31% do total (19/61). Destes destaca-se o indivíduo da sepultura Y que apresenta, simultaneamente, 5 cáries (duas num mesmo molar e três repartidas por três outros molares), e o caso do indivíduo 104 que apresenta dois molares deciduais cariados. Estes dois casos são testemunho de patologias infecciosas avançadas e do aparecimento precoce da cárie, o que é indicativo de elementos cariogénicos na dieta.

A grande fragilidade dos dentes recuperados impossibilitou uma limpeza ligeira dos dentes enegrecidos, pelo que se optou por não proceder à análise dos depósitos de tártaro.

Quanto à paradontopatia, foi igualmente muito difícil de avaliar, já que 90% dos dentes estavam soltos. Nos casos em que os dentes estavam ainda nos maxilares a paradontopatia era muito acentuada (4 numa escala de 0 a 4), o que sugere uma fraca higiene oral.

O desgaste dentário foi a característica mais útil tanto para a avaliação da higiene oral como para a diagnose geral da idade.

Atendendo a que o nível etário médio dos indivíduos não era elevado, ou seja, que não se trata de uma população idosa, pode considerar-se que os indivíduos medievais de Fão apresentavam um desgaste dentário bastante acentuado (escala de Brabant e Sahly, 1962). Este facto pode ser explicado quer por uma pobre higiene oral, que tudo indica não seria cuidada, quer, sobretudo, pelo tipo de alimentação. Não se tendo efectuado qualquer análise específica a esse respeito, posso apenas levantar a seguinte hipótese: sendo a pesca uma das ocupações principais dos homens medievais de Fão, é plausível

supor que uma parte importante da dieta incluisse o peixe. Peixe mal lavado, com resíduos de areia, poderia provocar a abrasão dentária acentuada verificada (Fig. 8). As elevadas quantidades de cereais ingeridas contribuiriam igualmente para o desgaste dentário.

A pesquisa possível de indicadores de stress nutritivo e dentário na população medieval de Fão sugere que a anemia afectaria as crianças e jovens e que a sua dieta seria rica em alimentos abrasivos mas que, exceptuando casos pontuais, não seriam particularmente cariogénicos. A constatação de indivíduos com múltiplas hipoplasias do esmalte dentário constitui uma prova de períodos de crescimento bastante conturbados, que poderão reflectir épocas de crise como epidemias ou períodos de fome. No entanto, o escasso número de observações retira rigor a este tipo de ilações.

4. NECRÓPOLE MEDIEVAL DE S. JOÃO DE ALMEDINA (COIMBRA)

Os esqueletos medievais urbanos aqui analisados provêm do que foi o adro da antiga Igreja de S. João de Almedina, em Coimbra. Para se saber quem eram os indivíduos enterrados no adro da antiga igreja de S. João escolhi, obviamente, a aproximação biológica: a análise antropológica dos seus esqueletos.

4.1. A necrópole de S. João de Almedina

A antiga igreja de S. João de Almedina ocupava uma posição perpendicular à actual, que data dos séculos XVII-XVIII. Ficava portanto na alta da cidade de Coimbra, no que é hoje o pátio do Museu Machado de Castro.

A época da fundação da antiga igreja é desconhecida (Correia e Gonçalves, 1947). Terá sido mandada erigir entre 1129 e 1131 e, apesar de pronta por volta de 1138, não foi sagrada senão nos finais do século XII ou mesmo no início do século seguinte (Vasconcelos, 1937, in Correia e Gonçalves, 1947).

Se o limite cronológico inferior da utilização da igreja se pode determinar com alguma segurança a partir dos dados que acabei de referir, o mesmo já não se pode dizer do seu limite superior. A julgar pelos escassos documentos que a ela fazem referência, é possível que a antiga igreja tenha sido abandonada em finais do século XV. Deste século encontramos ainda referências comprovativas da sua actividade datadas de 1430 e 1446 (in Coelho, 1983). A data de encerramento da antiga igreja de S. João de Almedina é incerta, devendo a transição da antiga para a nova igreja ter correspondido a um período em que a igreja terá funcionado minimamente, o que poderia mesmo explicar as escassas referências encontradas para os séculos XV e XVI (admitindo-se o seu funcionamento ainda neste último século). A antiga igreja terá sido assim utilizada desde os finais do século XII até ao fim do século XV,

ou mesmo inícios do XVI, ou seja, durante cerca de 350 anos. A priori, podemos dizer que os enterramentos objecto do nosso estudo correspondem ao mesmo período.

As sepulturas de S. João de Almedina terão sido escavadas e o respectivo material ósseo levantado na década de 40. O único registo existente sobre a escavação do que terá sido o cemitério da igreja, cinge-se aos registos fotográficos encontrados no Museu Nacional Machado de Castro e no Museu de Antropologia, não existindo qualquer outro documento sobre a escavação em qualquer um dos Museus. As fotos, apesar de tudo, revestiram alguma utilidade, no sentido em que permitiram confirmar e inferir vários aspectos relativos à Necrópole. Assim, a zona exacta onde foi feita a escavação, hoje pátio do Museu Machado de Castro, ficou melhor definida. O tipo de enterramento, delimitado por pedras, insere-se perfeitamente nos enterramentos da Baixa Idade Média, o que confirma a cronologia do cemitério. De igual modo foi possível inferir alguns dados relativos à antropologia funerária, verificando-se, por exemplo, que o enterramento se fazia na posição de decúbito dorsal, conforme se pode ver na Figura 9. Pela fotografia é igualmente plausível afirmar que o corpo era enterrado directamente na terra, sem caixão.

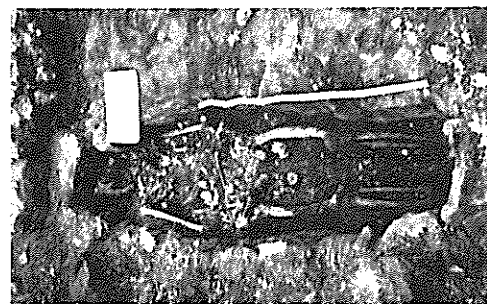


Fig. 9 — Uma das sepulturas do Cemitério medieval de S. João de Almedina.

A profundidade a que se encontravam os restos ósseos era variável, havendo corpos muito profundos e outros detectados mais à superfície. É também evidente que existiam sepulturas individuais e sepulturas reutilizadas.

Todo o material ósseo recuperado em S. João de Almedina deu entrada no Instituto de Antropologia, ainda na década de 40, tendo sido analisada uma parte do material, em termos métricos, pela Dr.^a Maria Augusta Neto (Cunha, 1963). Desde a década de 50 e até 1991, os ossos estiveram depositados em caixotes no depósito osteológico do Departamento de Antropologia. A inventariação deste espólio ósseo foi, compreensivelmente, bastante problemática, prendendo-se as dificuldades de inventariação com a antiguidade e inexistência de relatório do trabalho de escavação.

4.2. Constituição da série medieval de S. João de Almedina

A série é constituída, no mínimo, por 101 indivíduos (número obtido pela contagem dos fémures esquerdos) adultos e 14 não adultos.

Dado que os adultos são bastante variáveis quanto ao número de peças ósseas que conservam, a metodologia empregue para o diagnóstico do sexo variou consideravelmente de caso para caso. Sempre que havia osso coxal aplicou-se o método de Bruzek (1991). Para a diagnose sexual dos esqueletos relativamente completos mas sem osso coxal, em que o diagnóstico era dúbio, isto é, com osso coxal de sexo indeterminado e/ou crânio alofísico, recorreu-se, entre outros métodos, às características sexuais do crânio (Ferembach *et al.*, 1979) e ao comprimento máximo do talus. A proporção sexual para

os esqueletos mais completos revelou um número idêntico de indivíduos de ambos os sexos.

4.3. Mortalidade infantil

Aplicando os métodos referidos para a necrópole de Fão detectaram-se 14 indivíduos não adultos: três, com idades entre os 15 e os 19 anos; quatro, terão morrido entre os 10 e os 14; um, morreu entre os 5 e os 9 anos; cinco, morreram mais cedo, entre o primeiro e o quarto ano; e, finalmente, um indivíduo terá perecido antes de completar 1 ano. Torna-se evidente uma sub-representatividade de indivíduos não adultos em S. João (14 crianças para 101 adultos). Tal como aconteceu com outros cemitérios contemporâneos do de S. João de Almedina (Brothwell, 1986), as crianças poderão ter sido enterradas fora do cemitério. No cemitério em questão há um recrutamento selectivo, parecendo constituir o local de enterramento de uma população mais idosa e privilegiada. Outras hipóteses: a de que as crianças tenham sido menosprezadas durante a escavação (de referir que nenhum osso infantil estava marcado); a de que estejam ainda por escavar (é muito provável que existam mais sepulturas sob o pátio do actual Museu Machado de Castro). A raridade de crianças impossibilita estimar os principais parâmetros demográficos.

4.4. Determinação da idade aproximada à morte dos indivíduos adultos

Como já referi, a determinação da idade dos adultos é bastante mais problemática que a das crianças e adolescentes (Santos, 1995), e isto, em parte, porque os indicadores etários são baseados em critérios de senilidade que são muito variáveis de um indivíduo para outro (in Cunha, 1994). Nenhum método de estimação de idade é satisfatório, quer pela fraca correlação que apresentam com a idade, quer pelos erros sistemáticos inerentes (Jackes, 1992). Foram aplicados vários métodos consoante o material disponível. Tanto o método de Masset (1982) que estima a idade aproximada à morte com base no grau de obliteração das suturas endo e exocranianas, como o método de determinação da idade com base nas alterações da superfície auricular (Lovejoy *et al.*, 1985), apontam para uma predominância de indivíduos idosos, vários com idades próximas dos 70 anos. Outros critérios foram tidos em consideração, nomeadamente os já referidos para os adultos de Fão. Qualquer um dos métodos utilizados aponta para uma subrepresentação de adultos jovens, concretamente entre os 20 e os 40 anos, e uma frequência importante de indivíduos com mais de 55, 60 anos. Esta distribuição parece ser incompatível com a hipótese inicial de se tratar de uma população que não foi, a priori,

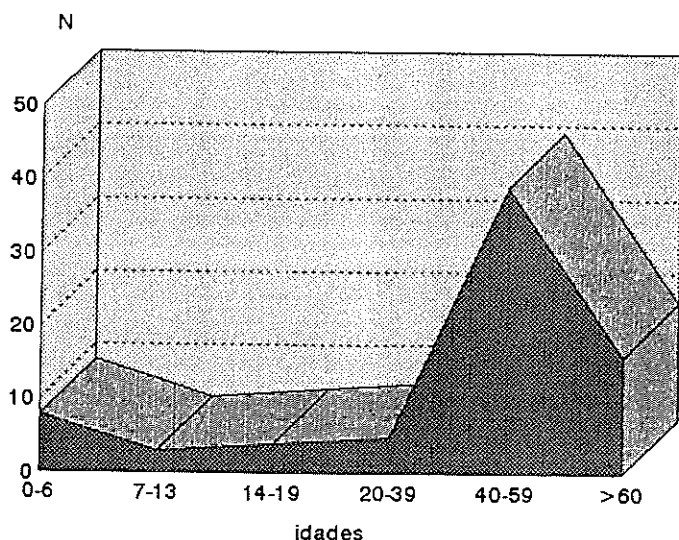


Fig. 10 — Estrutura etária da população medieval de S. João de Almedina, com base nos métodos referidos no texto.

sujeita a uma selecção particular. A escassez de indivíduos novos comprovada pelo baixo efectivo de indivíduos com menos de 20 anos, leva também a crer que a totalidade da população não está aqui representada. Uma das explicações para a selecção detectada pode residir no facto das sepulturas aqui analisadas representarem apenas uma pequena parte do que foi o cemitério medieval de S. João de Almedina e que uma nova prospecção no local poderá vir a detectar novas tumulações. A composição etária da população medieval de S. João de Almedina pode ser vista na Figura 10.

Quando se analisa a distribuição da mortalidade adulta por sexos (Fig. 11) verifica-se que dos 16 indivíduos que terão vivido para além dos 60 anos, 10 (6.25%) são mulheres. Trata-se de um dado significativo da maior longevidade feminina nesta população, não obstante a maior mortalidade na classe etária 20-39 anos.

Como já foi referido, a falta de crianças e jovens nesta população, que poderão simplesmente não ter sido levantados aquando da escavação nos anos cinquenta, impossibilita o cálculo dos principais parâmetros demográficos.

4.5. Morfologia

É difícil descrever um grupo de indivíduos já mortos há muito tempo apenas com base nos seus restos esqueléticos. Estando a reconstrução da aparência geral essencialmente dependente das características dos tecidos moles, os detalhes da forma da cabeça ou até mesmo a estatura, dão

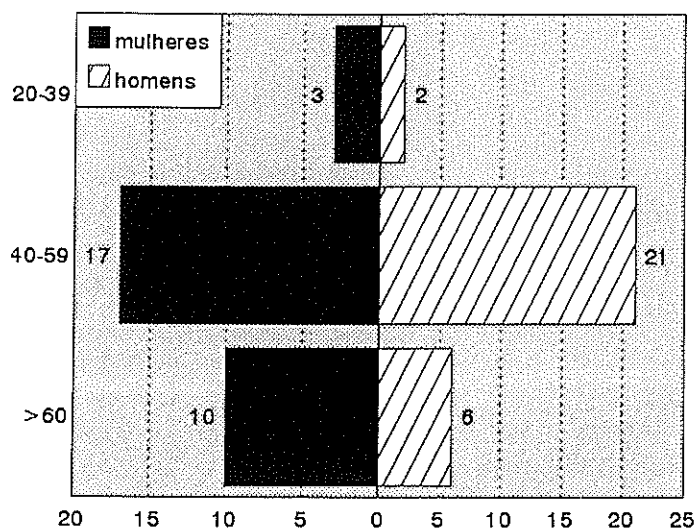


Fig. 11 — Taxas de mortalidade por sexos da população adulta de S. João de Almedina. Distribuição clássica em intervalos de 20 anos.

apenas uma ideia da morfologia dos indivíduos (Guirao e Souich, 1982).

No entanto, com base nos índices cranianos cefálico, altura/largura, frontal, facial total, facial superior, nasal, orbitário e gnático, pode afirmar-se que a forma geral do crânio dos homens e das mulheres era idêntica (t-testes não significativos). A maioria dos homens e mulheres tinham crânios mesocrâneos, apesar de existirem mais mulheres que homens com crânios arredondados. A forma geral do frontal era igualmente mediana, entre largo e estreito para ambos os sexos. A forma da face superior é média a alta nos homens, variando mais de forma nas mulheres. As órbitas são média a baixas nos homens e altas e médias nas mulheres. O nariz é maioritariamente estreito em ambos os sexos e, finalmente, as faces tendem a ser ortognatas tanto nos homens como nas mulheres.

Relativamente à estatura, os homens medievais eram significativamente mais altos que as mulheres, rondando a diferença média entre os dois sexos os 10 cm, número

que está de acordo com as diferenças estaturais em causa actuais. A sua estatura seria mediana, não se tendo detectado indivíduos muito altos: homens $x=1.66$ mulheres $x=1.54$. Os valores obtidos são muito semelhantes aos de outras populações medievais ibéricas.

A análise dos caracteres discretos desta série, por constituir assunto demasiadamente técnico, não é aqui analisada; no entanto, pode-se adiantar que os resultados não permitiram conjecturar sobre a existência de possíveis laços familiares (Cunha, 1994).

4.6. Paleopatologia

A análise paleopatológica contribuiu de um modo particularmente valioso para o conhecimento desta população urbana (Cunha, 1994). No presente artigo limitamo-nos a apresentar os resultados de uma forma muito resumida.

4.6.1. Patologia oral

Começando pela patologia oral, que engloba diferentes afecções infecciosas e não infecciosas e, através da qual é possível avaliar o impacto e as consequências da dieta e da eventual existência de cuidados de higiene oral e terapêuticos na saúde, a análise dos diferentes parâmetros (desgaste, cárie, doença periodontal, tártaro, perda *ante-mortem* e abscessos) permitiram as considerações que passamos a referir.

O desgaste dentário da população de S. João de Almedina é acentuado e produz-se relativamente cedo. Os molares são os dentes mandibulares mais gastos e os incisivos são os que apresentam, mais frequentemente, o índice máximo de desgaste no maxilar supe-

rior. O grande desgaste poderá eventualmente ser explicado pela mastigação vigorosa requerida por alimentos como a carne seca, que os documentos históricos referem, ou até pelas propriedades abrasivas de alguns cereais mal cozidos do próprio pão. A etiologia do desgaste, apesar de ser essencialmente mecânica, relacionada com a resistência das substâncias que os dentes devem moer, encontra na alimentação a outra grande causa, podendo ser considerada como o índice da natureza da alimentação habitual de uma determinada população (Grmek, 1983). Se as partículas duras da dieta, em particular a farinha moída em moinhos e os alimentos triturados com a ajuda de uma mó em pedra tem um papel importante na evolução do desgaste, o modo como se processa a mastigação (lenta e forte), imposto pela consistência dura e tenaz dos alimentos, é um componente causativo ainda mais importante (Grmek, 1983).

O uso dos dentes para fins não alimentares (instrumentos, cachimbos) pode ser revelado pela inspecção da direcção, como do grau de desgaste, podendo os padrões de desgaste informar assim sobre tipos de actividades habituais que envolvam os dentes (Powell, 1985).

Relativamente à cárie, uma grande percentagem de indivíduos medievais de S. João de Almedina apresentam estas lesões. Estas afectam sobretudo os dentes posteriores, sendo a cárie cervical a mais frequente. A introdução de farinhas de moinho e a maior sofisticação na confecção de carnes adocicadas é certamente responsável pela percentagem de cárie constatada. A exposição a altos níveis de chumbo na dieta poderá também constituir uma etiologia possível.

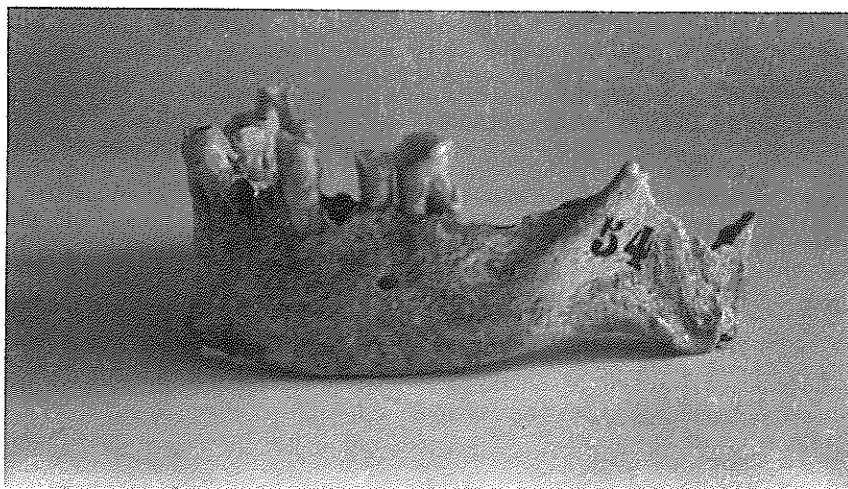


Fig. 12 — Mandíbula do indivíduo n.º 54. Vista antero-lateral. Desgaste angular do canino e PM, provavelmente devido a causas não relacionadas com a alimentação. Nos restantes dentes o desgaste é acentuado com exposição de dentina secundária em alguns. Notar também os depósitos oclusais de tártaro (seta) e a doença periodontal (seta a tracejado) moderada, indicada pela distância entre a linha cimento-esmalte e o osso alveolar. O tecido mole deve ter recuado com o osso, expondo a raiz.

No entanto a alta incidência de cárie parece estar aqui mais relacionada com o grande consumo de cereais.

A taxa de cárie detectada pode assim ser vista como uma medida da vida mais sofisticada dos cidadãos (Molleson, 1988). Os resultados de S. João de Almedina são em parte concordantes com as constatações de Hillson (1986) para as populações esqueléticas medievais e anteriores que, segundo o autor, apresentavam um padrão de cárie similar, com alta incidência de cáries cervicais, que aumentam com a idade, e baixa incidência de cáries de fissura que, quando existem, aparecem em indivíduos jovens, antes do desgaste remover as cúspides.

A doença periodontal que pode ser explicada com base numa fraca higiene oral e na ingestão de alimentos duros e abrasivos, é frequente nas dentições medievais de S. João de Almedina.

A perda de dentes *ante-mortem* é um fenómeno frequente que afecta mais a dentição posterior, o que pode ser atribuído tanto à própria morfologia como à dinâmica mastigatória, sendo a idade um dos factores de maior influência nesta perda. Os resultados desta patologia oral são indicativos de um nível etário elevado da população em causa.

A frequência de abscessos por indivíduo é relativamente elevada (30.2%), havendo a acrescentar a existência de alguns indivíduos com mais do que um abscesso cada, o que comprova a existência de estados infecciosos avançados.

A dieta é, sem dúvida, um dos factores explicativos da patologia oral detectada na população medieval de S. João de Almedina que poderá explicar, entre outros itens, o desgaste e a cárie. Segundo Cruwys (1989), dietas à base de carne/vegetal/cereais causam grande desgaste. No entanto, Hylander (1977) e Luke e Lucas (1983) in Cruwys (1989) sugerem que a preparação da comida é mais responsável pelo desgaste do que os alimentos em si. Ora, a documentação histórica sobre a alimentação medieval portuguesa (Martins, 1993) informa, entre outros aspectos, sobre o conteúdo da dieta do campesinato *versus* aristocracia coimbrã. Se o menu dos primeiros era baseado essencialmente no pão e vinho, o cardápio do segundo grupo incluiria um variado naípe de carnes e seria enriquecido por toda a espécie de produtos, sugerindo uma muita mais cuidada preparação dos alimentos que poderia estar na origem do maior desgaste dentário e da maior proporção de cáries.

A qualidade da higiene oral e a terapia tornam-se, progressivamente, mais importantes à medida que o conteúdo da dieta em carboidratos aumenta (Powell, 1985; Lukacs, 1989). Ora, muito provavelmente, a higiene oral seria muito precária e a terapia aparentemente nula, já que não foi detectado qualquer dente como sinal de ter sido restaurado. Os depósitos de tártaro não teriam assim grande oposição e uma cárie de grau 1 poderia fácil e rapidamente progredir para grau 4. Só o desgaste rápido se oporia a esse processo. Julgo importante não esquecer que, pelo menos em determinados momentos, se vivia numa época de crise em que a má nutrição podia abundar o que, junta-

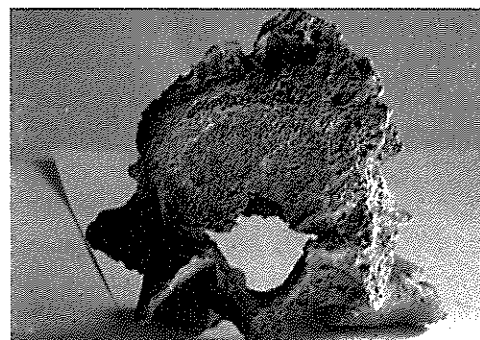


Fig. 13 — Artrose lombar. Quinta vértebra lombar do indivíduo n.º 8A (mulher, 65-70 anos) com uma artrose avançada.

mente com problemas higiénicos, sobretudo nas cidades, provoca um debilitamento orgânico.

4.6.2. *Patologia degenerativa*

A artrose é a patologia degenerativa mais espalhada no homem, dela já padecendo os neandertais (mas não os australopithecus). Se é provável que a medicina grega da época de Hipócrates já a conhecesse (Gremk, 1983), menos dúvidas temos para a época medieval: era então uma patologia bem conhecida e que afectava frequentemente as populações (Rogers *et al.*, 1982; Mafart, 1979; Crubézy, 1988).

A artrose vertebral é bastante frequente na população medieval de Almedina o que constitui uma boa prova do nível etário avançado da população (Cunha, 1996). Os resultados obtidos, nomeadamente a maior frequência da artrose lombar (Fig. 13), seguida pela cervical e depois pela torácica, estão de acordo com as observações nas populações actuais. Há, igualmente, uma alta incidência da artrose a nível das articulações dos membros, estando os superiores mais afectados que os inferiores.

Alguns indivíduos adultos, nomeadamente os mais velhos, padeciam de doença hiperostótica (Cunha, 1993), uma patologia degenerativa, geralmente benigna, frequente, actualmente, nos indivíduos de meia idade e idosos.

4.6.2.1. *Entesopatias (patologia degenerativa não articular)*

Apesar de para uma pesquisa coerente do stress ocupacional, não se poder isolar o estudo das entesopatias de outros elementos que igualmente comprovam a solicitação intensiva do sistema locomotor no quadro de uma mesma actividade repetitiva e especializada (Dutour, 1992; Palfi e Dutour, 1995), a análise das entesopatias⁶, por si só, sugere que os indivíduos medievais de S. João deveriam desempenhar actividades profissionais relativamente «duras» que implicavam uma actividade física de algum modo forte. A constatação de vários indivíduos com lesões nas zonas de inserção muscular permite invocar um determinismo mecânico, o que significa que um trabalho físico exigente poderá estar na origem das lesões observadas.

Apesar de não se poder estimar o seu efeito, em termos do funcionamento da sociedade, a existência de uma percentagem elevada de indivíduos com artrose, nomeadamente indivíduos com artroses em várias articulações, deixa supor que existiria uma fracção importante da população que estaria inactiva, já que algumas artroses podem ser invalidantes. Quanto à população activa, a análise da patologia não articular sugere que existiriam actividades profissionais que implicariam um uso sistemático da posição erecta, existindo uma camada populacional que desempenharia profissões mais pesadas.

4.6.3. *Doenças infecciosas*

Detectaram-se dois casos de eventual tuberculose e outros casos infecciosos pontuais que, juntamente com a frequência considerável de reacções periosteas, reflectem uma incidência significativa de patologia infecciosa, sobretudo se se atender ao facto da incidência deste tipo de doenças em paleopatologia nunca poder ir além duma subestimação das frequências reais. A densidade demográfica da cidade (que terá sido particularmente elevada em certas zonas), juntamente com os baixos níveis hígicos, terão sido factores importantes no alastramento das doenças infecciosas (Molleson, 1988, Mafart, 1987).

4.6.4. *Patologia traumática*

Apesar da frequência de lesões de origem traumática e luxativa não ser, em S. João de Almedina medieval, muito elevada, os casos detectados são sugestivos da existência de algum tipo de actividade, talvez profissional, algo violento e da existência de agressões físicas directas ocasionais. O tratamento das fracturas (com alguns casos de imobilização sem redução acentuada) demonstra que o homem medieval sabia de algum modo como imobilizar o osso para cicatrizar a fractura. Os conhecimentos médico-cirúrgicos na Idade Média em Coimbra parecem, assim, ser reais.

Só num caso é provável que a lesão observada tenha constituído a causa da morte (ind. n.º 30).

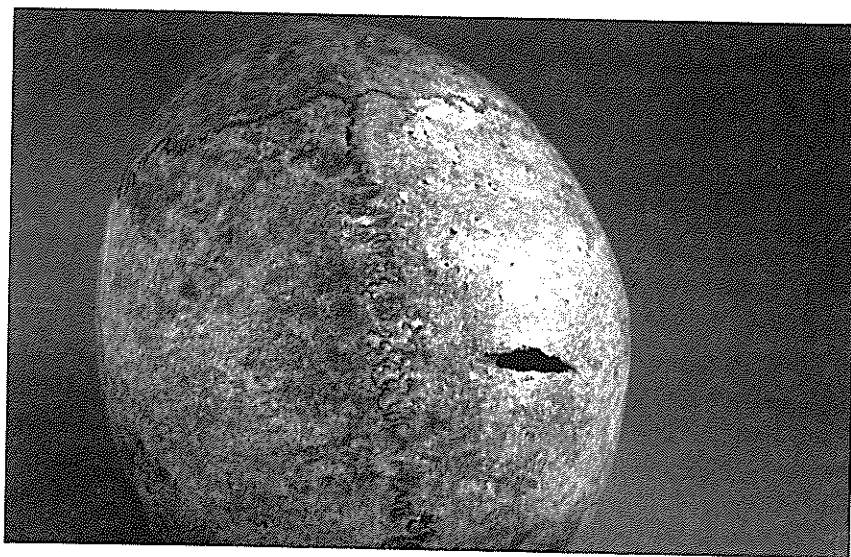


Fig. 14 — Crânio n.º 30. Incisão no parietal direito provavelmente provocada por instrumento cortante (homem, 55-60 anos).

A distribuição das lesões pelos sexos não pode ser feita de um modo rigoroso pela dificuldade que há em fazer corresponder um osso longo ao crânio do mesmo número. De qualquer modo as lesões traumáticas são mais frequentes no sexo masculino, o que está de acordo com a distribuição do risco de fractura pelos sexos (in Cunha, 1994), sugerindo que se tratam de fracturas de trabalho.

Como as compressões vertebrais, denominadas por fracturas por esmagamento, são um dos indicadores de osteoporose, esta patologia metabólica é aqui analisada. Há, pelo menos, dois indivíduos medievais com compressões vertebrais a que há a acrescentar mais dois casos de esqueletos osteoporóticos. Os quatro casos verificaram-se em esqueletos femininos, o que está de acordo com a distribuição actual desta patologia (pós-menopausica na mulher e senil no homem).

4.6.5. Problemas de crescimento

Certas pressões mecânicas podem levar à formação de hérnias no disco intervertebral na placa de crescimento da vértebra subjacente, que resultam nos nódulos de Schmorl. Na população de S. João de Almedina estes têm uma clara incidência masculina, constituindo um resultado concordante com outras pesquisas, já que, classicamente, os homens têm mais do que as mulheres, o que é particularmente válido depois dos 30 anos e o que, por sua vez, poderá estar relacionado com as ocupações profissionais⁷.

Foram ainda detectados quatro casos nítidos de doença de Scheuermann⁸ (Fig. 15).

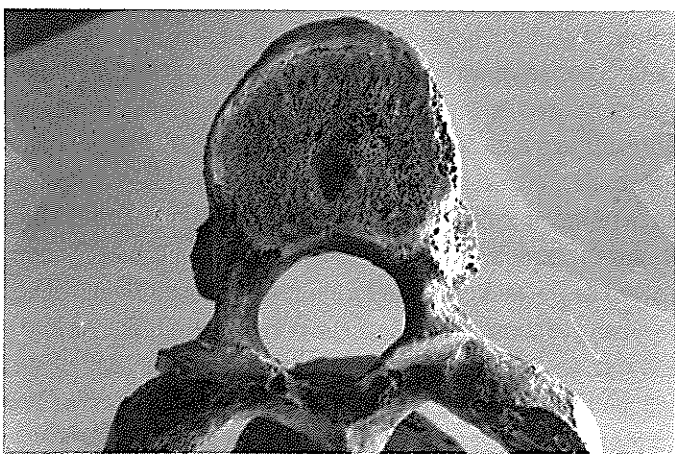


Fig. 15 — Vértebra torácica masculina. Depressão do corpo vertebral devido a Nó de Schmorl.

4.6.6. Sinais de stress

Os indicadores de *stress*, nomeadamente as hipoplasias do esmalte e as linhas de Harris, revelam que até cerca dos 6 anos de idade (Goodman e Rose, 1991) grande parte destes indivíduos esteve sujeito a factores adversos que surtiriam um efeito menor nos períodos de crescimento ulteriores. O nascimento não seria no entanto um período muito difícil, já que a percentagem de indivíduos com *stresses* durante o primeiro ano de vida não é elevada. A anemia seria também frequente na infância e adolescência; no entanto, o facto de grande parte dos indivíduos ter sobrevivido a estes e aos *stresses* anteriores a que estiveram sujeitos durante o crescimento, prova que de algum modo adquiriram resistência suficiente para atingir uma certa longevidade. A maior vulnerabilidade feminina aos *stresses* não específicos concorda com a sua ligeiramente maior mortalidade e corrobora a hipótese do aleitamento prolongado e dos (hipotéticos) partos contribuir para um enfraquecimento geral do organismo feminino.



Fig. 16 — Lesões no tecto das órbitas (*cribra orbitalia*) de uma criança medieval que terá morrido entre os 2 e os 4 anos.

A frequência de anemia, interpretada a partir da hiperostose porótica, (40% dos crânios adultos com lesões na abóboda e 25% dos crânios adultos com lesões no tecto das órbitas [Fig. 16]) era relativamente elevada em S. João de Almedina medieval. Tal como noutras populações do passado, as anemias nutricionais seriam frequentes (Cunha, 1994). A dieta pode ter desempenhado um papel importante no desenvolvimento desta patologia, já que uma subsistência baseada em cereais como o milho e o trigo constitui uma dieta pobre em ferro. É também plausível supor que estas paleodietas não fossem ricas em vitamina C, o que constituiria também um factor negativo para a absorção do ferro.

Em termos da vida quotidiana, há alguns resultados interessantes: os dados das hipoplasias lineares do esmalte dentário indicam que o período de amamentação deveria ser prolongado, ocorrendo o desmame apenas por volta dos 4 anos. Uma amamentação prolongada poderia estar na origem de uma maior debilitação física das mulheres e do desenvolvimento de patologias como a osteoporose ou da ligeiramente maior mortalidade feminina.

5. ANÁLISE COMPARATIVA E CONCLUSÕES

1. A base da análise paleobiológica são os cemitérios mas, do mesmo modo que um documento muito danificado não permite ao historiador explorar convenientemente o seu instrumento de trabalho básico, esqueletos incompletos e, sobretudo, mal preservados, perdem, na proporção do seu grau de preservação, uma parte considerável e irrecuperável de informação. Por isso, no caso de Fão medieval, aquilo a que os dados recolhidos permitem ambicionar é, fundamentalmente,

à reconstrução do *mundo dos mortos*. O que nem sequer é pouco: na ausência de textos ou de tradições orais, os gestos funerários representam o único testemunho da ideologia funerária desta população medieval. E de facto, no caso citado, o estudo antropológico forneceu elementos decisivos para o conhecimento do modo como eram inumados os indivíduos, o que de algum modo se pode considerar como um aspecto característico da sociedade que praticava esses ritos funerários.

As observações feitas permitiram verificar que esta necrópole (caracterizada por uma elevada densidade de sepulturas, à qual não será estranha a sua utilização durante vários séculos) se enquadra, perfeitamente, dentro do tipo de necrópoles da época em que, por norma, o povo anónimo era enterrado: uma percentagem importante das sepulturas, de tipologia tipicamente medieval, era reutilizada; a posição de inumação estava de acordo com a religião; o corpo e/ou a sepultura não tinha qualquer elemento identificador do indivíduo, inserindo-se assim no tempo da *morte anónima* e corroborando a ideia de se tratar de uma população de baixo nível económico. Também a necrópole de Resende, se bem que muito menor, apresenta uma última fase de utilização marcada por alguma identidade com o caso de Fão: o tipo de algumas sepulturas, as reutilizações, as reduções, a inexistência de qualquer peça votiva a acompanhar o morto, a existência de adultos e crianças, tudo se conjuga a favor da contemporaneidade de utilização de ambas as necrópoles. De resto, também o conjunto sepulcral de S. Saturnino apresenta muitas semelhanças com Fão.

Em termos de antropologia funerária, pode afirmar-se que no conjunto de necrópoles medievais aqui abordadas os elementos comuns consistem, essencialmente, no tipo de sepulturas, na elevada densidade das mesmas, na grande reutilização das sepulturas e na orientação da inumação. Menos padronizada, a posição de inumação não regista, ainda assim, variações consideráveis.

2. Atente-se agora nas questões de âmbito demográfico. Tomando o caso de Fão, verifica-se que as crianças muito novas, particularmente as que morriam durante o primeiro ano de vida, apesar de presentes na necrópole, tenderiam a ser enterradas fora do cemitério, já que há uma nítida lacuna neste grupo etário; e que, no extremo etário oposto, os idosos também estão ausentes. Uma comparação com os outros sítios medievais não urbanos aqui mencionados mostra que as análises paleobiológicas não forneceram, também aí, indivíduos muito idosos. E mostra, quanto às crianças, a sua presença em todos os locais em sepulturas individuais e em sepulturas reutilizadas misturadas com adultos e/ou outros indivíduos não adultos. O caso de S. Saturnino, onde se detectou uma série de enterramentos próximos, dos séculos XIV e XV, que albergavam maioritariamente crianças, constitui, até ao momento, um caso singular para o nosso País.

Quanto à esperança média de vida à nascença, o valor encontrado para Fão assinala a primeira vez que ela se consegue estimar, para uma população portuguesa, com base em dados paleobiológicos. Tal valor (27.7 anos), para além de se enquadrar nas estimativas feitas para outras populações medievais espanholas (Arenal e la Rua, 1990; Galera, 1989), pode ser considerado como um parâmetro demográfico caracterizador da população portuguesa de idêntica condição sócio-económica nos séculos em causa. De igual modo, os restantes parâmetros demográficos, nomeadamente mortalidade infantil e fertilidade, são também dados que ultrapassam a caracterização da população em si, podendo ser extrapolados para populações da mesma época com idênticas condições sócio-económicas. Igualmente inédita para o nosso País é a estimativa do número de habitantes de uma comunidade, o que, tendo sido feito para Fão, permitiu avaliar a respectiva densidade demográfica.

3. Por outro lado, para a população urbana, se não foi possível revelar aspectos particulares do âmbito da antropologia funerária, nem mesmo os principais parâmetros paleodemográficos que para Fão foram conseguidos, foi possível obter, em contrapartida, bons resultados em outros campos.

Em termos demográficos esses resultados são particularmente positivos. Pela primeira vez na Europa, com base em dados paleobiológicos, nomeadamente demográficos e paleopatológicos, chega-se à conclusão de se tratar de uma população medieval favorecida. Apesar de não se terem recolhido, do cemitério de S. João de Almedina, dados suficientes para saber se a população é uma população natural de pessoas idosas ou se foram unicamente os velhos, por vontade expressa, a ser aí enterrados, os dados paleobiológicos apontam para uma população seleccionada: uma população idosa favorecida.

A idade avançada, sugerida por indicadores etários, é corroborada por várias observações patológicas. A patologia degenerativa, nomeadamente a elevada frequência de perda de dentes *ante-mortem*, a doença periodontal frequente, a exposição da cavidade polpar induzida pelo atrito, a quantidade de casos em que foi detectada artrose, tanto raquidiana como apendicular, a frequência da doença hiperostótica, a degeneração verificada em certas zonas de inserção muscular (entesopatias) e os casos de osteoporose, são exemplos óbvios de patologias do idoso que apontam para um número significativo de indivíduos entre os 60 e 70 (ou mais) anos. Ou seja, as taxas elevadas de certas patologias são o testemunho de uma longevidade considerável. Além disso, também as observações no âmbito dos indicadores de stress e da cárie, ao sugerirem tratar-se de uma população com pouco stress ao nascimento e com um período de crescimento não muito conturbado, alicerçam por seu turno a percepção de uma população favorecida.

Os dados revelados pela observação da patologia infecciosa, incluindo-se não só a frequência significativa de lesões infecciosas não específicas e os casos de tuberculose, como a patologia oral infecciosa, onde se destacam as

frequências dos abscessos, das cáries e da perda de dentes *ante-mortem* (com os casos de indivíduos policariados ou com vários abscessos, ou mesmo osteíte, a serem particularmente relevantes), constituem, no conjunto, o testemunho da importância das doenças infecciosas na população em causa. Se os casos infecciosos detectados têm um valor particular atendendo ao número não muito elevado de esqueletos disponíveis para diagnóstico, deve aceitar-se, por outro lado, que este mesmo contingente numérico pode ter sido o responsável pela ausência de patologias como a lepra, gota e espondiloartropatias que se sabe, tanto através das fontes históricas como da análise de outras populações medievais, terem ocorrido na época em causa.

Para além das doenças de que padeciam os habitantes medievais da freguesia urbana, a sua análise paleobiológica permitiu ainda inferir alguns aspectos relativos à dieta. Os dados da patologia oral, da patologia infecciosa e da análise dos indicadores de *stress* apontam para uma dieta rica em cereais, com açúcares não refinados, onde os alimentos referidos nos documentos escritos, como a carne seca e a sardinha dos pobres, deveriam constar. A estatura, cujo valor médio é condicionado pela influência do meio no crescimento individual, particularmente pela qualidade, quantidade e regularidade da alimentação durante, sobretudo, a primeira infância, revela que a alimentação seria equilibrada.

A higiene oral seria muito deficiente, a implicar a provável inexistência de hábitos de limpeza oral como escovar os dentes. Aliás, a propósito da dentição — e entrando de alguma forma no universo da medicina medieval, o trabalho sobre S. João de Almedina mostra que os cuidados terapêuticos da dentição não eram comuns, pois não se

detectou qualquer dente restaurado. O que não impediria, entretanto, um bom conhecimento ao nível do tratamento de fracturas, já que a imobilização dos ossos fracturados era conseguida ao ponto de se obter uma consolidação óssea relativamente perfeita. (Recorde-se que a paleoepidemiologia da população medieval de S. João de Almedina foi realizada aceitando-se, naturalmente, o facto dos resultados adquiridos serem necessária e forçosamente parcelares e sujeitos a serem modificados pela descoberta de novas séries ósseas).

Na perspectiva da confrontação dos dados paleobiológicos com os dados históricos, as conclusões não são menos importantes. Desse confronto, inédito para as populações portuguesas, não ressaltam grandes desacordos. Ao nível demográfico, excepção feita à densidade demográfica medieval do norte português que, a crer no presente trabalho, aponta para algum exagero dos dados históricos, a História e a Paleobiologia são unânimes na importância dos valores para a mortalidade infantil, cuja explicação é também comum para as duas ciências: baixo nível de vida, fracas condições de higiene e dificuldade em combater epidemias e doenças infecciosas graves. Até mesmo o desacordo que *a priori* se poderia prever relativamente à longevidade estimada por cada uma das ciências é, afinal, de somenos. É bem verdade que, embora a opinião do Rei D. Duarte sustente que poucos viveriam para além dos 50 anos, temos indicações de que após essa idade não se registaria invariavelmente a «decrepitude» por ele referida (mesmo tendo em conta a falibilidade dos indicadores etários para as idades mais avançadas, foram detectados alguns indivíduos adultos maturos que poderiam desempenhar ainda um papel activo na vida em sociedade). Porém, a constatação desses indivíduos em S. João de

Almedina não pode deixar de estar estritamente relacionada com o nível social dos mesmos, o qual, muito provavelmente, seria médio a elevado. Em populações com o *status* económico de Fão é de supor que essa percentagem fosse menor.

4. Da análise patológica dos indivíduos medievais das necrópoles de Resende, Chafé, S. Pedro (Seixal) e S. Saturnino destaca-se a detecção de alguns casos particularmente acentuados de artrose e algumas lesões infecciosas igualmente graves, inclusivamente um eventual caso de poliomielite (Umbelino *et al.*, 1996). A frequência dos indicadores de stress como a hiperostose porótica e as hipoplasias lineares do esmalte dentário parecem ser mais elevadas do que na população de S. João de Almedina, o que indica que a infância terá sido mais conturbada nestas séries. O desgaste dentário, em termos globais, pode ser considerado de médio a acentuado. Muito provavelmente será o conteúdo dietético em cereais que está na origem das diferenças entre as várias populações, atendendo a que o pão, enquanto alimento medieval básico, tem sido usado como explicação das diferenças de desgaste detectadas (in Cunha, 1994).

A existência de uma série de casos particulares permite, ocasionalmente, atingir a partir do esqueleto o enquadramento sócio-profissional de dados individuais. A nível da patologia degenerativa não articular, a detecção de vários casos de indivíduos com lesões a nível da bacia e fémures deixa supor estarmos em presença de antigos cavaleiros (Palfi e Dutour, 1995) — suposição eventualmente corroborada pela existência de algumas deformações do crânio, já que poderão ter sido causadas pelo uso de um elmo.

5. No geral, a análise paleobiológica revelou que as séries analisadas parecem formar um grupo relativamente homogéneo, a sugerir que as condições ambientais, as condições higiénicas, a dieta e o nível de vida, não difeririam muito entre os vários grupos. A continuação dos trabalhos de escavação nos sítios aqui mencionados, assim como em novos locais, e a continuação das análises paleobiológicas em curso ou já projectadas, irão, certamente, proporcionar a confirmação das hipóteses levantadas e contribuir para um novo olhar sobre o homem medieval português.

AGRADECIMENTOS

Ao Rui Cunha Martins pela leitura prévia deste manuscrito, pelos seus comentários e sugestões.

NOTAS

- 1 Para elementos cronológicos mais detalhados remetemos para Cunha, 1994.
- 2 Há sepulturas em que não foi possível determinar o número de indivíduos presentes porque foram violadas antes da nossa intervenção.
- 3 Para Portugal não existem dados para comparação.
- 4 Se se observarem os gráficos referentes à frequência de cada «tipo» de sepultura, nas 28 sepulturas reutilizadas recuperam-se 74 indivíduos, mais 2 da sep. dupla, mais 26 das sepulturas individuais, mais 13 das vazias (supondo que cada vazia deu pelo menos 1 indivíduo) e mais 13 de cada uma das sepulturas em que foi impossível determinar o número de indivíduos.
- 5 Onde foram encontrados restos de pavimento e uma «pia de água benta» (Chaves, 1924) que poderão ser resquícios dessa mesma igreja.
- 6 O termo entesitis (do grego enthesis, que significa inserção) foi criado pelo reumatólogo La Cava para definir uma série de lesões inflamatórias que afectam a entese, isto é, a área de inserção do tendão, ou músculo, ao nível dos ossos do esqueleto (in Cunha, 1994).
- 7 Os nódulos de Schmorl são em parte devidos a influências mecânicas: stress por compressão (cargas, pesos) ao nível torácico, mas sobretudo de rotação ao nível lombar.
- 8 A doença de Scheuermann ou osteocondrose vertebral é uma distrofia raquídiana de crescimento que leva à cuneiformização vertebral

BIBLIOGRAFIA

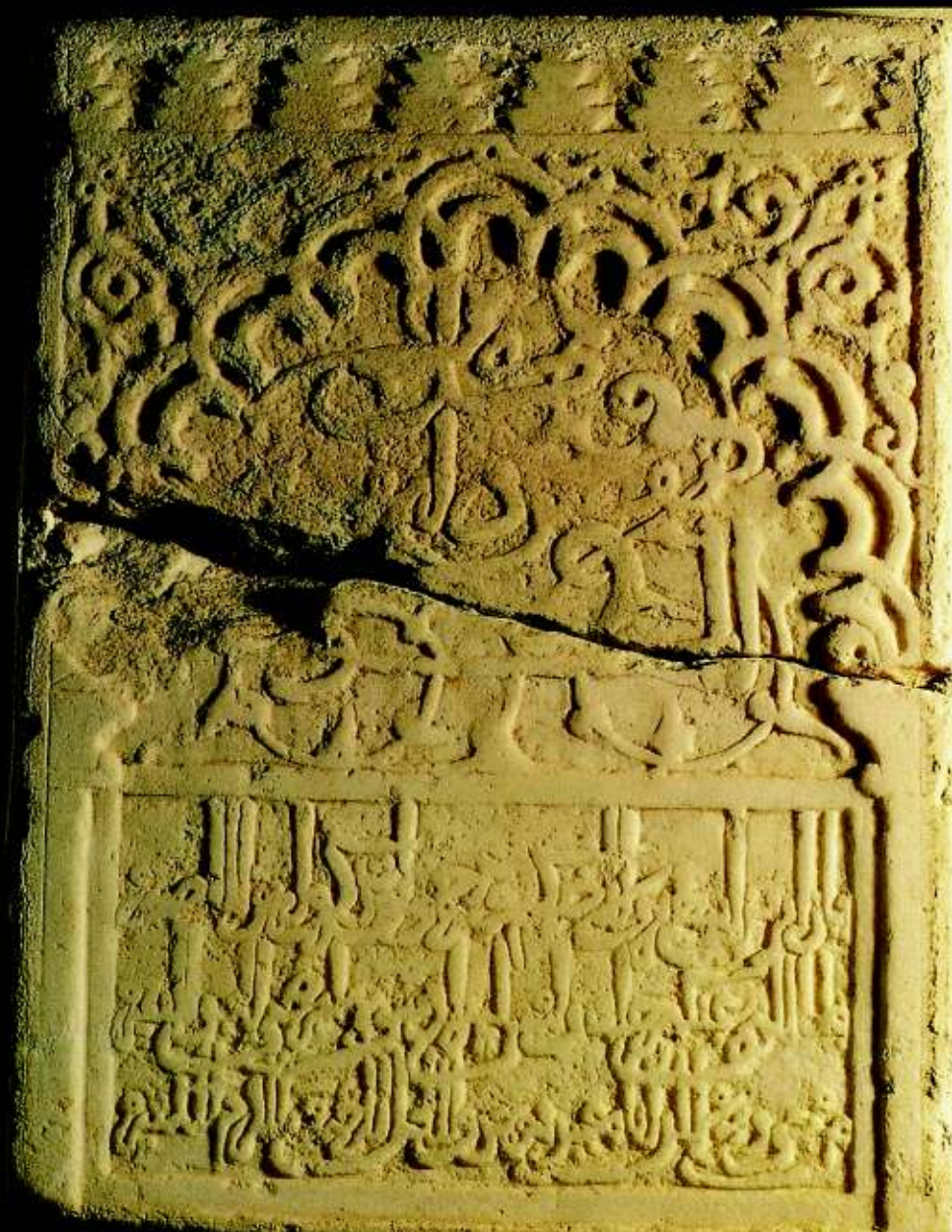
- ALMEIDA, C. A. B. *et al.* (1992) — Necrópole Medieval das Barreiras de Fão. *Boletim Cultural de Esposende*. 17: 111-126.
- ARENAL, I.; LA RUA, C. (1990) — *Antropologia de una poblacion Medieval Vizcaina San Juan de Momotio. Garai*. Cadernos de seccion. Antropologia. 7. Bilbao.
- ARIÈS, P. (1984) — *O Homem perante a morte*. Lisboa. Pub. Europa América.
- ASSUNÇÃO, C. (1996) — Contribuição para o conhecimento e caracterização da população medieval da zona centro de Portugal. Tese de Mestrado em Arqueologia em preparação. Universidade do Minho.
- BARROCA, M. (1987) — Necrópoles e Sepulturas medievais entre o Douro e Minho. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Fac. Letras. Porto.
- BOCQUET, J. P. (1977) — *Perspectives paleodémographiques*. Thèse Anthropologie. Historique. EHESS. Paris.
- (1979) — Une approche de la fécondité des populations inhumés. *Bull. et Mém. de la Soc. d'Anth. de Paris*. 6. 13: 261-268.
- BODDINGTON, A. (1986) — From bones to population: the problems of numbers. In: *Death, Decay and reconstruction*. Boddington *et al.* (ed.) Manchester Univ. Press: 180-197.
- BRABANT, H.; SAHLY, A. (1962) — La paleoestomatologie en Belgique et en France. *Acta Stomatologica*. 59. 3: 285-355.
- BROTHWELL, D. (1986) — The problem of the interpretation of child mortality in earlier populations. *Antropologia Portuguesa*. 4-5: 125-134.
- BRUZEK, J. (1991) — *Fiabilité des procédés de détermination du sexe à partir de l'os coxal. Implications à l'étude du dimorphisme sexuel de l'Homme fossile*. Thèse de Doctorat. Muséum National d'Histoire Naturelle, Institut de Paleontologie Humaine. Paris.
- CHAVES, J. G. (1924) — Elementos para a História de Fam. Famicão. Minerva.
- COELHO, M. H. C. (1983) — O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média. Lis. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CORREIA, V. N.; GONÇALVES, N. (1947) — *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, vol. II. Lisboa. Ac. Nacional de Belas Artes.
- CRUBÉZY, E. (1988) — *Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caracteres discrets. Exemple d'une population médiévale: Canac (Aveyron)*. Thèse de Doctorat Médecine. Univ. de Montpellier.
- (1992) — De l'Anthropologie Physique a la Paleo-Ethnologie funéraire et a la Paleobiologie. *Archeo-Nil*. 2: 7-19.
- CRUWYS, E. (1989) — Tooth wear and the archaeologist, the role of human tooth wear in archaeological research. Bar series. 211: 151-166.
- CUNHA, A. X. (1963) — Contribuição antropológica para o estudo de Portugueses medievais: o espólio ósseo das sepulturas de S. João de Almedina. *Contrib. para o Estudo da Antr. Port.* VII. 8: 177-189.
- CUNHA, E. (1993) — Évolution de la maladie hyperostotique de Coimbra médiévale a Coimbra de la fin du XIX siècle. *Bull et Mem de la Soc. d'Ant. de Paris*. n.s., t. 5: 313-320.
- (1994) — *Paleobiologia das populações medievais portuguesas: os casos de Fão e S. João de Almedina*. Tese de doutoramento em Antropologia. Univ. de Coimbra.
- (1995) — Testing identification records: evidence from the Coimbra Identified Skeletal Collections (Nineteenth and twentieth centuries). In: Saunders, S. and Herring, A. (ed.). *Grave reflections: Portraying the Past through Cemetery Studies*: 178-198.
- (1995a) — Contribuição da Paleobiologia para o conhecimento dos habitantes da zona de Corroios (Seixal) nos séculos XV e XVI, *al-madam*. IIª série. n.º 4: 34-40.
- (1996) — Osteoarthritis as an indicator of Demographic structure of past populations. In Perez, Perez A. (ed.), *Salud, enfermedad y muerte en el pasado*. Barcelona. Romargraf, S.A.: 149-155.
- CUNHA, E.; SILVA, A. M.; ARÁUJO, T.; MARRAFA, C.; SANTOS, A. L. (1993) — Antropologia de duas necrópoles medievais do Norte de Portugal: Fão e Chafé um exemplo de duas escavações antagónicas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33. 1-2: 431-446.
- CUNHA, E. *et al.* (1994 e 1996) — Relatório antropológico do espólio humano exumado da Ermida de S. Saturnino (Sintra). Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia. Depart. de Antropologia. Univ. de Coimbra. Não publicado.
- (1995) — Relatório da escavação antropológica e do estudo laboratorial dos restos humanos

- exumados da Capela de Nossa Senhora dos Vales, Vila Pouca, Resende. Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia. Departamento de Antropologia Univ. de Coimbra. Não publicado.
- DUDAY *et al.* (1990) — L'Anthropologie de terrain: reconnaissance et interpretation des gestes funeraires. *Bull. et Mém. de la Soc. d'Ant. de Paris*. n.s. 2. 3-4: 29-50.
- DUDAY, H.; SELLIER, P. (1990) — L'archéologie des gestes funéraires et la taphonomie. *Les Nouvelles de l'archeologie*. 40: 12-14.
- DUTOUR, O. (1992) — Activités physiques et squelette humaine: le difficile passage de l'actuel au fossil. *Bull. et Mém. de la Soc. d'Ant. de Paris*. 4. 3-4: 23
- ETXEBERRIA, F. (1983) — *Estudio de la Patologia osea en Poblaciones de Epoca Alto Medieval en el Pais Vasco*. Eusko. Sociedad de Estudios Vascos. Cuadernos de sección Medicina 1.
- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STOUKAL, M. (1979) — Recommendations pour déterminer l'âge et le sexe sur le squelette. *Bull. et Mém. de la Soc. d'Anth. de Paris*. 6. XIII: 7-45.
- GALERA, V. (1989) — La poblacion medieval cantabria de Santa Maria del Hito. Thesis doctoral. Universidad de Alcalá de Henares.
- GARCIA, C. T. (1996) — Ermida de S. Saturnino. Escavação Arqueológica na Serra de Sintra. *Arqueologia Medieval*.
- GOODMAN, A. *et al.* (1984) — Indications of stress from bone and teeth. In: Cohen, M. e Armelagos, G. (eds.) *Paleopathology at the origins of agriculture*. NY. Academic Press: 13-50.
- (1988) — Biocultural perspectives on stress in prehistoric and contemporary population research. *Year Book of Physical Anthropology*. 31: 169-202.
- GOODMAN, A.; ROSE, J. C. (1991) — Dental enamel hypoplasias as indicators of nutritional status. In: Kelley, M. e Larsen, J. (eds.). *Advances in Dental Anthropology*. 2
- GRMEK, M. D. (1983) — Les maladies a l'aube de la civilisation occidentale. Paris. Payot.
- GUIRAO, M., e SOUICH, P. du (eds.) (1982) — *5 Trabajos de Antropologia Fisica*. Laboratorio de Antropologia Instituto «F. Oloriz» Facul de Medicina. Granada.
- HENGEN, O. P. (1971) — Cribra orbitalia: Pathogenesis and probable etiology. *Homo*. 21: 57-75.
- HILLSON, S. (1986) — *Teeth*. Manuals in archaeology. Cambridge University Press.
- HUSS-ASHMORE, R. *et al.* (1982) — Nutritional inference from paleopathology. In: Schiffer, M. (ed.) *Advances in Archaeological method and theory*. vol. 5. NY. Academic Press: 395-474
- ISCAN, M. Y.; KENNEDY, K. A. (eds.) (1989) — *Reconstruction of life from the skeleton*. NY. Alan R. Liss.
- JACKES, M. (1992) — Paleodemography: problems and techniques. In: Saunders, S. e Katzenberg, A. (ed.) *Skeletal Biology of past people: research methods*. NY. W. Liss: 189-224.
- KELLEY, M. A.; LARSEN, C. S. (eds.) (1991) — *Advances in Dental Anthropology*. NY. Wiley Liss. Inc.
- LECLERC, J. (1990) — La notion de sépulture. *Bull. et Mém. de la Soc. d'Ant. de Paris*. s. 2. 3-4: 13-18.
- LOVEJOY, O.; MEINDEL, R.; PRYZBECK, R.; Mensforth, R. (1985) — Chronological metamorphosis of the auricular surface. *Am. J. Phy. Anthrop.* 68. 1: 15-27.
- LUCAKS, J. R. (1989) — Dental paleopathology: methods for reconstructing dietary patterns. In: Iscan, Y. e Kennedy, K. (eds.). *Reconstruction of life from the skeleton*. Alan Liss: 261-286.
- MAFART, B. Y. (1979) — Contribution a la connaissance de la pathologie osseuse au Moyen-Age en Provence. Thèse de Doctorat en Médecine. Marseille.
- MAGALHÃES, H. (1950) — Notas antropológicas sobre dois portugueses do século XV (João de Albuquerque e sua mulher D. Helena Pereira). *Trab. de Antr. e Etnologia*. XI. 3-4: 213-224.
- MARTINS, R. C. (1993) — A alimentação medieval: práticas e representações. *Revista de Ciências Históricas*. Univ. Porto. 7: 67-82.
- MASSET, C. (1982) — *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*. Thèse Doct. Univ. Paris VII.
- MATTOSO, J. (1988) — Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. Vol. II. Composição. Editorial Estampa.
- (1993) — *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa. Círculo dos Leitores.
- MOLLESON, T. (1988) — Urban bones: the skeletal evidence for environmental change. *3^{ème} Journées anthropologiques*. Notes et monographies techniques 24. Paris. CNRS: 143-155.
- MURAIL, P. (1990) — Apport de l'anthropologie a l'étude du recrutement et de l'organisation d'un espace funeraire. Le cimetiere Saint-Etienne a Toulouse. DEUA. Univ. Bordeaux I.
- NANCLARES, A. F. *et al.* (1985) — Necropolis Medieval de la Lampara Arroyo de la Encomienda (Valladolid). *Noticiario Arqueologico Hispano*. 24: 391-413.
- OLIVEIRA-MARQUES, A. H. (1987) — Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In: *Nova História de Portugal*. dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. IV. Lisboa. Edit. Presença.
- OLIVIER, G.; TISSIER, G. (1975) — Determination de la stature et de la capacité crânienne. *Bull. et Mém. de la Soc. d'Ant. de Paris*. 2: 1-11.
- ORLANDIS, J. (1950) — Sobre a eleccion de sepultura en la Espana medieval. *Anuario de Historia del Derecho Espanol*. XX. 5-49.
- PALFI, G.; DUTOUR, O. (1995) — Informations sur les activités du passé apportés par le squelette. In: *Dossiers d'Archeologie*. «Les Hommes du Moyen Age. n° 208: 12-21.
- PONTE, S.; MIRANDA, J. (1994) — Enterramentos medievais nas imediações de Santa Maria dos Olivais (Tomar). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol 34 (1-2). Actas III. 419-430.
- POWELL, M. L. (1985) — The analysis of dental wear and caries for dietary reconstruction. In: Gilbert, R e Mielke, J. (eds.). *The analysis of prehistoric diets*: 307-338.
- RAPOSO, J. M. C.; DUARTE, A. L. (1995) — Intervenção arqueológica na Quinta de S. Pedro (Corroios, Seixal). *al-madam*. II^a série. n° 4: 26-33.
- RAU, V. (1984) — *Estudos sobre a História do sal português*. Lisboa. Ed. Presença.
- RESNICK, D.; NIWAYAMA, G. (1988) — *Diagnosis of bone and joint disorders*. Vol. 3. *Articular diseases*. Philadelphia. W. B. Saunders. 2nd edition.

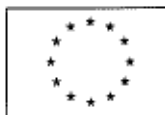
- ROGERS, J.; DIEPPE, P.; DIEPPE, P. (1982) — Arthritis in saxon and mediaeval skeletons. *British Medical Journal*. 283: 1668-1670.
- ROQUE, M. C. (1979) — *As pestes medievais europeias e o Regimento Proueytoso contra ha pestenenga*. Lisboa. Valentim Fernandes (1495-1496). Fund. Cal. Gulbenk. C. Cult. Port.
- SANTOS, A. L. (1995) — Certezas e incertezas da determinação da idade à morte. Trabalho de síntese elaborado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Policopiado. Departamento de Antropologia. Univ. Coimbra.
- TROTTER, M.; GLEESER, G. (1952) — Estimation of stature from long bones of American Whites and Negroes. *Am J. Phy. Anthrope*. 52: 463-514.
- UBELAKER, D. (1989) — *Human skeletal remains: excavation, analysis and interpretation*. 2nd edition. Washington. Taraxacum.
- UMBELINO, C.; CUNHA, E.; SILVA, A. M. (1996) — A possible case of poliomyelitis in a portuguse skeleton dated from the XV century. In Perez, Perez A. (ed.), *Salud, enfermedad y muerte en el pasado*. Barcelona. Romargraf, S.A.: 229-235.
- VILAR, H. (1990) — A vivência da morte na Estremadura portuguesa (1300-1500). Lisboa. Mestrado Univ. Nova de Lisboa.
- ZAMMIT, J. (1990) — Nouvelles perspectives en anthropologie des populations anciennes: paleoepidemiologie et approche de l'état sanitaire. *Bull. et Mem. de la Soc. d'Anth. de Paris*. n.s. 2. 3-4: 149-158.
- (1990b) — L'Homme Médiéval (aperçu d'anthropologie physique du Moyen Age). *Heresis*. n.º 2: 179-193.

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

ERMIDA DE SÃO SATURNINO: BREVE NOTA DE UMA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NA SERRA DE SINTRA

CRISTINA TETÉ GARCIA*

1. INTRODUÇÃO

A Ermida de São Saturnino, «*que ainda hoje persevera no fim da Serra de Sintra, sobre a costa do mar*»¹, integra-se numa propriedade com cerca de 62 hectares, denominada Peninha (Fig. 1). Esta propriedade foi adquirida pelo Instituto da Conservação da Natureza com o objectivo de criar o polo de um programa de valorização do Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC).

Neste contexto, o Plano Geral da Peninha (aprovado pelo MARN e IPPAR) assenta numa filosofia de preservação de um conjunto profundamente humanizado, constituído por edifícios de carácter histórico implantados num elevado esporão rochoso e por uma encosta de matos rasteiros que se alonga quase até ao mar e foi modelada sobretudo pelos frios ventos do norte e por pastoreio ao longo de séculos.

O conjunto edificado compõe-se de:

- Capela de Nossa Senhora da Peninha — classificada como Imóvel de Interesse Público, a sua aparência actual deve-se à acção do ermitão Pedro da Conceição que, entre 1673 e cerca de 1711, com algumas esmolas e o apoio do monarca D. Pedro II, reconstruiu o templo;

- Fonte dos Romeiros, datada do século XVI;
- Casas dos Romeiros, onde estes se alojavam durante as festas religiosas;
- Residência mandada erguer pelo último proprietário da Peninha, nos anos 30;
- Ermida de São Saturnino — datada do século XVI-XVII — lamentavelmente tem vindo a servir de curral nestas últimas décadas e dela restam apenas as paredes e a cobertura.

As obras já realizadas na propriedade incluem a recuperação estrutural da Capela de Nossa Senhora da Peninha e o restauro dos painéis de azulejos do século XVIII, que forram a nave; a recuperação estrutural da Residência, espaço destinado ao futuro Centro de Informação; e, em curso, a reabilitação das Casas dos Romeiros, para utilização como Centro de Acolhimento e Casa do Guarda.

* Arqueóloga do Instituto da Conservação da Natureza.

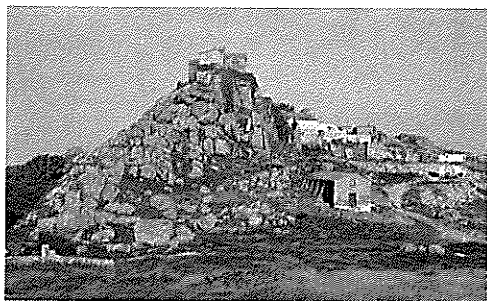


Fig. 1 — Vista parcial do morro da Peninha, com ermida de São Saturnino em primeiro plano e capela de Nossa Senhora da Peninha no topo.

Da vetusta ermida de São Saturnino, cuja fundação remonta aos inícios da nacionalidade, já pouco resta. Referida pelo cronista Nicolau de Santa Maria² como tendo pertencido a D. Pêro Pais da Maia, alferes-mor de D. Afonso Henriques, esta informação não é, no entanto, muito verosímil, dado não terem sido encontradas outras referências documentais que relacionassem este nobre cavaleiro, proprietário de vastas terras no norte do país, com o templo localizado no topo da serra de Sintra.

Dos elementos arquitectónicos e recheio da ermida de São Saturnino restam alguns

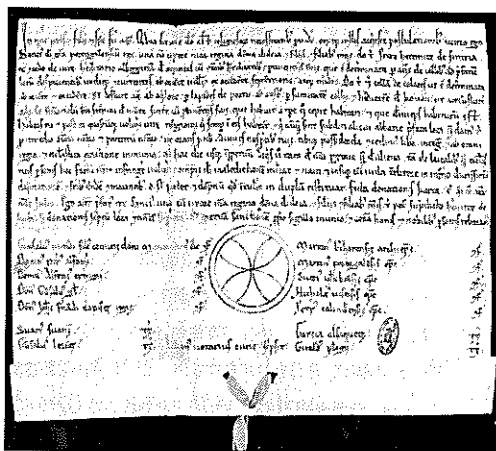


Fig. 2 — Carta de doação de D. Sancho I a Pedro eremita de Sintra (ANTT, SVF, 1.ª inc., nº 1, doc. 10).

azulejos esponjados de rodapé, datáveis do século XVIII, um painel de azulejos de 1636 e algumas alfaias depositadas no Museu Nacional de Arte Antiga, das quais se destaca uma mitra lavrada em prata, datada de 1764, que a imagem do Santo (actualmente depositada na capela de Nossa Senhora da Peninha) levaria em dias de procissão. José Queirós, na obra «Cerâmica portuguesa e outros estudos», refere ter adquirido, em 1904, na vila de Sintra, um painel de azulejos fragmentado da ermida de São Saturnino, no qual se podiam perceber os desenhos de uma mitra, um báculo e um livro. Entretanto informado por José Meco da sobrevivência deste painel nos jardins do palacete do Comandante Vilhena (Rua de São Bento, Lisboa), o PNSC adquiriu em leilão o painel com a seguinte inscrição: «Esta obra mandaram fazer os oficiais da nau Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães era de 1636».

Estes dados, considerados insuficientes para a elaboração de uma proposta de recuperação arquitectónica do edifício, foram entretanto colmatados por investigação documental que trouxe à luz uma centena de documentos, testemunhos da pujança da ermida entre 1192 e 1834, aproximadamente. Deste modo se justificou uma intervenção arqueológica no local, que respondesse essencialmente a duas questões:

- eventual existência de estruturas medievais;
- definição das fases construtivas do templo.

E, assim, a Ermida de São Saturnino foi alvo de escavações arqueológicas entre 1993 e 1995. Os resultados obtidos marcaram um interesse crescente que este espaço sagrado tem vindo a merecer. Os projectos de Recuperação Estrutural e Programa de Utilização da ermida estão em curso, prevendo-se que em breve se possa oferecer aos visitantes a História da Ermida no contexto da Serra de Sintra e das povoações que mantiveram vivo durante séculos o culto de São Saturnino.

2. CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA ERMIDA DE SÃO SATURNINO

«Fazendo hua exacta averiguação por pessoas antigas (...) e que assistirão que no tempo em que a Irmida do Santo esteve arruinada, tendo hum devoto (...) recolhido as muytas e ricas Alfayas e Pratas que o Santo tinha de offertas dos fieis pella grande devoção que antigamente houve por ser esta Irmida tão antiga como o Reyno de Portuga!»³

O documento mais antigo que se conhece sobre esta igreja remonta ao ano de 1192 (Fig. 2). Trata-se de uma carta de doação passada por D. Sancho I a «Pedro eremita de Cintra» do «sanctuariolum Beati Saturnini de monte Sintrie cum pertinentiis suis que habuit a tempore quo cepit habitari et que deinceps

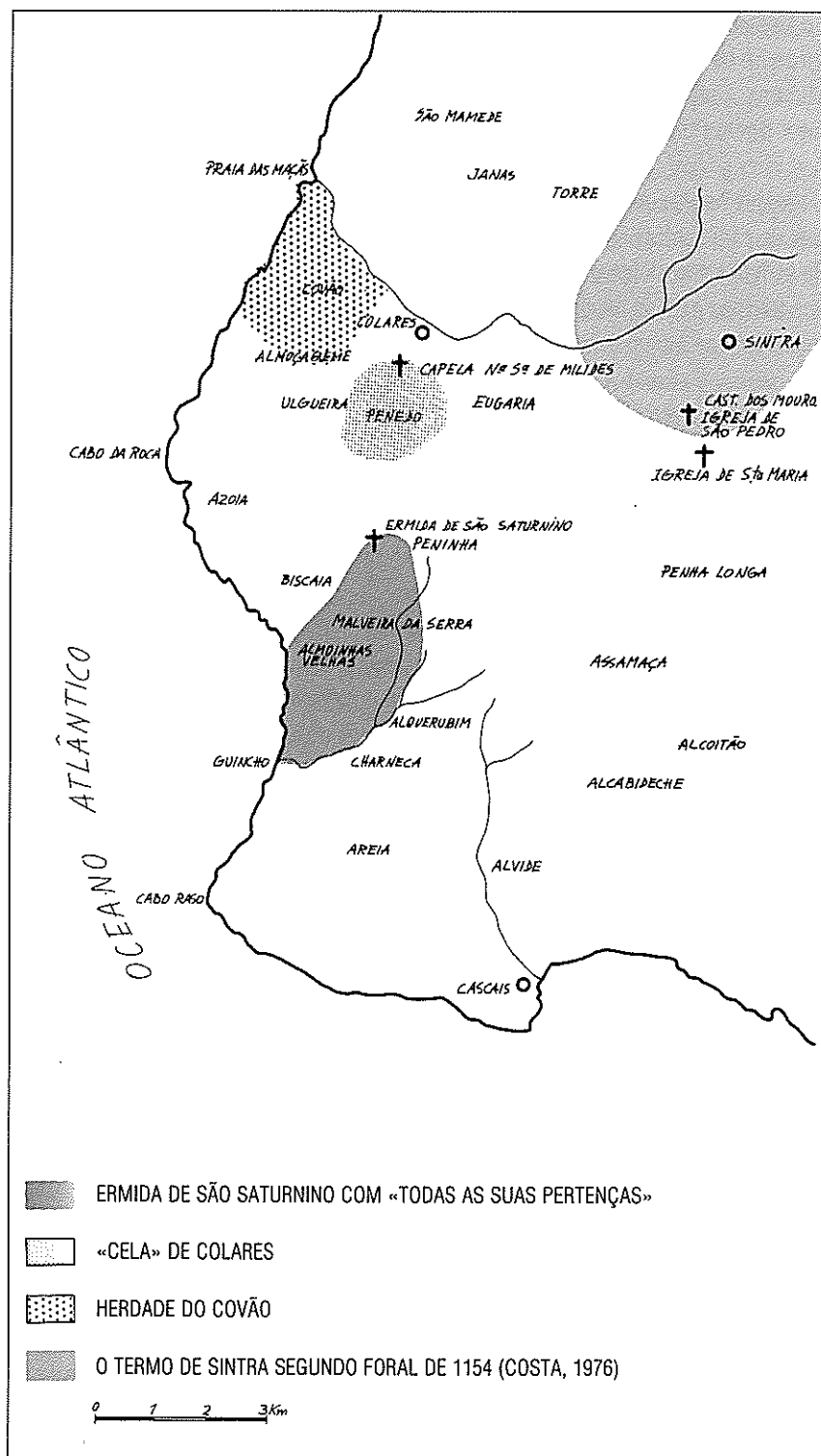


Fig. 3 — A ermida de São Saturnino e as suas pertenças constantes na doação de D. Sancho I (1192).

haborum est»⁴. Esta última expressão foi considerada pelo historiador Silva Marques como tendo um significado mais lato: quer pela componente geográfica, abrangendo a vila de Sintra ou a vila e região, quer pela componente cronológica, correspondendo ao período da Reconquista, quer assinalado pela rendição do Castelo dos Mouros em 1147 e quer ainda pelo foral de Sintra dado em 1154. A ermida de São Saturnino teria, pois, sido fundada no tempo de D. Afonso Henriques. Juntamente com este templo, D. Sancho I doou ainda a «*albergariam de Atrinces*», propriedade de grandes dimensões localizada nas proximidades de Óbidos e composta por uma ermida dedicada a Nossa Senhora, matas de sobreiros e os casais da Navalha, Cerqueiral, Zambujal e Mormorol; a «*cellam de Colares ut est determinata ab oriente et occidente sicut defluit aqua ab aquilone per lapides de Portu, ab austro per sumitatem collis*», que poderá eventualmente identificar-se com a capela de Nossa Senhora de Milhides, no termo da vila de Colares⁵; e a «*hereditatem de Kouom ut circumfluitur aquis*», que ainda subsiste na toponímia local (Fig. 3).

Foram testemunhas deste acto vários notáveis do Reino, entre outros, o arcebispo de Braga, os bispos de Lisboa, Coimbra, Porto e Viseu, o mordomo-mor Gonçalo Mendes, D. Pedro Afonso (provável irmão bastardo de D. Afonso I) e D. João Fernandes.

O entendimento deste documento transporta-nos inevitavelmente para os acontecimentos sociais e políticos desta região na época medieval; região definida pela serra de Sintra e área periférica envolvendo o fecundo vale de Colares, as plataformas marinhas junto ao oceano e a vertente a sul da serra de características marcadamente mediterrânicas, «... (e) todavia, geograficamente, tudo isto é serra de Sintra e seus acidentes, contrafortes, prolongamentos ou

como queira chamar-se-lhe. É a mesma unidade orográfica (e histórica), sem dúvida alguma»⁶.

Quando em 1147 o Castelo dos Mouros, fortaleza quase inexpugnável, se rendeu sem oferecer resistência aos cristãos que cercavam Lisboa, pretendeu deste modo salvaguardar as populações e bens sobre as quais se estendia a sua protecção. Integrada na região talvez mais densamente povoada de todo o Garb-Al-Andalus⁷ — a região saloia — a Sintra muçulmana (particularmente a envolvente norte e este da serra, onde se localizavam povoações como Almoçageme, Albarraque e Alcolumbal) foi conhecida pela abundância da terra, cujos frutos abasteciam a cidade de Lisboa. A descrição de Ibne Abde Al Munime Al Himiari, no século XIII, baseada em testemunhos dos séculos XI e XII, ilustra a prosperidade da região: «(...) uma das vilas que dependem de Lisboa no Andaluz, nas proximidades do mar (...). Há aí um curso de água que se lança no mar e serve para a rega das hortas. A região de Sintra é uma das regiões onde as maçãs são mais abundantes. Esses frutos atingem uma tal espessura que alguns chegam a ter quatro palmos de circunferência. Acontece o mesmo com as pêras»⁸.

Pelo contrário, nos contrafortes meridionais da serra (Fig. 4), pequenas povoações



Fig. 4 — O litoral a sul da serra com a praia do Guincho ao fundo.

ou lugares como Alcabideche, Alcoitão ou Alquerubim insistiam debalde em arrotar os solos erodidos e pouco permeáveis. O filho de Alcabideche, Ibne Mucana Alisbuni (século XI), soube transmitir este sentimento de impotência num poema um tanto amargo:

«Ó tu que habitas Alcabideche! Oxalá nunca te faltem cereais para semear nem cebolas nem abóboras!
Se és homem decidido precisas de um moinho que trabalhe com as nuvens sem dependeres dos regatos.
Quando o ano é bom a terra de Alcabideche não vai além de vinte cargas de cereais.
(...)
Alcabideche pouco tem do que é bom e útil como eu próprio quase surdo como sabes.»⁹

A fraca densidade populacional destas zonas devia-se, em parte, à presença dos exércitos islâmicos que, da outra banda, ameaçavam Lisboa, como viria a suceder em 1191.

Deste modo, a política régia de controlo efectivo do território será parcialmente condicionada pelas diferenças bem marcadas entre o NNE interior e o SSO litoral, tomando a Serra de Sintra como ponto referencial. D. Afonso Henriques, pelo foral concedido à vila de Sintra no ano de 1154, contemplou os cavaleiros instalados no Castelo dos Mouros com herdades na região de Lisboa (reforçando a ideia de que a zona de Sintra já estaria povoada). A igreja de S. Pedro de Canaferrim, localizada no Castelo dos Mouros, teria sido edificada com o intuito de servir os trinta cavaleiros e constituiu a primeira paroquial sintrã. Contudo, em 1253, esta igreja já dividia os territórios de Sintra e Cascais com as paróquias de Santa Maria, S. Martinho e S. Miguel.

D. Sancho I confirmou o foral de Sintra em 1189. Em 1192, o Povoador anexou extensas propriedades à ermida de São Saturnino e delas fez doação ao eremita Pedro de Sintra. De facto, a ermida, dominando visualmente o litoral entre a praia das Maçãs e a praia do Guincho, possivelmente pode ter sido edificada com o objectivo de servir esta região. O documento de doação não inclui qualquer cláusula referente ao uso destas terras. D. Sancho I parece ter-se preocupado mais em as salvaguardar de usurpações, «*Habeas tu et post te quoscumque uolueris uiri religionis qui semper in eis habitent et qui numquam sint subditi alicui abbatie*» prometendo severas punições a quem intentasse quebrar o acto: «*Si quis uero tam de nostra progenie, quam de aliena, tam de laicalibus quam ecclesiasticis personis hoc factum nostrum infringere uoluerit omnipotentis Dei maledictionem incurrat et iram et insuper cum luda traditore in inferno durissimam dampnationem et fratribus ibidem commorantibus D solidos pectet et dampnum quod intulerit in duplum restituat*».

Esta doação é um dos únicos documentos conhecidos em favor de um eremitério da época de D. Sancho, uma vez que a maior parte foi emitida no

reinado de D. Afonso Henriques. Assiste-se, assim, a um dos últimos actos em favor do eremitismo individual como uma das formas adoptadas pelo rei para fixar os habitantes em lugares de fraca densidade humana¹⁰.

O eremita Pedro de Sintra foi descrito por D. Marco da Cruz¹¹ como «um homem particular pio e devoto, que enfadado do concurso do povo e cidades se quis recolher a lugares solitários e mais conformes à sua natureza». Todavia, alguns anos mais tarde o eremita recolheu-se ao mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa onde viveu emparedado até ao final da sua vida, «*Obiit (...) Petrus "in infirmitario iacet" "De pitancia de Atrinces et Colares" incluso conversus Sancti Vincentii*»¹². Como a doação régia foi clara quanto à não sujeição do eremita a quaisquer entidades religiosas, colocou-se um problema ao mosteiro de São Vicente, o da justificação da posse destes bens face à cláusula contida no documento. Este problema foi aparentemente solucionado de uma forma algo curiosa, com a declaração formal (embora estranhamente escrita nas costas de uma outra carta de doação), por parte de um cônego Gomes, frade do mosteiro vicentino, de que «*D. Petro incluso*» lhe teria feito doação da ermida de São Saturnino e suas pertenças. E acrescenta que entrega os referidos bens «*omnes hereditates*» ao mosteiro para que os governasse¹³. Ainda em 1261, D. Afonso III passou uma carta de confirmação pela qual aprovou todas as isenções e liberdades perpétuas contidas na doação do seu bisavô, excluindo a cláusula que impunha a não sujeição da ermida a alguma abadia. Este documento mereceu ainda confirmação de D. Sebastião em 1577, D. Filipe II em 1635 e D. Pedro II em 1682.

Contudo, a posse da ermida por parte do mosteiro de São Vicente não foi pacífica. Os privilégios de isenção canónica e dependência directa da Santa Sé valeram ao mosteiro inúmeras disputas com o bispo de Lisboa. A ermida de São Saturnino foi um dos pontos de discórdia, que mereceu referência em diplomas de Inocêncio III (1205), Gregório IX (1227) e Clemente V (1311). Igualmente em Sintra, os párocos não se entenderam sobre o direito de usufruto do rendimento das missas da pequena ermida no topo da serra. E, apesar de o diploma emitido em 1253 definir os limites das quatro paróquias sintrenses, tendo a ermida sido integrada na paróquia de S. Pedro, «*quod Parochia sancti Petri de Cintra tenente a Tauri usque ad Heremitagium Sancti Saturnini...*»¹⁴, o pároco de Santa Maria recorreu a instâncias superiores pretendendo o direito às ofertas do templo.

A administração da ermida de São Saturnino pelo mosteiro de São Vicente de Fora atravessou essencialmente três fases. A primeira fase, que terá decorrido entre os finais do século XII e os finais do século XIV, corresponde à necessidade de arrotear e povoar as terras; assim, a ermida foi arrendada conjuntamente com as propriedades anexas, obrigando-se os agricultores a pagar rendas em géneros (normalmente pagas pelo dia do santo, a 29 de Novembro e pela Páscoa), como foi o caso de Domingos Domingues, dito «agulha», que arrendou a herdade do Barril em 1299: «per tal preyto e per tal condiçõ que nos o aiades

e pessoades e lauredes e adubedes segundo o fforro e custume melhor da terra... E nos devedes dar a nos quarto do ffruyto que deus .y. der e hũm carneiro cada ano por pascua»¹⁵.

No século XV assiste-se na região ao incremento na edificação de novas ermidas, capelas e conventos a que os administradores da ermida não terão ficado indiferentes. Deste modo, o período compreendido entre os séculos XV e XVII é marcado por sucessivas campanhas de melhoramentos do templo, testemunho do dinamismo do culto de São Saturnino nas povoações circundantes. Nesta época, a ermida é já arrendada directamente a moradores da Malveira e proximidades. A partir do século XVI os arrendatários, de ora em diante denominados ermitãos, passam a habitar o morro da Peninha, junto à ermida de São Saturnino. Entre os seus deveres e obrigações destacamos uma expressão incluída na carta de ermitania de João Alvares (1558): «E desejando que em ela seria acrescentado o louvor e serviço de Deus, e do dito santo, ordenamos de fazer aí morar um ermitão que a dita ermida tenha limpa e consertada para o culto divino, e devoção da confraria que nela é instituída e dos romeiros que a ela concorrem de diversas partes»¹⁶.

A Confraria de São Saturnino pertencia à povoação do Milharado, próximo de Mafra, e administrava, conjuntamente com o ermitão, as ofertas e pagamentos de foros, o calendário das missas, círios e romarias do templo na serra de Sintra.

O século XVIII representou o decréscimo do culto de São Saturnino, consequência da reconstrução, nas proximidades, de uma capela em honra de Nossa Senhora, que contou com o empenho da população e do monarca D. Pedro II. A ermida iniciou um processo de abandono e progressiva degradação, agravados pelo terramoto de Lisboa.

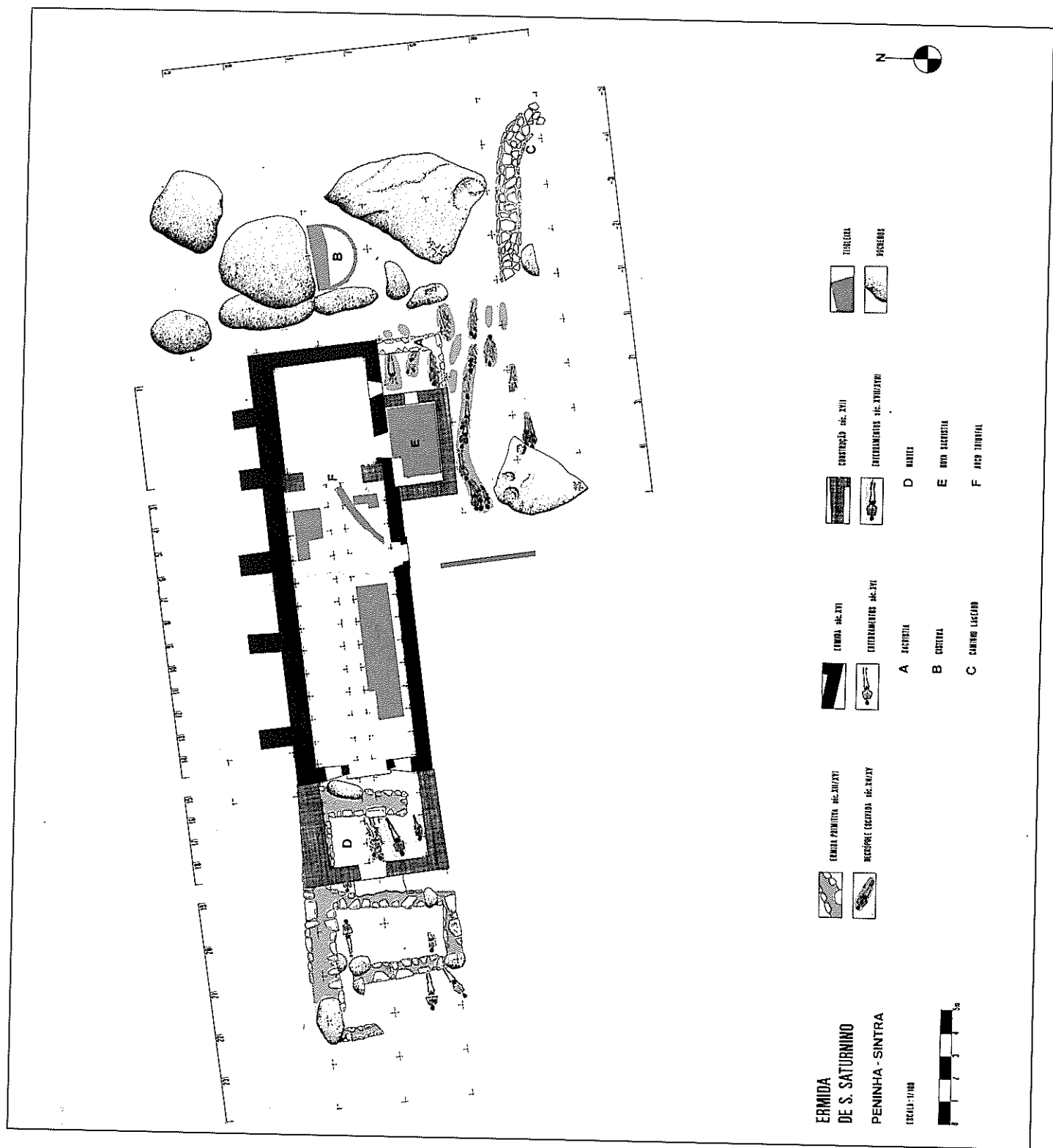


Fig. 5 — Planta da intervenção arqueológica.

Por esta altura, um devoto morador na povoação de Almuinhas Velhas, receando o seu desaparecimento, retirou várias alfaias do templo e conservou-as em sua casa, tendo posteriormente depositado as peças na igreja de Alcabideche, o que veio, aliás, a provocar um grave contencioso entre o mosteiro de São Vicente de Fora e esta paróquia. A imagem do santo foi então transportada para a capela de Nossa Senhora da Peninha, onde tem permanecido.

3. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA ¹⁷

3.1. Espaço físico

A ermida de São Saturnino integra-se na propriedade da Peninha, localizada na serra de Sintra, freguesia de Colares, concelho de Sintra. As coordenadas Gauss na folha n.º 415 da Carta Militar de Portugal são:

M = 85

P = 201

Os 62 hectares da propriedade desenvolvem-se entre os 300 e 486 metros de altitude, em encosta abrupta virada a Sudoeste e sobranceira ao mar, constituindo um dos pontos mais elevados da serra de Sintra.

A exposição das suas encostas torna-a sensível aos fortes ventos marítimos, de orientação norte e noroeste, portadores de intensos nevoeiros que a envolvem frequentemente ao longo do ano. O substrato geológico referencia fundamentalmente rochas ácidas (granitos e sienitos) e básicas (dioritos e gabros) com produtividade hidrogeológica profunda e permeabilidade por fissuração. O edifício assenta em zona de contacto entre sienitos de textura afanítica e filões de microsienitos. A superfície, composta por solos litólicos húmicos de microgranitos ou rochas cristaloflicas afins e solos litólicos não húmicos de granitos, caracteriza-se por uma capacidade de uso muito baixa, com eleva-

dos riscos de erosão, espessura efectiva reduzida, declives acentuados e que apresentam deficiência de água durante praticamente todo o ano, exceptuando-se os períodos de chuva.

Coutada real desde tempos imemoriais onde abundavam raposas, coelhos e perdizes, a serra de Sintra constituiu um complemento à subsistência das populações das encostas, que aí se abasteciam de lenha e alimentavam os rebanhos de cabras e ovelhas.

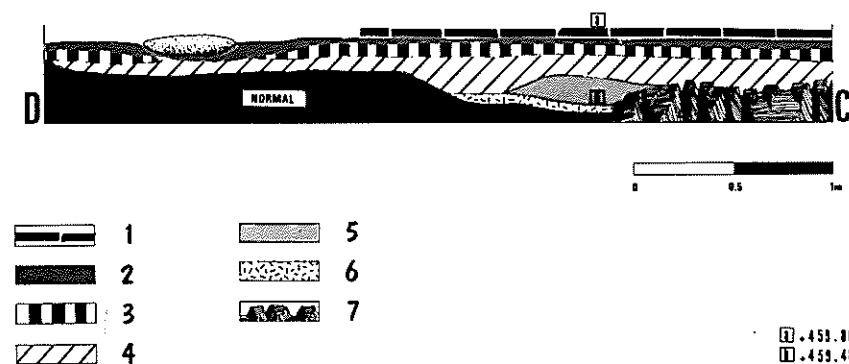
Actualmente, o coberto vegetal apresenta um cenário de matos rasteiros alternando com blocos rochosos, fruto de uma secular intervenção humana, através de queimadas, roçadas, pastorícia, etc. A vegetação primitiva seria formada de matos de grandes urzes e tojeiras, que atingiriam mais de dois metros de altura em lugares pouco acessíveis, carascos e medronheiros de porte arbóreo, donde, a espaço, emergiriam tufos de carvalhos portugueses e sobreiros e alguns exemplares de pinheiros mansos ¹⁸.

3.2. Estratigrafia e materiais

A espessura fina dos solos face à erosão e a predominância dos afloramentos graníticos limitaram a leitura estratigráfica que ora se apresenta.

As sondagens realizadas junto à actual ermida de São Saturnino revelaram a inexistência de embasamentos, tendo o assentamento da estrutura sido feito directamente sobre a rocha. A manutenção do telhado exigiria cuidados permanentes, como indicam as camadas sucessivas de fragmentos de telhas junto à parede exposta a norte.

No interior do monumento, o levantamento parcial do pavimento da nave expôs o local provavelmente escolhido pelos



□ 453.86
□ 453.48

construtores da ermida para depositar os seus restos de cozinha (camadas 4 e 6). As camadas 1, 2 e 3 correspondem ao acabamento do chão da ermida na segunda metade do século XVI e são representadas pelo corte CD (Fig. 6):

- camada 1 pavimento de tijoleira rectangular 32X15X3 cm;
- camada 2 argamassa de assentamento do pavimento;
- camada 3 nivelamento do solo com entulhos (fragmentos de estuque, telhas de canudo); achado de vidros, pregos, cerâmica comum fragmentada e uma moeda muito danificada;
- camada 4 terra castanho-escuro com fragmentos ósseos, um dente de coelho e uma escama de peixe e vestígios de crustáceos e moluscos;
- camada 5 intrusão de faixa estreita de terra solta amarelada;
- camada 6 terra castanha com fragmentos cerâmicos e blocos de cal (diâmetros entre 1 e 2 cm);
- camada 7 filão rochoso de formato geométrico;

A escavação do nártex mostrou uma estratigrafia de difícil interpretação, acentuada pelos efeitos do terramoto de Lisboa. O corte KL (Fig. 7) ilustra a situação referida:

- camada 1 terra castanha humosa; achado de ceitils de D. João III e D. Sebastião;
- camada 2 terra clara com derrubes compostos por fragmentos de telha de canudo, fragmentos ósseos, cerâmica vidrada, cerâmica comum e fragmentos de faiança

grosseira; moeda de D. Sebastião; enterramento dos esqueletos n.ºs 2, 3, 4 e 5;

- camada 2a terra de cor castanha com algumas intrusões de caliça e alguns fragmentos ósseos;
- camada 3 derrubes compostos por caliças;
- camada 4 terra de cor castanha com abundantes vestígios de carvões, cerâmica comum, vidros, fragmentos de telhas; abundantes restos faunísticos identificados como de coelho, carneiro, peixe e aves, entre outros; alguma fauna malacológica; restos ósseos com vestígios de extracção da medula; enterramento do esqueleto n.º 1.

A camada 4 deste corte KL, que representa a fase de construção da nova ermida na segunda metade do século XVI, é contemporânea das camadas 4 e 6 do corte CD e da camada 3 do corte CC' (ermida primitiva). Os construtores da ermida actual instalaram a zona de cozinha no local da antiga capela-mor, abrigada entre as paredes norte e este da ermida primitiva, e lançariam para detrás da parede este os restos de cozinha.

No nártex, surgiu ainda uma estrutura em alvenaria, que se prolonga para o exterior da ermida, de planta rectangular com 11,6 metros de comprimento e 6,6 metros de largura e foi identificada como a ermida antiga. Sobrevivendo

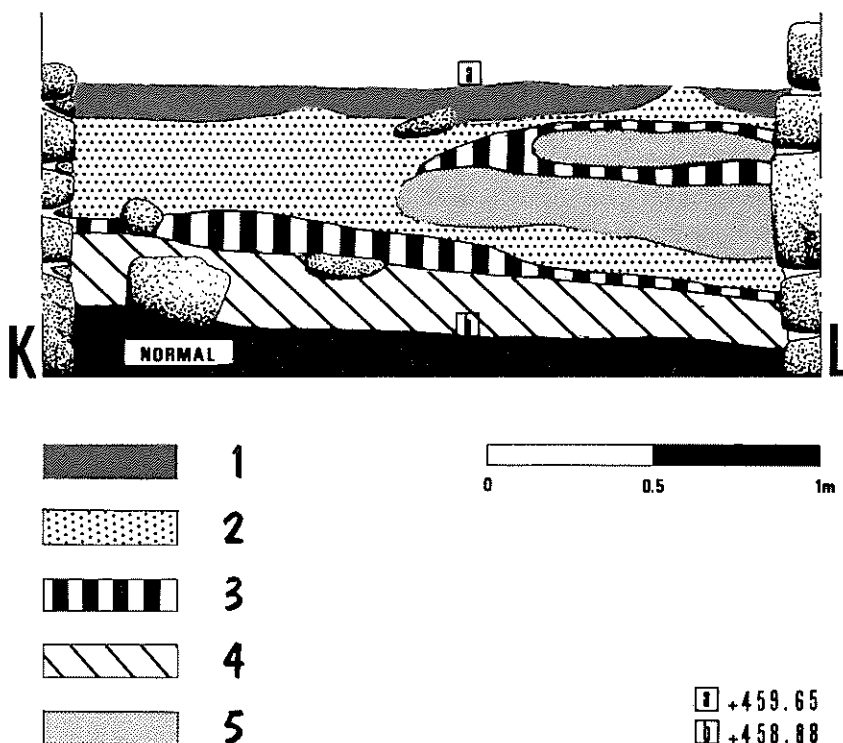


Fig. 7 — Corte KL no nártex da ermida.

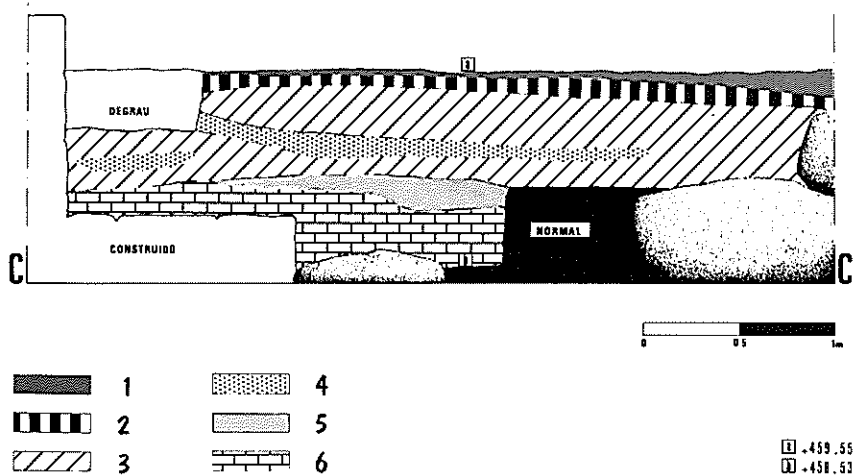


Fig. 8 — Corte CC' no interior da ermida antiga.

apenas as fundações deste edifício, verificou-se o aproveitamento de alguns blocos graníticos existentes no local e seu enquadramento na estrutura. A estratigrafia no interior da ermida antiga é representada pelo corte CC' (Fig. 8):

- camada 1 camada superficial de terra castanho escura.
- camada 2 terras cinzentas com abundantes blocos de pedra de pequena e média dimensão com Ø entre 2 e 12 cm; alguns restos ósseos, moedas de D. Afonso V, D. João III (2 ceitis), D. Sebastião e 2 centavos de 1918.
- camada 3 camada de terra castanha clara com alguma calça; presença acentuada de fragmentos de cerâmica de cozinha (panelas, potes, tampas); alguns fragmentos de faiança grosseira, azulejos esponjados de cor azul, fragmentos vidrados de cor verde e fragmentos metálicos; restos ósseos compostos por ossos longos (alguns sem medula), fragmentos de costelas de coelho, carneiro e um grande mamífero não identificado; vestígios de crustáceos e moluscos; moedas de D. Afonso V e de D. Sebastião (2).
- camada 4 intrusão de camada estreita de calça.
- camada 5 terra castanho-escura com elevada densidade de telhas muito fragmentadas e roladas; poucos fragmentos ósseos; alguns fragmentos de cerâmica comum; moedas de D. Sancho II/Afonso II (mealha), D. Duarte, D. Afonso V, D. Manuel e D. João III (3).
- camada 6 terra castanho escura com enterramentos em deposição sobre a rocha; fragmentos de carvões; moedas de D. João II e D. Manuel.

O exposto evidencia diferentes níveis de ocupação. Os enterramentos no interior da ermida integrados na camada 6 datam dos finais do século XV e

primeira metade do século XVI. Estes enterramentos foram cobertos com terras (camada 5) recolhidas nas proximidades, correspondentes provavelmente a ocupações anteriores, como indica a cronologia das numismas (exceptuando a moeda de D. João III). A fase de abandono desta ermida e edificação da nova igreja na segunda metade do século XVI corresponde à camada 3, onde abundam restos ósseos de animais com vestígios evidentes de terem sido consumidos.

Um imenso afloramento sienítico de forma quase plana foi o local escolhido para estabelecer uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha. A necrópole, em estado avançado de desagregação, é a estrutura mais antiga posta a descoberto, composta por dezasseis sepulturas e dois ossários. Uma camada superficial de terras bem compactadas com cerca de 15-20 cm de espessura cobria a necrópole, e terras castanho-escuras preenchiem o interior das sepulturas.

O achado disperso de pequenos núcleos, lascas residuais e outros restos de talhe de sílex (ca. de 5 peças) em diferentes níveis estratigráficos são testemunho da presença de grupos humanos no período Neolítico.

3.3. O espaço funerário

As escavações arqueológicas permitiram definir três grupos de enterramentos na ermida de São Saturnino, datáveis entre os finais do século XII e século XVIII (Fig. 5).

O primeiro grupo (Quadro I) assentou num afloramento rochoso único (Fig. 9) onde foram escavadas dezasseis sepulturas e utilizadas duas cavidades naturais como ossários (n.ºs 7 e 17). Este espaço sagrado era delimitado a este e oeste por dois blocos

Síntese sobre a necrópole medieval escavada na rocha

N.º	SEPULTURAS		ENTERRAMENTOS		OSSÁRIO	MATERIAIS
	Tipologia	Dimensões	Esqueletos (E)	Nível etário	Identificação (provisória)	
1	sub-rectangular não coberta	2,80X42	6	adulto	7 adultos e 2 não adultos	Moeda de D. Afonso V no ossário, fragmento de cerâmica vidrada bege e 1 prego.
2	sub-rectangular não coberta	2,60X40			2 crianças	
3	sub-rectangular não coberta	1,50X30	7	adulto		Ossada permaneceu como testemunho no local.
4	oval coberta com lajes	1,70X60	22 e 23	2 adultos	2 não adultos	
5	rectangular não coberta	0,85X35	vazio			Fragmentos cerâmica comum.
6	sub-rectangular semi-coberta com lajes	1,94X40			2 adultos e 1 não adulto	Fragmento de asa de forma cilíndrica com 1 cm de diâmetro e 1 frag. de cerâmica comum.
7	cavidade natural	1,22X45			4 crianças	
8	rectangular não coberta	1,45X37	vazio			
9	antropomórfica não coberta	1,65X45	vazio			Bordo cerâmico de secção quadrangular e bojo de pasta laranja e disco cerâmico.
10	rectangular não coberta	1,80X35	vazio			
11	rectangular coberta com lajes	1,25X45	18	criança	4 adultos e 3 não adultos	Fragmento de faiança e cerâmica comum de pasta laranja.
12	rectangular coberta com lajes	1,80X45	31	criança	2 adultos	Fragmento de cerâmica comum de pasta laranja.
13	rectangular coberta com lajes	1,50X50	25	1 criança	1 adulto e 1 criança	Moeda de D. João I, faiança, cerâmica comum de pasta laranja, fragmento de sílex.
14	rectangular não coberta	1,60X60	20	2 adultos	2 não adultos	
15	ovalada coberta com lajes	1,40X50	28 e 29	não adultos	não adultos	Real de D. João I no interior das mãos do esq. 28 fragmento de cerâmica.
16	ovalada não coberta	0,80X20	24	criança		
17 e 17a	cavidade natural não coberta	1,50X35			16 indivíduos	Fragmento de cerâmica comum de pasta laranja.
18	oval coberta com lajes	1,40X60	36 e 37	não adultos	2 não adultos	

rochosos de grandes dimensões identificados por duas cruzes neles gravadas. A capela-mor da ermida construída no século XVI veio abrigar a necrópole a norte, tendo a sacristia sido implantada neste período sobre algumas sepulturas, supondo-

-se ainda que estas se prolonguem por baixo da actual sacristia (área não abrangida pelos trabalhos arqueológicos).

Uma análise preliminar da tipologia das sepulturas, forma de deposição e grupo etário dos enterramentos e os materiais associados permitiu concluir que esta necrópole foi longamente utilizada entre os finais do século XII/XIII, ocorrendo os últimos enterramentos no século XV. Deste modo, as sepul-

turas mais antigas correspondem a cavidades abertas na rocha, de forma rectangular a sub-rectangular, com dimensões adaptadas a crianças e adultos e seriam cobertas com lajes, apesar de se encontrarem sem cobertura à data da descoberta (Figs. 10 e 11). A escassez de afloramentos rochosos como este tornavam inevitáveis utilizações repetidas. Esta utilização intensa terá levado à necessidade de proceder repetidamente a operações de limpeza, reunindo as ossadas em sepulturas ou cavidades naturais constituindo ossários, ao mesmo tempo que outras, agora vazias, esperavam a vez de ser de novo utilizadas. Deste modo, restaram apenas dois enterramentos de adultos (esqueletos 6 e 7). As paredes sul das sepulturas 4 e 14 terão sido reforçadas em fase posterior por espessos blocos pétreos, devido à inclinação da rocha, incluindo cada uma dois enterramentos de adultos e duas crianças em ossário.

As últimas utilizações desta necrópole (no seu extremo oeste) ocorreram no século XV, em sepulturas infantis de caixa sepulcral de forma rectangular ou ovalóide, definida por blocos graníticos assentes na rocha (Fig. 12). Todas estas sepulturas se encontravam preenchidas por enterramentos de não adultos, duas das quais acompanhadas por moedas do reinado de D. João I. O ossário

QUADRO II

Enterramentos na ermida primitiva e vestibulo

N.º	LOCAL	QUADRÍCULA	NÍVEL ETÁRIO	MATERIAIS	CRO-NOLOGIA
		Camada			
8	ermida primitiva	Q19D; C6	não adulto	moeda de D. Manuel I	séc. XVI
9	»	Q20E; C6	não adulto		»
10*	»	Q21E; C5/6	adulto		»
12	»	Q21E; C6	adulto	colchete junto ao punho direito	»
13	»	Q21E; C6	adulto	fragmento de tecido	»
27**	»	Q19/20D; C6	adulto	moedas de D. Manuel I e D. João III; botão metálico junto ao ilíaco, botão em madreperola junto do pescoço	»
1	vestíbulo	Q17/18E	adulto	alfinetes, botões	séc. XVIII
2	»	Q17E	criança	conta de terço	»
3	»	Q17/18D,E (branco central)	adulto	colar de contas azuis, colchetes, alfinetes	»
4	»	»	adulto		»
5	»	»	adulto		»

* Ossadas dispersas.

** O esqueleto 27 é o único enterramento cujo corpo foi disposto ao contrário dos restantes como era usual proceder com os padres. Curiosa a coincidência com a notícia da existência de um padre ermitão da Peninha em 1551, Francisco Rodrigues Loução (ANTT, São vicente de Fora, 2.ª inc., cx. 17, doc. 4).



Fig. 9 — Vista parcial da necrópole escavada na rocha e pormenor da sacristia antiga.

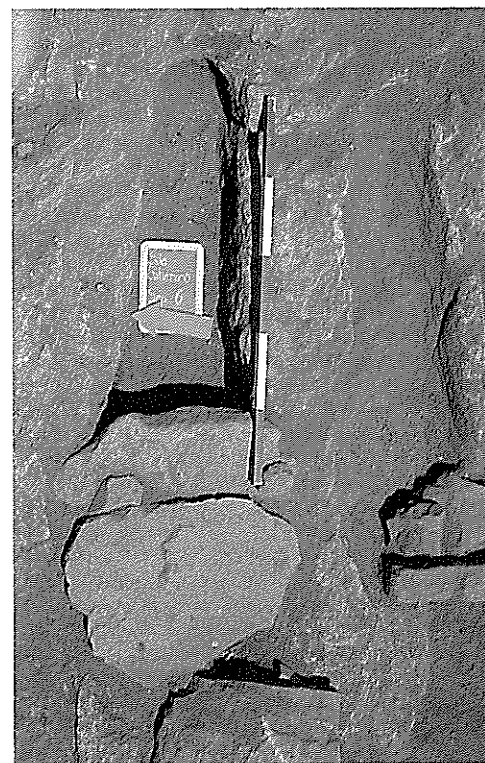


Fig. 10 — Sepultura 6 semi-coberta.



Fig. 11 — Sepultura 6 após levantamento das lajes.



Fig. 12 — Enterramentos de duas crianças na sepultura 15.

integrado na sepultura 1 corresponderá eventualmente ao levantamento das sepulturas localizadas no espaço onde se pretendeu implantar a nova sacristia, já no século XVII.

O segundo grupo de enterramentos localiza-se no interior da ermida primitiva (Quadro II), em ambiente claramente quinhentista. Compõe-se de cinco enterramentos em deposição simples sobre o afloramento rochoso, com a cabeça orientada a oeste.

Estes defuntos foram envoltos em sudários presos por alfinetes (dos quais foram descobertos vários exemplares), com excepção de um cónego (Fig. 13) — enterado em posição contrária — que terá sido sepultado vestido com a batina, da qual sobreviveram um botão em madrepérola, um botão em metal, colchetes e um fragmento de tecido.

Considerou-se ainda um terceiro grupo de enterramentos, datáveis do século XVIII, composto pelas cinco ossadas postas a descoberto no nártex da ermida (Fig. 14), localizadas em cotas superiores às ossadas do século XVI e em zona de sobreposição do nártex século XVII com a ermida primitiva.

Todos os enterramentos foram feitos em deposição simples ou em sepulturas escavadas na rocha no sentido oeste-este, em posição de decúbito dorsal com as mãos

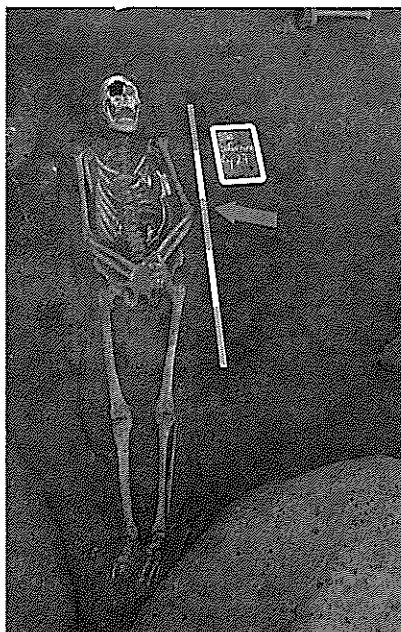
em atitude de oração. As faces estão viradas para cima ou para a capela-mor. Não foram encontrados quaisquer vestígios relativos ao envolvimento dos corpos da necrópole. Os corpos enterrados na ermida primitiva e nártex estariam envolvidos por mortalhas ou vestidos¹⁹.

3.4. A arquitectura

A escavação arqueológica colocou a descoberto a ermida, provavelmente de época medieval. O edifício apresenta planta rectangular e tem 11,6 metros de comprimento e 6,6 metros de largura (Fig. 15). A parede norte é suficientemente robusta com os seus 1,2 metros de espessura, o que explica que se tenha mantido praticamente inalterada quando a ermida foi deliberadamente arrasada para dar lugar à nova igreja na segunda metade do século XVI. Não foram encontrados vestígios de sacristia ou nártex.

As numismas mais antigas²⁰ encontradas no interior da ermida antiga foram uma mealha de D. Sancho II ou Afonso II e uma moeda de D. Duarte. De referir ainda o achado de uma moeda de D. Duarte, em camadas superficiais no exterior junto à parede norte.

Foram abertas sondagens no sentido de explorar a eventual existência de outras construções nas proximidades da ermida, não tendo surgido quaisquer testemunhos.



13 — Esqueleto 27 em sepultura na ermida antiga.



Fig. 14 — Enterramentos datáveis do século XVIII.

Contemporânea da ermida primitiva de São Saturnino, a necrópole de sepulturas escavadas na rocha pode tipologicamente datar-se como sendo dos finais do século XII, inícios do século XIII, prolongando-se os enterramentos até finais de quatrocentos.

Num curioso documento datado do ano de 1421, o mosteiro de São Vicente de Fora arrenda em uma vida a ermida a Afonso Anes da Lagea, morador na Malveira, cedendo-lhe todas as rendas e «*todas outras cousas que em cada hum Ano veerem a nossa yrmida*» com a condição de reparar todo o corpo da igreja «*asy de fora come de dentro tam a ousja asy paredes e telhados asy de pedra caal telha madeira grossa e delgada e pregadura em guisa*»²¹. Este documento refere a necessidade de uma reforma considerável na globalidade da construção existente, indiciando quase uma reconstrução.

A actual ermida de São Saturnino foi edificada em meados do século XVI e acrescentada no século XVII (Fig. 16). A primeira campanha originou uma estrutura de planta rectangular com nave e capela-mor orientada no sentido ENE-OSO e com cerca de 19 metros de comprimento por 6,50 metros de largura. As escavações arqueológicas puseram a descoberto uma pequena sacristia adossada à capela-mor. A frontaria é composta por duas pequenas janelas de formato quadrangular a ladear a porta (da qual já não sobrevivem as cantarias), encimada por um óculo circular (Fig. 17), encontrando paralelos em termos regionais tais como a ermida de São Julião, a ermida de São Miguel de Odrinhas ou o exemplo paradigmático da igreja de Nossa Senhora da Assunção em Colares. Grossas paredes suportam uma abóbada de berço que compõe a nave. Poderosos contrafortes foram adossados à parede norte (Fig. 18), supondo-se que também existiriam junto à parede sul, onde foram detectados pelo menos dois testemunhos, permanecendo a dúvida se serão contemporâneos da construção da ermida ou de época posterior. A estabilidade do edifício foi reforçada com o assentamento da capela-mor num afloramento rochoso talhado para o efeito. O pavimento de tijoleira colocado em forma de espinha oculta uma caleira que conduziria as águas pluviais de uma cavidade na capela-mor para o exterior. O telhado de duas águas assenta directamente sobre o trabalho de alvenaria da abóbada de berço, e suportaria uma pequena cruz e um campanário na empena.

No exterior, as escavações descobriram uma cisterna escavada na rocha, de planta semicilíndrica, com cerca de quatro metros de profundidade (Fig. 19). Do seu interior foi retirada um grande quantidade de azulejos fragmentados, que se supõe corresponderem aos rodapés do século XVII e XVIII da ermida, retirados nos anos quarenta, expondo um trabalho cuidado de revestimento em tijoleira. Próximo, foi posto à vista um troço de um caminho estreito feito de lajes cuidadosamente afeiçoadas ladeado por fiadas de blocos de pedra (Fig. 20).

Muito provavelmente, a capa de cartilha datada de 1578 intitulada «Rol e recibo dos gastos de São Vicente de Fora na obra da ermida de São Saturnino»,



Fig. 15 — Testemunho da ermida antiga.



Fig. 16 — Vista aérea da ermida de São Saturnino.

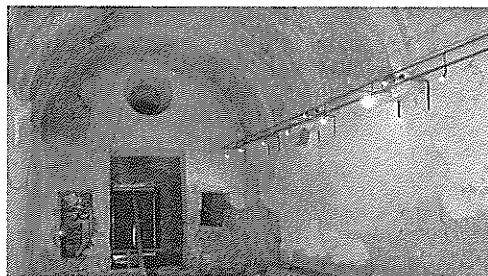


Fig. 17 — Nave e frontaria da ermida actual (segunda metade do século XVI).

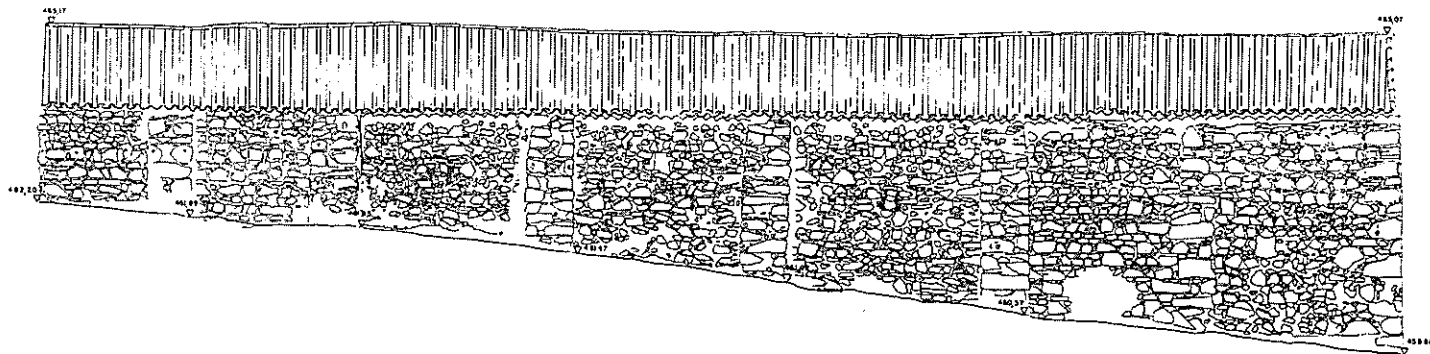


Fig. 18 — Alçado norte da ermida.



Fig. 19 — Cisterna quinhentista a este da ermida.



Fig. 20 — Caminho lajeado, datável do século XVI, de acesso à ermida.

refere-se a esta campanha de construção da actual ermida de São Saturnino, que terá envolvido o arranjo dos espaços exteriores. A fonte dos romeiros, construção simples localizada a meia encosta, também datada desta época, poderá ter sido incluída nesta campanha.

No século XVII a ermida sofreu um novo impulso, beneficiando provavelmente das grandes campanhas de obras promovidas neste período pelos monges agostinhos no mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Neste fase foi acrescentado o nártex que veio ampliar a ermida para cerca de 23, 50 metros de comprimento. A abóbada de berço foi dividida por nervuras e decorada com caixotões de moldura de cor negra, a lembrar os caixotões de mármore branco e cinzento do mosteiro de São Vicente de Fora, desta mesma época. As paredes da capela-mor foram forradas a azulejos, dos quais apenas sobreviveu a argamassa de assentamento. Neste período enquadra-se ainda a construção do arco triunfal, bem como o friso e mísulas de decoração simples que rematavam a abóbada de berço. Os frisos e o arco triunfal apresentam vestígios de pintura com tons ocres e vermelhos. Na capela-mor, orifícios abertos a alturas diferentes do pavimento sugerem a fixação de um retábulo em madeira e a colocação de um pavimento. A sacristia actual, de maiores dimensões que a anterior remonta também ao século XVII, incluindo ainda uma cobertura em abóbada de berço e uma janela de formato quadrangular.

Por outro lado, refira-se que a ermida de São Saturnino, implantada num elevado pico da serra de Sintra, sobranceiro ao cabo da Roca, num ponto conspícuo para a navegação na entrada da barra do Tejo e difícil de transpor, terá mantido estreita relação com os marítimos. Comprovará este facto a inscrição patente num painel de azulejos votivo, recentemente adquirido pelo PNSC, pertencente a esta ermida²² e onde se lê: «Esta obra mandaram fazer os oficiais da nau Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, era de 1636». Assim sendo, não será de excluir a hipótese de essas obras terem tido também o patrocínio dos homens do mar²³.

A primeira metade do século XVIII representa «...o tempo em que a ermida do Santo esteve arruinada e abandonada»²⁴ em consequência do desinteresse

provocado pelo recrudescer do culto de Nossa Senhora da Peninha e dos estragos causados pelo terramoto de Lisboa. Por volta dos anos 60 do século XVIII, a ermida terá sido alvo de obras de conservação através da reconstrução da parede sul do nártex e de uma tentativa de embelezamento testemunhada pelo achado de azulejos de rodapé esponjados azuis e roxos ou com motivos geométricos azuis.

Em 1834, a venda da propriedade da Peninha, onde a ermida se incluía, a pessoas particulares, representou o abandono das funções religiosas da ermida de São Saturnino e a sua adaptação a curral, palheiro e armazém.

4. CRONOLOGIA E CONCLUSÕES

A extensão do culto de São Saturnino insere-se na problemática da continuidade das tradições visigóticas na época medievla, na Península Ibérica. São Saturnino foi o primeiro bispo da cidade de Toulouse, onde veio a morrer martirizado, no século III. Tanto Toulouse como a região do Midi francês perpetuaram a sua memória através da edificação da basílica de São Saturnino e de cerca de trinta igrejas paroquiais. A partir de Toulouse, à data centro de comunicações do mundo latino e profundamente ligada à Península Ibérica, monges peregrinos e cavaleiros percorreram os caminhos de Santiago, deixando raros testemunhos da sua passagem, como é exemplo do burgo de San Cernin, na cidade de Pamplona, que terá albergado uma colónia de francos.

Em Portugal, a ermida da serra de Sintra representa o extremo meridional da expansão do culto de São Saturnino na Europa; neste lugar essencialmente vocacionado para o pastoreio, as pessoas recorriam a São Saturnino, curandeiro da «tournis»²⁵ que se manifestava nos animais e das cólicas saturninas causadas pelo excesso de chumbo no sangue. Outras referências a este culto revelaram a existência da igreja de «Sancto Saturnino de Vallinas», datada de 1077, localizada algures entre os rios Lima e Douro. Na região do Alto Alentejo foram instituídas no século XIV duas igrejas dedicadas ao santo, que provavelmente corresponderiam a ermidas mais remotas e posteriormente promovidas a paróquias.

A «sanctuariolum Beati Saturnini do monte Sintrie» referida na carta de doação de 1192 terá existido naquele lugar próxima da necrópole escavada na rocha. Por conseguinte, considera-se que a igreja posta a descoberto pelas escavações arqueológicas corresponderá àquele templo medieval. No entanto, a inexistência, nesta ermida antiga, de níveis de ocupação medievais, coloca a questão da eventual existência de uma terceira ermida anterior às duas estruturas existentes. A ermida antiga poderá ter sido edificada na primeira metade do século XV por Afonso Anes da Lagea, que por contrato com o mosteiro de São Vicente de Fora se comprometeu, no prazo de uma vida, a reparar «todo o corpo da dita igreja assim de fora como de dentro». Assim, o abandono desta

ermida na segunda metade do século XVI para construir de raiz a igreja actual poderá significar a intenção de recuperar o espaço sagrado inicial, que supostamente estaria localizado no afloramento rochoso (agora ocupado pela actual capela-mor) junto à necrópole.

A ermida de São Saturnino alcançou importância regional. Ainda hoje subsistem na memória as romarias dos «milharandos», habitantes da povoação do Milharado, perto de Mafra, que, instalados nas casas dos romeiros na Peninha, festejavam o santo com bailes e romarias, durante uma quinzena. Aliás, a confraria de São Saturnino teve origem no Milharado, no século XVI, participando activamente na organização dos círios, missas e, inclusive, na administração de algumas herdades. A irmandade de São Vicente de Alcabideche que, através dos elementos residentes na Malveira, também participava na organização de círios, terá salvaguardado as alfaias da ermida no tempo em que ela esteve arruinada, entre os anos 30 e 60 do século XVIII.

A história da ermida de São Saturnino está profundamente ligada à capela de Nossa Senhora da Peninha. A reconstrução desta capela, entre aproximadamente 1673 (data em que o ermitão pediu autorização para fazer obras na capela) e 1711 (data do azulejo que encima a porta da capela e provavelmente encerra estas obras) empenha pessoalmente o ermitão da ermida de São Saturnino, Pedro da Conceição (que escolheu a capela para sua sepultura), iniciando o ciclo de esquecimento e abandono da ermida.

No entanto, a fé manteve vivo o culto de São Saturnino, através de romarias e círios organizados pelas gentes de Almoçageme. Aliás, a esta povoação se deve o último círio provavelmente realizado no ano de 1981. A notícia do jornal sintrense «Cynthia», de 1926,

testemunha a alegria com que São Saturnino continuou a ser comemorado:

Almoçageme, 26

Realizou-se aqui no passado domingo o cirio de São Saturnino, que se venera na igreja da Peninha.

É interessante como rapazes e raparigas, montando os seus fogosos «ginetes», daqui partem ao som dos gaiteiros e ao estalejar de foguetes em romaria do santo, uns com promessas, outros por devoção e ainda outros por simples passeio; porém, seja o que fôr, o que é certo é que serve de pretexto para todos se juntarem em alegre convívio familiar, e de volta das Pedras Irmãs devorarem os seus farneis suculentos, regados com o belo «Burjacás», F. C. ou Viúva Gomes», e um tanto ou quanto «alegres» veem a caminho da povoação, onde os espera a excelente banda do Gremio Republicano Musical de Almoçageme, que até de madrugada nos vai deliciando com as suas partituras, ao mesmo tempo que a mocidade vai dançando em volta do coreto.

CYNTHIA, 2-9-1926

- 5 A consulta dos Livros de Foros do mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa (ao qual a ermida pertenceu) revelou a existência de três propriedades de grandes dimensões em Sintra: a herdade do Covão, a herdade do Barril, na qual a ermida de São Saturnino se insere e a quinta de Santa Maria de Melide também denominada Penedo junto à vila de Colares.
- 6 MARQUES, 1946, p. 2.
- 7 TORRES, 1995, p. 426.
- 8 COELHO, 1989, vol. 1, p. 63.
- 9 *Idem, ibidem*, p. 236.
- 10 MATTOSO, 1982, p. 118.
- 11 CRUZ, 1606, fls. 42 v^o e 43.
- 12 Livro de Óbitos de São Vicente, fl. 54 v^o, cuja consulta se deveu à preciosa ajuda da sr.^a Prof. Maria José Azevedo Santos da Universidade de Coimbra, que cedeu uma transcrição do original depositado no Museu Britânico em Londres.
- 13 CRUZ, 1626, p. 1.^a, fls. 56 v^o e 57.
- 14 MARQUES, 1942, p. 2.
- 15 ANTT, São Vicente de Fora, Maço 5, doc. 3, transcrito pelo dr. Silva Marques.
- 16 ANTT, São Vicente de Fora, cx. 1, doc. 20.
- 17 Deixo o meu reconhecimento ao grupo de trabalho de campo que enfrentou os rigores climáticos da serra de Sintra «como só eles e o eremita Pedro sabem». Todos os elementos gráficos mereceram a disponibilidade e o empenhamento do arq.^o Ricardo Espírito Santo. As fotografias são da autoria de Nelson Candeias.
- 18 RIBEIRO, 1942, p. 7.
- 19 O espólio antropológico da ermida de São Saturnino está a ser alvo de inventariação, classificação e estudo sob a coordenação da Dr.^a Eugénia Cunha, do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, através de protocolo assinado com o PNSC.
- 20 As numismas foram gentilmente identificadas pelo sr. José Marinho, a quem deixamos o nosso público agradecimento.
- 21 ANTT, São Vicente de Fora, L^o 84, fls. 339 v^o.
- 22 Queirós, 1907.
- 23 Curiosamente, existe notícia que, nesse mesmo ano de 1636, uma nau vinda da Índia naufragou perto do cabo da Roca (MARQUES, 1943, p. 2).
- 24 ANTT, São Vicente de Fora, cx. 1, doc. 14.
- 25 Doença causada pela presença no encéfalo do gado bovino e ovino da larva da *Taenia* cenura (in Petit Larrousse).

AGRADECIMENTO

Aproveitamos o ensejo para expressar o nosso agradecimento à Dr.^a Teresa Caetano, que nos facultou uma valiosa aproximação à história de Sintra.

NOTAS

- 1 CRUZ, 1626, f. 42 v^o.
- 2 SANTA MARIA, 1668, Livro VIII, fl. 130.
- 3 ANTT, São Vicente de Fora, 2.^a incorporação, cx. 1, doc. 24, ca. 1760.
- 4 AZEVEDO, 1979.

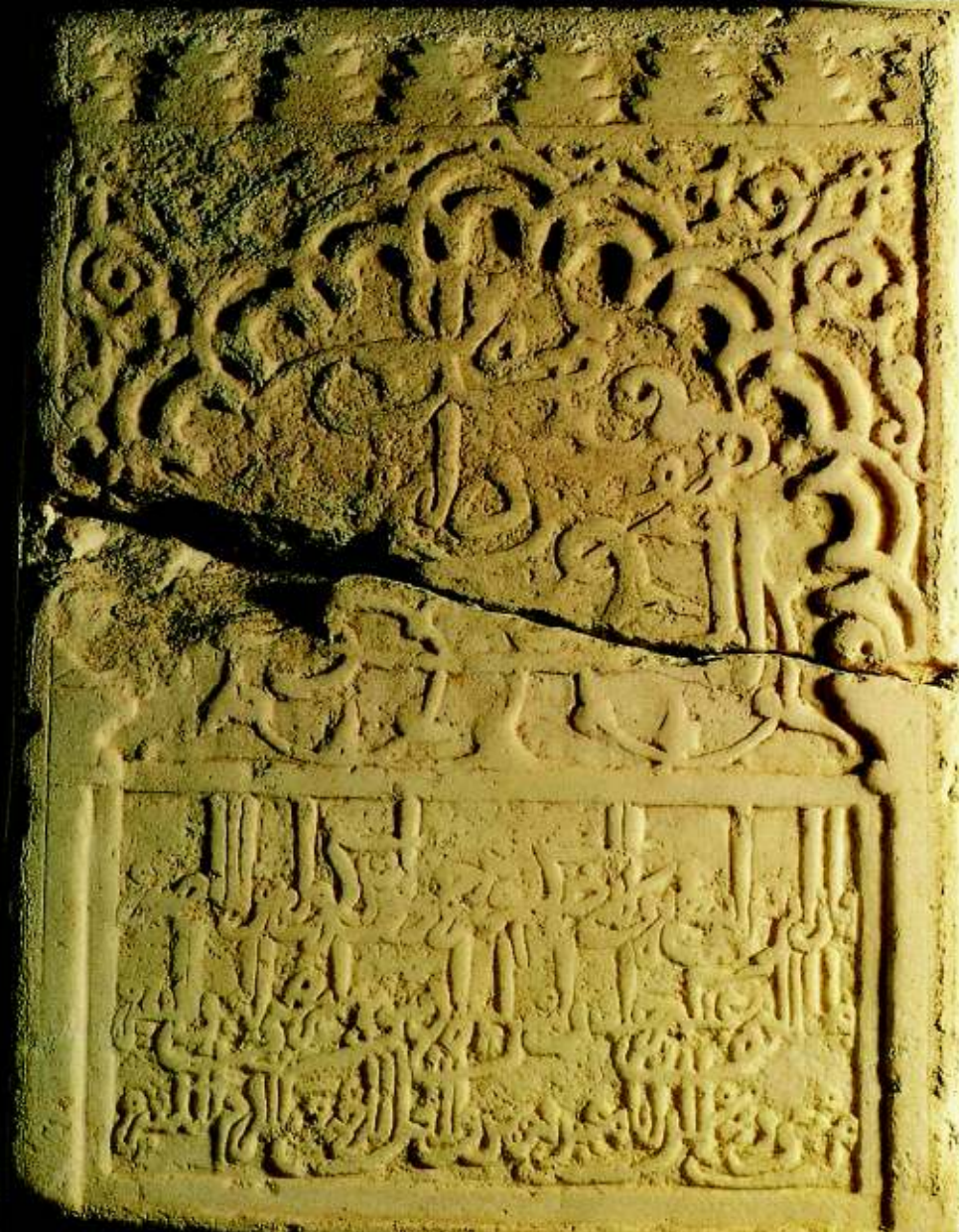
BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, J. dos Santos (1895) — *Fontes do direito eclesiástico português, I — Summa do bullario português*, Coimbra, França Amado.
- ALMEIDA, Paula Tereno (1994) — *História e evolução do povoamento no Parque Natural de Sintra-Cascais*, PNSC, policopiado.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1350), Livro antigo dos foros, São Vicente de Fora, L^o 21.
- (1350), Livro mais antigo dos foros do Real Mosteiro de São Vicente de Fora, São Vicente de Fora, L^o 23.
- (1678), Livro de notícia de foros do mosteiro de São Vicente de Fora, São Vicente de Fora, L^o 128.
- (1695), Livro antigo dos foros, São Vicente de Fora, L^o 122.
- (1580-1820), Repertório de propriedades situadas em diversos logares denominado do termo, São Vicente de Fora, L^o 136.

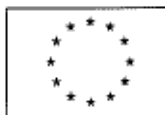
- AZEVEDO, Rui *et alii* (1979) — *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, vol. 1.
- CAETANO, Maria Teresa (1990) — Contributos para o estudo das lendas de Nossa Senhora da Peninha, in *Jornal de Sintra*, n.º 2866, de 13 de Abril.
- Carta Geológica de Portugal* (1981), Serviços Geológicos de Portugal, escala 1:50000, Folhas 34-C (Cascais) e (Sintra).
- COELHO, A. Borges (1981) — Portugal na Espanha árabe, Ed. Caminho, 2 vols., 2.ª ed.
- COSTA, Francisco (1976) — *O Foral de Sintra (1154)*, Sintra, C. M. Sintra.
- CRUZ, D. Marco da Cruz (1606) — *Catálogo dos priores do mosteiro de São Vicente*.
- CUNHA, Eugénia *et alii* (1993) — Antropologia de duas necrópoles medievais do norte de Portugal: Fão e Chafé, um exemplo de duas escavações «antagónicas», in *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, SPAE, vol. 1, pp. 431-445.
- DAVID, Pierre (1943) — Les saintes patrons d'églises entre Minho et Mondego jusqu'à la fin du XI^e siècle, in *Revista Portuguesa de História*, tomo II, pp. 221-254.
- DAVID, Pierre (1947) — Études historiques sur la Galice et le Portugal (du VI^e au XII^e siècle) Portugal, Institut Français au Portugal.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro
- História de Portugal* (1993), Lisboa, Circulo de Leitores, vol. II, dir. de José Mattoso.
- LOPES, V. *et al.* (1993) — A necrópole e ermida da achada de S. Sebastião de Mértola, in *Arqueologia Medieval*, n.º 2, pp. 17-29, Ed. Afrontamento, Porto.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) — Para a história do concelho de Cascais na Idade Média, in *Boletim Cultural do Município*, Cascais, n.º 6, pp. 13-40.
- MARQUES, João Martins da Silva (1942) — Divisão paroquial de Sintra em 1253, in *Jornal de Sintra*, n.ºs 444 a 446.
- (1943) — Dois naufrágios na costa sintrã (1636 a 1786), in *Jornal de Sintra*, n.º 463, p. 6.
- (1946) — A Peninha e a ermida de São Saturnino, in *Jornal de Sintra*, ano XIII, n.º 661, 13 de Outubro, p. 2.
- MATTOSO, José (1982) — Eremitas portugueses no séc. XII, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p.
- Portugalliae Monumenta Historica. Scriptores* (1861), vol. I, fasc. 1-3.
- QUEIRÓS, José (1907) — *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, Lisboa, Editorial Presença Lda.
- REAU, Louis (1957) — *Iconographie de l'art chrétien*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Reconhecimento Geotécnico da Penina-Sintra* (1992), Geocontrolo, Gabinete de Geotecnia e Topografia, Lda.
- RIBEIRO, J. Cardim (1990) — O chamado «Castelo dos Mouros» na serra de Sintra, C. M. Sintra, texto polic.
- RIBEIRO, Orlando (1942) — Da originalidade geográfica da serra de Sintra, in *Jornal de Sintra*, n.º 407, pp. 2 e 7.
- SANTA MARIA, Pe. D. Nicolao de (1668) — *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha de S. Agostinho*. Lisboa, na offic. de Joanes da Costa, 1.ª e 2.ª partes.
- SOUSA, Élvio Melim (1990) — Contributos para o estudo das romarias ao santuário de Nossa Senhora da Peninha, in *Jornal de Sintra*, n.º 2864, de 30 de Março.
- TORRES, Cláudio (1995) — Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território, in 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. 35 (3), pp. 425-434.

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

LA FAMILLE DES BANŪ WAZĪR DANS LE ĠARB D'AL-ANDALUS AUX XII ET XIII SIÈCLES

ABDALLAH KHAWLI*

INTRODUCTION

La situation politique de l'Espagne musulmane avant l'effondrement du régime almoravide était très confuse. D'une part on note que l'avance chrétienne était devenue plus rapide et efficace en l'absence d'une défense musulmane suffisamment vigoureuse, et d'autre part, qu'à la suite d'une série de révoltes contre le pouvoir almoravide affaibli par sa lutte contre le mouvement almohade au Maghreb, al-Andalus connaissait une nouvelle phase de démembrement.

C'est dans cette atmosphère d'anarchie que la famille des Banū Wazīr, sujet de cet article, fait son apparition dans l'histoire d'al-Andalus en général et celle du Ġarb en particulier. Ayant participé à la première révolte anti-almoravide et s'étant par la suite proclamé chef d'un petit émirat dans la partie occidentale de l'Espagne musulmane, Sidrāy Ibn Wazīr est à la fois le fondateur de la «dynastie» et le personnage le plus célèbre des Banū Wazīr.

Ecrire la monographie de cette famille c'est avant tout établir, en partie, l'histoire du Ġarb pendant la crise almoravide et durant toute la période de la domination almohade en al-Andalus. En fait, c'est dans ce contexte politico-social que des membres de cette puissante famille jouèrent un rôle particulièrement important soit dans la révolte anti-almoravide soit comme hauts responsables de l'appareil administratif almohade.

Il est par ailleurs indispensable, avant d'aborder en détail ce thème, de rappeler les grandes lignes de la situation politique dans le Ġarb en particulier, et dans al-Andalus en général, à la veille de l'effondrement du pouvoir des almoravides et l'avènement des Almohades.

1. LE ĠARB D'AL-ANDALUS PENDANT LA CRISE POST-ALMORAVIDE

Les événements politico-religieux qui ont marqué l'Espagne musulmane vers le milieu du XII^{ème} siècle reflètent parfaitement l'état de déclin du régime almoravide. Celui-ci, sérieusement menacé au Nord de l'Afrique par les tribus masmudiennes du Haut Atlas, s'avéra incapable de lutter contre les divers insurgés en al-Andalus et, encore moins, de protéger la frontière musulmane contre les attaques chrétiennes. Dans plusieurs villes de l'Espagne musulmane, certains chefs

* Campo Arqueológico de Mértola; boiseiro da JNICT.

politiques ou religieux se proclamèrent indépendants, initiant ainsi une nouvelle phase de troubles connue chez les auteurs arabes comme la deuxième période des *taifas*.

En août 1144, le *muwallad* Abū al-Ḥusayn Aḥmad Ibn Qasī s'autoproclama *imām* à Mértola, forteresse qui, deux mois auparavant, avait été prise, en son nom, par soixante-dix hommes de ses adeptes. Cette première insurrection contre les Almoravides fut suivie par d'autres révoltes dont les détails nous sont transmis dans le recueil biographique *al-Ḥulla al-Sayarā'* d'Ibn al-Abbār¹ et aussi, bien que de façon moins exhaustive, dans le *Kitāb A'māl al-A'lām* d'Ibn al-Ḥaṭīb². La révolte du Ḡarb a, par ailleurs, monopolisé l'attention de ces auteurs compte tenu, sans doute, de la nature, particulièrement originale, du mouvement mystico-politique dans l'histoire de l'Espagne musulmane: c'est la première fois qu'un chef soufi accède au pouvoir politique. Il est vrai que les deux grands maîtres de la mystique en al-Andalus Ibn Barraḡān de Séville et Ibn al-'Arīf d'Alméria avaient été les principaux protagonistes du mouvement soufi à cette époque, mais leur bannissement et leur exécution au Maroc par les responsables almoravides avait laissé la voie libre à leur adepte Ibn Qasī pour s'instaurer comme chef politique et religieux, accomplissant ainsi l'un des projets pour lequel Ibn Barraḡān, du moins, avait perdu la vie en 1143.

On est relativement informé sur la vie d'Ibn Qasī avant son investiture à Mértola, surtout ses déplacements en al-Andalus pour s'initier aux études de soufisme, sa fondation d'une *rābiḥat* (couvent) sur la côte occidentale du Ḡarb, sa fracassante tentative de mettre la main sur le château de Monte Agudo³ puis son refuge, dans la *qarya* d'al-Ġawzā, auprès du

«clan» (*qawm*) des Banū al-Suna — ou al-Sina⁴. Cette phase de préparation montre la préoccupation d'Ibn Qasī, dans un premier temps, de diffuser son idéologie parmi des populations rurales qui, loin des grands centres urbains où domine la doctrine malikite soutenue par le système almoravide et défendue par les *fuqahā* andalous, sont, à la fois, à l'abri des courants religieux «urbains» et à l'écart des pressions exercées par l'appareil de contrôle almoravide. Ibn Qasī, cherchera ensuite l'appui du groupe des Banū al-Suna pour imposer son pouvoir, mais ceux-ci ne disposaient pas d'une confédération tribale assez puissante pour fonder un état, et encore moins un empire, à l'instar des tribus masmudiennes qui ont soutenu au Maghreb la prédication du fondateur du mouvement almohade al-Mahdi Ibn Tūmart⁵.

Malheureusement on ne dispose pas de données suffisantes pour analyser les types de relations qui ont existé entre Ibn Qasī et le groupe ou le clan qui l'a accueilli. S'agit-il de *muwallad* ou de mozarabes qui tentent d'aider l'un des leurs pour fonder un état indépendant? Ou s'agit-il d'une simple manifestation de vengeance d'une tribu, appauvrie par les impôts imposés par les Almoravides?

Si on admet d'une part la courte durée de la prédication d'Ibn Qasī (pas plus de trois ans) et, d'autre part, la langue de son traité *Kitāb Ḥal' al-Na'layn* («l'Enlèvement des sandales») difficile à interpréter et inaccessible au croyant moyen, on peut supposer que la plupart des populations du Ḡarb n'ont pas soutenu la révolte des *murīdīn* (adeptes du courant mystique en al-Andalus) par pure conviction religieuse. En effet, les discours du maître sont destinés à un cercle esotérique de disciples qui se considèrent comme des élus au dessus de la masse des simples fidèles (*'amma*) parce qu'ils ont connaissance des vérités cachées⁶. Pour cette catégorie sociale — la plèbe —, Ibn Qasī utilise un autre moyen de persuasion: il lui prodigue de l'argent et l'émerveille par ses prodiges⁷. Les aspects esotérique et hiérarchique qui caractérisent généralement les doctrines mystiques ne facilitent guère le contact entre la communauté des soufis et le reste de la population musulmane, raison supplémentaire pour expliquer l'échec prématuré de la révolte des *murīdīn* en Espagne musulmane.

De plus, les révoltes anti-almoravides dans al-Andalus sont le résultat des mauvais comportements autant politiques que sociaux de certains membres de la classe dirigeante lamtunienne et de leurs alliés autochtones. Résumant la situation en al-Andalus à la veille de la chute du pouvoir almoravide, Ibn al-Ḥaṭīb insiste sur les abus causés par certains gouverneurs lamtuniens et par leurs troupes envers les populations. Démunis des soutiens de leurs supérieurs, retenus au Maroc par la révolte almohade, ils commettent des injustices en dévastant le pays et en persécutant ses habitants⁸. Ibn Qasī, saisissant cette situation de crise à son profit, s'autoproclame *Mahdi* et incarne, alors, la personnalité du sauveur de la communauté face à l'injustice régnante. Le protagoniste soufi cherche ainsi à détourner à son profit l'opposition

contestataire contre les Lamtuniens, en prétendant que la communauté musulmane ne pouvait se libérer de l'injustice régnante que sous la conduite d'un *mahdī* qui, investi d'une mission divine, est chargé de rétablir l'ordre et la justice dans le Monde⁹.

Cependant les prétentions messianiques d'Ibn Qasī ne pouvaient être qu'éphémères car la doctrine du Mahdī Ibn Tūmart, basée sur les mêmes critères du messianisme, est devenue le dogme du puissant mouvement almohade auquel Ibn Qasī, lui même, demanda appui pour sauvegarder son pouvoir menacé par Sidrāy Ibn Wazīr dans le Ġarb.

2. LE RÔLE DES BANŪ WAZĪR DANS LA RÉVOLTE DES *MURĪDĪN*

Si Ibn Qasī fut le protagoniste du mouvement religieux des *murīdīn*, Sidrāy Ibn Wazīr fut, de son côté, le chef politique, apparemment sans tendances mystiques, qui pouvait établir un pouvoir, relativement puissant, en éliminant l'autorité des *murīdīn* dans le Ġarb. Ayant fondé un petit émirat indépendant, dans le souci de légitimer son pouvoir, il reconnut successivement l'autorité d'Ibn Qasī puis celle d'Ibn Ḥamdīn et enfin, curieusement, celle de 'Alī Ibn Ishāq, dernier souverain almoravide. Ces hésitations ne sont, en fait, que le reflet du problème de la légitimité récurrent en Espagne musulmane pendant les périodes d'instabilité politique et sociale, en l'absence d'un pouvoir central capable d'y assurer la continuité légale et l'ordre social.



Fig. 1 — Mértola, la forteresse la plus inexpugnable du Ġarb, était, pendant les crises socio-politiques en al-Andalus, le refuge de plusieurs chefs politiques indépendants. À l'époque des «deuxièmes taifas», Martūla fut la première à «se révolter» contre le pouvoir almoravide et la dernière à «se soumettre» à l'autorité des Almohades.

Le pouvoir almohade, lors de sa première intervention dans la partie occidentale d'al-Andalus en 1147, n'était pas encore en mesure de mettre fin à la situation d'instabilité qui s'était établie dans cette région après l'effondrement du pouvoir almoravide. En fait, quelques mois après cette intervention, on assiste à une nouvelle phase de morcellement politique aussi bien dans le Ġarb que dans le reste d'al-Andalus.

C'est précisément pendant cette période que Sidrāy Ibn Wazīr s'autoproclama souverain indépendant en établissant son autorité sur une grande partie de la région de l'occident d'al-Andalus. D'autres chefs, par ailleurs, ont suivi son exemple en se déclarant indépendants de l'autorité almohade: Ibn Qasī dans la ville de Silves, Ibn Mu'nīb à Tavira et le général lamtunien Tāšfin dans la forteresse de Mértola.

On ignore à la fois les circonstances précises et locales dans lesquelles les Banū Wazīr ont assumé de telles responsabilités politiques comme on ignore les instruments (religieux tribaux ou militaires?) sur lesquels ils ont basé leur autorité. Les maigres références dont on dispose sur cette famille ne permettent pas, pour l'instant, d'avancer notre étude dans cette perspective. Cependant il est indispensable de mettre en considération les supports socio-économiques, compte tenu de l'absence de tendances religieuses ou «intellectuelles» derrière la réussite politique de cette famille¹⁰.

Dans les sources arabes disponibles, les premières références concernant les Banū Wazīr coïncident avec la révolte des *murīdīn* à partir de 539 H/1144 J.C. Sidrāy Ibn Wazīr fut, en fait, le premier chef politique du Ġarb à se rallier à la révolte d'Ibn Qasī et fut aussi, en revanche, le premier à contester son autorité.

Ibn al-Abbar attribue aux Banū Wazīr une *nisba* arabe en considérant qu'ils font partie du groupe ethnique des Qaysites sans préciser, néanmoins, leur appartenance tribale¹¹. D'autre part le patronyme «Wazīr» semble indiquer que l'un des ascendants de cette famille fut effectivement un *vizir* au service d'une autorité locale. Toutefois, il est aussi probable qu'il s'agissait d'un simple titre honorifique attribué par une autorité centrale ou provinciale à cette famille, sans qu'il implique forcément une certaine responsabilité politico-administrative de sa part¹². Quoiqu'il en soit on ne dispose d'aucune information écrite concernant le rôle qu'a pu jouer cette famille pendant les époques antérieures au démembrement d'al-Andalus vers le milieu de XII^{ème} siècle.

Quand à Sidrāy Ibn Wazīr, il est présenté dans les sources arabes médiévales comme *émir* ou *ṣayḥ* du Ġarb¹³ termes désignant aussi bien le chef militaire ou gouverneur de province que le chef de tribu ou de clan ou encore le chef religieux. Ces indications nous permettent de penser que Sidrāy a occupé des charges politiques ou militaires dans l'appareil administratif almoravide en al-Andalus.

Les Almoravides ont évidemment gardé le système administratif préexistant en al-Andalus depuis l'époque califale. Cependant le gouvernorat des importantes provinces de l'Espagne musulmane ainsi que les postes supérieurs du commandement militaire sont réservés, le plus souvent, à des chefs des tribus Ṣanhāḡa qui avaient joué un rôle important dans la formation de l'empire almoravide. Quand aux autres responsabilités de caractère proprement administratifs (judicature, secrétariat, fisc...) elles restaient confiées à des individus ou à des familles d'origine espagnole¹⁴. Par ailleurs les sources montrent bien que le

gouvernorat de quelques régions des Marches était resté sous la responsabilité d'influentes familles locales.

Les Banū Wazīr, en la personne de leur chef Sidrāy, auraient donc été chargés du gouvernorat de la province d'Évora au service de l'autorité almoravide. Mais dès que celle-ci entre en déclin Sidrāy se révolte en s'alliant à la nouvelle autorité en train d'émerger dans la région, à savoir le parti des *murīdīn*. En effet, un mois avant son déplacement à Mértola, pour y prêter officiellement le serment d'allégeance à Ibn Qasī, Sidrāy Ibn Wazīr avait soutenu militairement la révolte du *murīd* Abū al-Walīd Muḥammad Ibn 'Umar Ibn al-Mundir¹⁵ à Silves pour conquérir ensuite, ensemble au nom de l'imam des *murīdīn*, le château de Monchique (*ḥiṣn Murġīq*) et enfin la ville de Béja. Ibn al-Mundir, pour des raisons qui nous échappent, se plaint à Mértola de son compagnon Ibn Wazīr auprès du chef des *murīdīn*. Soit par émulation ou par crainte de l'autorité d'Ibn Wazīr et la forte armée dont il disposait, Ibn al-Mundir, nommé entre temps gouverneur de Silves, avisa son maître de se méfier de probables ambitions politiques audacieuses de son rival Sidrāy. Celui-ci, juste un mois après son installation à Béja, se voit évincer au profit d'un autre gouverneur du nom d'Abū Ṭālib al-Zuhrī¹⁶, et est ensuite emprisonné pour quelque temps dans la forteresse de Mértola.

Après cet incident, peu commenté par Ibn al-Abbār qui ne fait que l'évoquer brièvement, Ibn Wazīr se dégagea du mouvement des *murīdīn* pour reconnaître le pouvoir du cadī de Cordoue Aḥmad Ibn Ḥamdīn qui venait de s'insurger dans l'ancienne capitale califale (mars 1145)¹⁷. L'armée d'Ibn Qasī, après de désastreuses tentatives pour étendre son pouvoir dans la vallée de Guadalquivir, notamment les entreprises manquées contre Séville et Cordoue, est cette fois-ci mise en déroute dans le Ġarb, son propre territoire d'action, par les forces de Sidrāy Ibn Wazīr. Celui-ci réserva un dur châtement à son rival Ibn al-Mundir en lui crevant les yeux et en le maintenant en prison à Béja. Quant à Ibn Qasī il fut expulsé de sa forteresse de Mértola qu'il quitta, quelques temps après, pour aller à Salé où il demanda de l'aide au souverain almohade 'Abd al-Mūmen Ibn 'Alī.

L'armée d'Ibn Wazīr, commandée par son frère Abū 'Alī et par son oncle maternel 'Abdallah Ibn al-Ṣumayl, avait alors soumis à son autorité la majeure partie du territoire du Ġarb, à savoir les provinces de Silves et celles de Béja et Badajoz. Ibn Wazīr, dans le souci de justifier son pouvoir auprès de la population du Ġarb, reconnut la souveraineté du dernier représentant de l'autorité almoravide à Marrakech, Iṣḥāq Ibn 'Alī. L'information relative à cette reconnaissance formelle ne nous est parvenue que grâce à une pièce de monnaie (division de dīnār) sur laquelle le nom d'Ibn Wazīr est associé à celui du souverain lamtunien¹⁸.

Les raisons du changement d'attitude du chef du Ġarb restent difficile à interpréter. Cependant, il est important de prendre en considération les préoccupations de Sidrāy qui est, semble-t-il, persuadé que son autorité ne

peut être admise qu'en cas de reconnaissance d'un pouvoir légitime suprême, qu'il soit religieux ou politique. En effet, après l'éviction d'Ibn Ḥamdīn par le gouverneur almoravide Ibn Ḡāniya en janvier 1146, Ibn Wazīr, l'un des chefs andalous qui ont reconnu le pouvoir du cadī de Cordoue, aurait préféré renouveler son allégeance aux Almoravides, dont l'autorité ne dépassait pas la ville de Marrakech, que de reconnaître la souveraineté almohade.

Il est toutefois important de signaler que cette prise de position d'Ibn Wazīr ne pouvait, probablement, être qu'une réaction idéologique contre la position de son rival Ibn Qasī qui s'était rallié aux Almohades. Aussi, en tenant compte de la grave situation des Almoravides au Nord de l'Afrique, on peut supposer que Sidrāy n'a pris fait et cause pour Ishāq Ibn 'Alī que pour se disculper de ses précédentes attitudes — anti-almoravides — auprès de leur représentant en al-Andalus, Ibn Ḡāniya, devenu le maître incontesté dans la vallée de Guadalquivir.

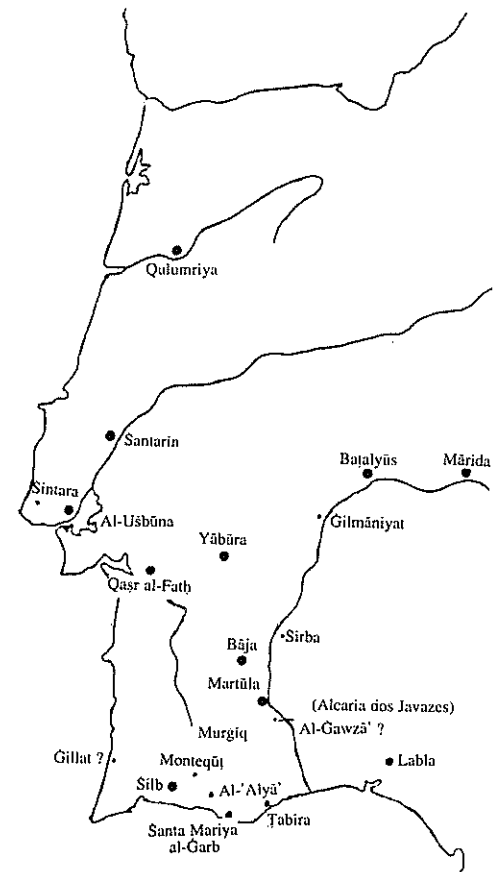
En juin 1146 (*Muḥarram* 541)¹⁹ les troupes almohades accompagnant Ibn Qasī traversent le détroit de Gibraltar en direction du Ġarb al-Andalus. Plusieurs villes se soumettent, successivement, au mouvement des unitaristes: Ṭarīfa, Algésiras, Jerez, Niebla, Mértola, Silves puis Béja et Badajoz d'où Ibn Wazīr se précipite par reconnaître l'autorité almohade²⁰. Les chefs du Ġarb devenus gouverneurs, dans leurs anciennes provinces, au service des Almohades, ont tous participé, aux côtés des forces maṣmudiennes, à la conquête de Séville en janvier 1147.

Le Ġarb après l'intervention almohade a connu une nouvelle division administrative. Anciens et nouveaux gouverneurs s'établirent dans les capitales des provinces: Ibn Qasī et Ibn al-Mundir à Silves, 'Isā Ibn Maymūn à Šanta Mariya (Faro), 'Āmil Ibn Mūnīb à Tavira, Muḥammad Ibn 'Alī Ibn al-Ḥaġġām à Badajoz et Sidrāy Ibn Wazīr à Évora et Béja. Ce dernier contrôlant un domaine plus vaste fut, sans doute, le chef le plus puissant dans la région occidentale de l'Espagne musulmane. En effet, si on admet l'authenticité des deux lettres échangées entre les habitants de Lisbonne, assiégés par les troupes portugaises soutenues par des croisés, et le gouverneur d'Évora on peut en déduire, d'une part, la célébrité de Sidrāy dans la région du Ġarb, et d'autre part, l'existence d'un pacte de paix entre celui-ci et le roi du jeune royaume du Portugal²¹.

Quelques mois après la prise de Séville et la conquête de Marrakech, le pouvoir almohade passe par une grave crise qui a failli l'emporter. Au Maroc les Almohades ont dû s'opposer à la dangereuse révolte commandée par le «prétendant» *mahdī* Muḥammad Ibn 'Abdallah Ibn Hūd al-Māssī qui a mobilisé la plupart des tribus berbères de la côte atlantique marocaine. Cette insurrection fut une occasion propice pour les régions d'al-Andalus, auparavant soumises aux Almohades, qui se sont révolté de nouveau. Dans le Ġarb la révolte commence à Niebla, s'étend rapidement à Silves, Tavira, Faro, Badajoz, Mértola et, sans doute, au territoire contrôlé par les Banū Wazīr. Ceux-ci organisent une incursion contre Badajoz pour s'en emparer, mais ils

y sont évincés par le seigneur de la ville le cadī Ibn al-Ḥaġġām²². Cependant dès que le souverain almohade 'Abd al-Mūmen Ibn 'Alī mit un terme à l'insurrection d'al-Māssī, il envoya une armée, sous le commandement du général Yūsuf Ibn Sulaymān, pour remettre de l'ordre dans les régions de Séville et celles du Ġarb. S'emparant de la capitale andalouse Séville, Yūsuf soumit successivement les états d'al-Baṭrūġī (Niebla et Tejada), la province de Silves, la ville de Tavira, la ville d'al-'Alyā' (Loulé), la ville de Faro ainsi que la province de Badajoz.

Selon l'historien Ibn 'Idārī, qui reprend des parties de l'ouvrage, malheureusement perdu, d'Ibn Šāḥib al-Šalā *Kitāb Ṭawrat*



Carte 1 — Localités du Ġarb al-Andalus citées dans le texte.

al-Murādīn, Sidrāy Ibn Wazīr, à l'époque de la dissidence du Ġarb contre les Almohades, avait une attitude différente de celle des autres chefs locaux: «il renonça à se révolter contre les Almohades et se refusa à les contrarier. Il s'est occupé, en fait, à lutter contre Ibn Qasī, à se défendre (des attaques) d'al-Baṭrūġī et à vaincre Muḥammad Ibn al-Ḥaġġām»²³.

Par ailleurs tout indique que Sidrāy, pendant la période de 1147 à 1149-1150 (542-544 H.), marquée par la situation d'anarchie politique et d'incertitude sociale aussi bien dans le Ġarb qu'en Occident musulman, a pris le titre d'*al-Manṣūr Bi-Allah* comme l'attestent à la fois des pièces de monnaies et une stèle de fondation qui portent à la fois le dit titre «sultanien» et le nom de Sidrāy Ibn Wazīr²⁴.

Il serait intéressant de disposer d'éléments assez nombreux pour pouvoir mieux comprendre les circonstances exactes de l'instauration par Ibn Wazīr du système du type «sultanien» dans le Ġarb. Mais on peut penser que son action correspondait, en fait, à une tentative de ressusciter le modèle socio-politique instauré par les Almoravides et repris par Ibn Ḥamdīn à Cordoue. L'action de ce dernier correspondait, selon Pierre Guichard, «à la mise en place d'un système socio-politique qui se situait dans une certaine continuité logique par rapport à l'idéal politique «sultanien» de l'époque almoravide, mais déséquilibré au profit des *fuqaha'* du fait de la disparition de l'élément militaire maghrébin»²⁵. L'investiture d'Ibn Ḥamdīn à Cordoue comme émir des musulmans, admise par plusieurs chefs andalous, était «légitime» car son prestigieux statut de *cadi* lui permettait, en l'absence d'une autorité centrale, d'assumer un tel pouvoir.

Quand à Ibn Wazīr, dépourvu de telles compétences juridico-religieuses, il abdique

alors les titres d'*Imām* et celui d'*Amīr al-Muslimīn*, réservés respectivement au calife et à ses représentants. Se contentant de prendre les titres d'*émīr* et celui d'*al-Manṣūr Bi-Allah*²⁶, Sidrāy, en l'absence d'un pouvoir étatique en al-Andalus, se considère, donc, comme le responsable politique du maintien de l'ordre social dans la région du Ġarb. Ses compétences politico-militaires justifient parfaitement son adoption du titre *amīr*, désignant généralement les chefs militaires et les gouverneurs des provinces de frontières. Cependant le *laqab* d'*al-Manṣūr Bi-Allah*, de caractère religieux, n'est adopté par Sidrāy qu'à la suite des évictions d'Ibn Ḥamdīn et d'Ishāq Ibn 'Alī, d'une part, et l'échec de la première tentative almohade en al-Andalus en 1148, d'autre part. L'adoption d'un tel titre ne serait peut-être qu'une réaction politique d'Ibn Wazīr, dans le but de légitimer son pouvoir, pour rivaliser avec les autres chefs insurgés dans le Ġarb dont l'idéologie, trop ambitieuse, s'appuie sur des bases religieuses.

L'action de l'émir de l'Occident d'al-Andalus diffère, donc, aussi bien du système du *Cadi ra'īs*, établi par Ibn Ḥamdīn et suivi par les *cadis* de la région orientale de l'Espagne, que du système de l'*Imām*, de caractère califien, adopté dans le Ġarb par Ibn Qasī et les *murādīn*²⁷. Le modèle suivi par Ibn Wazīr, en tant que gouverneur et chef militaire adoptant un *laqab* «sultanien», diffère des modèles suivis par les chefs politiques andalous. On pourrait, par ailleurs, l'assimiler au système politique adopté par les émirs *būyides* en Orient musulman²⁸.

3. LES BANŪ WAZĪR AU SERVICE DU CALIFAT ALMOHADE

En 543 (1149) le gouverneur almohade à Séville Abū Ishāq Barrāz Ibn Muḥammad conclut un pacte, très favorable pour le pouvoir maghrébin, avec le gouverneur almoravide Ibn Ġāniya. Conformément à cet accord les Almoravides d'al-Andalus abdiquent les villes de Cordoue et Carmona aux Almohades, en recevant en échange la ville de Jaen. Le roi castillan Alphonse VII, qui avait conquis depuis 1147 plusieurs villes islamiques (Almeria, Calatrava, Cuenca et Fraga), craignant l'installation préjudiciable à son royaume des forces almohades dans la région, a tenté, sans succès, d'empêcher la conclusion du dit accord en ordonnant à son «vassal» Ibn Ġāniya de lui céder la ville de Jaen. Le souverain chrétien, dans le but de s'emparer de l'ancienne capitale califienne, dirigea, à la suite de la mort subite d'Ibn Ġāniya, une campagne militaire contre Cordoue. Les troupes almohades soutenus par des chefs andalous, dont al-Baṭrūġī et Ibn 'Azzūn, se mobilisent donc pour empêcher une telle entreprise. La victoire de l'armée almohade au détriment des chrétiens marqua une nouvelle phase dans l'évolution des événements politiques en al-Andalus. En effet, les Almohades, en sauvant la ville de Cordoue, parviennent à consolider leur position en Espagne en tant que responsables légitimes de l'unité de l'Occident islamique.

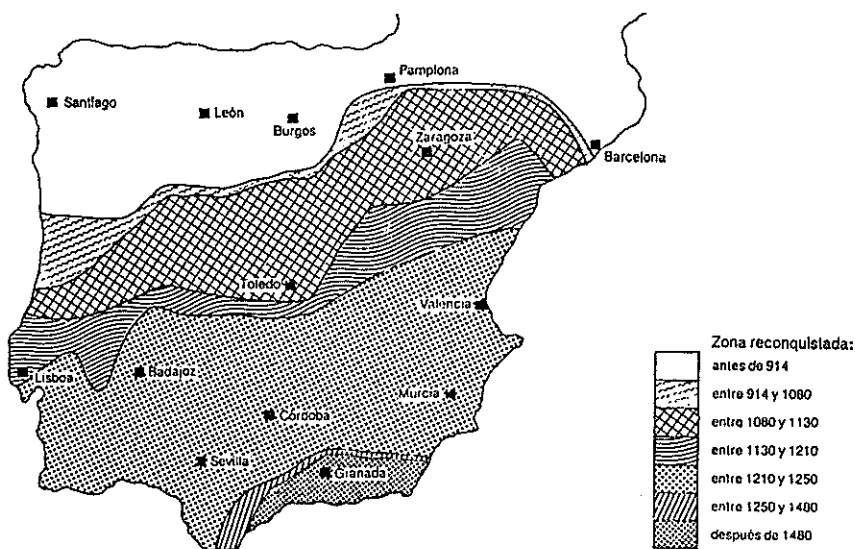
Vers la fin de l'année 544 (1150) Ibn Wazīr renouvela, à Séville, sa reconnaissance du pouvoir maghrébin auprès de son représentant en al-Andalus, le gouverneur (*Wālī*) Barrāz Ibn Muḥammad. L'année suivante «tous les chefs d'al-Andalus soumis à son obédience (celle du calife 'Abd al-Mūmen Ibn 'Alī) (*taḥta ṭā'atihi*)», à l'exception d'Ibn Qasī, se présentent à Salé pour y renouveler, officiellement, leur allégeance au souverain almohade²⁹. Les chefs du Ġarb consentirent alors à céder leurs états au nouveau pouvoir «légitime» de l'Occident musulman. Ibn Qasī, refusant la soumission au pouvoir maghrébin, demanda la protection du roi de Portugal Alphonse Henriques, attitude qui lui coûta la vie en ġumāda 546 (Septembre 1151). Sidrāy Ibn Wazīr fut alors nommé gouverneur de Silves après avoir été démis du governorat de Beja et d'Evora au profit de Mu'nīs Ibn Yaḥyā al-'Arabī.

Les Almohades ne se sont, en fait, imposés que dans le sud du Ġarb et la vallée de Guadalquivir, plusieurs régions d'al-Andalus restent par ailleurs indépendantes. Outre les provinces du Šarq dominées par des chefs musulmans, plusieurs régions restaient sous l'autorité des rois chrétiens. A l'Ouest de l'Espagne, les Portugais, se sont emparés depuis 1147, avec l'appui des flottes des croisés, des places de Santarem, Sintra et Lisbonne et de tous les territoires islamiques adjacents. La vallée du Tage marqua, désormais, la frontière entre le Royaume de Portugal et la région du Ġarb.

Le pouvoir almohade, retenu au Nord de l'Afrique par ses luttes contre les A'rāb de l'Ifriqiya, ne parvenait pas à assurer efficacement la protection de la région du Ġarb en particulier et d'al-Andalus en général, face aux attaques

réitérées menées aussi bien par les chrétiens que par Ibn Mardaniš, le seigneur des provinces de Murcie et de Valence. À plusieurs reprises, les notables d'al-Andalus (*Šuyūḥ*), sous les menaces des chrétiens, n'hésitent pas à manifester leur malaise auprès du souverain maghrébin, en sollicitant son intervention pour mettre un terme à la situation alarmante dans laquelle vivaient les habitants d'al-Andalus. Ibn Wazīr, en tant que représentant de la population du Ġarb, se plaignit auprès de l'émir des croyants des attaques dévastatrices menées par les troupes d'Alphonse Henriques (*Ibn al-Rink*) dans la Marche inférieure³⁰. Cependant, le programme politique des unitaristes, sous le règne des deux premiers califes, ne semble pas impliquer des entreprises militaires contre les Royaumes chrétiens pour leur reprendre les places islamiques qu'ils ont conquises. Leur première occupation était tout d'abord de s'imposer dans les territoires musulmans, tant en al-Andalus qu'au Maghreb oriental, pour y consolider leur autorité.

Pendant cette période aucune entreprise militaire almohade, dans le but de reprendre les territoires islamiques perdus, n'a été effectuée contre le Royaume du Portugal, malgré les plaintes réitérées des habitants de la région³¹. Toutefois dès qu'une révolte d'un chef musulman se produit dans les régions soumises au pouvoir almohade, celui-ci n'hésite pas à intervenir pour la réprimer. Le massacre des habitants de Niebla par le général almohade Abū Zakariyā' Yaḥyā Ibn Yūmūr, à la suite de soulèvement de 'Alī al-Wahībī dans cette ville en 549 (1154), est un bon exemple qui confirme la stratégie militaire des Almohades pour la consolidation de leur pouvoir dans les régions déjà soumises à leur autorité. Pour éviter de pareils soulèvements 'Abd al-Mūmen Ibn 'Alī désigna pour le governorat de Séville, la



Carte 2 — L'avancée de la Reconquête (Derek W. Lomax, *La Reconquista*, Barcelone, Crítica, 1984, p. 243, reprise par P. Guichard, *L'Espagne et la Sicile Musulmanes aux XI^e et XII^e siècles*, Lyon, 1991, carte n. 57).

capitale almohade d'al-Andalus, son propre fils Abū Ya'qūb. Suivant les conseils de Ibn Wazīr, celui-ci commença sa carrière par l'envoi, en ġumāda 552 (juin 1157), d'une expédition militaire dans le Ġarb contre les deux villes, encore insoumises, Tavira et Mértola. Le chef al-Wahībī qui contrôla la première forteresse consentit à reconnaître la doctrine almohade sans pour autant livrer Tavira aux assiégeants. Tandis que le général lamtunien Tāšfīn, le seigneur de Mértola, fut contraint à céder la forteresse qu'il gouvernait, apparemment depuis les révoltes de 1147, aux troupes almohades³². C'est à la suite de la prise de cette place forte que le pouvoir

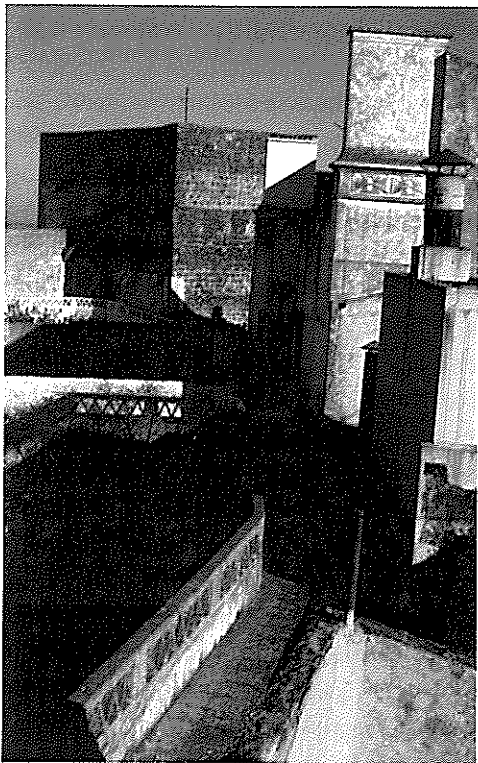


Fig. 2 — La ville de Bāja a joué un important rôle politique pendant la crise post-almoravide. À l'époque almohade, en 1172, elle a été prise et «détruite» par les Portugais. Repeuplée à nouveau par ses habitants elle fut abandonnée définitivement en 1178.

maghrébin parvient, finalement, à dominer toute la région du Ġarb. Selon Ibn 'Idārī, Mértola fut, en fait, «la première bourgade (*balda*) abandonnée par les voilés (*al-Mulaṭamūn* — les Almoravides) et la dernière où les révoltés se sont insurgés contre les Almohades»³³. Après cette intervention, et pour éviter de probables soulèvements dans cette partie d'al-Andalus, les Almohades désignent des nouveaux gouverneurs, de confession unitariste, dans les provinces du Ġarb. En même temps Ibn Wazīr et son frère Abū al-Ḥasan 'Alī sont transférés à Séville pour y assumer des responsabilités militaires dans l'armée almohade.

En 554/1159, au moment du siège de Cordoue par les troupes d'Ibn Mardaniš, le gouverneur et le cadī de la ville, dans la tentative de contraindre ce dernier à lever le siège, lui dirigent une fausse lettre au nom de Sidrāy qui l'invite, en promettant une facile entreprise, à se presser pour s'emparer de la ville de Séville. Les troupes murciennes, quittant alors Cordoue, se pressent vers la nouvelle capitale andalouse. L'impact de cette action engendra une grande confusion aussi bien parmi les habitants de Séville que parmi sa classe dirigeante almohade. Ibn Wazīr fut immédiatement emprisonné, et plusieurs personnes, sans doute enclins à la révolte anti-almohade, furent exécutées par les Masmudiens. Mais dès qu'Ibn Mardaniš se rendit compte qu'il s'agissait d'une ruse, il renonça à son entreprise en se retirant à son pays.

Cet important passage, transmis par Ibn Šāhib al-Šalā et repris en substance par Ibn 'Idārī³⁴, nous montre, d'une part, la célébrité d'Ibn Wazīr dans tout al-Andalus en tant que puissant chef militaire, et d'autre part la méfiance des dirigeants almohades, due sans doute à la fragilité de leur autorité, vis-à-vis des anciens souverains locaux en dépit de leur indispensable contribution pour l'implantation du régime almohade en al-Andalus. Après cet incident, Ibn Wazīr gagna toute la confiance du système maghrébin en étant admis dans les hauts conseils de l'Etat almohade. Il assista donc à toutes les réunions politiques et joua un rôle important dans la prise des décisions relatives aux affaires socio-politiques d'al-Andalus³⁵.

Le calife Abū Ya'qūb Yūsuf Ibn 'Abd al-Mūmen, lors de son investiture après le décès de son père en 558/1164, se déplaça à Gibraltar, dans le but de recevoir les allégeances de ses frères gouverneurs en al-Andalus, à la tête d'une délégation de ses proches collaborateurs. Sidrāy, ainsi que son frère 'Alī, comptaient parmi les membres de cette délégation. La position de Sidrāy se serait donc beaucoup améliorée dans l'appareil politique almohade sous le règne du calife Yūsūf ibn 'Alī. En effet, en 566/1169 Ibn Wazīr ainsi qu'Abū al-'Alā' Ibn 'Azzūn, par leur perfection de la langue romance³⁶, sont désignés par le calife pour conclure une trêve, au nom des Almohades, avec le roi de Léon Fernand II. C'est probablement pendant le règne de ce calife que 'Alī Ibn Wazīr est désigné gouverneur à Serpa pour défendre les régions moyennes de la vallée de Guadiana menacées par les attaques du célèbre aventurier portugais Giraldo Sempavor (*al-'Ilğ Giranda* des sources arabes)³⁷. Celui-ci, dans les années qui suivent la prise d'Alcaccer do Sal (*Qaṣr Abū Dānis* ou *Qaṣr al-Milḥ*)

par les Portugais en 553/1160, s'empare successivement en 1165 des villes de Trujillo, Evora et de Caceres, puis, durant l'année 1166, attaque les châteaux de Montanchez, Serpa et celui de Juromenha. Après avoir vendu les villes d'Evora et Trujillo au roi portugais, Giraldo s'installe alors dans le château de Juromenha d'où il mène des actions offensives contre la région moyenne de la vallée du Guadiana. À la suite de la défaite des Portugais devant Badajoz, et le renforcement des défences musulmanes dans ses environs, Giraldo et des chevaliers portugais changent alors leur terrain d'attaque pour surprendre la ville de Beja dont ils s'emparent pendant l'été de 567/1172. La ville est ensuite brûlée, ses murailles en partie rasées et ses habitants fuient vers Mértola et Séville.

Ibn 'Idārī, reprenant Ibn Ṣāhib al-Ṣalā qui, pour sa part, transmet cet événement d'après Ibn Wazīr, renvoie toute les responsabilités de la chute de Beja sur son gouverneur berbère 'Umar Ibn Saḥnūn. Selon Ibn Ṣāhib al-Ṣalā, celui-ci «se laissa approcher par des gens de peu (...) et fut détesté aussi bien par la plèbe (*Āmma*) que par l'aristocratie (*Hāṣṣa*)»³⁸. Il faut par ailleurs noter que ce jugement provient de personnages, Ibn Wazīr ainsi que l'auteur du *Mann*, dont les familles avaient été victimes de «l'impéritie» du gouverneur de Beja. Sidrāy se plaignit, auparavant, auprès du calife des injustices causées par le responsable de la ville contre des membres de sa famille, en l'occurrence les Banū Ṣāhib al-Ṣalā et les Banū al-Anṣārī, en lui demandant de les autoriser à quitter Beja pour Séville³⁹.

Dans les années qui suivent la conclusion d'une trêve de cinq ans entre le pouvoir almohade et le Royaume de Portugal, le calife Abū Ya'qūb réunit les habitants de Beja en leur ordonnant de repeupler leur cité. Abū al-Ḥasan Ibn

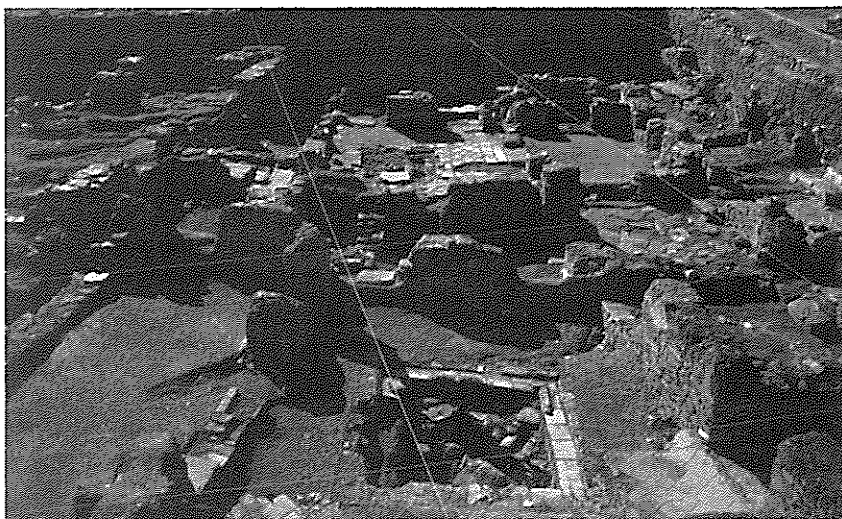


Fig. 3 — Le quartier almohade de «l'Alcáçova» de Mértola est constitué par une quarantaine de maisons qui seraient aménagées pour l'hébergement de quelques familles de Beja qui ont fui leur ville pour se réfugier à Mértola en 1178.

Wazīr et le gouverneur de Silves 'Umar Ibn Tīmṣlīt furent désignés par le calife pour veiller sur la restauration et le repeuplement de la ville. Mais dès que ses habitants s'y installèrent ils demandèrent au calife de demettre le gouverneur 'Alī Ibn Wazīr qui, semble-t-il, avait du mal à se réadapter aux exigences de la population de la ville de Beja.

En 572/1178, au moment de l'expiration de la trêve entre Almohades et Portugais, le prince Sanche I de Portugal entreprend une expédition militaire vers la province de Séville, en dévastant au passage la région de Beja. Le gouverneur de cette dernière ville 'Umar Ibn Tīmṣlīt et le gouverneur de Serpa 'Alī Ibn Wazīr, voulant profiter de l'absence des troupes chrétiennes dans la vallée de Guadalquivir, mènent une grande campagne militaire pour reprendre aux Portugais la place d'Alcacer do Sal. À la suite de la lourde défaite subie par l'armée musulmane, ses deux commandants se font capturer par les forces ennemies⁴⁰. Afin d'éviter un nouveau massacre, prévisible lors du retour du contingent chrétien en action dans la région de Séville, les habitants de Beja, dans l'impossibilité de se défendre, évacuent donc leur cité pour se réfugier dans la forteresse de Mértola. Il est permis de penser que le quartier almohade, découvert dans cette bourgade et consistant en un ensemble de maisons, dont le nombre ne devait pas dépasser les trente-six (trois douzaines), aménagées sur la zone de l'ancien forum romain⁴¹, fut exprès construit pour l'installation de quelques familles réfugiées de Beja.

Deux descendants de Sidrāy Ibn Wazīr, son fils Muḥammad et son petit fils 'Abdallah, bénéficiant de la notoriété de leur père et de leur oncle au sein des autorités almohades, jouent eux aussi un rôle déterminant dans l'histoire du Ġarb. Muḥammad fut, en fait, désigné par le calife Ya'qub al-Manṣūr pour

le gouvernement d'«Alcacer de la Victoire» (*Qasr al-Fath*) après sa reprise sur les Portugais en 586/1190. 'Abdallah, après la mort de son père dans la bataille de Las Navas de Tolosa en 609/1212, garda le gouvernement de cette ville jusqu'à sa conquête définitive, en 614/1217, au profit des Portugais, soutenus une nouvelle fois par des croisés⁴². Capturé par ces derniers, Ibn Wazir, dans le but d'éviter des représailles contre lui, fait mine de se convertir au christianisme. Lors de circonstances qu'on ignore, 'Abdallah retourne à Séville où il persiste à reconnaître le pouvoir almohade. Le puissant souverain indépendant Muḥammad Ibn Yūsuf Ibn Hud al-Ġuḍāmī, qui contrôlait depuis la chute du pouvoir almohade en al-Andalus les villes de Murcie, Cordoue, Séville, Grenade, Malaga et Almeria, exécuta en 10 dū al-Ḥiġġa 626 (31 octobre 1129) le dernier représentant politique de la famille Ibn Wazir, ainsi que son frère, mettant ainsi un terme à l'importante contribution socio-politique de la dynastie des Banū Wazir dans l'histoire du Ġarb en particulier et celle d'al-Andalus en général.

NOTAS

- 1 Ibn al-Abbār, *al-Ḥulla al-Sayarā'*, ed. Hussayn Mounis, T. II, Le Caire, 1963; notamment les notices n° 142 et 143 relatives aux biographies, respectivement, d'Aḥmad Ibn Qasī et de Muḥammad Ibn al-Mundir.
- 2 Ibn al-Ḥaṭīb, *A'māl al-A'lām*, ed. Lévi-Provençal, Rabat, 1956.
- 3 Il s'agit certainement du château mentionné dans l'oeuvre de P. Leal, aujourd'hui détruit, appartenant à l'actuelle division administrative de Bartolomeu de Messines dans la région de Silves. Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, 1983, vol. IX, p. 376. L'hypothèse, donc, avancée par David Lopes identifiant ce toponyme par l'actuel petit village de même nom situé dans la région de Mértola (S. Miguel do Pinheiro) ne serait pas plausible, compte tenu de l'absence de vestiges médiévaux dans le site après la réalisation des prospections archéologiques qui y ont été effectuées par des membres du Centre Archéologique de Mértola. D. Lopes, «Os árabes nas obras de Alexandre Herculano», in *Boletim da Segunda Calsse*, T. III, Lisboa, 1909-1910, p. 344, cité par Garcia, João C., «Alfajar De La Pena. Reconquista e Repovoamento no andevalo do século XIII», *Separata de Actas de II jornadas Luso-Espanholas da História Medieval*, Vol. III, 1989, p. 15.
- 4 Localité de la région de Mértola difficile à identifier, de même que l'origine de la famille qui y habitait. Cependant on suppose que le village actuel Alcária dos Javazes, situé à quelques km au sud de Mértola, pourrait correspondre à cette localité. En fait, outre l'emplacement bien protégé du site dans la région de Serra, le toponyme Javazes, certainement pas d'origine latine, pourrait être une corruption du terme Jawzā' avec la substitution de «wāw» en «v» comme on peut l'observer dans le cas du toponyme arabe «al-Mudawar» devenu en langues portugaise et castillane «Almodovar».
- 5 La *ʿaṣabiyya* (esprit de clan) selon Ibn Ḥaldūn joue un rôle prépondérant dans la genèse des États. On peut expliquer l'échec de la tentative d'Ibn Qasī par l'absence, dans le Ġarb, d'une assez cohérente *ʿaṣabiyya* pour donner force au mouvement des *murīdīn* et par conséquent fonder un État à l'instar du pouvoir almohade implanté, au Nord de l'Afrique, grâce au soutien prêté par les tribus maṣmūda au protagoniste Ibn Tūmart.
- 6 Josep Dreher, L'Imamat d'Ibn Qasī à Mértola (automne 1144 - été 1145): Légimité d'une domination soufie?, in *Mélanges de l'Institut Dominicain d'Études Orientales du Caire*, n. 18, 1988, p. 197.
- 7 «Il prodigua des dons ('aṭā') sans en avoir eu de ressources. Ses adeptes assurent aux gens que l'argent, une fois fini, il s'en produira de nouveau (miraculeusement de rien)», *A'māl*, op. cit., p. 250.
- 8 *Idem*, p. 249.
- 9 Outre l'imama, Ibn Qasī s'est fait attribuer le titre de Mahdi. Selon Ibn al-Abbār et Ibn al-Ḥaṭīb, Ibn Qasī «réclame frauduleusement la guidance et prend le nom du Mahdī» (*idda ʿā al-Hidāya wa tasammā bi al-Mahdī...*). Le terme Mahdī signifiant le bien guidé — par Dieu — est le participe passé du verbe arabe *Hadā*: guider (dans la bonne voie). Le Mahdisme, correspondant en milieu musulman au messianisme juif et chrétien, a été introduit dans la société islamique par les partisans de 'Alī Ibn Abī Ṭālib et de ses descendants connus sous le nom des *Šī'ites*. Muḥammad Ibn al-Ḥanafīyya, l'un des fils de 'Alī, fut proclamé par certains de ses disciples, après sa «disparition» vers le début de VIII^{ème} s., «le premier mahdī» de l'Islam qui, selon l'opinion de ses partisans, réapparaîtrait le jour voulu, pour sauver la terre de l'injustice. Par ailleurs la conception du Mahdī a été, par la suite, utilisée au cours de l'histoire islamique sous diverses formes dont on se contente d'en citer quelques exemples concernant l'Occident islamique:
 - le cas du prince umayyade Abū al-Qāsim Aḥmad Ibn Mu'āwīya connu sous le nom d'Ibn al-Qiṭṭ, qui, s'autoproclamant *Mahdī* vers la fin du IX^{ème} s. en pleine crise politique en Espagne, prêcha la guerre sainte parmi les tribus berbères des Marches moyenne et inférieure d'al-Andalus. Celles-ci, en fait, exposées aux attaques des chrétiens du Royaume de Léon dont le pouvoir s'étendit sur la vallée de l'Ebre, se mobilisent en masse pour attaquer la ville de Zamora en l'an 901. La défaite des forces musulmanes durant cette entreprise, où périt Ibn al-Qiṭṭ, a mis terme à la première action «*mahdite*» de l'Histoire de l'Espagne musulmane;
 - l'exemple du šī'ite isma'īlien 'Ubayd Allah qui, se proclamant *mahdī* et prince des croyants, fonda, avec le soutien des tribus berbères Kutāma, le califat fatimide en Ifrīqiya et ensuite en Egypte;
 - enfin l'expérience du berbère al-Mahdī Ibn Tumart qui, après avoir accompli ses études en al-Andalus et en Orient islamique, retourne au Maghreb pour y prôner son dogme, surtout auprès des tribus maṣmūda qui l'ont soutenu et qui ont fondé, après sa mort, l'empire almohade aux dépens du pouvoir almoravide.

Voir à propos de l'évolution de la pensée šī'ite et la conception du Mahdī, W. Montgomery Watt, *La pensée politique de l'Islam*, P.U.F., 1994, pp. 48-51 et 129-134; en ce qui concerne les événements relatifs à l'action d'Ibn al-Qiṭṭ voir Ibn Ḥayyān, *al-Muqtabis*, T. III, ed. M. Antuña, Paris, 1937, pp. 133-139; Ibn al-Abbār, *al-Ḥulla*, vol. II, *op. cit.*, pp. 368-370; Guichard P., *Al-Andalus: Estructura Antropológica de una sociedad islamica en Occidente*, Barcelona, 1976, pp. 385-391; Bütchich I., *Aṭar al-Iqtā' fī Tārīḫ al-Andalus al-Siyāsī*, Rabat, 1992, pp. 299-304; sur le Mahdī Ibn Tūmart, voir les actes du colloque *Mahdisme: crise et changement dans l'Histoire du Maroc*, Rabat, 1994, particulièrement l'étude de Mohamed Zniber, «L'itinéraire psycho-intellectuel d'Ibn Tumart», pp. 15-29.

- 10 Aucune notice concernant Sidrāy Ibn Wazīr ou quelque autre membre de ses ascendants n'est mentionnée dans les recueils biographiques, réservés tant aux hommes de lettres comme aux chefs politiques .
- 11 Des auteurs modernes ont attribué à cette famille des origines berbère et *muwallad*. Le chercheur marocain 'Abd al-Ḥādī al-Tāzī dans son édition du *Kitāb al-Mann bi al-Imāma* d'Ibn Ṣhib al-Ṣalā, Beyrouth, 1987, p. 67, est l'auteur de la première hypothèse. Il fait le rapprochement entre l'appellation Sidray et le terme berbère *Sīdār*n qui veut dire «deux pieds». Pourtant, il nous semble que cette dernière proposition est loin d'être une thèse plausible, car il n'existe aucune autre occurrence d'une appellation *Sī-ḍār*n dans l'onomastique berbère. Quand au professeur Adel Sidarus de l'université d'Evora, il propose la seconde hypothèse (origine muwallad) en se basant sur le fait que l'anthroponyme Sidrāy n'est pas commun ni dans l'onomastique arabe ni berbère, «Novos dados sobre Ibn Qasī de Silves e as Taifas almorávidas no Gharb al-Andalus» (sous presse). Par ailleurs on a attesté ce même prénom chez un personnage d'origine kalbite (tribu arabe qaysite) dans la biographie (n° 1320) d'un homme de lettre du nom de Muḥammad Ibn Sulaymān Ibn Sidrāy al-Kilābī. Voir Ibn al-Abbār, *Ṣilat al-Ṣila*, ed. 'Izzat al-'Aṭṭār al-Ḥusaynī, vol. II, Bagdad, 1956, p. 480.
- 12 Il n'existe pas, pour l'instant, d'étude détaillée sur la magistrature du *vizirat* en Espagne musulmane. Tout indique, pourtant, que le vizir pouvait assumer, effectivement, de hautes fonctions dans l'administration politico-administrative, comme le «second responsable» après le souverain, de même que son titre ne peut être qu'une simple distinction honorifique, avec ou sans charges étatiques. Voir Vigueira, M. J. Molins, «La administration», in *Historia de España Menéndez Pidal: Los Reinos de Taifas*, T. VIII-I, Madrid, 1994, p. 154.
- 13 *Al-Mann bi al-Imāma*, *op. cit.*, traduit par A. Huici Miranda, *Al-Mann Bil-Imāma*, col. textos Medievales, Valencia, 1969; Ibn 'Idārī, *al-Bayān al-Muḡrib (Qism al-Muwaḥḫidīn)*, ed. al-Kattānī et allii, Casablanca, 1985; *Al-Ḥulla al-Sayarā*, *op. cit.*; Ibn Ḥaldūn, *Histoire des Berbères*, ed. De Slane, T. II, 1969; *A'māl al-A'lām*, *op. cit.*
- 14 Bosch Vila J., *Los Almorávidas*, Grenade, 1990, p. 245; Guichard P., *Les Musulmans de Valence et la Reconquête*, Damas, 1990, T. I, p. 104.
- 15 Il s'agit d'un autre adepte d'origine muwallad qui, par son zèle pour le parti des *murīdīn*, a été désigné par Ibn Qasī pour commander son armée. Ibn al-Abbār lui consacre une notice dans la *Ḥulla*, *op. cit.*, pp. 202-211.
- 16 Cet épisode est totalement ignoré par les sources arabes. C'est à partir de l'étude de pièces de monnaie, frappées à Béja et portant à la fois le nom d'Ahmad Ibn Qasī et celui de son gouverneur sur cette ville, l'*émir* Abū Ṭālib al-Zuhrī, que les chercheurs Adel Sidarus et Miguel Tels Antunes ont avancé cette information, importante pour une meilleure connaissance des événements politiques dans le Ġarb à cette époque. Voir Sidarus, A., et Antunes, M. T., «Mais um quirat cunhado em Beja em nome de Ibn Qasī e' Abu Talib al-Zuhri (Alcaria Longa - Baixo Alentejo)», in *Arqueologia Medieval*, n. 2, Afrontamento, Porto, 1993, pp. 221-223. Quant à Abū Ṭālib al-Zuhrī on pense qu'il appartenait à la puissante famille arabe quraysite des Banū Zuhr descendante de 'Abd al-

Ġabbār Ibn Abī Salma — selon Ibn Ḥazm, ou Maslama d'après al-Maqqarī — al-Faqīh Ibn 'Abd al-Raḥmān Ibn 'Awf al-Qurašī al-Zuhrī qui a accompagné le chef Musā Ibn Nuṣayr lors de la conquête arabe de l'Espagne. Ses descendants se sont installés à Beja, Badajoz et à Seville. Ibn Ḥazm, *Ġamharat Ansāb al-'Arab*, ed. A. M. Hārūn, Le Caire, 1982, p. 132; Aḥmad al-Maqqarī, *Nafḥ al-Ṭīb*, Vol. I, ed. Ihsan Abbas, Beyrouth, 1988, p. 64.

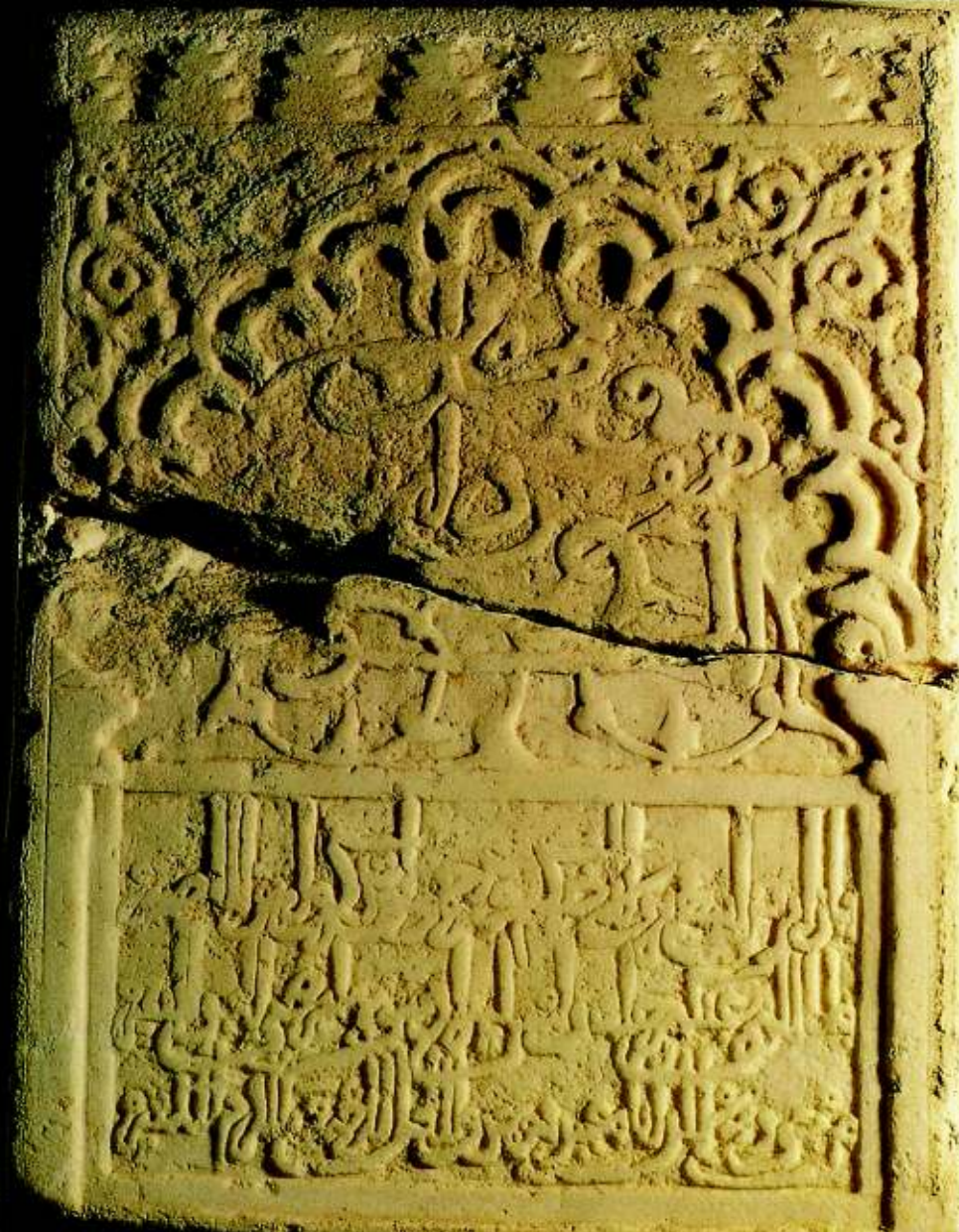
- 17 Sur les détails de cette insurrection et les rivalités qu'il a impliquées entre les divers chefs politiques d'al-Andalus, à savoir Ibn Ḥamdīn, Sayf al-Dawla Ibn Hūd et le dernier gouverneur almoravide de Séville Abū Zakariya' Yahyā Ibn Ġāniya, voir la *Ḥulla*, *op. cit.*, pp. 206-207; *A'māl*, *op. cit.*, pp. 252-254, et aussi P. Guichard, *Les musulmans de Valence et la Reconquête*, *op. cit.*, pp. 107-109.
- 18 Telles Antunes, M., et Sidarus, A., «Fracção de Dinar de Ibn Wazir de Évora invocando o Emir almorávida Ishaq Ibn 'Alī», in *Nummus*, XIV-XV, Porto, 1991-1992, pp. 41-51.
- 19 Les auteurs arabes ne s'accordent pas sur la date de la première traversée des troupes almohades vers al-Andalus. Par ailleurs, la date fournie par Ibn al-Ḥaṭīb nous semble la plus plausible compte tenu que la rencontre d'Ibn Qasī avec 'Abd al-Mūmen Ibn 'Alī a eu lieu à Salé quelques jours après la prise de cette ville par les Almohades le 7 Du-al-Ḥiġġa 540 (mai 1146). Il est donc probable que 'Abd al-Mūmen Ibn 'Alī, en comptant sur une facile entreprise pour s'emparer de Marrakech, surtout après la soumission des principales villes almoravides du Maghreb, envoie des renforts en al-Andalus un mois après la conquête de Salé. Par ailleurs, la proposition avancée par Ibn Ḥaldūn, admise par plusieurs historiens, suggérant que l'intervention almohade a été effectuée après la prise de Marrakech (17 Šuwwāl 541/Mai 1147), est invraisemblable car ce même auteur fixe la date de la prise de Séville au mois de Ša'bān 541 (janvier 1147), c'est-à-dire quatre mois avant la dite intervention. D'autre part, Ibn 'Idārī mentionne que la traversée des Almohades eut lieu durant le mois de Ša'bān 540 (janvier 1146) date qu'on pense peu probable si l'on admet que la réunion d'Ibn Qasī avec le souverain almohade, pour lui demander l'envoi de renforts en al-Andalus, s'est tenue effectivement après cette date. De plus, il est peu probable que l'armée almohade, à cette

- date, risque une telle entreprise en al-Andalus, étant donné que les principales places fortes du pouvoir almoravide, en l'occurrence Fés, Meknès et Salé, n'étaient pas encore soumises à l'autorité almohade.
- 20 Ibn Ḥaldūn, *L'Histoire des Berbères*, trad. De Slane, vol. II, p. 184; Codera, F., *Decadencia y desaparición de los Almorávides*, Saragosse, 1899, p. 46.
- 21 Oberno et Arnulfo, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, ed. et trad. José Augusto da Silva, Lisbonne, 1936, pp. 86-87; Borges, A. Goulard, «Duas inscrições árabes no Museu de Évora», *Separata de A cidade de Évora*, n. 67-68, 1987, p. 11.
- 22 Ibn 'Idārī, *al-Bayān*, *op. cit.*, p. 38.
- 23 *Ibidem*, p. 43.
- 24 Vives Y Escudero, A., *Monedas de las dinastías árabe-españolas*, Madrid, 1893, n. 1913. Codera Y Zaidin, *Decadencia...*, *op. cit.*, p. 58. Artur G. Borges, «Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora», *Separata de A cidade de Évora*, n. 67-68, 1987, pp. 3-13. Ibn Wazīr avait déjà frappé des dīnārs au nom d'Ibn Ḥamdīn où apparaît le même titre «sultanien» d'*al-Manṣūr bi-Allah* qui avait pris le cadī de Cordoue. Cependant, F. Codera, remarquant l'absence du nom d'Ibn Ḥamdīn sur le dīnār n. 1913 du catalogue de Vives, et la permanence d'*al-Manṣūr bi-Allah* ainsi que du nom complet du souverain du Ġarb, doute qu'Ibn Wazīr aurait, lui aussi, adopté ce *laqab*. Or la stèle de fondation du Musée d'Évora publiée par A. Borges vient confirmer le fait que Sidrāy Ibn Wazīr a, en effet, pris le titre sultanien d'*al-Manṣūr bi-Allah*, exactement le même *laqab* qu'avait adopté son chef Ibn Ḥamdīn.
- 25 Guichard, P., *Les Musulmans de Valence*, *op. cit.*, p. 107.
- 26 On pense que la lecture de la stèle de fondation du Musée d'Évora serait plus plausible si on interprète la partie disparue de la première ligne par *amīr* et non pas par *Imām*, comme l'avait suggéré l'auteur de l'étude (Borges, «Duas inscrições...», *op. cit.*). En effet, contrairement au titre d'émir, le *laqab imām* n'est, en aucun cas, mentionné dans les sources comme *laqab* porté par Ibn Wazīr, ni même attesté sur les monnaies qu'il a frappé lors de son investiture.
- 27 Abū al-'Abbās Muḥammad Ibn 'Alī Ibn al-Ḥaḡgām, le seigneur de Badajoz, est, en fait, le seul cadī du Ġarb qui a assumé des responsabilités politico-administratives à cette époque. On pourrait comparer son régime politique, en tant que cadī, au système du cadī *ra'īs* établi dans la région orientale d'al-Andalus. Sur ce système, voir P. Guichard, *Les Musulmans de Valence...*, *op. cit.*, pp. 107-115. Sur le système de l'*Imāma* adopté par Ibn Qasī, voir V. Lagardère, «La révolte des Murīdīn», in *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, n. 35, 1983, pp. 158-170.
- 28 On peut assimiler l'expérience de Sidrāy à celle du gouverneur de Jerez et de Ronda Abū al-Ġamr Ibn 'Azzūn qui, avant de reconnaître définitivement le pouvoir almohade en 1146, a reconnu, en se révoltant contre les Almoravides, la souveraineté d'Ibn Ḥamdīn. À la suite de l'éviction du cadī de Cordoue, Ibn 'Azzūn se proclama, lui aussi, indépendant. Codera, F., *Decadencia...*, *op. cit.*, pp. 158-160. Dandaš 'Iṣmat 'Abd al-Laṭīf, *Al-Andalus... 'Aṣr al-Ṭawā'if al-ṭānī (510-546/1116-1151)*, Beyrouth, 1988, p. 79.
- 29 Ibn 'Idārī, *al-Bayān*, *op. cit.*, pp. 43-45.
- 30 *Ibidem*, p. 53.
- 31 Il faut noter que la campagne militaire menée par l'armée musulmane, constituée par des contingents almohades de Séville et des contingents andalous de Badajoz, dans la région de Alcantra (*Qanṭarat al-Sayf*) contre la forteresse de Trancos (*Ḥiṣn Aṭrūnkus*), ne représente, en fait, qu'une simple razzia dont le seul but apparent était la destruction du dit château, récemment peuplé par les chrétiens. Ibn 'Idārī, *Al-Bayān*, p. 54.
- 32 Ibn Ḥaldūn (*L'Histoire des Berbères*, *op. cit.*, pp. 192-193) nous informe que le château de Mértola a été livré par Ibn Qasī au chef almoravide, sans préciser pour autant ni la date ni les circonstances de cette opération. Par ailleurs, il est fort probable que Tāṣfīn a été installé dans cette bourgade durant l'année de 1147 lors des soulèvements anti-almohades effectués tant en al-Andalus comme au Maghreb. Cependant, par manque d'informations, il est difficile, d'une part, de déterminer les circonstances au cours desquelles Ibn Qasī aurait légué la forteresse de Mértola au général almoravide et, d'autre part, de définir le type de relations qui ont pu exister entre ces deux chefs du Ġarb.
- 33 *al-Bayān*, *op. cit.*, p. 57. On aimerait bien disposer de plus d'informations écrites relatives à cette forteresse qui au long de son histoire servait comme refuge à des révoltés. Paradoxalement, à chaque fois qu'elle est attaquée et en dépit de sa position inexpugnable, elle est souvent livrée pacifiquement aux agresseurs. Ce fut le cas lors de sa conquête par les Abbārides sur Ibn Ṭayfūr (Ibn 'Idārī, *al-Bayān*, T. III, ed. E. Lévi-Provençal et G. S. Colin, Beyrouth, 1980, p. 134) pendant sa prise par les Almoravides à al-Mu'tadd Bi-Allah le fils d'al-M'tamid après l'éviction de son père ('Abd al-Wāḥid al-Marrākūṣī, *al-Mu'ḡīb fī Talḥīṣ Aḥbār al-Maḡrib*, ed. M. Sa'īd al-'Aryān et M. al-'Alamī, 7ème ed., Casablanca, 1978, p. 209) durant la révolte anti-almoravide où Mértola est prise par les hommes d'Ibn Qasī par surprise, apparemment sans coup férir, puis abandonnée par ce dernier sous la menace d'Ibn Wazīr, et enfin à l'occasion de sa soumission finale au pouvoir almohade en 1157.
- 34 Ibn Ṣāḥīb al-Ṣalā, *al-Mann bi-al-Imāma*, *op. cit.*, pp. 67-68; Ibn 'Idārī, *al-Bayān*, *op. cit.*, p. 64.
- 35 On cite comme exemple ses conseils au souverain almohade 'Abd al-Mūmen Ibn 'Alī pour organiser des interventions militaires en Espagne. Ibn Ṣāḥīb al-Ṣalā, *al-Mann*, p. 152, et Ibn 'Idārī, *al-Bayān*, p. 105.
- 36 Adel Sidarus se sert de ce fait comme argument supplémentaire à celui de l'absence de l'anthroponyme Sidrāy dans l'ononastique arabe, pour justifier l'origine muwallad des Banū Wazīr. Cependant on peut interpréter la maîtrise de la langue romane par Ibn Wazīr comme la conséquence de ses contacts permanents avec une communauté mozarabe qui, probablement, habitait la ville d'Évora ou ses environs.
- 37 Sur les actions militaires du chevalier portugais voir le *Mann Bi-al-Imāma*, pp. 288-289; *al-Bayān*, p. 104; Ibn Ḥaldūn, *L'Histoire des Berbères*, p. 198; Huici Miranda, A., «Los Almohades en Portugal», in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. V, Lisbonne,

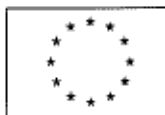
- pp. 12-20; David Lopes, «O Cid português: Giraldo Sempavor», in *Revista Portuguesa de História*, T. I, Coimbra, 1941, pp. 93-110.
- 38 Ibn Idārī, *al-Bayān*, *op. cit.*, p. 129.
- 39 À partir de cette date — 1172 — Sidrāy n'est plus cité dans les sources, il a dû, donc, mourir vers la fin de cette année ou au début de l'année suivante.
- 40 Les deux gouverneurs du Ġarb ont été emprisonnés dans la ville de Coimbra. 'Umar Ibn Tiṣṣlīt fut exécuté par les Portugais, tandis qu 'Alī Ibn Wazīr fut libéré au prix d'une rançon payée par le calife almohade lui-même en 1178.
- 41 Torres, Claudio, «O Gharb al-Andalus», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisbonne, 1993, p. 378.
- 42 Selon Huici Miranda la bataille d'Alcacer do Sal représente le dernier grand choc entre Portugais et Almohades. En effet, le pouvoir maghrébin, après la grande défaite de Las Navas de Tolosa, entrainé, surtout après la mort du calife al-Nāṣir, dans une phase de déclin alimentée par des querelles de succession entre les princes almohades. «Los Almohades en Portugal», *op. cit.*, p. 70. 'Abd al-Mun'im al-Ḥimyarī, *Rawḍ al-Mi'ār*, ed. Lévi-Provençal, Leyde, 1938, p. 109.

5

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

LA CERÁMICA EMIRAL Y CALIFAL DE ALMUÑÉCAR (GRANADA)

ANTONIO GOMEZ BECERRA

INTRODUCCION

El presente estudio tiene como fin el dar a conocer un conjunto de cerámica de época emiral y califal procedente de la ciudad de Almuñécar (Granada). Cabe decir que la investigación arqueológica llevada a cabo en este lugar ha sido extensa, si bien hasta la fecha se ha centrado en las épocas prehistórica y, sobre todo, antigua. Recientemente se ha dado inicio a un proyecto de investigación arqueológica de conjunto en Almuñécar¹, uno de cuyos propósitos es el análisis de los registros cerámicos de época islámica procedentes tanto de intervenciones arqueológicas realizadas en su casco urbano, como de hallazgos aislados.

Como avance de este apartado del proyecto, presentamos un conjunto de cerámica de transición entre la época emiral y califal encontrado en un sondeo efectuado en la cimentación del edificio romano conocido como Cueva de Siete Palacios, emplazado en la parte alta de la ciudad. Se trata, como es sabido, de uno de los elementos esenciales de la ordenación urbana de la *Sexi* romana, al formar parte de un conjunto de bóvedas desarrolladas en la falda N del cerro de San Miguel². Su destino sería ampliar la superficie útil de esta elevación, permitiendo de esta manera la construcción de una gran terraza, donde se localizaría uno de los espacios públicos representativos de la ciudad romana, con toda probabilidad el mismo foro, sobre el punto más elevado de la misma. Los restos de esta estructura urbana son visibles hoy en día, dando pie al reconocimiento de dos pisos de bóvedas en esta ladera del cerro, correspondiendo

el inferior a la Cueva de Siete Palacios, aunque éste contaba con un número mayor de bóvedas que las siete actuales, y el superior a una serie de bóvedas menores integradas en una manzana de casas del barrio de San Miguel. Por encima de estas últimas se advierten otros restos constructivos — muros de mampostería y suelos de *opus signinum* — que deben interpretarse como los vestigios de un edificio de ciertas proporciones. El espacio interior de la Cueva de Siete Palacios fue hace algunos años objeto de una excavación, previa a la instalación en este edificio del Museo Arqueológico, permitiendo datar su construcción hacia la primera mitad del siglo I d.C.³. Junto a la información para épocas anteriores, esta excavación proporcionó un importante volumen de cerámicas islámicas, aunque en su mayor parte asociadas a rellenos modernos. Pero el conjunto más significativo procede del área inmediatamente exterior al edificio, concretamente de su esquina NE. Debe señalarse primeramente que su recuperación

no obedeció a la realización de una excavación estratigráfica, sino a un sondeo motivado por unas obras de remodelación en el entorno del monumento hace varios años, que no se vió acompañado de controles arqueológicos mínimamente aceptables⁴. Junto al material cerámico, hemos podido consultar algunas fotografías y planos que permiten hacerse una vaga idea de su contexto arqueológico, ante la imposibilidad de contar con referencias estratigráficas fiables. En resumen, puede afirmarse que se exhumaron dos espacios rectangulares, en la actualidad integrados en la calle Cueva de Siete Palacios. Uno formaría parte del edificio romano, encontrándose cubierto por una octava bóveda de la que sólo ha llegado hasta nosotros su arranque. Un segundo espacio se desarrolla en paralelo al muro perimetral N de la Cueva de Siete Palacios. Aquí parece que se excavó un importante relleno depositado con posterioridad a su construcción, y puede que incluso tras su abandono. Cubrirían un sistema de contrafuertes del edificio, formado por dos estribos de mampostería que se desarrollaban en el sentido de la pendiente, a su vez unidos por un muro horizontal a ésta. Uno de ellos, el situado al E, sirve asimismo de continuación de un desagüe que atraviesa la Cueva de Siete Palacios. A este relleno pertenece la serie cerámica que presentamos, siendo necesario señalar que también procede de este lugar un significativo conjunto de época tardorromana, si bien sabemos que apareció a niveles inferiores. Una cuestión en la que no entraremos en profundidad es la posible relación con los restos de un tramo del primer amurallamiento de época islámica, circunscrito a la parte alta del barrio de San Miguel, del cual nos hemos ocupado recientemente⁵. El tramo en cuestión se encontraría frente a este espacio, aunque separado por unos 5 m.

La significación de este grupo cerámico, que nos llevó a su publicación a pesar de carecer de un contexto estratigráfico, se encuentra primeramente en constituir el único referente cronológico sobre la ocupación de la zona alta de Almuñécar durante la época islámica. Relacionando esta información con la procedente del interior de la Cueva de Siete Palacios y con algunos datos extraídos del estudio de la muralla del barrio de San Miguel, puede hablarse de una intensificación de la ocupación, cuando no una reocupación, de la parte alta del barrio hacia fines de la época emiral⁶. Este proceso se realiza sobre los vestigios de la desaparecida ciudad romana, como de manera patente muestra la adaptación de la muralla a los restos de la referida terraza del foro. La superposición de la *madīna* a los restos monumentales de una ciudad antigua constituye un hecho que queda igualmente patente en las fuentes árabes, destacando a este respecto la cita del almeriense al-^Udrī, quien al referirse a Almuñécar deja bien claro que la ciudad islámica se desarrolla en un espacio ocupado por «ruinas antiguas», entre las que sobresalen los restos del acueducto y de un edificio, al que denomina como una «fortaleza antigua», que por su situación debe corresponder al conjunto de la Cueva de Siete Palacios⁷.

Pero, además de proporcionar las primeras claves sobre la ocupación islámica de Almuñécar, estos materiales suponen un notable avance en el estudio de la cerámica andalusí de la costa granadina. Téngase en cuenta que hasta ahora contábamos con sistematizaciones, más o menos completas, sobre cerámicas de los siglos XI al XV⁸, pero para los momentos anteriores al periodo califal, e incluso para éste, la información que manejábamos era en extremo insuficiente⁹. Con esta publicación damos los primeros pasos para cubrir este vacío.

ESTUDIO TIPOLOGICO Y FUNCIONAL

Vajilla de cocina

Tipo marmita

Recipiente destinado a la cocción de alimentos o a hervir líquidos¹⁰. Dentro de este conjunto podemos distinguir la siguiente variedad formal:

Forma I

Se trata del único tipo de marmita fabricado con torneta. Presenta base plana, cuerpo cilíndrico, paredes algo curvadas, de escaso desarrollo, y labio redondeado. El ejemplar reconstruible (nº 2) conserva un mamelón

con disposición horizontal. Su diámetro de abertura es de 20 cm. Cabe incluir en este apartado un borde de marmita, con paredes reentrantes y labio redondeado, que conserva parte de un asa de puente, asimismo realizado con torneta (nº 1).

Hay que hacer corresponder esta forma con el tipo 11C de la clasificación de Roselló-Bordoy¹¹, ampliamente documentado a partir de época emiral por todo el Sureste Peninsular, desde Alicante¹² y Murcia¹³ hasta la costa oriental andaluza, destacando su presencia en Baġġāna (Pechina, Almería), El Maraute (Motril), Marmuyas (Málaga) y Bezmiliana (Rincón de la Victoria, Málaga)¹⁴.

Forma II

Marmita a torno, de base plana, cuerpo de tendencia globular y presencia de asas verticales. La forma de cuello y labios de estas marmitas lleva a diferenciar cuatro variantes. Una primera está constituida por aquéllas que presentan labios vueltos, con un ejemplar de 18 cm de diámetro de abertura (nº 3,4 y 9). Los paralelos más cercanos se encuentran entre la serie cerámica de Baġġāna¹⁵, aunque son más abundantes los ejemplos procedentes del Castellón de Montefrío (Granada)¹⁶ y Madīnat Ilbīra¹⁷. Hay que destacar asimismo la frecuencia de este tipo cerámico en la costa oriental malagueña, como ocurre en Bezmiliana (Rincón de la Victoria) y la Plaza de la Marina de Málaga¹⁸.

Una segunda variedad la constituyen los ejemplares con borde recto, a veces exvasados, destacando dos ejemplares con pico vertedor (nº 5-7), circunstancia que los relaciona con la preparación de alimentos líquidos. Una de las piezas presenta restos de pintura blanca, formando trazos curvados (nº 6).

La tercera variante se diferencia de la anterior por la presencia de bordes engrosados, formando un perfil en S, o bífidos. Los tres ejemplares encontrados en Almuñécar poseen un ligero estrangulamiento que distingue el cuello del cuerpo (nº 8, 10 y 11). Es frecuente que la superficie aparezca estriada. Uno de estos ejemplares, como ocurría en la anterior variante, contaba con pico vertedor, por lo que puede asegurarse en este caso que contaba con una única asa (nº 10). Los paralelos deben nuevamente encontrarse entre la cerámica de Baġġāna, en concreto con sus producciones más antiguas¹⁹, aunque no existe una completa correspondencia formal. También cabe comparar esta variante con algunas piezas del Castellón de Montefrío²⁰.

La última variedad formal está representada por un único borde (nº 12). Presenta un cuello de mayor desarrollo, ligeramente envasado. Destacaremos la presencia de esta forma entre las cerámicas a torno del cercano yacimiento de El Maraute (Motril), datadas entre los siglos X al XI²¹.

Hay que añadir la asociación a la forma II del tipo marmita de algunos fragmentos de bases planas, con restos de su exposición al fuego (nº 13-14).

Tipo cazuela

Se trata de piezas de diámetro amplio. Permiten la preparación de guisos con poco líquido y su cocción a fuego lento²². Dentro de la serie de Almuñécar se advierten un total de tres formas.

Forma I

Hemos identificado como perteneciente al tipo cazuela una pieza de cuerpo cilíndrico, con paredes envasadas y labio plano engrosado al interior, seguramente para servir de soporte a una tapadera (nº 16). Conserva un asa vertical y su diámetro de abertura es de 20 cm. Está decorada con dos bandas de trazos horizontales de pintura blanca, desarrolladas sobre un engobe de color ocre. Un paralelo formal próximo se encuentra en la serie a torneta de El Maraute²³.

Forma II

Cazuela a torno, caracterizada por poseer paredes amplias de forma curvada y borde estrangulado. El labio es plano, con un ligero engrosamiento externo (nº 17). Puede compararse con las cazuelas a torno provenientes de Baġġāna²⁴.

Forma III

Se trata de la de mayor representación (nº 18-24). Contamos con un ejemplar completo, que presenta base plana, paredes rectas exvasadas y un borde de cierto desarrollo con labio redondeado, separado del cuerpo por una moldura. Conserva una única asa y su diámetro de base es de 17,5 cm. El resto de los fragmentos de bordes encuadrables en esta variante formal poseen dicha moldura entre el borde y las paredes, salvo un único ejemplar (nº 24). Se observan ciertas divergencias en el exvasamiento de los bordes, pues algunos llegan a ser comple-

tamente rectos. Las muestras de decoración se reducen a los restos de pintura blanca encontrados en el labio de uno de estos ejemplares (nº 20). No hemos encontrado paralelos exactos a estas piezas, si bien pueden relacionarse con algunas cazuelas de Baġġāna²⁵ o Málaga²⁶, con la salvedad de que en estos casos carecen de la mencionada moldura.

Tipo t̄ābag

Forma cerámica directamente relacionada con la cocción de pan o similares. Se trata de un plato o fuente sobre el que se depositan las tortas amasadas, a fin de proceder a su cocción sobre las brasas²⁷.

Proponemos la inclusión dentro de este tipo de una pieza realizada a torneta, de base plana y paredes exvasadas, que conserva un mamelón horizontal (nº 25). La gran amplitud de diámetro — 32 cm aproximadamente — y el escaso desarrollo de sus paredes coinciden con los atributos formales de esta piezas, así como ciertas características tecnológicas — fabricación con torneta y pastas bastas con abundantes intrusiones minerales²⁸. Ello se ve reforzado por las huellas de exposición al fuego, distribuidas de manera uniforme por su cara exterior, lo que indicaría un contacto directo con las brasas. Ejemplos de este tipo cerámico comienzan a ser bastante habituales en contextos andalusíes, constituyendo una forma asimismo detectada en niveles tardorromanos²⁹. En el capítulo de los paralelos, parecen obvias las similitudes formales con piezas incluidas dentro de la serie de cazuelas a torno lento de Baġġāna³⁰. Para nuestro ámbito geográfico de estudio destaca su amplia presencia en la serie a torneta de El Maraute, en un primer momento incluidos dentro del tipo cazuela, si bien ya se señaló la posibilidad de que su función

fuera la de soporte de cocción³¹; y, con una cronología más tardía, en El Castillejo de Los Guájares³².

Vajilla de uso múltiple

Tipo *alcadafe*

Pieza destinada a funciones diversas. Cabe destacar su participación en la preparación de alimentos, sobre todo en el amasado de harina.

Los ejemplares presentes en Almuñécar no difieren de los perfiles habituales entre estas piezas, ampliamente documentadas en contextos de época islámica. Se trata de piezas elaboradas a torno, de cuerpo troncocónico invertido con bordes exvasados. Como se observará, existen variaciones formales entre los dos fragmentos encuadrables en este tipo: uno de ellos está vuelto, formando una moldura (nº 26), mientras que el restante carece de este último atributo (nº 27). El primero puede ser comparado a los ejemplares emirales de Baġġāna³³, y dentro de la costa granadina con uno de los *alcadafes* encontrados en El Maraute³⁴.

Cerámica de iluminación

Tipo *candil*

Dentro de este tipo cerámico presentamos una pieza reconstruible en su totalidad salvo por la ausencia de su piqueta (nº 28), junto a una serie de fragmentos, en concreto una piqueta y una cazoleta (nº 29-30). El primero permite hablar de un candil de cuerpo troncocónico invertido, con una marcada arista, gollete alto y labios exvasados. Los restos del asa se desarrollan completamente fuera del gollete. En cuanto a los restantes fragmentos, cabe señalar la forma lenticular que adopta la cazoleta. Los paralelos son abundantes, por lo que nos limitaremos a indicar ciertos parecidos con nuestro principal referente para la cerámica emiral, las producciones de Baġġāna, aunque sin la presencia tan marcada de aristas³⁵, y con algunos ejemplares de Madīnat Ibīra³⁶. Por último, señalaremos que el fragmento de piqueta porta un vidriado melado.

Vajilla de mesa y contenedores de líquidos

Tipo *ataifor*

Dentro de este tipo, que constituye el principal recipiente de la vajilla de mesa andalusí, destinado a la presentación de alimentos o a servir directamente de platos, incluimos un total de 10 piezas (nº 31-40). Corresponden a un tipo de *ataifor* de forma concoide, con base y paredes altas y curvadas, en

algunos ejemplos con una carena apenas insinuada en la parte inferior. Los labios son redondos, a veces con un suave engrosamiento. Los diámetros conocidos se sitúan entre los 23 y 25 cm. Los fondos conservados muestran la principal variante entre estos atafiores, pues en su mayor parte aparecen con un repié de dimensiones reducidas, mientras que dos ejemplares carecen claramente de tal atributo (nº 31 y 37), si bien la orientación de las paredes de varios ejemplares sin fondo hace pensar que igualmente carecían de repié. Los paralelos son frecuentes, sobresaliendo los procedentes del nivel superior de Baʿyāna³⁷, Madīnat Ibbīra³⁸ y Granada³⁹.

Salvo un único ejemplar sin vidriado (nº 31)⁴⁰, este tipo de cubierta aparece siempre por ambas caras. Se trata en general de un vidriado melado, elaborado a partir del añadido de una cierta cantidad de óxido de hierro al óxido base. Es frecuente que el interior aparezca decorado con chorreones de manganeso que debían desarrollarse desde el borde hasta el fondo (nº 33, 36 y 38). Aunque no tenemos elementos suficientes para darlo como seguro, puede decirse que la aplicación del manganeso es anterior a la del vedrio melado. Pero desde el punto de vista de las técnicas decorativas lo más destacado es la frecuencia con que el melado se asocia a motivos realizados con manganeso y óxido de cobre, sirviendo de fondo a estas composiciones. Se trata de una modalidad decorativa documentada en el nivel reciente de Baʿyāna⁴¹ y, dentro de la costa granadina, en El Maraute⁴². Las similitudes de esta técnica con el verde y manganeso califal son evidentes, lo cual es válido incluso al referirnos a los conceptos decorativos. Así, encontramos un doble motivo vegetal inspirado en la «flor de loto»⁴³ (nº 32), pero sobre todo en la presencia de la epigrafía *al-mulk* incompleta y de factura tosca (nº 35), leyenda que, como es sabido, es la que con mayor profusión aparece entre la cerámica califal en verde y manganeso⁴⁴. Otro motivo apreciado dentro de esta técnica es la combinación de trazos concéntricos en manganeso sobre una trama romboidal en verde (nº 39). La representación del verde y manganeso sobre fondo blanco dentro del tipo atafior se reduce a un único ejemplar, caracterizado además por la imprecisión en su diseño (nº 34).

Tipo Taza

Contamos con un fragmento de cerámica vidriada (nº 41) cuya forma induce a pensar en su función preferente como contenedor de alimentos, preferentemente líquidos. Presenta cuerpo cilíndrico, con las paredes curvadas y el labio redondo. Conserva un asa con un apéndice en su parte superior destinado a facilitar la sujeción de la pieza, lo cual refuerza nuestra atribución funcional. Está cubierta por un vidriado melado bastante uniforme, con algunas manchas que parecen deberse al óxido de hierro. Encontramos paralelos bastante precisos para esta pieza entre los materiales procedentes de Madīnat Ibbīra⁴⁵.

Tipo Jarrita/o

Entramos ahora en el análisis de las formas cerámicas relacionadas con certeza con la presentación e ingestión de líquidos, función esta última a la que debieron destinarse las piezas reducidas⁴⁶. Hay que adelantar que toda la serie está fabricada a torno. La práctica ausencia de ejemplares completos nos impide establecer diferenciaciones entre jarritas o jarritos en la mayoría de los casos, pues no podemos apreciar el número de asas con que contaban. Lo que sí parece posible es advertir una amplia variedad formal:

Forma I

Es equiparable al denominado jarrito de doble cuerpo cilíndrico, abundantemente documentado en Baʿyāna⁴⁷ y Bezmiliana⁴⁸, contándose con un ejemplar similar en Salobreña⁴⁹, pero la réplica más exacta proviene de Málaga⁵⁰. En nuestro caso se trata de una pieza pequeña, destinada a beber de ella, con un escaso tratamiento decorativo, pues se reduce al acanalamiento del cuerpo y a la presencia de una moldura en el cuello. Ambas partes de la pieza están separados por una escotadura. Conserva un asa, seguramente la única, y el vidriado es melado, con idéntica tonalidad por ambas caras (nº 42). Puede relacionarse con esta forma una base de jarrita/o que conserva el arranque de un asa, la cual debía contar con un cuerpo cilíndrico, aunque en todo caso se trataría de un ejemplar más grande (nº 43).

Forma II

Incluimos en esta forma una serie de jarritas no vidriadas con cuello cilíndrico de amplio desarrollo (nº 44-47). El cuerpo de estos ejemplares presenta mayores variaciones morfológicas, pues de los dos conservados uno es globular (nº 44) y el otro

cilíndrico, destacando en éste sus escasas dimensiones en comparación al resto de la pieza (nº 47). Son también estas piezas las que contarían con decoración pintada. En el primer caso se trata de trazos horizontales de pintura blanca repartidos por cuerpo y cuello, mientras que en el segundo consiste en un gran trazo de manganeso desarrollado en la parte superior. Aunque guardamos ciertas dudas sobre este extremo, podríamos adscribir a esta forma un fragmento de base globular con el inicio de un cuello exvasado (nº 48). Los paralelos para esta forma pueden encontrarse principalmente entre la cerámica de Baýyāna⁵¹ y Granada⁵².

Forma III

Constituida exclusivamente por el único ejemplar calificable como jarrito. Se trata de una pieza de base plana, cuerpo piriforme y cuello exvasado (nº 49). La boca, que no está completa, contaría con un pico vertedor, presentando restos del arranque del asa en la parte contraria. No cuenta con vidriado, encontrándose decorada con trazos horizontales de pintura blanca. El hecho de que en su parte inferior se aprecien huellas de su exposición al fuego podría hacer dudar de su inclusión en la cerámica de mesa.

Tipo redoma/botella

Tipo cerámico destinado a contener y servir líquidos, descartándose su función como vaso⁵³. La presencia o no de asa determina la calificación de redoma o botella, lo cual no es posible en todos nuestros ejemplares. Están fabricados a torno, siendo posible establecer la siguiente serie formal:

Forma I

Definida por una pieza vidriada de cuerpo globular y cuello cilíndrico (nº 50). El interior

está parcialmente cubierto por un vidriado melado, que adopta una tonalidad oscura al exterior. Esto último nos hace pensar en los vidriados achocolatados que tan frecuentes son entre las jarritas emirales de Baýyāna⁵⁴, pero sobre todo en las redomas de Málaga, con las que además presenta similitudes formales⁵⁵. Cabe incluir dentro de esta variante formal un fragmento de borde trebolado y otro cilíndrico, con molduras junto al labio y en el cuello (nº 51 y 52). Está vidriado en melado por ambas caras. También estos ejemplares deben ponerse en relación con los procedentes de Málaga⁵⁶. Otra pieza encuadrable en el tipo redoma lo constituye una base decorada con trazos verticales de manganeso (nº 54). La serie de piezas vidriadas atribuibles al tipo redoma se completa con un fragmento de cuerpo globular, con decoración de verde y manganeso, formando una cenefa continua y vedrío melado en el interior (nº 53).

Asimismo se puede documentar esta forma entre los ejemplares no vidriados. Tampoco aquí contamos con piezas completas, pero por los fragmentos conservados se infiere un redoma de cuerpo globular o piriforme, con cuello cilíndrico que suele presentar una moldura desde la que se desarrolla el asa (nº 55 y 57-59). También dentro de la serie no vidriada, aunque no puede determinarse si perteneciente a una misma variante formal, tenemos un borde trebolado, con restos de haber portado pintura blanca (nº 56). En este caso, los paralelos se encuentran entre las cerámicas de Baýyāna⁵⁷ y Bezmiliana, aunque entre éstas no sabemos de la presencia de redomas con borde trebolado⁵⁸.

Forma II

Dentro de una segunda variante formal de redoma incluimos un ejemplar no vidriado de reducidas dimensiones, que presenta base plana y cuerpo piriforme, con restos del inicio del cuello, al que cabe suponérsele forma cilíndrica. Conserva, asimismo, el arranque inferior del asa hacia la mitad del cuerpo (nº 61).

Forma III

Como pertenecientes a una forma de redoma o botella cabe interpretar los dos ejemplares decorados con cuerda seca parcial asociados a este conjunto cerámico. Se trata de fragmentos de cuellos, con forma cilíndrica exvasada (nº 62-63). En un caso se conserva el inicio del cuerpo, siendo de destacar en el otro el acanalamiento de su superficie. El esquema compositivo de la decoración es muy simple, reduciéndose a una banda de puntos realizados con óxido de cobre unidos por manganeso, formando semicírculos (nº 62) o bien varias líneas horizontales (nº 63). En este último ejemplar, además, se aprecia un banda de vidriado verde enmarcada por manganeso en la parte superior. Hay que señalar que la sencillez decorativa apreciada en estos ejemplares dista de la relativa complejidad observada en otros conjuntos cerámicos de la costa granadina, datados hacia el siglo XI⁵⁹.

Tipo Jarro

Utensilio dedicado a la contención y transporte de líquidos⁶⁰. Los fragmentos atribuibles a esta forma permiten hablar de un jarro de cuello cilíndrico, con arranque de asa de sección plana en su mitad inferior, bordes exvasado y de forma trebolada (nº 64-68). Son piezas elaboradas a torno, aunque algunos cuellos presentan en su cara interior huellas digitales en sentido vertical, lo que creemos se debe al acabado de la pieza por el alfarero, en concreto a la operación de unir el cuello y el cuerpo (en especial el nº 64). En cuanto a su tratamiento decorativo, contamos con ejemplares con trazos de pintura blanca, formando líneas verticales en el cuello (nº 66) o trazos agrupados en tríos, en este caso asociados a incisiones (nº 68). Los paralelos para esta serie son abundantes, destacando su presencia en Bezmiliana⁶¹ y Madīnat Ilbīra⁶².

Vajilla de almacenamiento

Dentro de la cerámica destinada a almacenamiento podemos distinguir entre dos tipos: la orza y la tinaja.

Tipo Orza

En este tipo cerámico incluimos un recipiente con paredes reentrantes y borde formando escotadura. Está fabricado con torno, presentando decoración pintada de bandas de color blanco sobre un engobe oscuro (nº 69).

Tipo Tinaja

Este tipo se encuentra representado por varios bordes engrosados, a partir de los cuales puede inferirse la presencia de dos formas. Se trata en todos los casos de piezas elaboradas a mano o torneta, hecho que debe relacionarse con la dificultad para ser torneados dadas sus grandes dimensiones.

Forma I

Tinaja de cuello envasado, con labios engrosados. Con seguridad incluimos en este apartado uno de los ejemplares (nº 70), y de manera provisional a un segundo borde (nº 71).

Forma II

Tinaja sin cuello diferenciado, con labio plano engrosado (nº 73). La superficie exterior está decorada con impresiones ovales a la altura del borde y en el inicio del cuerpo; y con una doble incisión ondulada en el labio. Hay que señalar las similitudes de su perfil con la forma fogón-*tannūr*⁶³, si bien carecemos de otros elementos que lleven a tal interpretación.

Independientemente de su adscripción a una u otra forma, cabe suponer la pertenencia a tinajas de varios fragmentos de paredes curvadas, con bandas

aplicadas decoradas con impresiones (nº 74) o digitaciones (nº 75). Queda abierta, no obstante, la posibilidad de que ambos formasen parte de la forma *tannūr*, pues presentan rastros de fuego en su interior.

CONCLUSIONES

Una primera cuestión a destacar es la referida al encuadre cronológico de este conjunto cerámico. Como se observará, el análisis formal nos ha llevado a detectar sus semejanzas con registros de época emiral y califal de ámbitos geográficos próximos. A este respecto pueden hacerse algunas precisiones, referidas sobre todo a las producciones cerámicas de la costa oriental andaluza, y en concreto con las procedentes de Baġġāna y Bezmiliana. En cuanto a las primeras se han señalado las semejanzas de varios tipos de Almuñécar con los ejemplares procedentes de los dos niveles documentados en este yacimiento. Hay que recordar que el primero no sobrepasa la cronología emiral, datándose hacia la segunda mitad del siglo IX, mientras que el segundo tiene su límite durante la etapa califal⁶⁴. En el apartado de la cerámica de cocina las semejanzas formales parecen repartirse entre ambos niveles. Así, la forma I de marmitas se encuentra en los dos, al igual que la II, si bien en este caso las marmitas bífidas, de cierto parecido con las nuestras, sólo se encuentran en el primer nivel⁶⁵. La forma II de las cazuelas aparece, sin embargo, mejor documentada en el segundo nivel, como asimismo ocurre con el tipo *ṭābag*. Estas similitudes con el nivel reciente de Baġġāna son más evidentes en el tipo candil, bastante evolucionado con respecto a los primeros ejemplares emirales, y en el conjunto de cerámica de mesa, en especial con el tipo ataifor, pues no contamos

con ninguna de las formas del primer nivel del yacimiento almeriense, mientras que se observan características propias del segundo, tanto desde el punto de vista formal — asociación de piezas con y sin repié — o decorativo — combinación de vidriados y aparición del verde y manganeso. Menos precisión permiten los tipos jarrita y jarro. Pero los paralelos no se limitan a Ba'ÿyāna, constatándose también para Bezmiliana y Málaga. Las similitudes con estos últimos son obvias, dada la proximidad geográfica, y quizás no lo sean más por el menor peso de las producciones emirales y de principios del siglo X en comparación con las plenamente califales para el primer yacimiento⁶⁶, o la falta de una sistematización completa en el caso de Málaga.

Por lo que se refiere a las posibles similitudes decorativas ya hemos señalado como la aparición de distintas tonalidades en el vidriado de ataifores o del verde y manganeso nos sitúan en el siglo X. Con respecto a esta última técnica decorativa cabe añadir la utilización del manganeso como elemento de la composición, y no sólo como integrante del diseño, lo que parece propio de las producciones califales, tendiendo a desaparecer en el siglo XI⁶⁷. Dentro del apartado decorativo, merece una atención especial la aparición de la cuerda seca parcial. Como es sabido, se trata de una técnica característica del siglo XI, si bien no se niega su aparición durante la época califal⁶⁸. La comentada sencillez de las composiciones de nuestros ejemplares podrían servir de argumento para situarlas entre las primeras producciones califales, aunque la ausencia de unas referencias estratigráficas fiables nos llevan a no dar este extremo como seguro.

En suma, nos encontramos ante un conjunto cerámico que viene a completar nuestro conocimiento sobre las producciones de

primera época islámica en la costa oriental andaluza. En nuestro caso hemos advertido la asociación de formas de época emiral, concretamente de un momento avanzado, con otras datables en época califal. Por otra parte, no puede olvidarse que los paralelos utilizados se asocian a centros productores, asociados a un incipiente urbanismo andalusi y al desarrollo de las actividades artesanales y comerciales. El hecho de que este grupo cerámico represente la primera muestra material de la recuperación del habitat en la zona alta de Almuñécar a fines de la etapa altomedieval creemos es suficientemente significativo al respecto.

NOTAS

- 1 Proyecto encuadrado en el plan de Arqueología Urbana de la Junta de Andalucía.
- 2 F. MOLINA FAJARDO: «Informe sobre la excavación arqueológica realizada en el yacimiento arqueológico Cueva de los Siete Palacios», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1986*, II, Sevilla, 1987, p. 366.
- 3 Intervención efectuada por el ayuntamiento de Almuñécar.
- 4 A. GOMEZ BECERRA: «Las murallas islámicas de Almuñécar (Granada)», *Arqueología y territorio medieval*, 3, 1996.
- 5 A. GOMEZ BECERRA: «Almuñécar en el tránsito de la Antigüedad a la Edad Media», *Florentia Iliberritana. Revista de Estudios clásicos de la Universidad de Granada*, 4-5, 1993-1994.
- 6 M. SANCHEZ MARTINEZ: «La Cora de Ilibira (Granada y Almería) en los siglos X y XI, según al-'Udrī (1003-1085)», *Cuadernos de Historia del Islam*, 7, (1975-1976), p. 57.
- 7 P. CRESSIER, M^a. M. RIERA FRAU y G. ROSELLO-BORDOY: «La cerámica tardío almohade y los orígenes de la cerámica nasrí», en *A Cerámica no Mediterrâneo Ocidental*, (Lisboa, 1987), Mértola, 1991, pp. 215-246.
A. MALPICA CUELLO y A. GOMEZ BECERRA: *Una cala que llaman La Rijana. Arqueología y paisaje*, Granada, 1991.
A. GOMEZ BECERRA: *El Maraute. Un asentamiento medieval en la costa de Granada*, Motril, 1992.
- 8 A. GOMEZ BECERRA: «Cerámica a torneta procedente de El Maraute (Motril). Una primera aproximación a la cerámica altomedieval de la costa granadina», en A. MALPICA CUELLO (ed.): *La cerámica altomedieval en el Sur de al-Andalus*, Granada, 1993.
- 9 G. ROSELLO-BORDOY: *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca, 1978, p. 87. y *El nombre de las cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*, Palma de Mallorca, 1991, p. 168.
- 10 G. ROSELLO-BORDOY: *Ensayo de sistematización...*, pp. 67-68.
- 11 Sonia GUTIERREZ LLORET: *Cerámica común paleoandalusí del sur de Alicante (siglos VII-X)*, Alicante, 1988, p. 173.
- 12 Julio NAVARRO PALAZON: *La cerámica islámica en Murcia. Catálogo*, Murcia, 1986, n^o. 49, 142, 279, 281 y 675-678.
- 13 Francisco CASTILLO GALDEANO y Rafael MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas en Ba'ÿyāna», en A. MALPICA CUELLO (ed.): *La cerámica altomedieval...*, lám. XIII, 1-4 y en especial 7.
A. GOMEZ BECERRA: *El Maraute...*, p. 43.

- M.R. NAVARRO LARA: «La cerámica de Marmuyas», *Cuadernos de La Alhambra*, nº 27, 1991, pp. 27-63, fig. 7
- Manuel ACIEN ALMANSA: «Cerámica a torno lento en Bezmiliana. Cronología, tipos y difusión», *I Congreso de Arqueología Medieval Española*, (Huesca, 1985), Zaragoza, 1986, t.IV, p. 243.
- 14 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. XIII, 5.
- 15 Encarnación MOTOS GUIRAO: «La cerámica altomedieval de El Castillón (Montefrío, Granada)», en A. MALPICA CUELLO (ed.): *La cerámica altomedieval...*, fig. 1; 1 y 2.
- 16 C. CANO PIEDRA: «Estudio sistemático de la cerámica de Madīnat Ilbīra», *Cuadernos de la Alhambra*, 26, 1990, fig. 5 (nº 773).
- 17 M. ACIEN ALMANSA y R. MARTINEZ MADRID: «Cerámica islámica arcaica del sureste de al-Andalus», *Boletín de Arqueología Medieval*, 3, 1989, p. 131, fig. 5;4.
- 18 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. II, 1 y 2.
- 19 E. MOTOS GUIRAO: «La cerámica altomedieval de El Castillón (Montefrío, Granada)», fig. 3; 10 y 14.
- 20 A. GOMEZ BECERRA. *El Maraute (Motril)...*, pp. 79-80 (piezas 80-82).
- 21 G. ROSELLO-BORDOY: *El nombre de las cosas...*, p. 169.
- 22 A. GOMEZ BECERRA: *El Maraute (Motril)*, pp. 47-48; (pieza 19).
- 23 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. III, 4 y lám. XIV, 5-6.
- 24 *Ibidem*, lám. XIV, 7.
- 25 M^{ra}. Carmen IÑIGUEZ SANCHEZ y José F. MAYORGA MAYORGA: «Un alfar emiral en Málaga», en A. MALPICA CUELLO (ed.): *La cerámica altomedieval...*, lám. 9, 7-8.
- 26 S. GUTIERREZ LLORET: «Panecillos, hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pan en al-Andalus: el hornillo (*tannūr*) y el plato (*tābag*)», *Lvcentvm*, IX-X, 1990-91, pp. 171 y ss.
- 27 S. GUTIERREZ LLORET: «Panecillos, hogazas y fogones portátiles...», p. 171.
- 28 *Ibidem*, p. 172.
- 29 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. XIV, 4.
- 30 A. GOMEZ BECERRA. *El Maraute (Motril)...*, piezas 21-25.
- 31 P. CRESSIER, M^{ra}. M. RIERA FRAU y G. ROSELLO-BORDOY: «La cerámica tardo almohade y los orígenes de la cerámica nasrī», p. 21.
- 32 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. XX, 1-4 (en especial nº 4).
- 33 A. GOMEZ BECERRA: *El Maraute (Motril)...*, pieza nº 88.
- 34 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. XII, 2.
- 35 C. CANO PIEDRA: «Estudio sistemático de la cerámica de Madīnat Ilbīra», *Cuadernos de la Alhambra*, vol. 26, 1990, pp. 30-31, fig. 7.
- 36 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ DELGADO: «Producciones cerámicas...», lám. XIV, 4-9.
- 37 C. CANO PIEDRA: «Estudio sistemático...», pp. 25-26 y fig. 1.a.
- 38 A. GOMEZ BECERRA: «Un conjunto de cerámica califal procedente de la catedral de Granada», *Cuadernos de la Alhambra*, 29, 1993 (en prensa).
- 39 Hay que señalar que la aparición de atafiores sin vidriar no es rara en el cercano yacimiento de Bezmiliana (M. ACIEN ALMANSA y R. MARTINEZ MADRID: «Cerámica islámica arcaica...», p. 128).
- 40 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», p. 108, fig. XVII, 1.
- 41 A. GOMEZ BECERRA: *El Maraute (Motril)...*, nº 177.
- 42 Cfr. Manuel RETUERCE y Juan ZUZAYA: «Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos», *III Congreso internazional sulla ceramica medievale nel Mediterraneo Occidentale* (Siena-Faenza, 1984), Firenze, 1986, fig. 15; 10 y fig. 24.
- 43 José ESCUDERO ARANDA: «Producciones cerámicas en Madīnat al-Zahrā: la cerámica en verde y manganeso», *Cuadernos de Madīnat al-Zahrā*, II, 1991, pp. 127-125.
- M. BARCELO: «*al-Mulk*, el verde y el blanco. La vajilla califal omeya de Madīnat al-Zahrā», en A. MALPICA CUELLO (ed.): *La cerámica altomedieval...*, pp. 291-299.
- 44 C. CANO PIEDRA: «Estudio sistemático...», p. 28, lám. 17, fig. 5 (nº 2077).
- 45 G. ROSELLO-BORDOY: «Las cerámicas de primera época: algunas observaciones metodológicas», en A. MALPICA CUELLO: *La cerámica altomedieval...*, p. 23.
- 46 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. XVIII, 3.
- 47 M. ACIEN ALMANSA y R. MARTINEZ MADRID: «Cerámica islámica arcaica...», fig. 3, 9.
- 48 A. GOMEZ BECERRA: *Cerámica islámica en Salobreña*, pieza nº 1 (en prensa).
- 49 M. C. IÑIGUEZ SANCHEZ y J. F. MAYORGA MAYORGA: «Un alfar emiral en Málaga», pp. 128-129, lám. 6; 8.
- 50 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. VI, 13 y lám. XVIII, 4.
- 51 A. GOMEZ BECERRA: «Un conjunto de cerámica califal...».
- 52 G. ROSELLO-BORDOY: *El nombre de las cosas...*, p. 166.
- 53 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», p. 108.
- 54 M. C. IÑIGUEZ SANCHEZ y J. F. MAYORGA MAYORGA: «Un alfar emiral en Málaga», pp. 126-128, lám. 5; 1-14.
- 55 *Ibidem*.
- 56 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», lám. VIII, 2.
- 57 M. ACIEN ALMANSA y R. MARTINEZ MADRID: «Cerámica islámica arcaica...», p. 131, fig. 4; 3.
- 58 A. MALPICA CUELLO y A. GOMEZ BECERRA: *Una sala que llaman La Rijana...*, p. 76.
- A. GOMEZ BECERRA: *El Maraute (Motril)...*, p.129.

- 59 G. ROSELLO-BORDOY: *El nombre de las cosas...*, p. 164.
- 60 M. ACIEN ALMANSA: «Cerámica a torno lento...», fig.10; 1.
- 61 C. CANO PEIDRA: «Estudio sistemático...», p. 30, fig. 5.
- 62 S. GUTIERREZ LLORET: «Panes, hogazas y fogones portátiles...», p. 168, fig. 7, 3.
G. ROSELLO-BORDOY: *El nombre de las cosas...*, p. 171.
- 63 M. ACIEN ALMANSA: «La cultura material de época emiral en el sur de al-Andalus. Nuevas perspectivas», en A. MALPICA CUELLO (ed.): *La cerámica altomedieval...*, p. 169.
- 64 F. CASTILLO GALDEANO y R. MARTINEZ MADRID: «Producciones cerámicas...», p. 101.
- 65 M. ACIEN ALMANSA: «Hornos alfareros de época califal en el yacimiento de Bezmiliana», *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée occidentale* (Madrid, 1987), Madrid, 1990, pp. 13-27.
- 66 C. CANO PIEDRA: «La cerámica de Madīnat Ibīra», en A. MALPICA CUELLO (ed.): *La cerámica altomedieval...*, pp. 282-283.
- 67 M^a. J. MORENO GARRIDO: «La cerámica de cuerda seca peninsular: origen y dispersión», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, t. III, Madrid, 1987, p. 41.

C A T A L O G O

1

Nº inventario: CSP.93.4.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torneta. Alisado. Pasta oscura centro. Pasta rojiza exterior. Desgrasante mineral grueso (cuarcita).

Morfología: Inicio base plana. Cuerpo cilíndrico. Labio redondo. 1 mamelón de disposición horizontal.

Decoración:

Observaciones: Huellas fuego exterior.

2

Nº inventario: CSP.93.1.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torneta. Alisado. Pasta rojiza. Desgrasante mineral grueso (Mica). Engobe.

Morfología: Cuerpo cilíndrico envasado. Labio redondo engrosado al interior. Conserva arranque superior de 1 asa de puente.

Decoración:

Observaciones: Huellas fuego exterior.

3

Nº inventario: CSP.93.6.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior. Desgrasante mineral grueso-medio (mica. cuarzo). Engobe rojizo.

Morfología: Cuerpo globular. Cuello exvasado. Labio redondo. Conserva 1 asa de puente completa.

Decoración:

Observaciones: Huellas fuego exterior e interior del labio.

4

Nº inventario: CSP. 93.6.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior. Desgrasante mineral grueso-medio (mica. cuarzo. calcita). Engobe exterior

Morfología: Cuerpo globular. Cuello exvasado. Labio redondo. Conserva arranque de 1 asa de puente.

Decoración:

Observaciones: Huellas fuego exterior.

5

Nº inventario: CSP. 93.1.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante mineral medio (mica. calcita). Engobe rojo oscuro.

Morfología: Inicio cuerpo globular. Cuello exvasado. Labio redondo.

Decoración:

Observaciones:

6

Nº inventario: CSP. 93.1.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Pasta gris. Desgrasante mineral medio-grueso (cuarzo. mica). Engobe oscuro.

Morfología: Inicio cuerpo globular. Cuello exvasado. Labio redondo.

Decoración: Trazos cortos de pintura blanca.

Observaciones:

7

Nº inventario: CSP. 93.1.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Pasta gris centro y cara interior. Pasta parda en cara exterior.

Morfología: Cuerpo globular. Cuello ligeramente exvasado. Labio redondo con pico vertedor.

Decoración: Restos de pintura blanca en el borde. Posibles trazos verticales

Observaciones: Huellas de fuego exterior e interior.

8

Nº inventario: CSP. 93.4.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Acanaladuras en exterior. Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior-interior. Desgrasante grueso (mica. cuarzo).

Morfología: Cuerpo globular. Borde exvasado. Labio engrosado al interior.

Decoración:

Observaciones: Huellas fuego exterior.

9

Nº inventario: CSP. 93.3.

Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Pasta rojiza interior. Pasta gris superficie exterior. Desgrasante mineral grueso-medio (cuarzo. mica). Engobe pardo interior. Engobe oscuro exterior.

Morfología: Inicio cuerpo globular. Cuello exvasado. Labio redondo.

Decoración:

Observaciones:

10

Nº inventario: CSP. 93.8.

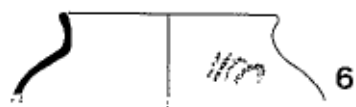
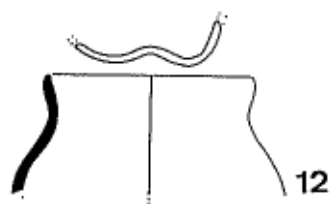
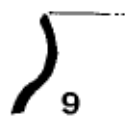
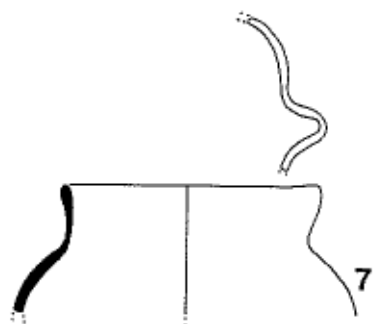
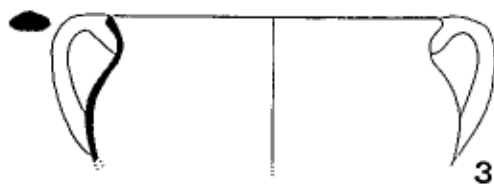
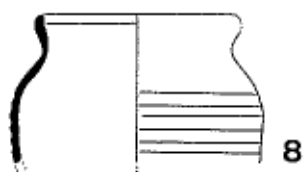
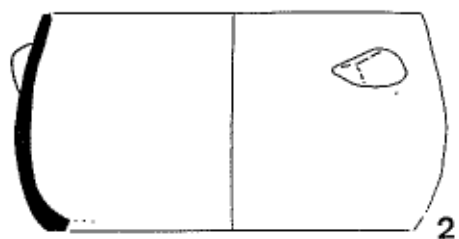
Tipo: Marmita.

Técnica: Torno. Pasta gris interior. Pasta rojiza exterior. Desgrasante grueso-medio (mica. cuarzo).

Morfología: Cuerpo globular. Cuello con escotadura. Labio engrosado. Conserva 1 asa de puente.

Decoración:

Observaciones: Huellas fuego exterior y fondo interior.



11

Nº Inventario: CSP. 93.3.**Tipo:** Marmita.**Técnica:** Torno. Estriado exterior. Pasta gris superficie interior. Pasta rojiza superficie exterior. Desgrasante mineral medio-grueso (mica, cuarzo). Engobe oscuro exterior.**Morfología:** Cuerpo globular. Cuello acanalado. Labio ligeramente engrosado. Conserva 1 asa de puente.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego exterior.

12

Nº Inventario: CSP. 93.8.**Tipo:** Marmita.**Técnica:** Torno. Pasta gris exterior. Pasta rojiza interior. Desgrasante grueso medio-grueso (mica, cuarzo). Engobe oscuro exterior.**Morfología:** Cuerpo globular. Cuello exvasado. Labio redondo. Borde redondo.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego interior y exterior.

13

Nº Inventario: CSP.93.**Tipo:** Marmita.**Técnica:** Torno. Pasta rojiza. Desgrasante mineral medio (mica, cuarzo, calcita). Engobe oscuro exterior. Engobe pardo interior.**Morfología:** Inicio cuerpo. Cuello recto, ligeramente envasado. Labio plano.**Decoración:** Restos de pintura blanca. Posible banda de líneas horizontales.**Observaciones:**

14

Nº Inventario: CSP. 93.8.**Tipo:** Marmita.**Técnica:** Torno. Improntas del cordel de separación al torno. Pasta gris. Desgrasante mineral grueso-medio (cuarzo, mica). Engobe pardo interior. Engobe oscuro exterior.**Morfología:** Base convexa, ligeramente ensanchada.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego exterior.

15

Nº Inventario: CSP. 93.9.**Tipo:** Marmita ?**Técnica:** Torno. Pasta gris superficie interior. Pasta rojiza exterior. Desgrasante mineral medio (mica, cuarzo). Engobe pardo.**Morfología:** Base plana, ligeramente ensanchada. Inicio cuerpo.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego exterior e interior.

16

Nº Inventario: CSP. 93. 3.**Tipo:** Indeterminado.**Técnica:** Torno. Improntas del cordel de separación al torno. Agujero central realizada tras la cocción. Pasta gris. Desgrasante grueso-medio (cuarzo, mica).**Morfología:** Base plana, con una ligera acanaladura.**Decoración:****Observaciones:**

17

Nº Inventario: CSP. 93.10.**Tipo:** Cazuela**Técnica:** Torneta ? . Pasta gris. Desgrasante mineral grueso (abundancia de cuarzo). Engobe pardo.**Morfología:** Cuerpo cilíndrico envasado. Labio en ala interior. Conserva 1 asa de puente completa**Decoración:** Pintura blanca. 2 bandas de trazos horizontales.**Observaciones:** Huellas fuego exterior.

18

Nº Inventario: CSP. 93.4.**Tipo:** Cazuela.**Técnica:** Torno. Pasta gris. Desgrasante mineral medio-grueso (mica, cuarzo).**Morfología:** Cuerpo troncocónico invertido. Cuello entallado. Labio plano engrosado.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego exterior.

19

Nº Inventario: CSP. 93.4.**Tipo:** Cazuela.**Técnica:** Torno. Alisado (retorneado?). Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior-interior. Desgrasante mineral medio-grueso (mica, cuarzo).**Morfología:** Inicio cuerpo exvasado. Borde exvasado. Moldura unión borde-cuerpo. Labio plano. Conserva 1 asa de puente.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego exterior.

20

Nº Inventario: CSP. 93.**Tipo:** Cazuela.**Técnica:** Torno. Pasta rojiza. Desgrasante mineral medio-grueso (mica, cuarzo, calcita).**Morfología:** Base plana. Cuerpo troncocónico invertido. Borde recto. Moldura unión borde-cuerpo. Labio apuntado. Conserva 1 asa de puente.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego exterior y fondo interior.

21

Nº Inventario: CSP.93.**Tipo:** Cazuela.**Técnica:** Torno. Pasta rojiza. Desgrasante mineral grueso-medio (cuarzo, mica).**Morfología:** Cuerpo troncocónico invertido. Borde exvasado. Moldura unión borde-cuerpo. Labio apuntado.**Decoración:** Restos de pintura blanca en el borde.**Observaciones:** Huellas de fuego exterior e interior.

22

Nº Inventario: CSP. 93.4.**Tipo:** Cazuela.**Técnica:** Torno. Pasta gris superficie interior. Pasta rojiza superficie exterior. Desgrasante mineral medio-grueso (cuarzo, mica). Engobe.**Morfología:** Inicio cuerpo troncocónico invertido. Borde exvasado. Moldura unión borde-cuerpo. Labio redondo.**Decoración:****Observaciones:**

23

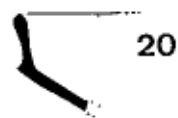
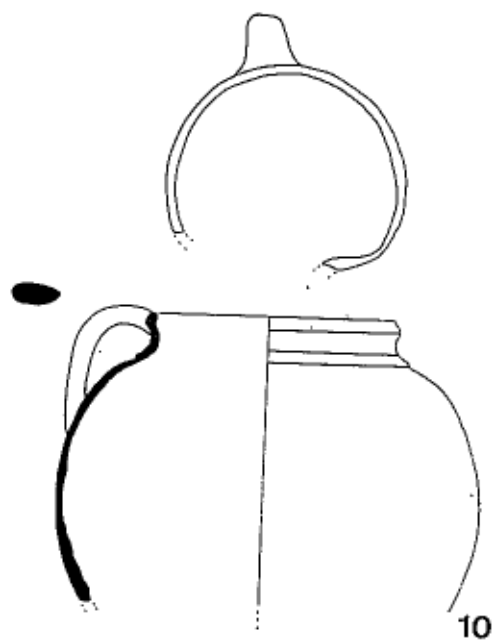
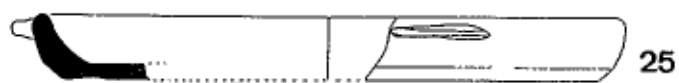
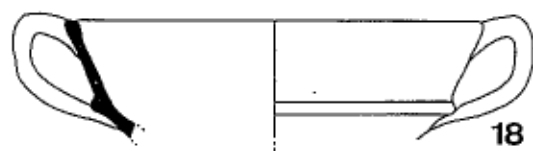
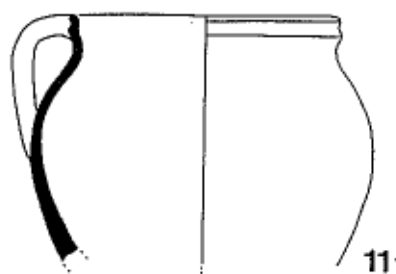
Nº Inventario: CSP. 93.4.**Tipo:** Cazuela.**Técnica:** Torno. Estriado interior. Pasta gris-negra, con alguna tonalidad rojiza en la superficie exterior. Desgrasante mineral grueso-medio (cuarzo-mica).**Morfología:** Cuerpo troncocónico invertido. Borde exvasado. Moldura unión borde-cuerpo con una ligera incisión. Labio apuntado. Conserva 1 asa de puente.**Decoración:****Observaciones:** Huellas fuego exterior e interior en zona de borde.

24

Nº Inventario: CSP. 93.4.**Tipo:** Cazuela.**Técnica:** Torno. Pasta rojiza. Desgrasante mineral grueso (cuarzo-mica). Restos de engobe.**Morfología:** Inicio cuerpo troncocónico (?). Borde recto. Labio plano engrosado.**Decoración:****Observaciones:**

25

Nº Inventario: CSP. 93.2.**Tipo:** Plato/*fabāg***Técnica:** Torneta. Fuerte alisado por ambas caras (frecuente desplazamiento de desgrasante en el fondo). Huellas de separación de la torneta por presión de algún objeto. Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior-interior. Desgrasante grueso (mica, cuarzo). Engobe oscuro en el exterior del cuerpo.



Morfología: Base plana. Cuerpo cilíndrico. Labio redondeado

Decoración:

Observaciones:

26

Nº Inventario: CSP. 93.2.

Tipo: Alcadafe.

Técnica: Torno. Bruñido superficie interior. Pasta rojiza. Desgrasante mineral grueso-medio (mica).

Morfología: Cuerpo troncocónico invertido. Borde exvasado. Labio redondo engrosado formando cama.

Decoración:

Observaciones:

27

Nº Inventario: CSP. 93.5.

Tipo: Alcadafe.

Técnica: Torno. Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior-interior. Desgrasante mineral fino.

Morfología: Cuerpo troncocónico invertido. Labio redondo exvasado formando cama.

Decoración:

Observaciones:

28

Nº Inventario: CSP.93.10.

Tipo: Candil de piquera.

Técnica: Torno. Pasta clara. Desgrasante fino. Engobe claro.

Morfología: Base plana. Cazoleta troncocónica invertida. Gollete cilíndrico, ensanchado en su base. Arista en unión cazoleta-golleta. Borde exvasado. Arranques de asa exterior.

Decoración:

Observaciones: Huellas fuego en gollete y asa. Concreciones calcáreas.

29

Nº Inventario: CSP. 93.4.

Tipo: Candil de piquera.

Técnica: Torno. Pasta clara-rojiza, con zonas en gris. Desgrasante medio (cuarzo, mica). Espatulado en la base.

Morfología: Base plana. Cazoleta discoide. Arranque del asa.

Decoración:

Observaciones:

30

Nº Inventario: CSP. 93.5.

Tipo: Candil de piquera.

Técnica: Mano. Pasta clara-rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.

Morfología: Piquera de candil.

Decoración:

Observaciones:

31

Nº Inventario: CSP. 93.4.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Estrias de retorneado. Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior-interior. Desgrasante mineral medio (mica). No vidriada.

Morfología: Base plana. Cuerpo concoide. Labio redondo.

Decoración:

Observaciones:

32

Nº Inventario: CSP. 93.6.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado en interior y exterior.

Morfología: Inicio base plana. Cuerpo concoide. Labio redondo.

Decoración: Manganeso y cobre sobre fondo melado. Motivo vegetal esquemático: «flor de loto».

Observaciones:

33

Nº Inventario: CSP. 93.4.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado interior y exterior.

Morfología: Cuerpo concoide. Labio redondo engrosado.

Decoración: Trazos de manganeso sobre fondo melado.

Observaciones:

34

Nº Inventario: CSP. 93.6.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta clara. Desgrasante fino. Vidriado melado-verde exterior.

Morfología: Base plana con repie anular. Inicio cuerpo de paredes curvadas.

Decoración: Verde y manganeso sobre fondo blanco. Motivo indeterminado.

Observaciones:

35

Nº Inventario: CSP. 93.2.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta clara. Desgrasante fino. Vidriado melado.

Morfología: Base plana con repié anular. Inicio cuerpo.

Decoración: Manganeso y cobre sobre fondo melado. Motivo epigráfico incompleto: *al-mulk*.

Observaciones:

36

Nº Inventario: CSP. 93.1.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta rojiza-gris. Desgrasante fino. Vidriado melado.

Morfología: Base plana.

Decoración: Trazos convergentes de manganeso (bajo vedrio melado ?).

Observaciones:

37

Nº Inventario: CSP. 93.2.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado-amarillo.

Morfología: Base plana. Inicio cuerpo.

Decoración:

Observaciones:

38

Nº Inventario: CSP. 93.2.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado-verde.

Morfología: Base plana con repié anular. Inicio cuerpo.

Decoración: Trazos convergentes de manganeso.

Observaciones: Vidriado pasado de fuego.

39

Nº Inventario: CSP. 93.1.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.

Morfología: Base plana. Inicio cuerpo de paredes curvadas.

Decoración: Manganeso y cobre sobre fondo melado.

Observaciones:

40

Nº Inventario: CSP. 93. 2.

Tipo: Ataifor.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.

Morfología: Base plana con repié. Inicio cuerpo.

Decoración:

Observaciones:

41

Nº Inventario: CSP. 93.4.

Tipo: Taza.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.

Morfología: Cuerpo cilíndrico. Labio plano. 1 asa de puente con apéndice en zona superior.

Decoración:

Observaciones:

42

Nº Inventario: CSP. 93.1.

Tipo: Jarrillo.

Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.



26



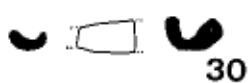
29



27



28



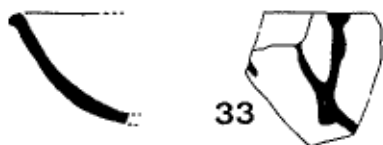
30



31



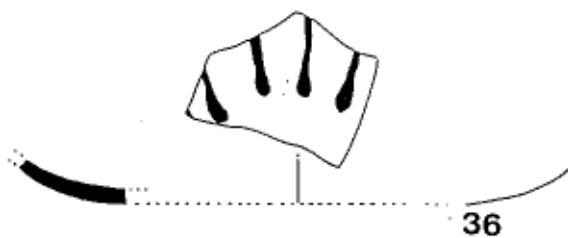
32



33



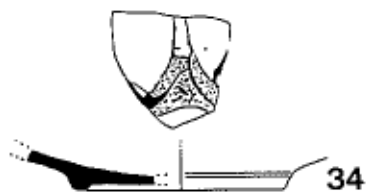
37



36



38



34



39



35



40

Morfología: Cuerpo cilíndrico. Cuello cilíndrico. Labio redondo. Conserva 1 asa de puente.
Decoración: Acanalamiento del cuerpo. Moldura en cuello.
Observaciones:

43

Nº Inventario: CSP. 93.4.
Tipo: Jarrita-o ?.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.
Morfología: Base plana. Inicio cuerpo cilíndrico. Arranque asa inferior.
Decoración:
Observaciones:

44

Nº Inventario: CSP. 93.4.
Tipo: Jarrita-o.
Técnica: Torno. Acanaladuras exteriores. Pasta clara-parda. Desgrasante medio-groeso (cuarzo. mica).
Morfología: Base plana. Cuerpo globular. Cuello cilíndrico.
Decoración: Trazos horizontales de pintura blanca.
Observaciones.

45

Nº Inventario: CSP. 93.2.
Tipo: Jarrita/o.
Técnica: Torno. Pasta parda. Desgrasante medio (mica). Engobe.
Morfología: Cuello cilíndrico. Labio redondo engrosado.
Decoración:
Observaciones.

46

Nº Inventario: CSP. 93.7.
Tipo: Jarrita/o.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante medio (mica. cuarzo). Engobe.
Morfología: Inicio cuerpo globular. Cuello cilíndrico exvasado. Labio redondo.
Decoración:
Observaciones:

47

Nº Inventario: CSP. 93.
Tipo: Jarrita-o.
Técnica: Torno. Pasta clara. Desgrasante fino.
Morfología: Cuerpo cilíndrico de escaso desarrollo. Cuerpo cilíndrico. Labio redondo.
Decoración: Trazo manganeso.
Observaciones:

48

Nº Inventario: CSP. 93.8.
Tipo: Jarrita/o ?.

Técnica: Torno. Pasta gris centro. Pasta parda exterior-interior. Desgrasante mineral medio (cuarzo. mica).

Morfología: Base plana. Cuerpo globular. Inicio cuello de paredes exvasadas.

Decoración:
Observaciones:

49

Nº Inventario: CSP. 93.4.
Tipo: Jarrito.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante mineral medio (mica. calcita. otros).
Morfología: Base plana. Cuerpo piriforme. Cuello exvasado. Labio redondo. Borde trebolado. Arranque inferior de asa.
Decoración: Trazos horizontales de pintura blanca.
Observaciones:

50

Nº Inventario: CSP. 93.1.
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta clara. Desgrasante fino. Vidriado melado: tonalidad achocolatada exterior y melado interior.
Morfología: Cuerpo globular. Inicio cuello cilíndrico.
Decoración:
Observaciones:

51

Nº Inventario: CSP. 93.4
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.
Morfología: Parte superior cuello cilíndrico. Borde trebolado.
Decoración:
Observaciones:

52

Nº Inventario: CSP. 93.
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino.
Morfología: Parte superior de cuello cilíndrico. Labio redondeado.
Decoración: Moldura en cuello y borde
Observaciones:

53

Nº Inventario: CSP. 93.2
Tipo: Redoma/botella.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado interior.
Morfología: Cuerpo piriforme.
Decoración: Verde y manganeso sobre fondo blanco. Cenefa.
Observaciones:

54

Nº Inventario: CSP. 93.1.
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante fino. Vidriado melado.
Morfología: Base plana. Cuerpo de paredes curvas.
Decoración: Trazos verticales de manganeso.
Observaciones:

55

Nº Inventario: CSP. 93. 4.
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante mineral medio (cuarzo. mica).
Morfología: Inicio cuerpo. Cuello rectangular. Arranque superior de 1 asa de puente.
Decoración: Moldura en cuello.
Observaciones:

56

Nº Inventario: CSP. 93.4.
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta rojiza. Desgrasante medio (mica. calcita).
Morfología: Borde trebolado.
Decoración: Restos de pintura blanca.
Observaciones:

57

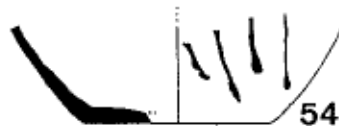
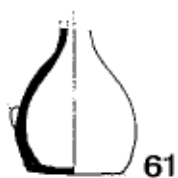
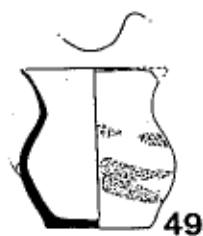
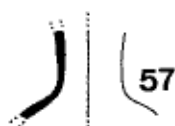
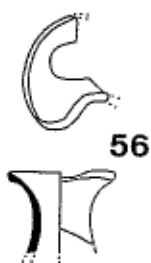
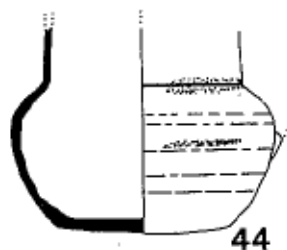
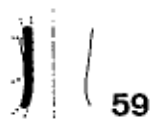
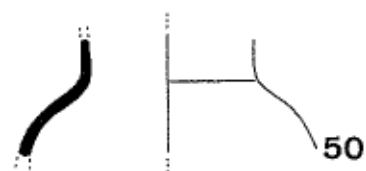
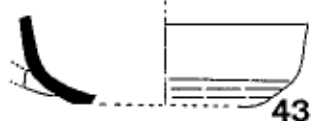
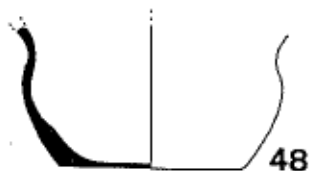
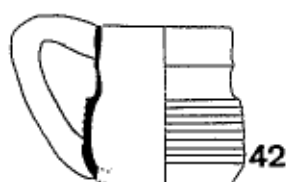
Nº Inventario: CSP. 93.2
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta gris centro. Pasta rojiza exterior-interior. Desgrasante medio-groeso (mica. cuarzo). Engobe.
Morfología: Inicio cuerpo de paredes curvas. Inicio cuello cilíndrico.
Decoración:
Observaciones:

58

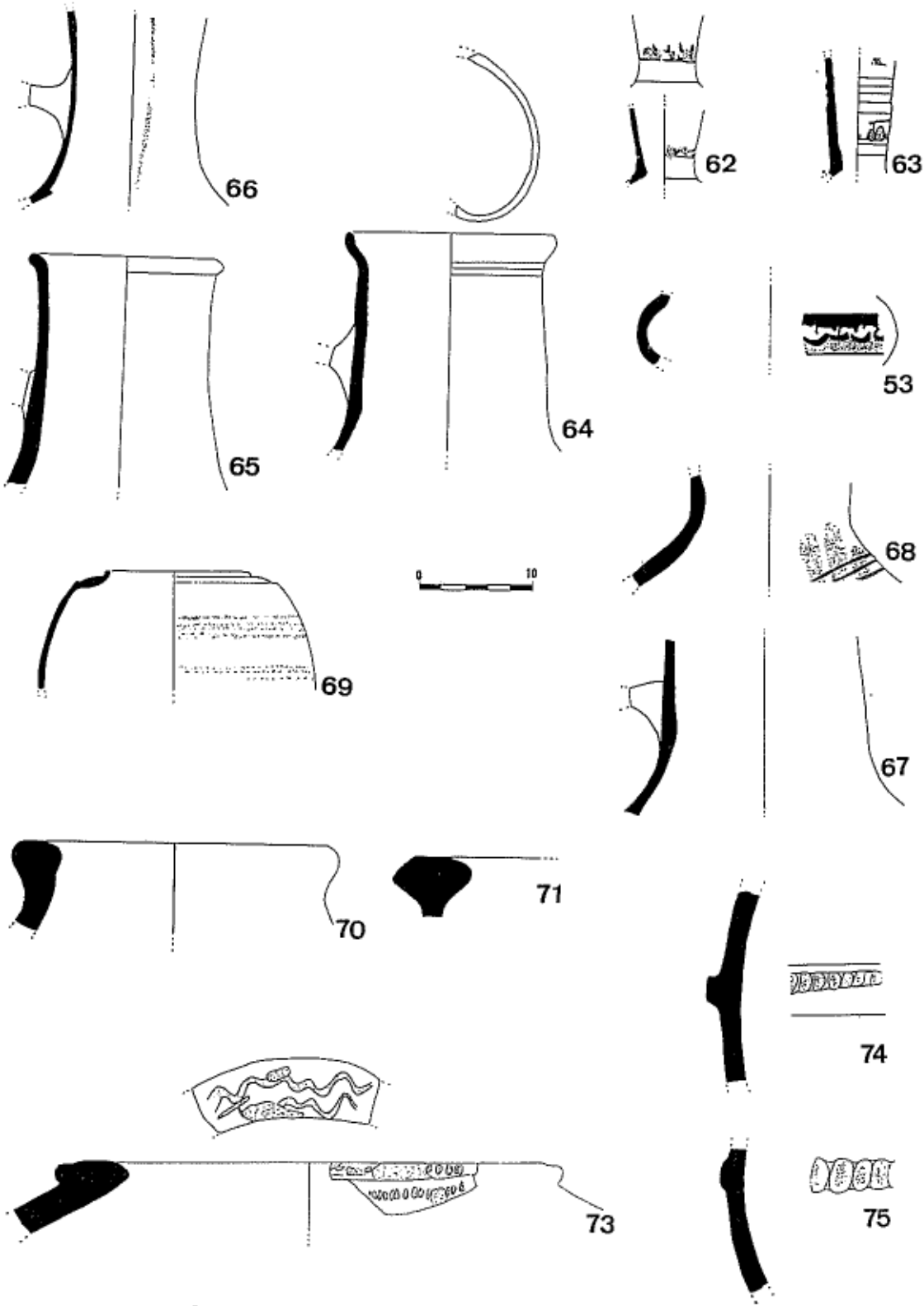
Nº Inventario: CSP. 93.6.
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta gris. Desgrasante medio (cuarzo. mica).
Morfología: Cuello troncocónico invertido. Arranque superior del asa.
Decoración: Moldura.
Observaciones:

59

Nº Inventario: CSP. 93.10.
Tipo: Redoma.
Técnica: Torno. Pasta gris. Desgrasante mineral medio (mica. otros).
Morfología: Cuello cilíndrico. Impronta del arranque superior del asa.
Decoración:
Observaciones:



60**Nº Inventario:** CSP. 93.4.**Tipo:** Redoma.**Técnica:** Torno. Pasta rojiza exterior. Pasta gris interior. Desgrasante grueso-medio (mica, cuarzo). Engobe pardo exterior. Engobe rojizo interior.**Morfología:** Base plana. Cuerpo piriforme incompleto.**Decoración:****Observaciones:****61****Nº Inventario:** CSP. 93.4.**Tipo:** Redoma.**Técnica:** Torno. Alisado. Pasta gris-negra. Desgrasante mineral medio (calcita, mica, cuarzo).**Morfología:** Base plana. Cuerpo piriforme. Inicio cuello. Arranque inferior del asa.**Decoración:****Observaciones:****62****Nº Inventario:** CSP. 93.1.**Tipo:** Redoma-botella (?).**Técnica:** Torno. Pasta clara. Desgrasante fino.**Morfología:** Zona inferior cuello troncocónico invertido. Inicio cuerpo.**Decoración:** Cuerda seca parcial. Serie de puntos con vidrio verde. Línea de manganeso con semicírculos.**Observaciones:****63****Nº Inventario:** CSP. 93.2.**Tipo:** Redoma/botella (?).**Técnica:** Torno. Pasta clara. Desgrasante fino.**Morfología:** Zona inferior cuello troncocónico invertido. Inicio cuerpo.**Decoración:** Cuerda seca parcial. Serie de puntos vidriados en verde unidos por varias líneas de manganeso. En zona superior vidriado verde continuo enmarcado por líneas de manganeso.**Observaciones:****64****Nº Inventario:** CSP. 93.6.**Tipo:** Jarro.**Técnica:** Torno. Pasta rojiza exterior. Pasta gris interior. Desgrasante mineral medio-grueso (mica, cuarzo). Engobe.**Morfología:** Cuello cilíndrico. Borde exvasado con forma trebolada. Arranque superior del asa.**Decoración:** Acanaladuras en zona del borde**Observaciones:****65****Nº Inventario:** CSP. 93.4.**Tipo:** Jarro.**Técnica:** Torno ?. Digitaciones de alfarero en interior. Pasta clara. Desgrasante mineral medio (mica, cuarzo).**Morfología:** Cuello cilíndrico. Labio engrosado. Borde posiblemente con forma trebolada. Arranque superior del asa.**Decoración:****Observaciones:****66****Nº Inventario:** CSP. 93.10.**Tipo:** Jarro.**Técnica:** Torno. Pasta rojiza. Desgrasante medio (mica). Indicios de añadido del cuello al cuerpo.**Morfología:** Cuello cilíndrico. Inicio cuerpo. Arranque superior del asa.**Decoración:** Líneas verticales de pintura blanca.**Observaciones:****67****Nº Inventario:** CSP. 93.6.**Tipo:** Jarro.**Técnica:** Torno. Digitaciones alfarero interior. Pasta clara. Desgrasante mineral medio-grueso (mica, cuarzo, fragmento de cerámica). Engobe claro exterior. Engobe rojizo interior.**Morfología:** Cuello cilíndrico. Arranque superior del asa.**Decoración:****Observaciones:****68****Nº Inventario:** CSP. 93.6.**Tipo:** Jarro-a.**Técnica:** Torno. Pasta gris. Desgrasante medio-grueso (mica, calcita). Engobe pardo.**Morfología:** Unión cuello-cuerpo.**Decoración:** Trazos verticales de pintura blanca en grupos de tres. Incisiones superpuestas.**Observaciones:****69****Nº Inventario:** CSP. 93.3**Tipo:** Orza.**Técnica:** Torno. Pasta gris, parda en su cara interior. Desgrasante medio (mica, otros)**Morfología:** Cuerpo cilíndrico envasado. Borde formando escotadura. Labio plano.**Decoración:** Bandas de pintura blanca sobre engobe oscuro.**Observaciones:****70****Nº Inventario:** CSP. 93.**Tipo:** Tinaja.**Técnica:** Torneta?. Pasta gris. Desgrasante mineral grueso (mica, cuarzo). Engobe rojizo.**Morfología:** Cuello ligeramente envasado. Labios engrosados**Decoración:****Observaciones:****71****Nº Inventario:** CSP. 93.6.**Tipo:** Tinaja ?.**Técnica:** Torneta?. Pasta gris centro. Pasta rojiza interior-exterior. Desgrasante mineral grueso (mica, cuarzo). Engobe.**Morfología:** Borde engrosado.**Decoración:****Observaciones:****72****Nº Inventario:** CSP. 93.1.**Tipo:** Tinaja ?.**Técnica:** Mano. Pasta gris centro. Pasta parda exterior-interior. Engobe.**Morfología:** Borde engrosado.**Decoración:****Observaciones:****73****Nº Inventario:** CSP. 93.1.**Tipo:** Tinaja ?.**Técnica:** Mano. Pasta rojiza. Desgrasante mineral medio (calcita y otros). Engobe rojizo exterior.**Morfología:** Borde plano engrosado.**Decoración:** Impresiones ovales en borde - 2 bandas. Incisiones onduladas en labio.**Observaciones:****74****Nº Inventario:** CSP. 93.6.**Tipo:** Tinaja (?).**Técnica:** Mano. Alisado exterior. Digitaciones alfarero interior. Pasta gris. Desgrasante grueso (cuarzo, mica).**Morfología:** Pared curvada.**Decoración:** Banda aplicada con impresiones.**Observaciones:** Huellas fuego interior.**75****Nº Inventario:** CSP. 93.4.**Tipo:** Tinaja (?).**Técnica:** Mano. Alisado. Pasta gris. Desgrasante mineral grueso (mica, cuarzo). Engobe exterior.**Morfología:** Pared curvada.**Decoración:** Banda aplicada con digitaciones.**Observaciones:**



LOIÇA DOURADA DE MÉRTOLA

SUSANA GÓMEZ*

1. INTRODUÇÃO

O objecto de estudo deste artigo é a loiça dourada de época almóada encontrada nas escavações que o Campo Arqueológico de Mértola tem vindo a desenvolver na Alcáçova do Castelo de Mértola.

Trata-se de um lote relativamente numeroso em relação ao que é conhecido através de outras publicações referentes ao período almóada. É este, precisamente, um dos principais motivos que nos levou a realizar o presente estudo, pois permite dar a conhecer um importante espólio que é, além disso, datado estratigraficamente com relativa segurança.

A metodologia utilizada para a realização do estudo iniciou-se pelo inventário sistemático do lote, conforme a ficha que o Campo Arqueológico de Mértola está a utilizar para a elaboração duma base de dados computarizada de cerâmica (Fig. 1). Esta ficha individualiza em entradas diferentes os distintos elementos caracterizadores duma peça, e pretende ser útil para qualquer tipo de cerâmica. A computarização dos dados é imprescindível para a rápida localização das peças seja qual for o elemento base da procura. A uniformização das descrições de acordo com parâmetros semelhantes a estes, seria de grande utilidade para a divulgação dos espólios cerâmicos.

Tomando como base a dita ficha, elaborou-se o estudo estatístico das formas funcionais, das pastas e das técnicas e dos motivos decorativos de que resultaram distintos grupos cerâmicos. O estudo comparativo destas peças com outras semelhantes no âmbito mediterrânico, juntamente com o estudo topo-estratigráfico do conjunto da cerâmica de Mértola, permitiu-nos determinar a cronologia das peças e o possível local de produção das mesmas.

2. TÉCNICA DE FABRICO DA LOIÇA DOURADA

A loiça dourada é um tipo de cerâmica que pode ser considerada de luxo pelo seu valor decorativo e pelo alto custo e dificuldade na obtenção do efeito de reflexo metálico.

A fórmula de fabrico mais antiga que chegou até nós procedente da Península

* Campo Arqueológico de Mértola.

Ibérica é a que, muito simplificada, recolhe o viajante Enrique Cock das oficinas de Muel em Aragão, na *Relación del viaje de Felipe II para las Cortes de Monzón de 1585*. Mas a receita completa mais antiga que se conserva é de 1785, procedente das oficinas de Manises, em Valência, e que foi dada pelo *alcalde* da dita vila provavelmente para o ministro ilustrado Florida blanca (Gómez Moreno, 1924: 28; González Martí, 1944).

A loiça dourada obtém-se com a aplicação, sobre a peça já cozida duma solução de prata, cobre, peróxido de ferro, cinábrio e enxofre em vinagre. Leva-se novamente ao forno e coze-se sem atingir os 650° e com muito fumo (fogo reductor). Após esta operação, a peça apresenta uma camada escura que é preciso esfregar até aparecer o dourado. Conforme a maior ou menor quantidade de prata ou cobre a decoração ficará de cor cinzenta «metálica» (maior quantidade de prata), vermelha «metálica» (maior quantidade de cobre) ou dourado (justa proporção) (Gómez Moreno, 1924: 28-29).

Esta cor dourada pode aplicar-se em combinação com outras técnicas decorativas. Uma delas é a chamada loiça dourada policroma que aplica o dourado juntamente com outras cores, nomeadamente com azul, roxo, vermelho, etc. Aparece já no século IX no Próximo Oriente (Martínez, 1975: 60; Philon, 1980: 63-72). Esta técnica foi esquecida durante um longo período de tempo, e só foi recuperada no Mediterrâneo no século XIII, nas produções que combinam branco, dourado e azul em Málaga e posteriormente em Manises, Valência. A combinação mais frequente foi a bicroma, em que se aplica o dourado sobre fundo branco; este tanto pode ser de estanho como de engobe branco (Gómez Moreno, 1940). A

partir do século XII, a esta última técnica junta-se o esgrafitado: com um instrumento pontiagudo levantam-se pequenas partes da camada dourada; normalmente são só linhas incisas que formam motivos fitomórficos muito esquematizados (Martínez, 1975: 74). Também no século XII, e para autores como Gómez-Moreno (1940) já no XI, aplica-se o dourado e branco sobre peças decoradas previamente com relevo a molde.

3. ORIGEM E EVOLUÇÃO

A origem desta técnica decorativa foi muito discutida. Parece claro que o dourado se aplicava sobre vidro já no século VIII no Egipto (Lane, 1965: 14). Mas a mais antiga aplicação sobre cerâmica disputava-se entre vários centros: o Fustat em relação a essas peças de vidro douradas, o Irão pelos achados certamente antigos de Rayy e Susa (Rosen-Ayalon, 1974: 262-277), e a área de Bagdad, cujas produções se encontram em Samarra com data do século IX. A tese mais difundida foi esta última (Gómez-Moreno, 1924: 29-31; Fehervari, 1973: 44; Lane, 1965: 14-16; Martínez, 1975: 58-59) tendo sido confirmada por análises de laboratório (Frierman, Asaro e Michel, 1979) que mostraram a procedência iraquiana dos achados do Egipto (Fustat), Irão (Siraf) e Iraque (Samarra).

No que diz respeito à sua expansão pelo Ocidente, no século IX (856-863 d. C.) a mesquita de Sidi Oqba de Kairawan é decorada com azulejos de origem mesopotâmica (Marçais, 1928; Gómez Moreno, 1924: 29; Migneon, 1929; Lane, 1965: 15; Martínez, 1975: 59; Jenkins, 1980). Mas só no século X, após a queda dos tulúnidas, é que se iniciam as produções egípcias que terão maior pujança no período fatímida (Fehervari, 1973: 49; Lane, 1965: 16). As invasões das tribos árabes Banu Hilal e Banu Sulaym na metade do século XI e o declínio fatímida, serão a origem da dispersão da técnica no Magrebe central. É assim que se encontram as produções da Qal'at dos Banu Hammad e de Bougie na segunda metade do século XI (Camps, 1943: 14; Jenkins, 1980) e mesmo na Península Ibérica (Frothingham, 1951: 12).

O seu aparecimento na Península Ibérica tem sido também objecto de debate. As mais antigas peças de loiça dourada foram encontradas em Madinat al-Zahra e Bobastro (Málaga, Jiménez *et alii*, 1926; Mergelina, 1927), possuindo um estilo decorativo evidentemente oriental, mas que alguns autores consideram poder ser, pelo menos em parte, produção peninsular de oleiros orientais, afirmação que resulta do aspecto das pastas (Gómez Moreno, 1924: 31; Mergelina, 1927: 27; Gómez Moreno, 1940: 385; González Martí, 1944: 313-315; Martínez, 1975: 78). Alguns autores vão mais longe e afirmam mesmo a existência de um centro produtor em Almería no século IX e X, embora sem a justificarem (Llubiá e Almagro, 1962: 13). A origem oriental das peças de Madinat al-Zahra e Bobastro foi contestada por vários investigadores (Camps,

1943: 14; Frothingam, 1951; Zozaya, 1993), embora alguns destes autores considerem de origem peninsular um fragmento procedente de Medinaceli (Soria) (Camps, 1943: 14; Frothingam, 1951), originário possivelmente de Calatayud (Aragão) no século XI segundo Llubí (1967: 65) ou do século XII segundo Martínez (1975: 76). Os últimos estudos realizados não hesitam em apresentar todos estes, e outros achados mais recentes, como produções orientais, algumas abássidas e a maior parte fatímidas (Ettinhausen, 1954; Zozaya, 1980: 273; Valdés, 1985: 313; Zozaya, 1993). No caso mais duvidoso de Medinaceli os paralelos levam mesmo a pensar numa procedência do Egipto no século X (Philon, 1980: 142 e pl. IX; Zozaya, 1980: 273; Gómez, S. P.: 211-212; Zozaya, 1993: 121).

No que diz respeito aos dados oferecidos pelas fontes, este tipo de cerâmica aparece já no formulário notarial de Ibn Mugit (Osma, 1911: 12), embora tão sucintamente que levanta dúvidas. Uma referência mais ampla encontramos-la em Idrisi, segundo o qual este tipo de cerâmica se produzia em Calatayud (Aragão), no século XII, sendo mesmo exportada para longe (Idrisi, 1988: 180). No entanto, alguns autores duvidam da veracidade desta informação (Valdés, 1985: 313) e, de facto, não há, até hoje, nenhuma prova arqueológica que o confirme.

A produção de cerâmica dourada aparece referida, sem dúvidas, nos textos de meados do século XIII: Ibn Sa'íd al-Magribi (1213-1286) diz que se fabricava *mudahhab* (loija dourada) em Murcia, Málaga e Almería, facto que é confirmado nos textos de Ibn Batuta, Ibn al-Jatib e Ahmed al-Umari, datados de meados do século XIV (Gómez Moreno, 1924: 46 e 51; Gómez Moreno, 1940: 389; González Martí, 1944: 315). Foi Gómez Moreno, no artigo de 1940, o primeiro a apresentar provas arqueológicas da sua existência em Málaga já no século XII, facto que foi aceite, em linhas gerais, pela maior parte dos investigadores (Camps, 1943: 15; Frothingam, 1951: 12-15; Martínez, 1975: 77-82; Berti e Tongiorgi, 1986: 315-316; Valdés, 1985: 312-313; Nepoti, 1986: 355). Segundo este autor a loija de fabrico por molde e decorada em dourado produzia-se em Málaga no século XI e inícios do XII. Naquela que não foi fabricada por molde distinguem-se duas séries: uma com dourado vermelho sobre engobe branco, e outra com dourado amarelo sobre cobertura estanhada, as duas produzidas em Málaga no século XII (Gómez Moreno, 1940: 392-398.).

Existem, no entanto, autores que não concordam com a tese de Gómez Moreno. Navarro Palazón afirma que a existência em Málaga, junto a Almería e Murcia, de produção de loija dourada só se encontra confirmada a partir de meados do século XIII, segundo o texto de Ibn Sa'íd al-Magribi. Mas, no caso de Murcia, análises de laboratório confirmaram a produção local de loija dourada que Navarro data, com reservas, do século XII (Navarro, 1986: 143; Picon e Navarro, 1986). Outras análises vieram também confirmar novos centros de produção até agora desconhecidos; é o caso de Jerez de la

Frontera (Martín *et alii*, 1987-1988: 206) e Calatrava la Vieja (Zozaya, Retuerce e Aparicio, 1995).

No que não restam dúvidas é na importância da produção de Málaga a partir de metade do século XIII, com exportações por quase todo o Mediterrâneo, Egipto (Gómez Moreno, 1924: 51; Kuhnel, 1942: 254-257) Itália (Berti e Tongiorgi, 1981 e 1986: 315-316), e mesmo países do norte da Europa (Hurst, 1986: 347-348).

Por último, na primeira metade do século XIV, e acompanhando a progressiva perda do domínio naval do reino nazarita, esta técnica passa à zona do Levante da Península, com as produções de Paterna e Manises, num processo de transferência que já foi analisado por Gómez Moreno (1924: 57-58).

4. A LOIÇA DOURADA DE MÉRTOLA

O lote de loija dourada de Mértola é constituído por 43 peças diferentes, quase todas incompletas, algumas das quais só apenas com um ou dois fragmentos. Mesmo assim distinguem-se vários grupos em função de distintos caracteres intrínsecos, que analisaremos de seguida, nomeadamente a forma funcional, pastas, variantes técnicas decorativas, etc.

4.1. As formas funcionais

Não é muito variado o reportório de formas funcionais de que dispomos, embora apresentem uma certa diversidade tipológica. Contamos com tigelas, terrinas, jarras, jarrinhas e potes, numa percentagem bastante semelhante de formas abertas e fechadas (ver Quadro I).

As tigelas constituem o grupo de peças mais importante. Costumam ter corpo semi-esférico e pé anelar diagonal (CR/DR/0041), mas um exemplar possui corpo bitronco-cônico com carena baixa (CR/DR/0042). O acabamento do bordo é variado: encontramos fragmentos com bordos arredondados, ou em bisel, ou com a aba média ligeiramente descaída.

As terrinas têm bordo arredondado simples, corpo semi-esférico e pé anelar ligeiramente diagonal (CR/DR/0043). O que mais se destaca é o seu tamanho muito reduzido (6 cm. de diâmetro máximo numa e 7 nas outras).

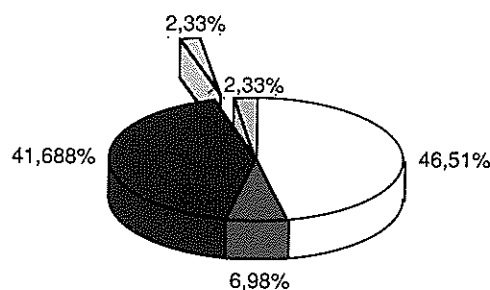
As jarras apresentam-se muito fragmentadas. Destaca-se a existência de duas peças gêmeas, já divulgadas por outros trabalhos (CR/DR/0001 e CR/DR/0002; Torres, 1987), feitas a molde, que constituem a única forma fechada completa de que dispomos. Em linhas gerais podemos afirmar que se trata de jarras de corpo globular, ou com esta tendência, tanto nas peças a molde como nas de fabrico a torno; o colo costuma ser ligeiramente tronco-cônico invertido e o pé anelar ligeiramente diagonal. Os bordos que conhecemos acabam numa aba de tamanho médio ligeiramente descaída, ou num pequeno rebordo triangular. A única jarrinha encontrada (CR/DR/0013) tem características semelhantes às jarras de maior tamanho (corpo globular e colo ligeiramente tronco-cônico invertido).

Um fragmento (CR/DR/0020) foi definido como pote pela sua semelhança com peças completas de Maiorca com esta função. Caracteriza-se por ter pé em bolacha côncava.

4.2. As pastas

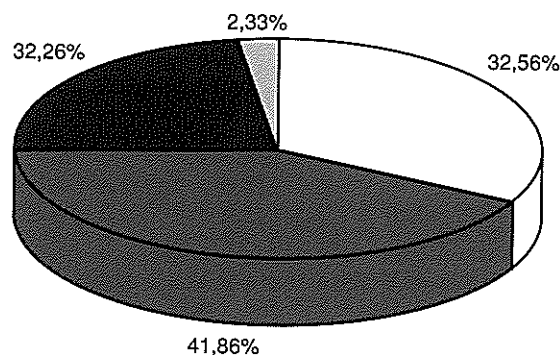
As pastas são relativamente homogêneas, quase todas porosas, existindo três grupos

QUADRO I



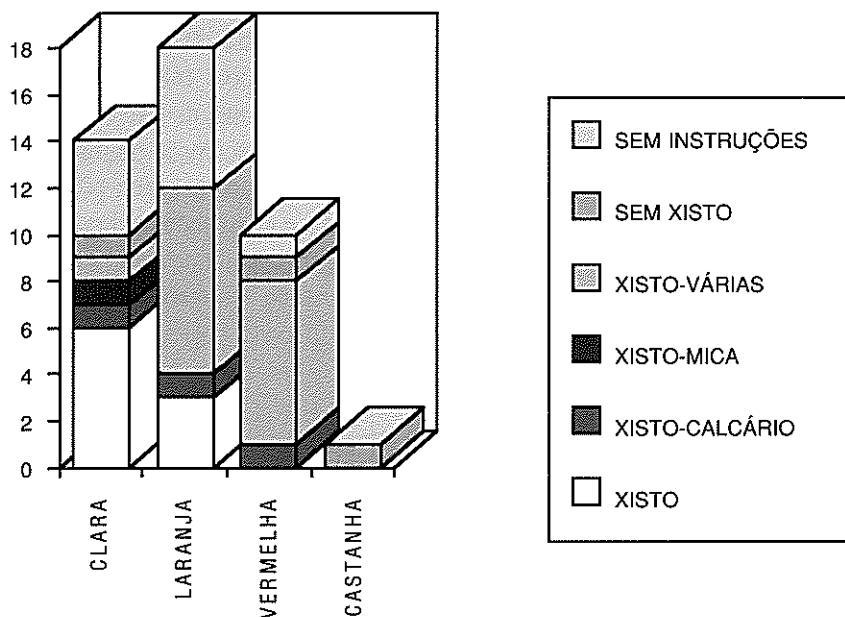
fundamentais: as pastas claras de cor bege ou branco, as alaranjadas-rosadas, e as de cor vermelho forte. Só um caso apresenta cor castanha. (Ver percentagens no Quadro II).

QUADRO II

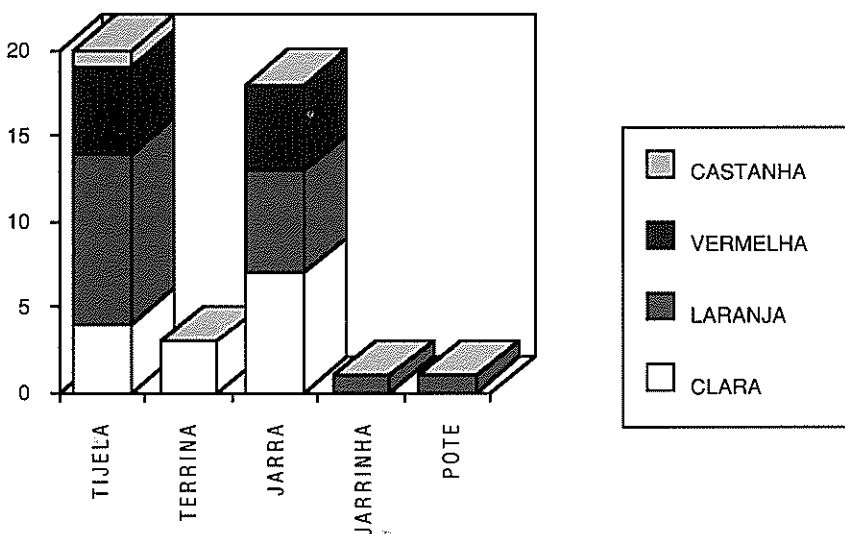


As intrusões visíveis são de tamanho pequeno ou médio e não muito abundantes. O elemento não plástico fundamental é o xisto que predomina em todos os tipos de pasta, acompanhado principalmente de calcário e/ou mica e, ocasionalmente, por chamota e sílica. São muito poucos os casos em que não

aparece algum destes elementos, e neles, ou não se apreciam estas intrusões, ou encontra-se quartzo, mica ou calcário.



No que diz respeito à relação de pastas e formas, as terrinas apresentam pastas claras de tendência rosada. Nas tigelas o predomínio é das alaranjadas e vermelhas, com menor percentagem de pastas claras. Nas formas fechadas a percentagem de pastas claras é maior que nas abertas mesmo que o predomínio seja ainda das alaranjadas e vermelhas.



4.3. Técnicas de fabrico

As técnicas de fabrico neste tipo de cerâmica são bastante uniformes. Inicialmente, distinguem-se dois grupos: peças de fabrico a torno e peças de fabrico por molde. O conjunto de peças de fabrico por molde são poucas; trata-se de cinco jarras, duas delas, de que já falámos, gémeas. Mesmo em tão escassa quantidade distinguem-se dois grupos, as de pasta vermelha, exactamente com a mesma forma e quase a mesma decoração e, um segundo grupo de pastas claras, com decoração em maior relevo e temática mais variada (vegetal e epigráfica). O resto das peças tem fabrico a torno rápido e apresentam toda a variedade de pastas de que antes falávamos.

A cozedura é sempre oxidante, e só um caso apresenta alternância entre oxidação e redução, provavelmente devido a ser uma peça fechada, facto que dificultou a oxidação do interior.

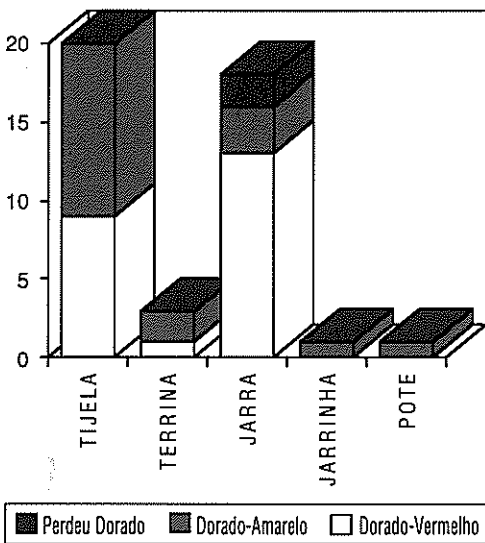
4.4. Técnicas decorativas

Dois grupos podem ser definidos pela técnica decorativa: os que combinam os motivos dourados com a decoração em relevo produzida com molde, e as que apresentam dourado sobre superfícies lisas.

O grupo de jarras a molde de que já falámos, perdeu, na maior parte das peças, o dourado. Nos casos em que ainda o encontramos, este adapta-se aos desenhos definidos pelo molde, e é de tonalidade vermelha, mesmo que nalgumas partes a cor se tenha alterado, tornando-se amarela. Nas zonas com maior superfície de tinta, a decoração é obtida pela combinação de linhas simples esgrafitadas. Os motivos são pouco variados, mesmo tendo em conta que três das peças podem ter saído do mesmo molde.

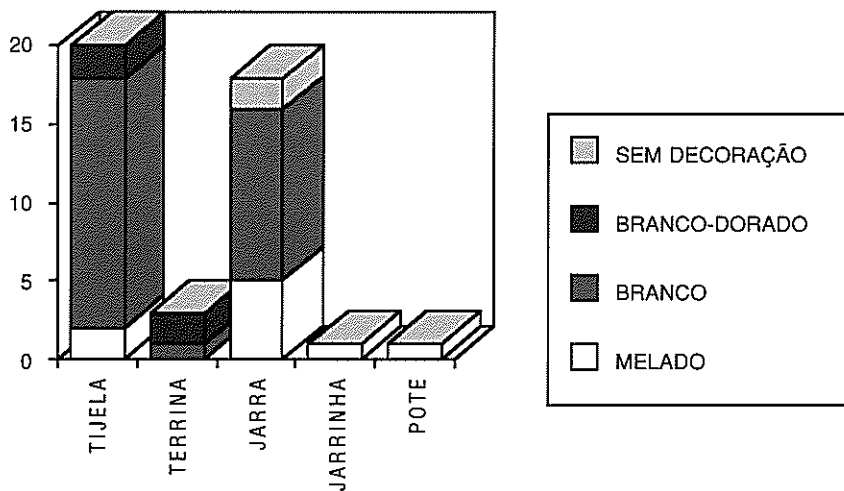
Trata-se de motivos vegetais em composição de *sebqa* a partir de colunas de entrelaços. São também frequentes os motivos de palmetas simétricas. Num caso, onde o molde apresenta relevo mais marcado, os motivos vegetais combinam-se com motivos epigráficos sem qualquer leitura possível. Os aversos do grupo de três peças do mesmo molde são sempre melados enquanto que brancas no resto.

Dentro do conjunto de peças com decoração dourada sobre superfície lisa o grupo maior é aquele cujo dourado apresenta tonalidade vermelha, 53,49% do total de peças, enquanto as de tonalidade amarela, nalgumas partes por vezes esverdeada, representam 41,86% do total. 4,65% correspondem a peças a molde de forma fechada que perderam o dourado. Se relacionamos estes dois grupos com as formas observamos que nas formas fechadas o dourado vermelho (65%) existe em maior quantidade do que nas de dourado amarelo (25%) e 10% correspondem a peças que perderam o dourado. Não se verifica qualquer relação entre as técnicas decorativas e as pastas.



Deste modo as técnicas decorativas vêm confirmar as três séries que Gómez Moreno distinguia (Gómez Moreno, 1940).

No que diz respeito aos reversos das peças, que normalmente são pouco contemplados nos estudos de cerâmica, observamos que são mais frequentes os brancos (65,12% do total), tanto nas formas fechadas (60%) como nas abertas (73,91%). Nas primeiras aparecem também com mais frequência reversos melados (30% das peças fechadas, 20,93% do total) ou sem cobertura alguma (10% das peças fechadas, 4,65% do total). A decoração dourada em reversos só aparece em formas abertas e em pequena percentagem (17,39% nas formas abertas, 9,30 do total), sendo ainda menor a percentagem de reversos melados nestas formas abertas (8,70%).



4.5. Os motivos decorativos

As decorações são pouco variadas. Em linhas gerais trata-se de motivos vegetais que, por vezes, se combinam com motivos epigráficos, e com motivos fitomórficos esgrafitados. A presença de festão é menos frequente.

As composições nas peças fechadas alinham faixas sobrepostas de tendência rectangular, enquanto que nas peças abertas costumam organizar-se em faixas concêntricas, marcadas por uma ou várias linhas de espessura variável que alternam motivos vegetais, motivos fitomórficos esgrafitados e, ocasionalmente, motivos epigráficos.

Mesmo assim, as formas abertas apresentam algumas composições mais elaboradas. Numa delas quatro grandes letreiros circulares com epigrafia cúfica onde se podem ler as palavras *baraka* e *al-yumm*, compartimentam o espaço que é preenchido por pequenos motivos com epigrafia nesgí, onde está inscrita a palavra *al-yumm* e por grupos de quatro motivos ovais entre

as quais aparecem pequenos pedúnculos. No bordo surgem motivos fitomórficos esgrafitados.

Numa outra peça pode encontrar-se uma composição de retícula ampla que desenha grandes quadrados preenchidos com motivos amorfos. Neste caso, como noutros em que o reverso também apresenta motivos, a decoração limita-se a linhas horizontais em número e espessura variável.

Uma outra composição geométrica mostra um hexágono central à volta do qual aparecem linhas entrecruzadas que formam uma estrela de oito pontas de simbologia profiláctica (Souto, 1982). À volta do selo podem observar-se arcos entrecruzados.

Por último, uma peça apresenta um simples esquema radial, antecedente dos que aparecem nas peças malagueñas e de Manises, com decoração em azul e dourado.

5. ESTUDO COMPARATIVO, ESTRATIGRAFIA E CRONOLOGIA

A loiça dourada de molde é um tipo de cerâmica que, segundo Gómez Moreno, se produzia em Málaga no fim do século XI e, segundo outros autores, também no século seguinte no Egipto (Martínez, 1975). As nossas jarras gémeas encontram paralelo muito aproximado numa peça do Instituto Valência Don Juan, encontrada em Córdoba e considerada uma produção malagueña do século XII (Gómez Moreno, 1940: 397). Quanto à peça de motivo epigráfico, existem semelhanças com uma outra peça exposta em Paris no princípio do século, com paralelos em Granada, referenciada por Gómez Moreno (1940: 397 e fig. 19).

Estas cerâmicas de molde foram encontradas em Mértola nos últimos níveis de ocupação anteriores à conquista cristã da vila (níveis superiores do Criptopórtico, contextos fechados do fim da ocupação do bairro almóada). Tudo isto, combinado com o estudo comparativo, convida-nos a pensar que estamos perante peças da segunda metade do século XII, ou mesmo de inícios do século XIII. A sua provável origem situar-se-ia na zona de Málaga, mas com algumas dúvidas, pois também se tem encontrado loiça dourada de fabrico por molde em Jerez de la Frontera (Fernández, 1987), Almería (Duda, 1970), e Silves (Gomes, 1991: 33).

Nas formas fechadas de fabrico por torno, o alto nível de fragmentação dificulta o trabalho de comparação. No caso da peça com o número de inventário CR/DR/0016, o motivo decorativo que aparece no bojo encontra-se com muita frequência em peças de cronologia almóada combinando com outras técnicas decorativas. Em Mértola, encontramos-lo em peças decoradas em manganês sobre melado (Torres, 1987: 57; Torres *et alli*, 1991: 523). Aparece em peças de loiça dourada de molde, provenientes de Málaga e datadas do século XI ou XII (Gómez Moreno, 1940: fig. 18), e também no

Museu Benaki de Atenas, proveniente do Egipto e datado do final do século XI ou princípio do XII (Philon, 1980: fig. 559). Mas a cronologia mais concreta de que dispomos é um *bacino* do primeiro quartel do século XII, originário do Sul da Península Ibérica (Berti e Tongiorgi, 1981: 266 e fig. CXCVIII), pelo que pensamos poder existir uma origem peninsular para este tipo de cerâmica. Mas, apesar destes paralelos, a presença deste fragmento nos níveis mais altos da galeria leva-nos a datá-lo na segunda metade do século XII.

Num outro caso (uma jarra com o número de inventário CR/DR/0018), o mesmo tipo de forma foi encontrada em Zavellá (Rosselló Bordoy, 1983: 343) e em Silves (Gomes, 1988: 221), com datações de final do século XII e princípio do século XIII. Mas também encontramos um paralelo em Faenza, originário do Sul da Península Ibérica, e datado na metade do século XI (Nepoti, 1986: 355). A evolução desta forma em loiça dourada encontramos-na na arte nazarita em peças do Palácio Alhambra (Flores, 1987: 632). Em Mértola, esta peça surgiu num contexto selado de destruição do fim da ocupação muçulmana e pode, portanto, ser datada, sem dúvidas, no final do século XII e princípio do século XIII.

No caso do fragmento que corresponde a um pote (número de inventário CR/DR/20), a forma do fundo aparece também em Zavellá datada do final do século XII ou princípio do XIII (Rosselló Bordoy, 1983: 353), cronologia que está em concordância com a nossa estratigrafia.

As tigelas constituem um conjunto mais complexo. Uma peça muito original é a que leva o número de inventário CR/DR/0005. A composição com quatro círculos que compartimentam o espaço, encontra-se já em loiça dourada abássida (Kuhnel, 1934;

Martínez, 1975) e do Egipto (Bahgat e Massoul, 1930: lam. III) de finais do século IX. Mas os festões que aparecem nos interstícios deixados pelos letreiros circulares são frequentes na loiça dourada fatimída dos séculos XI-XII (Bahgat e Massoul, 1930: lam. XXV). O conjunto da decoração aparece em *bacini* egípcios de Pisa datados do século XI, mas a forma corresponde a peças do primeiro quartel do século XII que podem proceder tanto de Fustat como de Málaga (Berti e Tongiorgi, 1981: 256, 262-265 e tav. CXCI). Um paralelo do Museu Benaki de Atenas leva-nos ao Egipto do século XII (Philon, 1980: 231 e fig. 496). No entanto, a epigrafia tem caracteres tipicamente almóadas. Pensamos, por isso, possível uma datação de meados do século XII, confirmada ainda pelo seu aparecimento nos níveis mais baixos do criptopórtico.

Outro exemplo com paralelos abundantes no Norte de África é a tigela com

número de inventário CR/DR/0024. A epigrafia tem antecedentes no Egipto do século XI (Islamic Pottery, 1969: fig. 50), mas também em peças do século XII do próprio Egipto (Bahgat e Massoul, 1930: lam. XXV), da Qal'at dos Banu Hammad (Gómez Moreno, 1940: fig. 10), de Siena (Berti e Tongiorgi, 1981: 267) e do Museu Benaki de Atenas (PHILON, 1980: 175 e fig. 514). Também é possível encontrá-la em datas mais tardias, na Península Ibérica, em Zabellá e Palma de Mallorca (Rosselló Pons, 1983). Em Mértola aparece nos níveis mais altos do Criptopórtico, o que nos convida a datá-la na segunda metade do século XII ou primeiro quartel do século XIII. Por isso hesitamos entre atribuir uma origem peninsular, conforme os exemplos de Mallorca, ou do Magrebe, conforme os exemplos do Egipto e Tunez.

A tigela CR/DR/0042 encontra paralelo, embora menos desenvolvido, numa peça de Murcia, da segunda metade do século XI e primeira do XII, mas a forma exacta foi datada na segunda metade do XII e primeira do XIII por Retuerce e Zozaya (1991). O motivo hexagonal enquadrado num selo de Salomom será frequente nas peças malaguenhas da série azul e dourada do século XIV. Propomos uma datação da segunda metade do século XII e primeira do XIII concordante também com a sua descoberta num contexto fechado do fim da ocupação almóada da vila.

A composição da terrina CR/DR/0011 também tem uma antiga tradição no Norte de África; aparece nos azulejos da Mesquita de Kairawan (Marçais,



PARALELOS:

- 1 Mértola. 2 Silves. 3. Jerez de la Frontera. 4. Caños de Meca. 5. Granada. 6. Málaga. 7. Almería.
8. Murcia. 9. Palma de Mallorca. 10. Amagatalls.
11. Pisa. 12. Faenza. 13. Siena. 14. Kairawan.
15. Qal'at dos Banu Hammad. 16. Fustat.
17. Samarra. 18. Susa.

1928), e em peças egípcias do século IX (Bahgat e Massoul). O reticulado encontra-se igualmente em Susa no século X (Rosen-Ayalon, 1974). Mas a forma é, indubitavelmente, muito mais tardia; encontramos-a em Caños de Meca, Cádiz, (Cavilla, 1992) e em Silves (Gomes, 1988: 219) com data de finais do século XII e princípios do XIII. Em Mértola encontrou-se no nível superior do Criptopórtico, o que concorda com esta última datação.

Com esta mesma forma encontramos a peça CR/DR/0043, cujo esquema decorativo aparece amplamente representado na cerâmica nazarita. Mas a data desta peça situa-se, como no caso anterior, em finais do século XII e princípios do XIII, o que confirma o seu aparecimento num contexto fechado do final da ocupação almóada da vila.

A terrina com número de inventário CR/DR/0012 chama a nossa atenção não só pelas suas reduzidas dimensões e dificuldade técnica implícita ao seu fabrico, mas, também, pela notável qualidade da pasta, muito decantada, que distingue esta peça do resto do conjunto. Poderá tratar-se de uma produção diferente, talvez de origem oriental.

Um outro caso de interesse é a peça CR/DR/0010, com decoração semelhante à série amarela de Málaga descrita por Gómez Moreno (1940: figs. 4-5). Outros paralelos encontram-se em Mallorca, em Zavellá (Rosselló Pons, 1983) e na Cova dels Amagatalls (Trias, 1981). Uma vez mais a nossa estratigrafia concorda com os exemplos de Mallorca: segunda metade do século XII e princípio do XIII.

Também a peça CR/DR/0026 tem paralelo exacto, em composição e epigrafia, às peças da série amarela da Alcáçova de Málaga, com data no século XII (Gómez Moreno, 1940: fig. 11). A forma encontra-se igualmente em Caños de Meca, Cádiz, (Cavilla, 1992) e em Murcia (Navarro, 1986: 142) datada de finais do século XII e princípios do XIII. O mesmo se pode dizer de um amplo conjunto de fragmentos pertencentes a esta mesma série, no que diz respeito à composição decorativa que, estratigraficamente pertencem à mesma cronologia.

Um pequeno fragmento (CR/DR/0032) apresenta já um estilo decorativo um tanto diferente. Trata-se duma decoração vegetal de grandes folhas com paralelos na série vermelha de Málaga (Gómez Moreno, 1940: fig. 4-8) também ela datada do século XII. A estratigrafia situa o fragmento nos níveis mais baixos do criptopórtico, o que leva a datar o fragmento de meados do século XII.

Outras considerações de interesse ligadas à análise topo-estratigráfica: a maior parte dos materiais encontrados pertencem a lixeiras situadas nas galerias subterrâneas que se encontram à volta da muralha. Algumas peças encontram-se em contextos fechados do fim da ocupação almóada, bastante próximos da Alcáçova, não tendo aparecido em qualquer das casas escavadas noutras zonas de menor nível de riqueza, facto que concorda com o carácter

luxuoso deste tipo de cerâmica. Mesmo assim é de destacar o elevado grau de concentração dos achados (ver plano de distribuição de achados).

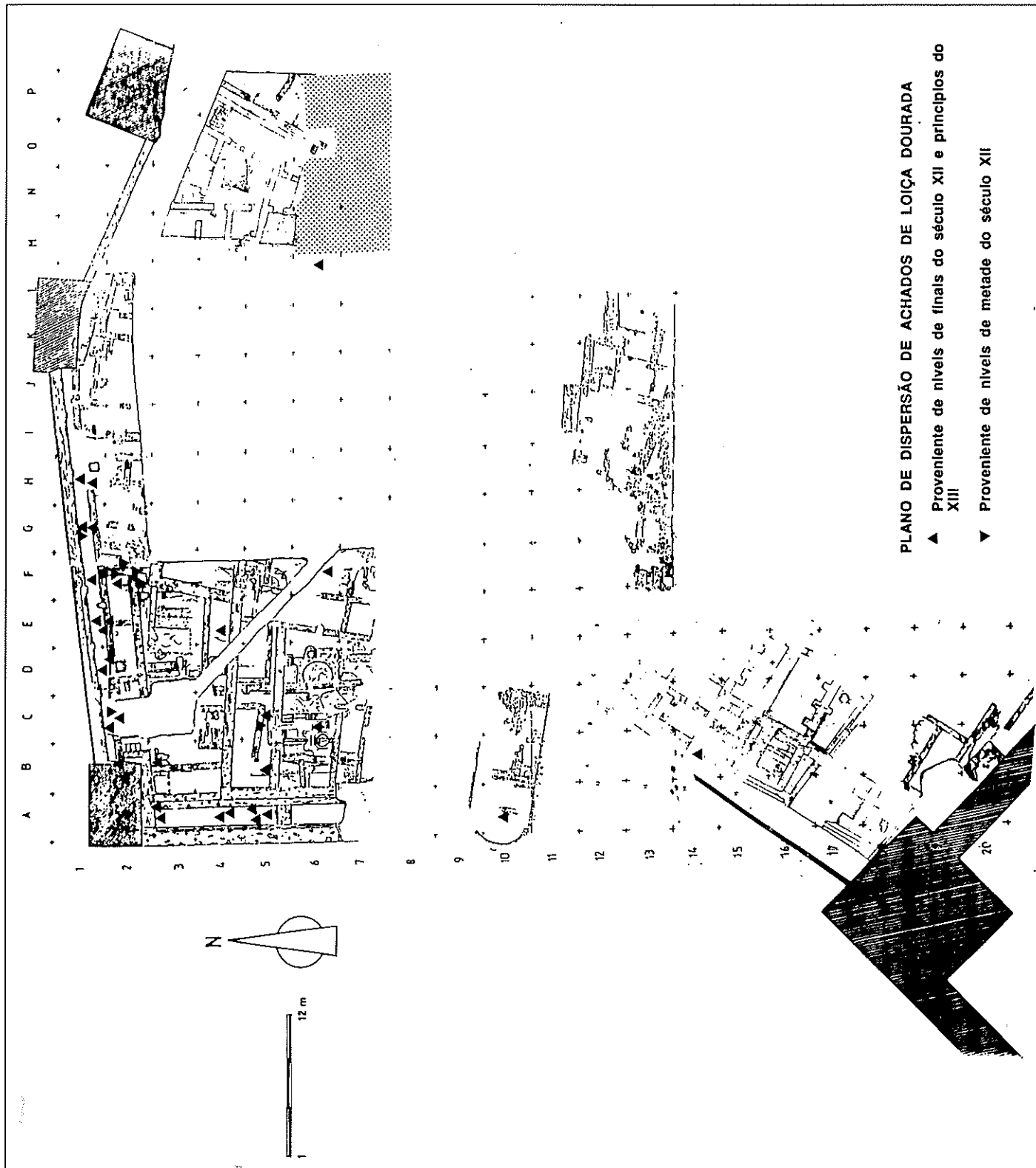
6. CONCLUSÕES

Em resumo, encontramos-nos perante um conjunto relativamente homogéneo em cronologia e estilo. É constituído por peças talvez de origem do Sul Peninsular (Málaga) apesar da existência de algumas peças de possível procedência norte africana. Ainda que os paralelos sejam bastante claros, uma certeza absoluta da origem das peças implicará análises de laboratório que esperamos poder realizar proximamente. Mas, o que é evidente é a participação de Mértola nos intercâmbios comerciais mediterrânicos, de que já se tinha algum conhecimento pela presença de cerâmica decorada em verde e manganês proveniente de Kairawan (Torres, 1987; Gómez, 1994).

Por outro lado, os paralelos têm vindo a confirmar, parcialmente, a estratigrafia que os trabalhos de escavação do Campo Arqueológico estão a revelar na zona da Alcáçova do Castelo de Mértola.

Outro elemento a destacar é a ausência de decoração em azul a combinar com o reflexo metálico, típica das produções malaguenhas do XIV. Isto pode ser explicado pelo abandono como espaço de habitação da Alcáçova do Castelo de Mértola após a conquista cristã. Mas se se verificar esta ausência em outras áreas da vila que foram ocupadas de forma continuada, esse facto demonstraria uma certa paralisação do comércio de cerâmica de luxo em Mértola sob o domínio cristão.

Por último apresentamos o inventário do lote de cerâmica base deste estudo.



BIBLIOGRAFIA

Abreviaturas

- C.I.C.M.M.O. — Colóquio Internacional da Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental.
E.H.A.M. — Estudios de Historia y Arqueología Medievales.
M.J.S.E.A. — Memoria de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades.
- BAHGAT, A. B.; MASSOUL, F. (1930) — *La ceramique musulmane de l'Egypte*, Cairo.
BERTI, G.; TONGIORGI, L. (1981) — *Il Bacini ceramici medievali delle Chiese di Pisa*, Roma.
BERTI, G.; TONGIORGI, E. (1986) — *Ceramiche importate dalla Spagna nell'area pisana dal XII al XV secolo*, «I C.I.C.M.M.O. Toledo, 1981», pp. 315-346, Madrid.
CAMPS, E. (1943) — *La cerámica medieval española*, 1943.
CAVILLA, F. (1992) — *La cerámica hispano-musulmana de Beca. Los Caños de Meca Barbate, Cádiz*, Cádiz.
DAOULATLI, (1980) — *La céramique ifrîquiyenne du IX au xv siècle*, «I C.I.C.M.M.O. Valbonne, 1978», pp. 197-202. Paris.
DUDA, D. (1970) — *Spanisch-islamische keramik aus Almería. Von 12 bis 15 Jahrhundert*, Heidelberg.
ETTINGHAUSEN, R. (1954) — *Notes on the luster ware of Spain*, «Ars Orientalis», vol. 1, pp. 133-155, Ann Arbor.
FEHERVARI, G. (1973) — *Islamic Pottery. A comprehensive Study on the Barlow Collection*, Londres.
FERNÁNDEZ, S. (1987) — *El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): bases para la sistematización tipológica de la cerámica almohade en el S. O. Peninsular*, «Al-Qantara», vol. VIII, pp. 448-474, Madrid.
FLORES, I. (1987) — *Algunos tipos de loza azul y dorada encontrada en la Alhambra*, «II C.A.M.E. Madrid, 1987», t. II, pp. 627-635, Madrid.
FRIERMAN, J. D.; ASARO, F.; MICHEL, H. V. — *The provenance of early islamic lustre wares*, «Ars Orientalis», vol. XI, pp. 111-126. Ann Arbor.
FROTHINGHAM, A.W. (1951) — *Lustre ware of Spain*, New York.
GOMES, R. V. (1991) — *Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes, do Castelo de Silves (peças esmaltadas, policromas e de reflexo metálico)*, «Estudos Orientais», vol. II, pp. 13-39, Lisboa.
(1988) — *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*, Silves.
GÓMEZ, S. (inédito) — *La cerámica islámica de Medinaceli. Soria*. Memoria de Licenciatura inédita apresentada no Departamento de História Medieval da Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid.
(1994) — *La cerámica de verde y morado de Mértola*, Arqueologia Medieval, n.º 3. Mértola, pp. 113-132.
GÓMEZ MORENO, M. (1924) — *Cerámica medieval española*, Barcelona.
(1940) — *La loza primitiva de Málaga*, «Al-Andalus», vol. V, 383-398, Madrid-Granada.
GONZÁLEZ MARTÍ, M. (1944) — *Cerámica del levante español*, vol. 1, Barcelona.
GRUBE, E. J. (1976) — *Islamic Pottery of the Eighth to the fifteenth Century in the Keir Collection*. London.
HURST, J. G. (1986) — *Late medieval iberian pottery imported into the low countries*, «II C.I.C.M.M.O. Toledo, 1981», pp. 347-351, Madrid.
IDRISI, (1988) — *Al- Idrisi — Geografía de España*, trad. de Eduardo Savedra e Antonio Blázquez, Zaragoza.
ISLAMIC POTTERY (1969) — *Islamic Pottery 800-1400. Catalogo*. Londres.
JENKINS, M. (1980) — *Medieval maghribi luster-painted pottery*, «I C.I.C.M.M.O. Valbonne, 1978» pp. 335-342, Paris.
- JIMÉNEZ, R.; ET ALII (1926) — *Excavaciones en Medina-Azahra (Córdoba)*. Memoria, «M.J.S.E.A.», vol. 85. Madrid.
KUHNEL, E. (1934) — *Die abbasidischen Lustertayencen*, «Ars Islamica», vol. 1, pp. 144-150, Ann Arbor.
(1942) — *Loza hispanoárabe excavada en Oriente*, «Al-Andalus», vol. VII, pp. 253-268. Madrid-Granada.
LANE, A. (1965) — *Early Islamic Pottery*, Londres.
LLUBIÁ, L. M. (1967) — *Cerámica medieval española*, Barcelona.
LLUVIÁ, L. M.; ALMAGRO, M. (1952) — *Cerámica. Aragón-Muel*. Barcelona.
MARÇAIS, G. (1928) — *Les faiences a reflets métalliques de la grande Mosquée de Kairouan*, Paris.
MARTÍNEZ, B. (1975) — *Sobre la loza primitiva de reflejo metálico*, «Archivo Español de Arte», XLVIII, pp. 57-82. Madrid.
MARTÍN, M. T. ET ALII (1987-1988) — *Resultado de los análisis químico y mineralógico de las cerámicas almohades del yacimiento de La Encarnación (Jerez de la Frontera)*, «E.H.A.M.», vols. VII-VIII, pp. 197-207. Cádiz.
MIGNEON, G. (1929) — *La décor lustré dans la céramique musulmane a propos de publications recentes*, «Syria», vol. X, pp. 130-136. Paris.
MERGELINA, C. (1927) — *Bobastro. Memoria de las excavaciones en las Mesas de Villaverde. El Chorro, Málaga*, «M.J.S.E.A.», vol. 89, Madrid.
NAVARRO, J. (1986) — *Murcia como centro productor de loza dorada*, «III C.I.C.M.M.O. Siena-Faenza, 1984», pp. 129-143, Firenze.
NEPOTI, S. (1986) — *Ceramiche tardo medievali spagnole ed islamiche Orientali nell'Italia orientali-serrentrionali adriatica*, «II C.I.C.M.M.O. Toledo, 1981», pp. 353-363, Madrid.
OSMA, G. J. (1911) — *Apuntes sobre cerámica morisca. Adiciones a los textos y documentos valencianos*, Madrid.
PHILON, H. (1980) — *Early Islamic ceramic*, Londres.
PICON, M.; NAVARRO, J. (1986) — *La loza dorada de la Province de Murcie: étude en laboratoire*, «III C.I.C.M.M.O. Siena-Faenza, 1984», pp. 129-143, Firenze.
RETUERCE, M. e ZOZAYA, J. (1991) — *Variantes e constantes en la cerámica andalusí*, «IV C.I.C.M.M.O., Lisboa, 1987», pp. 315-322, Lisboa.
ROSEN AYALON, M. (1974) — *Ville royale de Suse IV. La Poterie Islamique*, Paris.
ROSSELLÓ BORDOY, G. (1983) — *Nuevas formas en la cerámica de época islámica*, «Trabajos del

Museo de Mallorca», nº 36, pp. 337-360, Palma de Mallorca.

ROSSELLÓ PONS, M. (1983) — *Les ceràmiques almohades del carrer de Zavellá. Ciutat de Mallorca*, Palma de Mallorca.

SOUTO, J. A. (1982) — *Algunos signos mágicos en la cerámica «verde y morada» de Teruel (siglos XIII-XIV)*, «Actes du Colloque International de Glyptographie de Saragosse, 7 ao 11 Juillet 1982», pp. 459-476. Zaragoza.

TORRES, C. (1987) — *Cerâmica Islâmica Portuguesa. Catálogo*, Lisboa.

TORRES, C. et alli — *Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade*, «IV C.I.C.M.M.O. Lisboa, 1987», pp. 497-536.

TRIAS, M. (1981) — *Notícia preliminar del jaciment islamic de la cova dels Amagatalls*, «Endins», nº 8, Palma de Mallorca.

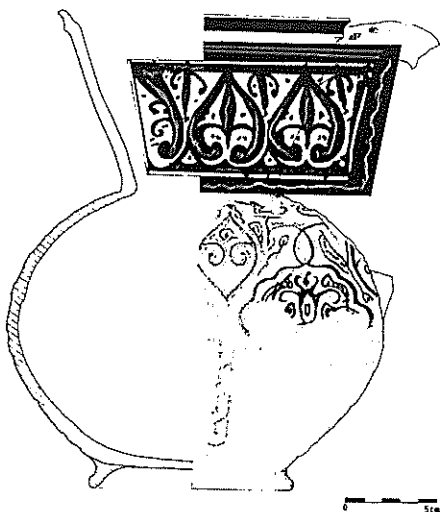
VALDÉS, F. (1985) — *La Alcazaba de Badajoz I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y Testar de la Puerta del Pilar*, Madrid.

ZOZAYA, J. (1980) — *Aperçu général sur la céramique espagnole*, «I C.I.C.M.M.O. Valbonne, 1978», pp. 265-296, Paris.

(1993) — *Importaciones casuales en Al-Andalus: las vías de comercio*, «IV C.A.M.E. Alicante, 1993», t. I, pp.119-138.

ZOZAYA, J; RETUERCE, M.; APARICIO, A. (1995) — *Cerâmica andalusí de reflejo dorado: 1195-1212*, V C.I.C.M.M.O., Rabat, 1991, pp. 121-124.

INVENTÁRIO



N.º Inventário: CR/DR/0001

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: 150 Largura: 210 Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Troncocónico invertido Bojo: Globular
 Asa: N.º Asas:

Base: Convexa com pé anelar diagonal

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Melado

Motivo Int.: Local Int.: Colo-bojo-base

Técnica Ext.: Vidrado dourado e molde Cor: Branco-dourado-vermelho

Motivo Ext.: Vegetal Local Ext.: Bojo

Técnica: Cor Pasta: Vermelha Textura: Porosa

Intrusões: Xisto-calcário-mica-silica Tamanho: Médio

Fabrico: Molde Cozedura: Oxidante

Observações: A acidez do terreno fez desaparecer o dourado

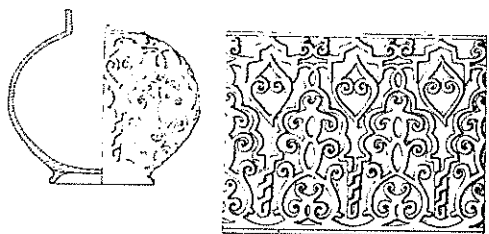
Paralelos: Córdoba e Málaga (GOMEZ MORENO, 1940: fig. 20) Jeréz de la Frontera final do XII e princípio do XIII (FERNÁNDEZ, 1987). A técnica aparece no Cairo e Málaga no s. XII (MARTÍNEZ, 1975: fig. 43-44)

Bibliografia: TORRES, 1987: 75

Cronologia: Séc. XII (final)

Procedência: Alcaçova do Castelo de Mértola Ano: 1981

Quadrícula: 5c Nível: Contexto: 151



N.º Inventário: CR/DR/0002

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 155 Diâmetro base: Largura: 210 Altura:

Morfologia: Bordo: Envasado ext. aba soerguida e moldura Boca: Circular
 Colo: Troncocónico invertido Bojo: Globular
 Asa: Vertical de secção canelada N.º Asas: 1
 Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Melado

Motivo Int.: Local Int.: Bojo-colo-bojo

Técnica Ext.: Vidrado dourado e molde Cor: Branco-dourado-vermelho

Motivo Ext.: Vegetal Local Ext.: Bordo-colo-bojo

Técnica: Cor Pasta: Vermelha Textura: Porosa

Intrusões: Xisto-calcário-mica-silica Tamanho: Médio

Fabrico: Molde Cozedura: Oxidante

Observações: Dourado perdido em parte da peça

Paralelos: Córdoba e Málaga (GOMEZ MORENO, 1940: fig. 20) Jeréz de la Frontera final do XII e princípio do XIII (FERNÁNDEZ, 1987). A técnica aparece no Cairo e Málaga no s. XII (MARTÍNEZ, 1975: fig. 43-44)

Bibliografia: TORRES, 1987: 76

Cronologia: Séc. XII (finais)

Procedência: Alcaçova do Castelo de Mértola Ano: 1979

Quadrícula: AD Nível: 1b Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0003

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: 240 Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
Colo: Bojo: Globular
Asa: N.º Asas:
Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrada monocroma Cor: Branca
Motivo Int.: Local Int.: Bojo
Técnica Ext.: Vidrado dourado e molde Cor: Branca
Motivo Ext.: Epigráfico e vegetal Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
Intrusões: Xisto-calcário Tamanho: Médio
Fabrico: Molde Cozedura: Oxidante

Observações: Decoração em alto-relevo. Perdeu-se o dourado

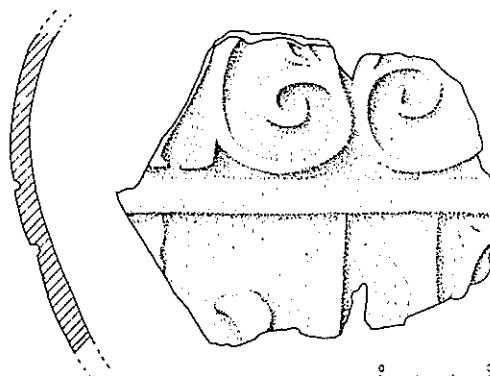
Paralelos: Do tipo em Córdova, Málaga (GÓMEZ MORENO, 1940: fig.19), Jerez de la Frontera final XII ou princípio do XIII (FERNÁNDEZ, 1987). A técnica aparece no Cairo e Málaga no século XII (MARTÍNEZ, 1975)

Bibliografia:

Cronologia: Final do XII ou princípio do XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola Ano: 1981

Quadrícula: AB2 Nível: 1b Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0004

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
Colo: Bojo: Globular
Asa: N.º Asas:
Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrada monocroma Cor: Branca
Motivo Int.: Local Int.: Bojo
Técnica Ext.: Vidrado dourado e molde Cor: Branca
Motivo Ext.: Vegetal Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Branca Textura: Compacta
Intrusões: Tamanho:
Fabrico: Molde Cozedura: Oxidante

Observações: Perdeu-se o dourado

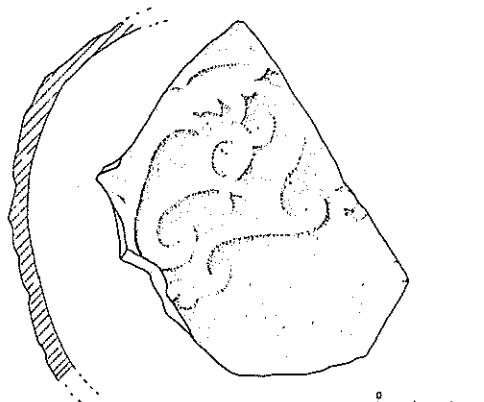
Paralelos: Málaga, Córdova (GÓMEZ MORENO, 1940). A técnica aparece em Málaga e no Cairo no século XII (MARTÍNEZ, 1975)

Bibliografia:

Cronologia: Séc. XII (finais?)

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola Ano:

Quadrícula: Nível: Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0005

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 220 Diâmetro base: 75 Largura: 220 Altura: 70

Morfologia: Bordo: Envasado ext. com canelura Boca: Circular
Colo: Bojo: Semi-esférico
Asa: N.º Asas:
Base: Convexa com pé anelar diagonal

Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
Motivo Int.: Epigráfico e vegetal Local Int.: Toda a peça
Técnica Ext.: Vidrado monocromo Cor: Branca
Motivo Ext.: Local Ext.: Toda a peça
Técnica: Cor Pasta: Vermelha Textura: Porosa
Intrusões: Xisto-calcário Tamanho: Médio
Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Restaurada

Paralelos: Forma em bacini italianos do primeiro quarto do XII que podem proceder do Fustat ou Málaga (BERTI e TONGIORGI, 1981: 262-265) composição já no Egipto no fim do IX (BAHGAT e MASSOUL, 1930: Lam. II). Motivos em Egipto s. XI-XII (ID.: lam XXV, e PHILON, 1980: fig. 496)

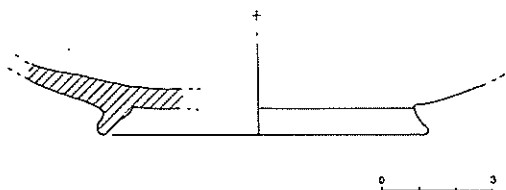
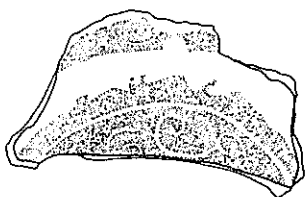
Bibliografia:

Cronologia: Primeiro quarto do séc. XII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola Ano: 1980

Quadrícula: AF3 Nível: 2a Contexto:





N.º Inventário: CR/DR/0006

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: 90 Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Base: Plana com pé anelar diagonal
 Cor: Branco-dourado amarelo
 Bojo: Semi-esférico
 N.º Asas:
 Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado
 Motivo Int.: Vegetal
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo
 Motivo Ext.:
 Técnica: Cor Pasta: Rosa
 Intrusões: Xisto
 Fabrico: Torno rápido

Cor: Branco-dourado amarelo
 Local Int.: Base
 Cor: Branca
 Local Ext.: Base
 Textura: Porosa
 Tamanho: Pequenas
 Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: AG Nível: 1a

Ano: 1980

Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0007

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 260 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Envasado ext. com aba largura média
 Boca: Circular
 Bojo: Troncocónico invertido
 N.º Asas:
 Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado
 Motivo Int.:
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo
 Motivo Ext.:
 Técnica: Cor Pasta: Bege
 Intrusões:
 Fabrico: Torno rápido

Cor: Branco-dourado vermelho
 Local Int.: Bordo-bojo
 Cor: Branca
 Local Ext.: Bordo-bojo
 Textura: Porosa
 Tamanho:
 Cozedura: Oxidante

Observações: Vários fragmentos que não colam. Dourado perdido em parte

Paralelos: Da forma do final do séc. XI nos *bacini* italianos (BERTI e TONGIORGI, 1981: 267 e fig. 214)

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: AF1 Nível: 1b

Ano: 1981

Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0008

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 220 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Envasado ext. em bisel
 Boca: Circular
 Bojo: Troncocónico invertido
 N.º Asas:
 Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado
 Motivo Int.:
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo
 Motivo Ext.:
 Técnica: Cor Pasta: Vermelha
 Intrusões: Xisto-calcário-mica
 Fabrico: Torno rápido

Cor: Branco-dourado vermelho
 Local Int.: Bordo-bojo
 Cor: Branca
 Local Ext.: Bordo-bojo
 Textura: Porosa e um bocadinho escamosa
 Tamanho: Médio
 Cozedura: Oxidante

Observações: Vários fragmentos que não colam. Dourado perdido em parte

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: AF2 Nível: 1b

Ano: 1981

Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0009

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 210 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Envasado ext. Boca: Circular
Colo: Bojo: Troncocónico invertido
Asa: N.º Asas:
Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado Cor: Branco-dourado vermelho
Motivo Int.: Local Int.: Bordo-bojo
Técnica Ext.: Vidrado monocromo Cor: Branca
Motivo Ext.: Local Ext.: Bordo-bojo

Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
Intrusões: Tamanho:
Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Dourado perdido em parte
Paralelos:

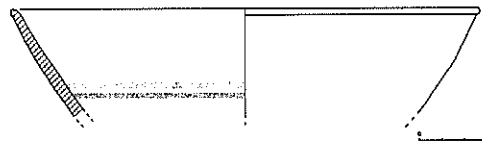
Bibliografia:

Cronologia:

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola
Quadrícula: Nível:

Ano:

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0010

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 230 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Envasado ext. Boca: Circular
Colo: Bojo: Troncocónico invertido
Asa: N.º Asas:
Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado Cor: Branco-dourado amarelo
Motivo Int.: Epigráfico e vegetal Local Int.: Bordo-bojo
Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branca
Motivo Ext.: Local Ext.: Bordo-bojo

Técnica: Cor Pasta: Vermelha Textura: Porosa
Intrusões: Calcário-mica Tamanho: Pequeno
Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Vários fragmentos que não colam

Paralelos: Granada serie amarela do s. XII (GÓMEZ MORENO, 1940: fig. 4 e 5), Zavellá, Palma de Mallorca no primeiro quarto do XIII (ROSSELLÓ PONS, 1983), Cova dos Amagatalls final do XII e princípio do XIII (TRIAS, 1981)

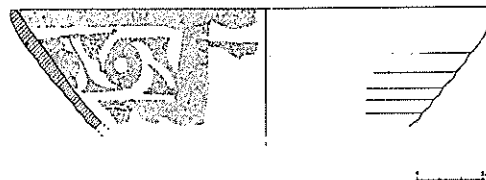
Bibliografia:

Cronologia: Final do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola
Quadrícula: F3 Nível: 1b

Ano: 1979

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0011

Tipo e Função: Terrina

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 70 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto Boca: Circular
Colo: Bojo: Semi-esférico
Asa: N.º Asas:
Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado Cor: Branco-dourado vermelho
Motivo Int.: Reticula diagonal Local Int.: Toda a peça
Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado vermelho
Motivo Ext.: Linha horizontal Local Ext.: Bordo

Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
Intrusões: Xisto Tamanho: Médio
Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos: A composição aparece já nosazulejos da Mesquita de Kairawan (MARÇAIS, 1928) e numa tigela egípcia do s. IX (CERAMIQUE, 1930) A forma encontra-se em Caños de Meca, Cadiz (CAVILLA, 1992)

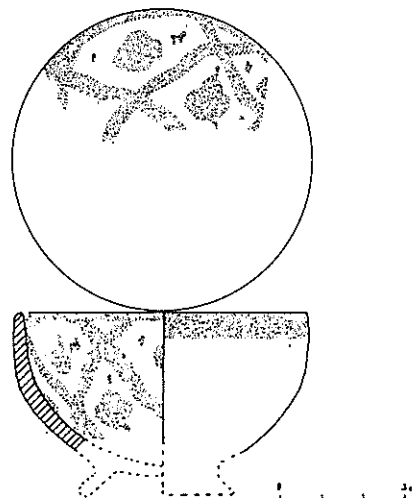
Bibliografia:

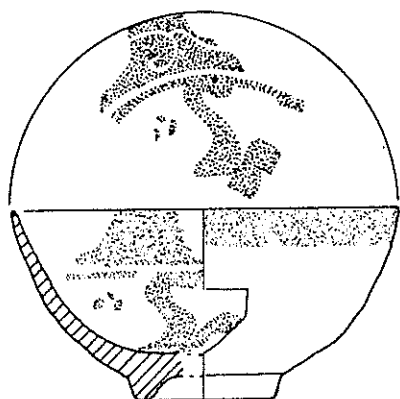
Cronologia: Finais do séc. XII e princípios do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola
Quadrícula: AH3 Nível: 1a

Ano: 1980

Contexto:





N.º Inventário: CR/DR/0012

Tipo e Função: Terrina

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 60 Diâmetro base: 2 Largura: Altura: 28

Morfologia: Bordo: Envasado ext.

Coro:

Asa:

Base: Convexa com pé anelar diagonal

Decoração: Técnica Int.: Vidrada dourado

Motivo Int.: Vegetal

Técnica Ext.: Vidrado dourado

Motivo Ext.: Linha horizontal

Técnica: Cor Pasta: Rosa

Intrusões:

Fabrico: Torno rápido

Observações: Decoração vegetal traçada com esgrafitado

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII e princípios do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: AC2

Nível: 1b

Boca: Circular

Bojo: Semi-esférico

N.º Asas:

Cor: Branco-dourado esverdeado

Local Int.: Toda a peça

Cor: Branco-dourado esverdeado

Local Ext.: Bordo

Textura: Porosa

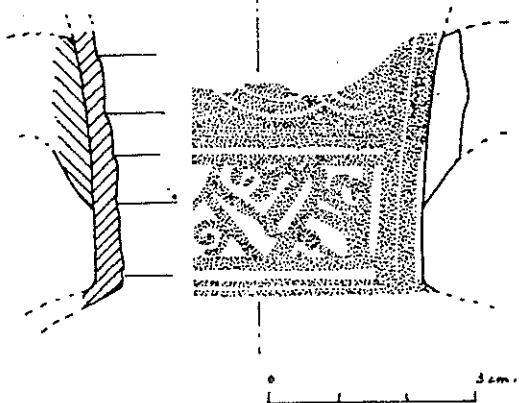
Tamanho:

Cozedura: Oxidante

Ano: 1979

Contexto:

152



N.º Inventário: CR/DR/0013

Tipo e Função: Jarrinha

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura: 28

Morfologia: Bordo:

Coro: Troncocónico invertido

Asa: Vertical de secção canelada

Base:

Decoração: Técnica Int.: Melado monocromo

Motivo Int.:

Técnica Ext.: Vidrado dourado

Motivo Ext.: Vegetal

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Intrusões: Xisto-calcário

Fabrico: Torno rápido

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: 6C

Nível:

Boca:

Bojo:

N.º Asas: 2

Cor: Branca

Local Int.: Colo

Cor: Branco-dourado esverdeado

Local Ext.: Colo

Textura: Porosa

Tamanho: Médio

Cozedura: Oxidante

Ano: 1982

Contexto: 187

N.º Inventário: CR/DR/0014

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura: 28

Morfologia: Bordo:

Coro:

Asa:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo

Motivo Int.:

Técnica Ext.: Vidrado dourado

Motivo Ext.:

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Intrusões:

Fabrico: Torno rápido

Observações: Dourado perdido em parte

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Final do séc. XII e princípio do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: 4E

Nível:

Boca:

Bojo:

N.º Asas: 2

Cor: Branca

Local Int.: Bojo

Cor: Branco-dourado vermelho

Local Ext.: Bojo

Textura: Porosa

Tamanho:

Cozedura: Oxidante

Ano: 1984

Contexto: 600b

N.º Inventário: CR/DR/0015

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura: 28

Morfologia: Bordo:

Coro:

Asa:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo

Motivo Int.:

Técnica Ext.: Vidrado dourado

Motivo Ext.:

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Intrusões: Xisto-chamola

Fabrico: Torno rápido

Observações: Dourado perdido em parte

Paralelos:

Boca:

Bojo: Globular

N.º Asas:

Cor: Branca

Local Int.: Bojo

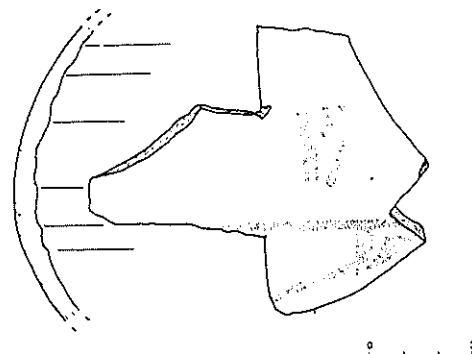
Cor: Branco-dourado vermelho

Local Ext.: Bojo

Textura: Porosa

Tamanho: Médio

Cozedura: Oxidante



Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1981

Quadrícula: 5A

Nível: 1c

Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0016

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura: 28

Morfologia: Bordo:

Coro:

Asa:

Base:

Decoração: Técnica Int.:

Motivo Int.:

Técnica Ext.: Vidrado dourado

Motivo Ext.: Vegetal e geométrico

Técnica: Cor Pasta: Bege

Intrusões: Xisto-mica

Fabrico: Torno rápido

Observações: Vários fragmentos que não colam

Paralelos: Entrelazo encontra-se em peça a molde de Málaga do XI (GÓMEZ MORENO, 1940: 16) ou XII (MARTINEZ, 1975) e em bacino originário do Sul da Península Ibérica, primeiro quarto do XII (BERTI e TONGIORGI, 1981: 266, fig. 219 e CXCVIII)

Bibliografia:

Cronologia: Primeira metade do séc. XII

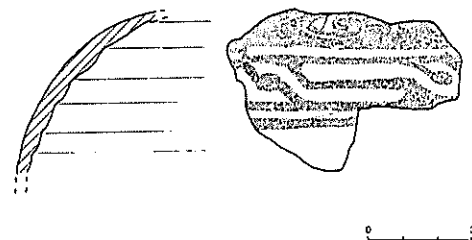
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1981

Quadrícula: AE2

Nível: 1b

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0017

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura: 28

Morfologia: Bordo:

Coro:

Asa:

Base:

Decoração: Técnica Int.:

Motivo Int.:

Técnica Ext.: Vidrado dourado

Motivo Ext.:

Técnica: Cor Pasta: Branca

Intrusões: Xisto-mica

Fabrico: Torno rápido

Observações: Vidrado perdido. Parte virou azul

Paralelos:

Boca:

Bojo: Globular

N.º Asas:

Cor:

Local Int.:

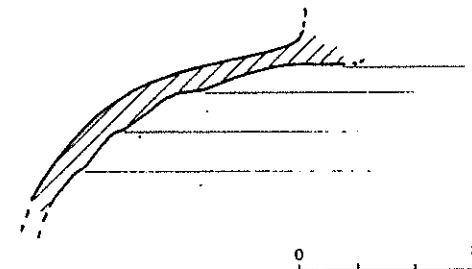
Cor: Branco-dourado vermelho

Local Ext.: Bojo

Textura: Porosa

Tamanho: Médio

Cozedura: Oxidante



Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

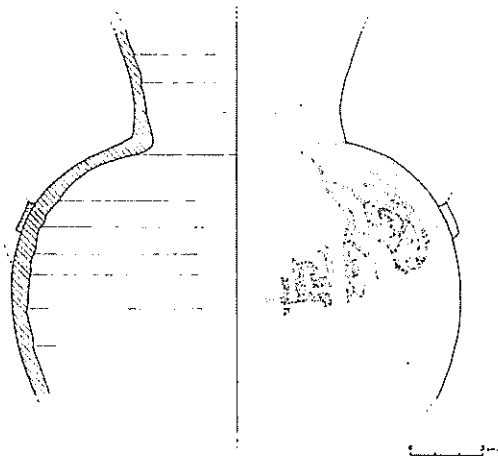
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1981

Quadrícula: AG

Nível: 1b

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0018

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: 180 Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Cilíndrico Bojo: Globular
 Asa: Vertical de secção canelada N.º Asas: 2
 Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Int.: Local Int.: Colo-bojo
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado vermelho
 Motivo Ext.: Vegetal Local Ext.: Colo-bojo

Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto Tamanho: Pequenas
 Fabrício: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Vidrado perdido em parte

Paralelos: *Bacino* de Faenza originário da Península Ibérica (NEPOTI, 1986: 355). A forma encontra-se em Zabellá (Mallorca) a finais do XII e princípios do XIII (ROSSELLO BORDOY, 1983: 343). Evolução à Nazarita (FLORES, 1987: 632)

Bibliografia:

Cronologia: Final do séc. XII e princípio do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

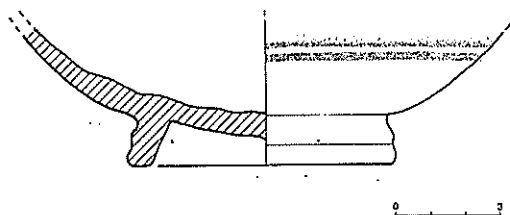
Ano: 1989

Quadrícula: 14B

Nível: 1b

Contexto: 20

154



N.º Inventário: CR/DR/0019

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: 80 Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo: Globular
 Asa: N.º Asas:
 Base: Convexa com pé anelar diagonal

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Int.: Local Int.: Bojo-base
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
 Motivo Ext.: Linhas horizontais Local Ext.: Bojo

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto-calcário-mica Tamanho: Pequeno
 Fabrício: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Vidrado perdido em parte

Paralelos: *Bacino* de Faenza originário da Península Ibérica (NEPOTI, 1986: 355). A forma encontra-se em Zabellá (Mallorca) a finais do XII e princípios do XIII (ROSSELLO BORDOY, 1983: 343). Evolução à Nazarita (FLORES, 1987: 632)

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII e princípios do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1981

Quadrícula: 4A

Nível: 1c

Contexto: 150

N.º Inventário: CR/DR/0020

Tipo e Função: Pote

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: 110 Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo:
 Asa: N.º Asas:
 Base: Pé em bolacha côncava

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Int.: Local Int.: Base
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
 Motivo Ext.: Linhas horizontais Local Ext.: Base

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto-mica-silica Tamanho: Pequeno
 Fabrício: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos: Este tipo de base encontra-se em Zabellá no final do XII e princípio do XIII (ROSSELLO BORDOY, 1983: 353)

Bibliografia:

Cronologia: Final do séc. XII e princípio do séc. XIII

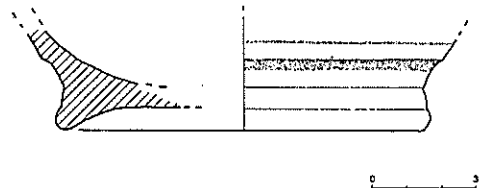
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1986

Quadrícula: 10A

Nível: 1b

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0021

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Coro: Bojo: Globular
 Asa: N.º Asas:
 Base:
Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Int.: Local Int.: Bojo
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
 Motivo Ext.: Linha horizontal Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Alaranjado Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto-calcário-mica Tamanho: Pequeno
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII e princípios do séc. XIII

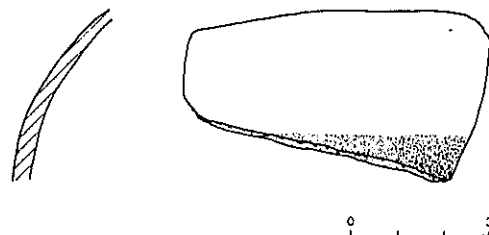
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: AH

Nível: 1a

Ano: 1980

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0022

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Coro: Bojo: Globular
 Asa: N.º Asas:
 Base:
Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Int.: Local Int.: Bojo
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado vermelho
 Motivo Ext.: Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto Tamanho: Pequeno
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII e princípios do séc. XIII

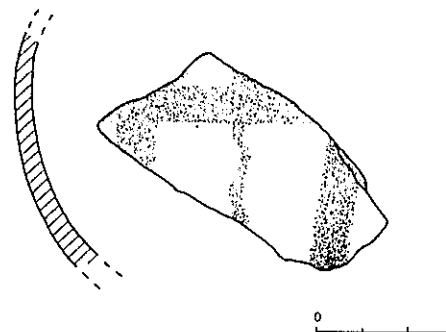
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: AB3

Nível: 1b

Ano: 1979

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0023

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Coro: Cilíndrico Bojo: Globular
 Asa: N.º Asas:
 Base:
Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Melado
 Motivo Int.: Local Int.: Colo-bojo
 Técnica Ext.: Vidrado dourado e molde Cor:
 Motivo Ext.: Local Ext.: Colo-bojo
Técnica: Cor Pasta: Vermelho Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto-calcário-mica Tamanho: Médio
 Fabrico: Molde Cozedura: Oxidante

Observações: Decoração exterior alterada por defeito de cozedura

Paralelos: Córdova e Granada (GÓMEZ MORENO, 1940:18-21) e Jerez de la Frontera (FERNANDEZ, 1987). A técnica aparece no Cairo e Málaga no S. XII (MARTINEZ, 1975)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII ou primeiro quarto do séc. XIII

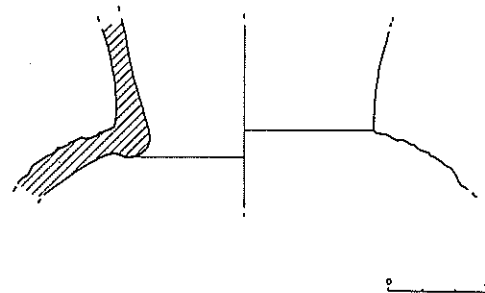
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

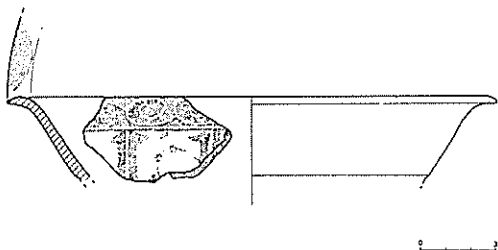
Quadrícula:

Nível:

Ano:

Contexto:





N.º Inventário: CR/DR/0024

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Envasado ext. com aba largura média

Boca:

Coro: Cilíndrico

Bojo:

Asa:

N.º Asas:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Cor: Branco-dourado amarelo

Motivo Int.: Epigráfico e vegetal

Local Int.: Bordo-bojo

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Cor: Branca

Motivo Ext.:

Local Ext.: Bordo-bojo

Técnica: Cor Pasta: Bege

Textura: Porosa

Intrusões: Xisto

Tamanho: Médio

Fabrico: Torno rápido

Cozedura: Oxidante

Observações: Dois fragmentos que não colam

Paralelos: Egípto s. XI (ISLAMIC POTERY, 169: fig. 50) e s. XI-XII (BAHGAT e MASSOUL, 1930: PL XXV), Qal'at dos Banu Hammad s. XII (GÓMEZ MORENO, 1940: fig. 10), Siena (BERTI e TONGIORGI, 1981: 267), Zabellá, Mallorca (ROSSELLÓ PONS, 1983), Amagatalls (TRIAS, 1981)

Bibliografia:

Cronologia: Finais do séc. XII e princípios do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1979

Quadrícula: AA

Nível: 1b

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0025

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 90 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto

Boca: Circular

Coro:

Bojo: Semi-esférico

Asa:

N.º Asas:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Cor: Branco-dourado vermelho

Motivo Int.: Linhas verticais

Local Int.: Bordo-bojo

Técnica Ext.: Vidrado dourado

Cor: Branco-dourado vermelho

Motivo Ext.: Linhas horizontais

Local Ext.: Bordo

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Textura: Porosa

Intrusões:

Tamanho:

Fabrico: Torno rápido

Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos: Caños de Meca (CAVILLA, 1992)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

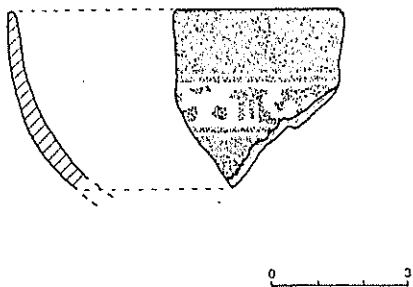
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1980

Quadrícula: AE

Nível: 1a

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0026

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto

Boca:

Coro:

Bojo: Semi-esférico

Asa:

N.º Asas:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Cor: Branco-dourado esverdeado

Motivo Int.: Epigráfico e vegetal

Local Int.: Bordo-bojo

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Cor: Branca

Motivo Ext.:

Local Ext.: Bordo-bojo

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Textura: Porosa

Intrusões: Xisto

Tamanho: Médio

Fabrico: Torno rápido

Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos: Málaga serie amarela s. XII (GÓMEZ MORENO, 1940: fig. 11). Forma em Caños de Meca (CAVILLA, 1992)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano:

Quadrícula:

Nível:

Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0027

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto

Coro:

Asa:

Base:

Boca: Circular

Bojo: Semi-esférico

N.º Asas:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Motivo Int.: Linha horizontal

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Motivo Ext.:

Cor: Branco-dourado esverdeado

Local Int.: Bordo-bojo

Cor: Branca

Local Ext.: Bordo-bojo

Textura: Porosa

Tamanho:

Cozedura: Oxidante

Técnica: Cor Pasta: Vermelha

Intrusões:

Fabrico: Torno rápido

Observações:

Paralelos: Composição em Málaga s. XII (GÓMEZ MORENO, 1940: fig. 5). Forma em Caños de Meca (CAVILLA, 1992)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

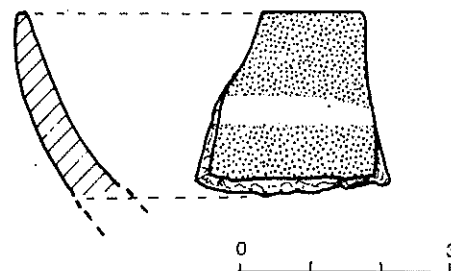
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1980

Quadrícula: AE

Nível: 1a

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0028

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 220 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto

Coro:

Asa:

Base:

Boca: Circular

Bojo: Semi-esférico

N.º Asas:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Motivo Int.: Linha horizontal

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Motivo Ext.:

Cor: Branco-dourado vermelho

Local Int.: Bordo

Cor: Branca

Local Ext.: Bordo-bojo

Textura: Porosa

Tamanho: Médio

Cozedura: Oxidante

Técnica: Cor Pasta: Vermelha

Intrusões: Xisto-calcário-mica-chamola

Fabrico: Torno rápido

Observações:

Paralelos: Composição em Málaga s. XII (GÓMEZ MORENO, 1940: fig. 5). Forma em Caños de Meca (CAVILLA, 1992)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

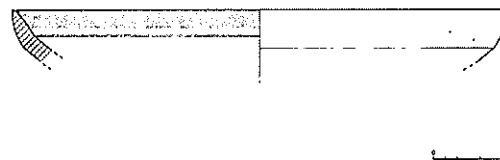
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1986

Quadrícula: AD

Nível:

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0029

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 240 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto

Coro:

Asa:

Base:

Boca: Circular

Bojo: Semi-esférico

N.º Asas:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Motivo Int.: Linha horizontal

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Motivo Ext.:

Cor: Branco-dourado vermelho

Local Int.: Bordo

Cor: Branca

Local Ext.: Bordo-bojo

Textura: Porosa e um bocado escamosa

Tamanho: Pequeno

Cozedura: Oxidante

Técnica: Cor Pasta: Castanha

Intrusões: Mica-chamota

Fabrico: Torno rápido

Observações:

Paralelos: Composição em Málaga s. XII (GÓMEZ MORENO, 1940: fig. 8). Forma em Caños de Meca (CAVILLA, 1992)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

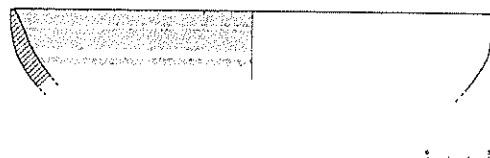
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

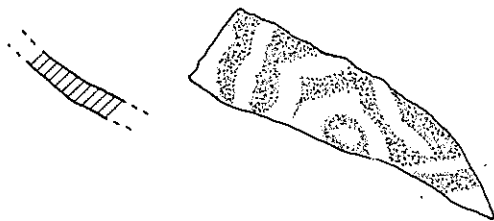
Ano:

Quadrícula:

Nível:

Contexto:





N.º Inventário: CR/DR/0030

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo:

Boca:

Coro:

Bojo: Semi-esférico

Asa:

N.º Asas:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Cor: Branco-dourado vermelho

Motivo Int.: Epigráfica

Local Int.: Bojo (3)

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Cor: Branca

Motivo Ext.:

Local Ext.: Bojo

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Textura: Porosa e um bocado escamosa

Intrusões: Xisto-chamota

Tamanho: Médio

Fabrico: Torno rápido

Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

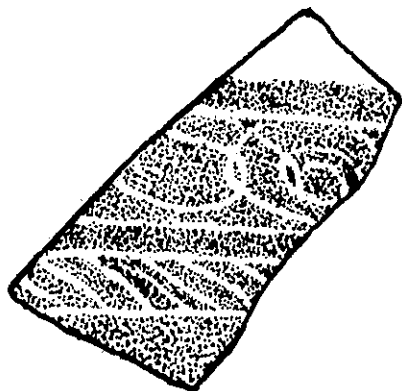
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1981

Quadrícula: 4A

Nível: 1c

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0031

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo:

Boca:

Coro:

Bojo: Semi-esférico

Asa:

N.º Asas:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Cor: Branco-dourado amarelo

Motivo Int.: Vegetal

Local Int.: Bojo

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Cor: Melado

Motivo Ext.:

Local Ext.: Bojo

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Textura: Porosa

Intrusões: Xisto-calcário-mica-silica-chamota

Tamanho: Médio

Fabrico: Torno rápido

Cozedura: Porosa

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Metade do séc. XII

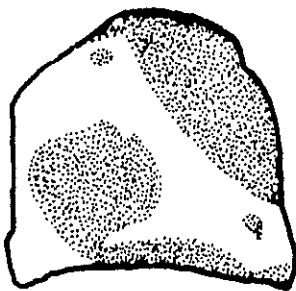
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1982

Quadrícula: AF3

Nível: 2a

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0032

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo:

Boca:

Coro:

Bojo: Semi-esférico

Asa:

N.º Asas:

Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado

Cor: Branco-dourado esverdeado

Motivo Int.: Vegetal

Local Int.: Bojo

Técnica Ext.: Vidrado monocromo

Cor: Melado

Motivo Ext.:

Local Ext.: Bojo

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Textura: Porosa

Intrusões: Xisto

Tamanho: Médio

Fabrico: Torno rápido

Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos: Tipo de folha (GRUBE, 1976: 218) e Málaga s. XII (GÓMEZ MORENO, 1940: fig. 4-8)

Bibliografia:

Cronologia: Metade do séc. XII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1982

Quadrícula: AF3

Nível: 2a

Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0033

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo: Semi-esférico
 Asa: N.º Asas:
 Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
 Motivo Int.: Vegetal Local Int.: Bojo
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Ext.: Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Alaranjado Textura: Porosa
 Intrusões: Tamanho:
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

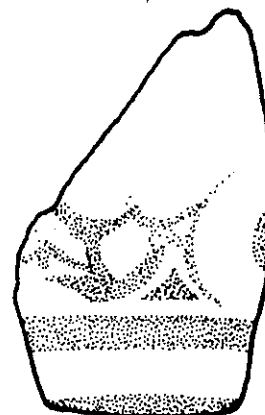
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1978

Quadrícula: AA

Nível: 1a

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0034

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo: Semi-esférico
 Asa: N.º Asas:
 Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado vermelho
 Motivo Int.: Epigráfico e vegetal Local Int.: Bojo
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Ext.: Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Alaranjado Textura: Porosa
 Intrusões: Tamanho:
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Dourado perdido em parte

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Metade do séc. XII

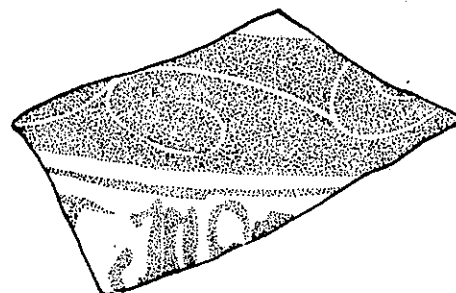
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1982

Quadrícula: AC

Nível: 2a

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0035

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo: Semi-esférico
 Asa: N.º Asas:
 Base:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado vermelho
 Motivo Int.: Vegetal Local Int.: Bojo
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo Cor: Branca
 Motivo Ext.: Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Alaranjado Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto Tamanho:
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Dourado perdido em parte

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

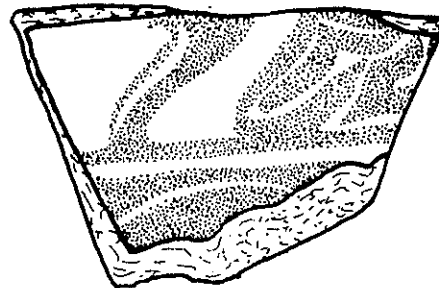
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

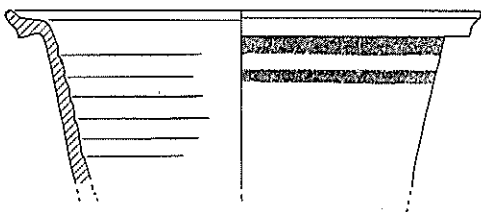
Ano: 1981

Quadrícula: AC1

Nível: 1b

Contexto:





N.º Inventário: CR/DR/0036

Tipo e Função: Tijela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 160 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Envasado ext. aba soerguida e moldura
 Colo: Cilíndrico
 Asa:
 Base:

Boca: Circular
 Bojo: Semi-esférico
 N.º Asas:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo
 Motivo Int.:
 Técnica Ext.: Vidrado dourado
 Motivo Ext.:

Cor: Branca
 Local Int.: Bordo-colo
 Cor: Branco-dourado vermelho
 Local Ext.: Bordo-colo
 Textura: Porosa
 Tamanho: Médio
 Cozedura: Oxidante

Técnica: Cor Pasta: Rosa

Intrusões: Xisto-chamota

Fabrico: Torno rápido

Observações: Dourado perdido em parte

Paralelos: Outras peças da própria Mértola (TORRES, 1987)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

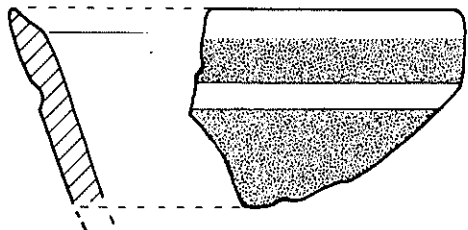
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1982

Quadrícula: 5B

Nível:

Contexto: 130a



N.º Inventário: CR/DR/0037

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 160 Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto em bisele
 Colo: Cilíndrico
 Asa:
 Base:

Boca: Circular
 Bojo:
 N.º Asas:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo
 Motivo Int.:
 Técnica Ext.: Vidrado dourado
 Motivo Ext.:

Cor: Branca
 Local Int.: Bordo-colo
 Cor: Branco-dourado vermelho
 Local Ext.: Bordo-colo
 Textura: Porosa
 Tamanho:
 Cozedura: Oxidante

Técnica: Cor Pasta: Alaranjado

Intrusões:

Fabrico: Torno rápido

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Metade do séc. XII

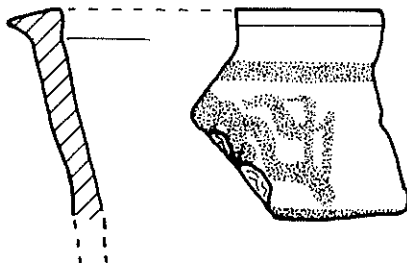
Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1982

Quadrícula: ACS

Nível: 2a

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0038

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Recto com rebordo
 Colo: Cilíndrico
 Asa:
 Base:

Boca: Circular
 Bojo:
 N.º Asas:

Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo
 Motivo Int.:
 Técnica Ext.: Vidrado dourado
 Motivo Ext.:

Cor: Melado
 Local Int.: Bordo-colo
 Cor: Branco-dourado vermelho
 Local Ext.: Bordo-colo
 Textura: Porosa
 Tamanho: Médio
 Cozedura: Oxidante

Técnica: Cor Pasta: Vermelha

Intrusões: Xisto-mica-chamota

Fabrico: Torno rápido

Observações:

Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc XII e primeiro quarto do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola

Ano: 1985

Quadrícula: 6F

Nível: 1c

Contexto:

N.º Inventário: CR/DR/0039

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo: Globular
 Asa: N.º Asas:
 Base:
Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Melado
 Motivo Int.: Local Int.: Bojo
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado vermelho
 Motivo Ext.: Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
 Intrusões: Quartzo Tamanho: Grande
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações:
Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Metade do séc. XII

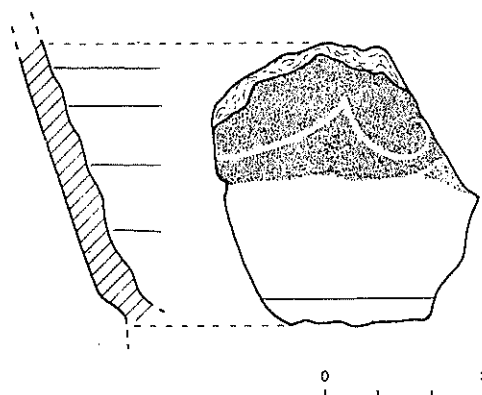
Procedência: Alcaçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: AF3

Nível: 2a

Ano: 1982

Contexto:



N.º Inventário: CR/DR/0040

Tipo e Função: Jarro

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: Diâmetro base: Largura: Altura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo: Globular
 Asa: N.º Asas:
 Base:
Decoração: Técnica Int.: Vidrado monocromo Cor: Melado
 Motivo Int.: Local Int.: Bojo
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado vermelho
 Motivo Ext.: Local Ext.: Bojo
Técnica: Cor Pasta: Vermelha Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto-calcárico-mica Tamanho: Médio
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Alterna redução e oxidação

Observações:
Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. XII e primeiro quarto do séc. XIII

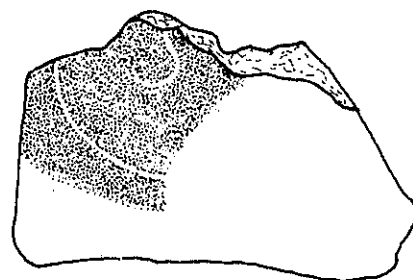
Procedência: Alcaçova do Castelo de Mértola

Quadrícula: 6L

Nível:

Ano: 1982

Contexto: 185



N.º Inventário: CR/DR/0041

Tipo e Função: Tigela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 195 Diâmetro base: 84 Largura: 195 Altura: 70

Morfologia: Bordo: Envasado ext. com rebordo Boca: Circular
 Colo: Bojo: Semi-estérico
 Asa: N.º Asas:
 Base: Convexa com pé anelar diagonal
Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
 Motivo Int.: Local Int.: Toda a peça
 Técnica Ext.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
 Motivo Ext.: Linha horizontal Local Ext.: Bordo
Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto Tamanho: Médio
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações:
Paralelos:

Bibliografia:

Cronologia: Metade do séc. XII

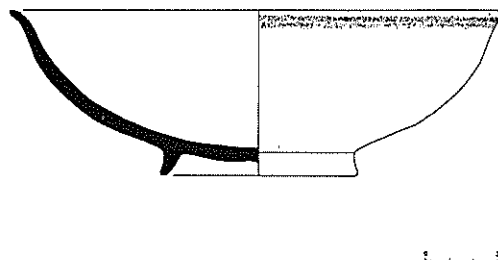
Procedência: Alcaçova do Castelo de Mértola

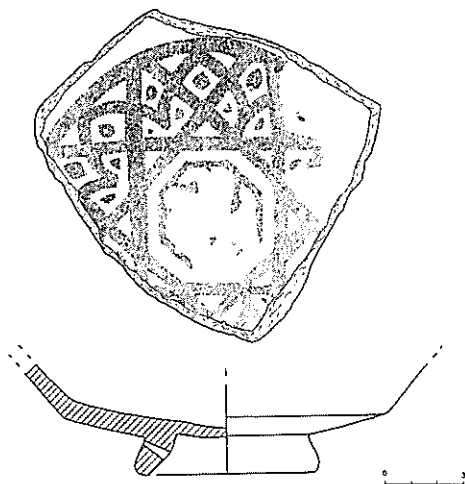
Quadrícula: AG1

Nível: 2a

Ano: 1981

Contexto: 185





N.º Inventário: CR/DR/0042

Tipo e Função: Tigela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 70 Diâmetro base: 70 Largura: Allura:

Morfologia: Bordo: Boca:
 Colo: Bojo: Bitroncocónico
 Asa: N.º Asas:
 Base: Convexa com pé anelar diagonal

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado amarelo
 Motivo Int.: Geométrico Local Int.: Base
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo Cor: Branco
 Motivo Ext.: Linha horizontal Local Ext.: Toda a peça

Técnica: Cor Pasta: Alaranjada Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto-calcário-silica Tamanho: Médio
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Não se vê parte do desenho

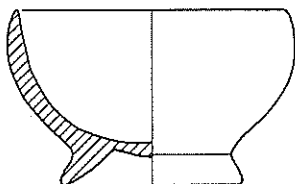
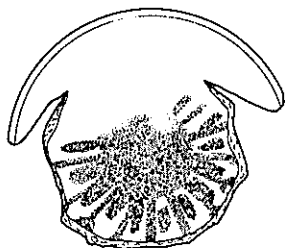
Paralelos: Forma em Murcia menos evoluída (NAVARRO, 1986) e (RETUERCE e ZOZAYA, 1991). Motivo antecedente em Museu Benaki de Atenas (PHILON, 1980: figs. 461, 509, 517, 515) em bacino de Pisa proveniente da Península Ibérica do século XII (BERTI e TONGIORGI, 1986)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. século XII e primeiro quarto do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola Ano: 1985

Quadrícula: 5A Nível: Contexto: 700a



N.º Inventário: CR/DR/0043

Tipo e Função: Tigela

Dimensões (em mm): Diâmetro boca: 70 Diâmetro base: 48 Largura: 75 Altura: 45

Morfologia: Bordo: Envasado int. Boca: Circular
 Colo: Bojo: Semi-estérico
 Asa: N.º Asas:
 Base: Convexa com pé anelar diagonal

Decoração: Técnica Int.: Vidrado dourado Cor: Branco-dourado esverdeado
 Motivo Int.: Geométrico Local Int.: Base
 Técnica Ext.: Vidrado monocromo Cor: Branco
 Motivo Ext.: Local Ext.: Toda a peça

Técnica: Cor Pasta: Bege Textura: Porosa
 Intrusões: Xisto-calcário-chamota (25) Tamanho: Médio
 Fabrico: Torno rápido Cozedura: Oxidante

Observações: Não se vê parte do desenho

Paralelos: Forma Caños de Meca, Cadiz (CAVILLA, 1992). Motivo frequente em cerâmica azul e dourada de Málaga e Manises encontrada em Tunes (DAOULATLI, 1980) e Pisa (BERTI e TONGIORGI, 1986: fig. 1 6)

Bibliografia:

Cronologia: Segunda metade do séc. século XII e primeiro quarto do séc. XIII

Procedência: Alcáçova do Castelo de Mértola Ano: 1985

Quadrícula: 5A Nível: Contexto: 700

ARQUETAS ANDALUSÍES DE HUESO Y ASTA DE CIERVO (S. XII-XIII).

EL TALLER DEL CASTILLO DE LA TORRE GROSSA DE XIXONA (ALICANTE)

R. AZUAR*

J. A. LÓPEZ PADILLA*

La amable invitación a participar en vuestra revista, me alentó a adentrarme en campos sugeridos en su día, con esa inquebrantable vocación de pionero, por mi amigo Claudio Torres en apasionantes trabajos sobre el valor cultural y popular de los objetos realizados aprovechando ya sea los huesos o las astas de animales y cuya mejor referencia era su artículo sobre los «*cabos de faca*» (Torres, 1986). En él desarrollaba una explicación de mayor calado cultural y etnográfica, sobrepasando la tradicional simplicidad de la definición funcional de «mangos de cuchillo», o quizás el más aristocrático de «fichas de ajedrez», — atribución ésta todavía utilizada en algunos estudios o catálogos (Granada, 1995, nº 182, 429) —, para identificarlos como los tradicionales y populares mangos de rueca para el hilado. Profundizar ahora en este objeto me parece innecesario, ya lo hice en su día (Azuar, 1989), por lo que me pareció más adecuado revisar un conjunto importantísimo y variado de piezas de hueso halladas en unas excavaciones antiguas efectuadas en el castillo medieval de la Torre Grossa de Xixona (Alicante), cuyo conjunto está publicado (Azuar, 1985), pero a falta de un estudio más detallado; sobre todo, en aquellos aspectos relacionados con la definición de la existencia a fines del siglo XII o siglo XIII, de un taller de fabricación de distintos objetos realizados en hueso o asta de ciervo, como podrían ser los mismos mangos de rueca, las nueces de

disparo de ballesta, tapaderas, cuentas de collar, etc. (Azuar, 1989), y, sobre todo, un aspecto que nos interesa particularmente para este artículo, el relacionado con la fabricación de «arquetas», posiblemente a imitación de las sículo-normandas, según opinión de M. Casamar (1985), pero indiscutiblemente andalusíes y realizadas con asta de ciervo y sobre soporte de madera; materiales no tan lujosos como el marfil pero tratados con una desarrollada tecnología de talla, como analizaremos, que muestra claramente el alto nivel alcanzado por los artesanos no palatinos, ni urbanos, sino de una comunidad rural asentada en un poblado fortificado, como era este castillo de Xixona.

La existencia de este taller nos situaba ante la posible singularidad de un fenómeno o manifestación de ámbito marcadamente local (Azuar, 1989, 366-7), pero la aparición en estos últimos años de plaquetas similares pertenecientes a arquetas prismáticas de la

* Museo Arqueológico Provincial de Alicante — Avda. de la Estación, 6 — 03071 ALICANTE.

misma materia y tecnología, en lugares tan alejados como el castillo de Alarcos (Ciudad Real) o en Moura (Portugal), echa por tierra esta visión y nos sitúa ante una generalización de esta industria dentro de las fronteras de al-Andalus ya en fechas muy tardías como sería el propio siglo XIII. Por estas razones, se hacía necesario reabrir esta investigación, parada a finales de la década de los años ochenta, y ello ha sido posible gracias a la colaboración de J. A. López Padilla, especialista en tecnología del hueso desde la prehistoria hasta la edad Media, y que ha desarrollado un detallado estudio de todo el proceso productivo, así como la identificación de casi un centenar de plaquetas encontradas en el yacimiento y sólo publicadas parcialmente.

1. EL TALLER DEL CASTILLO DE LA TORRE GROSSA DE XIXONA

Las excavaciones llevadas a cabo en la década de los años cuarenta en este castillo de Xixona, cuyas dispersas informaciones así como el importante conjunto de materiales arqueológicos encontrados fueron dados a conocer en un extenso y detallado inventario (Azuar, 1985), propiciaron un volumen importante de elementos de hueso entre los que se distinguían una gran cantidad de placas rectangulares de distintos tamaños y de incomprensible uso, junto con dados, nueces de ballesta, mangos de rueca y otros objetos que en un primer análisis sugerían la idea de hallarnos ante los restos de un pequeño taller de «eboraria» (Azuar, 1989, 365).

La posibilidad de encontrarnos ante un taller, pero no de talla de marfil sino de hueso o de asta, se confirmó con el estudio más detenido de los restos de huesos y, sobretudo, de las astas trabajadas (López Padilla, 1995). Reforzaba esta tesis, no sólo las huellas de la talla y de los distintos matices del proceso de trabajo apreciable en las plaquetas, sino también la presencia de una rica variedad de objetos, realizados todos ellos en hueso: cuentas de collar, varios mangos de rueca y otros (Azuar, 1989, fig. 126 y 127). A estos objetos habría que añadir los distintos fragmentos de recortes y astas a medio trabajar halladas en el transcurso de la excavación y que no se recogían en el mencionado inventario de fondos, pero que se guardan en el Museo Arqueológico de Alicante y han sido estudiados por J. A. López-Padilla (1995).

La presencia en un mismo yacimiento de los productos manufacturados y de los desechos de producción ha sido el factor que ha permitido reconstruir todo el proceso de trabajo de las materias óseas llevado a cabo en este taller, desde la obtención de materias primas hasta el acabado último del producto. No hay duda de que las astas localizadas en el castillo pertenecieron a ejemplares de «*Cervus elaphus*», aunque resulta más difícil saber si se extrajeron de cráneos de ciervos abatidos o se recogieron durante el período de desmogue, cuando éstos mudan la cuerna. A partir de los ejemplares de Xixona podríamos confirmar que al menos en un caso el asta se había desprendido de modo natural, lo que podría constituir un indicio de que este tipo de materia prima fue selectivamente recolectada y aportada al taller para su transformación.

Al respecto resultan muy interesantes las apreciaciones de M. Benito (1990, 169) acerca de la escasez de restos óseos de ciervos en otros yacimientos medievales alicantinos que, en su opinión, se explicaría por una preferencia del consumidor musulmán de las carnes blandas de los ovicaprinos y de los conejos sobre la proveniente de la caza o de las especies venatorias. No obstante, a la vista de los datos actuales, resultaría inútil entrar en un interesante y clarificador, aunque complejo debate, sobre la naturaleza de esta aportación y sus posibles canales de distribución (MacGregor, 1985, 35); por ello, hay que admitir la genérica — aunque exigua — presencia de restos de ciervo



Lámina I — Objetos de hueso y asta de ciervo, junto con restos del proceso de fabricación del taller del castillo de la Torre Grossa de Xixona.

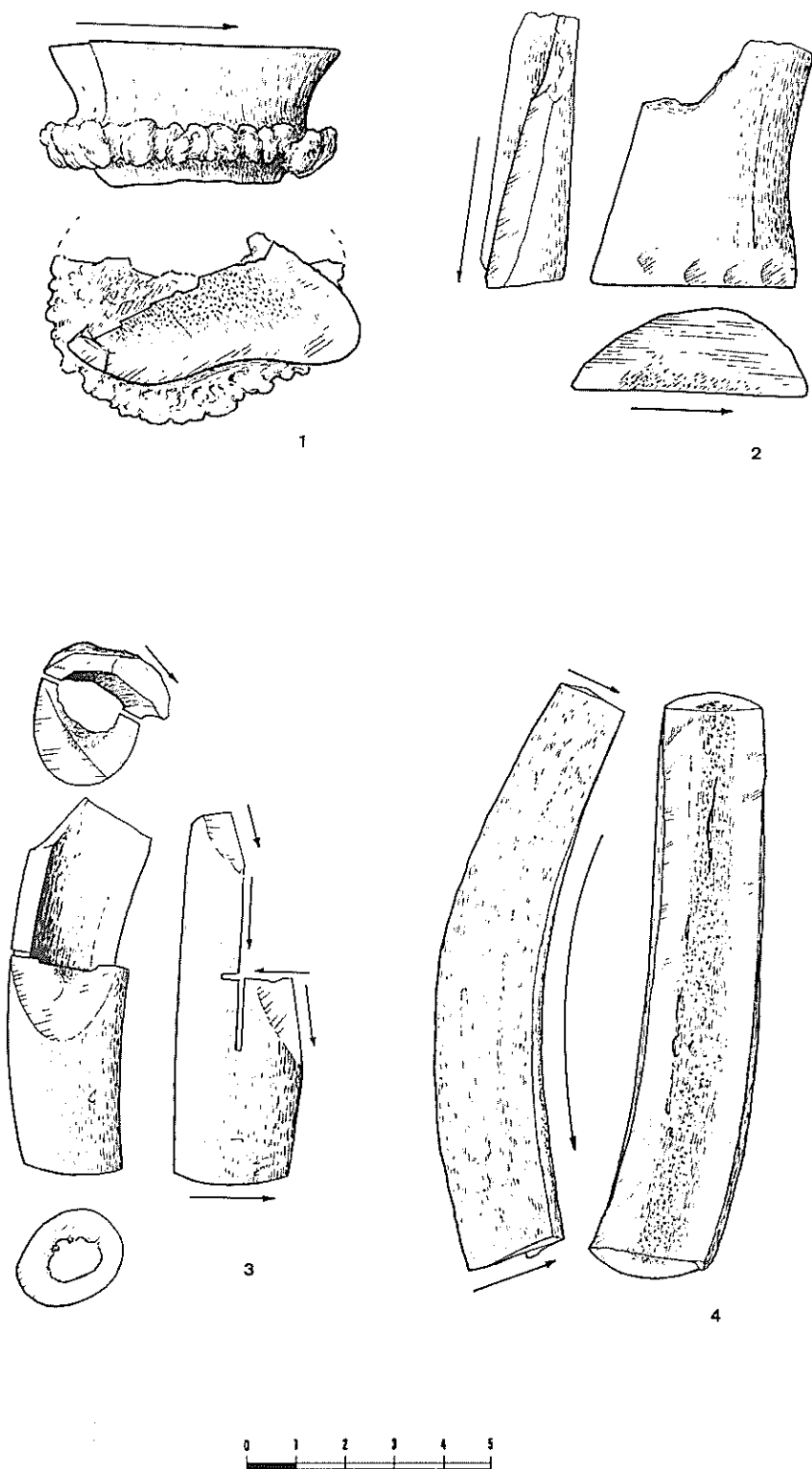


Figura 1

en los yacimientos contemporáneos (Benito, 1988; 1993), como un hecho que facilitaría el disponer de este tipo de producto dentro de un área de abastecimiento definida por el entorno montañoso del yacimiento — el castillo de Xixona se encuentra a los pies de la formación montañosa de la sierra alicantina constituida por la Carrasqueta de 1020 m s.n.m. y por la sierra Aitana de 1558 m s.n.m.

La producción de placas o láminas destinadas a la fabricación o montaje posterior de refinadas arquetas era una tarea muy compleja, como lo demuestra el análisis detallado de las distintas señales de manipulación conservadas en los restos de astas trabajadas. En primer lugar, una inmensa mayoría de las placas fueron cortadas por medio de una sierra metálica, mientras que de algunos ejemplares no es posible confirmar si se utilizó únicamente una sierra o también un pequeño cuchillo. En algunos fragmentos pueden apreciarse rectificaciones en la dirección de los cortes que, por otra parte, no se realizaron con una sierra de arco. Son especialmente notorios los aserrados rectos que se localizan en la base de las luchaderas seccionadas (Fig. 1.1), con amplias superficies de corte. Sin embargo, aunque se han localizado otros tipos de instrumentos metálicos en el castillo — cinceles, formones, escoplos... (Azuar, 1989) — no se tiene noticia de ninguna hoja de sierra, de modo que la presencia de éstas ha de presuponerse a partir de los restos que tratamos, ya que está documentado su uso desde el siglo XI, como atestigua el fragmento aparecido en el conjunto de Liétor (Albacete) y que tuvo la oportunidad de conocer, gracias a la amabilidad de J. Navarro, al consultar el texto todavía inédito del hallazgo.

El aserrado constituye, sin duda, la acción transformadora más importante en la pre-

paración de las astas. La elaboración de cada tipo de pieza exigía una acción o cadena de acciones destinadas a obtener una porción apropiada de materia prima que permitiera su adecuada manufactura. La separación de las astas del cráneo constituye, obviamente, una primera actuación, pero que sólo sería necesaria en aquellos casos en los que las cuernas procediesen de ciervos cazados. En cualquier caso, algunas piezas podrían indicar que el aserrado transversal del asta a la altura casi inmediata del medallón era un proceso corriente, desechándose posteriormente esta parte de la cuerna debido probablemente a su tejido esponjoso demasiado abundante y sus formas irregulares (Fig. 1.1). Con todo, su aprovechamiento está constatado en algunos yacimientos europeos (MacGregor, 1985) lo que, unido a lo exiguo del registro conocido hasta la fecha en nuestro país, impide concluir si ello era realmente una práctica habitual en otros talleres de la Península. Una vez seccionada la base del asta se procedía a cortar, también por la base, las luchaderas y los candiles. Resulta interesante observar cómo en algunos casos el aserrado transversal no se realizaba completamente, sino que la separación definitiva de las luchaderas se producía por fractura. Se obtenían de este

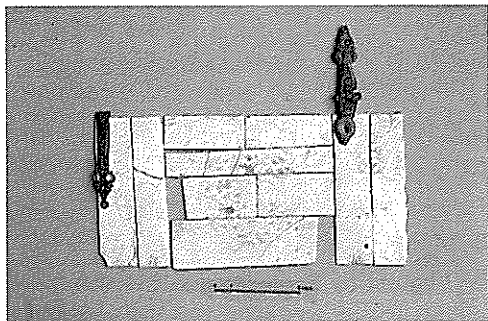


Lámina II — Placas óseas y herrajes de la arqueta de la Torre Grossa.

modo las porciones aprovechadas para la elaboración de algunos tipos de mangos y otros elementos.

Sobre las luchaderas así cortadas se podía actuar posteriormente de dos maneras: una se basaba en la combinación del aserrado longitudinal con el perpendicular que permitía extraer trozos recortados del asta, documentamos en el yacimiento tanto a partir de las porciones seccionadas (Fig. 1.2) como de los fragmentos de los que fueron extraídas. En éstos últimos se aprecian nítidamente las líneas de aserrado entrecruzadas que permiten reconstruir con claridad la técnica de extracción (Fig. 1.3).

La segunda técnica consiste en aserrados longitudinales que sólo afectan a las paredes óseas del asta, presentes en los extremos distales de algunas de estas luchaderas. Los cortes afectan precisamente a la parte que contiene menor cantidad de tejido esponjoso, o lo que es lo mismo, a aquéllas susceptibles de proporcionar mayor cantidad de pared ósea, confiriéndoles una forma más o menos rectangular perfectamente apreciable en las secciones transversales reproducidas.

Después de una primera fase preparatoria, las distintas partes de las astas así recortadas se someten generalmente a un proceso de extracción de la materia sobrante destinada a la elaboración definitiva de las producciones. Huelga decir que la forma definitiva de cada tipo de pieza viene en gran medida determinada por la morfología de la porción del asta empleada en su fabricación, en la misma medida en que la selección de una parte concreta del asta se impone, hasta cierto punto, por la forma de la pieza que se desea manufacturar.

El raspado parece haberse utilizado con profusión en esta etapa del proceso de producción. Sus señales son evidentes en piezas como las nueces de ballesta — en las cuales se combinan técnicas de aserrado y extracción con el raspado y el pulimento que encubre la mayor parte de las señales de elaboración.

Las perforaciones que presentan estas piezas así como probablemente también las decoraciones de círculos con punto central —por ejemplo la presente en muchos mangos de ruca— nos hablan casi con toda seguridad de la utilización del parahuso o torno de tensión, semejante a los documentados en otros lugares de Europa (MacGregor, 1985), y de la Península Ibérica (Menéndez-Pidal, 1984) pese a que no han sido hallados en el yacimiento.

Por tanto, si la abundancia de manufacturas elaboradas sobre materiales óseos hizo suponer en su día la existencia de un taller dedicado a la fabricación de este tipo de elementos (Azuar, 1985), el análisis de los desechos y de las técnicas utilizadas en su producción permite confirmar rotundamente la presencia en el castillo de la Torre Grossa de al menos un artesano dedicado a este tipo de industria, al tiempo que se hacía patente la importancia del asta de ciervo como materia prima frente al hueso o el marfil, sin duda atendiendo a razones no sólo de disponibilidad sino de rendimiento respecto al proceso productivo.

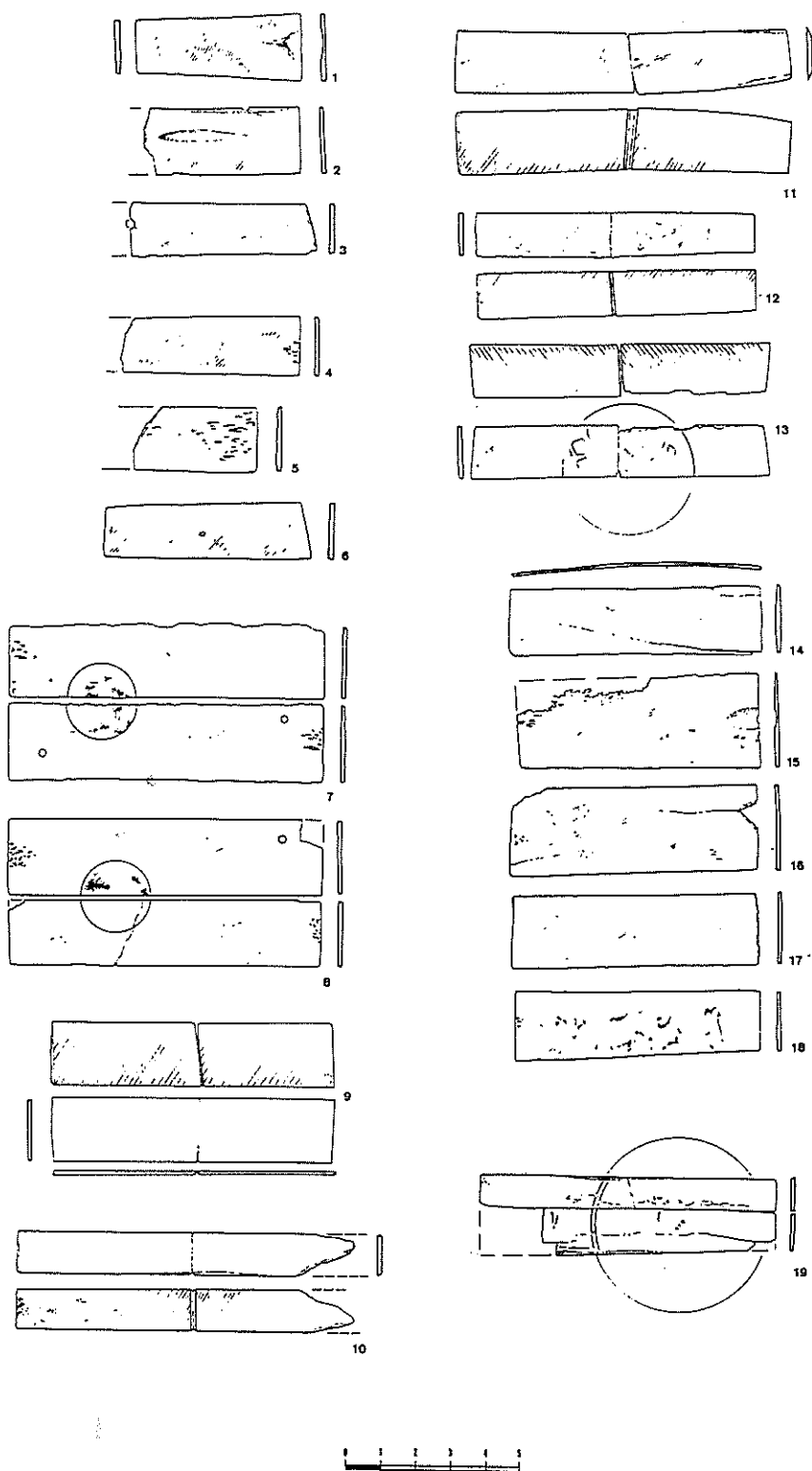


Figura 2

2. EL TALLER DE ARQUETAS DE ASTA DE CIERVO

Del importante registro de objetos hallados en el transcurso de la excavación, los cuales se aproximan a una cifra de medio centenar entre cerámicas, metales, huesos, conchas, etc, hemos seleccionado todas aquellas que pueden vincularse a este taller y, en concreto, a su producción de arquetas; es decir, se han seleccionado desde las meras placas o láminas de asta, hasta los fragmentos de madera, únicos restos conservados del esqueleto de las cajas, pasando por todos aquellos objetos de metal que conformarían los herrajes, guarniciones, bisagras, cierres, etc.; en conjunto, un lote superior a un centenar de piezas cuya descripción minuciosa o individualizada ya se efectuó (Azuar, 1989, Lopez-Padilla, 1995, 1995a), por lo que evitamos la farragosidad de su inventario, limitándonos al tratamiento sintético, en dos grandes apartados, de los objetos óseos y de los metálicos. En estos apartados, se realizarán las correcciones necesarias a los errores de atribución funcional de determinados elementos aparecidos en las mencionadas publicaciones.

2.1. Elementos óseos

El conjunto total de plaquitas óseas analizado es de 74, muchas de ellas decoradas (36) bien sea mediante incisiones, pintura o pan de oro. La elaboración de estas placas se ha realizado en el 95% de los casos sobre asta de ciervo, como pone de manifiesto el tejido esponjoso conservado en el anverso y reverso de muchas de ellas (Fig. 2.4-5 y 15-16; Fig. 3.11), mientras que un número mucho más reducido conserva la huella del canal medular, lo que señala el empleo del

hueso (Fig. 2.1-2 y 15). En algunos casos hasta parece poder adivinarse la forma de la luchadera del asta utilizada para la extracción (Fig. 2.11). De hecho suponemos que para la obtención de muchas de estas placas se procedía aserrando longitudinalmente la luchadera o candil del asta, de modo que la resultante fuese una varilla de longitud variable cuyas irregularidades eran posteriormente limadas y pulidas.

Del análisis de las placas se deducen una serie de datos que proporcionan una valiosa información acerca de la técnica empleada tanto para el forrado del armazón de madera como para la posterior decoración de la arqueta: se han conseguido recomponer varillas completas de hasta 15,35 cm, compuestas por tres plaquitas de alrededor de 5 cm de longitud, perfectamente aserradas transversalmente.

Los ejemplos de sólo dos plaquitas son mucho más numerosos (Fig. 2.9-13). En cualquier caso, tanto unas como otras creemos que son ilustrativas de un aserrado en serie de las placas, obteniéndose un número variable de porciones según la longitud de la matriz. El aserrado de las varillas para la obtención de las placas se realiza invariablemente del mismo modo: una incisión longitudinal de 0,7 mm secciona en forma de «V» una de las caras sin llegar a cortar completamente la varilla, procediéndose entonces a separar las porciones mediante flexión (Fig. 2.9). En la gran mayoría de los casos la cara en la que se realiza la incisión es la que presenta menor pulimento o mayor porción de tejido esponjoso, y en el caso de las plaquitas decoradas siempre en el reverso.

No resulta difícil identificar en casi todos los casos el anverso y el reverso de las plaquitas, ya que éste último suele presentar unas gruesas señales de limado, mientras que en el anverso la superficie presenta un aspecto mucho más cuidado.

Acerca de la técnica empleada para el forrado de la caja de madera las piezas proporcionan una valiosa información: en primer lugar, las perforaciones que aparecen en bastantes de ellas (con un diámetro siempre oscilante entre los 0,17 y los 0,2 cm) no presentan en ningún caso restos de óxidos que hagan suponer la presencia de clavos metálicos para sujetarlas al armazón de madera. Ello nos confirma la utilización de pequeñas astillas de hueso para esa función, además de algún tipo de sustancia adhesiva que no ha dejado resto alguno en las piezas, ya que son pocas las que presentan perforaciones, de modo que la gran mayoría debió contar con otra clase de sujeción. Sólo una pieza (Fig. 3.11) aparece atravesada por un clavo de bronce, pero se trata muy probablemente de una de las varillas utilizada como marco o quicialera de la arqueta.

Respecto a la disposición de las placas, las hallamos en conjuntos de dos, tres y hasta cinco, claramente relacionadas por la decoración incisa y pintada ejecutada sobre ellas (Fig. 3.1 y 2). En algunos casos las placas relacionadas presentan anchuras y longitudes muy diferentes (Fig. 3.1), mientras que en otros no sólo tienen las mismas dimensiones (Fig. 2.7-8; Fig. 3.14) sino que en realidad forman parte de la misma varilla-matriz (Fig. 2.13 y 19). Este último caso resulta francamente interesante, ya que cabe preguntarse por qué fueron cortadas si en realidad iban a ser colocadas una junto a otra sobre la tabla de madera. La sección de estas placas no puede deberse a fracturas accidentales no intencionadas, pues en ellas se observa el mismo método de aserrado que ya hemos expuesto anteriormente. Creemos que una posible explicación podría estar en relación con la peculiar forma de cortar las varillas: al no seccionarla completamente sino realizando una guía, separando posteriormente mediante fractura, se evita en el anverso la pérdida de los aproximadamente 0,7 mm abiertos por la hoja de la sierra. Ello permitiría jugar con ese pequeño margen para ajustarlas convenientemente al armazón de madera, separándolas o



Lámina III — Flejes y herrajes metálicos.

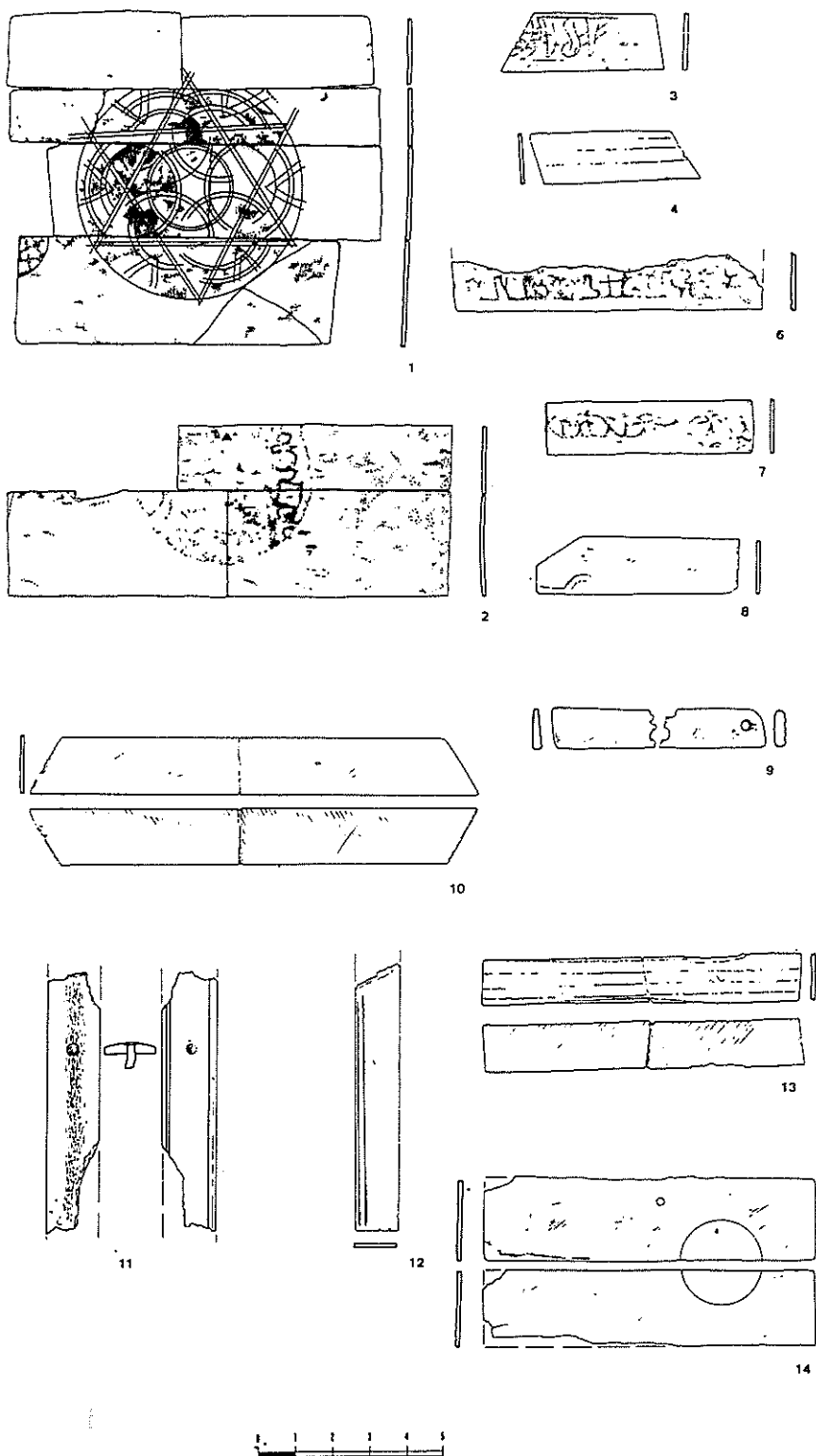


Figura 3

acercándolas al máximo. Sea cual fuere el motivo, parece que ello se aplicó tanto a las placas de forrado de la caja como de la tapa (Fig. 3.10).

Parece existir una cierta modulación de las placas, aunque no acaba de apreciarse una estandarización clara: junto a piezas de anchura y grosor idénticos (Fig. 2.7-8 y 14-18) — entre los 9 por 2 cm las primeras y los 7 por 2 cm las últimas — aparecen otras de dimensiones variables que, sin embargo, conforman un mismo panel (Fig. 3.1-2). No obstante, puede aventurarse una reconstrucción hipotética y parcial, a partir de algunas asociaciones de piezas (Fig 6).

Finalmente, resulta obvio que la decoración de la arqueta se llevó a cabo cuando todas las placas estaban ya cubriendo el armazón de madera. En algunos casos ha quedado huella del compás utilizado para marcar las pequeñas incisiones circulares que después eran cubiertas con motivos en pan de oro. Probablemente la escritura que aparece en varias plaquitas también se realizó sobre las piezas ya engarzadas a la madera (Fig. 3.3 y 6-7).

2.2. Elementos metálicos

Dentro del conjunto de objetos aparecidos junto a las plaquetas de hueso hay una serie de piezas más o menos fragmentadas realizadas en su mayoría en bronce, algunas en cobre y otras en azófar que, en conjunto, corresponden a las guarniciones, bisagras y adornos utilizados en la terminación de estas arquetas.

En la relación de objetos expuesta en su día (Azuar, 1989, 203) se incluían, equivocadamente, las bisagras 7070, 7072 y 7073 (Azuar, 1985, 103, lote 214), las cuales

corresponden a hebillas de correajes o de indumentarias pero no pertenecen a una arqueta. La atribución del resto de las piezas creemos que sigue siendo válida.

Estarían vinculadas a la fabricación o al montaje de estas arquetas las siguientes piezas: las guarniciones o refuerzos números 6930 y 7096 (Azuar, 1985, 103, Nº. 215) (Fig. 4.3 y 5.6) realizadas en bronce, de forma alargada o de pináculo, con remate lanceolado en un extremo, con dos perforaciones laterales y en el otro extremo el inicio de lo que podría ser la doble charnela de la bisagra, apreciable sólo en el nº 6930, ya que la 7096 está seccionada por su parte medial, a modo de ojos. Como decoración presentan en la base del remate una doble faja incisa y en su otro extremo, limitando el remache o clavito, otras dos incisiones, según se aprecia en la pieza nº 6930.

Otras bisagras inventariadas son las números 7069 y 7068 (Azuar, 1985, 103, Nº 214) (Fig. 5.3 y 2) que, realizadas en bronce, corresponden a la misma hoja de la charnela, la macho, y por tanto documentan la existencia de dos bisagras; sus cuerpos son de sección semicircular por acción del curvado de sus lados y de una anchura de 0'8 cm, por 5'7 cm de largo; el gozne o charnela está fabricado con la torsión de la lámina recortada con forma de flecha y posteriormente remachada.

La única bisagra completa es la 7071 (Azuar, 1985, 103, Nº 214) (Fig. 5.5), realizada en cobre, de doble hoja, con una longitud máxima de 7 cm. y de anchura máxima 1 cm; las hojas son de tamaño desigual, la más pequeña o fija es de 3 cm. de forma lanceolada, con perforación en su centro para el clavo y sin decoración, su extremo se pliega sobre sí mismo y se remacha sus extremos para formar la charnela. La hoja mayor está más elaborada es de 4'2 cm de longitud y 1'2 cm en su parte más ancha; su forma es también lanceolada, de tres lóbulos, el superior perforado y los laterales incisos, y con decoración incisa entre los lóbulos y en la base del pináculo. Se remata la hoja con el gozne fabricado por la torsión del extremo y remachado, de forma similar que la otra hoja. El pasador de la bisagra es una simple varilla de cobre de puntas dobladas.

Como adornos estarían las varillas siguientes; la mayor está formada por varios fragmentos agrupados bajo el epígrafe del lote nº 212 y de los que se inventariaron con los nº 7075 y las terminaciones 7076 (Azuar, 1985, 103, Nº 212) (Fig.4.2). El adorno en su conjunto reproduce una varilla de sección de casquete esférico, con orificio en su parte central y terminada en dos remates iguales, lanceolados con perforación central para el remache o clavo y termina en un pequeño pivote. La pieza presenta restos de los clavos por los que se insertaban en el alma de madera, según se aprecia en la impronta de las mismas dejadas en el resto de madera nº 7151 (Azuar, 1985, 123, Nº 245) (Fig. 4.2). Del mismo tipo es el fragmento de varilla nº 7074 pero su terminación es en forma de pico de ave con orificio para el clavo, imitando un ojo (Fig. 4.1).

El tirador de la arqueta podría ser la pieza nº 7098 del conjunto (Azuar, 1985, 103, Nº 215) (Fig. 5.7), en forma de antebrazo de sección octogonal, que forma al exterior en su tercio superior una decoración ligeramente diamantina, con acabado en su extremo superior de una especie de mano, restos de la bisagra, y en el otro extremo arranca una anilla transversal sujeta por un pasador transversal.

Este tipo de tirador correspondería, por deducción a un cierre de pasador, pero sin embargo, en el conjunto hallamos parte de la placa de la cerradura, la nº 7032 (Azuar, 1985, 105, Nº 227) (Fig. 5.8), de forma rectangular en lámina de latón y, aunque fragmentada, sus dimensiones son de 4'8 x 3'5 cm, con dos pequeñas perforaciones en un extremo y en el otro, en su parte central, la abertura o muesca de la cerradura, faltándole el pedazo de

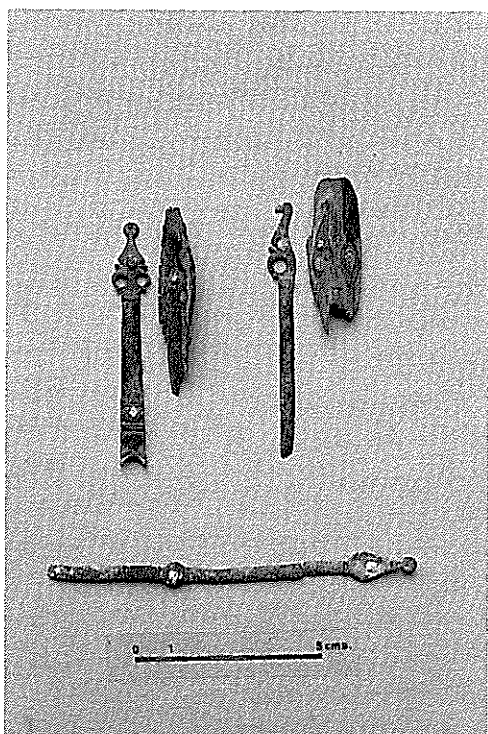


Lámina IV — Herrajes de metal y las improntas dejadas por éstos en el armazón de madera.

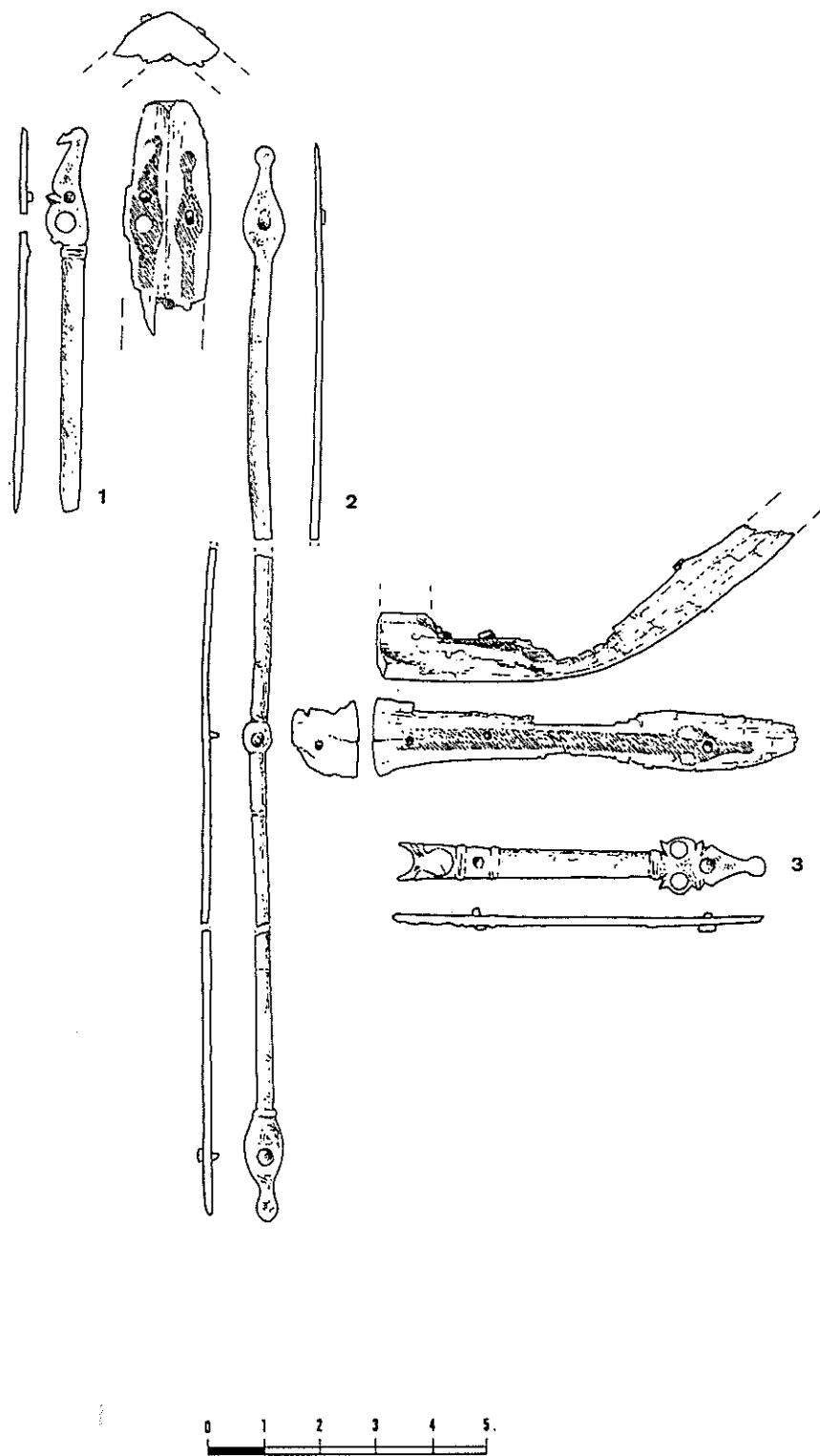


Figura 4

la lámina en donde iría el ojo de la llave. Sin decoración.

Se completarían los aderezos que portaban esta o estas arquetas con la inclusión de un asa fragmentada, de la que en su día se la consideró como formada por dos elementos (Azuar, 1989, 203), pero que en este momento sólo es defendible la pieza nº 7077 de forma ligeramente romboidal, con dos mordientes en los lados más anchos e incisiones transversales en los zonas mediales del cuerpo; ésta termina en un extremo de sección circular, correspondiente al inicio de la típica terminación en «S hacia dentro» y de una longitud conservada de 3'8 cm (Azuar, 1985, 103, Nº 213) (Fig. 5.9).

Otra pieza, aunque fragmentada, de la que sólo se conserva el núcleo o vástago central y le faltan los extremos, es la nº 7097 (Azuar, 1985, 103, Nº 215) (Fig. 5.1), correspondiente a una bisagra.

Realizadas en latón y que pueden considerarse como un pasador del asa de una arqueta y un adorno, serían: la primera, la nº 7035 (Azuar, 1985, 105, Nº 227) (Fig. 5.4), correspondiente a un embellecedor de casquete esférico, con orificio central por donde se inserta un pasador doble en el que se engazaría el asa y se sujetaba interiormente con una simple apertura de sus extremos. La otra pieza sería el adorno nº 7095 (Azuar, 1985, 105, Nº 227) de disco polilobulado con orificio central.

A estos elementos se añadirían los cuatro fragmentos de madera agrupados en el lote nº 245 (Azuar, 1985, 118) y que corresponden a ángulos, conservando los restos de los clavos o remaches utilizados para sujetar las plaquetas de hueso al bastidor de madera, así como las improntas o huellas de la varilla 7076, de la pieza nº 6930 y de la pieza nº 7074 (Fig. 4).

La tipología de las guarniciones es muy común en las arquetas de marfil sicilianas (Cott, 1939), ya sea en las de forma cilíndrica o en las de tipo prismático que se generalizaran a partir del siglo XII, como recoge la monumental obra de E. Kühnel (1971). La arqueta que analizamos combina las bisagras de sección curva con las terminadas en forma lanceolada y de sección plana. Las primeras son muy comunes en los botes cilíndricos, ya desde época fatimí (Kühnel, 1971), pero combinadas con guarniciones acabadas en pico de ave con un ojo sólo conocemos un ejemplar de arqueta siciliana que se recoge en el catálogo de la exposición de Estocolmo (1985, nº 42, 122).

La observación de los herrajes pone de manifiesto que nos hallamos ante un con-

junto unitario caracterizado por la presencia de unas singulares terminaciones trilobuladas que recuerdan el típico motivo vegetal de las decoraciones monumentales y con ojos o perforaciones en sus centros. Esta decoración se acompaña con alguna incisión simple para reforzar la terminación o extremo de la pieza y las zonas de claveteado. Esta decoración es una clara evolución de las terminaciones lanceoladas características de los herrajes de las arquetas de factura Siciliana (Cott, 1939), pero de la que sólo encontramos contados ejemplares; así, la pieza con un herraje idéntico en su cierre es la conocida arqueta de la catedral de Tortosa (Ferrandis, 1940, 262, Nº 163, Lam. LXXXIII), y cuya cronología de fines del siglo XII y principios del siglo XIII ha sido ratificada recientemente por J. Zozaya (Granada, 1992, 265, Nº 51).

Con herrajes terminados en la flor polilobulada se conocen muy pocos ejemplares y curiosamente todos ellos son botes cilíndricos; así, conocemos el precedente de la colección Serra Vilaró (Ferrandis, 1940, 196, Nº 74, Lam. LIII) de atribución siculo-normanda y datado en el siglo XII; el bote de Santo Domingo de Silos de tapa semiesférica, cuyas terminaciones de los herrajes desarrollan este mismo motivo, considerado como de los siglos XII-XIII (Casamar, 1985, 26, Nº 6); y, por último, el bote de la Walter Art Gallery de Baltimore, recogido en su día por P. B. Cott (1939, 45, Nº 96, Pl. LX) datado como del s. XII, pero del que señala que los herrajes han de ser posteriores.

Es evidente que esta terminación tan singular de los herrajes rompe con la tradición anterior de terminaciones lanceoladas pero lisas y de sección curva y estamos convencidos de que son los precedentes de los herrajes posteriores, seguramente realizados en los talleres granadinos, caracterizados por formas más elaboradas y rellenos con tramas ralladas sobre latones. Buenos ejemplos serían los herrajes que portan la arqueta granadina del siglo XIV del Museo Arqueológico Nacional (Granada, 1992, 268-9, Nº 53); el bote octogonal del Instituto Valencia de Don Juan de Madrid con unos herrajes más elaborados y también considerado como de talleres granadinos (Ferrandis, 1940, 266-7, Nº 168, Lam. LXXXVII). Algo anterior y no procedente de talleres granadinos, sería la arqueta de la catedral de Toledo y que según M. Casamar, podría considerarse como de los siglos XIII-XIV (1985, 22, Nº 4).

La aparición de estos herrajes junto con el conjunto de plaquetas y restos de asta talladas, no dejan lugar a dudas de que todos ellos proceden de este taller que existía en este poblado y por tanto no se pueden asociar estos herrajes a talleres granadinos; si a caso, a algún taller de bronce andalusíes en donde se podrían herrar o guarnicionar los botes decorados traídos de Sicilia y que podría ubicarse en algún lugar de la zona valenciana, viniendo a reforzar esta hipótesis la presencia de estos herrajes en la arqueta de la catedral de Tortosa.



Lámina V — Tirador, adornos y placa de la cerradura.

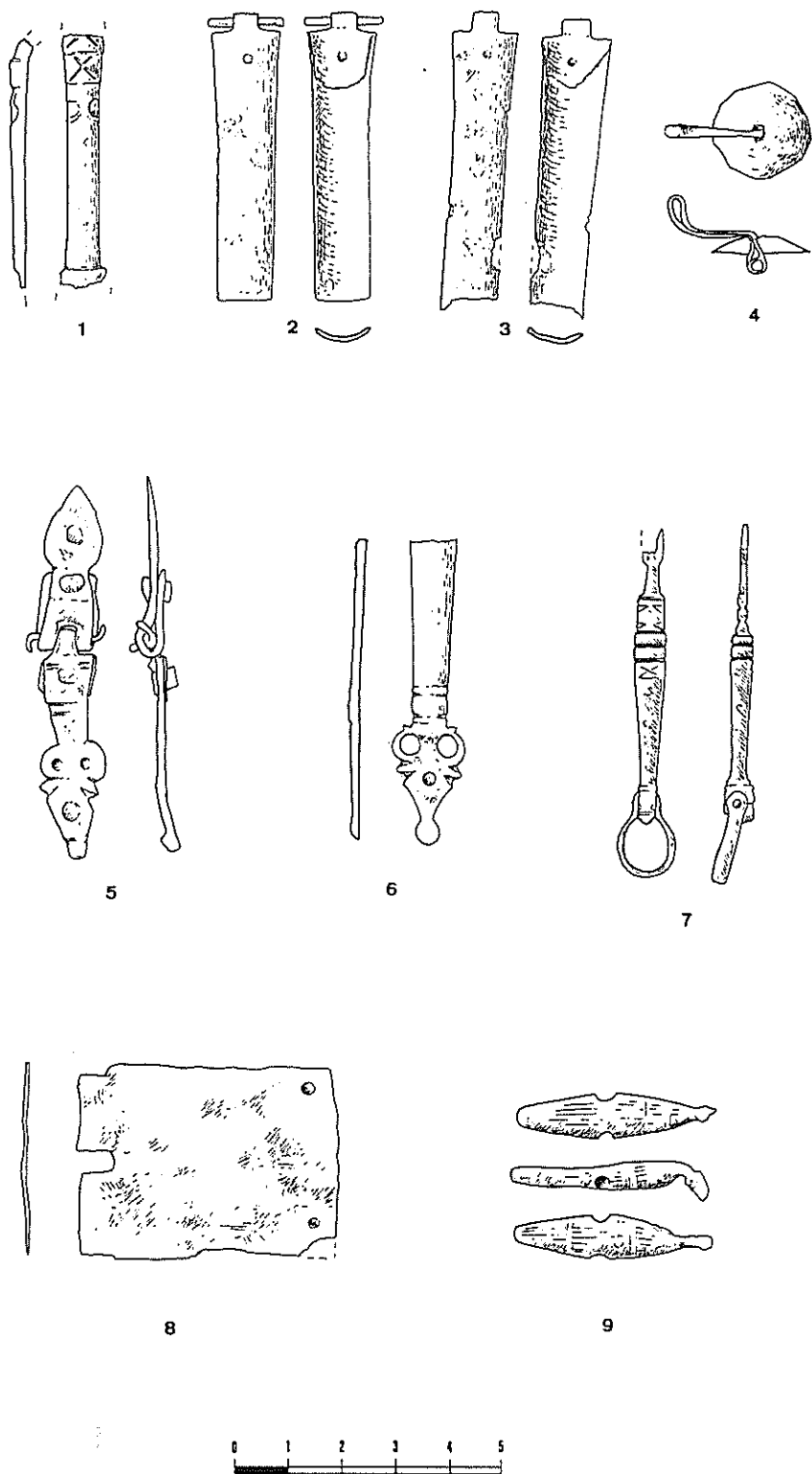


Figura 5

2.3. Tipología y decoración de las arquetas

La simple observación del tamaño y de la técnica de talla de las láminas o plaquetas de hueso, procedentes de las astas de ciervo, nos sitúan ante la evidencia de hallarnos ante un taller dedicado a la producción de arquetas, no de botes. La presencia de algunas plaquetas trapezoidales (Fig. 3.10) nos sugieren la posibilidad de que el tipo de arquetas que se construyeron en el taller fueran de tipo tumular. Tipológicamente se vincularía al reducido número de piezas o arquetas realizadas en pequeñas plaquetas. Producción ésta que de mutuo acuerdo fue considerada por P. B. Cott y J. Ferrandis como una producción andalusí y procedentes de algún taller de la Granada Nazarí del siglo XIV; en este grupo se encuadrarían las piezas de gran tamaño como la tapadera ataudada de la colección de D. Olegario Junyent (Ferrandis, 1940, 212, Nº 92, Lam. LXII; Palma de Mallorca, 1979, Nº 82); la arqueta de Santa María de Huerta (Ferrandis, 1940, 214, Nº 94, Lam. LXIII); de la Colegiata de Soria (Ferrandis, 1940, 214, 95, Lam. LXIV); la de la colección Lázaro Galdeano (Ferrandis, 1940, 220, Nº 101, Lam. LXIX). A éstas habría que añadir una muy interesante por sus reducidas dimensiones (9 x 6'6 x 7'5 cm), pero de la misma procedencia y cronología, nos referimos a la arqueta del Victoria and Albert Museum de Londres, nº 11/1866 (Cott, 1939, 51, Nº 132, Lam. 57; Ferrandis, 1940, 219, Nº 100).

Ha transcurrido más de medio siglo desde el estudio y publicación de estas piezas y creo que en la actualidad merecen una revisión, como ya está realizando M. Casamar el cual da a conocer una serie de piezas inéditas no recogidas en estas clásicas

obras y que en el caso de la arquilla tumular procedente de la catedral de Toledo. Inv. 1976, nº 136. de reducidas dimensiones 12'5 x 8 x 10 cm (1985, 22, Nº 4), aunque la considera como sicliana, la sitúa en el horizonte de los s. XIII-XIV, y con unos herrajes muy parecidos, pero con una decoración más desarrollada.

Dentro del importante conjunto de arquetas de marfil, éste de las arquetas de plaquetas de pequeño formato es muy reducido, apenas seis ejemplares, cuyo número no es comparable al resto. Hasta ahora se han considerado como láminas de marfil y la explicación a su reducción de tamaño era la escasez de marfil (Ferrandis, 1940); así también, su extraña fábrica sugería su encuadramiento en una modernidad nazarí, sin alguna base, pues en el siglo XIV las obras conocidas son ya de placas caladas o de taracea. Por ello, opino habría que centrar la fabricación de estas arquetas, que posiblemente algunas de ellas no fueran de marfil sino de asta, y que pueden corresponder a talleres andalusíes prenazaríes.

Nos basamos, precisamente, en la documentación de este taller de Xixona y en la reciente aparición de más plaquetas recortadas en distintos yacimientos de la península. Así, hay que señalar la aparición, en el transcurso de las excavaciones del castillo de Alarcos (Ciudad Real) de una veintena de plaquetas, todas juntas y dentro de la misma habitación; son de distintos tamaños y se aprecia en algunas decoración pintada en oro, con motivo de medallones vegetales; en otras se aprecian restos de decoración epigráfica y que han sido publicadas por M. Casamar (Ciudad Real, 1995, nº 128, pp. 282-3) y consideradas como coetáneas al momento de la batalla de Alarcos del año 1196 dC.

Otro conjunto de gran interés es el formado por las plaquetas procedentes de otra arqueta, depositada en el Museo Municipal de Moura (Portugal), dadas a conocer por S. Macias en un número de esta revista (1993, 137, fig. 18) y más completamente en las actas de las V Jornadas Arqueológicas celebradas en Lisboa en 1993 (Macias, 1994). Los restos conservados permiten aventurar a S. Macias una forma prismática para la arqueta de 12'8 x 6'2 cm, realizada en madera y sobre ella se pegarían las plaquetas de «hueso» no de marfil. Estas placas eran sujetas por medio de herrajes de bronce, según dice S. Macias, de los que se conservan algunos con talla bastante pobre. De las caras se han podido restituir las dos mayores, las cuales presentan como motivo central una rosa de hojas trabadas, similar a la que porta la arqueta del Victoria and Albert Museum ya mencionada, y rodeada en sus extremos por motivos vegetales con figuras humanas enfrentadas. La arqueta es considerada, por la similitud de las figuras con las aparecidas en las cerámicas esgrafiadas de Murcia, como de la primera mitad del siglo XIII y procedente quizás de algún taller granadino (Macias, 1994, 297), aunque se encontró en la excavación de los niveles islámicos del castillo de Moura, de época almohade y éste fue conquistado por los cristianos en el año 1232.

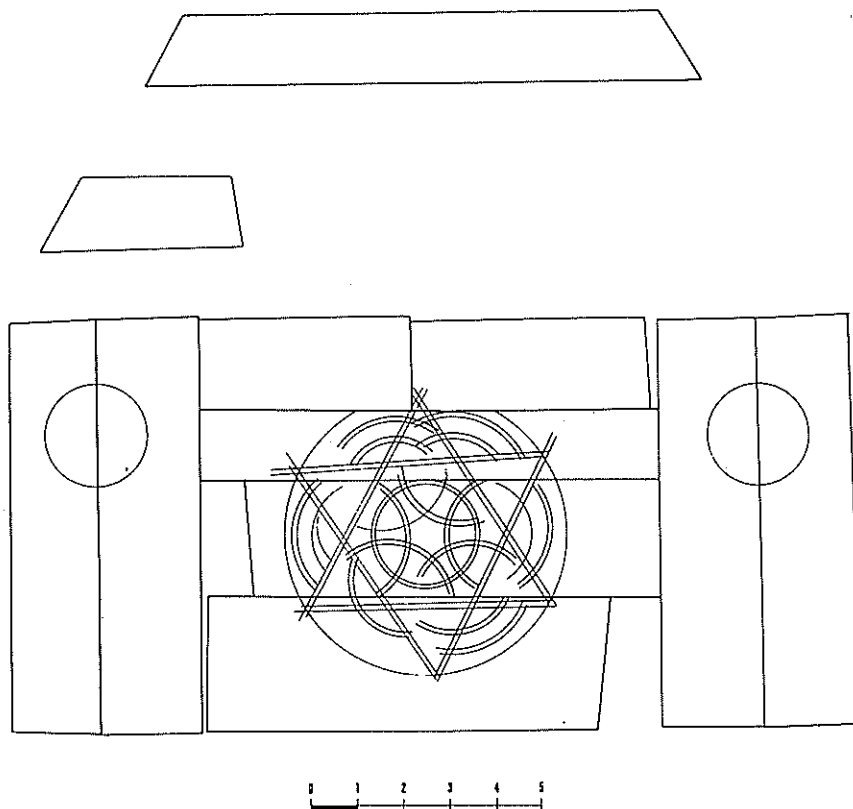


Figura 6

La similitud formal de estos dos hallazgos de Alarcos y sobre todo el de Moura, con los mismos tamaños y los mismos herrajes metálicos, con las piezas aparecidas en este castillo de Xixona, creo que vienen a confirmar lo que ya sugeríamos en su día (Azuar, 1989), que nos hallamos ante un taller local de talla de asta de ciervo que, entre otros objetos como: mangos de rueca, nueces de ballesta, tapaderas, etc, también fabrica arquetas de madera decoradas con plaquetas de hueso. La cronología almohade o de fines del siglo XII, primera mitad del siglo XIII de las piezas halladas en las excavaciones de Alarcos y de Moura, confirman la cronología de las piezas de Xixona, también encontradas en el transcurso de excavaciones y en los niveles islámicos.

Ante estos datos, es evidente que por primera vez nos hallamos ante piezas documentadas por la estratigrafía arqueológica y no por la atribución estilística. Todas ellas, aún separadas por muchos kilómetros de distancia de Levante a Occidente, poseen la misma cronología, luego es claro que en esta época ya se

están fabricando en al-Andalus arquetas y no sólo en pequeños talleres de asentamientos rurales, como es éste de Xixona, sino seguramente en los zocos de las ciudades más importantes. Igualmente, la escasez de marfil obligó a emplear los conocimientos tradicionales de la talla de asta de ciervo en la fabricación de arquetas que por sus propias limitaciones físicas, tenían que ser prismáticas con tapadera plana, tumular o piramidal. Este grupo de arquetas correspondería al grupo establecido por J. Ferrandis como las andalusíes; pero a la vista de la información actual, se hace necesario revisar las arquetas de plaquetas de pequeño tamaño por si no son de marfil, así como su cronología, pues visto los casos antes señalados y constatados por la arqueología, seguramente puedan encuadrarse, en algunos casos, en el siglo XIII.

Otro dato interesante, aportado por este taller de Xixona, es el de los herrajes, cuyas decoraciones ya vimos que se desmarcaban de las producciones sicilianas y por su cronología y tipología podemos considerar a las piezas que portan estas características terminaciones como levantinas y prenazaríes.

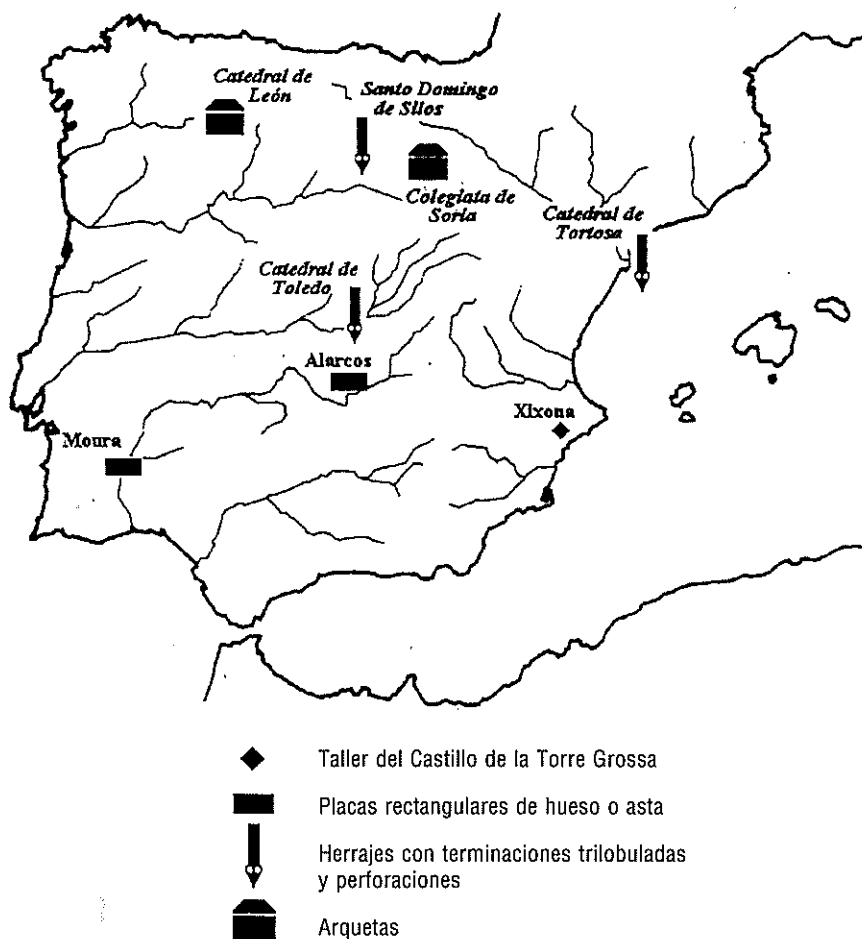


Figura 7

BIBLIOGRAFÍA

- AZUAR RUIZ, R. (1985) — «Castillo de la Torre Grossa (Jijona)», Alicante.
 (1989) — «Denia Islámica. Arqueología y Poblamiento», Alicante.
- BENITO IBORRA, M. (1988) — «Algunas aportaciones sobre la caza en el señorío de los Maça de Liçana», *Betania*, 36
 (1993) — «La evolución estructural de las sociedades históricas del Sur de la Comunidad Valenciana a través de la reconstrucción arqueozoológica», *IV CAME*, I, (Alicante), 151-168.
- BILLAMBOZ, A. (1979) — «Les vestiges en bois de cervidés dans les gisements de l'époque holocène. Essai d'identification de la ramure et de ses différents composantes pour l'étude technologique et l'interprétation Paléthnographique»,

Industrie de l'os Néolithique et de l'Age des Métaux (Paris), 93-129.

- CASAMAR, M., (1985) — «Marfiles islámicos poco conocidos», *Cuadernos de la Alhambra*, 21 (Granada), 11-29.
- CIUDAD REAL, (1995) — «Alarcos. *El fiel de la balanza*», Toledo.
- COTT, P. B. (1939) — «Siculo-Arabic Ivories», Princeton.
- ESTOCOLMO, (1985) — «Islam kunst och kultur», Stockholm.
- FERRANDIS, J. (1928) — «Marfiles y azabaches españoles», Barcelona.
- (1935) — «Marfiles árabes de Occidente», vol. 1, Madrid.
- (1940) — «Marfiles árabes de Occidente», vol. 2, Madrid.
- GRANADA (1992) — «Al-andalus. Las artes islámicas en España», Granada.
- KÜHNEL, E. (1971) — «Die Islamischen Elfenbeinskulpturen VIII. XIII Jahrhundert», Berlín.
- LÓPEZ PADILLA, J. A. (1995) — «El castillo de la Torre Grossa de Xixona (Alicante). Un taller de eboraria del siglo XIII», *Castells*, 5 (Alicante), 33-36.
- (1995a) — «Instrumentos de asta de ciervo. Un taller medieval en el castillo de la Torre Grossa (Xixona, Alicante)», XXIII CNA, Elche (e.p.).
- MACIAS, S. (1993) — «Moura na baixa idade média: elementos para um estudo histórico e arqueológico», *Arqueologia Medieval*, 2 (Mértola), 127-157.
- (1994) — «A arqueta pintada do período islâmico do Museu de Moura», V *Jornadas Arqueológicas*, 2 (Lisboa, 1993), Lisboa.
- MENÉNDEZ-PIDAL, G. (1984) — «La España del siglo XIII leída en imágenes», *Cuadernos de la Alhambra*, 19-20 (Granada), 3-61.
- MACGREGOR, A. (1985) — *Bone, Antler, Ivory and Horn. The Technology of Skeletal Materials Since the Roman Period*, Londres.
- MOTOS GUIRAO, E. (1991) — *El poblado medieval de «El Castillón» (Montefrío, Granada). Estudio de sus materiales*, Granada.
- NAVASCUÉS y DE PALACIO, J. de (1964) — «Una escuela de eboraria, en Córdoba, de fines del siglo IV de la Hégira (XI de J.C.), o las inscripciones de la arqueta hispano musulmana llamada de Leyre». *Al-Andalus*, 29 (Madrid), 199-206.
- PALMA DE MALLORCA, 1979: «Exposición de cajas, cofres y arquetas a través de la historia», Palma de Mallorca.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (1985) — *La Alcazaba de Badajoz I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y testar de la Puerta del Pilar*, E.A.E., 144, Madrid.
- VARELA GOMES, R. (1988) — «Cerámicas muçulmanas Do Castelo De Silves», *XELB*, 1.
- ZOZAYA, J. (1986) — «Arqueta andalusi», en *Thesaurus/Estudis*, «L'art als Bisbats de Catalunya, 100-1800», cat. exp., pp. 26-27, Barcelona (1985).

TERMAS ROMANAS NO *GHARB AL-ÂNDALUS*.

AS INSCRIÇÕES ÁRABES DE MILREU (ESTÓI)

ADEL SIDARUS*

FELIX TEICHNER**

No relatório duma recente campanha de escavações na antiga *villa* romana de Milreu, publicado no penúltimo volume desta revista, assinalava-se o achado de uns grafitos árabes gravados numa antiga coluna romana e interpretados liminarmente como «versos do Alcorão» (Teichner 1994:91). Contudo, o exame mais cuidadoso dos mesmos revelou tratar-se de seis inscrições funerárias, referentes a membros duma mesma família, oriunda da *Alfama* do sítio: o bairro das antigas «caldas termais» romanas, manifestamente em uso na época islâmica, pelo menos até às primeiras décadas do século X, como logo se verá.

No referido estudo, o autor fez uma breve descrição deste complexo arqueológico e historiou os mais de cem anos de investigação a esse respeito. Lembre-se brevemente que, no século passado, Estácio da Veiga escavara grande parte da *villa*, tendo sido posto a descoberto o nível de ocupação romana das grandes termas sitas a Sul e da zona habitacional à volta do peristilo. Por esta ocasião foram também efectuadas escavações na zona do imponente edifício de culto: um provável ninfeu, transformado na época visigótica em igreja, com um baptistério adjacente, e um cemitério «nobre», com dois mausoléus. Depois de se terem realizado trabalhos de restauro, e mais algumas escavações na área do *temenos*, por iniciativa de M. Lyster Franco, no princípio

dos anos quarenta do nosso século, foi dado início, em 1962, a uma série de campanhas sistemáticas a cargo do Instituto Arqueológico Alemão (I.A.A.) de Lisboa, sob a direcção de Theodor Hauschild, mais recentemente, junto com Felix Teichner — campanhas estas que se prosseguem ainda hoje e cujos resultados foram regularmente apresentados em vários estudos e relatórios, para os quais aqui se remete¹.

O ACHADO

No decorrer dos trabalhos de limpeza no complexo da *villa*, em 1962, foram recolhidos diversos fragmentos arquitectónicos encontrados dispostos ao longo do muro leste que cerca o *podium* do santuário — parece que foram ali reunidos todos os materiais de pedra encontrados na área do templo durante os sucessivos trabalhos de Estácio da Veiga e de Lyster Franco. Estes fragmentos, de entre

* Universidade de Évora (Departamento de História, Gabinete de Estudos Árabes).

** Instituto Arqueológico Alemão (Delegação de Lisboa).

os quais se detectaram restos de colunas de mármore, revelaram-se importantes para a reconstrução do templo original. As colunas, nomeadamente, devem ter servido de apoio a uma *cella* alta, no estilo de um pórtico envolvendo o templo à maneira de uma galeria (Hauschild 1964, 1988; v. Fig. 1).

Estas colunas, esguias (\varnothing 28,5 cm) e de mármore fino, branco-de-leite, diferem nitidamente das colunas pertencentes ao peristilo da própria *villa*, as quais são de mármore cinzento e de tamanho maior².

O fragmento de coluna que aqui nos interessa (Inv. Mi/62/ α 22), o maior de todos, foi encontrado no meio do referido material. Trata-se de um fuste, com 1,55 m. de comprimento, que, ao ser transportado para o armazém da escavação, graças à luz rasante do sol, revelou estar gravado, em sentido ortogonal, ou seja, horizontalmente à antiga base de assento, com uma série de grafitos árabes (Figs. 2-4).

Apesar de se não conhecer exactamente o local original do achado, é de supor que fazia parte do entulho causado pela queda da cobertura do templo e removido por ocasião das escavações mais antigas. Nada sabemos sobre a deslocação eventual deste elemento aquando das sucessivas gravações epigráficas. Pode-se contudo afirmar, com base na orientação das inscrições, as quais preenchem os três lados do fuste, que a coluna se encontrava ainda na posição vertical e que se tinha livre acesso a estes mesmos lados. Se somarmos a isto o facto que, ao julgar pelo comprimento actual do fragmento, os grafitos foram executados à altura dos olhos, chega-se à conclusão plausível de que a coluna estava ainda no local de implantação original, isto é, na galeria do templo, até pelo menos a última gravação epigráfica. Mas entretanto, lembre-se, este antigo santuário pagão fora transformado, no

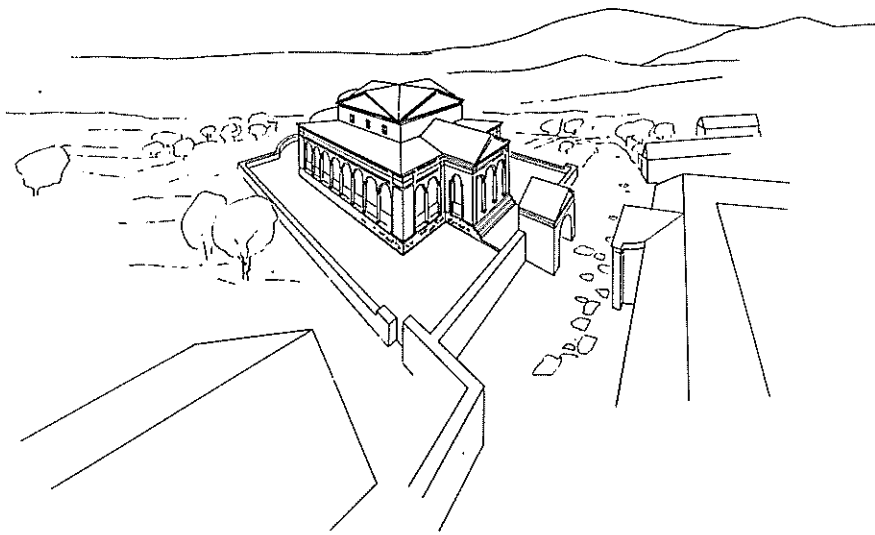


Fig. 1 — Esboço de perspectiva do ninfeu de Milreu, de acordo com a reconstrução de Hauschild (1988, fig. 22).

século VI, em igreja cristã, a qual foi rapidamente cercada por uma série de sepulturas escavadas quer no *podium* mesmo, quer nas suas imediações, como se verá mais abaixo em pormenor.



Fig. 2 — a. Um lado da coluna epigrafada do ninfeu de Milreu (foto J. Patterson, I.A.A., Madrid); b. Outro lado da coluna.

LEITURA DAS INSCRIÇÕES

Os grafitos, em caracteres cúficos arcaicos, encontram-se distribuídos por três faixas verticais, de alturas diferenciadas, contando as duas primeiras sete linhas e a terceira três. Trata-se, na verdade, de um total de seis inscrições, escritas por mãos diferentes e repartidas por grupos de três, dois e uma inscrição, preenchendo respectivamente as referidas três faixas de texto (Figs. 2-3).

Tudo indica que os caracteres tenham sido gravados por meio de golpes feitos com cinzel e martelo, com intensidade variável, depois de serem desenhados ou esboçados na superfície da pedra. Isto explicaria, entre outras coisas, as intrigantes lacunas textuais notadas em várias inscrições, que dificilmente se poderiam atribuir a um simples desgaste da superfície lapidar nos respectivos sítios. E, nesta perspectiva, não é de excluir que uma ou outra inscrição apenas desenhada tenha desaparecido de vez com o correr do tempo.

Em conjunto, as inscrições do primeiro grupo mais a primeira do segundo denotam uma gravação mais fina, enquanto as duas últimas inscrições, pertencentes a dois grupos diferentes, evidenciam letras mais grossas, indiciando o uso de um cinzel com ponta grossa.

O teor das diferentes inscrições é como segue (v. Figs. 4-10):

1. اللهم ارحم العمد (?) / <عطا> (?) بن حفص .
2. اللهم ارحم / نصر بن عطا [بن] حفص (?) .
3. اللهم ارحم / [?] بن عطا الحام[ى] .

4. رب ارحم احمد / بن نصر بن عطا / من الحامة .
5. رب ارحم عامر / بن احمد بن / نصر من ا / لحام[ة] .

6. يا [ا] لله ارحم / ارحم (?) عط / ا بن احمد .

1. Deus tenha piedade do Chefe (*al-'Amīd* ?) / <'Aṭā' ? > ibn («filho de») Ḥafṣ.
2. Deus tenha piedade de / <N>aṣr ibn 'Aṭā' / [ibn] Ḥafṣ (?).
3. Deus tenha piedade de / <?> ibn 'Aṭā' al-Ḥāmm[ī] («o da Alfama»).
4. Senhor tenha piedade de Aḥmad / ibn Naṣr ibn 'Aṭā' / da Alfama (*al-Ḥāmma*).
5. Senhor tenha piedade de 'Āmir / ibn Aḥmad ibn / Naṣr da / Alfama (*al-Ḥāmma*).
6. Deus tenha piedade de / tenha piedade de (*sic bis*) 'Aṭā' / ibn Aḥmad.

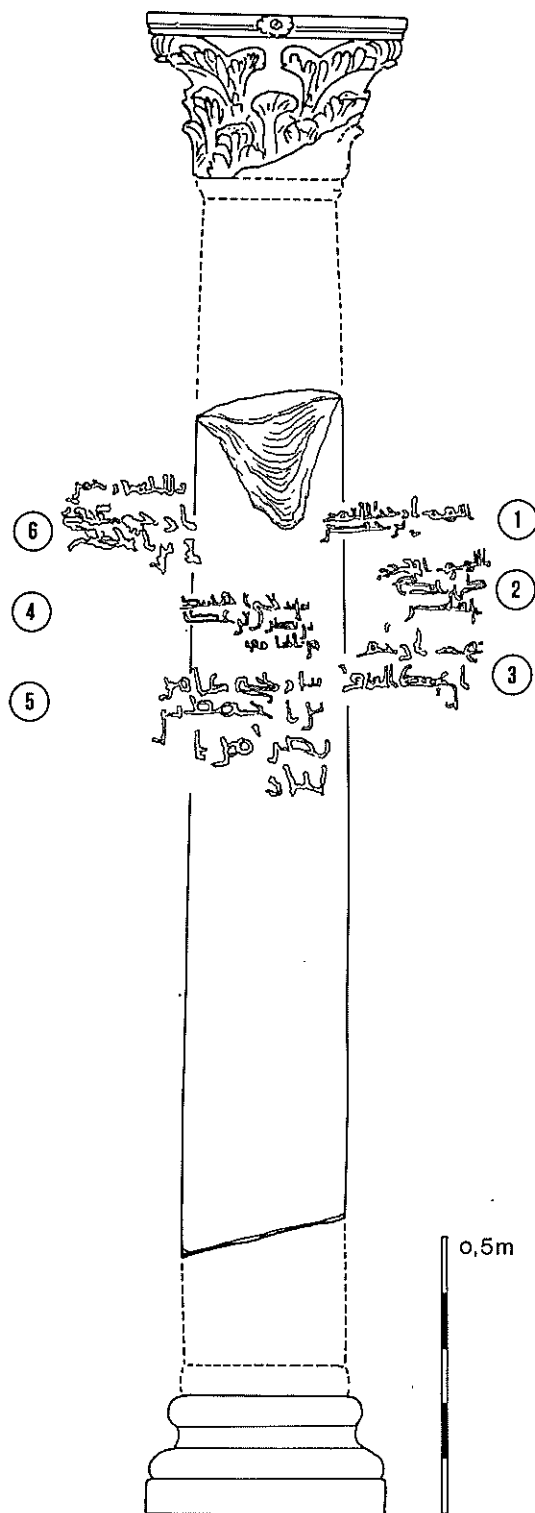


Fig. 3 — Desenho de reconstrução da coluna epigrafada (F. Teichner).

Observações

1. É curioso notar que o agrupamento ternário das inscrições, evidenciado ao nível da distribuição espacial na coluna de mármore, encontre correspondência no formulário textual: *Allāhumma/Rabbi/Yā Allāh*.

2. Inscrição n.º 1 (Figs. 4a e 5): (A) Existem dúvidas tanto sobre a leitura da palavra *al-'Amīd*, como sobre os seu significado real. De facto, no texto há apenas *al-'m.d.*: tratar-se-á mesmo da «grafia defectiva» da palavra identificada? Por outro lado, de acordo com a sua posição na sequência onomástica, *al-'Amīd* seria um título (*laqab*): terá ele um significado diferente de "chefe, líder"? E a que correspondia em concreto esta titulação?

(B) A conjectura do antropónimo '*Aṭā'*', de que resta apenas um pequeno grafismo final, pertencente possivelmente ao *alif*, apoia-se nas inscrições seguintes, nomeadamente nos n.ºs 2-4, e parcialmente no n.º 6, notando que a ausência do nome no n.º 5 deve-se tão somente à interrupção da cadeia onomástico-genealógica com a terceira geração. Sobre a possível razão dessa lacuna gráfica, veja-se o que se disse mais atrás.

3. Inscrição n.º 2 (Figs. 4a e 6): (A) Para a leitura da primeira letra no antropónimo *Nasr*, cuja forma não é muito nítida, compare-se n.ºs 4-5.

(B) A interpretação do último nome da sequência onomástica é conjectural, baseando-se para tal na inscrição n.º 1. Poder-se-ia, contudo, admitir uma leitura *'Āmir* (ver inscrição n.º 5). A não ser que tenhamos aqui a mesma palavra final que a inscrição seguinte n.º 3: *al-Hāmmī*, com perca do artigo inicial *al-* e o final mal desenhado.

4. Inscrição n.º 3 (Figs. 4a e 7): (A) A lacuna respeitante ao primeiro elemento onomástico deve ter a mesma razão que a apontada para a inscrição n.º 1. Da sua grafia original, parece ter remanescido um *alif* final.

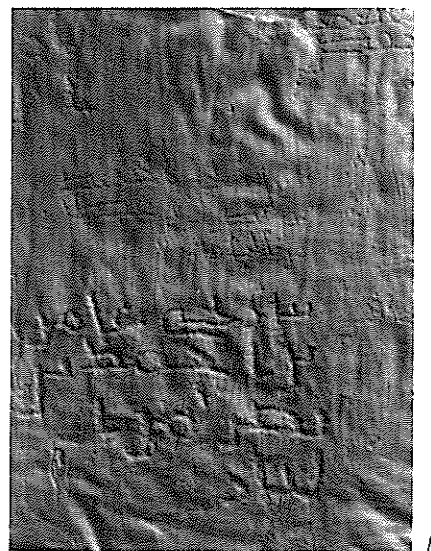


Fig. 4 — a. Decalque do primeiro conjunto de inscrições (n.ºs 1-3); b. Decalque do segundo conjunto de inscrições (n.ºs 4-5).

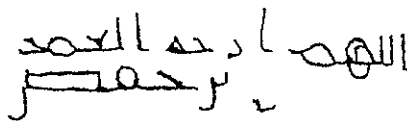


Fig. 5 — Inscrição n.º 1 (des. A. Goulart).

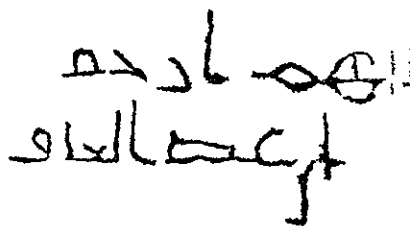


Fig. 7 — Inscrição n.º 3 (des. A. Goulart).

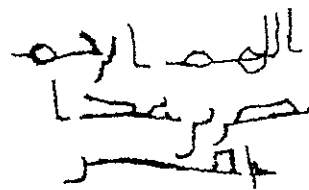


Fig. 6 — Inscrição n.º 2 (des. A. Goulart).

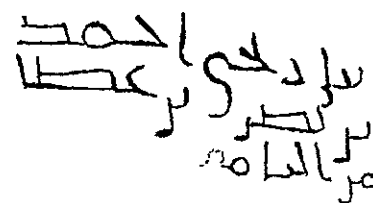


Fig. 8 — Inscrição n.º 4 (des. A. Goulart).

(B) Para a interpretação do adjectivo de relação (*nisba*) *al-Hāmmī* no sentido da naturalidade ou da residência ligadas ao topónimo *Alfama*, e não de uma eventual profissão ("dono, guardião, moço das termas/caldas"), tomámos em consideração tanto a expressão *min al-Hāmma* ("ex Alfamae") que, no final das duas inscrições seguintes, desempenham o mesmo papel de identificação, como a ausência generalizada desta profissão específica nos dicionários e obras da especialidade (v. *infra*). Registe-se, também, do ponto de vista lexicológico, a ortografia com *a* longo em todas as ocorrências, por ser bastante rara, de acordo com os dicionários.

5. Inscrições n.ºs 4-5 (Figs. 4b e 8-9): (A) O início das duas invocações, para além de se distinguir do teor das outras inscrições em termos de formulário (*Senhor vs. Deus*, lit. "Ó meu Senhor" vs. "Ó Deus"), oferece um triplo caso de grafia original, manifestamente desconhecido na epigrafia árabe³. Por um lado, contra as regras gráficas, as duas letras que formam a primeira palavra (*Rabbi*) estão ligadas e o conjunto ficou ligado ao *alif* inicial da palavra seguinte (o verbo *irḥam*), constituindo uma contracção gráfica deveras peculiar. Por outro lado, a grafia do *ḥā'* neste mesmo verbo, evidencia um pequeno tracinho vertical em cima do lado oblíquo da forma angular que identifica a letra. Este curioso acrescento podia já estar esboçado na respectiva letra da última palavra da inscrição n.º 3.

(B) O fim da inscrição n.º 5 evidencia o círculo que representa a letra *mīm* aberto, sem o tracinho final nem o *tā' marbūṭa* que deveria seguir. Parece-nos ter aqui, já ao nível de fins de palavras, o mesmo fenómeno apontado para as lacunas de nomes inteiros nas inscrições n.º 1 e n.º 3.

UMA FAMÍLIA MULADI DA PRIMEIRA ÉPOCA ISLÂMICA

Trata-se, claramente, de invocações funerárias, as quais dizem respeito aos membros duma mesma família (com uma certa dúvida concernente à primeira...), representando quatro (ou três) gerações sucessivas, incluindo, na segunda (ou primeira) e última geração, casos de fraternidade (inscrições n.ºs 2-3 e 5-6). O primeiro da série seria 'Aṭā' ibn Ḥaṣṣ, uma personagem com o possível título de *al-'Amīd* ("chefe, líder"), cujo alcance exacto, em termos sociais, se desconhece. Seguem-se-lhe dois filhos, dos quais nos foi transmitido, por lacuna epigráfica, apenas o nome do primeiro: Naṣr. A partir daí, a cadeia genealógica continua de Naṣr para Aḥmad, e deste para os filhos 'Āmir e 'Aṭā', acabando curiosamente com a repetição do nome do primeiro antepassado mencionado na série. O quadro seguinte pretende recapitular estes dados genealógicos, ressaltando-se as dúvidas assinaladas quanto à personagem principal.

Quadro genealógico

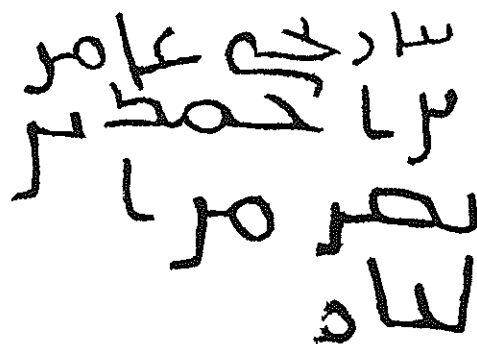
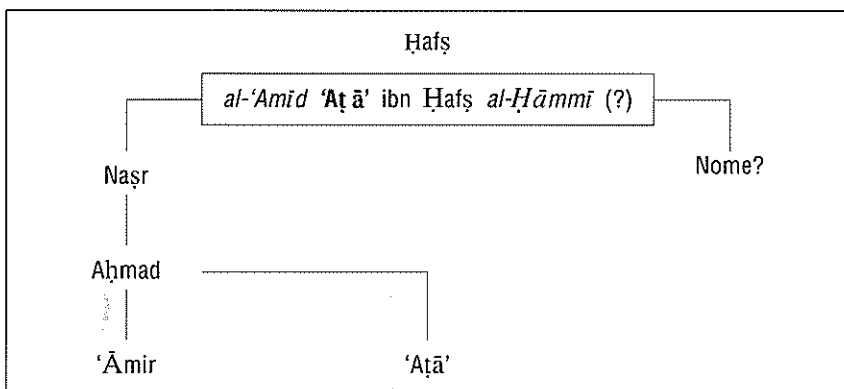


Fig. 9 — Inscrição n.º 5 (desenho A. Goulart).

O uso praticamente exclusivo de nomes próprios na sequência onomástica e a falta de qualquer elemento onomástico de cariz clânico ou tribal indicando uma origem árabe, o todo conjugado com a simplicidade

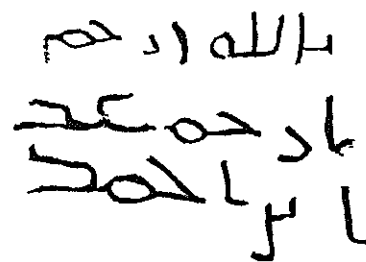
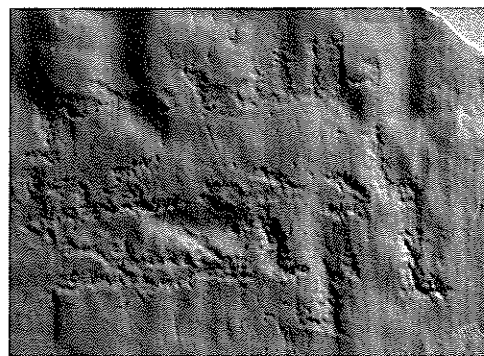


Fig. 10 — a. Decalque da última faixa epigráfica da coluna: inscrição n.º 6. b. Inscrição n.º 6 (desenho A. Goulart).

extrema da invocação religiosa (a qual poderia ser subscrita por qualquer cristão!), deixa supor que a família em questão era autóctone⁴. Com excepção de *Aḥmad*, nenhum dos outros nomes árabes é tipicamente muçulmano para se não poder relacionar com uma eventual família moçárabe. Contudo, a existência, na sequência genealógica, daquele nome (lembre-se: o segundo nome do Profeta), sem ter surgido concomitantemente qualquer alteração no formulário que apontasse para uma mudança de credo religioso, afasta a hipótese de se poder tratar de uma família cristã. Fica assim estabelecido que se trata de *muladis*, isto é, de autóctones convertidos ao islamismo. A sua origem geográfica, nitidamente local, será tratada mais abaixo ao falar do topónimo de *Alfama*.

É consabido que a datação de grafitos a partir da mera análise paleográfica não é geralmente tarefa fácil e segura. No caso em apreço, temos pois uma escrita cúfica simples e, de um certo modo, arcaica, apontando globalmente para os três primeiros séculos da presença islâmica na região. Mas a análise do conteúdo das inscrições, onde se observa um formulário religioso simplicíssimo e absolutamente atípico em termos muçulmanos (a falta, nomeadamente, de *basmala* ou de *shahāda*), obriga-nos a colocar a gravação destas inscrições funerárias numa época onde a islamização era ainda superficial, quer dizer antes do período califal do século X. Lembrem-se, por exemplo, que a região ou província de Ossónoba foi governada, entre aproximadamente 875 e 929, por uma dinastia local de *muladis*, que conseguira um alto grau de autonomia em relação ao poder central de Córdova⁵.

O *terminus ante quem* é-nos seguramente fornecido pelos dados arqueológicos. De facto, segundo Teichner (1994:97), o material islâmico recolhido nas imediações do



Fig. 11 — Vista do santuário com os fragmentos caídos, lado nascente (foto F. Gonçalves, I.A.A., Lisboa).

santuário, mais precisamente, nas camadas de terra por baixo dos fragmentos da abóbada caída, não pode ir para além das primeiras décadas do século X⁶. É de supor que foi nesta altura que a abóbada ruiu, muito provavelmente pela acção de um terramoto — a julgar pela localização dos seus fragmentos à esquerda e à direita da escada de acesso ao santuário (Fig. 11) — que terá motivado o fim de utilização da respectiva área, senão de toda a localidade de Milreu.

O *terminus post quem* poderia ser calculado com base nas quatro gerações em presença. Se a última gravação foi executada numa altura que se não afasta muito do período acabado de estabelecer, e partindo da base dos 30-40 anos para uma geração⁷, teriam decorrido aproximadamente entre 90 e 120 anos entre a primeira e a última gravação, o que nos remeteria para as últimas décadas do século VII ou princípios do século imediato.

GRAFITOS ÁRABES EM COLUNAS DE EDIFÍCIOS PRÉ-ISLÂMICOS

Antes de prosseguir na interpretação ou na contextualização doutros aspectos levantados pelo conteúdo dos grafitos em apreço, nomeadamente a interessante questão da *Alfama*, ou também a relação entre inscrições e inumações, afigura-se útil passar em revista os casos similares que a investigação arqueológica nos tem dado a conhecer.

E começemos pela antiga basílica visigótica da Casa Herrera, nos arredores de Mérida, na vizinha Extremadura espanhola. No decorrer de recentes investigações encontraram-se pelo menos três colunas da tríplice nave com grafitos árabes (Ulbert 1991: 199-200, fig. 60). Tal como em Milreu, têm cariz funerário e as letras foram desenhadas antes de serem gravadas com o cinzel (Fig. 12). Tudo indica que também aqui as gravações foram executadas à altura dos olhos, quando as colunas ainda estavam em pé dentro da igreja. Aqui foram escavados dois túmulos que, revelando indícios de múltipla utilização, estavam claramente orientados no sentido Sul — quer dizer, de Meca (será?)⁸ —, ao contrário das 63 sepulturas encontradas à volta da igreja, cuja orientação é para leste em consonância com a prática cristã de então.

Na própria cidade de Mérida, temos mais um exemplo de aproveitamento islâmico de estruturas antigas. No pátio do antigo Convento de Jesus, hoje o Parador «Via de la Plata», doze das antigas colunas de mármore, manifestamente provenientes da basílica paleocristã de Santiago erguida neste local, evidenciam um total de quinze inscrições em língua árabe, executadas, também aqui, à altura dos olhos⁹. Mais uma vez, o seu conteúdo é funerário, de acordo com a já secular leitura de Amador de los Rios¹⁰.

Outro exemplo vindo do Norte de África demonstra a extensão do fenómeno. Na antiga igreja matriz da pequena cidade portuária de Apolónia, na Cirenaica da Líbia, cuja construção foi iniciada pelo imperador Justiniano no século VI (Humphrey 1976:273-276), foram descobertas por F. Teichner vários grafitos

árabes gravados nas belas colunas de mármore das três naves (Fig. 12). Os caracteres gravados tanto na horizontal como na vertical são, em parte, compostos por filas duplas de pequenos orifícios circulares, obtidos por perfuração ou golpes de cinzel. Que saibamos, os textos não foram ainda lidos, mas consegue-se identificar por diferentes vezes o nome de Deus (*Allāh*) e vários antropónimos, o que vai no sentido, mais uma vez, de invocações funerárias.

Portanto, os grafitos de Milreu, gravados sobre a coluna de um edifício religioso pré-islâmico, não constituem um caso raro no panorama da progressiva apropriação religiosa dos espaços conquistados à civilização islâmica. Mais se pode afirmar que a generalidade das inscrições identificadas evidenciam invocações funerárias, de cariz elementar — diríamos «primitivo» em termos religiosos islâmicos —, integrando algumas das colunas epigrafadas espaços que, numa



a

Fig. 12 — a. Vista geral das ruínas de Apolónia, na Cirenaica da Líbia (foto F. Teichner); b. Uma das colunas epigrafadas.



b

dada altura, serviam para albergar sepulturas humanas.

Como se apresenta exactamente a situação em Milreu sob este ponto de vista? Em que medida os defuntos eternizados nos grafitos podiam estar inumados na zona onde se erguia a coluna que serviu de suporte gráfico?

CEMITÉRIOS CRISTÃO E MUÇULMANO EM MILREU

Já assinalámos a existência, a partir do século VI, de uma série de sepulturas, incluindo dois mausoléus, no *podium* e nas proximidades directas do templo de Milreu, agora transformado em igreja. Devido ao significado destes achados para a correcta contextualização das inscrições ora em estudo, recapitula-se aqui o conjunto das informações até aqui alcançadas através da pesquisa arqueológica.

Na Fig. 13 foram registadas esquematicamente todas as sepulturas conhecidas, com a respectiva orientação. Apenas das campas escavadas pelo I.A.A. se conhece a situação exacta de alguns esqueletos (indicados como tais na figura), não havendo registo deste detalhe para as outras. Parece relevante observar que quase todas as sepulturas recentemente investigadas, tinham sido utilizadas várias vezes e os ossos mais antigos reunidos num canto da campa ou aos pés do esqueleto mais recente.

Um primeiro grupo de sepulturas, entre elas as sete inumações nos dois mausoléus, mais a encontrada debaixo da pequena piscina baptismal, apresenta uma direcção EO. O estado dos poucos esqueletos nelas conservados apontaria para uma posição estendida de costas, com olhar para Nascente¹¹. Somente numa sepultura do tipo chamado mesa, situada a nascente do templo, o morto

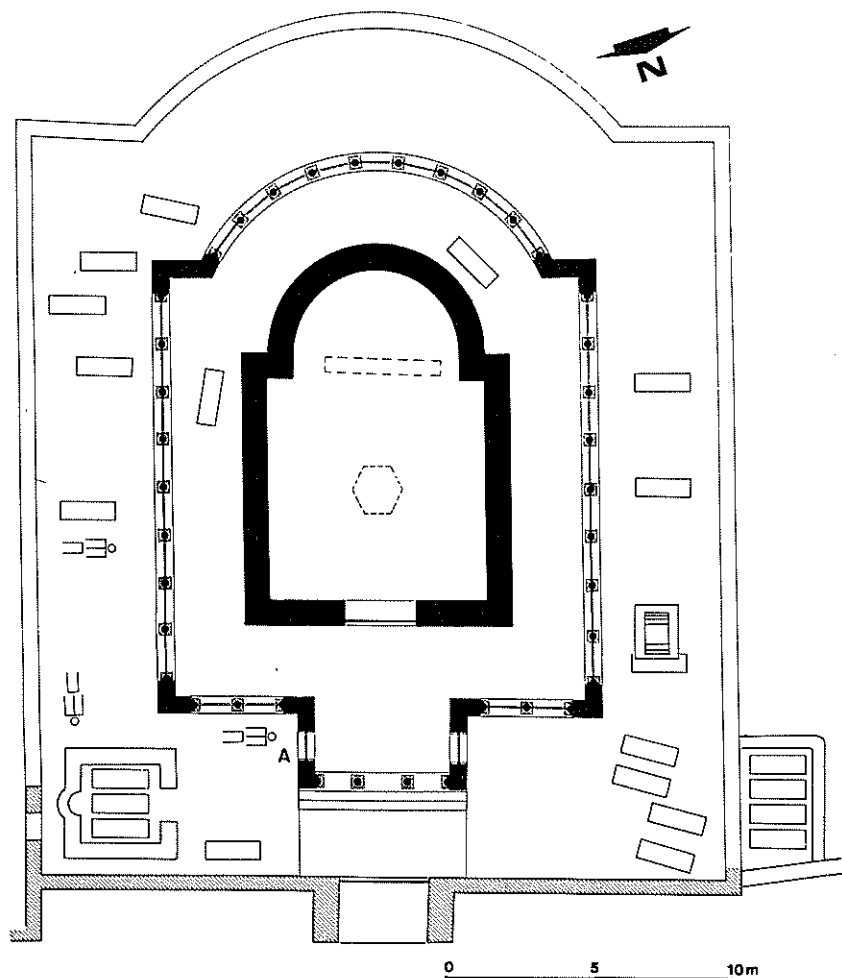


Fig. 13 — Planta do santuário com as sepulturas, com base na reconstituição de Th. Hauschild (1988, figs. 8 e 17).

parece fixar a direcção Norte. Situado num eixo ligeiramente mais oblíquo, está um grupo de quatro sepulturas escavadas no canto NO do recinto do templo. Totalmente divergentes de todo resto, com orientação NS, encontram-se duas sepulturas do lado nascente do templo, na área do temeno. Pelo menos num dos casos, o morto, deitado de costas, olha com certeza para o Sul, mas nenhum outro achado aponta para a época islâmica (Teichner 1997b). Os achados cerâmicos recolhidos só por ocasião das modernas escavações nas sepulturas orientadas no sentido EO (!), assim como o material de metal encontrado por Estácio da Veiga, pertencem todos à época visigótica, ou seja, aos séculos VI-VII d.C.

Como se pode observar, com a possível excepção da última inumação, parece haver falta de indícios funerários islâmicos em toda a área do antigo santuário. Como explicar então a existência dos nossos grafitos?

O mais provável terá sido o desaparecimento daqueles vestígios com a remoção da primeira camada de terra de toda a área, devido tanto à acção das gerações ao longo dum milénio, como ao infeliz processo de escavações que tem caracterizado, até há pouco, a pesquisa arqueológica no país, interessada exclusivamente na descoberta do nível romano. Atente-se, nesta perspectiva, à seguinte circunstância intrigante: a única área não tocada antes da competente intervenção arqueológica do I.A.A., a partir de 1972, designadamente aquela que estava debaixo das ruínas da abóbada, forneceu achados islâmicos, inclusive possíveis vestígios de inumações! Quanto aos actos de vandalismo antigos, chega o facto de não ter sobrevivido nenhuma das cerca de três dezenas de colunas do peristilo original, exceptuando a nossa coluna epigrafada e um lote de pequenos fragmentos.

Sendo assim, se as nossas suspeitas forem acertadas, teríamos tido na área do antigo ninfeu romano um cemitério muçulmano que sucedeu a, ou coexistiu com, o cemitério cristão envolvendo originariamente a igreja visigótica. E no caso duma hegemonização islâmica precoce de Milreu, esta igreja, com a sua ábside orientada para o Sul, poderia ter sido transformada também

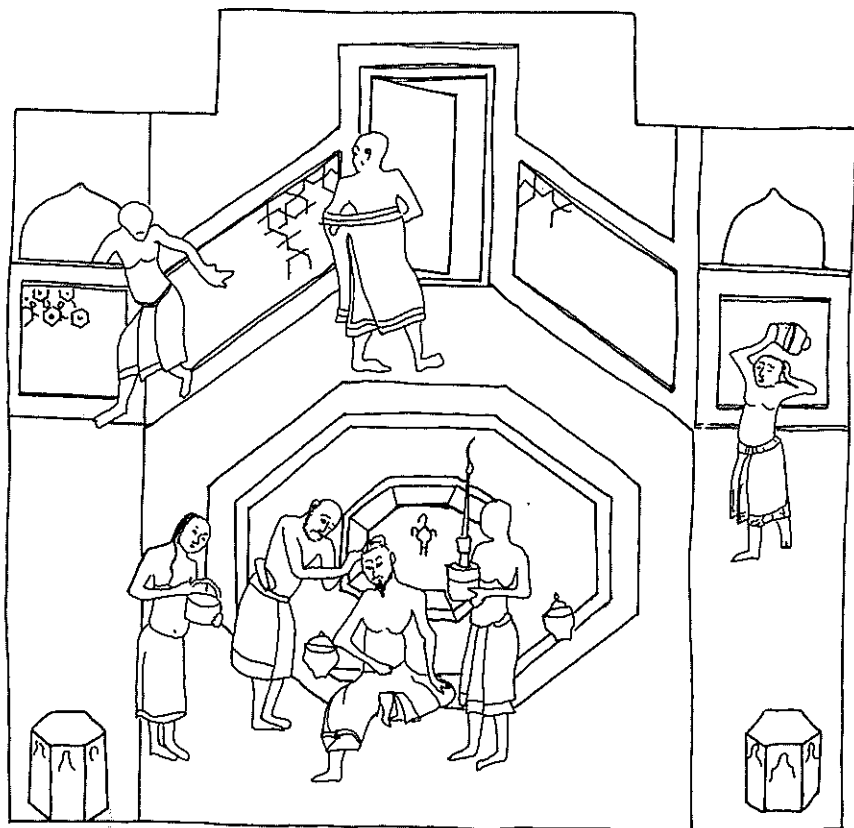


Fig. 14 — Esboço de uma miniatura reproduzindo banhos islamo-persas (cf. Schulz, 1914, fig. 78).

em mesquita ou, pelo menos, em oratório islâmico.

O TOPÓNIMO ALFAMA

De acordo com as indicações contidas nas inscrições n.ºs 3-5, as respectivas personagens, senão toda a família, seriam do sítio chamado «Alfama» (*al-Hāmma*). A palavra indica em árabe “caldas termais, fontes quentes”, a não confundir com *hammām*, que é o mesmo que “banhos”: uma herança greco-romana rapidamente adoptada e transformada num elemento integrante e permanente da cultura urbana do Mundo islâmico (Fig. 14)¹².

Como se explicou anteriormente, trata-se, no caso em apreço, de um verdadeiro nome de lugar e não de um simples edifício. Mas é óbvio que este lugar, porventura um bairro (*v. infra*), deve este nome a caldas aí existentes.

No *Gharb al-Ándalus*, na região hoje portuguesa, é bem conhecido o bairro pitoresco de *Alfama*, sito na Lisboa medieval e cujo nome vem precisamente de antigas «fontes de água quente» ainda em uso em meados do século XII, conforme o atesta o geógrafo al-Idrīsī¹³. Mas o topónimo encontra-se bem representado em toda a Península, como em Almeria, Granada, Saragoça ou Múrcia, para citar apenas os grandes centros urbanos¹⁴. No caso da última *Alhama*, até está comprovada a existência de uma sucessão romano-árabe na utilização das caldas termais do sítio (Robles 1995). Restringimo-nos a assinalar este caso específico, onde tal nome sobreviveu na toponímia, porque a utilização islâmica de instalações romanas ou bizantinas de termas ou de simples banhos está amplamente atestada.

Mas a que parte do complexo da *villa* de Milreu se referiria o topónimo assinalado?

Disse-se que o curioso santuário de Milreu, erguido na forma de um templo com galeria, foi interpretado já em 1964 como ninfeu (Hauschild 1964:109-110; Teichner 1994:90). Apoiam esta interpretação, além do mosaico representando peixes no pódio do templo, as aberturas para a saída e entrada de água existentes nas fundações do monumento. Explica-se também neste contexto a descoberta feita, a seu tempo, por Estácio da Veiga de «um pequeno tanque de água, de forma hexagonal, que existiu no centro da cella» (Santos 1972:2,190-191), hoje desaparecido, mas do qual nos resta o respectivo desenho na planta geral de Milreu publicada pelo próprio estudioso¹⁵. Há também, a confirmar a sua existência, a conduta de água, em chumbo, que, furando os mosaicos de peixes, conduz ainda hoje exactamente ao hipotético local do tanque: trata-se obviamente de uma instalação tardia, de difícil datação.

Tanto o baptistério detectado a oeste do templo, como a existência de várias sepulturas orientadas para leste, além de material da época, provam que o santuário foi utilizado como igreja cristã nos séculos VI e VII. Esta era provavelmente o centro religioso de uma pequena comunidade rural, estabelecida na antiga *villa* ou em seu redor. Surge, porém, a pergunta quanto à forma como o tanque de água do ninfeu fora integrado no espaço da igreja. A maneira como as antigas escavações e trabalhos de limpeza e restauro foram conduzidas, não nos permite saber hoje o nível exacto daquela igreja, nomeadamente se o dito tanque ficou coberto, o que se afigura mais plausível. Se conhecemos uma série de baptistérios em forma poligonal no norte da Península Ibérica¹⁶, não é conhecido qualquer caso de tanque no centro dum templo cristão.

Em Milreu, por cima, a construção dum baptistério fora do local de culto vem reforçar a ideia da condenação do tanque no interior da igreja¹⁷.

Na notícia sobre Shantamariya al-Gharb (Faro), o geógrafo oriental do s. XIII, al-Qazwīnī (2:394), fala de uma fonte com efeitos especiais; depois de uma apresentação genérica da cidade, que diz ser antiga, refere o seguinte:

Nela existe uma igreja de que disse 'Alī Ibn 'Umar al-'Udhri'¹⁸: É um edifício magnífico, com enormes colunas de prata como nunca foram vistas, tanto pela sua altura extraordinária como pela sua largura: um homem não pode abarcar com seus dois braços qualquer delas. Nela existe uma fonte que quando lhe lançamos o olhar de longe não duvidamos de que a água está brotando; mas quando nos aproximamos dela e lançamos o olhar para o seu manancial, não vemos a água a correr; todavia, se nos tornamos a afastar, vemo-la brotar [de novo]. É este um fenómeno notório tanto entre os seus naturais como entre os (seus) forasteiros¹⁹.

Uma leitura apressada do texto poderia levar a pensar que aquela fonte se situava dentro da igreja, na medida em que o pronome sufixo em "nela" (*fi-hā*) se pode reportar tanto à igreja como à cidade, e que não há indicação, no texto, do fim da citação do autor invocado. Na sua tradução, Roldán (1990: 129) resolve a ambiguidade, substituindo simplesmente o pronome por 'esta ciudad'. Na verdade, pode-se ver que a descrição do fenómeno maravilhoso pressupõe um espaço aberto e não fechado, e que no fim do parágrafo em causa, a referência aos habitantes e visitantes da cidade com a repetição do mesmo pronome não deixa dúvidas quanto à relação, em todo o parágrafo, entre este pronome e a própria cidade.

Contudo, só a comparação desta fonte árabe com outras do mesmo género, como sejam as conhecidas obras de Yāqūt e de al-Ḥimyarī²⁰ — todas elas compilações orientais tardias plagiando antigos textos andaluzes — pode-nos levar a ter a certeza de que é da cidade e não da igreja que al-Qazwīnī fala. Por outro lado, a citação literária que fecha a notícia sobre a cidade, tanto no próprio al-Qazwīnī como em Yāqūt, está cá para provar de forma cabal esta última conclusão: de facto, o epigrama da autoria de Ibn al-Sīd ironiza com a água mágica de Shantamariya, numa clara alusão a uma fonte pública e não a uma fonte encerrada numa igreja.

Neste contexto, parece difícil admitir que, depois da cessação da função pagã do ninfeu de Milreu e da transformação do espaço deste em igreja, com cemitério circundante, os habitantes da localidade tenham reactivado o sítio no sentido de um estabelecimento termal, ou seja, de uma *hāmma*. E isto apesar de se conhecerer — ao que parece — um caso de pequenos banhos islâmicos no meio de sepulturas, noutra ponta da Península, mais precisamente em Múrcia (Pozo 1989).

Mas houve duas verdadeiras *thermae* ("banhos"), na antiga *villa* de Milreu, que poderiam ter originado o nome árabe de *al-Hāmma*. Uma grande a Sul e umas pequenas a Leste (Figs. 16-17). De acordo com as últimas escavações, o abastecimento de água das primeiras esteve em funcionamento pelo menos até à Antiguidade tardia, enquanto que se evidenciaram nas termas situadas a leste da *villa* umas construções tardias, possivelmente pós-romanas (Teichner

1997a). Infelizmente, as camadas arqueológicas em torno destes edifícios, como no resto, foram retiradas sem estudo adequado, durante as escavações mais antigas. Não podemos, nestas condições, saber quais delas estiveram em uso na época islâmica que nos interessa, e enquanto caldas termais (*hāmma*). Será, por conseguinte, a uma destas duas *thermae* que se deve o nome de *Alfama* para designar uma localidade ou um bairro, conforme se afirmou ao interpretar o alcance da palavra surgida nas inscrições n.ºs 3-5.

Agora, por causa do tipo de escavações antigas levadas a efeito, não temos evidências arqueológicas de ocupação remontando ao período árabo-islâmico. Será toda a antiga *villa* de Milreu que ficou ocupada neste período, ou apenas a zona envolvente a uma das suas *thermae*? Por outras palavras, o topónimo *Alfama* referir-se-ia a um bairro ou a tudo o que restava da antiga povoação romana ou cristã?

É aqui que o conteúdo das inscrições funerárias nos fornece elementos para uma resposta. Nestas inscrições, de facto, três dos defuntos são identificados pelo lugar de origem: *Alfama*. Ora, se este nome de lugar dissesse respeito à toda a aglomeração do sítio, não serviria muito invocá-lo como signo distintivo; apenas, se designava uma parte da aglomeração, o tal «bairro das termas». E o desejo de alguns dos seus moradores, na ocorrência, os membros da família eternizada nos grafitos da milenária coluna, em ostentarem esta origem precisa podia, quiçá, estar relacionado com o exercício dum cargo «municipal» relevante herdado do prestigiado antepassado, *al-'Amīd 'Aṭā' ibn Ḥafṣ*.

A junção feliz de fontes arqueológicas e epigráficas permite hoje afirmar sem sombra de dúvida a continuidade do povoamento em Milreu até quase ao período do califado omíada de Córdoba (929 d.C.). O povoado pré e paleo-romano, situado de forma propícia na encosta da Serra do Caldeirão, tinha sido implantado ali por causa das nascentes de água jorrando do ventre da montanha. A implantação da *villa* romana incluiu logo de início um duplo estabelecimento termal. Mais tarde, as características obviamente curativas da água levaram ao surgimento dum verdadeiro culto da água com a edificação de um ninfeu, o qual se tornou o ponto fulcral da povoação. Com a cristianização do sítio, este santuário passou a ser a igreja do sítio, em torno da qual se foi instalando uma necrópole com cunho manifestamente nobre; para o resto da povoação pouco se sabe. As destruições causadas pelas escavações levadas a efeito no século passado e na primeira metade deste século, impediram de esclarecer o modo como se efectuou a última ocupação, a árabo-islâmica, nomeadamente quanto à reutilização do santuário e das termas. Os poucos achados arqueológicos e agora os grafitos atestam claramente essa ocupação, mas não esclarecem suficientemente o modo como ela se processou, quer dizer, as transformações ocorridas na sequência da islamização da localidade.

As investigações arqueológicas efectuadas pelo I.A.A. mostraram que, no início da época tardo-romana, a população ainda utilizava cerâmica romana da África do Norte (lucernas e *sigillata chiara* D), mais tarde, as peças que fazem parte do traje visigótico típico (partes do cinto e adornos) e, finalmente, cerâmica islâmica de qualidade, proveniente das olarias da bacia do Guadalquivir. Com base apenas nestes últimos testemunhos não era possível determinar com precisão a pertença étnica dos habitantes de Milreu na primeira época islâmica (hispano-romana, hispano-goda, árabe ou berbere), nem a sua religião (cristã ou muçulmana). Só depois de se tomar em consideração a nova fonte epigráfica árabe, extremamente rara para a época e a região, entendeu-se de que forma, em Milreu, uma população obviamente autóctone se adaptou às inúmeras modificações políticas e religiosas, que marcaram a transição da baixa Antiguidade para a alta Idade Média. O desmoronamento da *cella* do templo e da respectiva abóbada, causado provavelmente por um terramoto, pôs fim à continuidade do povoamento iniciado na Pré-História²¹.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Dr. Artur Goulart, Director do Museu de Évora, a revisão do texto português e bem assim a execução dos desenhos epigráficos. Também ao Doutor Theodor Hauschild, do referido Instituto Arqueológico Alemão, apraz-nos aqui, e a Felix Teichner em particular, agradecer penhoradamente os vários contributos, assim como por ter posto à nossa disposição o material aqui publicado.

NOTAS

- 1 Hauschild 1964, 1980, 1988; Teichner 1994, 1997a-b.
- 2 Th. Hauschild chamou a nossa atenção para as dimensões amplas dos *trochilli* das bases destas últimas colunas — um fenómeno que se encontra também em colunas de época pós-romana e islâmica.
- 3 Consultámos a este respeito dois epigrafistas de renome: Solange Ory, da Universidade de Provence, em Aix, e G. Rosselló Bordoy, director do Museu de Maiorca.
- 4 Para a onomástica andaluza, ver a breve síntese, com a respectiva bibliografia, de Marín 1992:177-181.
- 5 Domingues 1972:34-36; Marques 1993:127-128; Sidarus 1993.
- 6 A indicação, à p. 91 (Teichner 1994), de que não se encontraram «vestígios de povoamento ou camadas arqueológicas da época islâmica», diz respeito tão-somente à sala do santuário e à galeria à volta. E isto deve-se, muito provavelmente, ao modo infeliz como se processaram os trabalhos antigos de escavações ou de restauro (*l.c.*, ad n. 13).
- 7 Estudos demográficos parcelares dão uma média de 70-75 anos de esperança de vida para a classe culta andaluza dos séculos XI-XIII (Ávila 1985:40-49; Urvoy 1978:30-31).
- 8 É sabido que, em al-Andalus, no início da época islâmica, a *qibla* indicava o Sul, de acordo com o modelo sírio, tendo a correcção para Sudeste surgido mais tarde: Gómez Moreno 1951; Torres Balbás 1973.
- 9 Menéndez Pidal 1963:739; Cruz 1985:420 (com bibliografia mais antiga).
- 10 Amador 1879:245-252. As traduções dos grafitos foram publicadas também por Ramón (1926:67-70).
- 11 Aproveite-se a oportunidade para corrigir um erro que escapou no trabalho anterior de Teichner (1994:92): lá onde se refere à «sepultura 1» da fig. 5, deve-se corrigir «sepultura 8».
- 12 *El* 3:142a-147b; Grotzfelds 1970. Para al-Ándalus: Epalza 1989; Pavón 1990:299-300.
- 13 Idrisi, p. 547, linha 15 (fasc. 5, 1975); ver também Machado 1984:91a.
- 14 Asín 1944:63; *El* 3:137b-138a; Lévi-Provençal 1967:296-297.
- 15 Estácio da Veiga 1880, entre as pp. 66 e 67.
- 16 Cf. por exemplo Hauschild 1980:199, fig. 7, *a* (Barcelona), *b* (Tarrasa).
- 17 Hauschild 1980, esp. 192-193, fig. 3-5.
- 18 Conhecido autor andaluz de Almeria, do séc. XI. Este trecho, contudo, não se encontra na única obra que nos chegou dele; ver a nota da tradutora Roldán, 1990: 130, n. 2; ver também a introdução, p. 64.
- 19 Seguimos de perto a tradução de Domingues (1972:15), com recurso ao original.
- 20 Respectivamente: ed. Wüstenfeld 3:394, trad. Abd-al-Karim, p. 210 (n.º 215), e ed. 'Abbas, p. 347, ed./trad. Lévi-Provençal, n.º 105 (aqui se fala até de «região»). A tradução portuguesa desta última fonte, feita a partir do francês, pode-se ler em *PEA* 1:58-59.
- 21 São extremamente prometedoras para a questão aqui abordada as investigações no castelo de Silves onde, os arqueólogos, para além dos achados das épocas tardo-romana, visigótico-bizantina e islâmica inicial, pensam ter reconhecido também elementos de uma «cultura indígena» (Gomes 1988:96-97).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADOR DE LOS RÍOS, Rodrigo (1879) — *Inscripciones árabes de Córdoba*, Madrid.
- ASÍN, Miguel Palacios (1944) — *Contribución a la toponimia árabe de España*, 2ª ed., Madrid.
- ÁVILA, María Luisa (1985) — *La sociedad hispanomusulmana al final del califato (Aproximación a un estudio demográfico)*, Madrid.
- CRUZ VILLALÓN, M. (1985) — *Mérida visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*, Badajoz. *El = Encyclopédie de l'Islam*, nova ed., vários vols., Paris e Leida, 1960 seg.
- EPALZA, Mikel de (ed.) (1989) — *Baños Arabes en el País Valenciano*, Valência.
- ESTÁCIO DA VEIGA, S. P. M. (1880) — *A tabula de bronze de Aljustrel. Memória apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa.
- DOMINGUES, José D. Garcia (1972) — *Ossónoba na época árabe*, Faro (Sep. dos Anais do Município de Faro, n.º 3).
- GOMES, Rosa Varela (1988) — *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*, Silves (Xelb, 1).
- GÓMEZ MORENO, M. (1951) — *Arte árabe hasta los Almôhades*, Madrid (Ars Hispaniae, 3).
- GROTZFELS, Heinz (1970) — *Das Bad im arabisch-islamischen Mittelalter*, Wiesbaden.
- HAUSCHILD, Theodor (1964) — *Der Kultbau neben dem römischen Ruinenkomplex bei Estói in der Provincia Lusitania*, Berlim (tese de doutoramento da Universidade Técnica).
- (1980) — «Milreu/Estói [Algarve]. Untersuchungen neben der Taufpiscina und Sondagen in der Villa — Kampagnen 1971 und 1979». *Madrider Mitteilungen* 21:189-219, Madrid.
- (1984) — «O edifício de culto do complexo de ruínas romanas perto de Estói, na provincia de Lusitania. *Arqueologia e História*, sér. X, 1:123-150 (In Memoriam D. Fernando de Almeida, vol. 1), Lisboa.
- ḤIMYARĪ (al-), Ibn 'Abd-al-Mun'im — *K. al-Rawḍ al-mi'tār*, ed. Iḥsān 'Abbās, Beirute, 1975; ed./trad. E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après... al-Ḥimyarī*, Leiden, 1938.
- HUMPHREY, J. H. (1976) — *The Port of Cyrene. Excavations by the University of Michigan 1965-1967*, Tripoli (Supplement to Libya Antiqua, 4).
- IDRISĪ (al-), al-Sharīf — *Opus geographicum*, ed. Istituto Univ. Orientale e Inst. Italiano per il Medio Oriente, 9 fascs. (com paginação contínua) — Nápoles e Roma, 1970-1984.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (1967) — *Histoire de l'Espagne musulmane*. Vol. 3: *Le siècle du califat de Cordoue*, Paris e Leida.
- MACHADO, José Pedro (1984) — *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, 3 vols. (com paginação contínua), Lisboa.
- MARÍN, Manuela (1992) — *Individuo y sociedad en al-Andalus*, Madrid (Colección Al-Andalus).

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1993) — «O Portugal islâmico», in Idem (dir.), *Portugal, das invasões germânicas à "Reconquista"*, pp. 117-249, Lisboa (Nova História de Portugal, 2).
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.) (1963) — *Historia de España*. Vol. III: *España visigoda*, Madrid.
- PAVÓN MALDONALDO, Basilio (1990) — *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana*. Vol. I: *Agua*, Madrid.
- PEA = *Portugal na Espanha árabe*. [Textos árabes compilados e traduzidos por] António Borges Coelho, 2.^a ed., 2 vols., Lisboa, 1989.
- POZO MARTÍNEZ, I. (1989) — «El cementerio islámico de la calle Polo de Medina (Murcia)». *III Congreso de Arqueología Medieval Española* 2: 413-422, Oviedo.
- QAZWĪNĪ (al-), Zakariyyā' Abū Yayā — *K. Āthār al-Buldān*, ed. F. Wüstenfeld, *Kosmographie* II, Göttingen, 1848; trad. Fátima Roldán Castro, *El Occidente de al-Andalus en...*, Sevilha, 1990.
- RAMÓN MÉLIDA, José (1926) — *Catálogo monumental de España. Provincia de Badajoz*. Vol. II: *Texto*, Madrid.
- ROBLES, A. *et al.* (1995) — «Influencia de las mentalidades en el urbanismo andalusí: la interacción funcional de baños y cementerios en Murcia». *IV Congreso de Arqueología Medieval Española* 2:95-102, Alicante.
- SANTOS, M. L. E. da Veiga Affonso (1972) — *Arqueologia Romana do Algarve*, 2 vols., Lisboa.
- SCHULZ, P. W. (1914) — *Die persisch-islamische Miniaturmalerei*, Leipzig.
- SIDARUS, Adel (1993) — «Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente andaluz». *A Cidade de Évora*, XLV-LJ71-76 (1988-1993): 7-37, Évora.
- TEICHNER, Felix (1994) — «Acerca da vila romana de Milreu/Estói. Continuidade da ocupação na época árabe». *Arqueologia Medieval* 3:89-100, Mértola e Porto.
- (1997a) — «Die römischen Villen von Milreu (Algarve/Portugal). Ein Beitrag zur Romanisierung der südlichen Provinz Lusitania», *Madridrer Mitteilungen* 38, Madrid (no prelo).
- (1997b) — «Sepulturas del época visigoda en Milreu (Algarve, Portugal)», *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, Madrid (no prelo).
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1973) — «Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba», in R. Menéndez Pidal (dir.), *Historia de España*, V, 331-788, 3.^a ed., Madrid.
- ULBERT, T. (1991) — «Nachuntersuchungen im Bereich der frühchristlichen Basilika von Casa Herrera bei Mérida». *Madridrer Mitteilungen* 32: 185-202, Madrid.
- URVOY, Dominique (1978) — *Le monde des ulémas andalous du V/XI^e au VII/XIII^e siècle. Etude sociologique*, Genève (Hautes Etudes Islamiques et Orientales d'Histoire Comparée, 8).
- YĀQŪT AL-ĤAMAWĪ — *Mu'jam al-buldān*, ed. F. Wüstenfeld, 5 vols., Leipzig, 1866-73 (reimpr. Teerão, 1965); trad. Gamal Abd-al-Karim, *La España musulmana en la obra de Yāqūt (s. XII-XIII)*, Granada, 1974 (*Cuadernos de Historia del Islam*, 6).

A PORTA MUÇULMANA DO CASTELO DE VEIROS

A. RAFAEL CARVALHO*

ISABEL CRISTINA F. FERNANDES**

1. INTRODUÇÃO

O objecto primeiro deste estudo é dar a conhecer à comunidade científica um testemunho de alguma raridade em Portugal: uma porta de castelo, de arco em ferradura, que identificamos como muçulmana. A atribuição cultural desta porta do Castelo de Veiros ao gótico (Espanca, 1975) tem vindo a ser repetida, mesmo em publicações recentes (Lopes, 1993).

Tentaremos, a partir de paralelos arquitectónicos, apresentar o horizonte cronológico provável da construção da porta e ensaiar um modelo possível de ocupação e evolução do Castelo de Veiros, durante o período muçulmano.

Este Castelo (Figs. 1 e 2) é actualmente um recinto fortificado desabitado que ainda mantém um conjunto significativo de estruturas medievais, passíveis de uma abordagem arqueológica e permitindo uma leitura evolutiva cujos paralelos podemos encontrar em castelos muçulmanos e cristãos da Península. Contudo, só uma intervenção arqueológica de campo, direccionada para os objectivos em causa, poderá vir a confirmar com segurança as hipóteses colocadas.

* Museu Municipal de Palmela.

** Arqueóloga colaboradora do Museu Municipal de Palmela.

2. LOCALIZAÇÃO

O conjunto amuralhado localiza-se no alto de uma colina de encostas suaves que se estende para leste e onde, ao longo dos séculos, se foi organizando a actual estrutura urbana de Veiros (Fig. 3). No lado Este e para Sul abre-se um grande vale onde corre a Ribeira de Ana Loura, afluente da Ribeira de Avis que, mais a jusante, irá confluir com outros cursos de água no rio Sorraia. Este rio, ao atravessar as vastas colinas arenosas do Ribatejo, na margem sul do Tejo, vai unir-se-lhe a jusante de Benavente.

Segundo Pinho Leal (1882, p. 257), a Ribeira de Ana Loura, ou Anhaloura, era abundante em peixe. Pela riqueza das nascentes podia, em pleno verão, servir de motor a muitas dezenas de moinhos e de azenhas.

Destaque-se a excelente situação geográfica de Veiros no período alto-medieval, no eixo de ligação de Badajoz a Lisboa e Santarém pela via fluvial, através do Sorraia. De

facto, os autores muçulmanos referem que, apesar da permanência das estradas romanas, preferiam-se os cursos de rio ou ribeiro para as deslocações de homens e de mercadorias.

3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Veiros foi sede de antigo concelho, extinto em 12.10.1885, passando a fazer parte do Concelho de Fronteira em 4.11.1872. Posteriormente transitou para o Concelho de Monforte, sendo finalmente anexado ao Concelho de Estremoz, onde actualmente se mantém como sede de freguesia, desde 26.9.1895.

Quanto à sua origem histórica são vários os autores que desde o século XIX afirmam a grande antiguidade da povoação, insistindo na sua origem romana com o nome de Valerius (Espanca, 1975, p. 250). Segundo este autor e Pinho Leal, o castelo, após a ocupação pelos muçulmanos, teria sido conquistado, em 1217, por Afonso II, auxiliado por cavaleiros de Avis, do mestrado de D. Fernão Anes. Seria no reinado de D. Dinis e com o consentimento régio que, em 1308, se iria reparar e adaptar o castelo sob orientação de D. Lourenço, 9.^o Mestre de Avis, para as novas funções. É então construída a torre de menagem. Esta torre, a mais alta de Portugal, terá sido mandada dinamitar por D. Juan de Áustria em 1662, durante a guerra da Restauração.

4. DO CASTELO DE VEIROS

O castelo, com planta de tendência triangular, ocupa o alto de uma colina. Mantem a sua cerca medieval, amputada num dos ângulos pela implantação da Igreja matriz de S. Salvador, já mencionada em 1359 com o



- | | | |
|--------------|--------------------|-----------------------|
| 1 — Badajoz | 6 — Alcacer do Sal | * — Castelo de Veiros |
| 2 — Elvas | 7 — Evora | |
| 3 — Santarem | 8 — Beja | |
| 4 — Lisboa | 9 — Martola | |
| 5 — Palmela | 10 — Silves | |

Fig. 1 — Localização de Veiros.

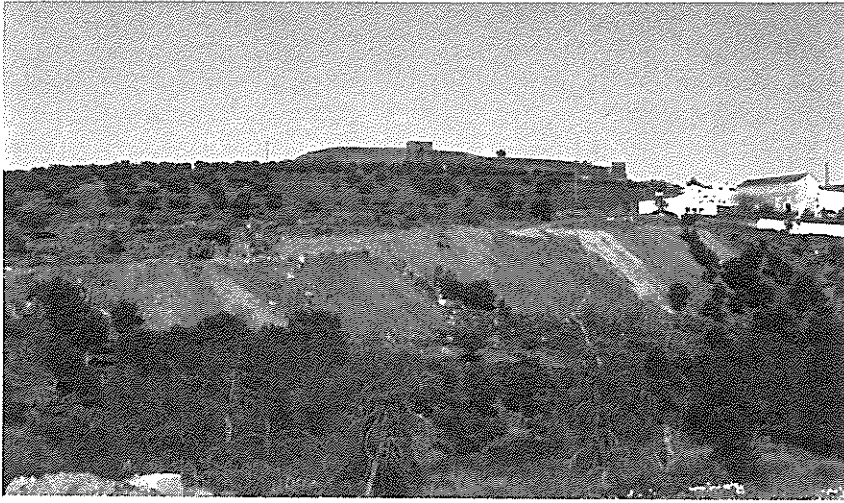


Fig. 2 — Vista geral do Castelo de Veiros.

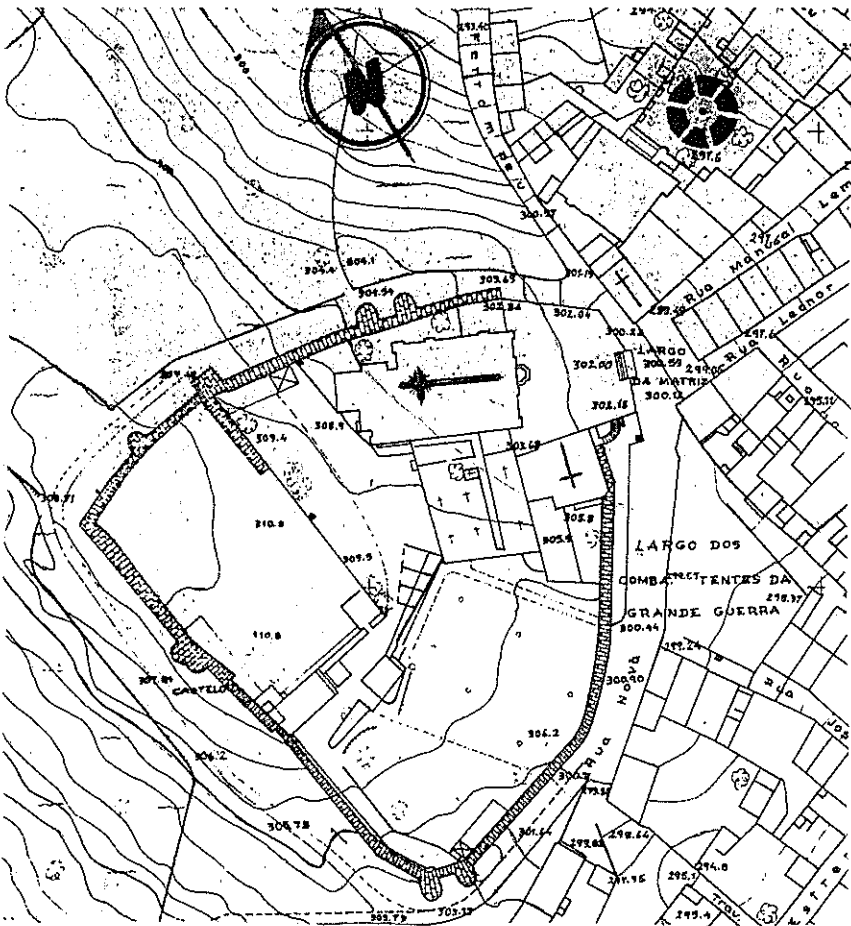


Fig. 3 — Planta do Castelo de Veiros — Carta Topográfica actual.

nome de Santa Maria Madalena. Para facilitar a leitura do monumento numerámos as torres remanescentes e as portas. As áreas funcionais no interior do castelo foram designadas por letras (Fig. 4). Na arte militar da Idade Média o emprego de portas reduzia-se ao mínimo por razões de ordem defensiva. Era, por isso, natural que se ladeasse cada porta por duas torres, no intuito de melhorar as condições de defesa, situação que se verifica no Castelo de Veiros.

As torres 1 e 2, de planta circular, defendem a porta I, objecto deste artigo. O aparelho destas torres é formado por fiadas de xisto unidas por terra argilosa. A superfície exterior mostra vestígios de argamassa amarelada. Diferem das outras torres de planta circular por apresentarem maior volume. A porta I, de tipologia muçulmana, dava acesso à zona C do interior do castelo, interpretada como Medina. A torre 3 é de planta quadrangular, com um aparelho cuidado, mostrando cunhais de xisto e alguns

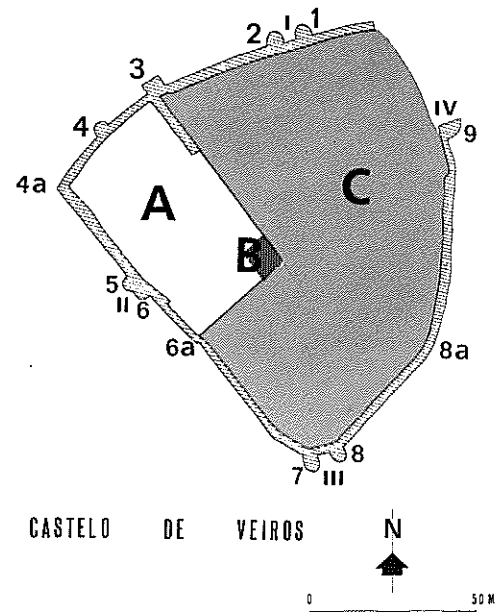


Fig. 4 — Planta Esquemática do Castelo de Veiros.

de granito. A sua posição na cerca muralhada e a mudança de direcção do pano de muralha, associadas à existência de um muro que, no interior do castelo, divide a zona A da zona C (esta a uma cota inferior), conduzem à hipótese de a zona indicada com a letra A corresponder à alcáçova e à génese do castelo. A planta rectangular desta área lembra os castelos do período Califal.

A torre 4, de planta circular, de pequena dimensão, assenta directamente sobre a rocha, talhada intencionalmente para acentuar a altura deste troço de muralha.

Na esquina que denominámos de 4A verificámos uma grande discordância no tipo de aparelho utilizado. É provável que, neste ângulo, se tenha localizado uma torre cuja planta, por comparação com castelos muçulmanos, poderia ser quadrangular.

As torres 5 e 6 são estruturas de planta circular, de menor dimensão em relação às

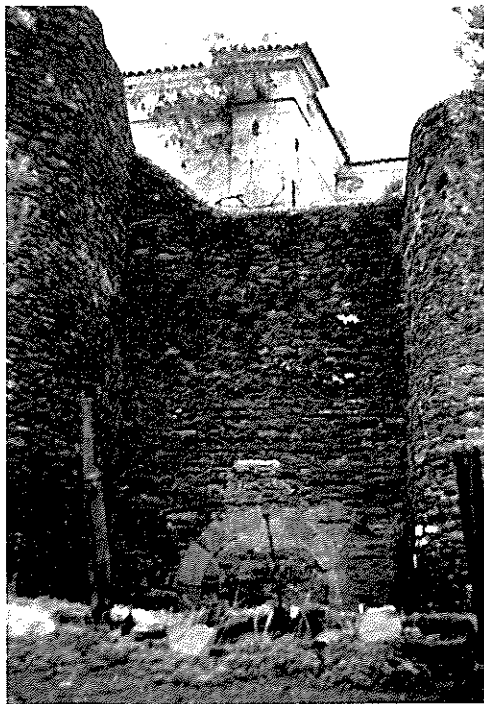


Fig. 5 — Enquadramento da Porta 1.

n.^{os} 1 e 2. O topo das torres encontra-se ligado por um balcão de fundo fendido, com função de «mata-cães», reforçando a defesa da porta 2. Trata-se de uma abertura de tipo gótico (porta II) que apresenta a arcada talhada em granito e que actualmente está entulhada e emparedada. Junto à torre 5, na parte virada a Norte, identificámos uma canalização contígua à base da muralha.

A esquina 6A, pouco saliente, sugere concordância com a delimitação da alcáçova do castelo. É possível, tal como em 4A, que existisse aqui uma torre quadrangular.

As torres 7 e 8 são estruturas de planta circular que defendem uma porta aberta na muralha (porta III), de tipo gótico, composta por blocos de granito. É a porta utilizada hoje em dia para acesso ao interior do recinto. Em 8A vê-se, na base, um avançado (possível torre?). A torre 9, actualmente bastante danificada, onde se situa uma torre com relógio, poderia estar geminada com uma outra torre, já desaparecida, ladeando outra porta (IV) e que se designava de Porta do Sol.

O aparelho da muralha é constituído por blocos de xisto talhados, unidos por terra e argamassa. As superfícies externas mostram o xisto ordenado mas com algumas brechas, denunciando um enchimento descuidado.

O interior do recinto amuralhado foi dividido em três partes: a zona A, da alcáçova, possivelmente da fase mais antiga do Castelo. Segundo os elementos recolhidos e pela análise do aparelho e disposição das torres existentes, inserimos em B a localização provável da torre de menagem.

A uma cota topográfica inferior, em média 1 a 2 m, situa-se a área C, provável medina de Veiros, que a evolução urbana, ao longo dos tempos, transportou para fora das muralhas, delineando a traça da actual vila.

5. A PORTA I

A Porta I, objecto do presente estudo, localiza-se no pano de muralha voltado a Norte, entre as torres 1 e 2 (Fig. 5). Encontra-se actualmente emparedada e semi-enterrada pela deposição de entulhos ao longo do tempo, situação que, lamentavelmente, parece manter-se.

Uma das primeiras referências conhecidas a esta porta deve-se a Túlio Espanca (1975) que a considerou como sendo de estilo gótico, não apresentando qualquer imagem alusiva.

A partir destes escassos elementos, foi com alguma surpresa que, em visita ao castelo de Veiros, no início de 1994, deparámos com uma construção que reputamos de tipologia muçulmana.

A ausência de uma intervenção arqueológica no interior do recinto do castelo de Veiros e junto à porta que estamos a noticiar, impede a recolha dos

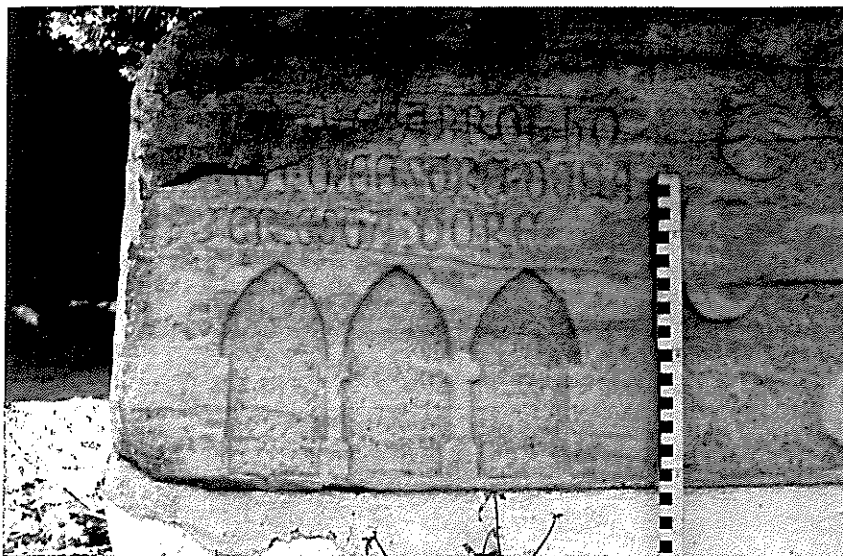


Fig. 6 — Pedra da Fundação do Castelo de Veiros.

dados necessários para aferir com correcção o horizonte cultural islâmico peninsular em que esta construção se insere.

A leitura e a proposta cronológica apresentadas regem-se por um conjunto de paralelos que seleccionámos, de apoio à metodologia interpretativa seguida.

Analisemos primeiramente esta porta no contexto da representação de três portas, gravadas na pedra da «fundação» do castelo (Fig. 6), cuja autoria se deve a D. Lourenço, 9.º Mestre de Avis, de 1308. Atribuída ao período da fundação da torre de menagem, esta pedra apresenta um baixo-relevo que exhibe três portas com arcos quebrados, de estilo gótico. Efectivamente podemos hoje reconhecer no Castelo duas dessas portas, que se aproximam estilisticamente das representadas: a porta II e a porta III. Nesta perspectiva, a Porta I, de arco em ferradura, foge ao programa construtivo do reinado de D. Dinis. As próprias torres 1 e 2, de planta circular e de grandes dimensões, aproximavam-se dos modelos muçulmanos peninsulares.

Note-se o posicionamento da torre 3, rectangular, num espaço importante de divisão da medina com a alcáçova. É a única torre com planta deste tipo.

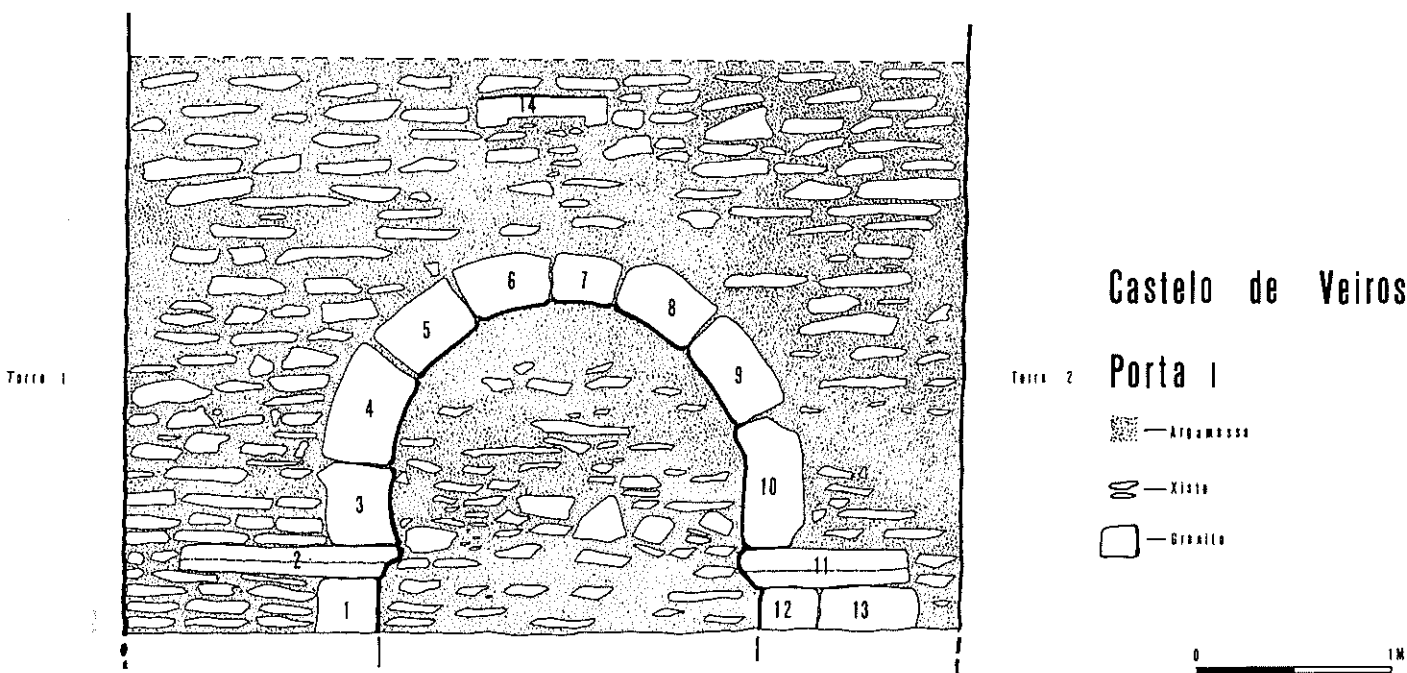


Fig. 7 — Porta I.

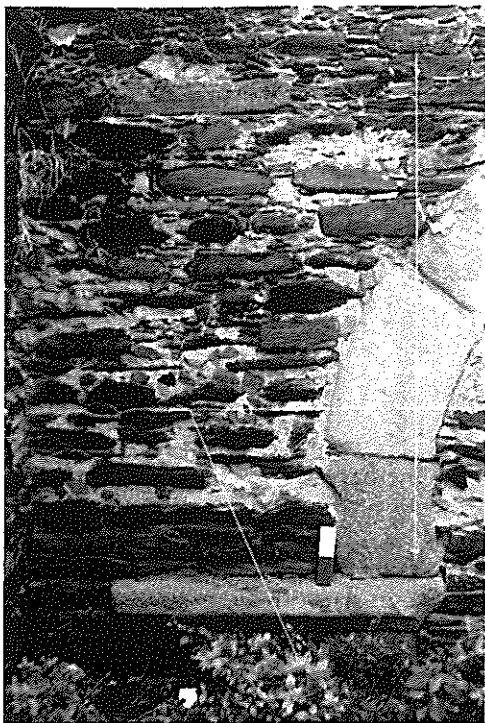


Fig. 8 — Pormenor do lado esquerdo do arco da Porta I.

A Porta I não poderá enquadrar-se na pretensa data — século XIII/XIV — da fundação do castelo.

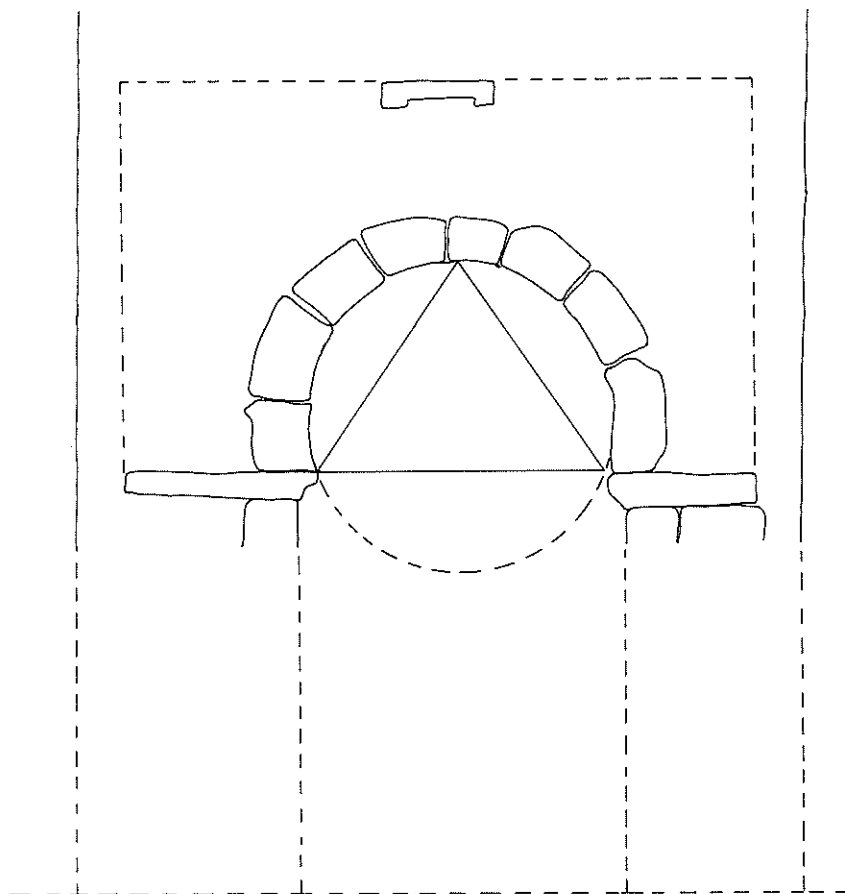
Partindo do pressuposto de que terá sido construída no período muçulmano, procurámos encontrar algumas correspondências para a configuração da estrutura.

A heterogeneidade dos arcos em ferradura, na riqueza dos seus programas estilísticos e variantes tipológicas de alguns dos seus elementos, dificultam uma leitura global. Analisemos, pois, separadamente, as várias partes que constituem o arco.

As aduelas numeradas de 3 a 10 (Fig. 7) são blocos talhados no granito, algo irregulares mas ajustáveis uns aos outros, de tamanho variável, dispostos de forma a desenharem um arco que se

prolonga além do seu diâmetro, o que é particularmente visível no lado esquerdo.

As pedras designadas pelos n.ºs 2, 11, 12 e 13, de granito, correspondem às impostas que sustentam o arco. As molduras 2 e 11, formadas por blocos monolíticos, com uma nervura em escada, medem respectivamente 110 e 89 cm de comprimento. Dos dois exemplares, o n.º 2 é o melhor conservado e mostra semelhanças a uma moldura de imposta inserida num arco ultrapassado da entrada da ponte de Mérida (Gomez-Moreno, 1951, p. 47, fig. 45). Segundo o autor essa imposta, talhada em mármore, apresenta uma moldura de aspecto clássico, adiantando a possibilidade de se tratar de uma obra goda, tendo aliás em conta o facto de esta ponte ter sido restaurada no tempo de Ervígio.



Castelo de Veiros

Fig. 9 — Arco da Porta I.

Na verdade, as impostas de Veiros afastam-se dos modelos muçulmanos correntes, tanto pela dimensão como pelo apontamento decorativo. Os emolduramentos salientes atribuem-se mais ao período clássico e visigótico ou a construções moçárabes do Norte peninsular (Arenas, 1972). Nesta perspectiva, um elemento a valorizar é a existência de vestígios romanos em Veiros, o que pode conferir alguma consistência à hipótese de se terem reaproveitado, na Porta I, materiais romanos tardios /visigóticos. De qualquer modo, este tipo de moldura pode também encontrar-se em construções muçulmanas do Emirato e Califais: Mesquita de Córdoba, Castelo de Gormaz (Lévi-Provençal, 1957, fig. 129 e 271).

Constata-se uma relativa diferença na simetria do arco, a partir da pedra n.º 8, mostrando do lado esquerdo (aduelas 1 a 5) uma sequência perfeita de curvatura e de talhe do granito (Fig. 8) e uma ligeira discordância desde a mencionada pedra, no lado direito do arco (Fig. 9). Presume-se uma intervenção posterior e intencional na estrutura, com pouco cuidado e fraca preocupação estética, com o objectivo de alargar a abertura. A pedra 13 parece surgir na sequência da necessidade de reforçar o apoio da moldura, provavelmente pelo desequilíbrio provocado. Outra possibilidade teria a ver com uma exigência de restauro após uma catástrofe natural, nomeadamente o terramoto de 1531 (Lopes, 1993).

A pedra n.º 14, horizontal ao arco e destacando-se do conjunto do actual aparelho da muralha, parece identificar-se com o resto do alfiz. O caixilho seria formado por uma fiada de pedras em granito que emolduraria a porta a partir das extremidades das impostas, definindo um quadrado e mostrando-se saliente em relação ao pano de muralha. A presença de um alfiz, característica bem patente nas construções muçulmanas antigas, acrescenta argumentos à possibilidade de estarmos perante um arco muçulmano.

Se considerarmos como plausível a reutilização de materiais tardo-romanos ou visigóticos, parece-nos menos provável a identificação do arco no seu todo como uma construção goda. Elementos estilísticos assinalados por estudiosos deste tipo de arcatura (Granadas, 1987, p. 60-63), são dificilmente adaptáveis ao arco da Porta I. É o caso da largura entre as jambas, nitidamente superior

ao diâmetro do arco, ao contrário do que acontece nos arcos visigóticos.

Na globalidade, os dados analisados confluem para a atribuição da Porta I de Veiros ao período muçulmano, provavelmente aos séculos VIII ou IX.

BIBLIOGRAFIA

- ARENAS, José Fernandez (1972) — *La Arquitectura Mozárabe*, Barcelona.
- SPANCA, Túlio (1975) — *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I, Distrito de Évora (zona Norte), Acad. Nacional de Belas Artes, Lisboa.
- FERREIRA DE ALMEIDA, C. Alberto (1986) — «Arte da Alta idade Média», *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Pub. Alfa, Lisboa.
- GRANADAS, Jesús Avila (1987) — «Pervivencia de la Arquitectura Visigótica», *Rev. Arqueología*, Ano 2, n.º 11, Zugarto Ed., Madrid.
- GÓMEZ-MORENO, Manuel (1951) — *Ars Hispaniae*, vol. III, El Arte Árabe Español Hasta Los Almohades — Arte Mozárabe, Madrid.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1957) — *Historia de España*, dir. Menéndez Pidal, Tomo IV — España Musulmana (711-1031), Madrid.
- LOPES, Flávio et alli (coord. geral) (1993) — *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, vol. I (Distrito de Évora), IPPAR, Lisboa.
- PINHO LEAL, A. (1882) — *Portugal Antigo e Moderno*, vol. X, Ed. Fac.-Similada feita pela Cota d'Armas Ed. e Livreiros, de 1990, Braga.
- TORRES BALBÁS, L. (1985) — *Ciudades Hispanomusulmanes*, Inst. Hispano-Árabe de Cultura, Madrid.

O «CASTELO» DE PENAFIEL DE BASTUÇO, PAÇOS S. JULIÃO, BRAGA. ELEMENTOS PARA O SEU ESTUDO

LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA FONTES*

HENRIQUE JORGE LEMOS DE ARAÚJO REGALO**

1. INTRODUÇÃO

O sítio comumente designado por «Penedo dos Mouros», desde sempre bem conhecido da população local, foi pela primeira vez localizado com exactidão pelo Padre Mário César, que a esse propósito escreveu um pequeno mas interessante artigo fazendo-lhe corresponder, com fundamento histórico-arqueológico, o «castelo» de Penafiel de Bastuço (César, 1964). Referido em vários estudos (Almeida, 1978; Costa, 1958-59), nunca foi, contudo, objecto de investigações arqueológicas.

O presente artigo sobre a fortificação de Penafiel de Bastuço tem por base os resultados proporcionados pelos trabalhos arqueológicos de campo efectuados no ano de 1990 e pelos trabalhos complementares de análise do espólio e investigação documental¹.

Com esses trabalhos pretendia-se atingir vários objectivos: primeiro, definir as características topográficas da fortificação, nomeadamente confirmar a estruturação defensiva em talude, plataforma e «torre»; segundo, determinar a sequência ocupacional do sítio a partir da sequência estratigráfica, procurando também caracterizá-la na sua expressão material; e terceiro, conhecer o quadro

social e político-administrativo associado à existência da fortificação.

Cumpridos esses objectivos, importa reter, contudo, que a maior ou menor importância da fortificação de Penafiel de Bastuço, ou mais precisamente dos dados fornecidos pelos trabalhos que se fizeram, só poderá ser avaliada em confronto com iguais estudos noutros sítios fortificados medievais. Mais do que respostas, os estudos feitos podem fornecer pistas ou abrir novas perspectivas, não só para a abordagem do tema específico da castelologia, mas também, desde que articulado com o estudo dos núcleos habitacionais rurais e urbanos, para o estudo das estratégias e modalidades do povoamento medieval.

2. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO FÍSICO

O sítio arqueológico que identificamos como o «castelo» de Penafiel de Bastuço localiza-se na freguesia de Paços S. Julião², con-

* Da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho — Av. Central, 39 - P — 4710 BRAGA.

** Do Parque Nacional da Peneda - Gerês — Rodovia - Parrêtas - P — 4700 BRAGA.
Desenhos de José Alfredo Lopes Barbosa.

celho e distrito de Braga, no lugar da Pedreira. É localmente designado por «Castelo», «Castelo dos Mouros», «Penedo dos Mouros», «Castelo da Pena» ou «Bouça da Pena». As coordenadas e altitude máxima do ponto central da estação, com base na carta 1:25000 dos SCE (folha 70), são: M=169,1 e P=505,3 (projectão Gauss) e 227 metros (Fig.1).

O acesso faz-se por caminhos vicinais abertos para serviço dos campos agrícolas ou para exploração florestal, de traçados por vezes íngremes e mal conservados, tanto a partir da freguesia de Paços S.Juliano pelos lugares de Fijó, do Souto e/ou da Pedreira, como a partir da freguesia de Vilaça, pelo lugar de Quebradas.

A estação ocupa um pequeno promontório sobranceiro ao troço inicial do rio Labriosque, integrando-se geomorfologicamente no maciço granítico da chamada Serra de Airó, que é um relevo residual disposto no sentido SW/NE, bordejando o vale do rio Cávado pelo lado Sul. Do cume deste maciço, que atinge a altitude máxima de 411 metros, disfruta-se uma ampla panorâmica sobre a bacia do Cávado, desde a foz (Esposende) até ao seu curso superior (Serra do Gerês). As inúmeras linhas de água que descem pelas suas vertentes talharam vales mais ou menos acentuados, desenhando uma periferia bastante recortada.

Num dos esporões do extremo Oeste do maciço de Airó, dominando a nascente do rio Labriosque, implanta-se a fortificação de Penafiel de Bastuço. Mais junto do vale que do cume da serra, oferece um horizonte visual limitado ao espaço entre Porto de Martim e cidade de Braga, enquadrado a oeste pela portela de Bastuço, a Norte pela própria serra de Airó, a Nordeste pelos montes de S. Filipe e das Caldas e a Sul e Sudeste pelos montes de Vilaça e Sequeira, estes últimos ainda prolongamentos da serra de Airó.

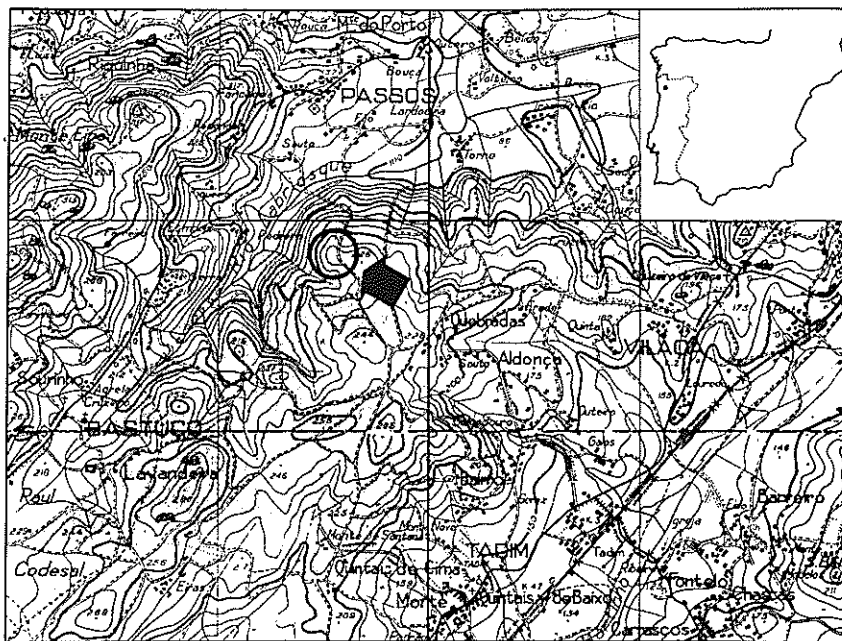


Fig. 1 — Localização da fortificação de Penafiel de Bastuço.

O quadro morfológico revela, assim, contrastes acentuados, alternando zonas baixas, alvéolos de erosão e vales fluviais, com relevos mais elevados, com lombas e vertentes de declive pronunciado. No local do castelo e cabeços próximos a rocha granítica, aqui porfiróide de grão grosseiro a médio, aflora com aspectos característicos de caos de bloco, por vezes de grandes dimensões (Teixeira *et al.*, 1973). Foi precisamente sobre alguns grandes blocos que se rasgaram os alicerces da «torre» do castelo.

Todo o monte está ocupado por floresta, com predominância de pinheiros e eucaliptos, sendo quase inexistentes os carvalhos e sobreiros que outrora cobriam os terrenos não agrícolas. Algumas zonas declivosas junto de pequenas linhas de água conservam vestígios de leiras que já conheceram ocupação agrícola, agora abandonadas aos silvados e eucaliptos.

Com a ocupação florestal do monte contrasta a intensa exploração agrícola do fundo do vale, com campos de forragens, leguminosas e milho, marginados por vinhas de enforcado que se estendem em ramadas sobre os caminhos até às casas (Fig. 2).

3. APROXIMAÇÃO AO CONTEXTO HISTÓRICO

Classificado de «mouro» pela tradição popular, a fortificação de Penafiel de Bastuço situa-se numa área com abundantes vestígios arqueológicos de superfície, como é aliás, toda a região bracarense, sobre a qual existe numerosa

e pormenorizada bibliografia arqueológica. Considerando apenas Paços S. Julião e as freguesias limítrofes, referenciam-se diversos sítios com ocupação humana antiga, não tendo nenhum deles sido, até ao momento, objecto de qualquer estudo pormenorizado: povoado fortificado (?) do Bronze de Nossa Senhora de Fátima em Lajes, Figueiredo; castro romanizado das Caldas em Sequeira; castro romanizado de Adães; via romano (?) — medieval Braga — Barcelos, com troços visíveis na veiga de Sequeira e Cabreiros; *villae* romanas de Martim, Paços S. Julião (?), Santarão/Cide e Arentim (?); necrópole medieval de Serra (hoje um lugar da freguesia de Paços S. Julião, correspondente à extinta freguesia de S. Veríssimo de Quintanela), com sepulturas datadas da primeira metade do séc. XI; igrejas/mosteiros pré-românicos e/ou românicos de Cabreiros, Tibães, Figueiredo e Arentim; forno medieval de cerâmica de construção de Cabreiros (Fontes, 1993).

A estes testemunhos poderão acrescentar-se as múltiplas referências a vilas, lugares, casais, honras e igrejas da documentação medieval, ilustrando um povoamento intenso e ordenado do território.

O «castelo» de Penafiel de Bastuço aparece referenciado pela primeira vez de modo explícito numa confirmação de couto feita por Afonso Henriques à Sé de Braga em 1128, na qual aparece como seu governador o nobre Paio Ramires — «(...) castellum quod dicitur Penafidelis per suos terminos antiquos et Argentinum monasterium et Coniam similiter. Et Pelagius Ramiliter teneat ibi illud prestamum quantum mihi placuerit. (...)» (LF. 415).

Contudo, existem outros documentos anteriores que, indirectamente, testemunharão a sua existência. O mais antigo que se conhece data de 1018, ano de uma doação à igreja de Santa Maria de Martim, em que se localizam os bens «(...) inter Palatio et Martini subtus alpe montis Bastucio (...)» (LF. 68). Em 1045 localiza-se o actual lugar de Serra da freguesia de S. Julião de Paços «(...) in territorio bracarense in villa nuncupata Quintanela ad radice montis

Bastucio (...)» (LF. 73). Para além destes documentos, outros 7 situam diversas propriedades e bens nas suas proximidades, tendo por referência geolocativa o monte Bastuço — «(...) subtus mons Bastucio (...)»: em 1020 (LF. 67); 1031 (LF. 69 e LF. 70); 1034 (LF. 71); 1038 (LF. 72); 1073 (LF. 66); 1089 (LF. 127).

São também abundantes os documentos relativos à Terra de Penafiel de Bastuço, a que se deve associar a fortificação. Aparece pela primeira vez nomeada em 1099 (DC. 914), data em que Soeiro Mendes a subenfeuda ao seu maiorino Gonçalo Pais. Mas só com as Inquirições de Afonso II, de 1220, se obtém uma primeira imagem global da extensão territorial do seu domínio, que abrangia então vinte e cinco freguesias: Reguela (extinta e incorporada na freguesia da Pousa); Tadim; Tebosa; Fradelos (extinta e incorporada na freguesia de Tadim, foi novamente instituída em 1988); S. Mamede (actualmente Cezures); Oliveira; St.^a Cecília (actualmente Vilaça); Aveleda; Vimieiro; S. Fins de Bastuço (actualmente St.^o Estevão de Bastuço); Algosó (hoje Pousa); S. Tomé de Moimenta (extinta e incorporada na freguesia de Priscos); Guisande; Sequeira; S. Saturnino (extinta e incorporada na anterior); S. João de Areias (hoje Areias de Vilar); S. Julião de Sequeira (actualmente S. Julião de Paços); S. Miguel de Cabreiros; St.^a Leocádia de Cabreiros (extinta e incorporada na freguesia de Semelhe); Celeirós; Figueiredo; Priscos; Martim; Encourados e finalmente Ruilhe.

Nas Inquirições de Afonso III de 1258, realizadas portanto trinta e oito anos depois das anteriores, a Terra de Penafiel aparece já com trinta e sete freguesias. Em relação a 1220 deixou de incluir a freguesia de S. João de Areias (hoje Areias de Vilar) e passou a incorporar mais as seguintes treze fregue-



Fig. 2 — Vista panorâmica do vale do rio Labriosque. A seta indica o local da fortificação.

sias: Arnoso St.^a Eulália; Arnoso St.^a Maria; Jesufrei; Arentim; Cunha (que deu o nome a um dos ramos mais conhecidos da linhagem dos Ramirões e que a partir de 1128 vão aparecer ligados ao governo de Penafiel de Bastuço); Cambeses; S. Martinho de Tibães (mosteiro e respectivo couto, que hoje fazem parte da freguesia de Mire de Tibães); S. Paio de Merelim; St.^o Adrião de Padim (hoje Padim da Graça); S. Salvador de Padim (extinta e incorporada na anterior); Panoias; S. Paio de Parada (hoje Parada de Tibães); St.^a Maria de Mir (hoje Mire de Tibães) (INQ., 1467-1479) (Fig. 3).

Ainda que, como vimos nas Inquirições de 1220, a Terra de Penafiel de Bastuço surja com as tais 25 freguesias, com uma média de cerca de 10,5 casais num total de Casais das Ordens, Reguengos e Herdadores de 262 (246 segundo Costa Veiga), em 1241 e no casamento de D. Sancho com D. Mécia, já o castelo deveria ter perdido importância pois não surge no rol das arras em que se incluem os vizinhos castelos de Faria e Vermoim.

Este facto sugere que o sítio, enquanto estrutura defensiva, já não seria considerado importante do ponto de vista militar e estaria portanto desactivado. O «alargamento» da base territorial da Terra de Penafiel de Bastuço patente nas Inquirições de 1258, em que passa de vinte e cinco freguesias para trinta e sete, parece ser apenas um ajuste de influências, com incidência meramente administrativa. Como alargamento da base tributária seria pouco relevante, já que incluía muitos territórios e propriedades com estatuto de excepção: honra dos mosteiros de Tibães e de Vilar de Frades na freguesia de Encourados; honra dos Ramirões em Arnoso St.^a Maria, Tebosa e Cunha; couto do mosteiro de Vimieiro, que incluía a própria freguesia de St.^a Maria de Vimieiro e toda a freguesia de Figueiredo; honra da igreja bracarense em

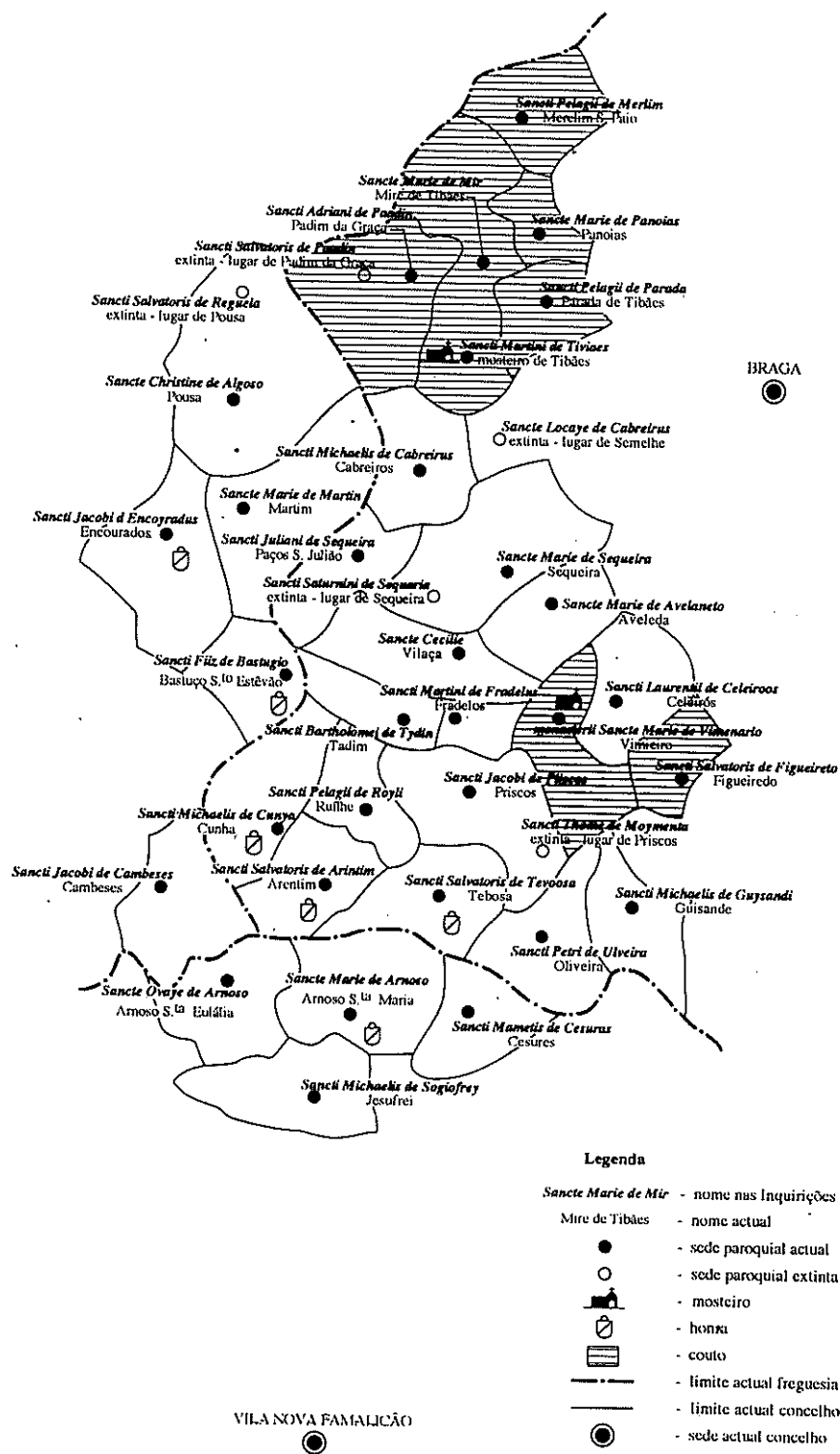


Fig. 3 — Mapa do povoamento no território de Penafiel de Bastuço, segundo as Inquirições de 1258.

Arentim; honras de D. Pedro «Escacha» e do mosteiro de Tibães em S. Fins de Bastuço; couto do mosteiro de Tibães, que incluía a totalidade das freguesias de St.^a Maria de Mir, S. Paio de Merelim, St.^a Adrião e S. Salvador de Padim, S. Paio de Parada e St.^a Maria de Panoias (Fig. 3).

E do mesmo modo que durante a sua existência conheceu algumas variações nos limites territoriais, a Terra de Penafiel de Bastuço registou, ao nível do governo, uma transitoriedade ainda mais acentuada. De facto, a administração da Terra foi exercida ora pela diocese bracarense ora pela coroa, mas sempre

sob a tenência de um miles da pequena ou grande aristocracia, ao sabor dos contextos políticos vigentes: como já se referiu acima, em 1099 (DC. 914) aparece subenfudada pelo célebre Soeiro Mendes da Maia a um seu parente por afinidade e seu «maiorino», Gonçalo Pais, talvez o Sapo, por sua vez parente de Paio Guterres da Cunha cc Dórdia



Fig. 4 — Planta geral da fortificação de Penafiel de Bastuço.

(da Maia), irmã do dito Soeiro³ (Barros, 1954, 99 e Mattoso, 1981, 212).

Entre 1100 e 1128, a tenência do território aparece entregue a vários governadores, a saber: em 1106 (DP. 230), seria Ermígio Moniz governador de Penafiel de Bastuço (Mattoso, 1981 e 1982)⁴; em 1128 aparece entregue a um outro nobre, Paio Ramires (DR. 89; LF. 415)⁵; em 1132 (DR. 122), é governador um Mendo de Penafiel⁶ e em 1146 (DR. 214), já pertence esta tenencia ao célebre antepassado dos Pereira, Gonçalo Rodrigues Palmeira⁷.

Em 1238, a Terra de Penafiel é devolvida à coroa pelo arcebispo de Braga D. Silvestre Godinho, no âmbito da concordata com D. Sancho II, exigida pela carta que o Papa

Gregório IX em Abril de 1238 dirigiu ao rei de Portugal enumerando os agravos pela coroa dirigidos à Igreja Bracarense (Azevedo, 1944, 75; Ferreira, 1928; Herculano, 1980/81). Com D. João I é doado a D. Nuno Álvares Pereira, ficando desde então ligado à Casa de Bragança (César, 1964, 16).

Do ponto de vista militar, a fortificação não deve ter tido qualquer papel de relevo na guerra civil que se seguiu, pois como referimos acima por esta época já estaria abandonada. A função de defesa militar desempenhava-a os castelos de Vermoim e de Faria, sobretudo este último, como se depreende da notícia do seu cerco e submissão extraída por Herculano das Inquirições de D. Dinis: «(...) da lide do Porto, e quando foi cercado o castello de Faria (...)».

De qualquer modo, as vicissitudes desses tempos conturbados de guerra civil não terão deixado de se fazer sentir na Terra de Penafiel de Bastuço, tanto mais quanto durante quase todo o século XIII o seu território esteve sujeito ao poderio e influência crescente da linhagem dos Cunhas tão nomeados nas Inquirições, praticando o amadigo ou envolvidos em episódios de lutas e vinganças como as celebradas na «notícia de torto» e na «mentio de malefactoria» (Costa, 1992).

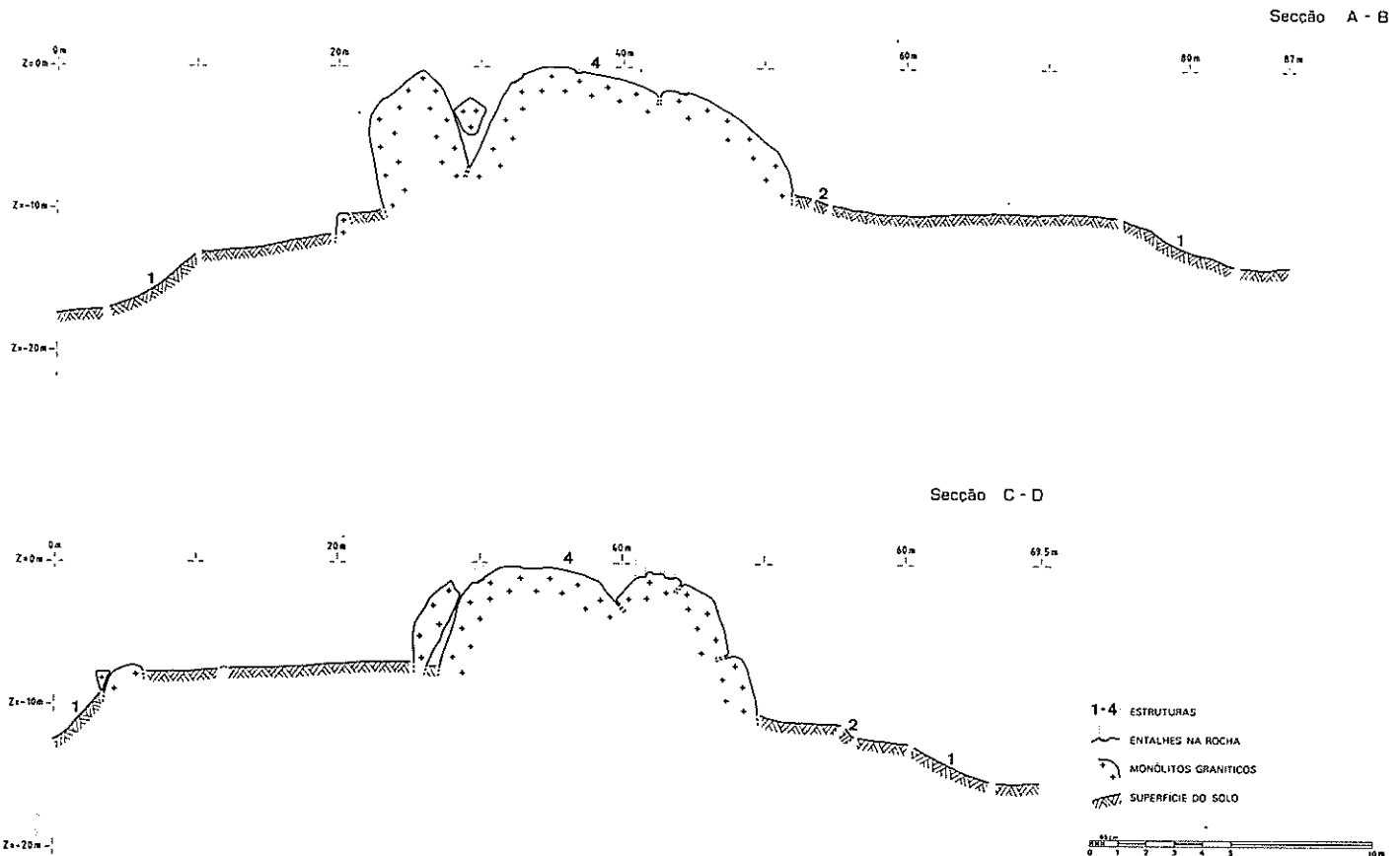


Fig. 5 — Perfis topográficos do sítio arqueológico.

Assim, praticamente não restam dúvidas de que a desactivação e mesmo desmantelamento da fortificação precedeu cerca de sete séculos a extinção da circunscrição administrativo-territorial correspondente à Terra de Penafiel de Bastuzo, substituída por nova divisão administrativa no decurso do séc. XIX, sendo então integrada nos concelhos de Barcelos, Braga e Vila Nova de Famalicão. Em 1706 a localização do castelo era já desconhecida, situando-o Carvalho da Costa algures no Monte de Airó (Costa, 1868, 280).

4. OS DADOS DA ESCAVAÇÃO

Todos os cortes foram decapados por camadas naturais, com registo sistemático da estratigrafia em planos, em fotografia e desenho à escala 1:20. Fotografaram-se e desenharam-se também todos os perfis. No lado Nordeste da estação, abrangendo parte da plataforma inferior e do talude, abriram-se dois quadrados em vala contínua (12,5 m²). Na plataforma superior, na base dos monólitos da «torre», do seu lado Sul, abriram-se igualmente dois quadrados (12,5 m²), mas aqui em «xadrez», cobrindo assim uma mais ampla estratigrafia. No final da intervenção todos os cortes foram novamente tapados com a terra que havia sido removida, cumprindo-se a exigência colocada pelo proprietário do terreno.

A partir dos elementos planimétricos proporcionados pelo levantamento topográfico rigoroso da estação e dos dados estratigráficos fornecidos pela escavação dos cortes seleccionados, identificaram-se diversas estruturas — umas relacionadas com a organização defensiva do sítio e outras associadas à ocupação habitacional (Fig. 4).

Entre as primeiras distinguiram-se um grande talude perimetral reforçado por muro de mamposteria, precedido de um fosso que dificultaria o acesso ao

interior do recinto, apenas perceptível no lado Sudeste. Delimitam exteriormente o sítio, desenhando um perímetro de configuração oval, com o eixo maior orientado NE/SO. A adaptação do seu traçado à morfologia do relevo é evidente, resultando o talude do acentuamento e/ou aterro dos declives e/ou depressões, criando uma diferença de cota de dois metros nas zonas mais baixas e superior a seis metros nas partes mais abruptas. No interior deste recinto identificam-se dois taludes intermédios de menores desnível e comprimento. No conjunto definem duas plataformas (Fig. 5), à superfície das quais se observam fragmentos de telhas e algumas pedras afeiçoadas (incluindo alguns silhares com «forfex», na plataforma superior).

Mais ou menos ao centro e no topo afloram enormes monólitos graníticos, de forma globular (caos de bloco), que convergem na parte superior formando uma plataforma mais ou menos horizontal, onde se



Fig. 6 — a-b: Pormenores dos entalhes nos monólitos correspondentes aos alicerces das paredes.

abriram os rasgos para alicerçamento das paredes do castelo (com uma profundidade de 0,04 m. e uma largura de 0,50 m. — dimensões médias) (Fig. 6 a-b). A partir dos sulcos talhados na rocha, conservados na sua totalidade, reconstituiu-se a planta integral do castelo — forma trapezoidal quadrada, com três covelos quadrados nos ângulos NO, N e E e porta a meio do troço SO, onde o sulco aparece interrompido em cerca de 2 m., rematando em sapata no que seriam os cunhais da entrada. O perímetro total desta construção tem cerca de 40 m., delimitando uma área aproximada de 80 m². Ao centro existe um rasgo subrectangular com 0,35 m.x0,30 m., que poderia ter servido para embasamento de um poste central de suporte à cobertura. Ao centro do covelo Norte existe ainda uma «pia» escavada na rocha, com cerca de 0,10 m. de profundidade e forma subrectangular, cuja funcionalidade desconhecemos.

O acesso da plataforma superior à «torre», vencendo um desnível de cerca de 7 metros, far-se-ia em direcção à porta acima referida com recurso a escadas de madeira, pois não existem degraus talhados nos monolitos, que apresentam faces abruptas. Um pequeno entalhe localizado junto à entrada poderá corresponder ao encosto de uma estrutura de acesso ao topo.

Ainda relacionados com a defesa do sítio refira-se a identificação, próximo da linha interna do talude superior, entre este e o aglomerado de blocos graníticos do castelo, de vestígios da vala de fundação de uma estrutura que, pelas características do recorte da arena de alteração granítica e pela orientação (aproximadamente paralela ao talude), poderá corresponder à existência de uma espécie de paliçada.

No que respeita a estruturas de habitação, registre-se a existência do que se interpretou

como restos de um pavimento térreo e de uma parede, de planta indefinível. A destacar apenas o facto de este presumível pavimento parecer adossar-se à estrutura descrita no parágrafo anterior e se articular com camadas de demolição bem definidas, correspondentes provavelmente ao abandono do sítio.

Relativamente à estratigrafia, seleccionamos para referência de leitura os perfis Este dos cortes C2 e C3 e os perfis Oeste e Este dos cortes C4 e C5 (Fig. 7). Os primeiros correspondem à escavação do talude principal na zona baixa da estação, e os segundos à escavação na plataforma superior.

Em C2 e C3, evidencia-se a camada 7 (terra castanha escura com abundância de fragmentos de telha e algumas pedras afeiçoadas de tamanho médio, pigmentos de carvões dispersos e algumas manchas de argamassa saibrosa). Trata-se da camada de demolição correspondente ao abandono da ocupação da plataforma — assentando regularmente sobre as camadas anteriores de deposição natural, pouco espessas, homogéneas e com claro pendor S/N, aparece recoberta por uma camada humosa pouco espessa, sem indícios de revolvimentos significativos.

O espólio, exclusivamente cerâmico, é proveniente das camadas 2, 3, 4 e 7, sendo que a cerâmica de construção (telha) apenas apareceu na c. 7, que também ofereceu a maior quantidade de cerâmica doméstica.

Em C4 e C5, a sequência estratigráfica revelou-se diferente, com apenas três camadas, pouco espessas e recobrando parcialmente a arena granítica, correspondentes à ocupação e posterior abandono (camadas 2 e 3 — esta última semelhante à camada 7 descrita no parágrafo anterior, com a diferença de incorporar silhares graníticos afeiçoados e com «forfex»). Os sedimentos são pouco espessos, aparecem revolidos e recobertos por uma igualmente pouco espessa camada humosa, características que apontam para um processo pos-deposicional erosivo que parece ter sido acelerado por saques de pedra.

O espólio recolhido nestes cortes também é exclusivamente cerâmico. A camada 3 forneceu abundantes fragmentos de telha, permitindo distinguir vários tipos de formas e pastas. Foi também nesta camada que se recolheram as maiores quantidades de cerâmica doméstica.

No conjunto das leituras estratigráficas julgamos de destacar a existência de deposições sedimentares antrópicas associáveis a apenas um momento ocupacional do sítio, durante o qual terão existido construções nas quais se utilizaram pedra afeiçoada e telha, seguindo uma tradição construtiva de raiz aparentemente clássica (tardo-romana ?).

A diferença entre o espólio recolhido nos cortes 4 e 5 e nos cortes 2 e 3 é meramente quantitativa, sendo mais abundante nos primeiros que nos segundos. Deste facto não é possível extrair qualquer significado relativamente à organização funcional interna da fortificação, pois a área escavada é bastante reduzida, não fornecendo quaisquer elementos complementares de análise, como p. ex. estruturas de combustão, paredes, etc.

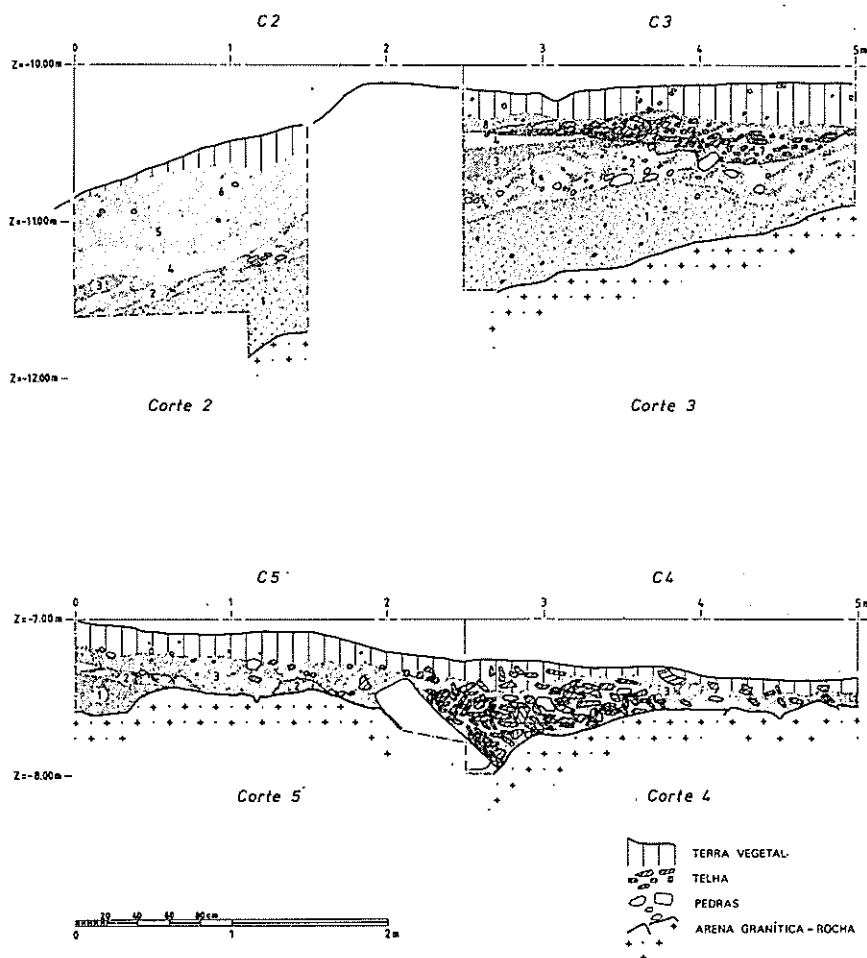


Fig. 7 — Leituras estratigráficas dos cortes C2-C3 e C4-C5.

Considerando de forma articulada os dados proporcionados pela estratigrafia e pelo levantamento planimétrico, verificamos estar perante uma construção defensiva de dimensões globais reduzidas, que não difere, no tamanho e na forma, dos sítios defensivos tipo «mota» difundidos por toda a Europa Ocidental na transição do milénio (VV.AA., 1988). A sua implantação, contudo, é distinta: nessas regiões é frequente em espaços abertos e terrenos planos, exigindo a remoção de enormes volumes de terra (VV.AA., 1990); aqui aproveita a configuração apropriada do relevo, situando-se num cabeço a meia encosta de um vale fechado.

No quadro das estruturas defensivas medievais, a fortificação de Penafiel de Bastuço parece partilhar características tipológicas de três modelos distintos: o *palatio*, a *penella* e o *castello*, todos eles referidos na documentação medieval, nem sempre de forma claramente distinta. Ainda hoje a toponímia popular mistura estes conceitos, designando o local quer como Pena quer como Castelo. Indubitavelmente um espaço misto de residência e de defesa, a fortificação de

Penafiel de Bastuço será uma expressão material particular do fenómeno mais vasto do «incastelhamento», com características que a aproximam mais dos paços nobres ou residências nobilitadas que se disseminariam pelo entre Douro e Minho condal, e menos dos castelos de arquitectura românica da nacionalidade⁸.

5. O ESPÓLIO CERÂMICO

O capítulo precedente, em que se apresentou uma síntese dos dados proporcionados pela escavação arqueológica, serve igualmente como contextualização da proveniência do espólio cerâmico; em seguida expõe-se os critérios utilizados na caracterização dos fabricos e na descrição das formas, apresentando-se depois os dados relativos ao espólio cerâmico; acrescentam-se algumas considerações relativas à cronologia e ao significado das produções identificadas no quadro das produções cerâmicas medievais da zona bracarense.

A caracterização dos fabricos cerâmicos teve por base, fundamentalmente, a observação macroscópica de fragmentos à vista desarmada e com lupa, observando-se um a um todos os fragmentos de cerâmica recolhidos. Como complemento e com carácter experimental, fez-se a análise da composição química das pastas⁹.

Consideramos primeiramente os aspectos tecnológicos: natureza e aspecto da pasta (composição, textura, cor); técnica de feitura da peça (torno ou manual, tratamento das superfícies (alisada, polida, etc.), tipo de cozedura (reduzida, oxidante). Com base nestes indicadores definimos diversos grupos, que análises futuras mais elaboradas poderão confirmar ou infirmar como correspondentes a distintos fabricos.

Secundariamente consideramos os critérios morfológicos e estéticos. Quanto às formas, a pouca quantidade de peças e a sua excessiva fragmentação impossibilitaram o estabelecimento de qualquer tipologia. Assim, limitamo-nos a elaborar um catálogo com os fragmentos susceptíveis de serem apresentados em desenho (23, num total de 104 — Fig. 8), fazendo a sua descrição analítica em linguagem comum. A apresentação faz-se por fabricos, pois a inexistência de qualquer forma completa impossibilitou a aplicação de critérios funcionais no ordenamento do catálogo. No que concerne às decorações, procedeu-se de igual modo. Nas questões de terminologia e nomenclatura, seguimos Alarcão, 1974, Balfet, 1983 e Bazzana, 1979 e 1980.

O fabrico A caracteriza-se por uma pasta grosseira a medianamente grosseira, textura porosa e medianamente compacta, com distribuição homogénea de elementos não plásticos em que dominam grãos de quartzo de

Cortes	Fabricos					Telha	
	A	B	C	D	E		
C2	-	-	3	4	-	18	= 25
C3	3	6	-	4	11	40	= 64
C4	6	9	-	-	3	-	= 18
C5	17	15	4	12	7	-	= 55
	26	30	7	20	21	58	└─┘
nº total de fragmentos - 162							

Fig. 8 — Quadro de distribuição do espólio cerâmico.

calibre médio a grosso. Identificam-se ainda grãos e palhetas de calibre fino de feldspatos e micas (mais moscovite que biotite). As peças, feitas a torno, apresentam a superfície interna da parede em bruto ou muito toscamente alisada com os dedos, e a superfície externa alisada com mais cuidado, com maior regularidade. A cor é variável, dominando no cerne a vermelha de mango (PANTONE 17-1446), no interior a vermelha tostado (PANTONE 16-1448) e no exterior a castanha pinha (PANTONE 19-1121). O aspecto manchado das peças, com dominante de tons escuros, sugere uma cozedura em ambiente redutor imperfeito.

CATÁLOGO DA CERÂMICA

N.º Catálogo: 1

N.º identificação fragmento: CPB.90.C4=0027=0011

Tipo/Função: panela ? cântaro ?/cozinhar, transportar

Morfologia: fragmento de bordo com arranque de asa em fita, de implantação vertical.

Dimensões: diâmetro da boca: 25 cm

Pasta: medianamente grosseira, pouco compacta mas homogénea, com abundantes elementos não plásticos de quartzo de calibre predominantemente médio. Identificam-se também elementos finos de moscovite e alguns de biotite. Cerne cor castanha foca (PANTONE 19-1314) e superfícies cor castanha pinha (PANTONE 19-1121). Conserva restos de fuligem na face externa.

Técnica: feita a torno, apresentando-se rugosa ao tacto. As faces apresentam ondulações de dedos, com alisamento ligeiro, mais cuidado na externa. O arranque da asa é bastante cuidado, apresentando-se bem ligado à parede da peça logo abaixo do bordo. Cozedura redutora.

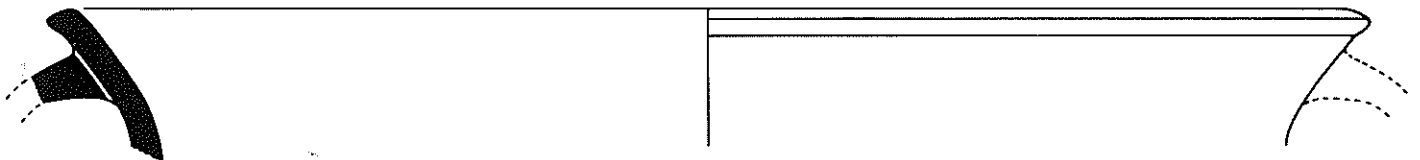
Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 2

N.º identificação fragmento: CPB.90.C4=0027=0006

Tipo/Função: pote ? panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento da parte superior da peça, abrangendo bordo, colo e arranque do bojo.

Dimensões: diâmetro da boca: 13,8 cm

Pasta: medianamente grosseira, pouco compacta mas homogênea, com elementos não plásticos de quartzo de calibre predominantemente médio. Identificam-se também elementos finos de moscovite e alguns de biotite. Cerne de cor pouco uniforme — domina a cor de areia (PANTONE 15-1225) e superfícies cor castanha pinha (PANTONE 19-1121) no interior e castanha lobo (PANTONE 18-1016) no exterior. Conserva restos de fuligem na face externa.

Técnica: feitura a torno, identificando-se bem as estrias da rotação da peça. As faces apresentam ondulações de dedos pouco perceptíveis e alisamento cuidado. Cozedura redutora.

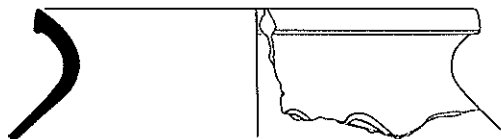
Decoração: na transição do colo para o bojo inscreve-se um sulco inciso, estreito e pouco profundo, em meandro horizontal.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 3

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0030=0036

Tipo/Função: pote ? panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de bordo com arranque de colo.

Dimensões: diâmetro da boca: 17 cm

Pasta: medianamente grosseira, pouco compacta mas homogênea, com abundantes elementos não plásticos de quartzo de calibre médio. Identificam-se também elementos finos de moscovite e alguns de biotite. Cerne cor castanha foca (PANTONE 19-1314) e superfícies cor castanha pinha (PANTONE 19-1121) no exterior e cor pele de ovelha (PANTONE 14-1122) no interior. Conserva escassos restos de fuligem na face externa.

Técnica: feitura a torno, apresentando-se rugosa ao tacto. Faces com alisamento ligeiro, mais cuidado na externa. Cozedura redutora.

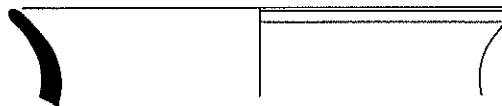
Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 4

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0030=0047

Tipo/Função: pote ? panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 9,4 cm

Pasta: medianamente grosseira, pouco compacta mas homogênea, com abundantes elementos não plásticos de quartzo de calibre predominantemente médio. Identificam-se menos elementos finos de moscovite e de biotite. Cerne cor castanha foca (PANTONE 19-1314) e superfícies cor castanha pinha (PANTONE 19-1121) no exterior e cor de amêndoa (PANTONE 16-1432) no interior.

Técnica: feitura a torno. Superfície interna «areada» ao tacto, com alisamento ligeiro, mais cuidado na externa, que apresenta sinais de desgaste por usura. Cozedura redutora.

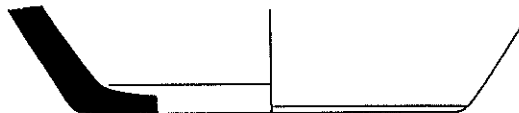
Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.





N.º Catálogo: 5

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0029=0020

Tipo/Função: pote ? panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 12,5 cm

Pasta: medianamente grosseira, pouco compacta mas homogénea, com abundantes elementos não plásticos de quartzo de calibre predominantemente médio. Identificam-se menos elementos finos de moscovite e de biotite. Cerne cor castanha foca (PANTONE 19-1314) e superfícies cor castanha pinha (PANTONE 19-1121) no exterior e cor de açúcar de cana (PANTONE 17-1134) no interior.

Técnica: feitura a torno. Superfície interna «areada» ao tacto, com alisamento ligeiro, mais cuidado na externa, que apresenta sinais de desgaste por usura. Cozedura redutora.

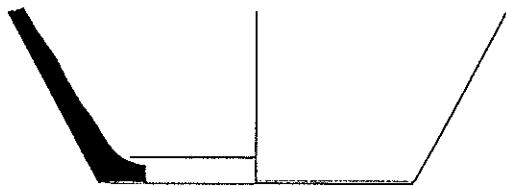
Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 6

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0030=0032

Tipo/Função: pote ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 7,6 cm

Pasta: medianamente grosseira, pouco compacta mas homogénea, com elementos não plásticos de quartzo de calibre predominantemente médio. Identificam-se menos elementos finos de moscovite e de biotite. Cerne e superfícies de cor castanha pinha (PANTONE 19-1121).

Técnica: feitura a torno, identificando-se bem na face externa as estrias provocadas pelo alisamento da peça com esta em rotação. A face interna apresenta ondulações de dedos.

Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura no fundo da base. Cozedura redutora.

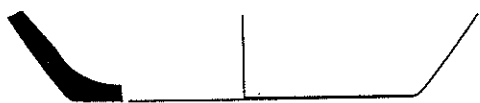
Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 7

N.º identificação fragmento: CPB.90.C3=0007=0028

Tipo/Função: pote ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 8,2 cm

Pasta: medianamente grosseira, pouco compacta mas homogénea, com elementos não plásticos de quartzo de calibre predominantemente médio. Identificam-se menos elementos finos de moscovite e de biotite. Cerne e superfícies cor castanha pinha (PANTONE 19-1121).

Técnica: feitura a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sendo áspera ao tacto.

A face externa é bem alisada, identificando-se vestígios de polimento (espécie de brunido).

Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura no fundo da base. Cozedura redutora.

Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.

O fabrico B caracteriza-se pela pasta homogénea, compacta, bem cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino a médio, identifi-

cando-se óxidos de ferro e grãos de quartzo, feldspatos e palhetas de micas (a moscovite concentra-se à superfície das faces, conferindo-lhe um aspecto metálico brilhante). Só são alisadas as superfícies exteriores. A cor é variável, da castanha-avermelhada à cinzenta no cerne, e castanha avermelhada, mais

clara ou mais escura, nas superfícies. No primeiro domina a cor telha tostado (PANTONE 18-1235) e nas segundas a cor pele de castor (PANTONE 17-1417).

As peças foram elaboradas ao torno e cozidas em atmosfera oxidante imperfeita.

N.º Catálogo: 8

N.º identificação fragmento: CPB.90.C4=0027=0008

Tipo/Função: panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 13,1 cm

Pasta: fina a medianamente grosseira, compacta, homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino a médio, destacando-se entre os primeiros as palhetas de moscovite que se concentram nas superfícies da parede e entre os segundos os grãos de quartzo. O cerne e a superfície interna apresentam cor castanha mustangue (PANTONE 19-1217), a face externa cor argila cozida (PANTONE 18-1441). Conserva vestígios de fuligem no exterior.

Técnica: feitura a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura no fundo da base. Cozedura oxidante.

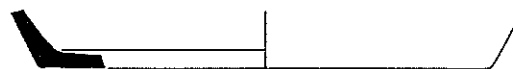
Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 9

N.º identificação fragmento: CPB.90.C4=0027=0009

Tipo/Função: panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 12,5 cm

Pasta: fina a medianamente grosseira, compacta, homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino a médio, destacando-se entre os primeiros as palhetas de moscovite nas superfícies da parede e entre os segundos os grãos de quartzo. As cores são uniformes: cerne cor cinzenta escuro (PANTONE 18-1312), faces cor telha tostado (PANTONE 18-1235). Conserva vestígios de fuligem no exterior.

Técnica: feitura a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura. Cozedura oxidante.

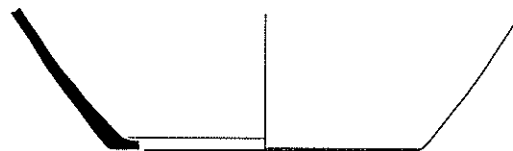
Decoração: inexistente

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 10

N.º identificação fragmento: CPB.90.C4=0027=0015

Tipo/Função: panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 12,5 cm

Pasta: fina a medianamente grosseira, compacta, homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino a médio, destacando-se entre os primeiros as palhetas de moscovite nas superfícies da parede e entre os segundos os grãos de quartzo. Cor homogénea castanha avermelhado (PANTONE 18-1343). Conserva vestígios de fuligem no exterior.

Técnica: feitura a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura. Cozedura oxidante.

Decoração: inexistente

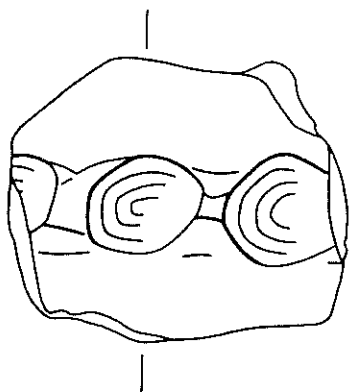
Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.





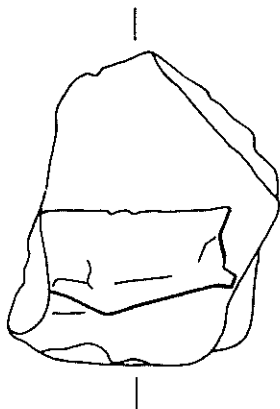
N.º Catálogo: 11
N.º identificação fragmento: CPB.90.C4=0027=0014
Tipo/Função: ??
Morfologia: fragmento de bojo.
Dimensões: ?

Pasta: fina a medianamente grosseira, compacta, homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino a médio, destacando-se entre os primeiros as palhetas de moscovite nas superfícies da parede e entre os segundos os grãos de quartzo. O cerne e a superfície interna apresentam cor amendoada (PANTONE 16-1323), a face externa cor sombra natural (PANTONE 17-1422).

Técnica: feitura a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura. Cozedura oxidante.

Decoração: aplicação plástica de cordão em fita, na horizontal. A fixação à peça fez-se com pressão dos dedos sobre o cordão, e igual pressão feita pelo interior da peça, onde ficaram bem marcados os dedos.

Oficina: região de Braga (?)
Cronologia: sécs. X-XI
Bibliografia: inédito
Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 12
N.º identificação fragmento: CPB.90.C3=0001=0002
Tipo/Função: ??
Morfologia: fragmento de bojo.
Dimensões: ?

Pasta: fina a medianamente grosseira, compacta, homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino a médio, destacando-se entre os primeiros as palhetas de moscovite que se concentram nas superfícies da parede e entre os segundos os grãos de quartzo. O cerne e a superfície interna apresentam cor castanha mustangue (PANTONE 19-1217), a face externa cor argila cozida (PANTONE 18-1441).

Técnica: feitura a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura. Cozedura oxidante.

Decoração: aplicação plástica de cordão de secção triangular, na horizontal. A fixação à peça fez-se com pressão dos dedos sobre o cordão, e igual pressão feita pelo interior da peça, onde ficaram bem marcados os dedos. Ligeiro alisamento exterior.

Oficina: região de Braga (?)
Cronologia: sécs. X-XI
Bibliografia: inédito
Depósito: Unidade Arqueologia U.M.

O fabrico C caracteriza-se pela pasta homogénea, compacta embora leve, bem cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino a médio, nomeadamente grãos de quartzo e palhetas de micas. As faces internas apre-

sentam-se irregulares, com marcas de dedos e sem qualquer acabamento. As faces externas são muito bem alisadas, quase polidas. A cor é muito uniforme: cerne e superfície interior cor cru escuro (PANTONE 14-1212), e superfície exterior (numa espessura uniforme que não ultrapassa um milímetro) cor ferro (PANTONE 18-1306). As peças foram elaboradas ao torno e cozidas em atmosfera redutora.

N.º Catálogo: 13

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0039=0049

Tipo/Função: panela ? talha ?/ cozinhar, armazenar

Morfologia: fragmento de bojo e ombro.

Dimensões: ?

Pasta: fina a medianamente grosseira, compacta, homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino a médio, destacando-se entre os primeiros as palhetas de moscovite e entre os segundos os grãos de quartzo. O cerne e a superfície interna apresentam cor cru escuro (PANTONE 14-1212), a face externa cor ferro (PANTONE 18-1306). Conserva vestígios de fuligem no exterior.

Técnica: feita a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada, quase polida, notando-se bem estrias de rotação do torno. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura. Cozedura redutora.

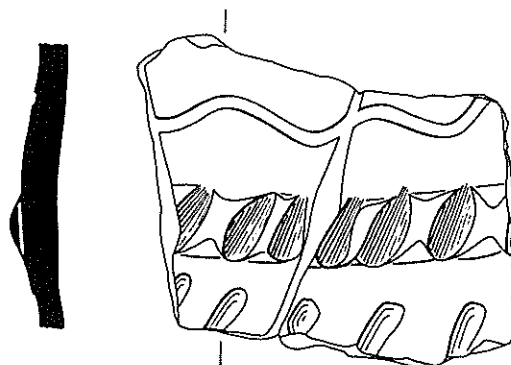
Decoração: mista com incisão, impressão e plástica. Desenvolve-se em linhas paralelas horizontais, com a seguinte sequência: em cima, linha incisa meandriforme, estreita e pouco profunda; ao meio, cordão de secção sub-triangular, sobre o qual se fizeram impressões oblíquas, a espaços regulares, com instrumento que deixou marcas tipo estrias; em baixo, impressões com punção (?) de formato amendoado, a espaços regulares e disposição igualmente oblíqua.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 14

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0042=0059

Tipo/Função: ??

Morfologia: fragmento de bojo.

Dimensões: ?

Pasta: fina a medianamente grosseira, compacta, homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino a médio, destacando-se entre os primeiros as palhetas de moscovite e entre os segundos os grãos de quartzo. O cerne e a superfície interna apresentam cor cru escuro (PANTONE 14-1212), a face externa cor ferro (PANTONE 18-1306). Conserva vestígios de fuligem no exterior.

Técnica: feita a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada, quase polida, notando-se bem estrias de rotação do torno. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura. Cozedura redutora.

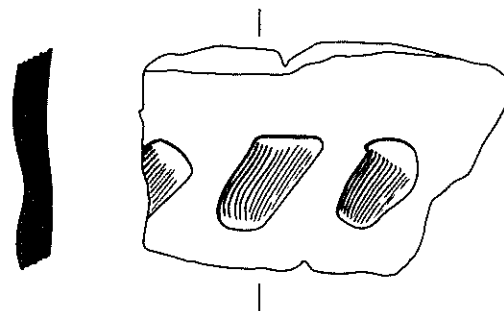
Decoração: linha horizontal formada por impressões com punção (?) de formato amendoado, dispostas obliquamente a espaços regulares.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

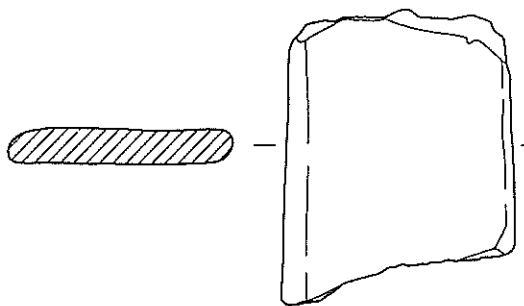
Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



O fabrico D caracteriza-se pela pasta de textura compacta e homogénea, razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino a médio, regularmente distribuídos, nomeadamente grãos de quartzo, palhetas de micas e óxidos de ferro. As faces internas são regulares, com ligeiro alisamento. As faces externas são muito bem alisadas, quase polidas. A cor é muito uniforme: cerne e superfícies cor matorral

(PANTONE 16-1317), com algumas manchas escuras na face externa cor pele de castor (PANTONE 17-1417). As peças foram elaboradas ao torno, identificando-se bem estrias de rotação e cozidas em atmosfera oxidante imperfeita.



N.º Catálogo: 15

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0028=0001

Tipo/Função: jarro ? cântaro ?/servir, armazenar

Morfologia: fragmento de asa, de implantação vertical.

Dimensões: ?

Pasta: textura medianamente porosa embora homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino regularmente distribuídos, distinguindo-se pontos de quartzo, de micas e de óxidos de ferro. O cerne apresenta cor claro de lua (PANTONE 15-1309) e as superfícies cor de matorral (PANTONE 16-1317).

Técnica: fita larga, pouco espessa, modelada. Superfícies bem alisadas, macias ao tacto (sinais de desgaste por usura). Cozedura oxidante.

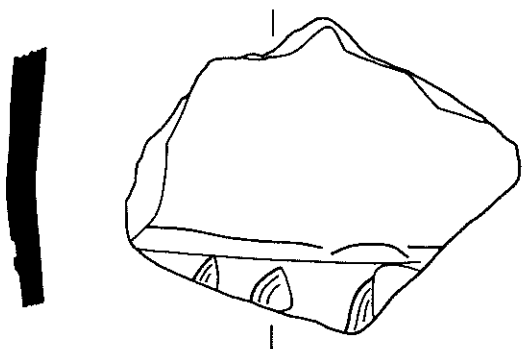
Decoração: inexistente.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 16

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0029=0028

Tipo/Função: ??/??

Morfologia: fragmento de bojo.

Dimensões: ?

Pasta: textura medianamente porosa embora homogénea, com elementos não plásticos de calibre fino regularmente distribuídos, distinguindo-se pontos de quartzo, de micas e de óxidos de ferro. O cerne apresenta cor claro de lua (PANTONE 15-1309) e as superfícies cor de matorral (PANTONE 16-1317).

Técnica: feitura a torno. A face interna apresenta ondulações de dedos, sem qualquer acabamento suplementar e a face externa é bem alisada. Não são perceptíveis sinais de desgaste por usura. Cozedura oxidante.

Decoração: incisão de sulco pouco profundo e estreito, horizontal, sobre linha igualmente horizontal formada por impressões leves com punção (?) de formato amendoado, dispostas obliquamente a espaços regulares.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.

O fabrico E caracteriza-se pela pasta de textura porosa e heterogénea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos.

As faces internas são regulares, com ligeiro alisamento, apresentando-se as faces externas com um alisamento mais cuidado. As cores dominantes são: cerne cor de cabra (PANTONE 16-0806); face externa cor de sequóia (PANTONE 18-1443); face interna cor de matorral (PANTONE 16-1317). As peças foram elaboradas ao torno, identificando-se bem estrias de rotação e cozidas em atmosfera oxidante imperfeita.

N.º Catálogo: 17

N.º identificação fragmento: CPB.90.C3=0004=0024

Tipo/Função: jarro ? cântaro ?/servir, armazenar

Morfologia: fragmento de asa de implantação vertical, com arranque de bordo.

Dimensões: ?

Pasta: pasta de textura porosa e heterogênea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos. Cerne cor de matorral (PANTONE 16-1317) e superfícies cor laranja tostado (PANTONE 16-1448).

Técnica: fita larga, espessa, modelada manualmente (ondulações dos dedos e rebordo lateral interno). Superfícies bem alisadas, macias ao tacto (sinais de desgaste por usura). As perfurações que se referem no descritor Decoração poderiam ter servido para conferir maior resistência na fase de secagem, sendo ainda hoje praticadas por alguns oleiros, em peças de grande espessura. Cozedura oxidante.

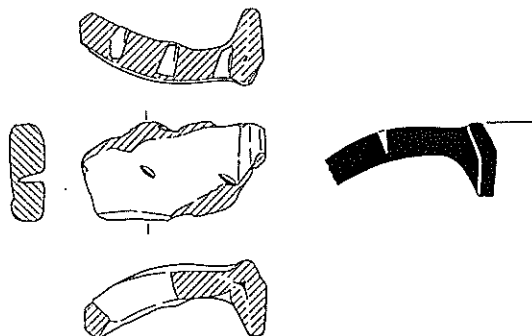
Decoração: na face exterior apresenta perfurações com punção ponteaguda, algumas vazando toda a espessura da asa. A disposição parece ser aleatória.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 18

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0029=0023

Tipo/Função: panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 12,3 cm.

Pasta: pasta de textura porosa e heterogênea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos. Cerne e superfícies cor pele de ovelha (PANTONE 14-1122).

Técnica: feitura a torno pouco cuidada, apresentando-se as superfícies rugosas e sem acabamento. Cozedura oxidante.

Decoração: inexistente.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 19

N.º identificação fragmento: CPB.90.C5=0029=0024

Tipo/Função: pote ? panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 11,2 cm.

Pasta: pasta de textura porosa e heterogênea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos. Cerne e superfície interna cor de matorral (PANTONE 16-1317) e superfície exterior cor de sequóia (PANTONE 18-1443).

Técnica: feitura a torno pouco cuidada, apresentando-se as superfícies rugosas e sem acabamento. Cozedura oxidante.

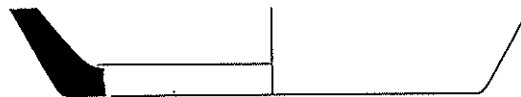
Decoração: inexistente.

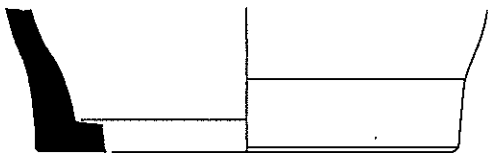
Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.





N.º Catálogo: 20

N.º identificação fragmento: CPB.90.C3=0001=0001

Tipo/Função: pote ? púcaro ?/cozinhar, servir

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 10,1 cm.

Pasta: pasta de textura porosa e heterogénea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos. Cerne e superfície interna cor de matorral (PANTONE 16-1317) e superfície exterior cor de sequóia (PANTONE 18-1443).

Técnica: feitura a torno pouco cuidada, apresentando-se as superfícies rugosas e sem acabamento. Cozedura oxidante.

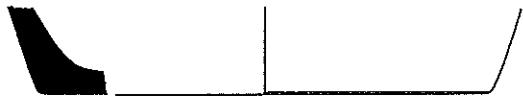
Decoração: inexistente.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 21

N.º identificação fragmento: CPB.90.C3=0001=0006

Tipo/Função: pote ? panela ?/cozinhar

Morfologia: fragmento de base.

Dimensões: diâmetro da base: 10,5 cm.

Pasta: pasta de textura porosa e heterogénea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos. Cerne cor de matorral (PANTONE 16-1317); superfície interna cor de argila (PANTONE 15-1231); e superfície exterior cor de terra escura (PANTONE 19-1020).

Técnica: feitura a torno pouco cuidada, apresentando-se as superfícies rugosas e sem acabamento. Cozedura oxidante.

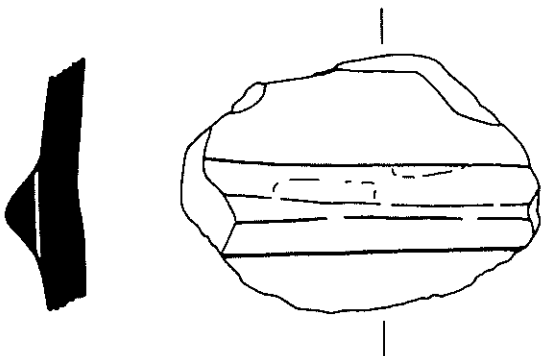
Decoração: inexistente.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



N.º Catálogo: 22

N.º identificação fragmento: CPB.90.C3=0001=0007

Tipo/Função: ??

Morfologia: fragmento de bojo.

Dimensões: ?

Pasta: pasta de textura porosa e heterogénea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos. Face interna e cerne cor de matorral (PANTONE 16-1317); superfície exterior cor pele de ovelha (PANTONE 14-1122).

Técnica: feitura a torno pouco cuidada, apresentando-se as superfícies rugosas e sem acabamento. Cozedura oxidante.

Decoração: aplicação plástica de cordão de secção triangular, na horizontal. A fixação à peça fez-se com pressão dos dedos sobre o cordão, e igual pressão feita pelo interior da peça, onde ficaram bem marcados os dedos. Ligeiro alisamento exterior.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.

N.º Catálogo: 23

N.º identificação fragmento: CPB.90.C3=0001=0004

Tipo/Função: ??/?

Morfologia: fragmento de bojo.

Dimensões: ?

Pasta: pasta de textura porosa e heterogênea, leve e razoavelmente cozida. Na sua composição destacam-se os elementos não plásticos de calibre fino, médio e grosseiro, regularmente distribuídos, dominando grãos de feldspatos. Face interna e cerne cor de matorral (PANTONE 16-1317); superfície exterior cor pele de ovelha (PANTONE 14-1122).

Técnica: feitura a torno pouco cuidada, apresentando-se as superfícies rugosas e sem acabamento. Cozedura oxidante.

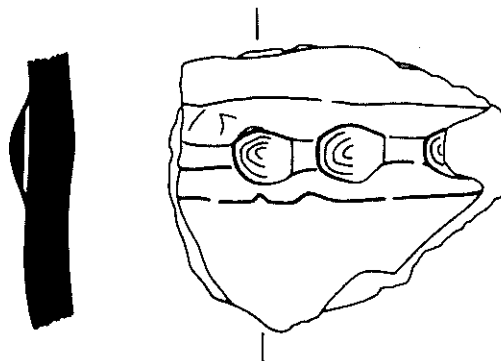
Decoração: aplicação plástica de cordão em fita, na horizontal. A fixação à peça fez-se com pressão dos dedos sobre o cordão, e igual pressão feita pelo interior da peça, onde ficaram bem marcados os dedos.

Oficina: região de Braga (?)

Cronologia: sécs. X-XI

Bibliografia: inédito

Depósito: Unidade Arqueologia U.M.



	Fabrico A	Fabrico B	Fabrico C	Fabrico D	Fabrico E
Na ₂ O	0,2640	0,1534	0,4541	0,1955	0,1789
Mg O	1,3059	1,5622	0,8072	1,8265	1,7234
Al ₂ O ₃	17,1000	21,5939	23,8664	23,8459	25,6940
Si O ₂	62,6217	53,8709	59,2273	53,8740	45,1448
P ₂ O ₅	0,2842	0,1783	0,1823	0,5396	0,3734
S	0,0741	0,1246	0,2580	0,0252	0,1161
Cl	0,0397	0,0314	0,1053	0,0446	0,0476
K ₂ O	5,4231	4,8971	4,5681	5,0497	4,8646
Ca O	0,2668	0,0607	0,0958	0,1279	0,2787
Ti O ₂	1,7121	1,7337	1,7386	1,6546	3,3400
V ₂ O ₅	0,0391	0,0468	0,0360	0,0319	0,0508
Cr ₂ O ₃	0,0186	0,0261	0,0208	0,0212	0,0170
Mn O	0,0636	0,0622	0,0231	0,1248	0,0557
Fe ₂ O ₃	10,3613	15,2479	8,2730	12,2790	17,3786
Co	0,0032	0,0033	0,0000	0,0038	0,0000
Ni	0,0048	0,0081	0,0000	0,0102	0,0061
Cu	0,0074	0,0070	0,0000	0,0043	0,0072
Zn	0,0312	0,0358	0,0195	0,0419	0,0254
Ga	0,0042	0,0043	0,0058	0,0054	0,0055
Ge	0,0016	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
As	0,0000	0,0054	0,0000	0,0000	0,0000
Br	0,0000	0,0029	0,0021	0,0019	0,0100
Rb	0,0434	0,0520	0,0247	0,0398	0,0370
Sr	0,0090	0,0032	0,0032	0,0064	0,0260
Y	0,0095	0,0098	0,0079	0,0107	0,0077
Zr O ₂	0,0780	0,0835	0,0833	0,0762	0,1751
Nb	0,0037	0,0038	0,0032	0,0043	0,0044
Sn	0,0021	0,0081	0,0000	0,0016	0,0000
Cs	0,0042	0,0238	0,0000	0,0091	0,0000
Ba O	0,1675	0,1163	0,1785	0,1032	0,3124
W	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0138
Pb O	0,0063	0,0076	0,0057	0,0069	0,0113
Th	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0055
La	0,0048	0,0049	0,0000	0,0091	0,0100
Ce	0,0244	0,0000	0,0000	0,0000	0,0354
Nd	0,0090	0,0000	0,0000	0,0000	0,0105
Tb	0,0000	0,0135	0,0000	0,0097	0,0122
Er	0,0116	0,0173	0,0100	0,0150	0,0210
Si O ₂ / Al ₂	3,66	2,49	2,48	2,26	1,76
alkalis	5,73	5,13	5,05	5,29	5,08
alc - terr	1,75	1,74	1,08	2,06	2,34

Fig. 9 — Resultados da análise química das pasta.

A análise da composição química da pasta¹⁰ dos distintos grupos de cerâmica doméstica por nós definidos revelou a existência de três tipos diferentes de matéria prima, isto é, as argilas utilizadas no fabrico das cerâmicas são provenientes de três «barreiros» diferentes. Esta conclusão tem por base a leitura articulada dos chamados elementos maiores e menores componentes da argila, podendo neste caso considerar-se semelhantes, do ponto de vista da composição química, as pastas dos fabricos B e D e as dos fabricos A e C, sendo a pasta do fabrico C claramente diferente (Fig. 9). O próximo passo será localizar os barreiros de extracção e a partir daí inferir sobre a localização dos centros oleiros, redes de abastecimento de matéria prima, comercialização de produtos finais, etc. Até lá é meramente hipotética qualquer identificação dos centros oleiros que produziram a cerâmica descrita neste trabalho.

Relativamente à cerâmica de construção, importa registar igualmente algumas das suas características. Exceptuando um fragmento plano, que pode ser de tegula ou pertencer a um tijolo, todos os fragmentos recolhidos (recolha selectiva efectuada apenas nos cortes C2 e C3), respeitam a telhas de «meia cana» (tipo imbrice), com arco ligeiramente abatido e lados maiores ligeiramente divergentes. Com bordos irregu-

lares, apresentam a superfície interna rugosa, «areada», e a externa alisada notando-se bem a passagem de dedos. Um dos fragmentos apresenta um sulco digitado desenhando um círculo (marca de oleiro?). A espessura média varia entre 1,5 e 2 centímetros.

Distinguem-se três pastas: I – grosseira, porosa, desagregando com facilidade, com abundância de elementos não plásticos em que predominam grãos de quartzo de grande calibre. Cor plátano pálido (PANTONE 12-0824); II – grosseira mas homogénea, dura, bem cozida, com abundância de elementos não plásticos de calibre fino em que predomina o quartzo. Cor casca de laranja (PANTONE 16-1359); III – fina, compacta e homogénea, com abundância de elementos não plásticos de calibre médio, predominando grãos de cerâmica moída que se destacam pela cor mais escura. Cor creme de caramelo (PANTONE 13-1022).

Em síntese, o conjunto das características técnicas das cerâmicas identificadas nesta estação arqueológica apontam para produções tecnologicamente pouco elaboradas, não standardizadas, afirmando-se exactamente a sua imperfeição ou «rusticidade» como elemento individualizador. Conhecemos cerâmicas idênticas em inúmeras estações arqueológicas do Minho, estando já identificadas nomeadamente em Dume, em Tibães e na cidade de Braga, em contextos estratigráficos cuja amplitude cronológica se situa nos mesmos intervalos da proposta para Penafiel de Bastuço — séculos X-XI.

No quadro das produções cerâmicas medievais da região de Braga, cujos estudos se iniciaram há pouco mais de dez anos (GASPAR, 1985), este conjunto situar-se-á entre os fabricos «bárbaros» do período suevo-visigótico (ainda mal conhecidos), de tradição clássica romana, e os elaborados fabricos dos centros oleiros de Braga e Prado

que nos séculos XIII e XIV atingiram grande projecção local e regional. Importa reter, contudo, a pequena dimensão da amostra considerada neste estudo, insuficiente para suportar generalizações. Só o estudo exaustivo do espólio recolhido noutras estações permitirá avançar para conclusões de amplitude regional, sustentando eventualmente o estabelecimento de «fósseis directores» para as produções cerâmicas comuns do período da Reconquista e do Condado Portucalense, tal como já se conseguiu para os séculos XIII-XIV com os *pichees* e as *olas* de Braga e Prado/Cervães.

NOTAS

- 1 Nos trabalhos de campo, que decorreram entre 15 de Setembro e 15 de Novembro de 1990, com financiamentos do IPPAR (ex-IPPC) e da Universidade do Minho, colaboraram Álvaro António da Silva Ferreira, António Luís Marques de Oliveira Martins e António Pereira Viana de Araújo, este último do Museu D. Diogo de Sousa. Os desenhos foram feitos por Ana Maria Pereira Fernandes Fontes e Alfredo Lopes Barbosa.
- 2 Como ensina Avelino Jesus da Costa, a documentação medieval não autoriza a grafia Passos, conforme indica o primitivo nome da paróquia que consta no Censual do século XI: *De Sancto Juliano de Palacios* (COSTA, 1958, 76).
- 3 Os senhores da Maia exerciam já um poder muito considerável no fim do séc. X, a crer em Mattoso. Segundo este historiador, os Maiais devem ter sido adversários dos Condes de Portucale, que viviam em Guimarães, mas puderam desenvolver livremente os seus domínios quando eles entraram em decadência. Desempenharam funções de governadores da terra da Maia pelo menos desde meados do séc. XI, detendo aí amplos domínios e também nas terras de Vermoim, Guimarães e Penafiel de Bastuço. Alcançaram os senhores da Maia o apogeu do seu esplendor e poderio precisamente nos últimos anos do séc. XI, inícios do XII, no tempo deste Soeiro Mendes, o «Bom» da Maia. Quanto ao referido seu maiorino, Paio Guterres, descenderia este dos Ramirões que tinham honras em Arnoso e Tebosa, Terras de Penafiel de Bastuço (MATTOSO, 1981, 211 e 212; 1982, 141; 1985, 214). Vieram a ser também senhores da honra de Cunha e tenentes a título precário do castelo de Penafiel, como refere o DC. 914 — «(...) *et ego Suario Menendiz sub patrocinio ipsius Comes* ID. Henrique Conde de Portugall, *tenente de illo honore magna, et terra multa, et in ipsa honore misit Gunsalvo Pelagis pro meo maiorino, in terra de Pennafiel, et de Faria, et tenuit illa multis temporibus (...) ut ad tibi Gunsalvo Pelaiz, et ad conjungiam tuam Aragunti Pelagiz, (...) Menendo Suariz confirmo — Menendo Pelagis — Ramiru Arias (...)*». Este último será o célebre D. Ramiro Arias ou Aires, chefe dos Ramirões por descender de Aires Carpinteiro (NORTON, 1974, 76) ascendente dos senhores de Cunha e casado com Elvira Pires, o que julgo certificado pelo documento LF. 745 de Abril de 1124, em que a dita Elvira doa à Sê de Braga a parte que lhe pertence na igreja de S. Julião de Paços. Aí se refere «(...) *ego cum viro meo Ramiro Arias (...)*». Tornando ao DC. 914, apesar de referir que Soeiro Mendes tinha a Gonçalo Pais na qualidade de seu meirinho (maiorino) na terra de Penafiel e de Faria, não é bem explícito sobre o fundamento do exercício da sua autoridade; se lhe vinha delegação do Conde Henrique, ou se assentava no seu próprio domínio (BARROS, 1954, 99), que como vimos englobava Guimarães, Vermoim e Penafiel entre outras terras. De qualquer forma, era enorme na altura o poder de Soeiro o «Bom» da Maia. Para Mattoso estaríamos em presença de uma investidura de funções governativas feita por um nobre a um outro de categoria inferior. A sua função seria pois, uma honra ou função pública e é desig-

nada justamente nesses termos: «(...) *et in ipsa honore misit Gunsalvo Pelagis pro meo maiorino* (...)». O verbo *tenere* exprimiria o seu carácter precário e benéfico (MATTOSO, 1985b, 215).

Se afinal alguma noção é possível deduzir deste documento sobre o provimento dos meirinhos no período da reconquista cristã, é também bastante clara a relação condominial estabelecida aqui entre os castelos de Penafiel e de Faria que, além do próximo contêrmino das suas terras, partilharão a partir daqui um governador comum.

- 4 José Mattoso considera Ermígio Moniz o «*curie dapifer*», mordomo-mor de D. Afonso Henriques e irmão de Egas Moniz, como governador de Penafiel de Bastuço, tendo por base a referência geograficamente deslocada do DP. 230. Mattoso explicita assim o seguinte: «(...) Não podemos prosseguir sem mencionar rapidamente o que sabemos acerca dos dois irmãos de Egas Moniz, Ermígio e Mendo. O primeiro, que como vimos, foi o primeiro mordomo-mor de Afonso Henriques, desempenhou importantes funções como governador de Penafiel de Bastuço, de Faria e de St.^o Estevão de Riba-Lima (...)» (MATTOSO, 1981, 184, e MATTOSO, 1982, 59).

Se quanto ao cargo de governador do castelo de Faria e de St.^o Estevão, não temos dúvidas (DR Índices), fica-nos como incerta a hipotética tenência de Penafiel de Bastuço. No entanto, é de considerar mais uma vez a relação estreita, contígua e condominial de Faria com Penafiel de Bastuço.

- 5 D. Afonso Henriques confirma à Sé de Braga a carta de Couto de Afonso VI de Leão em que consta o Castelo de Penafiel de Bastuço e o seu governador Paio Ramires da Cunha, filho de Ramiro Arias já acima referido em DC. 914 e casado com Urraca Peres como o prova o DR. 122 de Fevereiro de 1132 que segue: «... *tibi Pelagio Ramiriz et uxori tue Oraca Petriciz*» — este documento contraria o Livro Antigo de Linhagens que considera Urraca Peres, sua mãe (NORTON, 1970, 76).
- 6 No DR. 122, um certo Mendo de Penafiel (governador ?) e Ermígio Moniz de Faria, testemunham a doação de Cambeses, em Barcelos, feita por D. Afonso Henriques a Paio Ramires (anterior tenente do castelo de Penafiel de Bastuço) e sua mulher Urraca Peres «(...) *Ego infante domno Alfonso principem tocius Portugalensis tibi Pelagio Ramiriz et uxori tue Oraca Petrici, (...) Ermígio de Faria testes, (...) Menendo de Penna Fide(le ts.), Godino de Laioso ts., Geda de Celorico ts* (...)».
- 7 Gonçalo Rodrigues de Palmeira, como Governador de Penafiel, testemunha com outros «*miles*» a confirmação por D. Afonso Henriques e D. Mafalda da doação do mosteiro de Vimieiro feita por D. Teresa à ordem de Cluny: «(...) *E eu dom Affonso rei de Portugal juntamente com a raynha, (...) em presença de testemunhas idoneas, (...) Dom Joham arcobispo de Bragua, bispo dom Pedro bispo do Porto, e o comde dom Osoiro, e Guomçalo Rodriguiz mamdante Penafiel, e Mendo Monjz, (...)*» (DR. 214).

Este Gonçalo Rodrigues Palmeira foi chefe da linhagem dos Pereiras, c.c. D. Froilhe Afonso (NORTON, 1970, 65) e casado em segundas núpcias com D. Urraca Viegas (1156 > 1217) filha de Egas Moniz o Aio, portanto sobrinha de Ermígio Moniz, o anterior governador de Penafiel (?) e de Faria, conforme prova um documento de escambo de terras entre Gonçalo Rodrigues e Gonçalo de Sousa de Outubro de 1154 (COELHO, 1977, doc. 116).

Além de ter sido o primeiro mordomo-mor de D. Teresa (DR. 32), encontramos-lo governador do Castelo de Vermoim em 1128 (DR. 82) o que leva Mattoso a concluir que essa tenência devia também estar associada à de Penafiel de Bastuço. porquanto se poderia «estar em presença de uma tenência familiar transmitida por linha feminina» (MATTOSO, 1982, 141). De facto, a crer nos livros de Linhagens, Gonçalo Rodrigues seria, pela sua mãe D. Gontinha Gonçalves, neto de Gonçalo Mendes da Maia — de facto, os castelos de Vermoim, Faria e Penafiel de Bastuço, tinham sido, ao longo do sec. XI, governados pelos da Maia. Surge ainda Gonçalo Rodrigues como governador de Penafiel, nos DR. 218 e DR. 219 respectivamente de Agosto e Setembro do ano de 1146.

8 Espaços residenciais fortificados semelhantes foram identificados no Monte Padrão (Santo Tirso) e na Costa (Guimarães), sendo associáveis à aristocracia condal do século X (respectivamente D. Guterres Mendes/D. Ilduara Eriz e D. Hermenegildo Gonçalves/D. Mumadona Dias). Sobre este assunto, em particular, e sobre a temática da castelologia nos séculos centrais da Idade Média, em geral, ver BARROCA, 1989 e 1990-91.

9 As análises foram efectuadas no Laboratório de Análises Químicas da TecMinho, graças à colaboração do Dr. Fernando Castro.

10 Através de espectrometria de fluorescência de raios X (espectómetro Phillips X' Unique II — programa analítico Uniquant).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Siglas

DC — *Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomata et Chartae*, I, Academia das Ciências, Lisboa, 1867.

DP — *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, III, ed. por Rui de Azevedo, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940; IV, ed. por Rui de Azevedo e A. de J. da Costa, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1980.

DR — *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, 3 vols., ed. por Rui de Azevedo, Academia Portuguesa de História, 1958-1961.

INQ — *Portugaliae Monumenta Histórica. Inquisitiones*, I (II-IX), Academia das Ciências, Lisboa, 1977.

LF — *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, 3 vols., ed. crítica de Avelino de Jesus da Costa, Assembleia Distrital de Braga, Braga, 1965, 1978 e 1990.

Referências

ALARCÃO Jorge de (1974) — «Cerâmica Comum local e regional de Conimbriga», *Biblos* (Suplementos de), 8, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, Coimbra.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) — «Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho», prova complementar da Tese de Doutoramento

(policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1939-44) — *História de Portugal*, pref. e rev. de Domingos Gomes dos Santos, 6 vols., Ed. Bíblon, Lisboa.
- BALFET et al (1983) — Hélène Balfet, Marie-France Fauvet, Susana Monzon — *Pour la Normalization de la Description des Poteries*, Éditions du CNRS, Paris.
- BARROCA, Mário Jorge (1989) — «Em torno da residência senhorial fortificada», *Revista de História*, IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, pp. 9-61.
- (1990-91) — «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (sécs. IX a XII)», *Portugália*, Nova Série, XI-XII, Faculdade Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 89-134.
- BARROS, Henrique da Gama (1945-54) — *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* (ed. por Torquato de Sousa Soares), 11 vols., Livraria Sá da Costa, Lisboa.
- BAZZANA, A. (1979) — «Ceramiques Medievales: les methodes de la description analytique appliquees aux productions de l'Espagne orientale», *Melanges de la casa de Velazquez*, XV, Diffusion E. de Boccard, Paris, pp. 135-185.
- (1980) — «Ceramiques Medievales: les methodes de la description analytique appliquees aux productions de l'Espagne orientale», *Melanges de la casa de Velazquez*, XVI, Diffusion E. de Boccard, Paris, pp. 57-95.
- CAPRIO, Ninina Cuomo di (1985) — *La Ceramica in Archeologia. Antiche tecniche di lavorazione e moderni metodi d'indagine*, «L'Erma» di Bretschneider, Roma.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1977) — *O Mosteiro de Arouca do séc. X ao séc. XIII*, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- COSTA, P.º António Carvalho da (1868) — *Corografia Portuguesa*, 2.ª ed., Braga.
- COSTA, Avelino Jesus da (1958-59) — «O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga», *Bíblon*, XXXIV, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- (1992) — «Os mais antigos documentos escritos em Português. Revisão de um problema histórico-linguístico», *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Porto, pp. 167-255.
- FONTES, Luis F. de O. (1993) — «Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga», *Minia*, 3.ª Série, 1, Ano I, Aspa, Braga, pp. 31-88.
- GASPAR, A. (1985) — «Escavações arqueológicas na rua de Nº 5ª do Leite, em Braga», *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, MDDS/JAUM, Braga, pp. 51-125.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino, e BOHIGAS ROLDÁN, Ramón (coord. de) (1989) — *La Ceramica Medieval en el Norte y Noroeste de la Peninsula Iberica. Aproximacion a su estudio*, Universidad de Leon, Leon.
- HERCULANO, Alexandre (1980-81) — *História de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do Reinado de Afonso III*, pref. e notas de José Mattoso, 4 vols., Bertrand, Lisboa.
- MATTOSO, José (1981) — *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, ed. Estampa, Lisboa.
- (1982) — *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, Guimarães Editores, Lisboa.
- (1985) — *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2 vols., ed. Estampa, Lisboa.
- NORTON, Manuel Artur (1974) — *Livro Antigo de Linhagens. Achegas para a sua coordenação*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa.
- RODRIGUES, Miguel C. L. B. A. (1994) — «Cerâmicas Medievais da Região de Moncorvo (sécs. XII-XIII)», Tese Mestrado (policopiada), Faculdade Letras da Universidade do Porto, Porto.
- VV.AA, Vários Autores (1988) — «Castrum 3: Guerre, Fortification et Habitat dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge», Actas Colóquio Madrid, Novembro 1985, Casa de Velázquez et École Française de Rome.
- (1990) — «Sites Defensifs et Sites Fortifiés au Moyen-Âge entre Loire et Pyrénées», Actes du Premier Colloque Aquitania, Limoges (20-22 Mai 1987), *Aquitania* (supplément 4), Fédération Aquitania, Limoges.
- (1991) — *La Ceramique, L'Archeologie et le Potier*, Édition de la Ville d'Aubagne, Aubagne, 1991.
- (1992) — «Tecnología de la cocción cerámica desde la antigüedad a nuestros días», Ponencias del Seminario celebrado en el Museo de Alfarería en Agost (Alicante) del 4 al 6 de octubre de 1990, Asociación de Ceramología, Agost (Alicante), 1992.

ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA DA PALMELA MEDIEVAL CRISTÃ

ISABEL CRISTINA F. FERNANDES*

A. RAFAEL CARVALHO**

Os programas de intervenção arqueológica urbana desenvolvidos na vila de Palmela – Península de Setúbal (Fig. 1), entre 1988 e 1995, têm possibilitado a recolha e o tratamento de informações de grande interesse, tanto para a clarificação de alguns aspectos da arqueologia medieval na região, como para o melhor conhecimento das dinâmicas sócio-económicas e culturais que definem a história local. Este estudo foi estruturado de forma a privilegiar, para o período em referência, por um lado a elaboração de uma síntese sobre a documentação arqueológica mais rica da área urbana — a cerâmica e, por outro, o registo de algumas observações sobre a evolução das formas de edificar, a organização espacial e o crescimento da urbe.

Na apresentação dos sítios arqueológicos intervencionados só considerámos os que forneceram informação relativa aos sécs. XIII a XV, limitando a descrição estratigráfica de cada um aos níveis enquadráveis nesse espaço cronológico.

1. NOTA HISTÓRICA

A tomada de Palmela aos muçulmanos, em 1147, é referenciada na carta de um cruzado inglês que participou na conquista de Lisboa. Um dos episódios

cita a tentativa de um grupo de mouros que terão embarcado de Lisboa, «a coberto da muralha, numa canoa para atravessarem o rio e se dirigirem a Palmela...»¹. Mais adiante acrescenta o relato que a povoação de Palmela teria sido tomada por Afonso Henriques sem resistência, uma vez que a guarnição abandonara o castelo². Após as sucessivas perdas e retomas, D. Afonso Henriques em 1165 e, depois, o seu filho D. Sancho I terão mandado restaurar o castelo e a povoação, promovendo o seu povoamento³.

A continuação da presença muçulmana em Palmela, após a conquista, é atestada pelo foral de 1170⁴, concedido aos mouros forros, onde se estipulam privilégios e liberdades de ordem social e religiosa, permitindo-lhes que elegessem entre si um alcaide, com funções judiciais. Tanto cristãos como judeus se obrigaram a respeitá-los. Também o foral de 1185, concedido pelo primeiro rei a Palmela e confirmado por Afonso II em 1218, referencia a situação

* Arqueóloga colaboradora do Museu Municipal de Palmela.

** Museu Municipal de Palmela.

da comunidade muçulmana local ao aludir aos mouros forros ou aos servos mouros, sem direitos⁵.

Em 1186 o Castelo é doado à Ordem de Santiago e por volta de 1190-91 Palmela sofre ataques de al-Mansur, que arrasa a povoação e o Castelo, o mesmo sucedendo a Sesimbra e a Almada. Seguem-se períodos de instabilidade e de lutas entre cristãos e muçulmanos, pelo menos até à conquista de Alcácer, em 1217. A referência à ajuda dos freires espatários e fidalgos de Palmela na reconquista de Alcácer e, depois, nas campanhas do Alentejo e do Algarve, são frequentes.

No início do séc. XIII (1217-1230) Afonso II manda renovar o castelo e repovoar a Vila de Palmela. Durante a revolução de Lisboa, no séc. XIV, a posição de Palmela era favorável ao Mestre de Avis, conforme o atesta Fernão Lopes⁶. Nun'Álvares estabelece aí um dos seus postos de observação e comunicação com Lisboa. A fidelidade a D. João irá custar a Palmela um ataque castelhano que lhe causará sérios danos. D. João I mandará depois proceder a ampliações no castelo e a obras de beneficiação nos edifícios intramuros. A paz de quatrocentos, apesar de interrompida frequentemente pelas sequelas das epidemias e das fomes, gera um clima propício ao desenvolvimento económico a que Palmela não será alheia. O Castelo mantém parte do seu prestígio militar e concentra a supremacia e o poder religiosos, já que é nesta altura que a Ordem de Santiago passa a sediar-se em Palmela. Iniciam-se as obras do convento e da igreja respectiva, que se irão prolongar até finais do séc. XV⁷.

As comunidades de mouros e de judeus permanecem na povoação, só a abandonando a partir de 1496 com o decreto de expulsão de D. Manuel I.

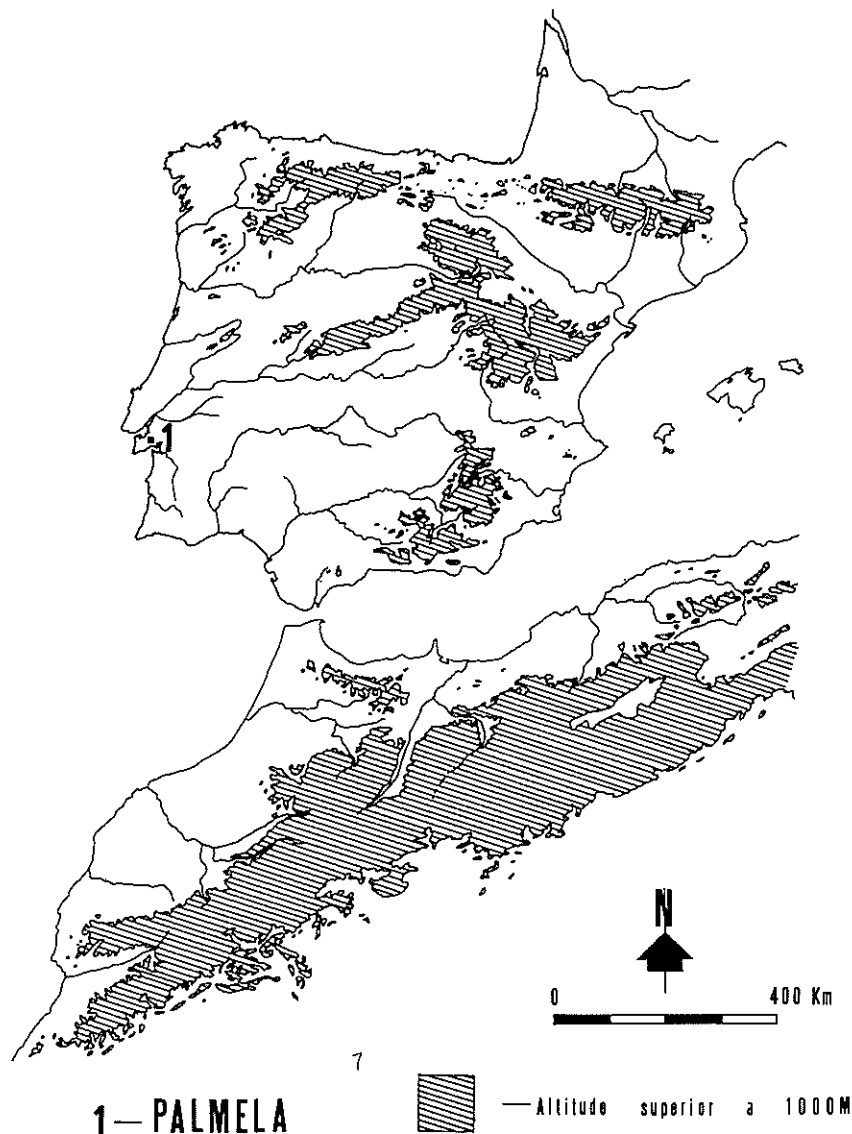


Fig. 1 — Localização de Palmela no Contexto Ibérico e Norte Africano.

2. INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA ÁREA URBANA — ASPECTOS ESTRATIGRÁFICOS E CONTEXTUAIS

2.1. R. de Nenhores (Plataforma I, Sector II). 1988

O local intervencionado arqueologicamente encontra-se perto do Castelo de Palmela, por detrás dos Paços do Concelho, na Rua de Nenhores (Fig. 2).

Foi na sequência de obras iniciais de implantação de um depósito de água no local, que interviemos com carácter de emergência. A área escavada no

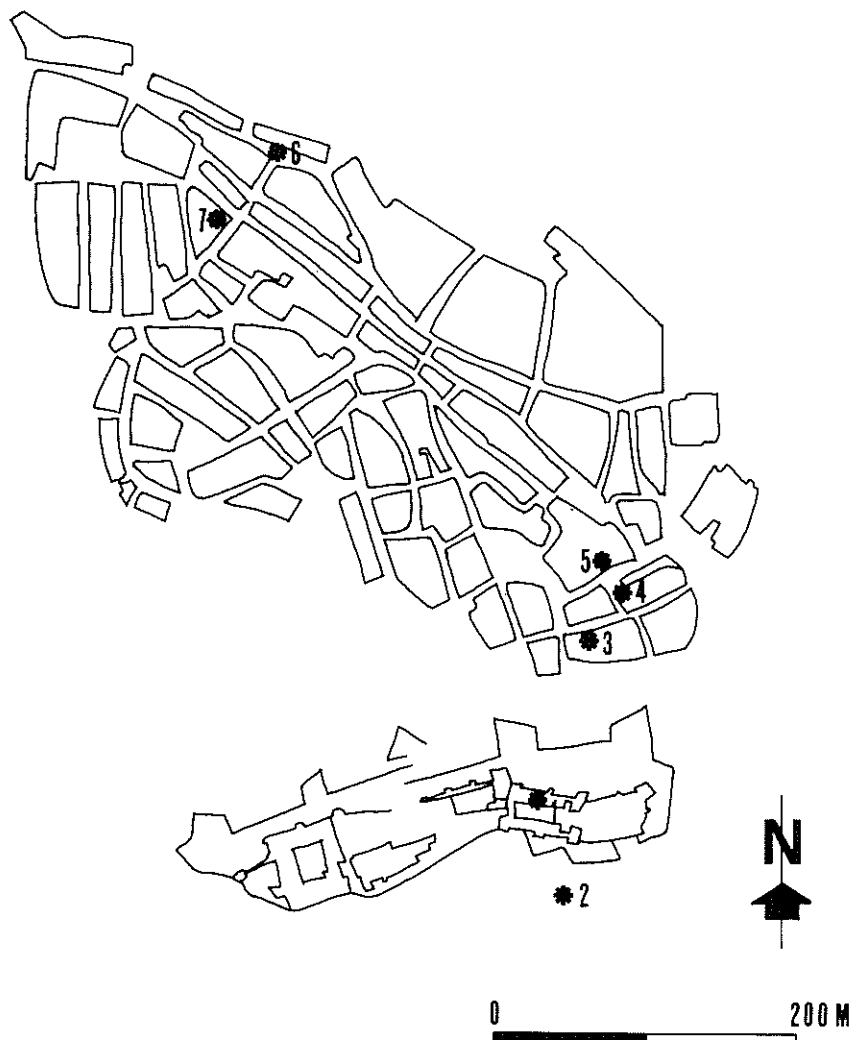


Fig. 2 — Área Urbana de Palmela. Localização dos sítios arqueológicos intervenionados: 1 — Castelo de Palmela (Alcáçova); 2 — Encosta Sul do Castelo; 3 — Rua de Nenhures; 4 — Paços do Concelho/Poente; 5 — R. do Castelo, n.º 4; 6 — Rua Augusto Cardoso; 7 — Rua Coronel Galhardo, n.º 19.

denominado sector II alcançou uma potência estratigráfica de 3, 4 m, permitindo o registo de sete camadas e alguns subníveis que forneceram materiais arqueológicos de finais do séc. XIV ao séc. XX.

2.1.1. Estratigrafia (sécs. XIV a XV) (Fig. 3)

A Camada 4, nível de deposição composto por um sedimento amarelado, argiloso, integra três subníveis. No subnível 4C recolheram-se três moedas, das quais se destacam dois ceitis, um de Afonso V e outro de

D. João II, associados a alguma cerâmica e telhas.

A Camada 5 mostra, através dos três níveis registados, as várias fases que se seguem ao derrube das paredes de uma habitação que sofreu destruição por incêndio no séc. XV. Elementos constituintes da própria estrutura, como o estuque, a argila e as pedras estão presentes nesta camada, juntamente com cerâmicas, alfinetes de cabelo, uma fivela e um anel em bronze, pregos e outros elementos ligados ao mobiliário e à vida doméstica. A Camada 6 corresponde exactamente ao processo de desmantelamento da casa referida, evidenciado pelo grande número de pedras, argilas, estuque, cerâmicas de uso comum e um valioso espólio constituído por 25 numismas de D. Duarte e de D. Afonso V. A Camada 7 permite-nos a leitura da 1.ª etapa da destruição da casa, com muitas telhas de canudo, algumas quase intactas, pregos e cerâmicas ligadas por um sedimento rico em carvões.

É nesta última camada que se definem os muros do compartimento habitacional.

2.2. Rua Augusto Cardoso. 1990 (Fig. 2)

A R. Augusto Cardoso situa-se na área urbana de Palmela, numa zona periférica do centro histórico. Apresenta um traçado curvilíneo, com um comprimento total de cerca de 280 m e parece assentar no troço central de um pequeno vale. O local dos achados situava-se a meio dessa rua, numa extensão de 30 m, entre as cotas altimétricas 170 e 180 m e foi identificado na sequência de obras de manutenção do sistema de instalação telefónica de Palmela. Não havendo na altura condições para proceder a uma escavação, procurou-se recolher o máximo de cerâmicas e de documentação fotográfica,

de forma a programar uma eventual intervenção futura e sistematizar os dados possíveis. Não existem, pois, informações estratigráficas. O sedimento encontrava-se revolvido mas é possível atribuir as cerâmicas recolhidas ao séc. XV e inícios de seiscentos. Não foram constatadas contaminações de outras épocas.

2.3. Rua Coronel Galhardo, n.º 19. 1991 (Fig. 2)

Trata-se do interior de uma casa (n.º 19), da rua Coronel Galhardo, que sofreu obras acompanhadas em termos arqueológicos, embora sem possibilidade de escavação sistemática. A nossa intervenção ocorreu já depois da demolição do edifício, altura em que tomámos conhecimento do sítio, quando se abriam os alicerces para a nova construção.

No chão da casa aflorava rocha. Contudo, a um canto, numa área de cerca de 2 por 2 m, registámos um sedimento de cor escura, rico em cerâmicas, que uma análise mais atenta permitiu datar do séc. XV.

Face ao inevitável esvaziamento do local para a implantação de uma escada e de acordo com o empreiteiro procedeu-se a uma rápida sondagem que conduziu à identificação de quatro estratos, do séc. XIV ao séc. XVII.

2.3.1. Estratigrafia (sécs. XIV a XV) (Fig. 4)

A camada 3, um sedimento de cor castanha, rico em carvões, aparece sob um piso descontínuo de argamassa de areia e cal, branco, de meados do séc. XVI. Tanto o subnível 3A como o 3B ofereceram cerâmicas e alguma fauna, em quantidade tão significativa que pressupomos tratar-se de uma lixeira de finais do séc. XIV aos finais do séc. XV.

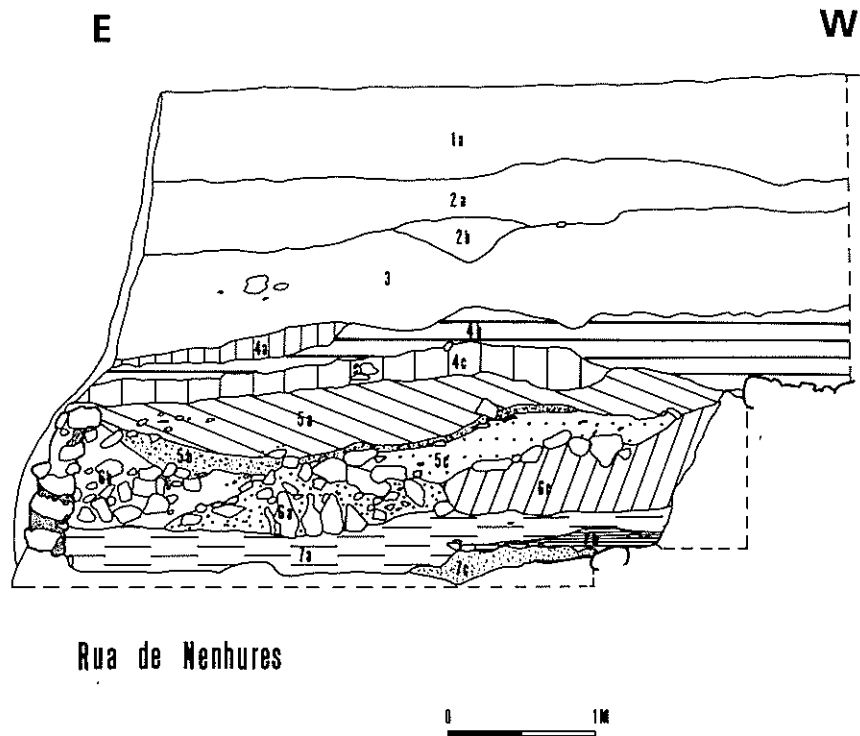
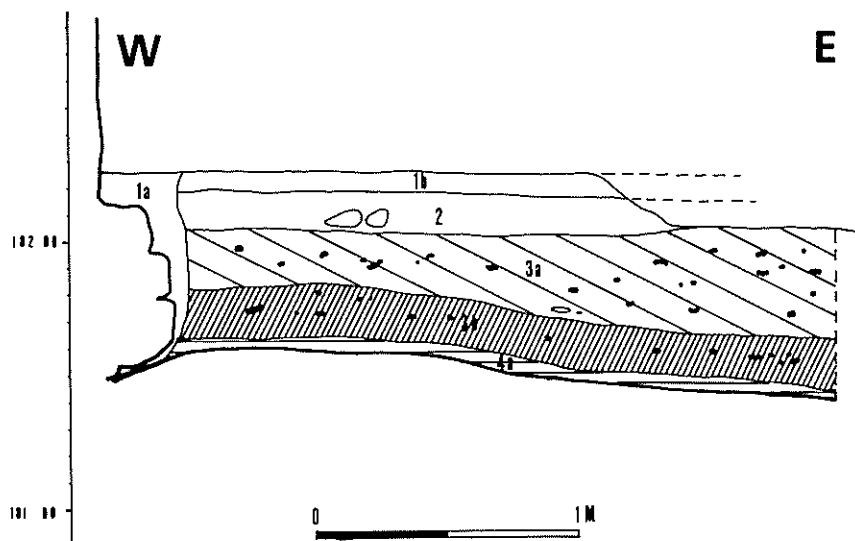


Fig. 3 — Rua de Nenhures (Plat. 1, sector 2). Perfil Estratigráfico. Níveis referentes aos sécs. XIV/XV.



Rua Coronel Galhardo, N.º 19

Fig. 4 — Rua Coronel Galhardo, n.º 19. Perfil Estratigráfico. Níveis referentes aos sécs. XIV/XV.

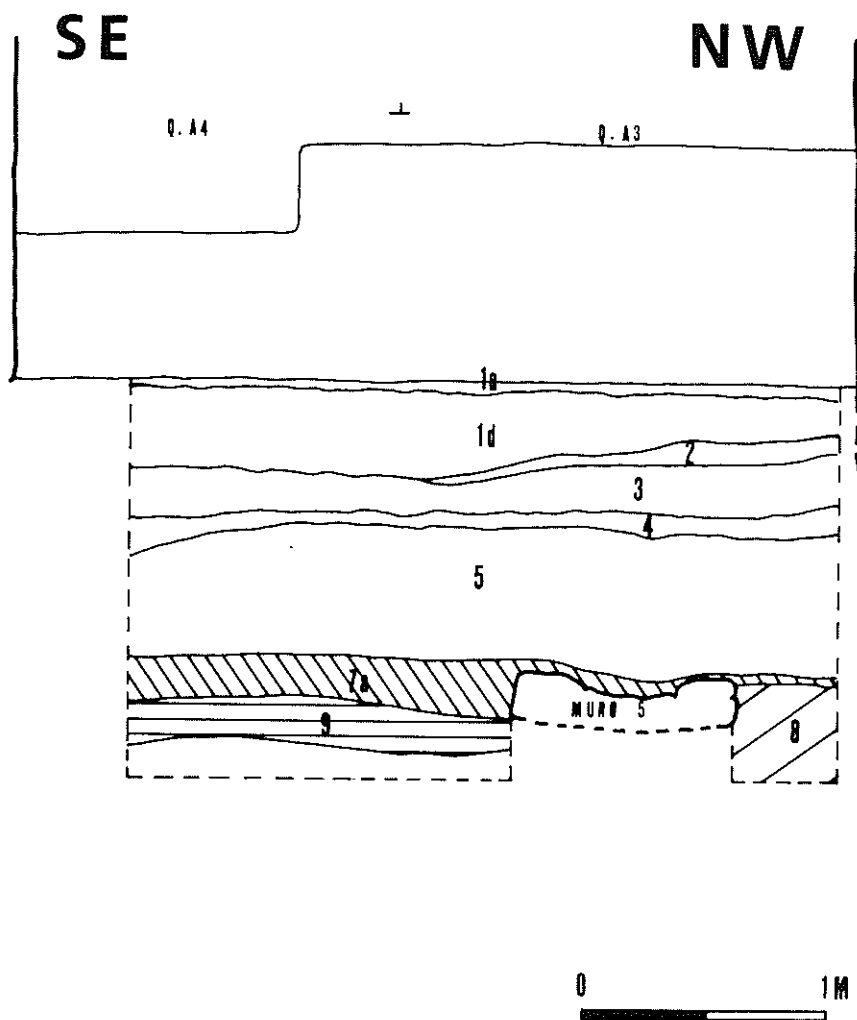


Fig. 5 — Rua do Castelo, n.º 4. Perfil Estratigráfico. Níveis referentes aos sécs. XIII a XV.

A Camada 4 corresponde ao enchimento de um silo, de meados do séc. XIV, escavado na rocha arenítica de Palmela e na base de argila vermelha. O sedimento, de cor acastanhada, incluía alguma cerâmica e alguma fauna.

2.4. R. do Castelo, n.º 4. 1992 (Fig. 2)

A Casa n.º 4 da R. do Castelo situa-se em frente dos Paços do Concelho, próximo do núcleo do Arrabalde. A intervenção arqueológica com carácter de emergência encetou-se na sequência de obras de recuperação e de adaptação do edifício. Dos dois sectores da casa escavou-se o do piso 1, que apresentava

interesse arqueológico e que permitiu a identificação de nove camadas, dos sécs. XIII/XIV ao séc. XX.

2.4.1. Estratigrafia (sécs. XIII/XIV a XV) (Fig. 5)

A Camada 7 foi subdividida em quatro níveis, todos eles constituídos por um sedimento arenoso, argiloso, de tom avermelhado. No nível 7A identificou-se parte de uma parede de casa onde se exumaram moedas de D. João I, diversas cerâmicas comuns e algumas vidradas e esmaltadas. A camada 7B, uma bolsa escavada no nível 7C (sedimento estéril), com função de lixeira, ofereceu cerâmica e moedas, uma das quais igualmente de D. João I. No nível 7D recolheram-se poucas cerâmicas. A camada 8 forneceu algumas cerâmicas muçulmanas e outras de tradição muçulmana.

A Camada 9 era estéril em termos arqueológicos.

2.5. Paços do Concelho-Poente. 1992 (Fig. 2)

A barreira, que sofreu um alisamento e que estudámos, localiza-se a leste do edifício da Câmara Municipal de Palmela, num terreno contíguo, hoje ajardinado e que resultou da demolição de duas casas existentes no local. A análise do corte estratigráfico obtido conduziu-nos à leitura de 26 camadas, de finais do séc. XIV ao séc. XX.

2.5.1. Estratigrafia (sécs. XIV a XV) (Fig. 6)

A Camada 13 resultou de um derrube e do possível incêndio de uma habitação dos

E

W

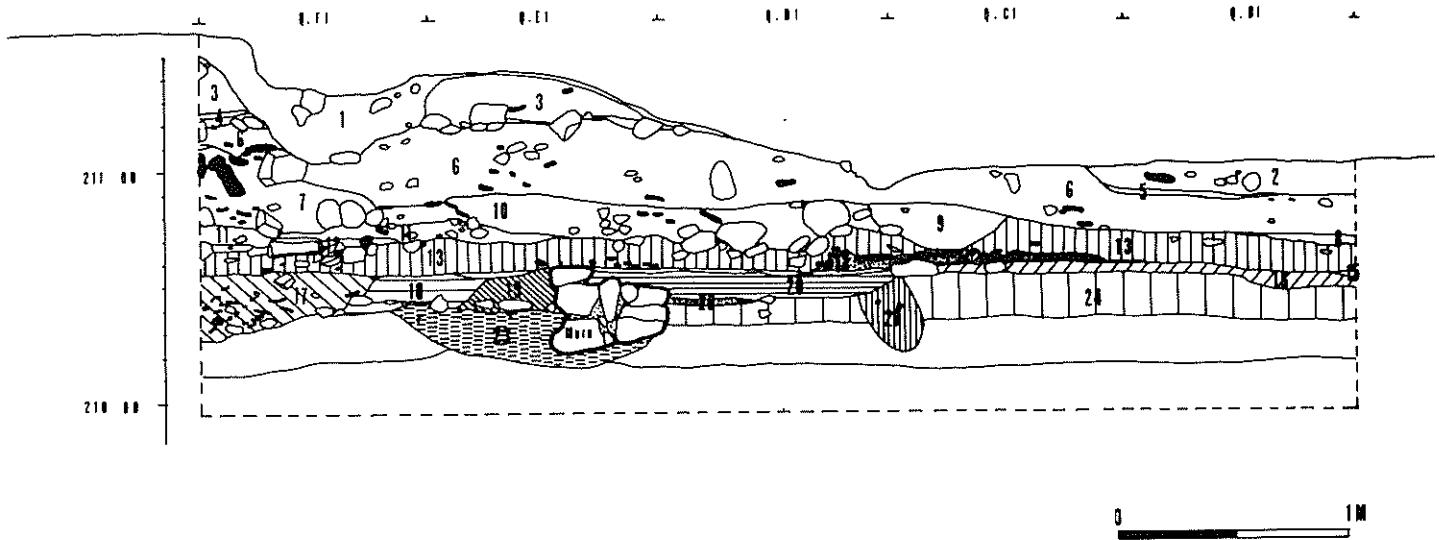


Fig. 6 — Paços do Concelho/Poente. Perfil Estratigráfico. Níveis referentes aos sécs. XIV/XV.

finais do séc. XV, princípios do séc. XVI. Cobre directamente o chão de um piso da época de D. Manuel I (cam. 14) onde se recolheu um ceatil desse reinado. A Camada 14 revelou também uma alta densidade de fragmentos de telhas e uma película de carvão.

A Camada 15 era um piso de barro escuro, possivelmente construído após o derrube do nível de ocupação do séc. XV, prolongando-se por cima da única estrutura identificada ao longo do perfil e que, pela sua posição estratigráfica, atribuímos ao séc. XV. Este piso foi, na área de D1, substituído por argamassa de areia e cal, branca. O espólio arqueológico era escasso.

A Camada 16, sedimento castanho, argiloso, terá servido de base ao piso. Não continha espólio. A Camada 17, provável lixeira do séc. XV, forneceu abundante material arqueológico.

O nível designado por Camada 18 era estéril, formado por barro amarelo. A Camada 19, argilosa, castanha, ofereceu cerâmica alisada, alguns fragmentos de vidro, de telhas, um nódulo de ferro e restos alimentares.

A 20, argilosa, de cor vermelha, com nódulos de arenito amarelo, mostrava alguns carvões e pouco espólio. Uma bolsa de areia argilosa, sem espólio, correspondia à Cam. 21. A 22 era um nível de cinza, estéril. A Camada 23 formava a bolsa de construção do muro do séc. XIV e ofereceu algum material incaracterístico. As camadas 24 e 25, de argila vermelha, eram praticamente estéreis, tal como a camada 26, que constituía a base geológica, de argila amarela.

2.6. Castelo de Palmela. 1992-1994 (Fig. 2)

O Castelo de Palmela localiza-se a sul da área urbana, no ponto mais alto da vasta colina de Palmela. As escavações arqueológicas iniciaram-se em Agosto de 1992, no âmbito do PRAC⁷ e prolongaram-se até Setembro de 1994, submetendo-se ao ritmo das obras de recuperação no local.

Do rico acervo arqueológico em cerâmicas exumadas no Castelo, ainda em estudo, referiremos sumariamente algumas formas da 1.^a metade do séc. XIII, provenientes da camada 3 da galeria 5 (Alcáçova).

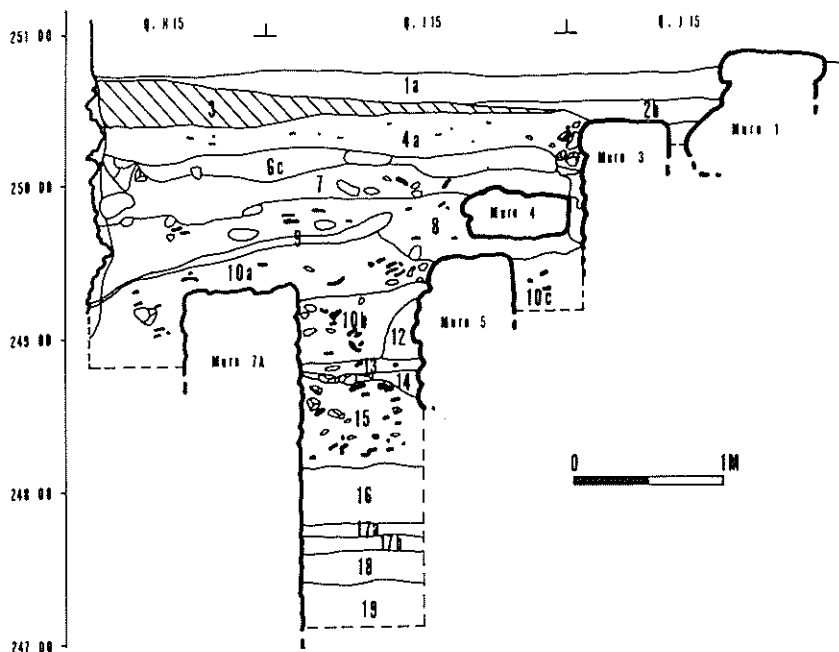


Fig. 7 — Castelo de Palmela, Alcáçova, Galeria 5. Perfil Estatigráfico. O nível correspondente ao séc. XIII é o 3.

2.6.1. Estratigrafia (Galeria 5 — séc. XIII) (Fig. 7)

Face ao carácter ainda inicial do estudo das cerâmicas recolhidas, limitarmos-nos-emos à análise da camada 3. Este nível, de cor negra, é um sedimento rico em fauna e cerâmica. Espalha-se ao longo da galeria, do lado Oeste do muro 3. As cerâmicas exumadas, num total de 2113 fragmentos (248 bordos) são tipologicamente enquadráveis na 1.^a metade do séc. XIII. Algumas formas denunciam influências muçulmanas, em especial almoadas.

3. CERÂMICAS

3.1. Metodologia e Ensaio Tipológico

O estudo e a catalogação de 234 peças de cerâmica, referentes aos sécs. XIII a XV, exumadas na Rua de Nenhores, Rua do Castelo n.º 4 e Rua Augusto Cardoso, seleccionadas a partir de conjuntos de centenas de fragmentos provenientes de sequências estratigráficas precisas, permitiram-nos elaborar um repertório das formas mais comuns em Palmela, para o período em questão.

De forma a sistematizar os elementos disponíveis, ordenando-os de maneira a poderem fornecer novos dados em relação à região geográfica onde Palmela se situa e também para uma melhor compreensão dos aspectos referentes à dinâmica evolutiva e económica da própria vila, elaborámos uma primeira tabela tipológica.

As formas identificadas — panelas, alguidares, caçarolas, pratos... — foram incluídas em classes, prevendo a inserção de novas variantes e de outras realidades cronológicas, na região de Palmela. A título de exemplo, consideremos a Forma Palmela IV (M/M), Classe A. Esta forma agrupa o universo das tipologias e variáveis referentes a Panelas. O M/M diz respeito ao horizonte cronológico em análise, neste caso o Medieval Cristão e Moderno. A Classe agrupa um conjunto de variantes com determinados atributos que possam definir um grupo coerente. Neste caso exemplificativo a Classe A agrupa o conjunto das Panelas do séc. XIII, cujas características de dimensão, tipo, espessura de parede e programas decorativos diferem da Classe B, que inclui as Panelas do séc. XIV até ao séc. XVI.

O nome de Palmela é referente à área urbana onde, a partir dos diferentes contextos estratigráficos, foi possível definir esta tabela.

Passamos a apresentar a sequência tipológica do conjunto Palmela, para o período Medieval Cristão/Moderno:

- Forma I, Palmela (M/M), Classe A — Taças Esmaltadas.
- Forma I, Palmela (M/M), Classe B — Taças Vidradas.
- Forma I, Palmela (M/M), Classe C — Taças em Cerâmica Comum.
- Forma II, Palmela (M/M), Classe A — Pratos Esmaltados.
- Forma II, Palmela (M/M), Classe B — Pratos de Pé em Anel.

- Forma III, Palmela (M/M) — Copos.
- Forma IV, Palmela (M/M), Classe A — Panelas do séc. XIII.
- Forma IV, Palmela (M/M), Classe B — Panelas.
- Forma V, Palmela (M/M), Classe A — Caçarolas de Asas Laterais.
- Forma V, Palmela (M/M), Classe B — Caçarolas.
- Forma VI, Palmela (M/M), Classe A — Frigideiras.
- Forma VI, Palmela (M/M), Classe B — Frigideiras c/ sup. vidrada.
- Forma VI, Palmela (M/M), Classe C — Frigideiras c/ decoração incisa.
- Forma VII, Palmela (M/M), Classe A — Alguidares de Lábio Canelado
- Forma VII, Palmela (M/M), Classe B — Alguidares Vidrados.
- Forma VII, Palmela (M/M), Classe C — Alguidares Espatulados / Brunidos.
- Forma VIII, Palmela (M/M) — Cântaros.
- Forma IX, Palmela (M/M) — Bilhas.
- Forma X, Palmela (M/M) — Cantarinhas.
- Forma XI, Palmela (M/M) — Candis/ /Candeias
- Forma XII, Palmela (M/M) — Fogareiros.
- Forma XIII, Palmela (M/M), Classe A — Testos (sécs. XIII-XIV).
- Forma XIII, Palmela (M/M), Classe B — Testos (sécs. XV-XVI).

O carácter ainda inicial dos estudos de cerâmicas Baixo Medievais e Modernas na região envolvente de Palmela, no Baixo Sado e no Baixo Tejo, limita a nossa tentativa de traçar uma distribuição abrangente das formas tipológicas e suas variantes identificadas em Palmela. Nesse sentido, sublinhamos o carácter preliminar do estudo.

Da tabela apresentada, evidenciaremos apenas as formas com maior representatividade na área urbana de Palmela.

3.1.1. Forma II, Palmela (M/M). Classe B — Pratos de Pé em Anel (Fig. 8)

A Forma II corresponde ao grupo tipológico que agrupa os Pratos. A Classe A inclui os pratos que apresentam as superfícies cobertas por esmalte ou, raramente, por vidrado. A Classe B agrupa os pratos com pé em anel e superfícies alisadas. Dentro desta forma é a classe mais abundantemente representada em Palmela. Trata-se de uma família de peças cujas variantes apresentam sempre uma superfície interna espatulada ou brunida, de cor

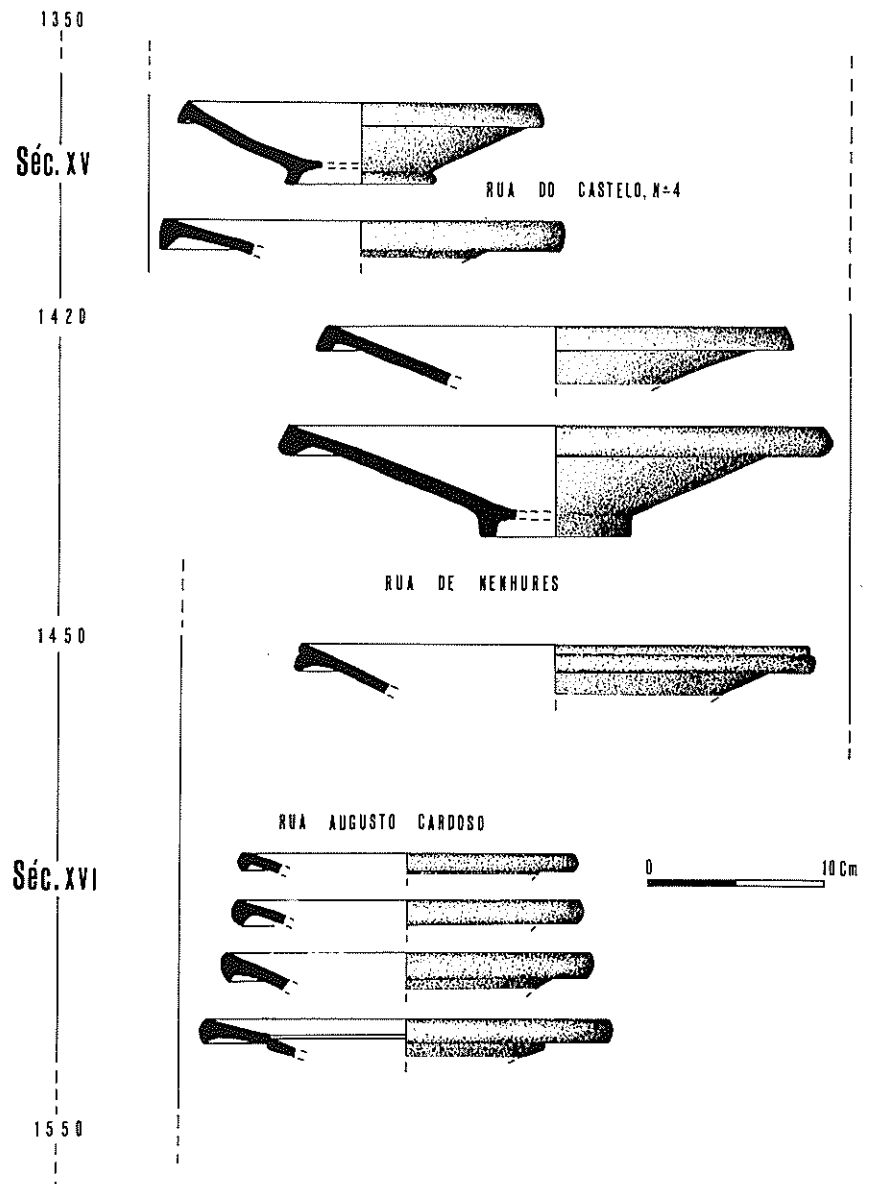


Fig. 8 — Forma II, Palmela (M/M). Classe B: Pratos com pé em anel.

vermelha; a superfície externa é alisada, assente num pé em anel, bem definido; o bordo apresenta-se sempre com espessamento para fora. Parece existir uma dimensão média do diâmetro do bordo, que varia entre 225 mm e 265 mm.

As formas mais recuadas exumadas em Palmela vieram da camada 7 de Casa 4 da R. do Castelo. Esta camada identifica-se com um piso do compartimento onde, juntamente com um conjunto de cerâmicas, foram recolhidas moedas de D. João I.

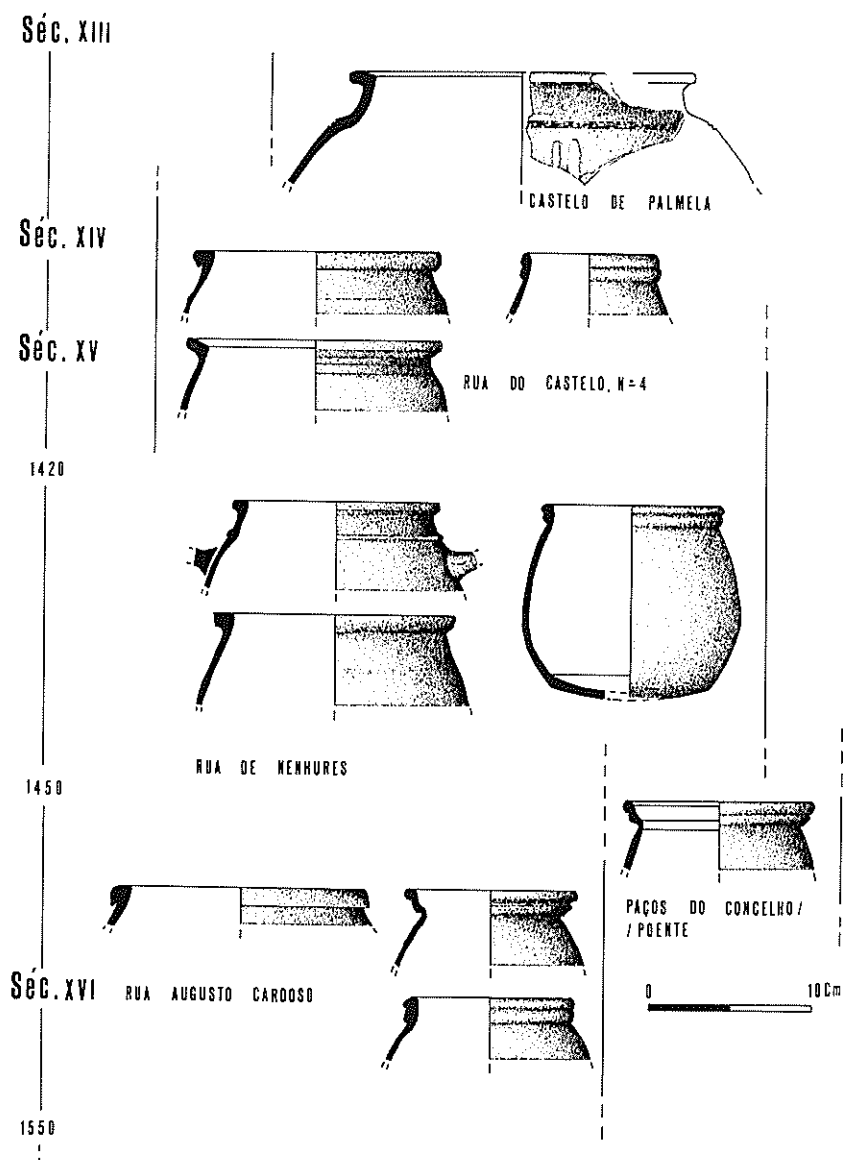


Fig. 9 — Forma IV, Palmela (M/M). Classe A: Painelas do séc. XII. Classes B e C: Painelas dos Sécs. XIV a XVI.

Na Rua de Nenhures (plataforma I) as variantes encontradas, continuação dos protótipos do séc. XIV, apareceram no nível de derrube da casa do séc. XIV, associadas a numismas de D. Duarte e de D. Afonso V, do séc. XV pleno. O mesmo pudemos verificar na R. Cor. Galhardo, nos níveis estratigráficos correspondentes aos sécs. XIV/XV. Da Rua Augusto Cardoso possuímos um bom conjunto de variantes desta classe, associado a outras formas da 1.^a metade do séc. XVI, pressupondo-se a sua longevidade funcional até esta altura. Esta leitura é confirmada na R. de Nenhures (Plataforma I) para as formas encontradas na cam. 3 (finais do séc. XV, inícios do séc. XVI) e nos Paços do Concelho — Poente nas camadas correspondentes ao mesmo horizonte cronológico. Outro conjunto de informação a valorizar, ainda que preliminar, é o obtido no Castelo de Palmela. Aqui, à semelhança do verificado na área urbana, esta forma só aparece em estratos do séc. XV a inícios do séc. XVI.

A evolução deste grupo está patente na variação do lábio. Do séc. XIV até inícios do séc. XV coexistem as variantes de lábio direito e as de lábio arredondado. A partir da 2.^a metade do séc. XV até ao final da sua utilização predominam as variantes de lábio arredondado. Note-se que o bordo mantém o seu espessamento para fora e o mesmo ângulo de inclinação em relação à parede interior. Em suma, na Vila de Palmela os dados estratigráficos indiciam para esta forma uma existência desde meados do séc. XIV, talvez 2.^a metade, até princípios do séc. XVI.

Quanto aos tipos de pasta, são identificáveis alguns centros diferenciados de laboração das peças, certamente localizados na região e mesmo na povoação de Palmela. Maior certeza existe para as formas conhecidas de Alcácer do sal, na medida em que a textura da pasta difere das produções pro-

venientes de Palmela. São de um tipo que podemos encontrar noutras formas recolhidas em Alcácer, para outros períodos cronológicos.

3.1.2. Forma IV, Palmela (M/M) - *Panelas* (Fig. 9)

É uma família tipológica bastante complexa, em que coexistem variantes e formatos muito diferenciados. Ressalvando este

carácter heterogéneo do grupo, dividimo-lo em três classes: A classe A, das Panelas do séc. XIII e as Classe B e C, das Panelas dos sécs. XIV a XV.

Na Classe B mantêm-se os bordos de secção rectangular, extrovertidos e na Classe C apresentam-se arredondados, sulcados a meio, alguns com pouca extroversão. Em ambas as classes os ombros arrancam imediatamente do bordo e definem uma redução da curvatura do bojo, em relação à Classe A.

As panelas do séc. XIII foram exumadas nas galerias do Castelo de Palmela, nomeadamente na galeria 5. São variantes de grande dimensão que apresentam o bordo com secção geralmente rectangular e espessamento externo. Dispõem de duas asas laterais que podem arrancar do bordo ou do colo. Tanto as asas como as paredes oferecem decoração em bandas pintadas de cor branca, mas há casos sem qualquer nota decorativa e outros em que as bandas são

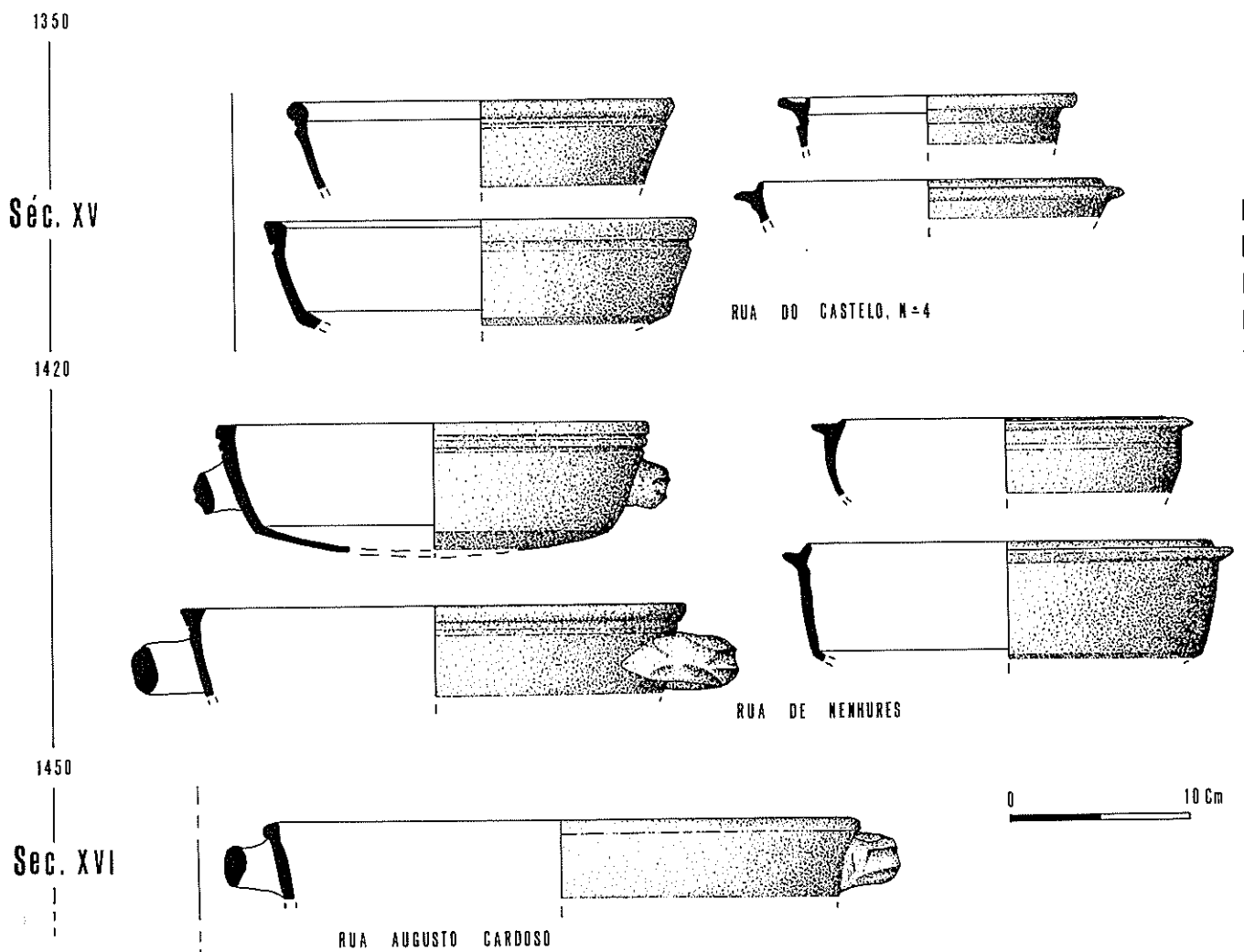


Fig. 10 — Forma V, Palmela (M/M). Classes A e B: Caçarolas.

substituídas por conjuntos de linhas incisas paralelas entre si. A tendência esférica do bojo é acentuada.

As formas mais recuadas das Classes B e C foram recolhidas na R. do Castelo n.º 4 que, como já tivemos ocasião de referir, são de finais do séc. XIV a inícios do XV. Em relação aos exemplares provenientes da R. de Nenhures (plat. 1), datados da 1.ª metade do séc. XV, verificamos que não mostram diferenças significativas, sendo apenas de valorizar a presença de variantes que devem corresponder a locais produtores distintos.

As variantes do séc. XV prolongam-se até ao séc. XVII, conservando as características.

A partir da 2.ª metade do séc. XV aparecem panelas de grande dimensão, embora os exemplares conhecidos sejam poucos. Esta forma encontra-se divulgada em Alcácer do Sal, Sesimbra (fora de contexto), Almada, Sintra e Cascais.

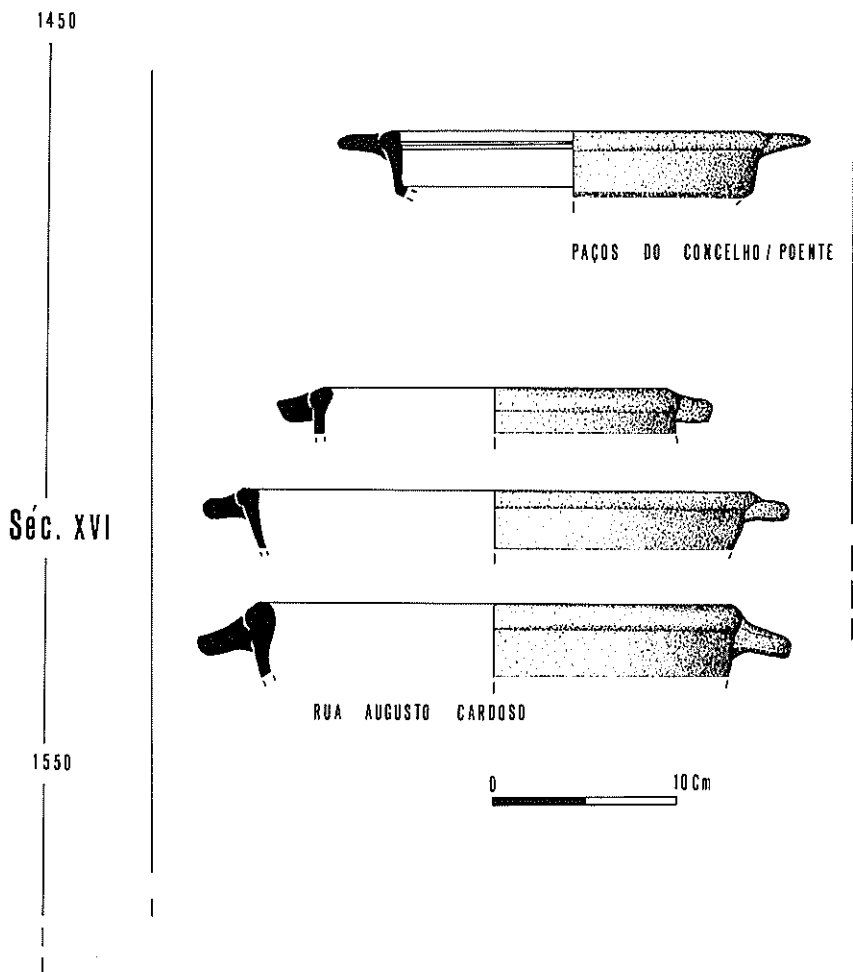


Fig. 11 — Forma VI, Palmela (M/M). Classes A: Frigideiras.

3.1.3. Forma V, Palmela (M/M)

— Caçarolas (Fig. 10)

As Caçarolas da Forma V são peças abertas que possuem diferentes secções de bordo, quadrangulares ou circulares. O lábio pode apresentar-se descaído para o interior. As paredes são altas, arqueadas, marcadas junto ao bordo por uma banda, igualmente incisa. O fundo é sempre abaulado, mostrando frequentemente sinais de utilização ao fogo. A superfície interna é quase sempre e na totalidade espatulada ou brunida, em cor vermelha, mais ou menos esbatida. Dentro deste conjunto, heterogéneo nas variantes de bordo e de boca, podemos obter duas classes: a Classe A onde se inserem as caçarolas que possuem geralmente duas asas laterais; a Classe B, que inclui as caçarolas sem asas. É característica deste grupo a existência, ao nível do lábio, de um ressalto para apoio da tampa.

As classes A e B da forma V estão ausentes nos níveis do séc. XIII de Palmela, mas é uma forma que evolui da tradição muçulmana das caçarolas de pequena asa vertical e que pudemos detectar nos registos da ocupação muçulmana do Castelo de Palmela, desde o séc. IX até aos sécs. XII/XIII. As variantes do período Almoada parecem influenciar particularmente estas peças.

As formas mais recuadas, datadas em contexto, provêm dos níveis de finais do séc. XIV, primórdios do XV, da Casa n.º 4 da R. do Castelo. Neste local identificámos as Classes A e B com os atributos tipológicos que se irão manter até finais do séc. XV, existindo variantes que atingem a 1.ª metade do séc. XVI. Estas classes foram encontradas também nos outros locais intervencionados da área urbana e mencionados no texto.

Aparecem com relativa abundância em Palmela as caçarolas de asas laterais (Classe

A) geminadas e é conhecida também a sua presença em Alcácer do Sal. Os protótipos da forma V são, aliás, comuns às duas áreas urbanas referidas e aparecem ainda em Sesimbra e em Almada. Só as pastas diferem, o que legitima a certeza da existência de centros produtores locais.

Da Classe B os exemplares mais antigos provêm da R. do Castelo n.º 4, de níveis já referidos do séc. XIV, inícios do séc. XV. Também no Castelo de Palmela, em níveis semelhantes, foi recolhido um conjunto representativo.

O enquadramento estratigráfico destas peças com ressalto no lábio, nos vários locais intervencionados, leva-nos a concluir que o seu período de vida funcional se situa entre o séc. XIII e a 1.ª metade do séc. XV.

3.1.4. Forma VI, Palmela (M/M) — Frigideiras (Fig. 11)

Na Forma VI identificamos três classes: A Classe A, que corresponde às frigideiras de pega lateral com a superfície interna alisada, brunida ou espatulada. As Classes B e C, que correspondem respectivamente às frigideiras com superfícies vidradas e às que exibem superfícies com decoração incisa. São classes que se desenvolvem a partir da 2.ª metade do séc. XVI e no séc. XVII, ultrapassando portanto o âmbito cronológico desta apresentação.

A Classe A, ausente na Casa n.º 4 da R. do Castelo, aparece a partir da segunda metade do séc. XV na R. de Nenhores (P. 1), nos Paços do Concelho-Poente, na R. Augusto Cardoso e na R. Cor. Galhardo. A sua origem parece estar relacionada com a Forma V. De facto, as frigideiras copiam os atributos básicos das caçarolas mas substituem as asas laterais geminadas por uma pega lateral, que

quase sempre faz corpo com o bordo e evoluem para alargamento do diâmetro do fundo, a par da redução da altura da parede. As pegas apresentam uma grande dimensão mas começam a diminuir nos sécs. XVI/XVII.

Este tipo de frigideira de pega, muito divulgado, surge retratado em pinturas da época.

3.1.5. Forma VII, Palmela (M/M) — Alguidares (Fig. 12)

Trata-se de um conjunto cuja origem e extinção se conseguem definir com bastante precisão.

Passamos a analisar as três classes identificadas.

Na Classe A define-se um alguidar de lábio canelado. A observação de fragmentos desta forma provenientes de Alcácer e de Sesimbra e a consulta de dados referentes a Almada, levam-nos a admitir a hipótese de estarmos perante um tipo produzido exclusivamente em Palmela. É possível que apareça também em Setúbal, dada a proximidade geográfica, mas desconhecemos as cerâmicas medievais desta área urbana.

Seguindo os atributos formais das outras classes de alguidares, este exemplar da Classe A difere porque o lábio canelado (simples, pintado em bandas brancas ou com conjuntos de linhas incisadas onduladas) se encontra sempre

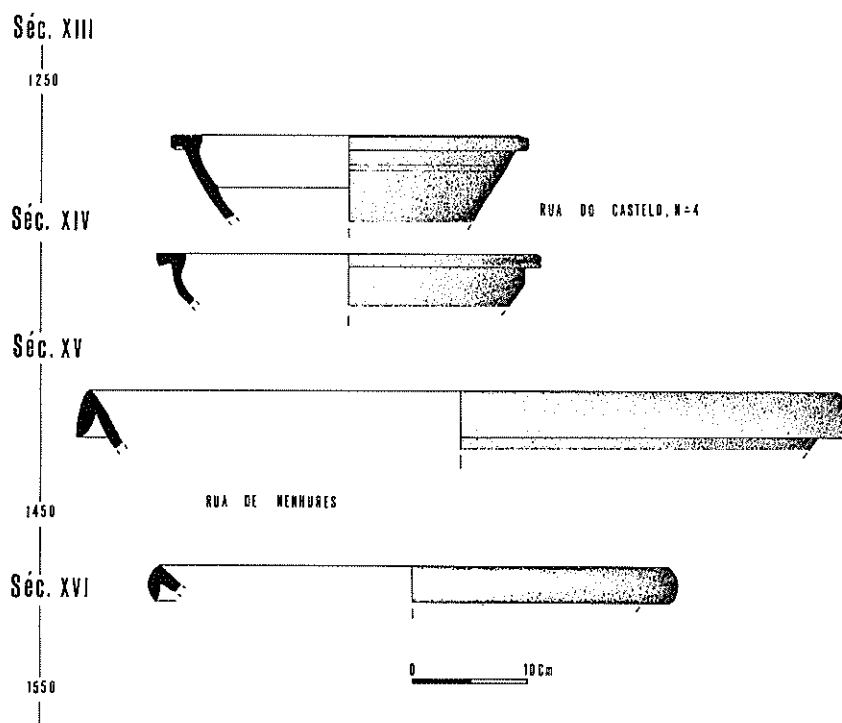
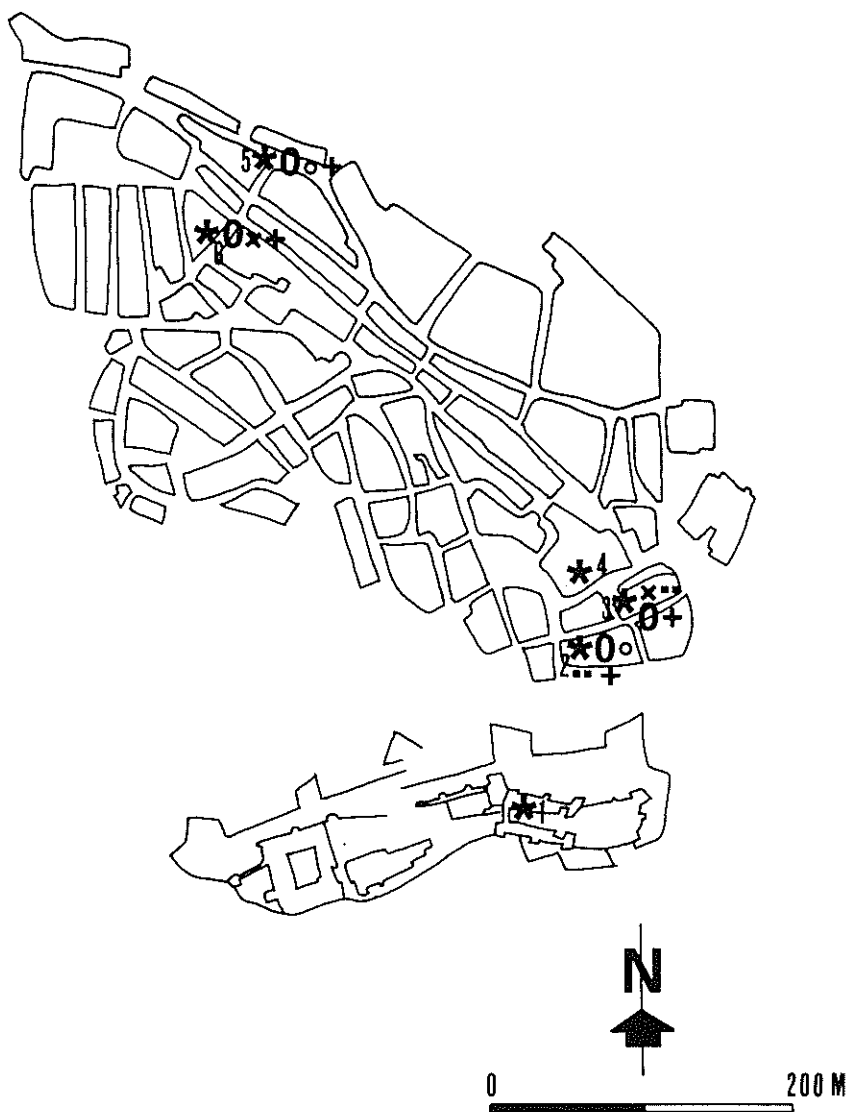


Fig. 12 — Forma VII, Palmela (M/M). Classes A e C: Alguidares.



- ★ — Cerâmicas das oficinas Valencianas (Manizes e Paterna)
- — Cerâmicas de reflexo metálico
- × — Cerâmicas do Reino Muçulmano de Granada (Málaga)
- — Cerâmicas de Corda-Seca Total (Sevilha)
- + — Majólicas, de oficinas Italianas (Faenza, Nápoles, entre outras)
- — Majólica, de oficina de Veneza

Fig. 13 — Distribuição actual das cerâmicas de importação na Área Urbana de Palmela: 1 — Castelo de Palmela (Galeria 5); 2 — Rua de Nenhores; 3 — Paços do Concelho/Poente; 4 — Rua do Castelo n.º 4; 5 — Rua Augusto Cardoso; 6 — Rua Coronel Galhardo n.º 19.

ao nível da abertura da boca. Os únicos exemplares exumados em contexto estratigráfico são dos níveis dos sécs. XIII/XIV da Casa n.º 4 da R. do Castelo. Recolhemos alguns na encosta Sul do Castelo de Palmela mas em níveis fora do contexto. Os estratos da 1.ª metade do séc. XIII, do Castelo, ainda forneceram esta classe. Pensamos, pois, que estaremos perante um tipo de peça que começa a divulgar-se mais na 2.ª metade do séc. XIII e alcança a 1.ª metade do séc. XIV.

A Classe B corresponde a alguidares que apresentam o lábio e a superfície interna cobertos por espesso esmalte verde ou vidrado de cor verde-acastanhada. As primeiras destas formas surgem a partir da 1.ª metade do séc. XV (R. Nenhores, R. Augusto Cardoso, R. Coronel Galhardo) ganhando expressão em finais do séc. XV/princípios do séc. XVI.

Nas formas da 1.ª fase o lábio e a superfície interna encontram-se sempre cobertos por esmalte espesso, de cor verde. O lábio mostra, por vezes, pequenos cordões incisivos, descontínuos. As variantes vidradas, primeiro em tons verde escuro, começam a aparecer em meados do séc. XVI, predominando nos finais do séc. XVI e no XVII, onde irão coexistir alguidares com superfícies revestidas a vidrado melado ou acastanhado.

Na Classe C incluem-se os alguidares que exibem bordos de secção circular e cujas superfícies, na sua maioria, se apresentam espatuladas ou brunidas, em cor vermelho vivo.

Na área urbana de Palmela esta forma impõe-se a partir de meados do séc. XIV, nomeadamente nos níveis de finais do século, inícios de quatrocentos, da R. do Castelo, n.º 4. A Classe C mantém uma longevidade por todo o séc. XV, alcançando o arranque do séc. XVI, altura em que se extingue.

3.1.6. Cerâmicas de Importação (Fig. 13)

O vasto leque de cerâmicas exumadas nos diferentes locais intervencionados em Palmela inclui um conjunto, ainda que diminuto, de cerâmicas de importação.

As primeiras destas cerâmicas chegam a Palmela em finais do séc. XIV/princípios do séc. XV. São pequenas taças, da região Valenciana e de Málaga. Predominam os programas decorativos que utilizam as cores vermelha e azul sobre fino esmalte branco.

Na camada 17 dos Paços do Concelho-Poente pudemos identificar com segurança produções mais raras, provenientes do reino muçulmano de Granada. É o caso de um fragmento de taça de carena acusada, com a superfície externa alisada, acastanhada. A superfície interna é coberta por um vidrado espesso, verde escuro, sobre um conjunto de estampilhas pequenas, bem demarcadas. Reconhecemos um bom paralelo num Ataifor

Nazari, estampilhado, datado dos sécs. XIV/XV e cujo centro produtor seria Málaga⁸. Ibn Batuta⁹ escrevia, em 1356: «... em Málaga fabricam-se cerâmicas admiráveis que se exportam para os mais longínquos países».

É, no entanto, a partir da segunda metade do séc. XV que se intensifica a presença de cerâmicas estrangeiras, provenientes de diversos centros produtores.

Durante os séc. XV-1.^a metade do séc. XVI, prevalecem as importações de taças de pé em anel e raros pratos, alguns de reflexos metálicos, da região Valenciana, nomeadamente das oficinas de Manises. São peças que utilizam decoração geométrica, impregnada de cores que vão do azul cobalto ao morado sobre fundo esmaltado em branco.

Pela mesma altura surgem as majólicas Italianas, nomeadamente as de Veneza.

De assinalar as produções cerâmicas provenientes de oficinas de Sevilha, facilmente identificadas nos pratos com decoração em corda seca total. São produções que chegam a Palmela no séc. XV e que registamos, por exemplo, na R. de Nenhures (P. 1) e na R. Augusto Cardoso.

4. EVOLUÇÃO DO APARELHO CONSTRUTIVO

As escavações arqueológicas na Área Urbana de Palmela e no Castelo permitiram o registo de um conjunto de estruturas que foi possível datar a partir dos respectivos contextos estratigráficos e dos materiais arqueológicos associados. As leituras que iremos apresentar, numa sequência cronológica do séc. XIII aos sécs. XV/XVI, incluirão informações relacionadas com as funções específicas de cada compartimento identificado, conforme o volume de dados disponível.

4.1. 1.^a metade do séc. XIII – Castelo

As estruturas mais antigas, contemporâneas do início da ocupação cristã em Palmela, foram encontradas no interior das galerias da Alcáçova do Castelo. Cronologicamente inseridas no séc. XIII, em concordância com os seus contextos materiais e posição estratigráfica, estas estruturas definem vários compartimentos, reaproveitando, por vezes, estruturas muçulmanas anteriores e respeitando a compartimentação dos espaços. O aparelho, quase sempre pouco cuidado, é formado por arenitos de Palmela de boa dimensão (aprox. 25x25 cm), não talhados e mal ligados entre si por terra solta. Podem aparecer alguns fragmentos de telhas como material de construção e de consolidação dos muros.

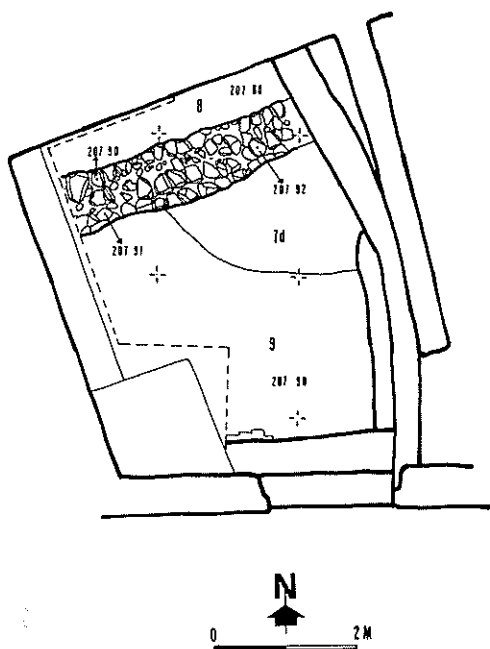


Fig. 14 — Rua do Castelo, 4. Muro 5, séc. XIII.

O chão dos diferentes compartimentos identificados para este século consiste, na sua maioria, de solos de terra batida resultantes da subida progressiva do nível da habitação devido aos despojos acumulados da lixeira quotidiana, formados por cerâmicas, restos faunísticos e outros detritos domésticos. Pontualmente, como na galeria 5 (séc. XIII), argamassa-se o chão com cal e areia branca, tornando-o extremamente rijo.

4.2. Sécs. XII/XIII – Área Urbana de Palmela (Fig. 14)

A estrutura medieval mais antiga, identificada até agora na Vila de Palmela, fora de muralhas, situa-se na Casa 4 da R. do Castelo.

O muro é formado por pedras miúda e média, de arenito local, unidas por terra barrenta, avermelhada. O tipo de aparelho e a disposição das fiadas de pedra lembram as técnicas de construção muçulmana encontradas no interior da alcáçova, em níveis datáveis do séc. X ao séc. XII. Vimos assim confirmada pela escavação no interior do castelo, a hipótese que pusemos de o espaço da R. do Castelo, 4, ter sido ocupado por indivíduos muçulmanos em meados do séc. XIII.

Assinalámos na R. de Nenhures um conjunto de dois silos, muito destruídos, que forneceram algumas cerâmicas pintadas de bandas brancas, de tradição muçulmana, de meados do séc. XII.

Na encosta do castelo, voltada a Sul, área onde se prevê ainda uma intervenção arqueológica no âmbito do PRAC, aflora à superfície um conjunto de estruturas associadas a muita cerâmica muçulmana dos sécs. X a XII.

4.3. Séc. XIV (Figs. 15, 16 e 17)

Na R. do Castelo n.º 4, na R. de Nenhures (P. 1) e nos Paços do Concelho-Poente foram identificados muros enquadráveis no séc. XIV. No n.º 19 da R. Cor. Galhardo encontrámos unicamente um silo escavado na rocha, de meados do século.

A estrutura datada do séc. XIV, registada na R. do Castelo n.º 4, compreende o muro 4 e uma espécie de lajeado assente no chão do compartimento e que surge associado a uma lareira e a um silo. Trata-se certamente de uma cozinha. A parede identificada pelo muro 4 possui cerca de 85 cm de altura a partir do chão do compartimento, da mesma época, e uma espessura de cerca de 45 cm. O aparelho é de pedras grandes de arenito de Palmela, argamassadas entre si por terra argilosa. A parede interior é coberta por uma película espessa de estuque branco. No seu canto Oeste registámos um aglomerado de tijoleiras que permitiu definir o arranque de um arco que suportaria um piso. A porta para o exterior localizar-se-ia no lado nascente. O silo, encontrado no chão da

casa, sensivelmente a meio do compartimento dos sécs. XIV/XV, era um buraco amplo, escavado no chão, cujas paredes foram revestidas por uma camada fina, argilosa.

Na R. de Nenhures as estruturas do séc. XIV são os muros 1, 2 e 3, localizados ao nível da camada 7. O muro 1, o melhor conservado em altura, é pouco espesso, tal como o muro 2, por constituírem paredes interiores que encostavam respectivamente no lado nascente e no lado poente à camada geológica. O muro 3, muito mais largo que os outros dois, definia a parede exterior do compartimento. O aparelho destes muros era de pedras grandes de arenito, consolidadas por terra argilosa. Como na R. do Castelo, 4, a parede interior mostrava vestígios de revestimento a estuque branco. A descontinuidade entre os muros 2 e 3 foi interpretada como uma porta.

O chão da casa era de terra batida, com fraca presença de espólio cerâmico e de fauna, deduzindo-se que, quando foi destruída por

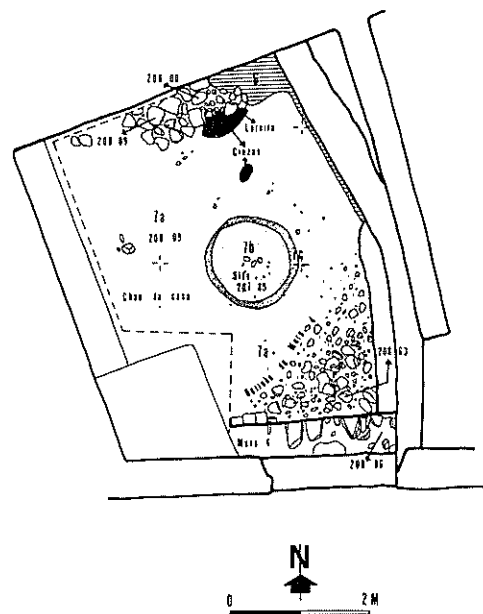


Fig. 15 — Rua do Castelo, 4. Muro 4, séc. XIV/XV.

um incêndio, no princípio de quatrocentos, teria pouco tempo de ocupação. Este compartimento era coberto por um telhado de telhas curvas, suportado por uma estrutura de madeira. Presume-se que terá sido empregue o sobreiro, pois recolhemos vários fragmentos de cortiça carbonizada e corroida associados à grande quantidade de telhas que cobria na totalidade o chão da casa. A importância do sobreiro em Palmela encontra-se documentada no foral de 1185.

Nos Paços do Concelho-Poente a única estrutura reconhecida foi um muro de meados do séc. XIV, constituído por duas fiadas de grandes pedras areníticas de Palmela, intercaladas por outras de menor tamanho e ligadas por terra barrenta. O seu alinhamento diverge completamente da actual disposição espacial dos Paços do Concelho, só havendo aparentemente concordância a partir de finais do séc. XV, início do séc. XVI.

O piso dos dois compartimentos definidos é constituído por argila vermelha (cam. 24 e 25) e pela areia amarela da bolsa de construção do citado muro.

4.4. Séculos XV e XVI

Nas intervenções arqueológicas da Vila de Palmela não foram até ao momento registados aparelhos estruturais de meados do séc. XV ao início do séc. XVI, porque, duma forma geral, identificam-se com a base da actual compartimentação da malha urbana. Dos dados que possuímos, conclui-se que as técnicas de construção não se afastavam muito das utilizadas no séc. XIV.

Só a partir de meados do séc. XVI as alterações construtivas se mostram marcantes, com a redução do emprego da argamassa branca de areia e cal e do aparelho de pedra, começando a vulgarizar-se a

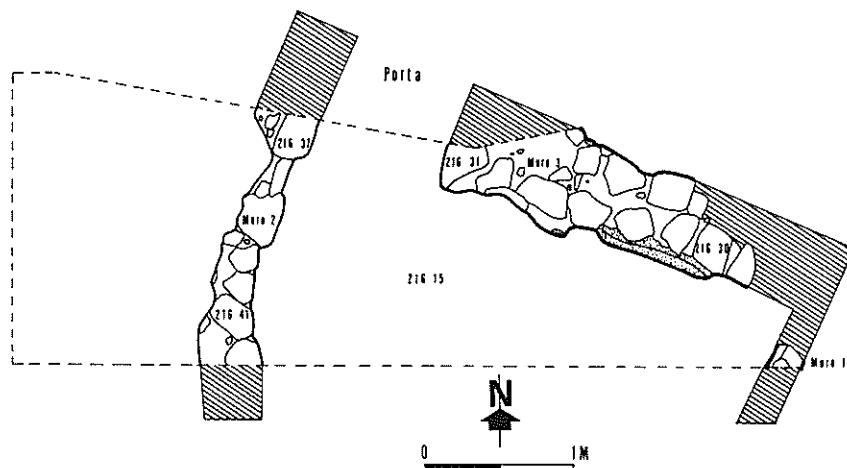


Fig. 16 — Rua de Nenhores. Estruturas de finais do séc. XIV. Reconstituição hipotética do compartimento.

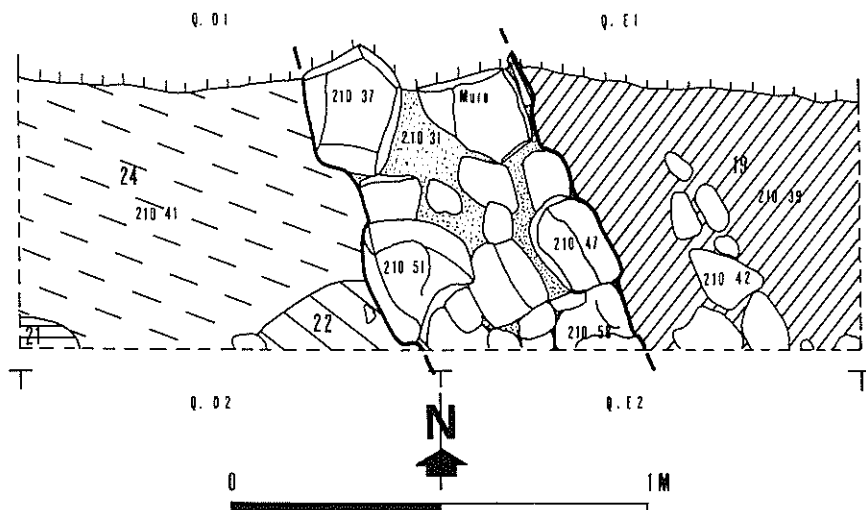


Fig. 17 — Paços do Concelho/Poente. Estrutura do séc. XIV.

argamassa de areia amarela, as tijoleiras maciças e escassa pedra, utilizada primordialmente na base e nos alicerces.

Apesar da ausência de estruturas dos sécs. XV/XVI, foram reconhecidos vários pisos de compartimentos deste período, nomeadamente nos Paços do Concelho-Poente e na R. Cor. Galhardo, 19. Nos Paços do Concelho os pisos datados do séc. XV são de terra batida com vestígios de utilização de argila nalgumas zonas (cam. 16 a 20). O piso de finais do séc. XV/inícios do séc. XVI (cam. 15) é constituído por películas finas e descontínuas de barro, intercaladas por camadas de argila. A poente aparece uma zona de piso rijo de argamassa branca.

No n.º 19 da R. Cor. Galhardo verificámos o mesmo: no séc. XV pleno os pisos são de terra batida. Na passagem para o séc. XVI aparecem áreas de chão em argamassa fina, branca, a par de pisos de terra batida.

4.5. Estruturas

O estudo dos resultados arqueológicos obtidos até ao momento permite-nos concluir que dentro do Castelo, após a conquista definitiva cristã de Palmela, nos inícios do séc. XIII, o aparelho construtivo difere dos modelos e técnicas utilizados pelos muçulmanos, perdendo qualidade. Pelo contrário, parece que a população muçulmana expulsa do Castelo, ao iniciar a ocupação

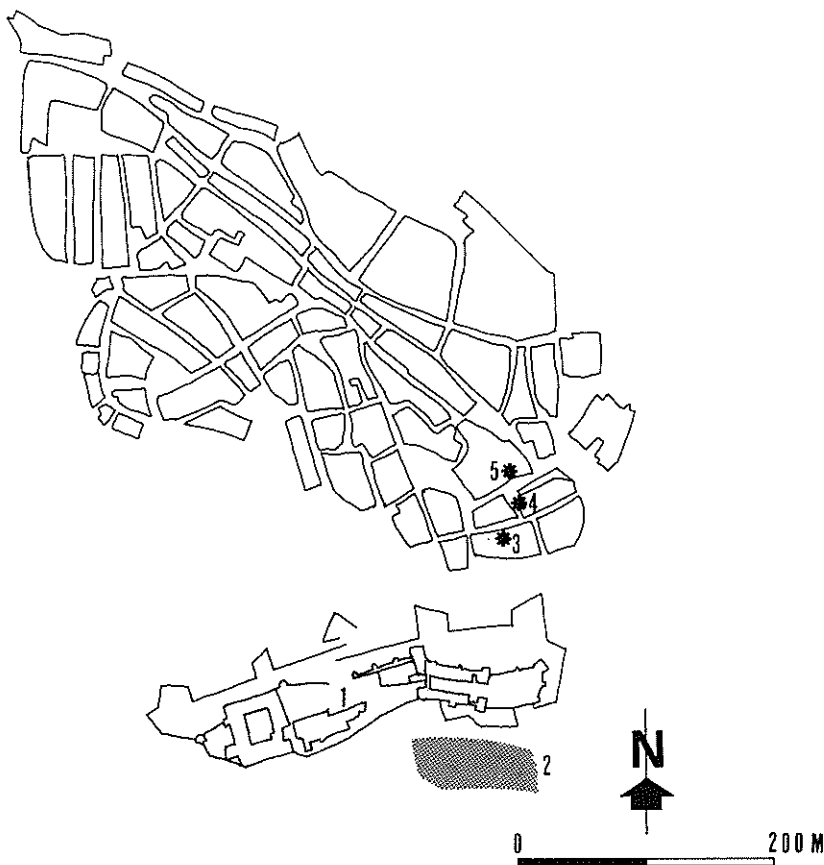


Fig. 18 — Distribuição actual dos achados estruturais e cerâmicos muçulmanos na Área Urbana de Palmela: 1 — Área do Castelo, em meados do séc. XIII; 2 — Encosta Sul do Castelo. Cerâmicas dos sécs. IX a XIII, com estruturas em possível associação; 3 — R. de Nenhures. Algumas cerâmicas com pintura geométrica a branco, de meados do séc. XII, provenientes de 2 silos; 4 — Paços do Concelho/Poente. Cerâmicas dos sécs. XII/XIII, da camada 17; 5 — R. do Castelo, 4. Cerâmicas dos sécs. XII/XIII, associadas a um muro com aparelho muçulmano, camada 8.

do núcleo do arrabalde, génese da actual vila de Palmela, mantem a sua tradição construtiva. Estas técnicas irão ser mais tarde seguidas pelas populações cristãs e moçárabes, nos edifícios do castelo e da vila, de tal forma que no séc. XIV essas características se tornam evidentes. Note-se a aceitação do uso muçulmano de forrar de estuque o interior das habitações. Aparentemente em finais do séc. XV perde-se essa prática mas, ao invés, começam-se a cobrir alguns troços do chão das casas.

A Visitação de D. Jorge, de 1510, fornece-nos informações importantes relativamente ao dimensionamento das casas nos finais do séc. XIV/inícios do séc. XV. Eram espaços com 3 a 5 varas (área média aproximada de 20 a 30 m²), por vezes sobradados, referindo-se o barro, a pedra e a telha vã como elementos empregues na construção. A arqueologia confirma, para o séc. XIV, a utilização destes materiais. A compartimentação registada na R. do Castelo e na R. de Nenhures, ainda que a área escavada seja limitada, mostra uma estruturação dimensional coincidente com os dados históricos.

5. EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANA DE PALMELA DO SÉC. XII AO SÉC. XV

Sublinhando-se as reservas inerentes a um estudo em génese, com áreas ainda pouco clarificadas, ensaiaremos o esboço de algumas directrizes sobre a evolução da malha urbana da vila.

Como temos tido ocasião de referir ao longo do texto, as escavações arqueológicas na alcáçova do Castelo de Palmela vieram comprovar a ocupação muçulmana do local desde meados do séc. VIII/séc. IX, ininterruptamente, até à derradeira conquista cristã (Fig. 18).

São ainda muito escassos os dados de que dispomos para o estudo do povoamento islâmico nesta região, não só na área urbana como na zona envolvente, sob sua influência.

Segundo a delimitação territorial cristã da 1.^a metade do séc. XIII, este território iniciava-se a Ocidente, para além da Ribeira de Coima, incluindo a Serra da Arrábida, os Estuários dos rios Tejo e Sado, abarcando uma vasta área interior para além da Ribeira de Canha/Almansor. Este extenso alfoz de Palmela era denominado de Riba de Tejo pelos frades espatários, na época da doação do Castelo à Ordem de Santiago, em 1186.

É possível que a delimitação do termo de Palmela neste período não se afaste muito do território administrado por ela na última fase de ocupação muçulmana. Pressupõe-se que este território seja um reflexo da autonomia administrativa de Palmela em relação a Lisboa e a Alcácer do Sal, se bem que a elas ligada por intensos laços comerciais.

A própria existência de uma comunidade islâmica em Palmela, depois da conquista cristã, evidencia um volume significativo de população residente, com a inerente organização funcional e administrativa de um núcleo populacional de dimensão e importância razoáveis. Não se estranhará, assim, a continuada ocupação no interior do Castelo e, conseqüentemente, a subordinação de um vasto território que incluía alguns castelos (Coima-a-Velha, Belmonte ?) e algumas alcarias (Setúbal), assim como vários casais agrícolas (Área Urbana de Palmela, Portela do Moinho da Fonte do Sol, Vale de Barris, Creiro/Portinho da Arrábida).

A ocupação do Castelo de Palmela pelos cristãos a partir de meados do séc. XII e a

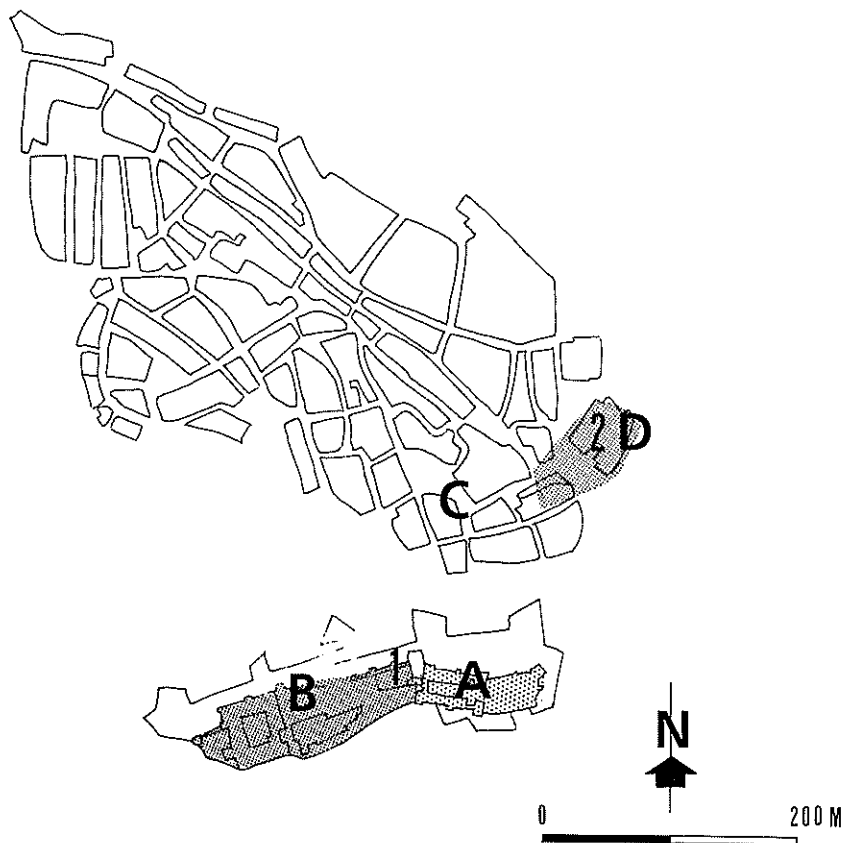


Fig. 19 — Área Urbana de Palmela no séc. XIII: A — Alcáçova, reservada à guarnição militar. Possível localização do primitivo Convento da Ordem de Santiago; B — Medina, protegendo a vila cristã — 1 - Igreja de Santa Maria; C — Arrabalde ou comuna muçulmana, gênese da actual vila; D — Primitivo núcleo cristão fora das muralhas, finais do séc. XIII — 2 - Igreja de S. Pedro.

sua transformação em território de fronteira de expansão para Sul, com o objectivo primordial da conquista de Alcácer do Sal, foi modificar a gestão e a organização funcional dos espaços retirados aos muçulmanos, nos planos militar, religioso e habitacional.

Tratados como inimigos da fé mas reconhecidos como elementos fundamentais para a criação de riqueza, através das práticas agrícolas e artesanais, os muçulmanos abandonam o Castelo e são obrigados a concentrarem-se extra-muros, ainda que nas proximidades. Irão ocupar o bairro do arrabalde, que mantém actualmente essa denominação (Fig. 19).

Após a conquista definitiva de Alcácer do Sal em 1217, o desenvolvimento da aldeia de Setúbal, que irá tornar-se autónoma de Palmela, é um sinal do aumento demográfico que exigirá a reorganização dos espaços administrativos e religiosos.

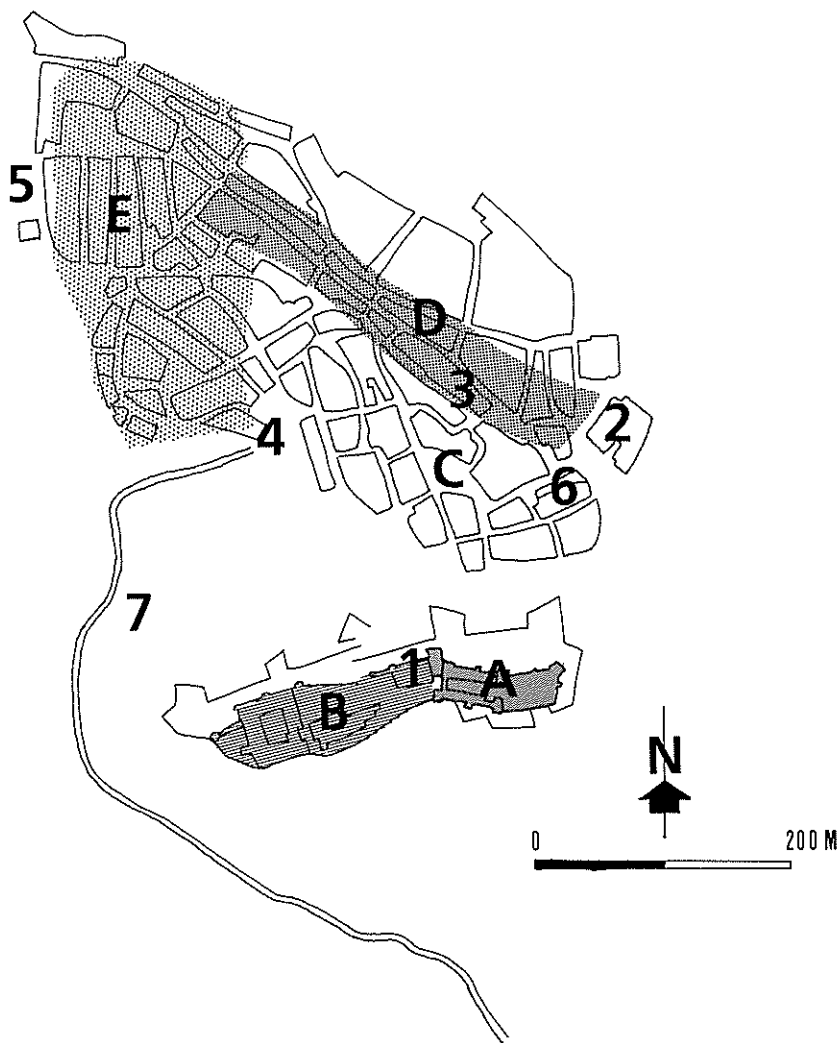


Fig. 20 — Área Urbana de Palmela sécs. XIV/XV: A — Área militar de Alcáçova; B — Medina, transformada em espaço privado da Ordem de Santiago, onde se constroem a Igreja e o Convento de Santiago; C — Vila de Palmela no séc. XIV; D — Expansão da vila durante os sécs. XV/XVI; E — Zona periférica, com casais agrícolas, dos sécs. XIV a XVIII. 1 — Igreja de Santa Maria; 2 — Igreja de S. Pedro; 3 — Igreja da Misericórdia; 4 — Rossio; 5 — Ermida de Santana; 6 — Paços do Concelho; 7 — Estrada para Setúbal.

A Igreja de Santa Maria, cabeça da freguesia do mesmo nome, situada dentro de muralhas e que, segundo a tradição, assentaria sobre a antiga mesquita, deixará em breve de ser o único edifício religioso da urbe. Uma nova igreja situar-se-ia numa das extremidades do núcleo urbano mas num eixo de caminhos que se direccionavam para a Baixa de Palmela e Setúbal. Infelizmente não são conhecidas as origens da Igreja de S. Pedro, embora haja documentos

do séc. XV que já a mencionam e se presume que existisse já no séc. XIV¹⁰. A sua localização parece adaptar-se à do templo atrás referido.

As Memórias Paroquiais de 1758¹¹ fornecem-nos indicações de que o caminho mais antigo de Palmela era aquele que, partindo da Igreja de S. Pedro, se orientava para Aires e daí para a Baixa de Palmela e para Setúbal. A Estrada da Cobra seria mais recente, de meados do séc. XV, mandada calcetar por D. Jorge, mestre de Santiago.

Os dados arqueológicos e a documentação escrita disponível levam-nos a concluir que o aglomerado urbano dos sécs. XIII/XIV se centrava na área compreendida pelo Arrabalde, Paços do Concelho e Igreja de S. Pedro. A vila desenvolvia-se tendencialmente abaixo do Arrabalde, em patamares adaptados na encosta. A sondagem na R. Cor. Galhardo permitiu localizar um casal agrícola do séc. XIV, próximo da área urbana.

Na passagem do séc. XIV para o séc. XV (Fig. 20) notam-se algumas diferenças na orientação da malha da vila, ao que não serão estranhas as calamidades que assolaram os núcleos urbanos da época. Lembre-se que Palmela foi vítima de pilhagem e incêndio pelos castelhanos durante a revolução de 1383-85, ao tomar o partido do Mestre¹².

No séc. XV assiste-se ao abandono da casas na R. de Nenhures e na R. do Castelo, 4. Esta última só será reocupada no séc. XVII. Só nos Paços do Concelho-Poente se verifica uma ocupação continuada mas sem respeitar a anterior compartimentação.

Na R. Cor. Galhardo, 19, durante o séc. XV, regista-se o avolumar de lixeira, sendo detectada uma ocupação habitacional do local a partir de finais do séc. XV.

A partir desta altura até meados do séc. XVI a R. Augusto Cardoso servirá como depósito de lixos domésticos de Palmela. A

sua definição como rua poderá remontar aos princípios de seiscentos.

Uma vez mais as Visitações de D. Jorge, de 1510 e 1534¹³, fornecem-nos indicações relevantes sobre o povoamento e o urbanismo de Palmela de finais do séc. XV/séc. XVI. Pelo número de casas deduz-se que a população de Palmela não deveria atingir os 400 habitantes, o que se confirma mais tarde pelo censo de D. João III, de 1527¹⁴. A estruturação viária da vila é sugerida nas referências à R. das Barrocas, à R. Direita, à R. do Ouro, à R. Pública, ao Rossio (Fig. 19). Seguiria a direcção Nascente-Poente a partir da Igreja de S. Pedro, estabelecendo a ligação directa com a vila da Moita.

Rodeavam a povoação fontes, chafarizes e vastas zonas agricultadas — vinhas, várzeas, terras de pão, pomares e matas, algumas delas aforadas à Ordem de Santiago. A estes sugestivos registos de fertilidade juntam-se as referências a estradas que, da vila, partiam para todas as principais localidades da região, denunciando a dinâmica económica de Palmela no contexto regional.

NOTAS

- 1 Conquista de Lisboa aos Mouros, 1147, p. 55.
- 2 *Ibidem*, p. 78.
- 3 Frei Agostinho de Santa Maria, 1712, p. 299.
- 4 A. Flores, A. Nabais, 1992, pp. 41-42.
- 5 *Ibidem*, pp. 59-63.
- 6 Marques, 1987, pp. 521-522
- 7 Fernandes, 1993, pp. 9-10
- 8 Caviro, 1991, p. 76, fig. 55.
- 9 *Idem*.
- 10 *Idem*, n.º 6, p. 17; segundo o rol das igrejas de 1320-21 Palmela teria mais do que uma igreja. Sendo certo que uma delas era a de Santa Maria, crê-se que a outra se poderá identificar com a de S. Pedro.
- 11 Fortuna, 1982, pp. 12 a 15.

12 *Ibidem*, n.º 6.

13 Santos, 1972.

14 Galego e Daveau, 1986, p. 106. Segundo o numeramento de 1527-32 a Vila de Palmela teria 334 moradores.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J. da Felicidade (Apres. e Notas) (1989) — *A Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147, Carta de Um Cruzado Inglês*, Liv. Horizonte, Lisboa.
- CARDOSO, Guilherme, e d'ENCARNAÇÃO, José (1990) — «Uma Sondagem de Emergência no Casal do Geraldo (Estoril-Cascais)», Arquivo de Cascais, n.º 9, Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, Guilherme, e RODRIGUES, Severino (1991) — «Alguns Tipos de Cerâmica dos Séc. XI a XVI Encontrados em Cascais», Actas do IV Congresso de Cerâmicas Medievais no Mediterrâneo Ocidental, Mértola.
- CARVALHO, A. Rafael (1993) — «Cerâmicas Medievais do Castelo de Sesimbra — II Parte», Sesimbra Cultural, n.º 3, Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 18 a 22.
- CARVALHO, A. Rafael, e FERNANDES, I. Cristina (1992) — «Cerâmicas Esmaltadas e Vidradas dos Séc. XV e XVI, Provenientes do Castelo de Sesimbra», *Sesimbra Cultural*, n.º 2, Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 15-21.
- CAVIRO, B. Martinez (1991) — *Cerâmica Hispanomusulmana Andalusí y Mudéjar*. Ediciones El Viso, Madrid.
- FERNANDES, Isabel Cristina F. (1993) — «Notas para a História do Castelo de Palmela» (Investigação Histórica para a Sigerp, no âmbito do PRAC), C. M. Palmela, policopiado.
- FERNANDES, Isabel Cristina F., e CARVALHO, A. Rafael (1991) — «Intervenção Arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela)», Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste, Sagres (prelo).
- FERNANDES, Isabel Cristina, e CARVALHO, A. Rafael (1992) — «Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela)», Actas das 1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo, Tondela.
- FERNANDES, Isabel Cristina F., e CARVALHO, A. Rafael (1993) — «Arqueologia em Palmela, 1988/93», Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- FLORES, Alexandre M., e NABAIS, António J. (1992) — «Os Forais de Palmela», *Col. Estudos Locais*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- FORTUNA, A. Matos (1982) — «Memórias Paroquiais de 1758», *Monografia de Palmela*, 1, Câmara Municipal de Palmela, Palmela.
- GABALDON, S. F. (1987) — «EL Yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): Bases para la Sistematización de la Cerámica Almoada en el SO Peninsular», *Al-Quantara*, vol. III, pp. 449-474.
- GALEGO, Júlia, e DAVEAU, Suzanne (1986) — *O Numeramento de 1527-1532 — Tratamento Cartográfico*, M.C.E.G., Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela, e Gomes, M. Varela (1984) — «Cerâmicas Importadas dos Séculos XV e XVI Encontradas no Poço-Cisterna Árabe de Silves», Actas do 3.º Congresso Sobre o Algarve, vol. I, Lisboa, pp. 35-44.
- GOMES, Rosa Varela (1988) — «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves», *XELB*, n.º 1, Câmara Municipal de Silves.
- GOMES, Mário Varela, e GOMES, Rosa Varela (1989) — «Intervenção Arqueológica. Escavações na Casa de João Esmeraldo-Cristovão Colombo, do Funchal — 1.ª fase», Catálogo da Exposição, Câmara Municipal do Funchal.

- GOMES, Mário Varela, e GOMES, Rosa Varela (1991) — «Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas dos Séculos XIV, XV e XVI, Poço-Cisterna de Silves». Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 457-490.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) — «Portugal na Crise dos Séc. XIV e XV», in Nova História de Portugal, vol. IV, Dir. Joel Serrão e A. H. O. Marques, Ed. Presença, Lisboa.
- PAIXÃO, A. Cavaleiro; FARIA, J.; CARVALHO, A. Rafael (1994) — «O Castelo de Alcácer do Sal: Um Projecto de Arqueologia Urbana», Actas do II Encontro de Arqueologia Urbana, Braga (prelo).
- SABROSA, Armando, e Espírito Santo, Paulo (1992) — «Almada Medieval e Moderna, Um Projecto de Investigação», *Al-Madan*, II Série, n.º 1, pp. 5-12, Almada.
- SABROSA, Armando, e SANTOS, V. Manuel (1993) — «Cerâmica Comum de Silos Medievais. Rua Henriques Nogueira – Almada», *Al-Madan*, II Série, n.º 2, pp. 116-122, Almada.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de (1712) — *Historia Tripartita*.
- SANTOS, Vitor Pavão (org.) (1972) — «Documentos para a História de Portugal», n.º 11, A.N.T.T., *Visitações de Palmela e Panoias (Ordem de São Tiago)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- TAVARES DA SILVA, Carlos (1989) — «O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: Uma Abordagem Arqueológica. Convento de Jesus, 500 Anos», *Arqueologia e História, Câmara Municipal de Setúbal*, pp. 5-21.

SOBRE A CASA URBANA DO CENTRO E SUL DE PORTUGAL, NOS FINS DA IDADE MÉDIA

MANUEL SÍLVIO ALVES CONDE*

O tema desta comunicação — a construção urbana comum no Portugal medieval — foi-me sugerido, há algum tempo atrás, pela organização do II Seminário Aberto sobre Cidades Medievais¹. Um tanto impensadamente, dada a dimensão e complexidade do tema e a minha impreparação para a sua abordagem, aceitei a tarefa que me confiavam.

Os estudos sobre a casa não têm uma grande tradição entre os nossos medievistas. No início do século, o tema havia interessado, marginalmente, Alberto Sampaio, em *As Villas do Norte de Portugal* (1.ª ed., 1902)² e A. de Sousa e Silva Costa Lobo, *Historia da Sociedade em Portugal no século XV* (1.ª ed., 1903). Seguiu-se, depois, um longo interregno, até surgir, em 1964, o estimulante capítulo «A casa», da obra *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*, de A. H. de Oliveira Marques, em que se retomava a temática da habitação medieval, em bases teóricas e metodológicas novas. No mesmo ano, concluía Vítor Manuel Pavão dos Santos a sua dissertação de licenciatura, sobre *A Casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*³, trabalho de grande interesse, sobretudo no que se refere aos interiores e aos objectos da casa.

Porém, os bons augúrios que se vislumbravam nesse já remoto ano de 1964 não tiveram, como seria desejável, uma continuidade. O tema habitação medieval não encontrou, a partir de então, novos cultores e foi caindo no

olvido, apenas sendo retomado, lateralmente, em trabalhos com outros ângulos de focagem, sobretudo no âmbito da história rural e da história urbana⁴. Assim, o capítulo de Oliveira Marques, com as correcções e aditamentos introduzidos nas sucessivas edições da obra em que se insere, continua a ser, decorrido um trinténio, o único trabalho de conjunto sobre a habitação medieval portuguesa e, portanto, a indispensável referência de quantos pretendam estudar esta temática.

O que trago aqui, hoje, são apenas algumas notas avulsas, em torno da habitação comum dos núcleos urbanos medievais portugueses, resultantes de investigação, centrada na vila de Tomar, e do cotejo da realidade por mim entrevista com a de outras cidades e vilas do Centro e Sul do país (Lisboa, Évora, Santarém, Torres Vedras, Óbidos, Leiria, Torres Novas, Abrantes, Alenquer, Sesimbra, Palmela, Setúbal, Alcácer do Sal, Castelo de Vide, Elvas e Moura), partindo de estudos e de fontes publicadas.

* Universidade dos Açores.

Ser-me-ia muito grato que as achegas que aqui trago e a discussão que elas suscitassem pudessem, de algum modo, contribuir para que uma maior atenção fosse consagrada à casa comum do Portugal medievo.

Procuraremos questionar a moradia urbana comum enquanto utensílio humano e como elemento de uma paisagem urbana: o aspecto geral do edifício, a sua tipologia, compartimentação interna, dimensões, os materiais utilizados na sua construção e — embora restritamente — o modo como a casa se articulava com o espaço envolvente.

Não são pequenas as dificuldades que enfrenta um estudo desta natureza⁵.

A primeira é a que deriva da escassez de testemunhos existentes.

Subsistem, nalgumas cidades e vilas portuguesas, construções de fundação medieval e, por vezes, são mesmo patentes elementos de casas medievais — sobretudo portais e janelas. Porém, a excepcionalidade da sua preservação, o carácter fragmentário dos elementos subsistentes e os sucessivos restauros desses edifícios levam a que relativizemos a sua importância enquanto testemunhos de uma época. Cremos, porém, que há muito a esperar, neste plano, da arqueologia urbana medieval.

Quanto aos textos, as menções às casas neles contidas são, sem dúvida, abundantes. Mas, dados os objectivos que nortearam a elaboração dessas fontes, os informes que nos dão acerca da habitação urbana comum são, geralmente, reduzidos, no que se refere aos aspectos que aqui mais nos interessam.

Entre os testemunhos escritos, é nos tombos de propriedades e nos contratos de emprazamento que podemos encontrar a informação mais rica⁶. Nalguns casos, surgem-nos mesmo descrições bem minucio-

sas dos prédios urbanos a que se reportam. Porém, aquela documentação considera sempre a casa como parcela de um património e fonte de um rendimento. Interessa-lhe, por isso, registar com algum rigor a localização do bem, as suas confrontações, os encargos e obrigações do seu foreiro e, pela mesma razão, anota — já tardiamente — o comprimento e a largura das casas. Mas nunca é revelada a sua altura, desconhece-se muitas vezes se a casa é térrea ou sobradada, raramente se indica o número de portas e janelas, os materiais de construção⁷ ou os tipos de cobertura, forro e pavimento empregues, omitem-se em geral as particularidades da casa, excepto aquelas que o redactor do testemunho considera mais singulares. Por outro lado, a informação que podemos aduzir destes registos é condicionada pela natureza dos mesmos. Trata-se de uma informação algo desumanizada: dos homens e mulheres que aí surgem, além das suas obrigações contratuais, apenas conhecemos os nomes e, algumas vezes, a actividade profissional.

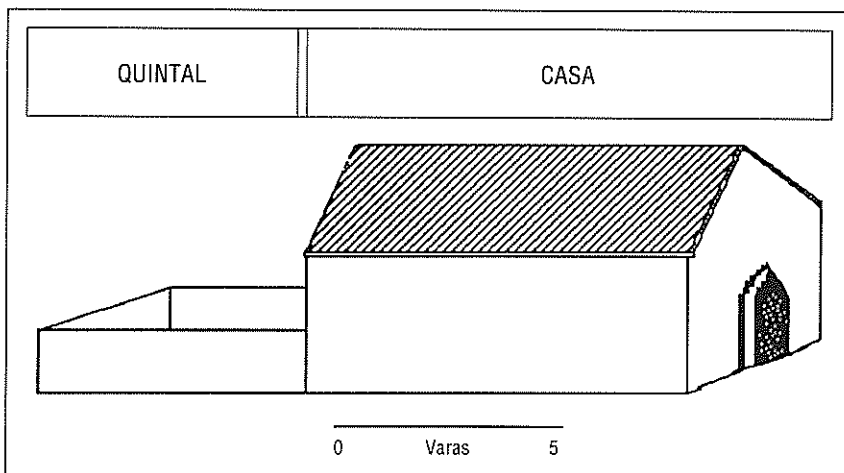
Outro tipo de dificuldade deriva do vocabulário, algo impreciso, com que, nas fontes, se designam os edifícios. Em Tomar, escreve-se, por exemplo, «huũa casa na rua da coredoira que forom de ioham afomso tourinho que som duas casas sobradadas»⁸. «Casa» pode ser empregue num sentido genérico, e englobar todo o espaço de habitação e até algumas dependências, mas também pode designar uma divisão, ou o conjunto de divisões que constituem a construção principal⁹.

No seu estudo sobre a casa medieval castelhana, María del Carmen Carlé sublinhou haver uma conexão entre a qualidade e beleza das habitações, o seu valor e comodidade e a condição sócio-económica dos que nelas moravam, numa escala que ia desde o palácio à choupana, passando pela casa mediana¹⁰.

Nas cidades e vilas que consideramos, também encontramos edifícios integráveis nas categorias apontadas. Mas, como é natural, a maior parte das casas que conhecemos situava-se, sobretudo, num escalão médio ou médio-inferior. Várias das construções que se inseriam no escalão superior ficam, aliás, fora do âmbito deste trabalho, já que, de modo nenhum, se poderiam considerar edifícios comuns, sendo antes «construções de prestígio», edifícios que se singularizavam pelas suas características formais, pelas funções, ou por aquilo que simbolizavam. Registem-se, dentro deste escalão, além dos «paços», as chamadas **casas-torre**¹¹, pertencentes a famílias das elites urbanas, que ao construí-las, buscavam insinuar, pelo menos simbolicamente, uma identificação com a nobreza¹².

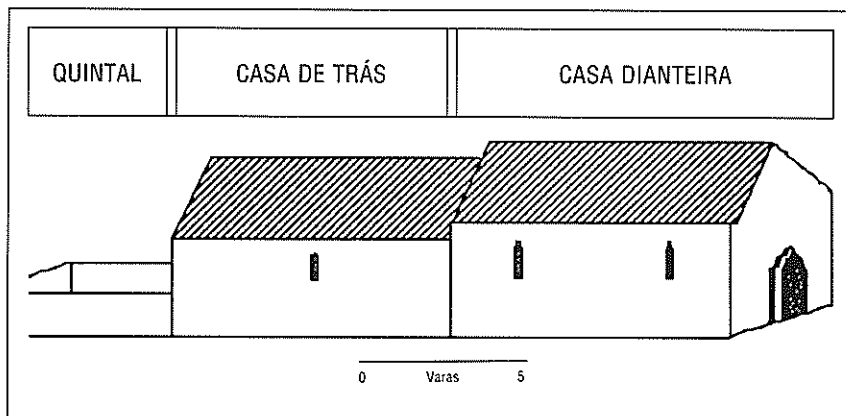
Poucos elementos possuímos acerca das características das casas. As que conhecemos melhor eram, quase sempre, de uma grande simplicidade formal. Três tipos, muito simples e estruturalmente semelhantes, abrangiam a maior parte dessas construções¹³.

Reconstituição conjectural de uma casa da Corredoura de Tomar (1.º Tipo)



1.º tipo: O mais elementar era a **casa de um piso e divisão única**, ou seja, a «casa», ou «casa térrea»¹⁴. Dele derivavam os outros dois tipos básicos.

Reconstituição conjectural de uma casa da rua Gonçalo Pais, de Tomar (2.º Tipo)



2.º tipo: Correspondia à duplicação horizontal do anterior. Era a **casa de piso único de duas divisões**: a «casa dianteira» e a «casa de dentro», ou «câmara»¹⁵.

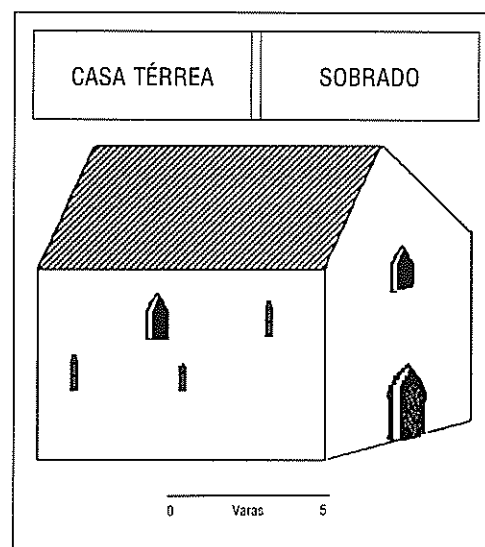
3.º tipo: Este não era mais do que a duplicação vertical do primeiro, isto é, a **casa de dois pisos e duas divisões**: a «casa térrea», ou «loja», e um «sobrado». O alçamento era a solução mais adequada quando a falta de espaço impedia a ampliação na horizontal. Daí que em centros urbanos onde tal problema se tivesse feito sentir aparecessem, com mais ou menos frequência, casas altas, de três, ou mesmo quatro pisos, como referiremos adiante.

Eram poucos os edifícios que se eximiam a esta lógica elementar. Mesmo os que iam um pouco além do comum mantinham, geralmente, aquela lógica. Apresentavam, assim, ligeiríssimas variantes, ou correspondiam à fusão dos tipos básicos atrás expostos. Tal se verificava, nomeadamente, com os chamados «assentamentos de casas»¹⁶.

Entre as **variantes aos tipos comuns** (1.º, 2.º e 3.º), refira-se a «casa térrea dianteira» com duas casas «de dentro», ou a «casa dianteira» com uma «casa do meio» e uma «câmara», ou casa, «de trás» ou, ainda, uma cozinha. Encontramos exemplos dessas variantes em Évora¹⁷, em Lisboa, no Chão da Achada, a S. Cristóvão, ou na travessa que vinha do Chão de Alcamim para a Igreja de Santa Justa¹⁸, em Setúbal¹⁹ e em Tomar, nos Estaus e na rua dos Meios²⁰.

4.º tipo: casa de dois (ou mais) pisos, com duas (ou mais) divisões por piso. Um híbrido comum era o resultante da junção dos 2.º e 3.º tipos, daí resultando edifícios

Reconstituição conjectural de uma casa de Estaus, de Tomar (3.º Tipo)



dotados de alguma complexidade. Em núcleos urbanos de importância secundária, seriam, talvez, menos frequentes²¹. Mesmo assim, numa vila como Tomar, detectamos algumas moradias complexas, como a da travessa dos Meios, com «casa dianteira» e «casa de dentro», sendo a última sobradada²². Já em centros urbanos de maior dimensão, como Lisboa, era mais vulgar o aparecimento de casas complexas, com vários pisos e várias divisões por piso, simultaneamente. Refiram-se, entre tantas outras e a título de exemplo, as casas na rua da Achada, constituídas por loja, casa dianteira e duas câmaras, com dois sobrados, ou as casas sobradadas, na rua que vinha da Costa para o Chão de Alcamim, formadas por uma loja, câmara, casa dianteira e cozinha, sobradadas²³.

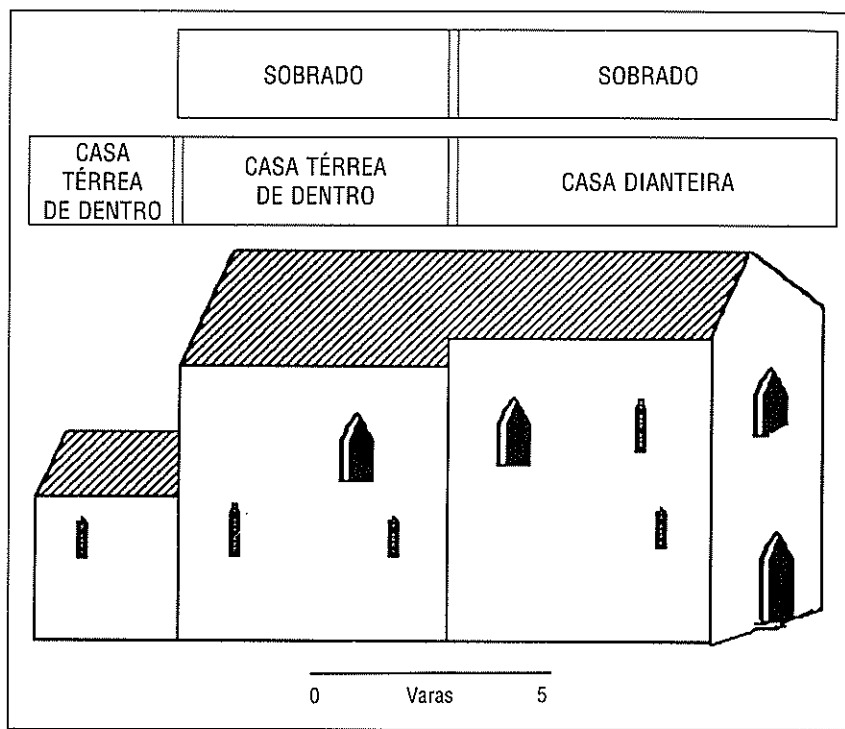
Havia, não obstante, edifícios de um tipo particular, que se subordinavam a uma lógica bem diferente da que acabamos de exprimir.

5.º tipo: Referimo-nos, em primeiro lugar, às **casas sobradadas de arcos**, que Maria Ângela Beirante designou «tipo habitacional [...] burguês de importação», para o distinguir da casa sobradada comum, constituída dentro de parâmetros tradicionais²⁴.

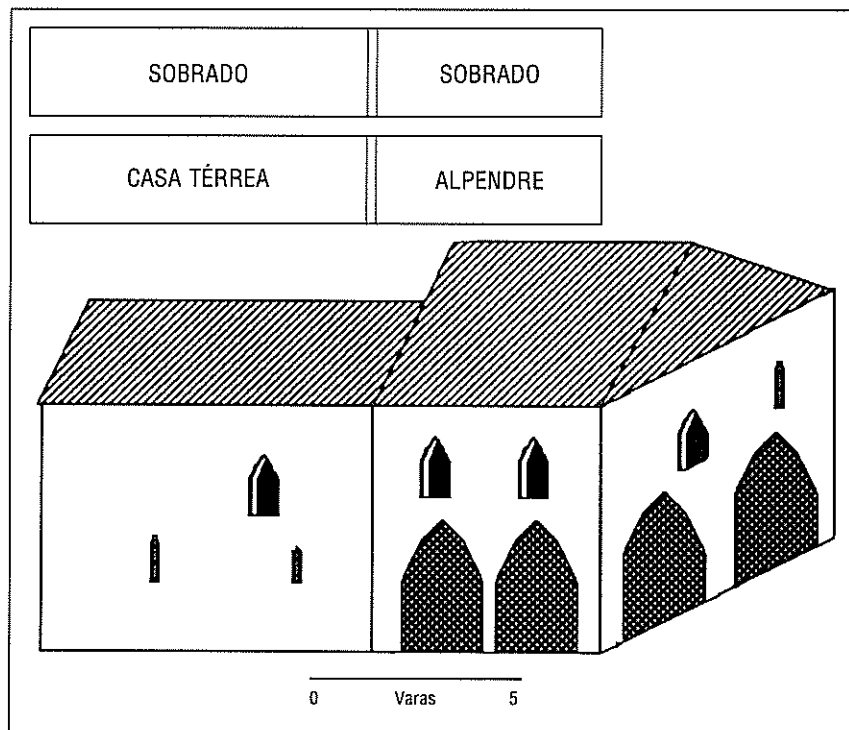
6.º tipo: Modelo arquitectónico peculiar é ainda o da **casa térrea, aberta para um pátio dianteiro**, murado, contactando com o exterior por um portal, filiado, porventura, na casa muçulmana de pátio interior²⁵. Encontramos este tipo presente em Lisboa e em Setúbal, mas não em Évora²⁶.

Eram pouco comuns, nas cidades e vilas observadas, as casas de mais de quatro divisões. Veja-se, porque paradigmático, o caso de Santarém. Nesta vila, do conjunto dos prédios urbanos pertencentes às instituições de assistência locais, 19,2% possuíam quatro ou mais divisões, 9,6% incluíam três divisões, 42,3% comportavam dois divisões e 28,9% apenas tinham uma divisão²⁷. Em

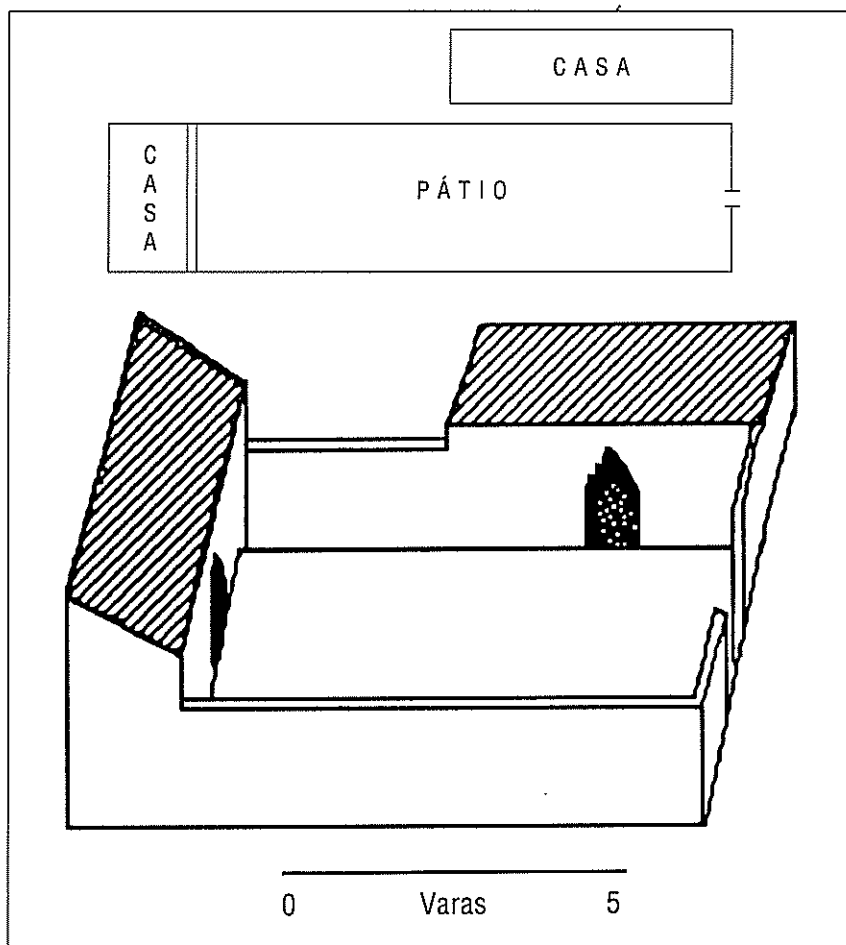
Reconstituição conjectural de uma casa da Corredoura, de Tomar (4.º Tipo)



Reconstituição conjectural de uma casa dos Estaus, de Tomar (5.º Tipo)



Reconstituição conjectural de uma casa da Mouraria, de Lisboa (6.º Tipo)

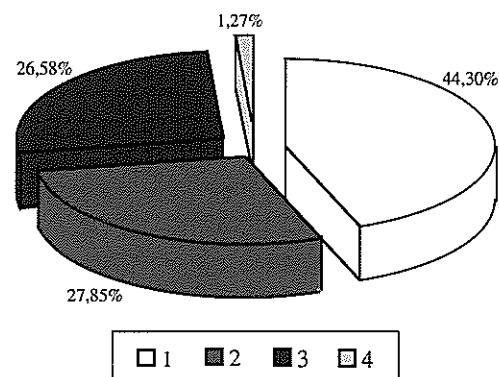


vilas mais pequenas, como Óbidos e Alenquer, não detectamos edifícios com mais de três divisões, o mesmo sucedendo em relação às casas das albergarias de Évora, cidade onde o tipo de habitação mais generalizado era a casa térrea de duas divisões²⁸. Algumas vezes, porém, os utentes procuravam dilatar o reduzido espaço pré-existente e aumentavam o número de divisões disponíveis pela junção de várias pequenas moradias²⁹.

No conjunto dos centros urbanos estudados, prevaleciam as construções térreas, seguindo-se as de dois pisos³⁰. As casas de três pisos eram excepcionais, salvo em Lisboa, onde tinham expressão bem significativa³¹. A opção pelo alteamento, como se disse, dependia sobretudo da falta de espaço e, por conseguinte, do valor locativo da zona em que o edifício se inseria, à data da sua construção ou ampliação³². Assim, os diferentes condicionamentos sócio-económicos de cada núcleo urbano — ou a sua especificidade cultural — explicam as distintas opções nesta matéria: muitas casas altas em Lisboa, onde

a construção de três pisos era bem comum, elevada ocorrência de edifícios de dois pisos em Santarém³³, predomínio da casa térrea em Évora³⁴.

NÚMERO DE PISOS DE CASAS DE LISBOA



Aflorámos atrás o problema da compartimentação interna dos edifícios, apontando as situações mais frequentes. Como vimos, o número de divisões por casa era geralmente, reduzido³⁵.

No que se refere à **utilização funcional do espaço interior**, as casas eram, quase sempre, plurivalentes. Na moradia mais elementar, existindo uma só divisão, não havia qualquer especialização do espaço. Por vezes, porém, por detrás da «casa dianteira», encontrava-se uma «casinha de dentro», ou «câmara», permitindo, de algum modo, salvaguardar a intimidade do casal face aos restantes membros da família³⁶ ou, pelo menos, contrapor a um espaço mais socializado (o da casa dianteira), um espaço eminentemente doméstico³⁷. Outras vezes, a especialização de funções impunha o alteamento do edifício e sobrepunha-se à «casa» um «sobrado», que se consagrava à função residencial. «Repartimentos» de taipa ou de «tavoado» apareciam também, algumas

vezes, a sectionar o primitivo aposento único, possibilitando alguma particularização funcional³⁸.

A especialização do espaço da casa decorria, muitas vezes, de necessidades profissionais dos seus habitantes. Surgiam, assim, ao nível da rua, lojas, tendas ou boticas, separando-se de certo modo a área consagrada à actividade económica — comercial ou artesanal — do âmbito doméstico³⁹.

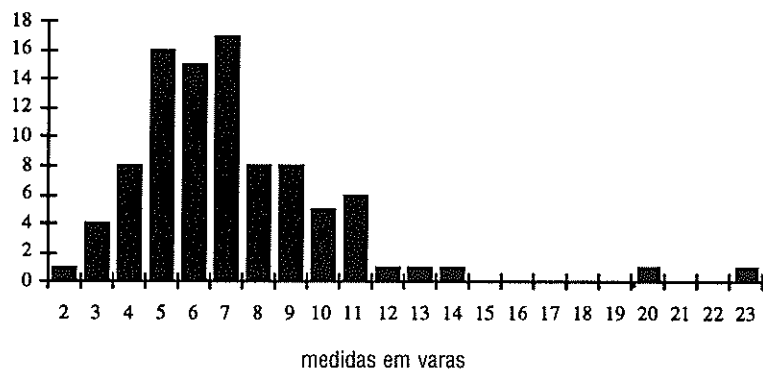
A norma era, porém, a plurivalência da divisão denominada «casa», e a especialização poucas vezes ia para além do referido, raramente se encontrando uma delimitação espacial baseada nas distintas funções domésticas. Assim, por exemplo, ainda que nos surjam referências expressas a salas de cozinha⁴⁰, celeiros⁴¹, adegas, despensas, fornos do pão ou outras divisões do mesmo tipo, integrantes de casas, elas são pouco comuns⁴².

Alguns edifícios possuíam uma área exterior abrigada, contígua à da casa propriamente dita. Referimo-nos ao alpendre, zona intermédia entre a casa e o exterior, espaço de protecção, mas também de sociabilidade — e de comércio⁴³. Muito bem ajustado às características climáticas da área, no Verão era um espaço de transição entre o exterior, cálido, e o interior, fresco, e, geralmente, abrigado do vento de nordeste, permitia aproveitar melhor os dias soalheiros de um Inverno moderado, ou escapar aos menos oportunos aguaceiros. Haveria, por isso, de tornar-se elemento comum na arquitectura popular da área, sobretudo na Estremadura⁴⁴.

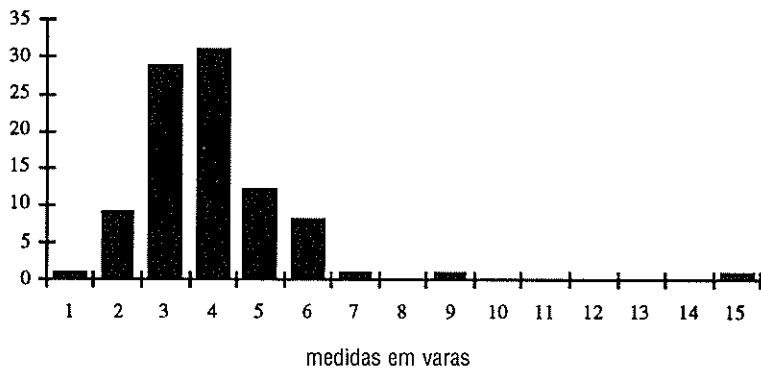
As fontes e estudos que utilizámos dão-nos as **medidas** «de comprido» ou «de longo» (que considerámos como sendo o comprimento) e «de largo» (que fizemos corresponder à largura) de algumas casas⁴⁵.

Esses elementos foram, na sua maioria, recolhidos no início do século XVI⁴⁶. Todavia, não se referem, geralmente, a construções novas, o que legitima a retroprojectão desses dados para as décadas anteriores⁴⁷.

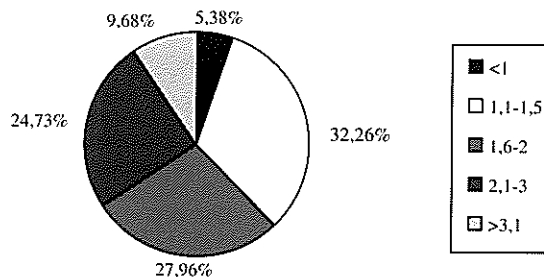
COMPRIMENTO DE CASAS DE LISBOA



LARGURA DE CASAS DE LISBOA

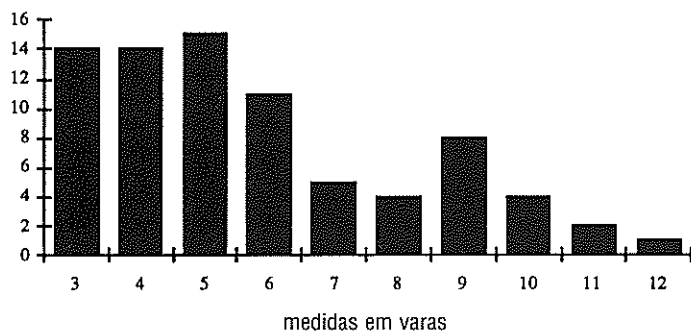


RATIO COMPRIMENTO/LARGURA DE CASAS DE LISBOA

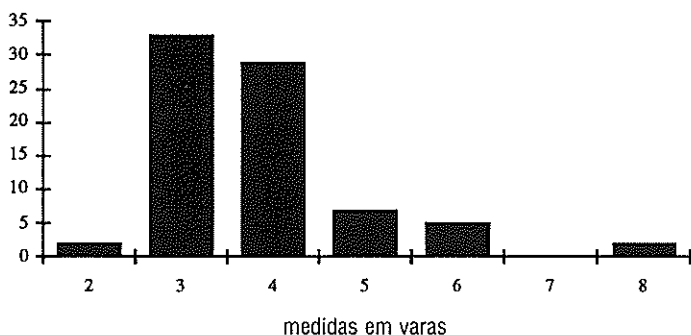


Os valores mais frequentes apresentam diferenças regionais e locais, por vezes sensíveis, sobretudo no que se refere ao comprimento. As casas de Lisboa, cujos comprimentos mais comuns oscilam entre cinco e sete varas, seriam notoriamente mais compridas do que as de Tomar, quase sempre entre quatro e seis varas, e as de Évora, entre três e seis varas. Quanto à largura, predominam, em Tomar, os situados entre as três e as cinco varas e, em Lisboa e Évora, os compreendidos entre as três e as quatro varas⁴⁸.

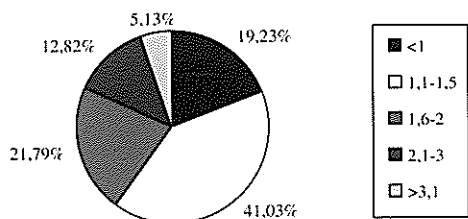
COMPRIMENTO DE CASAS DE ÉVORA



LARGURA DE CASAS DE ÉVORA



RATIO COMPRIMENTO/LARGURA DE CASAS DE ÉVORA



Os valores mais comuns da **ratio comprimento/largura** situam-se, em todos os casos, entre 1,1 e 2⁴⁹. As casas abaixo desse nível, ou seja, quadradas, têm uma grande expressão em Tomar, diminuem em Évora e são muito escassas em Lisboa⁵⁰. Quanto às casas mais alongadas, correspondem, em Lisboa, a mais de um terço do conjunto, mas têm menor representatividade em Tomar e Évora⁵¹. Comparando os valores encontrados para os três centros urbanos, verifica-se que as de Tomar se aproximam mais do quadrado, as de Lisboa são mais alongadas e as de Évora se concentram em torno dos valores médios⁵².

Nestes centros urbanos — e a tendência parece verificar-se igualmente nos demais, em que os informes existentes não sustentam uma amostra significativa — verificamos não predominar o tipo de casa muito alongada, tão frequente nas cidades europeias medievais e já detectado noutros centros urbanos portugueses, nomeadamente no Norte⁵³. E se, em Lisboa, a casa mais alongada tem uma expressão visível, isso não significa que predomine a casa comprida, de fachada estreita. É que, nalguns casos, verificadas as confrontações, a medida «de longo», ou «de comprido» parece poder corresponder, justamente, a uma fachada, por lindar com espaço público: rua, largo, ou adro⁵⁴.

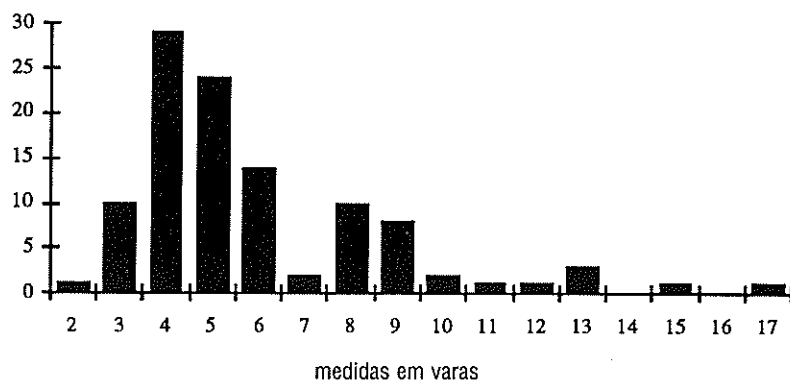
Em termos absolutos, o **espaço parcelar** ocupado pelas moradias estudadas não era muito grande⁵⁵.

Variando consoante o tipo de casa em questão, o seu valor médio quedava-se pelos 35,8 m², em Évora, pelos 40,2 m², em Lisboa, pelos 43,6 m², em Óbidos, pelos 44,1 m², em Alenquer⁵⁶, não ultrapassando uns 60 m², em Tomar⁵⁷. A moradia eborense era, quase sempre, muito pequena: 52% das casas situavam-se entre os 11 e os 30 m² de área. Em Lisboa, o mesmo grupo abrangia 45,6%

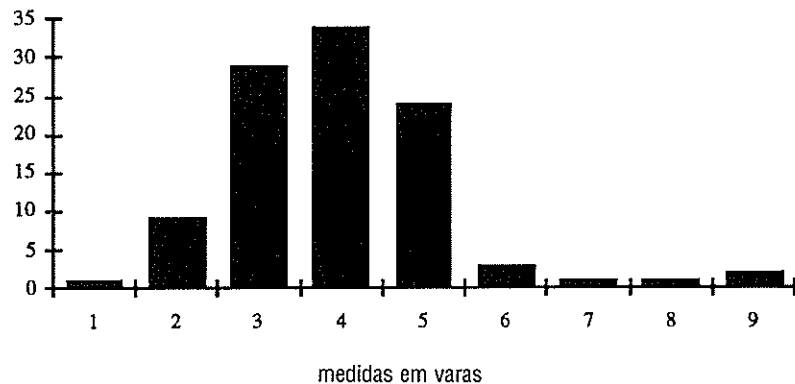
dos casos considerados, mas possuía também uma expressão significativa o grupo que integrava as áreas entre 31 e 50 m², correspondendo a 31,7%. Em Tomar, o espaço parcelar da moradia comum era visivelmente superior ao daquelas duas cidades. 32,7% dos imóveis considerados tinham, em Tomar, valores situados entre os 31 e os 50 m², registando-se 25% entre 51 e 70 m². Em Torres Vedras, 39,4% das casas tinham superfícies entre os 10 e os 30 m², 27,3% oscilavam entre os 30 e os 50 m², e 27,2% iam além dos 50 m². Em Alenquer e em Óbidos, os edifícios estudados possuíam, também, espaços parcelares em regra mais amplos que os das casas de Lisboa e Évora. O preço, determinado pela escassez, dos terrenos situados dentro do perímetro muralhado de Lisboa condicionou, decerto, a definição mais restrita dos espaços parcelares dos seus edifícios. Já no que se refere a Évora, a explicação parece ser mais complexa e apontar para uma tradição cultural local. A casa eborense é, simultaneamente, baixa e pequena, assemelhando-se a uma casa rural instalada na cidade, «reduzida aos seus elementos mais simples — *casa dianteira* e *celeiro*», e o espaço intramuros parece abundar⁵⁸.

Mas se tivermos em conta, não o espaço da parcela ocupada pela moradia, mas o seu **espaço útil** (considerando neste as áreas totais dos pisos e divisões daquela), o valor obtido cresce um pouco. Dilata-se muito mais (quase duplicando o valor inicialmente acrescentado) se nele incluirmos a área das **dependências e espaços anexos** à casa: celeiros, silos («covas de pão»), adegas e lagares, pátios ou currais, estrebarias e palheiros, chãos, terrenos e chousos, e, sobretudo, os quintais. A presença, ao lado da casa, destas dependências — prolongamento natural do seu espaço interior —

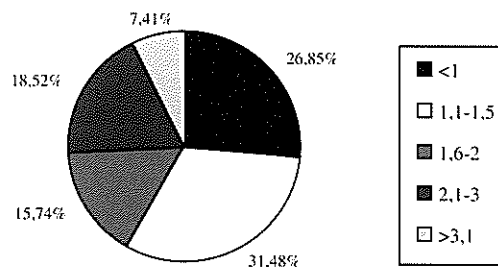
COMPRIENTO DE CASAS DE TOMAR



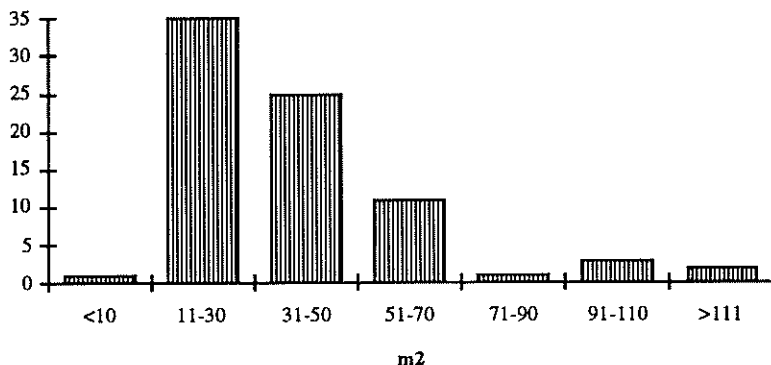
LARGURA DE CASAS DE TOMAR



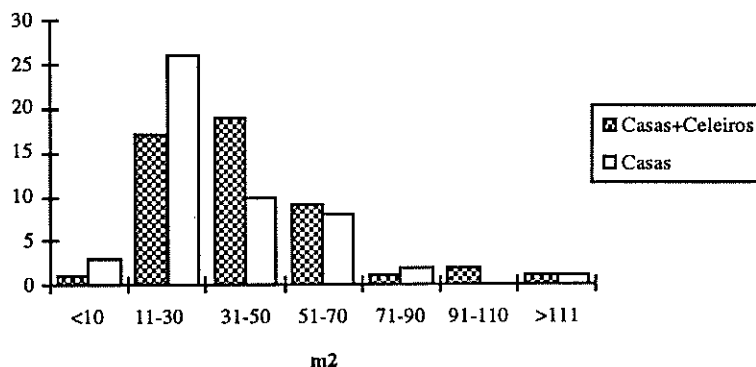
RATIO COMPRIENTO/LARGURA DE CASAS DE TOMAR



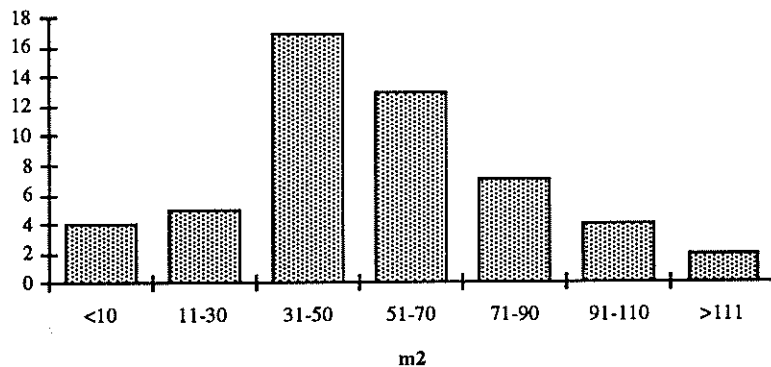
ÁREAS DE CASAS DE LISBOA, POR GRUPOS



ÁREAS DE CASAS DE ÉVORA, POR GRUPOS



ÁREAS DE CASAS DE TOMAR, POR GRUPOS



era marcada por profundas diferenças regionais e locais⁵⁹.

Como referimos, as fontes arquivísticas omitem, sistematicamente, uma outra dimensão, fundamental, das moradias: a **altura**. A leitura dos testemunhos materiais existentes em Castelo de Vide aponta para valores médios de cerca de três metros, no que se refere à casa térrea, e de uns oito metros, na casa de dois pisos⁶⁰.

Aparentemente, os materiais empregues na construção seriam, por toda a parte, os mesmos: a pedra, o barro, a areia, a cal, a madeira e o metal⁶¹.

Grande parte desses materiais provinha das proximidades dos centros urbanos e da sua periferia imediata⁶². Os meios de transporte utilizados na época e as limitações da rede viária existente impunham que o aprovisionamento de materiais se fizesse, sempre que tal era possível, perto do local onde se construía. Era oneroso o custo do transporte, à distância, de materiais muito pesados, ou daqueles que tivessem de enfrentar as dificuldades viárias acrescidas da época das chuvas. Assim, a gama dos materiais utilizados na construção comum correlacionava-se estreitamente com algumas características geológicas, climáticas e florestais das áreas periféricas. Mas a impossibilidade de aprovisionamento local de materiais imprescindíveis, a importância e a acessibilidade do centro urbano em questão condicionavam, algumas vezes, o recurso a soluções exteriores e até à importação do estrangeiro. Lisboa era, naturalmente, o centro urbano que mais recorria a tal tipo de soluções. Ainda que se provesse em Alcântara e Paradela, de cantaria lioz e de pedra para a cal, a procura de materiais impunha o constante recurso ao exterior. De Almada e Caparica vinha para Lisboa pedra e cantaria, de Leiria e da Peder-

neira tavoado corrente, e da Flandres «taboa, de marca grande». Importava-se também a madeira das ilhas atlânticas, recém-descobertas. De fora do reino vinha, ainda, pregadura⁶³.

No Centro e Sul de Portugal, sendo a **pedra** menos abundante do que no Norte, era empregada sobretudo na construção de edifícios nobres⁶⁴. Ainda assim, o calcário era aplicado na construção comum, embora aqui tivesse, normalmente, um campo de utilização mais restrito: alicerces, cunhais, escadas, arcos, guarnições de portas e janelas⁶⁵. O granito, raro no Sul, onde existia, era bem apreciado⁶⁶.

O calcário era geralmente extraído de pedreiras situadas nas proximidades dos centros urbanos, ou na sua zona periurbana⁶⁷. Ao material obtido nestas, juntava-se, decerto, o proveniente de pequenas escavações em espaços urbanos livres e de postos de extracção efémera (porque rapidamente esgotados) e reduzida dimensão, sítos na periferia das cidades e vilas, que, pela sua natureza, não deixaram marcas na documentação⁶⁸. Juntava-se-lhe igualmente, em obediência à lógica de aproveitar o que está ao pé da porta, aquele que se recuperava de construções derruídas ou demolidas.

O **barro** tinha, em comparação com a pedra, um emprego bem mais generalizado. Os centros urbanos considerados inserem-se no que Orlando Ribeiro designou por «civilização do barro do Sul de Portugal» e o barro, abundante, de fácil extracção nas proximidades dos centros urbanos⁶⁹ e oferecendo «uma plasticidade que permite todas as fantasias»⁷⁰, tinha na época — como ainda hoje, na arquitectura popular — um uso bem diversificado⁷¹.

Utilizava-se o barro em conjunto com a pedra: nos alicerces, ou nas paredes⁷². Mas

também como elemento principal. Em diversas aplicações, seja cru — a taipa e o adobe — seja cozido — o tijolo e a telha.

A **taipa**, processo empregue na arquitectura popular regional até aos nossos dias, era, na Baixa Idade Média, largamente aplicada em Lisboa, Santarém e Tomar. Fazia-se à base de brita e areia, combinadas pelo barro cru, revelando-se um processo simples e económico, formando paredes de um material incombustível, bom isolante térmico, mas sensível à acção da humidade e pouco resistente. Muito aplicado era também o **adobe**. Feito de barro cru amassado com palha e areia, a que se dava a forma de paralelepípedo, suscitava problemas semelhantes aos da taipa⁷³.

O **tijolo**, barro cozido, exigia melhor matéria-prima e era de elaboração mais complexa. O seu papel na construção urbana baixo-medieval incidiu sobretudo na feitura das estruturas de portas e janelas, em arcarias e abóbadas e na pavimentação, mas também era aplicado na alvenaria⁷⁴. A insistência na utilização do tijolo entre a comunidade moura de Lisboa — que o aplicava, até, em edifícios nobres, como as mesquitas e a escola — indicará, porventura, uma tradição cultural específica daquela minoria étnica⁷⁵.

O tijolo era cozido ao ar livre, em camas, ou, preferentemente, em fornos próprios. Há notícia da existência de fornos de tijolo, em Lisboa, onde ocorria uma produção especializada: tijolo de alvenaria, de arco, de portal e de abóbada, ou mazaril⁷⁶. Em Tomar, devia ser apreciável a produção de tijolos. Todavia, essa actividade — como, por certo, o fabrico da telha — não se havia ainda diferenciado, nesta urbe, em 1457, do labor do oleiro comum⁷⁷.

Na vila de Tomar existiam profissionais especializados na produção de **telha**, encontrando-se fornos de cozer telha dentro e fora da vila. O mesmo ocorria em Évora e em Lisboa. Mas a telha também era produzida em fornos de louça⁷⁸.

A **areia** deveria ser extraída de areeiros, situados perto dos locais de construção e rapidamente esgotados e abandonados — por esse motivo, ignorados pelas fontes — quando não se recorria aos depósitos fluviais de areias pliocénicas. Os documentos referem-se ao carroto da areia para Lisboa, e à extracção da areia e do barro no limite do espaço urbano tomarense, a Santo André, onde se encontrava «o barreiro onde tiram areia»⁷⁹.

A **cal** era empregada sobretudo em argamassas, no reboco e caiação das paredes. Aplicava-se em paredes de taipa, adobe ou mesmo de tijolo e pedra, que assim ficavam dotadas de um alvo revestimento, que as protegia — e aos seus utentes — das incidências atmosféricas⁸⁰. A caiação das paredes seria decerto bastante generalizada, nas cidades e vilas do Sul⁸¹. Fontes relativas a Lisboa, Santarém e Tomar, dão-nos algumas informações respeitantes à produção da cal⁸². Em Lisboa, encontrava-se um forno de cal, além de Cata que Farás⁸³. O Mosteiro da Trindade de Santarém possuía dois, com uma pedreira anexa, junto da igreja de Santa Maria do Monte⁸⁴. Em Tomar, na Várzea Pequena, ficavam os «fornos velhos da cal». Mas outros fornos existiam no espaço

periurbano tomarense⁸⁵. Além da cal produzida em fornos, também se preparava a cal em cama⁸⁶.

As **madeiras** — o pinho, o castanho, o carvalho, a azinheira e outras, extraídas localmente ou provenientes de áreas mais ou menos distantes, eram de larga utilização na construção corrente. Em paredes ou repartimentos de taboado, mas também noutros planos: no travejamento e na armação da cobertura, nos sobrados, em escadas, no revestimento de tectos, nas janelas e portas, nas couceiras daquelas, em forros, etc.⁸⁷. Quando a madeira estava presente na área, o que sucedia com vários dos centros urbanos considerados, restava extraí-la — derrubando as árvores, atorando e falquejando os troncos — e transportá-la onde fosse precisa, por besta ou carro, ou por via fluvial⁸⁸. Noutros casos, como vimos, recorria-se a soluções exógenas, bem mais dispendiosas.

Ao lado dos materiais postos pela natureza ao alcance do homem e por estes empregues na construção, com recurso a uma tecnologia mais ou menos elementar, utilizavam-se outros, cuja exploração tinha por base técnicas bastante sofisticadas. Era o caso do metal.

Este — sobretudo o **ferro** — usava-se na construção, com diversas aplicações. Conhecem-se melhor as ligadas à segurança dos edifícios: os ferrolhos, ambudes, fechaduras com suas chaves e demais ferragens a aplicar em portas e janelas, mas também as grades de janelas, ou as aldravas⁸⁹. Menos notório, e, por isso, raramente documentado, era o uso da pregadura. Era, porém, fundamental o seu emprego, sobretudo na fixação de ferragens e na junção de elementos de madeira. Havia diferentes tipos de pregos, recorrendo-se a uns ou a outros consoante o fim em vista. É difícil a caracterização de algumas das suas espécies, que apresentamos pela sua ordem de grandeza e valia, tanto mais que a terminologia empregue se diversifica em Lisboa, Évora e Tomar: pregos palmares, coutares, de telhado, caibrais e ripais, em Lisboa, pregos pontais, caibrais e cumeeirais em Évora, pregos grossos, palmares, coutares, e meio coutares, de solhar e tachas, em Tomar⁹⁰. O ferro deveria ainda ter uma razoável aplicação como elemento decorativo, ou simbólico — catarifolhos, cruces, insígnias, etc. — escorante, ou de fixação de estruturas⁹¹.

Dispomos de poucas informações relativas às **aberturas da casa para o exterior**: portas, janelas, frestas. Estas reduziam-se, quase sempre, ao mínimo indispensável ao acesso, arejamento e iluminação diurna. Muitas vezes, a porta de entrada seria a única abertura⁹².

A pedra e o tijolo eram os materiais usualmente empregues nas estruturas de portas e janelas. Portas de pau, a que, por razões de segurança (e decorativas), se aplicavam ferragens várias, cerravam essas aberturas, apoiando-se em couceiros (ou couces), também de madeira⁹³. Um «revato» (ou arrebate), degrau no limiar da porta, procuraria evitar a infiltração das águas pluviais, servindo de assento aos moradores, nos dias soalheiros⁹⁴.

As janelas eram, geralmente, em pequeno número. Não se recorrendo ainda à adopção de vidraças, conseguia-se, pela escassez de aberturas, manter mais facilmente uma temperatura aceitável no interior da moradia, moderando o frio do Inverno e o calor do Verão⁹⁵. Quase sempre, os documentos omitem-nas. É provável que a presença de janelas e de frestas fosse mais comum nas casas sobradadas⁹⁶. Um alpendre, varanda, sacada ou balcão poderiam dar um acréscimo de conforto à casa, concedendo-lhe maior largueza e arejamento⁹⁷. Ou, então, instalava-se uma característica adufa, permitindo o recato e a indiscrição femininas⁹⁸.

No **pavimento** seria corrente a utilização da terra batida. Quando os recursos eram bastantes, podia-se conseguir um acréscimo de conforto, ladrilhando ou lajeando o chão, a exemplo do que sucedia nos templos e outros edifícios nobres⁹⁹.

As casas que dispunham de **forros** proporcionavam um pouco mais de bem estar aos seus moradores. Para o efeito, utilizava-se madeira, canas (câmaras «encanichadas») ¹⁰⁰, ou cortiça ¹⁰¹.

No que respeita à **cobertura das casas**, são poucas as informações disponíveis.

Relativamente aos materiais, os dados conhecidos privilegiam a telha, nos centros urbanos, ainda que, nas áreas rurais contíguas, o revestimento de palha esteja presente ¹⁰². Nos telhados, a crer nas escasas informações disponíveis, a regra seria a telha vã, ou seja, assente directamente no ripado, sem argamassa, às vezes revestida de cal.

Quanto à tipologia, o quadro não deveria afastar-se muito do que nos aponta, para Castela, António Sánchez del

Barrio, que distingue quatro tipos de cobertura ¹⁰³:

- *cobertura plana*: as que apenas dispõem de vigas tirantes horizontais;
- *cobertura de uma água*: as que dispõem apenas de caibros ¹⁰⁴;
- *cobertura de duas águas*: de origem romana e as mais comuns, suportadas por pares de caibros, barotes ligados à cumeeira, nos quais assentam as ripas, formando os ângulos da estrutura, ou por aquelas, combinadas com vigas tirantes;
- *cobertura de três e quatro águas*: distinguindo-se das anteriores pelos remates laterais ¹⁰⁵.

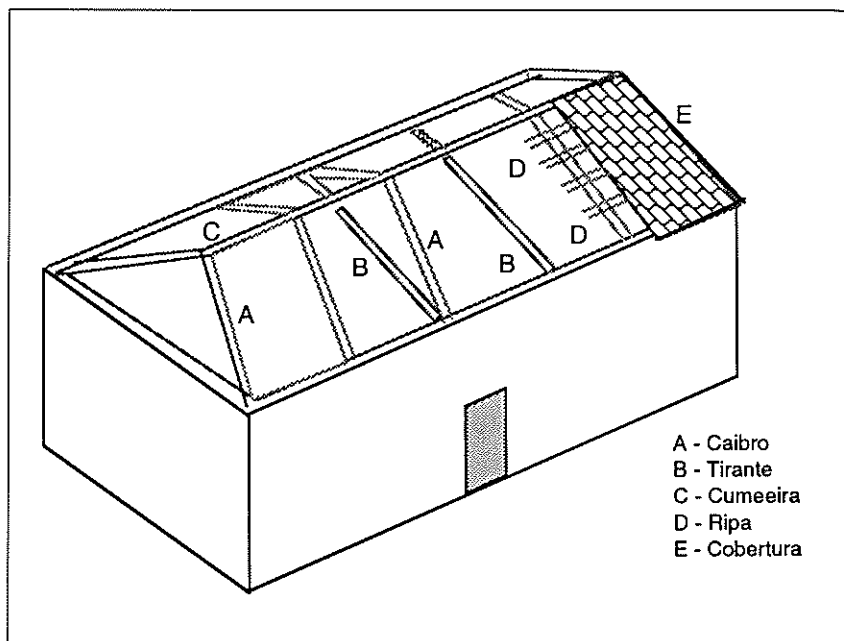
A cobertura assentava, assim, sobre um madeiramento, de configuração variável segundo o tipo daquela. Nos casos mais simples, as ripas ¹⁰⁶ deveriam sobrepor-se a singelos caibros (ou «cabros») ¹⁰⁷ ou mesmo às tirantes, quando estas existiam, para dar solidez à estrutura de suporte, mas, em contrapartida, dada a modéstia da construção, se dispensavam aqueles. Mas ocorreriam, também, madeiramentos mais complexos, sustentados com firmeza pelas tirantes, que os mais poderosos adquiriam em boas madeiras, como o castanho ¹⁰⁸. Os caibros assentavam, então, sobre aqueles, subindo até à cumeeira ¹⁰⁹, e suportando, por último, as ripas, que firmavam a cobertura.

Nos edifícios mais importantes, o piso térreo era algumas vezes coberto de abobadilhas, em tijolo ou pedra ¹¹⁰.

Além dos elementos indicados, outros surgiam, por vezes, a integrar a casa comum.

Algumas moradias teriam as suas **chaminés**. Esse elemento seria, porventura, muito raro. Em Évora, é notória a ausência de chaminés, apenas se registando uma, numa

Madeiramento da cobertura



casa da mouraria ¹¹¹. Em Tomar, apenas conhecemos as existentes nos dois Aposentos do Vigário, na Cerca e a Santa Maria de Olival ¹¹². Segundo Vítor Pavão dos Santos, predominavam, na época, no Sul de Portugal, as chaminés de pedra ou tijolo, de secção rectangular, ressaltadas das paredes, projectadas para o exterior a partir duma pequena abóbada que dominava a lareira. Todavia, também haveria chaminés cilíndricas e mesmo cónicas ¹¹³.

Escadas exteriores, de pedra, ou escadas interiores, de madeira, tijolo ou pedra, móveis ou fixas, tornavam possível o acesso aos pisos superiores dos edifícios ¹¹⁴.

O **estado de manutenção** das casas nem sempre era o melhor.

O emprego de materiais perecíveis, ou facilmente deterioráveis, conduzia à rápida degradação das casas, que a infiltração das águas pluviais acelerava. Sobretudo se não se verificassem os cuidados necessários à sua preservação. Paredes inclinadas para a rua, caídas ou carecentes de argamassa, perfuradas ¹¹⁵, falta de telhas, sobrados esburacados, travejamentos pandos, etc., eram fenómenos comuns na generalidade dos centros urbanos ¹¹⁶. Incêndios — espontâneos ou provocados ¹¹⁷ — sismos ¹¹⁸ ou cheias ¹¹⁹ podiam agravar subitamente este panorama.

Ainda que os contratos de aforamento tivessem, quase sempre, cláusulas determinando que os foreiros procedessem aos trabalhos de reparação das casas sempre que se afigurassem necessários ¹²⁰, eles nem sempre seriam executados da forma mais adequada, degradando-se aquelas, progressivamente.

Desse modo, os centros urbanos iam-se enchendo de edifícios em estado de ruína total, impondo a adopção de medidas drásticas. Assim, em 1466, o elevado número de pardieiros existentes em Tomar — até na Corredoura, a rua principal da vila — por ser «pouca honrra da villa», levou o infante D. Fernando a ordenar que todos fossem reparados, no prazo de um ano. Se as obras não se verificassem no prazo estabelecido, os edifícios arruinados seriam dados de sesmaria a quem mais desse por eles ¹²¹.

Ao concluir esta comunicação, sinto claramente a precariedade do que aqui vos apresentei: mera prospecção em matéria tão vasta como insuficientemente estudada, não poderia aspirar a conclusões definitivas, mas tão somente a carrear algumas bem modestas achegas e a pôr de pé simples hipóteses de trabalho, que apresentei ao longo deste trabalho e que o futuro virá infirmar ou confirmar.

A imagem que vos propus é, simplesmente, a que resultou do confronto de um olhar, uma metodologia e uma problemática determinados com certas fontes, indiciadoras de vivências urbanas dos homens dos fins da Idade Média.

Decorrendo tais vivências de uma lógica já razoavelmente diferenciada da vida campesina — ao menos nos planos económico e social — é curioso verificar que os tipos mais comuns de casa urbana do Centro e Sul de Portugal são análogos aos seus congéneres rurais. Poderíamos pensar, dados os laços estreitos da arquitectura comum com o quotidiano e a cultura popular, que o campo e a cidade participavam aqui, ainda, de um mesmo sistema de valores. Os tipos rurais e urbanos de construção comum definir-se-iam, assim, como opções dentro de um mesmo sistema cultural, por complexos processos de divulgação/inovação/adequação aos diferentes condicionalismos físicos e sociais (sendo de realçar, no que se refere ao urbano, a natureza do sítio, o grau de compacidade do aglomerado urbano, o modo de vida).

Estrutura protectoria de pessoas e bens perante elementos externos (ambientais ou humanos), espaço privado ¹²² onde o grupo doméstico dava respostas a elementares necessidades humanas (respirando, comendo, bebendo, trabalhando, repousando, amando, orando, brincando) a casa era, assim, também um utensílio ¹²³ (e espaço organizador) das múltiplas actividades daquele grupo que, necessariamente, se manifestavam na própria construção.

Decorriam, assim, nas nossas cidades dos fins da Idade Média, processos de diferenciação do espaço interior, nem sempre muito evidentes, visando no limite, pôr cobro à plurivalência, em nome da especialização funcional. Surgia, assim, a casa complexa, composta por diferentes «casas», com câmaras bem demarcadas face ao demais espaço doméstico e os espaços de habitação e de tenda (oficina/loja) delimitados por paredes ou por sobrados. Esta era uma casa urbana por excelência, contrastante com a construção rural. Contraste que, por vezes, se desejava acentuar simbolicamente, pela introdução

de «modas» arquitectónicas de cariz vincadamente urbano, como as «casas de arcos».

NOTAS

1 Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1991.

Por iniciativa de um amigo de sempre, de quem recordo vivamente o saber e o empenhamento postos na docência do medievismo, que, há quase duas décadas, tive o privilégio de acompanhar como aluno da Faculdade de Letras, publica-se agora o texto elaborado há cinco anos. Introduziram-se nele alguns pequenos ajustamentos e, sobretudo, acrescentaram-se à bibliografia alguns trabalhos mais recentes.

2 A 1.ª edição, completa, da obra, surgiu na revista *Portugalia*, t. I, 1902.

3 Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A Casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, dissertação de licenciatura em História, Faculdade de Letras de Lisboa, 1964. Esta dissertação, lamentavelmente, permaneceu inédita, tendo o seu autor publicado, posteriormente, «As "Casas" do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI», *Bracara Augusta*, vol. XXXI, n.º 71-72 (1977), pp. 255-264.

4 Refiram-se, entre outros, no plano da história rural, os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983; Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média, sep. de 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Jornadas de História Medieval, Lisboa, 20 a 22 de Junho de 1985. Actas*, Lisboa, 1985; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989; João Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, 2 vols., s./l., [Angra], 1989; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1990; Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990; Maria João Branco Marques da Silva, *Esgueira. A vida de uma aldeia do século XV*, Redondo, 1994.

No âmbito da história urbana, registem-se os de Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, 1975; Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide. Subsídios para o estudo da Arqueologia Medieval*, Lisboa, 1979; Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, 1980; id., *Évora na Idade Média*, dissertação de doutoramento em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1988; José Marques, *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)*, sep. da *Revista de História*, vol. III, Porto, 1980; Iria Gonçalves, «Aspectos económico-sociais de Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*, n.º 1 (1980), pp. 153-204; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, 1982; Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, Lisboa, 1987; Manuela Santos Silva, *Óbidos Medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1987; Sérgio Luís Carvalho, *A vila de Sintra, nos séculos XIV e XV*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1987; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, 1989; id., *Barcelos Terra de Condes*, sep. de *Barcelos Revista*, 1991-1992; Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, 1990; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro medieval*, Aveiro, 1991; Paulo Drummond Braga, «A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média», *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, 1991, pp. 143-155; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1995; Santiago Macias, «Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um estudo histórico e arqueológico», *Arqueologia medieval*, n.º 2 (1993), pp. 127-157; id., *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do Bairro de*

Alcáçova (séculos XII-XIII), Mértola, 1996; Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, «A Mouraria de Lisboa no século XV», *Arqueologia medieval*, n.º 2 (1993), pp. 191-209.

Assinale-se também o recente contributo ao estudo da construção doméstica urbana de M. Ângela Beirante e João J. Alves Dias, «O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI», in *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, 1995, pp. 61-79.

Deve ainda relevar-se um importante estudo de arqueologia medieval, sobre a *domus fortis*: Mário Jorge Barroca, *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares*, Porto, 1989.

- 5 Coteje-se o que apontamos de seguida com as observações metodológicas expostas por António Sánchez del Barrio, «Las construcciones populares medievales: un ejemplo castellano de comienzos del XIV», *Studia Historica, Historia Medieval*, vol. VII (1989), pp. 127-153.
- 6 Os elementos adiante apresentados foram, por nós, colhidos, no caso de Tomar, em tombos da Ordem de Cristo e das instituições assistenciais locais, da segunda metade do século XV e início do século XVI; no que respeita a Lisboa, de um Tombo da Igreja de S. Cristóvão, publicado por Ferreira de Andrade, «Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão», *Olisipo*, n.ºs. 26 (1944), pp. 87-97; 27 (1944), pp. 159-179; 28 (1944), pp. 231-244; e 29 (1945), pp. 32-53; relativamente a Alenquer, do Tombo da capela de Diogo de Gouveia na vila de Alenquer, ed. por José Fernandes Júnior, Lisboa, 1933. Os demais elementos utilizados foram colhidos de estudos indicados atrás e provêm, quase sempre, do mesmo tipo de documentação.
- 7 Muitas vezes surge-nos uma referência genérica e algo estereotipada aos materiais de construção mais sólidos: a pedra, a cal, a madeira, a telha e a pregaria. Contudo, «não se tratava de uma fórmula universalmente usada», pois algumas vezes se verificavam — por adição ou supressão de materiais — variantes significativas. Cf. Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 113-114.
- 8 Arquivo da Misericórdia de Tomar [A.M.T.], *Livro 74*, fl. 131. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.* p. 92, n. 107, refere um caso análogo, em Évora.
- 9 Problema que colocaram outros autores de estudos de história urbana medieval: Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 159; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 66; Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, Lisboa, 1987, p. 70. Sobre os problemas suscitados pela utilização do termo «casas», ver, igualmente, António Sánchez del Barrio, *ob. cit.*, pp. 132-133.
- 10 María del Carmen Carlé, «La casa en la Edad Media castellana», *Cuadernos de historia de España*, LXVII-LXVIII (1982), p. 212.
- 11 Encontramos este tipo de construção em vários dos núcleos urbanos estudados: Évora, Sintra, Torres Vedras, Óbidos (ver Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 67; Sérgio Luís de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 114 e 169, n. 31; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 164-166; Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, p. 130) e Tomar. As casas-torre tomarenses situavam-se a Santa Iria e na rua de Meios. A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fls. 67 e 83. Mais para Norte, em Ponte de Lima, Esgueira e Aveiro, também são detectadas (veja-se Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 38; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *ob. cit.*, p. 44; id., *Esgueira. A vida de uma aldeia no século XV*, p. 72). Sobre as casas-torre, pode ver-se: Jacques Le Goff, «L'apogée de la France urbaine médiévale», in *La ville médiévale des Carolingiens à la Renaissance*, dir. por Jacques Le Goff, t. II da *Histoire de la France urbaine*, dir. por Georges Duby, Paris, 1980, p. 391; Arlette Higounet-Nadal, *Périgueux aux XII^e et XV^e siècles. Étude de démographie historique*, Bordéus, 1978, p. 71. Relativamente a Portugal, cf. Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 79 ss; Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 38. Relativamente à residência fortificada senhorial, que constitui o paradigma da casa-torre urbana, veja-se o bem documentado estudo de Mário Jorge Barroca, *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro*

- torres medievais na região de Amares, atrás citado, que estabelece as suas origens e difusão, entre nós, e refere a principal bibliografia sobre o tema.
- Recentemente, em estudo dos arquitectos José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, *Arquitectura vernácula da região saloia. Enquadramento na área atlântica*, Lisboa, 1991, p. 41 e *passim*, publicado após a redacção deste nosso trabalho, propôs-se o termo «casa torreada» para designar um tipo de casa comum com um corpo de dois pisos, anexo a um outro térreo, onde se situa a cozinha. Sendo tal terminologia susceptível de confusão com a casa-torre medieval, residência de uma nobreza nova, primeiro, ou, depois, de elites urbanas, ciosas de afirmação perante os grupos populares e, sobretudo, perante as elites tradicionais, não nos parece adequada a sua utilização para referir aquele tipo de casa, à qual, julgamos, deve manter-se a designação, mais adequada, de casa de «sobrado», suficientemente contrastante com a casa «térrea».
- 12 Como afirma Jacques Le Goff, *ob. cit.*, p. 391, «Un cas particulier c'est, pour cette couche supérieure de la bourgeoisie, qui cherche à s'assimiler à la noblesse, l'érection d'une tour sur la maison.»
- 13 Acerca da morfologia das construções populares portuguesas, refiram-se os trabalhos dos etnólogos Jorge Dias, «*Contribution to the study of primitive habitation*», in *Comptes rendus du Congrès International de Géographie*, Lisboa, 1951, pp. 107-111; Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, «Arquitectura», in *A arte popular em Portugal*, dir. por Fernando de Castro Pires de Lima, vol. I, Lisboa, s./d [1959], pp. 37-118 [trabalho posteriormente revista e ampliado, constituindo o núcleo central do livro daqueles autores, *Arquitectura tradicional portuguesa*, Lisboa, 1992]; e o levantamento do Sindicato dos Arquitectos, *Arquitectura popular em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, 1980. Para a sistematização em grupos tipológicos das construções populares, partindo das suas características morfológicas, um bom ponto de partida é ainda o trabalho do geógrafo Albert Demangeon, «*Essai d'une classification des maisons rurales*», in *Travaux du Premier Congrès International de Folklore*, Tours, 1938, pp. 44-48, reeditado na colectânea do autor *Problemas de geografia humana*, Barcelona, 1956, sob o título «*Ensayo de clasificación de las casas rurales*», a pp. 148-153. Refira-se, em contrapartida, a crítica que lhe faz Marc Bloch, «*Types de maison et structure sociale*», in *Travaux du Premier Congrès International de Folklore*, pp. 71-72 (reed. in *Les campagnes à livre ouvert*, dir. por Tiphaine Barthelemy e Florence Weber, Paris, 1989, pp. 63-65). Agradeço ao meu colega e amigo, o antropólogo Rui de Sousa Martins, a cedência destes trabalhos.
- 14 Herdeira da «casa» do camponês romano. Cf., a esse respeito, A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 3.^a ed., Lisboa, 1974, pp. 64-65; Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A Casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, p. 34. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Arquitectura tradicional portuguesa*, p. 23, reportando-se à casa elementar dos nossos dias, afirmam: «Com esta expressão é costume designar-se a casa térrea e pequena cujo plano interior se reduz a um simples compartimento quadrangular, quando muito, às vezes, com divisórias de tábua isolando um ou outro recanto, onde decorrem todas as funções domésticas. Estas casas são extremamente numerosas e encontram-se por todo o País, vendo-se mesmo nas cidades».
- 15 Também chamada « casa de trás» ou « câmara de dentro».
- 16 Cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 166.
- 17 Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 69.
- 18 «Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão» *Olisipo*, n.º 26 (1944), p. 90; e 27 (1944), p. 166.
- 19 «Casa do meio» e «casa de metade», cf. Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 64 e 65.
- 20 A.M.T., *Livro 77*, fls. 18 e 25v, respectivamente. A «casa dianteira» deste último edifício era, aliás, sobradada.
- 21 Não encontramos moradias complexas nas fontes e estudos consultados, relativos aos pequenos núcleos urbanos. Exceptuam-se Torres Vedras, onde se registam casas sobradadas com «um mínimo de quatro e um máximo de dezoito divisões», cf. Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, p. 112, e Tomar, que a seguir referimos. Também os não detectamos em centros urbanos bem mais relevantes, como Évora, onde a casa baixa teria prevalecido, cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 160. Em contrapartida, os testemunhos materiais que subsistem em Castelo de Vide indiciam uma presença forte deste tipo de habitação. Assim, refere Diamantino Sanches Trindade, *ob. cit.*, p. 73, «os edifícios são constituídos por dois pisos. O primeiro quase sempre serve de arrecadação, muito embora em algumas casas sirva de habitação. Cada piso é formado, quase sempre, por dois compartimentos».
- 22 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fl. 5. Outras casas tomarenses, nos Estaus, na rua dos Moinhos e na rua dos Meios, obedeciam ao mesmo critério. A.M.T., *Livro 77*, fls. 17v, 21, 25v.
- 23 Ver «Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão» *Olisipo*, n.º 26 (1944), pp. 90 e 97.
- 24 Cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, pp. 166-168. Este tipo encontra expressão significativa nas cidades de Lisboa e Évora, e caracteriza os Estaus de Tomar. Sobre estes, ver Eugénio Sobreiro de Figueiredo e Silva, «Os Estaus», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. IV (1960-1967), pp. 45-46, 49-54.
- 25 Em Sevilha, na baixa Idade Média, a moradia com pátio, tornado o centro da mesma, era muito frequente. Cf. Antonio Collantes de Terán Sanchez, *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y sus hombres*, 2.^a ed., Sevilha, 1984, pp. 118-123.
- 26 Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *ob. cit.*, pp. 195-196, planta 5 e n. 64; Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 335 e 337; Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 167.
- 27 Cf. Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 74 e gráfico 3. Entre as casas de mais de 4 divisões que existiam em Tomar, registe-se a casa da Misericórdia na

rua dos Moinhos, de que era foreira, em 1510, a viúva do escudeiro Fernão Garcia. Tinha uma «casa dianteira» e três «de dentro», todas sobradadas, num total de oito divisões para um espaço de 73,5 m², isto é, uma área útil de 147 m². A.M.T., *Livro 77*, fl. 22 .

28 Cf. Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, p. 133; *Tombo da capela de Diogo de Gouveia na vila de Alenquer*, cit.; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 67; Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 160.

29 Veja-se Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 37. Recorreu a esse processo o tomarense Francisco de Sampaio que, em 1510, era foreiro de três moradas da Misericórdia na rua Nova (antiga Judiaria), a primeira delas fazendo esquina com a rua dos Moinhos. Qualquer das moradas possuía duas casas térreas, dianteira e de dentro. Tudo junto correspondia a uma área superior a 100 m² e a seis divisões. Cf. A.M.T., *Livro 77*, fls. 19v-20.

30 Em quase todos os centros urbanos do reino português predominava, então, a casa pouco elevada. De resto, tal sucedia, em geral, por toda a Europa.

A este propósito, pode ver-se António de Sousa Silva Costa Lobo, *ob. cit.*, p. 123; Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 34-35; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 67; Gérard Pradalié, *ob. cit.*, p. 36; José Marques, *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)*, sep. de *Revista de história*, Porto, 1982, p. 15; id., «Braga nos finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo)», *Braga medieval*, Braga, 1983, p. 49; id., *A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2.^a série, vol. I, Porto, 1984, p. 22; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite*, pp. 223-224; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 110; Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 36; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, pp. 66-67; Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, p. 71; Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, pp. 126-127; *Livro do almoxarifado de Silves (século XV)*, pref. de Humberto Baquero Moreno, Silves, 1984, pp. 13-35; Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 74; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 159-161.

Para uma comparação com outras áreas do Ocidente europeu, pode ver-se, entre outros, Simone Roux, «L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université à Paris», *Annales, E. S. C.*, XXIV-5 (1969), pp. 1201-1202; Jacques Le Goff, *ob. cit.*, p. 391; María del Carmen Carlé, *ob. cit.*, p. 187; Julio Caro Baroja, «Los núcleos urbanos de la España cristiana medieval», *Paisajes y ciudades*, Madrid, 1984, p. 168.

31 Nalgumas zonas da cidade a presença de casas altas era mais comum do que noutras: era o caso, por exemplo, de Santa Justa, S. Cristóvão, S. Mamede, S. Nicolau, Sé e S. Lourenço. Na Mouraria, pelo contrário, predominariam as casas baixas, cf. Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *ob. cit.*, pp. 195-197 e quadro 1).

No que se refere a Santarém, ver Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 72, gráfico 2, registando 5,8% de casas de 3 pisos.

32 Sobre o alteamento das habitações urbanas, que corresponde a um movimento geral dos últimos séculos da Idade Média, pode ver-se: Simone Roux, «L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université à Paris», *cit.*, p. 1202; id., *La maison dans l'histoire*, Paris, 1976, pp. 156-157; Bernard Chevalier, *Les bonnes villes de France, du XIV^e au XVI^e siècle*, Paris, 1982, pp. 185-186; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 66-67; Iria Gonçalves, «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia», *cit.*, pp. 165-166; id., *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 110; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, p. 223.

33 As casas de 2 pisos correspondiam a 40,4% do total das que integravam o património das instituições de assistência de Santarém, predominando dentro do perímetro muralhado, onde eram escassas as de piso único. Fora da muralha, a regra era a inversa. Ver Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 72, gráfico 2, e p. 74.

34 Se se entender como amostra significativa a das casas pertencentes às albergarias eborenses, concluir-se-á que o predomínio da casa térrea em Évora (98% do total, para apenas 2% de 2 pisos) era mais acentuado do que o registado noutras cidades e vilas portuguesas. Uma distinta tradição urbana, além de razões de ordem demográfica, têm sido apontados como fundamentos de uma possível diferenciação geográfica (Norte/Sul) do fenómeno. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 94, n. (123).

35 Aliás, por toda a Europa, o número de divisões por habitação era, geralmente, reduzido. Cf. Simone Roux, *ob. cit.*, p. 1205; id., *La maison dans l'histoire*, pp. 156-157; María del Carmen Carlé, *ob. cit.*, pp. 187-188, id. *et alii*, *La sociedad hispano-medieval. La ciudad*, p. 47.

Relativamente a Portugal, pode ver-se, entre outros, Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 34-35 e *passim*; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 111-112; Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, pp. 74-75; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 67.

36 Na verdade, como salienta Bernard Chevalier, *ob. cit.*, p. 185, a intimidade raramente era possível, na casa medieval.

37 Por vezes, a especialização destes espaços era diversa, e a necessidade de aprovisionamento de géneros, conjugada com o exíguo espaço existente, levava a que se transformasse a «casa de dentro» em celeiro. Foi solução muito experimentada em Évora. Cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 160.

38 Cf., relativamente a Tomar, A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 2v-3v; A.M.T., *Livro 77*, fls. 20-20v, 21. No último caso, o repartimento destinava-se a delimitar o espaço onde se encontrava um forno de louça do restante espaço de uma «casa de dentro», na rua dos Moinhos.

39 Isso ocorria, por exemplo, em Tomar, em 1492, com duas casas que haviam sido dos Calça Perra, «as da torre com sua logia», na rua de Meios e outra, onde se comercializava azeite: «he logia d azeite em que agora esta lianor Vaaz tendeira com seus potes de azeite». A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fl. 83.

- 40 Encontravam-se cozinhas, em Lisboa, em duas moradias sitas no Chão da Achada e na Rua do Chão de Alcamim, a S. Cristóvão, e na Rua da Amendoeira, a Santa Justa, [cf. «Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão» *Olisipo*, n.º 26 (1944), pp. 89, 90, 97; n.º 27 (1944), p. 167] e na Mouraria, estas últimas objecto de contrato autónomo [ver Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *ob. cit.*, p. 196]. Em Évora, a existência de cozinhas é objecto de escassas menções, cf. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, pp. 163-166. Cf., ainda, a menção de cozinha numa casa de Sesimbra, in Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 66.
- 41 Exceptue-se Évora, onde a existência de um celeiro integrando a casa era muito generalizada, como indicámos atrás.
- 42 Em Tomar, cozinha, despensa, celeiro, adega, expressamente referidos, encontramos-os apenas nos Aposentos do Vigário, na Cerca. A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fl. 65v; cód. B-51-41, fls. 2v-3v; *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, p. 116.
- 43 Note-se que, na chamada «casa de arcos», a arcada cria um espaço para o trânsito de peões, tornando-se, assim, parte integrante da rua.
- 44 Nuno Teotónio Pereira *et alii*, «Zona 4 (Estremadura, Ribatejo, Beira Litoral)», in *Arquitectura popular em Portugal*, pp. 379, 433, 443; Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes, «Zona 5 (Alentejo)», *ob. cit.*, pp. 531, 544; Mário Moutinho, *A arquitectura popular portuguesa*, Lisboa, 1979, pp. 89-90.
- Em Tomar, encontramos alpendres em várias casas, sitas nos Estaus e à Várzea Grande. A.M.T., *Livro 77*, fls. 15, 15-15v, 15v, 16, 16-16v, 19-19v. Os templos da vila eram alpendrados: São João (já o era em 1321), Santa Iria (em 1383), Santa Maria do Olival e Santa Maria do Castelo (em 1510), tal como, aliás, a maioria dos do termo. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, doc.º 87, p. 458; A.N.T.T., *Conventos Diversos, Mosteiro de Alcobaça*, livro 135, fls. 148 e 109v; *Anais do município de Tomar*, vol. VIII, p. 304; *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, pp. 89, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 111 e 120.
- Sobre a utilização comercial dos alpendres, cf. Jean-Pierre Leguay, *Un réseau urbain au Moyen Age: les villes du duché de Bretagne aux XIV^e et XV^e siècles*, Paris, 1981, p. 217. Relativamente a Portugal, cf. Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, p. 71; Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, pp. 129-130.
- Os espaços alpendrados utilizavam-se ainda para a realização de actos públicos, tais como assembleias municipais, actos notariais e outros. Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, loc. cit. e *passim*; *Anais do município de Tomar*, vol. VIII, p. 304.
- 45 Cerca de duas centenas, na sua maioria relativas a Lisboa, Évora, Tomar e Santarém.
- 46 Na verdade, é raro que, antes de finais do século XV, a documentação refira as dimensões das casas.
- Em Lisboa, as primeiras medidas de casas que conhecemos reportam-se a 1494, em Óbidos são de 1503, em Tomar, de 1509, em Setúbal, de 1510, em Alcácer do Sal, de 1512. Cf. Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 63-66 e 72; Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, p. 133 e Adenda I. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, pp. 69-73, publicou as dimensões de casas de diversas albergarias de Évora, computadas no século XV. Mas desconhecemos em que ano foram operadas tais medições. Assim, é singular a situação de Santarém, onde podemos encontrar a menção, em 1426, de uma casa, sita na rua do Salvador, com a descrição dos seus compartimentos e respectivas medidas, em côvados. A.N.T.T., *Conventos Diversos, Mosteiro de S. Domingos de Santarém*, maço 11, doc. 1 (agradecemos ao Dr. Mário Viana a indicação desta fonte). Tratando-se de um instrumento de partição de bens, justificar-se-á melhor o, algo precoce, rigor descritivo do documento, o mais antigo de que dispomos, até ao momento, com tais características.
- 47 Podemos mesmo verificar, nalguns casos, tratar-se de edifícios existentes desde há, pelo menos, várias décadas. Em Tomar, tal sucede, por exemplo, com uma casa da rua de S. João, que nos surge em 1479, 1481 e 1510 (A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fls. 36-37v, 66v; cód. B-51-41, fls. 5v-6), com outras na travessa de Meios e na rua de Peraguilha, referidas por volta de 1480 e em 1510 (A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fls. 66, 67 e 67-67v; cód. B-51-41, fls. 5, 5-5v e 5v-6), e com os Paços do Vigário de Tomar, na Cerca, que nos aparecem também cerca de 1480 e em 1510 (A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fl. 65v; cód. B-51-41, fls. 2v-3v).
- 48 Quase sempre, as dimensões das casas são expressas em varas e seus submúltiplos ou — raramente — em côvados. As equivalências destas medidas ao sistema métrico (vara = 1,1 metros e côvado = 0,7 metros) fizeram-se a partir de A. H. de Oliveira Marques, «Pesos e medidas», *Dicionário de história de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, 2.ª ed., Lisboa, 1971, pp. 369-374.
- 49 Correspondentes a 65,52% das casas de Évora, 60,22% das de Lisboa e 47,22% das de Tomar.
- 50 Estão neste segmento 26,85% das casas de Tomar, 15,52% das de Évora e 5,38% das de Lisboa. Em Torres Vedras, predominava também a casa próxima do quadrado: apenas 9% tinham a *ratio* superior a 2,5, ao passo que metade o tinham inferior a 1,5. Cf. Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, p. 154, gráfico 2.
- 51 Respectivamente 34,41%, 25,93% e 18,96%.
- 52 Os valores que conhecemos não nos permitem concordar, neste plano, com o que é afirmado por Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 163: «Outra característica [da casa comum eborense] é o seu formato alongado com uma fachada relativamente estreita [...]. As dimensões são variáveis, mas rondam a média de uns 3,5 metros de largura por fachada, excedendo, em regra, o comprimento o dobro ou até o triplo da largura».
- 53 A casa alongada (estreita e comprida) aparece frequentemente em dois centros urbanos medievais de Entre Douro e Minho: Guimarães e Ponte de Lima. Cf. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, p. 235 e nota (87); José Marques, *A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, pp. 35-38; Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 36 e nota (167). Ulteriores investigações permitirão averiguar se a opção pela casa alongada ou pela casa próxima do quadrado apresenta variações regionais significativas.

A casa alongada foi solução muito empregue na Europa medieval. Veja-se, entre outros, Simone Roux, «L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université à Paris», *cit.*, p. 1206.

54 Cf. «Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão», *Olisipo*, n.º 26 (1944), pp. 92 (8.º), 95 (13.º), 97 (20.º, 22.º); n.º 27 (1944), pp. 159 (23.º, 24.º), 160 (26.º), 162 (31.º, 32.º, 34.º), 163 (36.º, 37.º), 164 (39.º, 40.º), 168 (55.º), 170 (60.º, 61.º), 172, (63.º), 177 (66.º).

55 Ver os respectivos gráficos.

56 Relativamente a Alenquer, tiveram-se em conta 7 casas, excluindo-se do cálculo 2 assentamentos de casas, com cifras acima dos 100 m², que, a serem considerados, em face da reduzida amostra considerada, distorceriam bastante os valores médios.

57 Recordem-se ainda os elementos recolhidos por Vitor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 63-66 e 72, que aduz elementos relativos a Lisboa, Setúbal e Alcácer do Sal. Da primeira destas cidades, refere 1 casa com 57 m² de área. De Setúbal, indica 5 casas com 20, 106, 86, 39 e 151 m². Faz ainda menção de 2 casas de Alcácer, com 64 e 20 m² de área.

Os valores que indicámos podem ser confrontados com os 39,6 m², correspondentes à superfície média de 35 casas de Guimarães. Veja-se Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, p. 235 e n. 87 (as 25 casas de Guimarães, registadas por José Marques, *ob. cit.*, pp. 20-21, têm, como valor médio, 40,6 m²). Nos cálculos feitos, não considerámos os casos em que não se pode distinguir a área da casa da área das suas dependências e anexos. Refiram-se ainda os elementos aduzidos por José Marques, *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (Subsídios para o seu estudo)*, p. 17, que faz menção de três casas do Porto, com 38, 34 e 69 m² de área. Comparem-se também os valores supra com os apresentados por Antonio Collantes de Terán Sanchez, *ob. cit.*, p. 122, relativos a Sevilha. Na grande cidade andaluza, aquele autor apurou uma superfície média de 33,2 m², num cômputo de que excluiu as casas com pátio interior, cuja área parcelar média é, obviamente, bastante superior àquela: 98,4 m².

58 Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 168.

59 Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 112; Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 117 e n. 141.

60 Diamantino Sanches Trindade, *ob. cit.*, p. 84. Por sua vez, António Sánchez del Barrio, *ob. cit.*, pp. 139-142, refere, para as casas que estudou, valores mais modestos que aqueles. Assim, as casas de taipa, térreas, apresentam alturas de 2 a 3 metros, as construções «dobradas» e os «palacios» aproximam-se dos 4 metros e apenas uma «casa torre» atinge os 8 metros.

61 Releve-se a escassez de informes relativas aos materiais utilizados e o carácter estereotipado de boa parte das menções que lhes são feitas. Ver, a propósito, Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 113.

62 Para o conhecimento dos materiais de construção utilizados em Portugal, na Idade Média, vejam-se: Vitor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 49-59 e *passim*; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, pp. 63, 66-67, 73, 76-77; Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, pp. 91, 112 e *passim*; José Marques, *ob. cit.*, p. 15; «O "Livro das despesas do prioste" do Cabido da Sé de Évora», ed. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira da Silva e Nuno Monteiro, *Revista de história económica e social*, n.º 9 (1982), pp. 131-135 [» Título da despesa d'adubar as casas e as ortas»]; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 113-116; Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 34; Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, pp. 130-132; Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, pp. 74-76; Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, pp. 117-125. Para outras áreas do Ocidente europeu, na mesma época, cf. R. Quenedey, «L'habitation urbaine et son évolution», *Annales d'histoire économique et sociale*, VI (1934), pp. 143-144; María del Carmen Carlé, *La casa en la Edad Media castellana*, pp. 182-184; Simone Roux, *La maison dans l'histoire*, pp. 158-159; id., «La construction courante à Paris, du milieu du XIV^e siècle à la fin du XV^e siècle», in *La construction au Moyen Age. Histoire et Archéologie. Actes du Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Publique (Besançon, 2-4 juin 1972)*, Paris, 1973, pp. 175-187; Hugues Neveux, «Recherches sur la construction et l'entretien des maisons à Cambrai de la fin du XIV^e siècle à la fin du XVIII^e siècle», *Le bâtiment: enquête d'histoire économique, XIV^e-XVIII^e siècles, I. Maisons rurales et urbaines dans la France traditionnelle*, Paris/Haia, 1971, pp. 287-312; Jean Chapelot e Robert Fossier, *Le village et la maison au Moyen Age*, Paris, 1980, pp. 255-326 e *passim*; Jean-Pierre Leguay, *ob. cit.*, pp. 217-218 e *passim*; *Pierre et métal dans le bâtiment au Moyen Age*, Études issues d'un colloque organisé par l'équipe «Mines, carrières et métallurgie dans la France médiévale» (EHESS — Université de Paris — I), à Paris, du 9 au 14 juin 1982, org. de Odette Chapelot e Paul Benoit, Paris, 1985 (estudos relativos à França, Bélgica, Itália, Polónia e Roménia).

63 Ver *Livro das Posturas Antigas*, ed. por Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1974, pp. 231, 236, 237; Vitor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 50. Já desde meados ou finais do século XIII se importava madeira do estrangeiro. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959, pp. 145-146; id., *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, p. 67.

64 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 63.

65 No que respeita à utilização da pedra em casas, nem sempre é possível determiná-la, pois são bem raras as menções expressas aos materiais de construção utilizados. A nossa investigação sobre Tomar, permitiu-nos, porém, encontrar algumas. Relativas a casas (alicerces e paredes) feitas de pedra, como a construída na Cerca. antes de 1383, num terreno do Mosteiro de Alcobaça (A.N.T.T., *Conventos Diversos, Mosteiro de Alcobaça*, livro 135, fls. 148-149v) ou de pedra e barro, como as que constituíam a Gafaria de Santo André (A.M.T., *Livro 74*, fl. 131). Mas também a casas com alicerces de pedra, ou de pedra e outros materiais, como a cal e o barro, de que constituem exemplos edifícios construídos na rua Nova (Judiação), na Corredoura e na rua dos Camanos (*Ibidem*, fls. 131v, 131 e 131-131v). E ainda a janelas de pedra, situadas nos Estaus (A.M.T., *Livro 77*, fls. 15v, 16, 16-16v, 16v) e a escadas, em que se designa

- expressamente a utilização da pedra, no caso dos aposentos do vigário na Cerca (A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 2v-3v, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, p. 116) e de moradias nos Estaus (A.M.T., *Livro 77*, fls. 15-15v) e se omite o material empregue, numa casa da rua Nova (Judiação) (A.N.T.T., *Própios Nacionais*, n.º 96, fl. 53v).
- Registe-se, ainda, a utilização do tufo — calcário brando e compacto — cortado em paralelepípedos regulares, utilizado, ainda hoje, na arquitectura popular da região terciária do Ribatejo (Rio Maior, Torres Novas, Pernes), cf. Nuno Teotónio Pereira *et alii*, *ob. cit.*, p. 391, e empregue na região de Alcobaça, no fim da Idade Média. Cf. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 116.
- 66 Nele se talhavam os portais em Castelo de Vide. Cf. Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 50.
- 67 Em Lisboa, o cômodo que se estendia da actual rua de S. Julião aos conventos da Trindade e de S. Francisco era «campo, parte formado por areias mortas aglomeradas, parte por pedraria bruta», sendo, por isso, designado por Pedreira. Aí foi erguido, no fim da Idade Média, o convento de Santo Espírito da Pedreira (onde se situavam os Armazéns do Chiado). Cf. Ferreira de Andrade, «Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão», *Olisipo*, n.º 27 (1944), p. 170, n. (65).
- Conhecemos algumas das pedreiras que existiam no antigo termo de Tomar. Ficavam para norte e noroeste da vila, nas formações mesozóicas da região. Uma delas situava-se, aliás, bem perto do centro urbano: nas Poças, junto à estrada da Póvoa. Outras encontravam-se um pouco mais a norte, a Vale de Porteiro. Também é feita menção, nas nossas fontes, de uma «estrada que vai para a pedreira», no Vale de S. Miguel. A.M.T., *Livro 77*, fls. 111, 89v e 112.
- Amorim Rosa, *História de Tomar*, vol. I, p. 9, refere as pedreiras calcárias do Chão de Maçãs (de mármore), Pedreiras de El-Rei (donde teria vindo a pedra para o Convento de Cristo), Casal da Azinheira e Pedreira. A Carta Militar de Portugal assinala algumas outras, já mais distantes da vila, das quais destacamos as Pedreiras de Vale dos Ovos.
- 68 Cf. o que diz, para a Bretanha, Jean-Pierre Leguay, «L'approvisionnement des chantiers bretons en matériaux de construction aux XIVe et XVe siècles», in *Pierre et métal dans le bâtiment au Moyen Age*, pp. 32-33.
- 69 Havia em Lisboa, diversos barreiros ou barreiras. Alguns em sítios bem centrais, como o que existia junto ao Chão do Alcamim (actual Largo do Caldas). Ver «Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão», *Olisipo*, n.º 27 (1944), p. 166. Referência a barreiros nas proximidades da Mouraria de Lisboa, em Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *ob. cit.*, p. 196.
- Em Tomar, havia barreiros a Santo André e detrás de S. Martinho. Na Aboboreira, a uns 7,5 km para nordeste de vila, existia um outro. A.M.T., *Livro 77*, fl. 112; *Livro 74*, fls. 167 e 134v-135v.
- 70 Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *ob. cit.*, p. 151.
- 71 Orlando Ribeiro, «A civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e sugestões)», *Geografia e civilização. Temas portugueses*, 2.ª ed., Lisboa, s. d., pp. 31-50. A noção de uma civilização do barro, no Sul, por oposição a uma civilização da pedra, no Norte, é obviamente questionável e só estudos mais sistemáticos permitirão aferir a sua validade, em termos da construção popular medieval. Registe-se, porém, que se, para a Guarda ou Ponte de Lima, se constata um claro predomínio do granito (ver Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, p. 75; Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 34), já em Guimarães a taipa e o adobe têm uma presença marcante (ver Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, pp. 226-227), em Barcelos prefere-se a taipa (id., *Barcelos Terra de Condes*, p. 49) e em Aveiro recorre-se sobretudo ao tijolo, até para a construção de um edifício nobre, como o Mosteiro de Jesus (ver Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro medieval*, pp. 45-46). Também na região castelhana de Ávila, em plena Meseta Norte, a taipa, o adobe e o tijolo tinham uma larga consagração (ver António Sánchez del Barrio, *ob. cit.*, pp. 150-153).
- 72 Existiam, em Tomar, casas com «aliceses de pedra e barro», como uma na rua dos Camanos (A.M.T., *Livro 74*, fls. 131-131v). Também «cassas [...] que sam de pedra he barro», como as da gafaria de Santo André (*ibidem*, fl. 131), ou de pedra, barro e adobes, como uma casa na rua Nova (Judiação) e outra na Corredoura (A.N.T.T., *Própios Nacionais*, n.º 96, fls. 53 e 128).
- 73 Sobre a utilização da taipa e do adobe, em Lisboa e Santarém, ver Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 48, Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *ob. cit.*, p. 196, e Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 76.
- As fontes referem a utilização de adobes, em Tomar, nas paredes de moradias na Corredoura, na rua dos Camanos, na rua Nova (Judiação), nas ruas de Maria Dona e dos Oleiros (A.M.T., *Livro 74*, fls. 131, 131-131v, 131v; A.N.T.T., *Própios Nacionais*, n.º 96, fl. 9v), e em casas no Convento (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º 553, fls. 3v, 4) e em dois repartimentos de uma outra, na rua Nova (Judiação) (A.N.T.T., *Própios Nacionais*, n.º 96, fl. 53v).
- Sobre estas técnicas de construção, veja-se: Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, pp. 32-34; Nuno Teotónio Pereira *et alii*, *ob. cit.*, p. 396; Ernesto Veiga de Oliveira *et alii*, *Construções primitivas em Portugal*, Lisboa, 1969, pp. 316-318.
- 74 Pelo menos em Lisboa, cf. *Livro de posturas antigas*, pp. 233-234; Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 50.
- 75 Sobre a importância do tijolo entre a comunidade muçulmana de Lisboa, ver Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *ob. cit.*, p. 196.
- Para Tomar, há vários informes relativos a aplicações dos tijolos na construção. Nos Estaus, existiam janelas de tijolo (A.M.T., *Livro 77*, fls. 15-15v, 17, 17v) e também arcos do mesmo material (*ibidem*, fls. 19-19v). Há menção de um portal de tijolo, a fazer nas casas do Convento (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º 553, fl. 3v).
- Veja-se, também, o que dizemos adiante, sobre pavimentos ladrilhados.
- 76 Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 50; *Livro de posturas antigas*, pp. 233-234, 253. Esta fonte refere ainda a importação de telha e tijolo para aquela cidade.

- 77 A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fl. 18; *Monumenta Henricina*, vol. XIII, n.º 65, p. 112.
- 78 Sobre o fabrico da telha, cf. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 144-145.
Um dos fornos de telha tomarenses situava-se na Corredoura do Mestre, a pouco mais de 1 km do centro urbano, para sudeste. A.M.T., *Livro 74*, fl. 141v. Relativamente à produção de telha em Évora e Lisboa, ver Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 167, e *Livro de posturas antigas*, pp. 238-239, 253.
Sobre as condições de produção de telha, cf. A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fl. 18; *Monumenta Henricina*, vol. XIII, n.º 65, p. 112.
- 79 *Livro de posturas antigas*, p. 233; A.M.T., *Livro 77*, fl. 112.
- 80 Referência a casas «todas de pedra e call», em Alenquer. *Tombo da capela de Diogo de Gouveia na vila de Alenquer*, p. 15.
Também se menciona o emprego da cal na construção, na vila de Tomar. Nos alicerces das casas: «aligeças de pedra e quall», na Corredoura. A.M.T., *Livro 74*, fl. 131. Mas também no reboco e caiação das paredes. Por exemplo, a igreja de Santa Maria de Castelo, na vila, e várias outras do termo, tinham as paredes «cafelladas» (isto é, rebocadas) e «pinçelladas» (ou seja, caiadas) por dentro, e «rebocadas» com cal de fora. *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, pp. 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110. Trabalhos de acafeadura, reboco e caiação são ordenados pelo visitador Fr. Diogo do Rego, em 1510, nos Paços do Vigário, na Cerca, e nalgumas igrejas do termo. Mandava também «çintar de cal» o alpendre dum desses templos (*ibidem*, pp. 116, 119-120, 121).
Quanto à utilização da cal na arquitectura popular regional, cf. Nuno Teotónio Pereira *et alii*, *ob. cit.*, pp. 405-408.
- 81 Como era sublinhado pelos visitantes estrangeiros. Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 50, 67-68.
- 82 Sobre as características arquitectónicas dos fornos de cal, veja-se Nuno Teotónio Pereira *et alii*, *ob. cit.*, pp. 420-421.
- 83 Menções a este forno em 1438 e 1512. *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis*, vol. III, Lisboa, 1959, p. 167; vol. IV, Lisboa, 1959, p. 244. Referências a outros fornos de cal, em Lisboa, in *Livro de posturas antigas*, pp. 232-233.
- 84 Um dos quais seria arrendado em 1358, juntamente com a pedreira anexa, a uma tal Vasco Lourenço, alfaiate de panos de cor, por doze anos, por 16 móios de cal, «boa e recebonda». A.N.T.T., *Corporações Religiosas, Trindade de Santarém*, maço 3, doc.º 16.
- 85 Nos Peixinhos (cerca de 1 km a leste da vila), havia um outro forno de cal. A.M.T., *Livro 77*, fls. 103v-104, 108v.
- 86 As duas técnicas utilizadas no fabrico da cal são referidas em A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fl. 45v.
- 87 Os devastadores incêndios que se verificaram em Lisboa, como os de 1369 e 1373, registados por Fernão Lopes, atestam a relevância da madeira na construção urbana comum da Baixa Idade Média. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 66-67.
As fontes tomarenses referem casas feitas com madeira (A.N.T.T., *Conventos diversos, Mosteiro de Alcobaça*, livro 135, fls. 148-149v) repartimentos, traves (A.M.T., *Livro 77*, fl. 19) e portas do mesmo material.
- 88 Em Tomar, a madeira era omnipresente. A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º 553, fls. 6, 19, 21-21v, 23. Ainda assim, além da extraída no termo, vinha também para aquela vila madeira proveniente de termos vizinhos, como era o caso de Dornes, Ourém e, até, de Leiria. A.N.T.T., *Leitura Nova, Estremadura*, livro 12, fl. 9; *Núcleo Antigo*, n.º 553, fls. 3, 9v, 10, 11; *História florestal, aquícola e cinegética*, dir. por C. M. L. Baeta Neves, vol. IV (1495-1521), Lisboa, 1983, n.º 349, pp. 239-240.
- 89 Menção de grades de ferro, em Tomar, nas janelas dos Aposentos do Vigário, a Santa Maria do Olival (A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 3v-4) e de outras aplicações, como pregadura, fechaduras, chaves, ferrolhos e ambudes, aldravas e outras ferragens (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º 553, fls. 3, 5, 7v, 10v, 11v, 19, 20, 22v). Sobre fechaduras — de madeira ou de ferro — aldravas e ambudes, ver António Sánchez del Barrio, *ob. cit.*, pp. 145-148.
- 90 A designação dos pregos sugere, por vezes, o seu uso, em função da bitola das madeiras: os coutares serviriam, talvez, para fixar couceiras (pranchas), os caibrais aplicar-se-iam nos caibros, os ripais eram empregues nas ripas e os de solhar nas tábuas de solho (ou de sobrado); quanto aos cumeeirais, referem-se, sem dúvida, às cumeeiras.
Além das espécies de pregaria referidas, encontramos ainda os pregos de galiota e de setia, utilizados na construção de embarcações. Sobre a pregadura, ver Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 129. Cf., também, o *Livro de posturas antigas*, pp. 63 e 237; «O "livro das despesas do prioste" do Cabido da Sé de Évora», ed. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa *et alii*, *cit.*, p. 134.
- 91 Sobre estas aplicações do ferro, veja-se, entre outros, Aimé Stroobants, «Le fer forgé dans l'architecture à Gand, Bruges et Anvers à la fin du Moyen Age», in *Pierre et métal dans le bâtiment au Moyen Age*, pp. 273-290.
- 92 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 85. Mas, ainda assim, podemos encontrar referências a construções tomarenses com vários portais: três, no caso de uma moradia, na Corredoura (uma, de acesso a partir da rua, e as demais rasgadas para o quintal, uma, e a outra para a casa de uma vizinha). A.N.T.T., *Próprios Nacionais*, n.º 96, fl. 128.
- 93 Nas portas e janelas, aplicavam-se portas em madeira. Mas também encontramos janelas sem portas, ou com grades de ferro (A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 2v-3v e 3v-4; *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, p. 116).
Menção dos couceiros em *ibidem*, p. 119; «O "livro das despesas do prioste" do Cabido da Sé de Évora», ed. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa *et alii*, *cit.*, pp. 131 e 134.
- 94 *Ibidem*, p. 119.
- 95 A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 471. A escassez de janelas parece ter sido característica da casa hispano-medieval. «Las casas eran

- generalmente [...] de fachada lisa, com poucas ventanas, como resultado de las inclemencias del clima, de tónica defensiva o de influencia musulmana», de acordo com María del Carmen Carlé *et alii*, *La sociedad hispano medieval. La ciudad*, p. 46.
- Não encontramos em Tomar quaisquer referências a janelas de vidro. Também não aparecem nas casas do Porto, da Guarda, ou das cidades do Sul que estudaram José Marques, *Património régio da cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)*, p. 15; Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, p. 76; e Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 56. Em Portugal, «Só a partir do século XVI se começaram a usar vidraças nas janelas com relativa frequência», como sublinhou A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, p. 85.
- 96 Segundo a hipótese formulada por Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 164, que nos parece bem plausível.
- Não detectamos, para Tomar, qualquer menção a casas de piso único que possuíssem janelas. Quanto às construções mais elevadas, deveriam tê-las, conquanto fossem escassas. Assim, duas moradias, uma na Corredoura, com duas casas sobradadas, e outra na rua Gil de Avô, com casas dianteira e de dentro sobradadas, possuíam, cada qual, uma única janela (A.M.T., *Livro 74*, fl. 131, e A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 4-4v). Também tinham uma janela, cada uma, dois edifícios nos Estaus, ambos com uma casa dianteira e uma de dentro, esta sobradada (A.M.T., *Livro 77*, fls. 17 e 17v). Até os edifícios tomarenses de maiores dimensões dispunham, parece, de bem poucas janelas. As estalagens da Várzea Grande, por exemplo, possuíam apenas duas janelas (*ibidem*, fl. 19-19v). Nos aposentos do vigário na Cerca e a Santa Maria de Olival conhecem-se cinco e três, respectivamente (A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 2v-3v e 3v-4). Mas várias das casas sobradadas existentes nos Estaus apresentavam um número de janelas superior ao habitual: oito, cinco, três, três, quatro (A.M.T., *Livro 77*, fls. 15-15v, 15v, 16, 16-16v e 16v).
- 97 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 65, 66; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 111.
- 98 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 65; Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *ob. cit.*, p. 198.
- 99 Há referências a pavimentos ladrilhados, ou a ladrilhar, de tijolo ou lajes, em Tomar ou no termo (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º. 553, fl. 21; *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, pp. 100, 110, 119, 120, 122).
- O quadro de Gregório Lopes, «A Última Ceia» (igreja de S. João Baptista de Tomar, 1538-1539), apresenta também um pavimento ladrilhado.
- Sobre a pavimentação da casa do Sul de Portugal, no final da Idade Média, veja-se Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 53-54. Nuno Teotónio Pereira *et alii*, *ob. cit.*, pp. 387 e 436, assinala a permanência na arquitectura popular regional da «terra batida, regada com aguada de barro», conferindo ao chão das casas um tom vermelho ou ocre. No mesmo sentido, Ernesto Vega de Oliveira e Fernando Galhano, *ob. cit.*, p. 152, referem que o chão da casa alentejana «é muitas vezes de terra batida, ou calcetada com pedra miúda, recoberto de lajes, ou ainda, e as mais das vezes, de tijolo ou ladrilho».
- 100 Ernesto Vega de Oliveira e Fernando Galhano, *ob. cit.*, p. 365, nota que, no Alentejo, «formando a armação do telhado, usa-se muitas vezes um revestimento de canas — o cançado —, que funciona também como um isolante, e é de um belo efeito decorativo.»
- 101 Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 78 e 146.
- 102 Por exemplo, perto de Santarém, no Campo do Moncão [Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 76.]; junto a Tomar, no Casal do Mestre [A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fl. 35].

Nas áreas rurais, utilizava-se também a giesta, a lousa, a madeira, o bunho e a cortiça, na cobertura das casas. Ver Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 115; Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 55, 67. António Sánchez del Barrio, *ob. cit.*, p. 148, regista também vários casos de coberturas mistas — «casa tejada, cubierta de canaveras», «tejada e cubierta de rripia serradiza» — em que se reserva a telha para as cumieiras.

Nas cidades hispano medievais, houve uma substituição gradual — e às vezes compulsiva — da palha pela telha, de acordo com María del Carmen Carlé, «La ciudad castellana a comienzos de la Baja Edad Media», *cit.*, p. 428; *id. et alii*, *ob. cit.*, pp. 46-47. Numa cidade como Paris, o colmo ainda era utilizado na cobertura de casas em 1438. Cf. Simone Roux, «L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université de Paris», *cit.*, p. 1215. Em Guimarães, encontravam-se casas colmadas («colmaças»), em 1498, em diversas artérias da vila e o uso da telha volveria obrigatório apenas em 1605 (cf. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, pp. 223-224). Relativamente a este tipo de cobertura das casas, e ao seu emprego no Portugal medieval, veja-se A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 73. Sobre a permanência das colmaduras na arquitectura popular, cf. Ernesto Veiga de Oliveira *et alii*, *ob. cit.*, pp. 289-302; Nuno Teotónio Pereira *et alii*, *ob. cit.*, pp. 388, 404.

Este processo tem algumas virtualidades, mas também inconvenientes graves, que conduzem, sempre que os meios existem, ao seu abandono. «O colmo, como cobertura, resulta económico e garante uma protecção eficaz contra as variações térmicas, mas é, no entanto, pouco duradouro — de três em três anos é necessário substituí-lo —, cria bichos, arde com facilidade, não protege suficientemente da chuva [...]» (*id.*, *ibidem*, p. 404).

- 103 António Sánchez del Barrio, *ob. cit.*, p. 150.
- Sobre a cobertura de casas, ver ainda Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 55 e 67; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 73.
- Referência a práticas de retelhadura, em Évora, no «Título da despesa d'adubar as casas e as ortas», d'«O "livro das despesas do prioste" do Cabido da Sé de Évora», ed. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa *et alii*, *cit.*, pp. 131-135; *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, p. 163.

- Menção de telhados e de trabalhos de retilhadura, em Tomar, na rua Nova (Judicaria), nas Olarias, à Várzea Grande, na rua de Gonçalo Pais (A.M.T., *Livro 77*, fls. 20-20v, 22v-23, 28v), nos Aposentos do Vigário, na Cerca e a Santa Maria de Olival (*Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, pp. 116 e 121). Referências a casa com telha, na Cerca, em 1383 (A.N.T.T., *Conventos Diversos, Mosteiro de Alcobaça*, livro 135, fls. 148-149v) e a coberturas de telha vã, na rua de Maria Dona, rua Nova (Judicaria) e Corredoura (A.N.T.T., *Próprios Nacionais*, n.º 96, fls. 9v, 53v e 128). Há apenas uma menção ao tipo de telhado, de duas águas, que encontramos na casa da Corredoura, já referida (*ibidem*, fl. 128).
- Referências a telhados de 1, 4 e 3 águas (o último em alpendre de casa nobre), em Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 55, 57 e 67.
- 104 Na opinião de Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 67, o telhado de 1 água seria frequente, visto adequar-se à casa rectangular ou quase quadrada.
- 105 Esses remates laterais eram designados «covas», nas fontes castelhanas. Cf. António Sánchez del Barrio, *ob. cit.*, p. 150.
- 106 Menção das ripas em «O "livro das despesas do prioste" do Cabido da Sé de Évora», ed. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa *et alii*, *cit.*, pp. 132 e 134. Em 1341, com 10 soldos, podia adquirir-se 12 feixes de ripa.
- 107 Referência a estes em: *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, p. 116; «O "livro das despesas do prioste" do Cabido da Sé de Évora», ed. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa *et alii*, *cit.*, pp. 132-133. Em 1340, pagavam-se 2 soldos e meio por uma dúzia de caibros.
- 108 Em Tomar, em 1502, pagava-se por 12 tirantes de castanho 440 rêsais, correspondentes a 20 reais por tirante, mais 200 pelo transporte desde Dornes (2 carradas). A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º 553, fl. 11. Em Évora, recorria-se ao carvalho, em 1340, para idêntico fim. Cf. «O "livro das despesas do prioste" do Cabido da Sé de Évora», ed. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa *et alii*, *cit.*, p. 133.
- 109 Diversas menções de cumeeiras, em *ibidem*, pp. 131-134. O seu preço, em 1340-1341, na cidade de Évora, era de 5 soldos, mas podia adquirir-se meia cumeeira por 2 soldos e meio, ou uma cumeeira pequena por 3. Mas uma cumeeira «maior» atingia, em contrapartida, o valor de 10 soldos e meio.
- 110 Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 55.
- 111 Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 163.
- 112 A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 2v-3v, 3v-4. Ignoramos as suas características e os materiais com que foram construídas. Sabemos apenas que a da Cerca era rematada por um pequeno telhado, que, em 1510, se apresentava deficiente, penetrando no lar a água das chuvas (*Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, p. 116). Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 111, refere algumas chaminés, existentes em casas de Lisboa e Santarém, pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça.
- 113 Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, p. 57.
- 114 Vítor Manuel Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 56 e 57.
- 115 Nem mesmo os edifícios do escalão superior, os «paços», se excluíam deste tipo de problemáticas. Em 1459, ocorreu em Tomar um curioso episódio que bem o atesta. Um tal Lopo Mouro havia sido preso por roubar bovinos em Castela, vendendo-os em Portugal. Tendo o corregedor ordenado que fosse conduzido à prisão de Abrantes, os juizes de Alvaizere confiaram tal missão a oito lavradores da vila. De passagem por Tomar, já noite, requereram ao alcaide «que lhe desse huña booa cassá em que o elles guardassem e teuessem bem presso». Foi-lhes destinada uma casa dos Paços do Infante, na Várzea Grande, onde todos se recolheram. Tratava-se, porém, de uma «cassa rrota» e as suas portas não seriam muito resistentes. Desse modo, um grupo de vinte e tal homens, conduzido por um tal Álvaro Tristão, facilmente penetrou nela, libertando o preso e agredindo os guardiães. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 225; *Monumenta Henricina*, vol. XIII, n.º 159, pp. 255-256.
- 116 Tome-se como exemplo, relativamente a Tomar, o estado em que se encontravam várias divisões dos Aposentos do Vigário, na Cerca, aquando da visitaçao de 1510 (*Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, pp. 115-116). No entanto, o visitador achou o edificio «reparado», fornecendo-nos assim um razoável critério de avaliação do estado geral de conservação das casas. Sobre a degradação do imobiliário construído, nas cidades europeias da Baixa Idade Média, vejam-se, entre outros, Jacques Rossiaud, «Crises et consolidations», in *Histoire de la France urbaine*, dir. por Georges Duby, t. 2, pp. 436-437; María del Carmen Carlé, *ob. cit.*, p. 189; id. *et alii*, *ob. cit.*, p. 47. Para Portugal, consulte-se, por exemplo, Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 114 e 257; Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 72; Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, p. 132; Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, pp. 125-127.
- 117 Nos centros urbanos a que fazemos referência, os incêndios de proporções assinaláveis melhor documentados são os provocados em contextos bélicos. Fogos de pequena dimensão houve-os decerto, e muitos, em face dos sistemas de aquecimento (lareiras e braseiras) e de iluminação (candeias) empregues na época e dos muitos materiais combustíveis que entravam na construção. A perspectiva de uma fácil propagação, a partir do foco inicial, suscitava — por toda a parte, sempre que a malha urbana se caracterizava pela compacidade — o temor deste acidente. Veja-se, a este respeito, Jean-Pierre Leguay, *Un réseau urbain au Moyen Age: les villes du duché de Bretagne aux XIV^e et XV^e siècles*, p. 229; María Isabel del Val Valdivieso, «La vulnerabilidad de los núcleos urbanos bajo-medievales: Los incendios de Medina del Campo y sus consecuencias», in *Homenaje al Professor Juan Torres Fontes*, vol. 2, Múrcia, 1987, pp. 1689-1701.
- 118 Registaram-se terremotos de particular incidência em 1309, 1318, 1321, 1331, 1337, 1344, 1347, 1355, 1356, 1366, 1395, 1404, 1504, 1512 e 1531, com impacte signifi-

- cativo, pelo menos, na cidade de Lisboa. e Coimbra Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, cit., p. 32; Maria Emília Cordeiro Ferreira, «Terramotos», *Dicionário de história de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. IV, 2.ª ed., Lisboa, 1971, p. 163.
- 119 Já depois das obras de regularização do rio levadas a cabo no século XV, Tomar sofreu os efeitos de uma grande cheia, em Novembro de 1550, provocando estragos graves em mais de centena e meia de casas da «vila de baixo». Cf. *Anais do município de Tomar*, vol. VII, pp. 306-314.
- 120 Por exemplo, no contrato relativo a umas casas da Vigairia de Tomar na rua de S. João, aforadas a Jorge Pinto, em 1481, exigia-se que este e os seus sucessores «tragam sempre as dictas casas Repayradas de todollos adobios que lhes neçessarios ssejam». A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-52, fl. 36v.
Este tipo de cláusulas era muito comum, aliás. Cf., entre outros, Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 34; Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, p. 73; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 152; Manuela Santos Silva, *ob. cit.*, p. 132.
- 121 A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, cód. B-51-41, fls. 38v-39.
- 122 Sobre a noção de espaço privado, no fim da Idade Média, ver *História da Vida Privada* (dir. por Philippe Ariès e Georges Duby), vol. 2, *Da Europa Feudal ao Renascimento* (dir. por Georges Duby), trad. do francês com revisão científica por Armando Luís de Carvalho Homem, Porto, 1990, *passim*.
- 123 A concepção da casa-utensílio, devida, nomeadamente, a Albert Demangeon, «Essai d'une classification des maisons rurales», in *Travaux du Premier Congrès International de Folklore*, *cit.*, que realça a relação da casa com as actividades produtivas, é objecto de crítica, na perspectiva da antropologia cultural, por Amos Rapoport, *Pour une anthropologie de la maison*, Paris, 1972, pp. 49-55.

OS PAÇOS DE SINTRA. ALGUNS SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA

A. FREITAS LEAL*

Admite-se correntemente que o Paço de Sintra teria sido um palácio já no tempo dos Mouros.

Quanto à sua origem Moura, não a poderemos negar peremptoriamente mas também é fácil entender que qualquer povoação importante antiga tenha sido habitada pelos Mouros que em Portugal viveram cerca de quatro séculos, e mesmo pelos Romanos.

Poderemos mesmo admitir que a zona do Paço de Sintra teria sido uma povoação muralhada no «Cabeço de Oliva» que terá sido ininterruptamente habitada desde, pelo menos, o período calcolítico onde terá existido porventura um Castro¹.

Mas seria necessário fazerem-se algumas escavações no local, para confirmar esta afirmação.

Sabe-se hoje, por documentos escritos existentes, que o Paço teria sido primeiramente doado por D. Afonso Henriques ao mestre da Ordem dos Templários D. Gualdim Pais tendo posteriormente entrado na casa das rainhas por troca com a Rainha D. Isabel.

Dizem os historiadores «clássicos» do Paço de Sintra (Conde de Sabugosa e Raul Lino) que D. João I foi o grande construtor e reformador dos Paços de Sintra cujas obras teriam tido lugar durante o 1.º quartel de quatrocentos. Porém o próprio Conde de Sabugosa, citando o abade de Castro, refere que não

existem documentos comprovativos daquela afirmação².

Tomando aquelas afirmações como «hipótese de trabalho» vamos procurar, em referências antigas, elementos que nos possam esclarecer.

Uma das primeiras referências conhecidas são as da Carta Régia de D. Dinis (1281) em que se fala da obrigação dos mouros forros do termo de Sintra oferecerem o seu trabalho para «reparar e refazer o meu Paço da Oliva e as casas da Almedina Velha do meu Castelo de Sintra e reparar os eirados das torres»³.

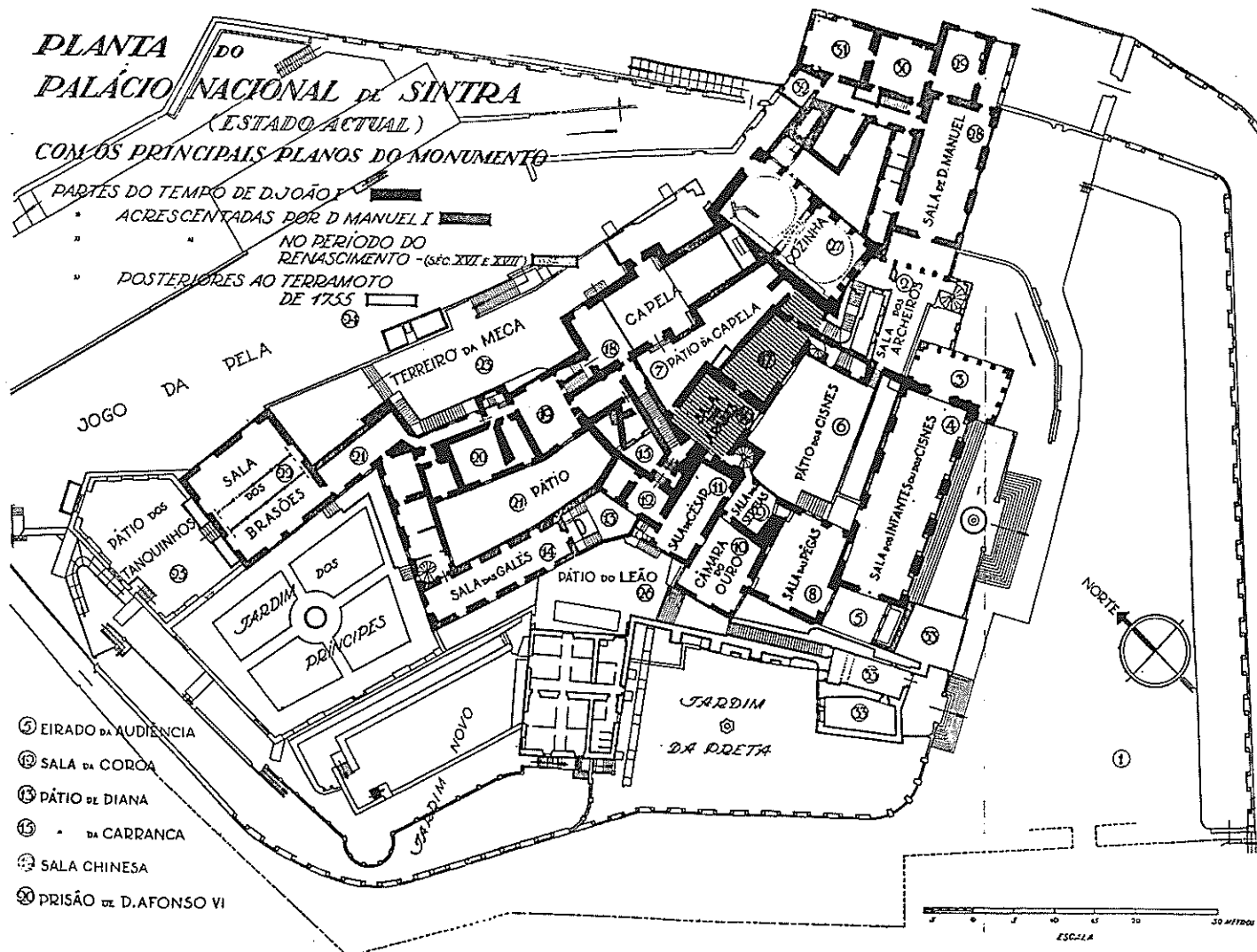
Parece claro que D. Dinis não iria requisitar o trabalho dos mouros para reparar edifícios que não fossem da Coroa.

Sabemos que mais tarde D. João I faz a doação ao Conde D. Henrique de Vilhena de «*todos os nossos Paços* que havemos na nossa Vila de Sintra».

Do ponto de vista da estrutura dos «Paços», esta última referência confirma a primeira, pelo que podemos concluir, sem erro, que na

* Arquitecto.

PLANTA DO PALÁCIO NACIONAL DE SINTRA (ESTADO ACTUAL) COM OS PRINCIPAIS PLANOS DO MONUMENTO



«Paço de Sintra». Planta publicada no livro *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, de Raul Lino. A área tracejada deverá corresponder à Sala Grande referida nas «Medidas das casas de Sintra – D. Duarte».

Almedina (cidade antiga muralhada que corresponde sensivelmente à área actualmente ocupada pelo Palácio) havia casas e torres com eirados cujas constituiriam, no seu conjunto, «os nossos Paços».

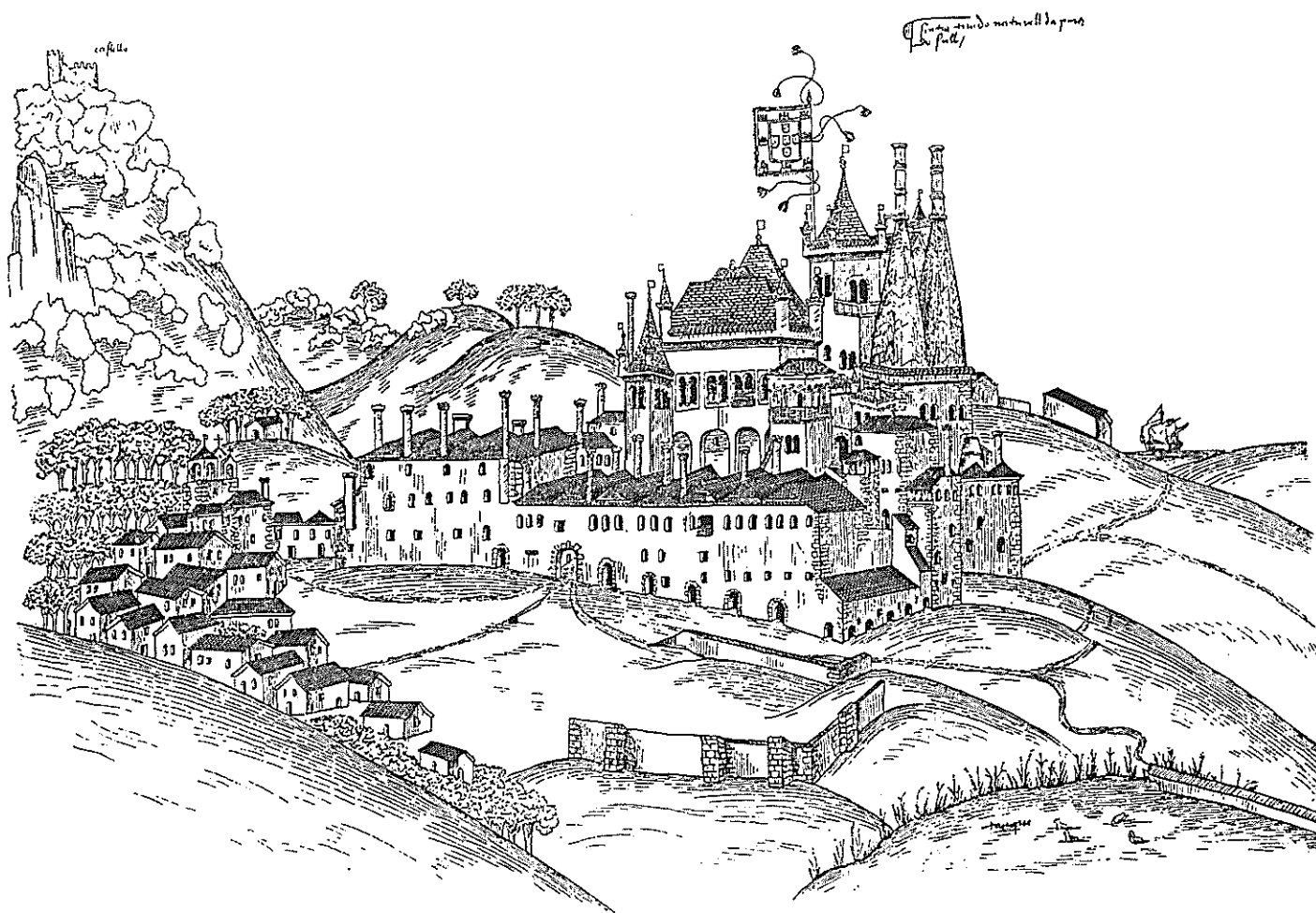
Trinta e tal anos após a referida doação ao conde D. Henrique de Vilhena que pouco depois foi anulada, encontramos na Crónica da Conquista de Ceuta (citada por Raul Lino)

uma passagem em que «Joham Affonso» faz a comparação do local aonde estavam os principes com «as logeas frias de Sintra»⁴.

Estas «lógeas» são mais tarde descritas por D. Duarte nas Medidas das Casas de Sintra⁵.

Nessa descrição são referidas cerca de trinta compartimentos: casas, torres, salas, eirados, câmaras⁶, casinhas e andaimos⁷.

Desta exaustiva enumeração de D. Duarte, são reconhecíveis na actualidade apenas a câmara das Pêgas, câmara de Ouro, guarda roupa de além, casinha de além, a capela — menor do que a actual — e a casa onde El' Rei D. João I



«SINTRA TIRADO NATURALL DA PARTE DO SULL»
 (Desenho de Duarte de Armas - 1507)

«Sintra tirado Naturall da Parte do Sull», desenho de Duarte de Armas, 1507. À direita da torre da bandeira vê-se um corpo que avança até à parede da cozinha.

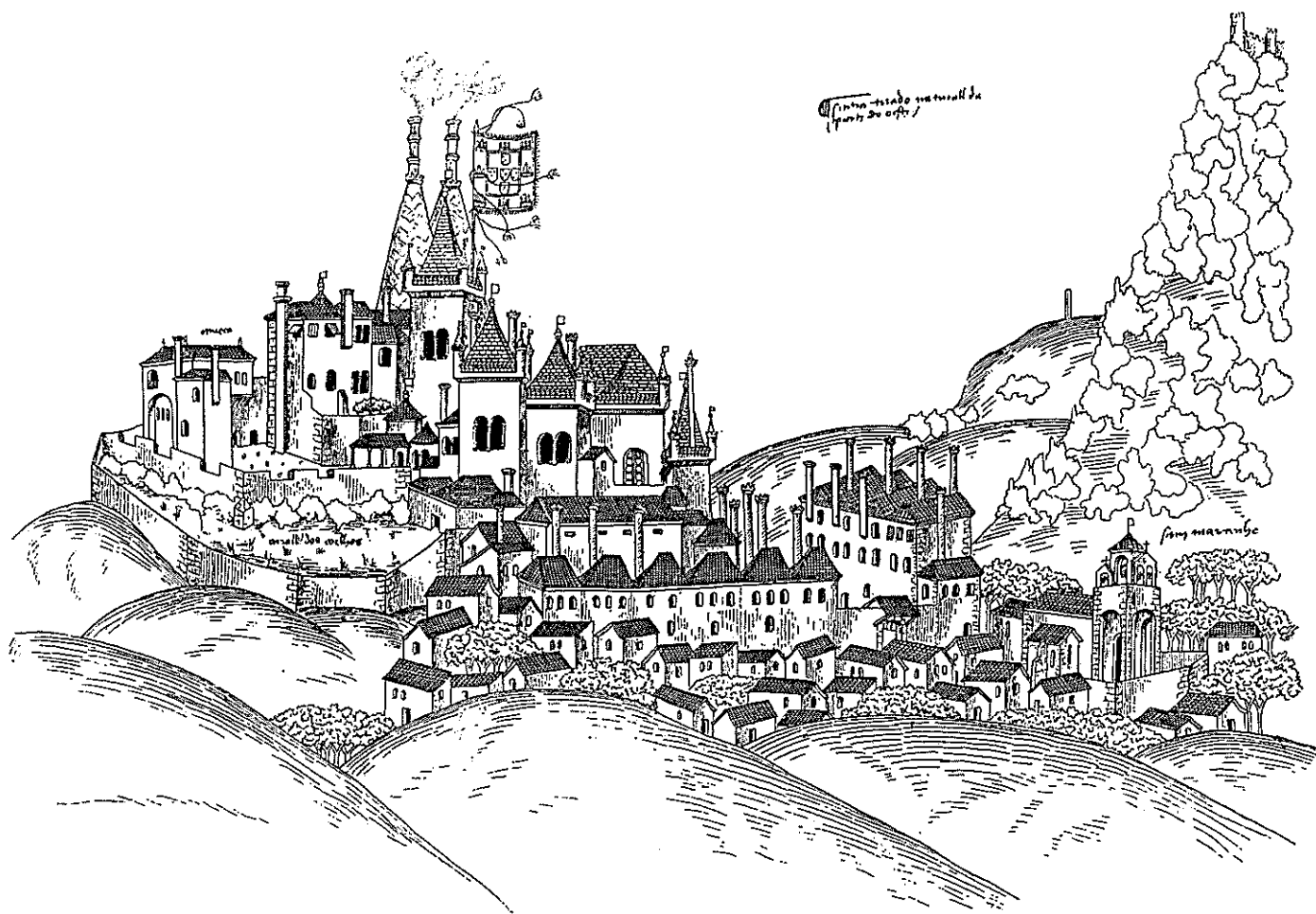
dormia. Também se refere a casa da Meca de que hoje só restam os muros do pátio dos Tanquinhos.

Porém não refere a cozinha nem a sala dos Árabes. Ora esta sala ou torre é, no desenho de Duarte de Armas, a mais importante — aquela que está distinguida com estandarte real.

Consultando a obra *Histoire de la vie privé*, na página 402, no capítulo «Aménagements de l'espace privé» encontramos uma série de plantas da Torre de Hedingham (Essex) na qual o segundo andar é ocupado pela «Grande Salle» — a Sala Grande.

Poderíamos perguntarmo-nos se não será a Sala Grande a chamada actualmente Sala dos Árabes? No já citado documento da Cartuxa figura apenas *uma dimensão* — 22,64 m⁸ e a referida sala tem apenas 7,60 m x 8,00 m.

Porém o mesmo documento refere ainda o eirado diante da sala grande com 11,32 m x 4,29 m. Ora a actual sala de



• SINTRA TIRADO NATURALL DA PARTE DO OESTE •
(Desenho de Duarte de Armas — 1507)

«Sintra tirado Naturall da Parte do Oeste», desenho de Duarte de Armas, 1507. Neste ângulo podemos ver as quatro torres do palácio sendo a mais alta (da bandeira) correspondente à actual Sala Árabe (a Sala Grande).

César — que nessa época não estava construída, tem justamente estas medidas ficando imediatamente a poente da Sala dos Árabes.

Esta hipótese permite-nos admitir que a Sala Grande seria a actual Sala dos Árabes acrescida de uma outra que a prolongava, a nascente (ver planta anexa). Considerando o seu comprimento até à cozinha cujo muro fica perpendicular ao eixo dessa mesma sala,

o seu comprimento total é justamente o já referido. Esta posição não é desmentida pelo desenho de Duarte de Armas — tirado da parte Sul.

Poderíamos concluir portanto que a Sala Grande não seria a actual Sala dos Cisnes⁹ — que não estaria ainda construída no tempo de D. Duarte — mas sim a Torre do Estandarte.

Do que ficou exposto parece-nos poder concluir que os Paços de Sintra no reinado de D. Duarte (1433-1438) eram constituídos por um amontoado de casas, torres e arruamentos (andaimos) que só seriam integrados como Palácio mais tarde, nos reinados de D. Afonso V e D. João II.



Paço de Belas, obras realizadas por D. Beatriz (mãe de D. Manuel I). As arcadas do piso inferior foram descobertas durante as últimas obras de restauro (1992). As janelas no meio dos arcos foram projectadas pelo arq. Raul Lino.

É com efeito nos meados do século XV que se generaliza em Portugal a grande mudança no modo de habitar ¹⁰.

É neste contexto que o Castelo da Feira é concedido a Fernão Pereira em 1448 com a obrigação de o reparar ¹¹.

Será provavelmente dois anos antes que Martim Afonso de Mello, Alcaide-Mor de Évora realiza a ampliação da primitiva Torre das Cinco Quinas. No novo edifício manda construir uma segunda torre fazendo contraponto com a primeira conforme o uso da época. Nessa nova torre fez abrir duas janelas germinadas (ogivais) utilizando capiteis mouriscos porventura trazidos de Ceuta onde, depois da conquista, D. João I o convidou para governador da Praça.

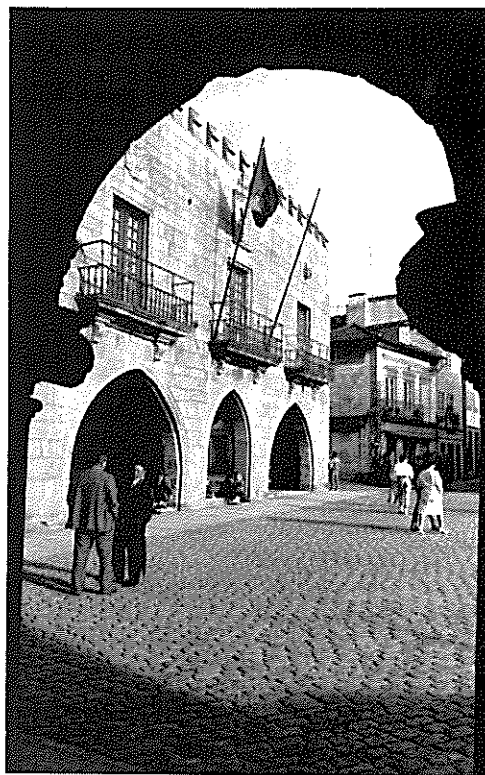
Em 1470 D. Afonso V dá início à construção do Paço de S. Francisco em Évora ¹². Pode admitir-se que datará de época um pouco anterior em Sintra o início da construção das arcadas sob a Sala dos Cisnes ¹³ as cozinhas, o aumento do comprimento da capela bem como a execução do respectivo tecto de alfarge pois nele aparece já o brasão de D. Afonso V ¹⁴.

Quanto às arcadas no piso térreo, refiro ainda que era corrente na época fazerem-se arcadas abertas como se pode observar, entre outros na Casa da Câmara de Viana do Minho, Paço do Concelho de Guimarães, nos Paços de

Belas e, conforme se observa nas gravuras, no Paço da Alcáçova de Lisboa.

Relativamente à cozinha, admito que tenha sido também construída nesta época ou posteriormente pois então seriam relativamente correntes os remates cônicos como se pode ver na igreja de S. Francisco e num pequeno edifício existente no pátio entre a Torre das Cinco Quinas e a Igreja dos Lóios e na torre de S. Manços em Évora, bem como os remates superiores das escadas helicoidais em alguns edifícios no Alentejo, etc.

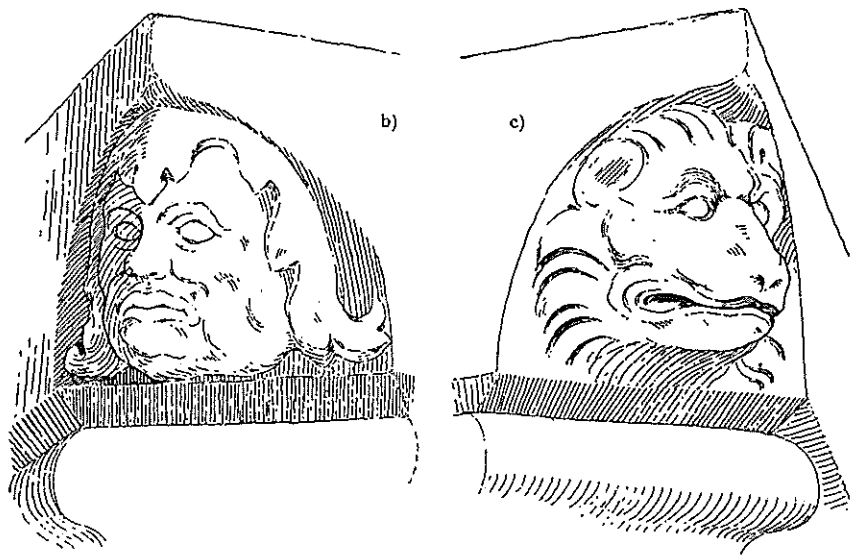
Quanto às obras realizadas por D. Afonso V no Paço de Sintra, existe uma referência de 1459 em que se diz que D. Afonso V «considerando o grande trabalho que continuamente levam os moradores e vizinhos da Vila de Sintra assim por causa



Câmara Municipal de Viana do Castelo. Arcadas inferiores, talvez do princípio do séc. XVI.



Paços de Sintra: capiteis da chamada Gruta dos Banhos.



Paços de Sintra: pormenores dos capiteis da Gruta dos Banhos. Desenho publicado no livro *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, de R. Lino. É de notar a qualidade escultórica bem como as características renascentistas do trabalho.



Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa: capitel de mármore encontrado durante as escavações realizadas em 1959 (Museu da Cidade). A construção deste edifício tem início em 1492. Repare-se na flagrante semelhança com os capiteis de Sintra.

das obras que mandamos fazer nos nossos Paços da dita Vila como por pousar com eles as pessoas da nossa corte as muitas vezes que a ela vimos estar»¹⁵...

Mais tarde, em 1465, por estarem muito avançadas as obras no Paço, D. Afonso V concede à Vila de Sintra o privilégio de nenhum fidalgo aí receber aposentadoria.

Embora no reinado de D. Afonso V se construísse em estilo gótico muito sóbrio, é verdade que na segunda metade do século XV se começa a construir, principalmente no Alentejo, em estilo mourisco, por influência da presença portuguesa em Marrocos — conquista de Alcácer Ceguer em 1458 e Arzila e Tânger em 1471.

Este gosto começara já com a tomada de Ceuta em 1415. Dois fidalgos houve, como D. Afonso, conde de Barcelos e Martim Afonso de Mello, que trouxeram colunas e capiteis que aplicaram em diversos edifícios em Portugal¹⁶. No altar da capela da Franqueira (Barcelos) a tradição refere que as colunas foram trazidas de Ceuta.

Sinais deste gosto encontram-se nos Paços da Sempre Noiva, Giesteira e Água de Peixes, no Paço de D. Jaime em Vila Viçosa etc., e é no reinado de D. Afonso V que se dá início à construção da casa do Senado e aos Paços de S. Francisco em Évora cuja construção tem início em 1470.

Mas será principalmente nos finais do século XV, já no reinado de D. João II que este gosto mais se desenvolve; assim no Castelo de Alvito, Igreja da Conceição em Beja, nos Paços de S. Francisco em Évora¹⁷ aparecem arcos de volta mourisca.

Em 1490 D. João II dá carta de mercê das obras de Sintra a João Cordeiro e nomeia mestre das ditas obras João Rodrigues.

É também em 1490 que em Évora El-Rei D. João II manda celebrar as exéquias pela sua irmã D. Joana na Igreja de S. Francisco, por esta já estar terminada. No mesmo ano amplia-se o Paço de S. Francisco.

É na mesma época que D. João II manda acabar o ornato da casa do Senado em Évora¹⁸. Fizeram-se nessa altura as varandas em «mourisco».

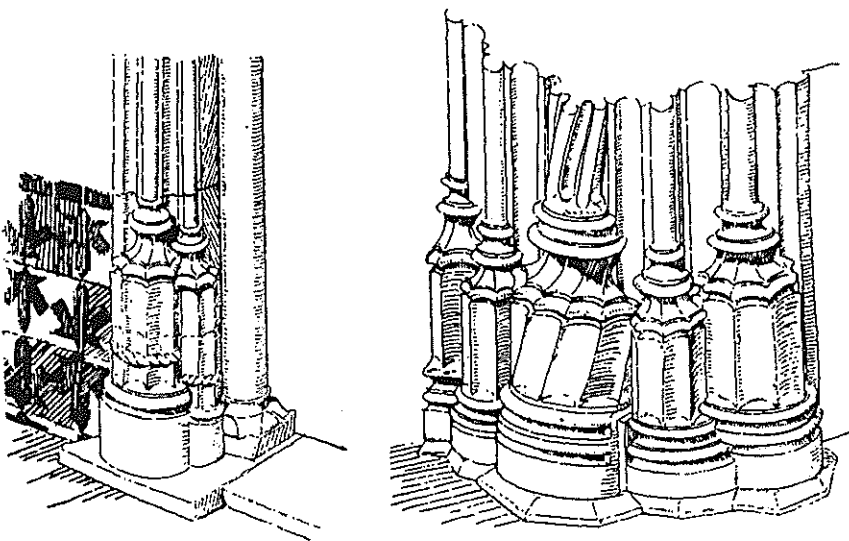
Podemos, dentro deste gosto em plena expansão, deduzir sem custo, que nos Paços de Sintra, as partes onde existem janelas mouriscas, serão também desta época.

Passando agora a citar a obra de Raul Lino¹⁹ que na página 93 embora atribuindo-o à época de D. João I, convida os investigadores a identificarem os artistas que trabalharam naqueles vãos. Já na página 46 diz que merecem reparo atento e não se podem confundir nem com a obra posterior, muito vagamente mouriscada do mesmo Paço, nem tão pouco com qualquer tipo de construções mudejares do Alentejo. O mudejarismo de Sintra é *sui generis* e único em toda a Península. Mais adiante na mesma página diz «... pode classificar-se de nova, inédita, a solução mudejar no que se refere aos vãos dos Paços (de D. João I) que representa um aproveitamento feliz de elementos góticos sujeitados à concepção muçulmana».

Na página 47 opina sobre o mudejarismo de Sintra: «Distingue-se por elegante sobriedade da composição...» «Diferenciam-se estes vãos à primeira vista dos que D. Manuel, mais tarde, mandou fazer na chamada ala



Hospital Real de Todos os Santos: pormenor de base de coluna (Museu da Cidade). Chamo a atenção para a cabeça de um «mestre» escultor de quatrocentos. Estes achados irão talvez permitir datar a execução simultânea dos trabalhos de Sintra e H.R.T.S. entre 1492 e 1500.



Pormenores das bases dos colunelos da Sala da Audiência e da Porta da Sala dos Cisnes. Nestes últimos figura uma superfície cilíndrica com a geratriz inclinada como mais tarde (1508) vão figurar no portal da Igreja da Conceição Velha.



Paços de Sintra: vão do Pátio da Audiência. Arco geminado de influência marroquina envolto com alfiz.



Paço de Sintra: janela pré-manuelina da fachada Oeste. Trata-se de uma variante sobre um arco de querena abatido.

manuelina por um perfeito antagonismo de espírito. Onde ali tínhamos sobriedade, elegância e certo ar hedonístico, mas de um hedonismo discreto, submetido à razão, nos manuelinos há uma exuberância, uma incontinência... nada mais contrário à comedida ornamentação e à esbelteza dos vãos mudéjares».

Noutra passagem, na página 58: «Estes vãos (gruta dos Banhos no pátio Central) de forma mediavalesca, mas no entanto exóticos. Um pormenor há que os classifica como de outras paragens, longe do Moghreb e de aqui, uma das cabecinhas e os leões de talhe clássico... são de estilo muito especial... só parece tratar-se de obra feita em Itália!».

Estas notas, que reflectem uma grande sensibilidade do arq. Raul Lino, atiram-nos para uma influência «clássica» e italiana.

Ora entre os anos de 1491 e 1500 sabemos que um italiano, natural de Florença, vem trabalhar para Portugal a pedido de D. João II feito a Lourenço de Medicis — Andrea Contucci, chamado Sansovino.

Admitindo esta colaboração de Sansovino no Paço de Sintra, poderemos ver com detalhe o que dele diz o seu biógrafo — Giorgio Vasari²⁰:

«Realizou para aquele Rei (D. João II) obras de escultura e de arquitectura, e particularmente um bellissimo palácio com quatro torres...»²¹.

«...E uma parte do palácio foi pintado segundo o desenho e cartão da mão de Andrea que desenhou muito bem como se pode ver no nosso livro...»

«Fez também Andrea, a pedido daquele Rei algumas obras *extravagantes* e custosas (“difficili”) de arquitectura, *segundo o uso daquele país*, para agradar ao Rei... o qual (Andrea) tendo estado nove anos em Portugal... e desejando rever os seus parentes e amigos na Toscânia deliberou, havendo recebido uma boa soma de dinheiro, com boa graça d’El-Rei regressou a casa... deixando quem terminasse as obras que ficaram inacabadas».

Sobre este arquitecto, Guido Batteli²² na página 7 afirma: «Pode-se tentar reconhecer a mão ou ao menos o desenho seu em muitas obras, tanto de escultura como de arquitectura em que ressalte, de forma clara, o seu carácter italiano». E mais adiante acrescenta: «Pode-se falar de uma escola da Renascença contemporânea mas de facto independente da corrente manuelina que no fundo não é senão um último florescimento do gótico flamejante, no qual se fizeram sem coordenação lógica motivos clássicos e motivos naturalistas num modo caprichoso e extravagante»... Já na página 9 Guido Batteli afirma: «Não escondo a dificuldade que apresenta a demonstração de uma tese baseada principalmente em considerações estilísticas sem o apoio de documentos de arquivo».

Parecendo confirmar Vasari que indica «um bellissimo palácio», D. Manuel já em 1497 refere «noos magníficos Paços que no mesmo lugar nos reis tem para seu aposento, e dos que com ele ali vam...»²³.

Mas no Verão de 1500 Sansovino regressa a Florença e deixou quem terminasse as obras que ficavam inacabadas.

Quem seriam estes discípulos? Quais foram as suas realizações?

A esta segunda pergunta responde, em parte o mestre Raul Lino com a sua afinada sensibilidade:

«Tudo nos parece anterior ao espírito das obras manuelinas.

«É evidente que este celebrado estilo do Rei Venturoso não nasceu de um dia para outro e aqui neste mesmo espaço temos ocasião de apreciar como, por exemplo, se deu a evolução das bases dos colunelos. Assim os torcidos deste portal sugerem-nos mais depressa o estilo da Igreja da Conceição em Beja, do tempo de D. João II, do que qualquer das obras manuelinas de Sintra» (p. 86).

E na página 113, referindo-se à sala dos brasões cujas obras têm início em 1508²⁴ o arquitecto Raul Lino diz que «não pode haver dúvida que todo o real

favor se inclinou para um declarado italianismo... em toda a estrutura do tecto e seu pormenor é a Arte de Itália que ditou a maneira por que a obra foi concebida...» e continua descrevendo a Sala dos Brasões afirmando que as meias cúpulas aos quatro cantos sugerem mais sensivelmente obra italiana do género da Sala dos Esposos do Palácio Ducal de Mântua ou a Sala da Academia em Veneza (os painéis ogivais) ambas dos finais do século XV.

Por outro lado podem observar-se, no Paço de Sintra alguns vãos geminados semelhantes aos mouriscos que, quer em proporções quer em desenvolvimento das formas, acusam ligeiras diferenças que denunciam a presença dos «discípulos» que Sansovino teria deixado por cá a trabalhar.

Voltando a Guido Battelli²⁵ relembramos a sua afirmação: «Documentos contemporâneos atestam que nos estaleiros de Belém trabalhava-se «ao Romano» no fim dos primeiros anos do século XVI antes da vinda dos mestres franceses... «são canteiros portugueses»... e continua... «Pode-se falar de uma escola portuguesa da Renascença contemporânea, mas de facto, independente da corrente manuelina que, no fundo, não é senão um último florescimento do gótico flamejante».

Quanto à obra do edifício da Sala dos Brasões, encontramos novamente, em Vasari, a chave.

Com efeito, no seu texto já citado, diz que «uma parte do palácio foi pintado (dipinto) segundo o desenho e cartões das mãos de Andrea que desenhou muito bem»...

Este edifício que não figura nos desenhos de Duarte de Armas, pois surge um ano depois da feitura dos referidos desenhos, é construído junto ao que resta da casa da Meca e teria sido, segundo de Sansovino, executado pelos discípulos que deixou em Portugal.

Admito que um dos responsáveis pela execução do edifício dos Brasões possa ter sido Boitaca ou Boutaca²⁶ pois que o desenho dos arcos de algumas das janelas geminadas se assemelham fortemente ao arco da porta principal da Igreja Matriz da Batalha cuja autoria é atribuída ao Mestre Boutaca.

Serão pois estes «discípulos» que, juntamente com os mestres que trabalharam no Alentejo irão criar o conjunto das novas formas manuelinas que proliferam no país durante meio século²⁷.

NOTAS

- 1 Artigo do Dr. J. Cardim Ribeiro, no *Jornal de Sintra*, Fevereiro de 1987.
- 2 «Em todos os escriptores da vida de El'Rei D. João I achamos sem discrepar nenhum que foi ele quem reedificou...».
- 3 Citado pelo Doutor José Custódio V. da Silva na sua tese de doutoramento na UN.
- 4 Não seriam todas assim tão frias pois pelo menos *na sala*, conforme refere no livro da Montaria (citado por Raul Lino) D. João I diz «que o melhor remédio para o cansaço do entendimento é ver a SALA bem guarnecida de mui ricos panos e outros».



Igreja Matriz da Batalha: portal principal. Obra atribuída ao mestre Boutaca. Nela é utilizado o mesmo tema da janela do Paço de Sintra com idêntica expressão mas com um tratamento mais complexo e já com uma faixa envolvente com motivos do renascimento francês.

- 5 In *Livro dos conselhos de El'Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Ed. Estampa.
- 6 No século XV câmara tinha por vezes significado de torre, como se pode depreender do nome com que ainda hoje os mouros de Arzila designam a Torre — «El Kamra». Podemos verificar ainda que no brasão da família Câmara figura uma torre com um lobo de cada lado (Câmara de Lobos).
- 7 Caminhos estreitos.
- 8 O facto de nas medidas meticulosamente tiradas por D. Duarte figurar apenas o comprimento poderá dever-se ao facto de a referida sala não ser rectangular, possuindo uma largura variável.
- 9 Note-se que a Sala dos Cisnes tem aproximadamente 23,50 m de comprimento.
- 10 Anteriormente os nobres habitavam em Torres ou Paços com três ou mesmo quatro pisos em

que, no piso térreo, com entrada pelo 1.º andar, ficavam as masmorras ou matmorras onde se guardavam para o inverno os cereais e os enchidos bem como os materiais de uso agrícola e mesmo as armas.

No 1.º andar fazia-se o lume, tomavam-se as refeições, e dormiam os homens, sendo o piso superior (2.º) destinado às mulheres e aí ficava, além da alcova do casal, o lugar para as mulheres e crianças viverem e dormirem.

- 11 Chama-se a atenção para os remates cónicos das torres que se assemelham às chaminés do Paço de Sintra.
- 12 P. António Franco, *Évora Ilustrada*, 1945, Ed. Nazareth, Évora.
- 13 Confrontar com os arcos das naves da Igreja de S. Tiago no Castelo de Palmela construída entre 1443 e 1470.
- 14 O capitel gótico sob a tribuna, pode ser o aproveitamento de um elemento da antiga capela. É de notar também que na actual capela existem janelas góticas flamejantes como as da Batalha, o que permite supor que nela trabalhavam alguns mestres daquela obra que ainda estava em construção. De notar ainda que é na capela o único local parte do Paço de Sintra onde se encontram formas flamejantes.
- 15 Conde de Sabugosa, *O Paço de Sintra*, Impr. Nac., 1903, p. 38.
- 16 Raul Lino, *Os Paços Reais da Vila de Sintra*. «El-Rei D. Afonso V foi um dos reis que mais se pagou da assistência de Évora onde deu princípio ao Palácio Real posto que alguém o atribua a D. João II».
- 17 *Évora Ilustrada*, já citada.
- 18 P.º António Franco, *Évora Ilustrada*.

19 Raul Lino, *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, Ed. v.c., Lisboa, 1948.

20 Giorgio Vasari, *Vite de piu eccelenti pitori, scultori e architetti*, Fiorenza, 1568.

21 No desenho de Duarte de Armas (1507) «Sintra tirado do natural da parte do Oeste», representa quatro torres no Paço.

22 Guido Batteli, *Andrea Sansovino e l'Arte Italiana della Rinascenza in Portugal*, Florença, 1936.

23 Damião de Góis, citado por Raul Lino, obra citada.

24 Conde de Sabugosa, *O Paço de Sintra*, Impr. Nac., Lisboa, 1903.

25 Guido Batteli, obra citada

26 O Conde de Sabugosa, na já citada obra, refere que Boutaca, Boitaca ou Botaça... ou seja ele português como afirmam alguns, e natural de um lugar perto da Batalha que se chama Boutaca, ou italiano mandado chamar a Portugal por el-rei D. João II...

27 Raul Lino, obra já citada, refere na página 130: «E mais nos parece que foi este monumento que teria inspirado o que no manuelino é atribuível a influência islâmica».

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Carlos (1969) — *Solares Portugueses*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa.

COSTA, Francisco (1980) — *O Padrão Real de Sintra*, Ed. Câmara Municipal de Sintra.

DUBY, Georges (1985) — *Histoire de la vie privée*, Ed. Seuil, Paris.

FRANCO, P.º António (1945) — *Évora Ilustrada*, Ed. Nazareth, Évora.

GÓIS, Damião de (1954) — *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Ed. Universidade de Coimbra, 1954.

LINO, Raul (1948) — *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, Ed. Valentim de Carvalho, Lisboa.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa) (1982) — Ed. Estampa, Imp. Univ., Lisboa.

MATTOSO, José (1982) — *Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros*, Ed. Guimarães & C.ª, Lisboa.

RESENDE, Garcia de (1973) — *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa.

SABUGOSA, Conde de (1903) — *O Paço de Sintra*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa.

SANTOS, Reinaldo dos (1924) — *Guia de Portugal*, vol. I, Ed. Biblioteca Nacional, Lisboa.

SILVA, José Custódio V. (1993) — *Paços Medievais Portugueses*, Tese de Doutoramento UN.

VASARI, Giorgio (1647) — *Vite de Piu Eccelenti Pitore, Scultori e Architetti*, Bolonha.

A SÉ DE SILVES: A MEMÓRIA DA PEDRA

T. JÚDICE GAMITO*

G. LENSCH**

K. MARSCHALL***

L. OLIVEIRA****

I. ALTE DA VEIGA*****

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui a súmula daquele que foi desenvolvido pela equipa subscritora durante 1994, no âmbito do projecto «Processos de Degradação dos Monumentos do Algarve», base de uma acção integrada Luso-Alemã, estabelecida entre a Universidade do Algarve, Sector de Arqueologia, e a Universidade de Saarland, Saarbrücke, Departamento de Geochimie, para o ano de 1994, subsidiada pelo CRUP, do lado Português, e pela DAAD, pelo lado alemão, e que irá continuar em 1995. A Universidade do Algarve já tinha estabelecido contactos frequentes com a Universidade de Saarland, através do Sector da Química, onde leccionava a tempo parcial o Prof. G. Wallis, amigo pessoal do Prof. G. Lensch, que, em 1992, numa das suas primeiras visitas à Universidade do Algarve, contactou o Sector de Arqueologia, tendo já em vista uma futura colaboração entre os dois departamentos.

Dada a carência que se nota em Portugal de técnicos especializados ou até mesmo sensibilizados para este tipo de análise, diagnóstico e recuperação de materiais desgastados ou com «doenças» várias, e que constituem parte integrante de monumentos nacionais das mais diversas épocas, julgamos da

maior pertinência o desencadear deste projecto e, por outro lado, observarmos a aplicação de técnicas mais ou menos sofisticadas a este tipo de análise e dos seus resultados uma vez aplicados. Encontrando-se a Universidade do Algarve particularmente sensibilizada por este tipo de investigação e com a degradação do Património Cultural de Portugal, e do Algarve em particular, não foi sem manifesto entusiasmo que desencadeou esta investigação ainda em curso.

O método aplicado tem por base o programa MR-2-Rollei-Photogrammetrie para a exploração e valorização de fotografias por fotogrametria, conjugado com o programa Auto-CAD, Version 12, como programa de desenho para posições planas, de que a Dr.^a Kristina Marschall é especialista. Escolheram-se três possíveis monumentos para exploração e aplicação do método: a Sé de Silves, que apresenta a grande conveniência de ter sido construída com pedra da região, os dioritos de Silves, portanto de fácil recuperação na localidade, e simultaneamente, por

* Prof. Catedrático – Universidade do Algarve.

** Prof. Catedrático – Universidade de Saarland.

*** Assistente – Universidade de Saarland.

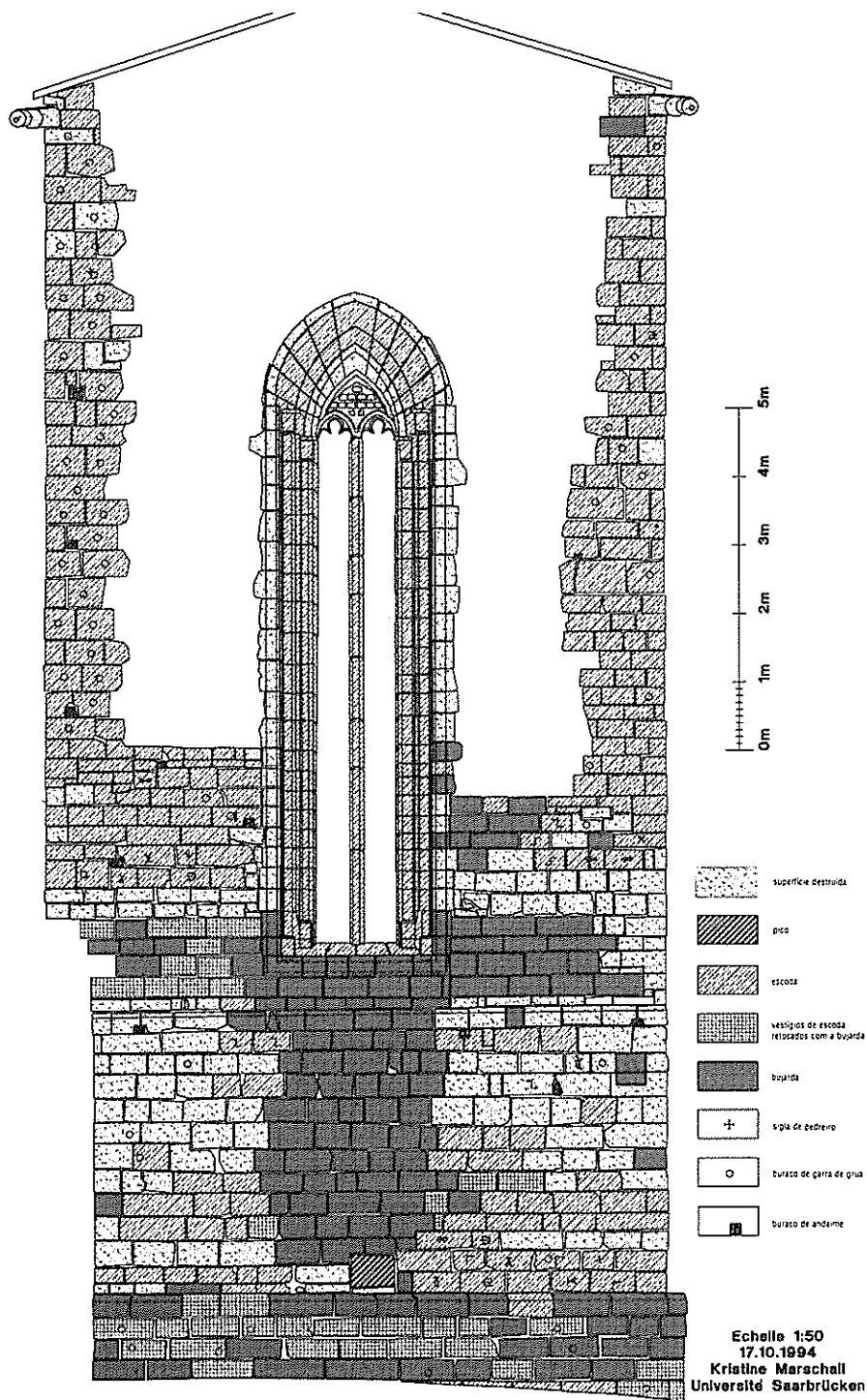
**** Assistente – Universidade do Algarve.

***** Licenciada em História.

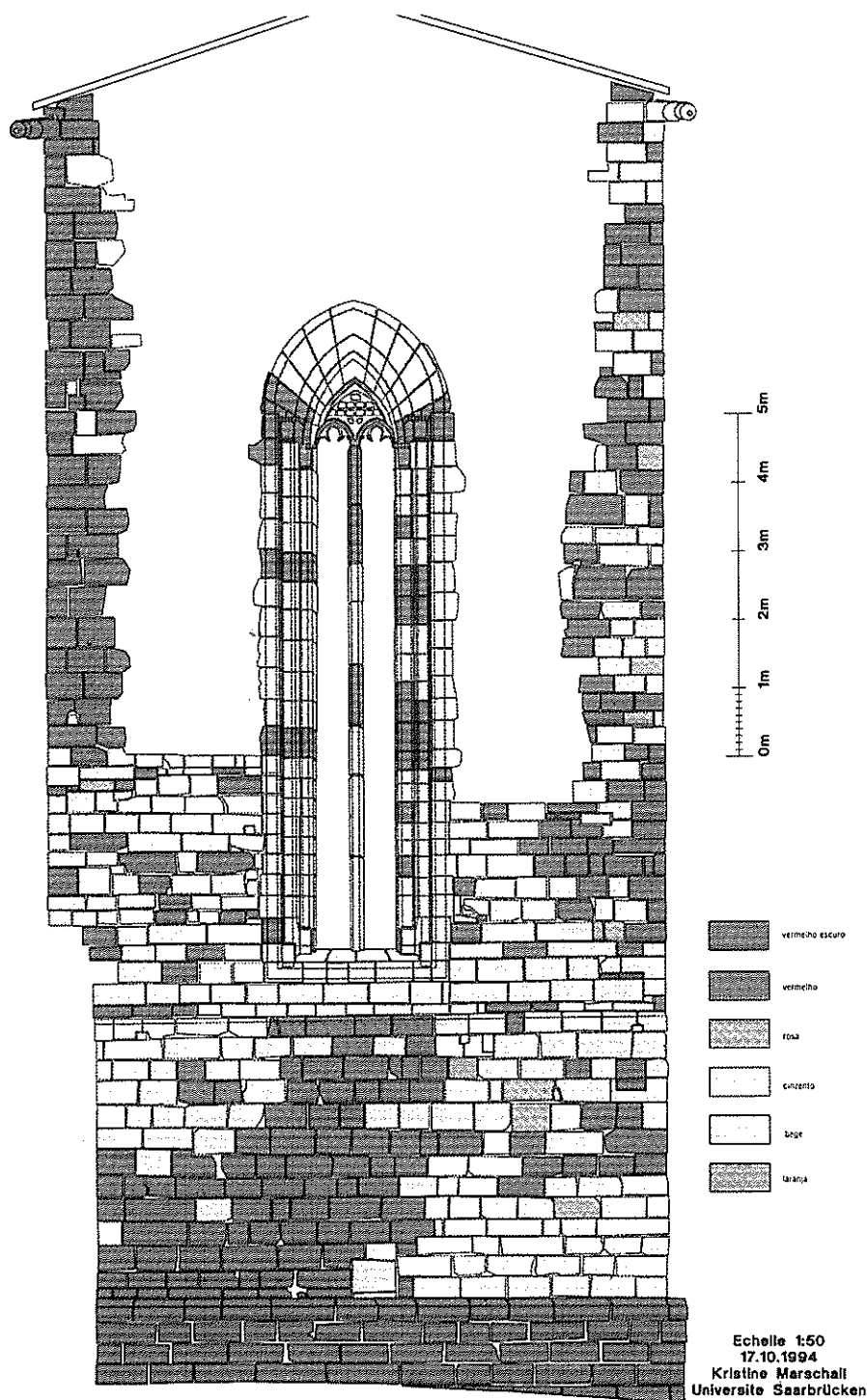
apresentar logo à partida, sinais claros de reconstruções posteriores, e por essas remodelações estarem minimamente documentadas e referenciadas nos Monumentos Nacionais, claramente visíveis nas fotografias amavelmente cedidas pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais. Outros possíveis monumentos para objecto de estudo serão a torre sineira da Sé de Faro, onde também são bem visíveis os sucessivos retoques posteriores à sua construção medieval, e o convento de Nossa Senhora da Assunção, em Faro, actual Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, de traça posterior.

A equipe, inicialmente constituída apenas pelos Professores G. Lensch e T. Júdice Gamito, que elaboraram o projecto, foi secundada pelas Dr.^{as} K. Marschall e I. Alte da Veiga, esta última, no entanto, por motivos particulares, não pode continuar a trabalhar no projecto. A equipe foi, por isso, posteriormente alargada ao Dr. Luís Oliveira, medievalista e arqueólogo da Universidade do Algarve, que se disponibilizou para nos ajudar, e que se responsabilizou pela investigação histórica. Estamos particularmente gratos à Câmara Municipal de Silves e especialmente à Dr.^a Gabriela Martins, directora da Biblioteca da Câmara, que nos facilitou ao máximo o acesso a documentação que a UAL não dispunha, e à Direcção Geral dos Monumentos Nacionais que nos facultou algumas fotografias da catedral de Silves, em diversas fases de remodelação, que constam neste artigo.

A antiga Sé de Silves, construída com a pedra ruiva da região, o grés de Silves¹, não tem suscitado um grande interesse entre os especialistas. À parte alguns trabalhos de história local, motivados pela defesa do património e pela divulgação do templo, ou pela sua interpretação dentro do contexto urbano², não abundam os estudos que a analisaram em pormenor. A maior parte dos



Planta 1 — O talhe da pedra no muro sul do topo sul do transepto.



Planta 2 — A cor da pedra no muro sul do topo sul do transepto.

investigadores pouco mais lhe tem dedicado que algumas páginas, seja para afirmar a lenta progressão das obras, para a classificar entre as catedrais góticas do século XV, ou para lhe assinalar a influência da arquitectura da Batalha³. Em rigor, e apesar da importância daquelas análises, mais preocupadas em contextualizar o monumento, a Sé de Silves continua a aguardar uma monografia especializada, que dê conta de todas as suas particularidades arquitectónicas, atendendo à cronologia da construção e das sucessivas restaurações a que ela foi sujeita.

As informações disponíveis sobre a construção da Sé de Silves não são, porém, muito abundantes, dado o desaparecimento do cartório medieval do bispado, talvez desviado para Castela⁴. Nos anos cinquenta deste século, na publicação que a DGMEN lhe dedicou, depois de concluídas as empreitadas de restauro, apenas se conseguiu datar o início das obras da segunda metade do século XIII, além das remodelações efectuadas durante os séculos XV e XVIII, estas últimas talvez derivadas do sismo de meados da centúria⁵. É possível avançar, no entanto, um pouco mais, graças à conjugação de notícias dispersas, provenientes de documentação escrita com outras preocupações. O quadro obtido não é, como se calcula, totalmente seguro, mas talvez ofereça uma maior verosimelhança, a partir da qual se possam apresentar algumas hipóteses de trabalho sobre as principais épocas de construção, ou de transformação arquitectónica do templo, que deverão ser confirmadas, sempre que possível, por outras fontes de informação.

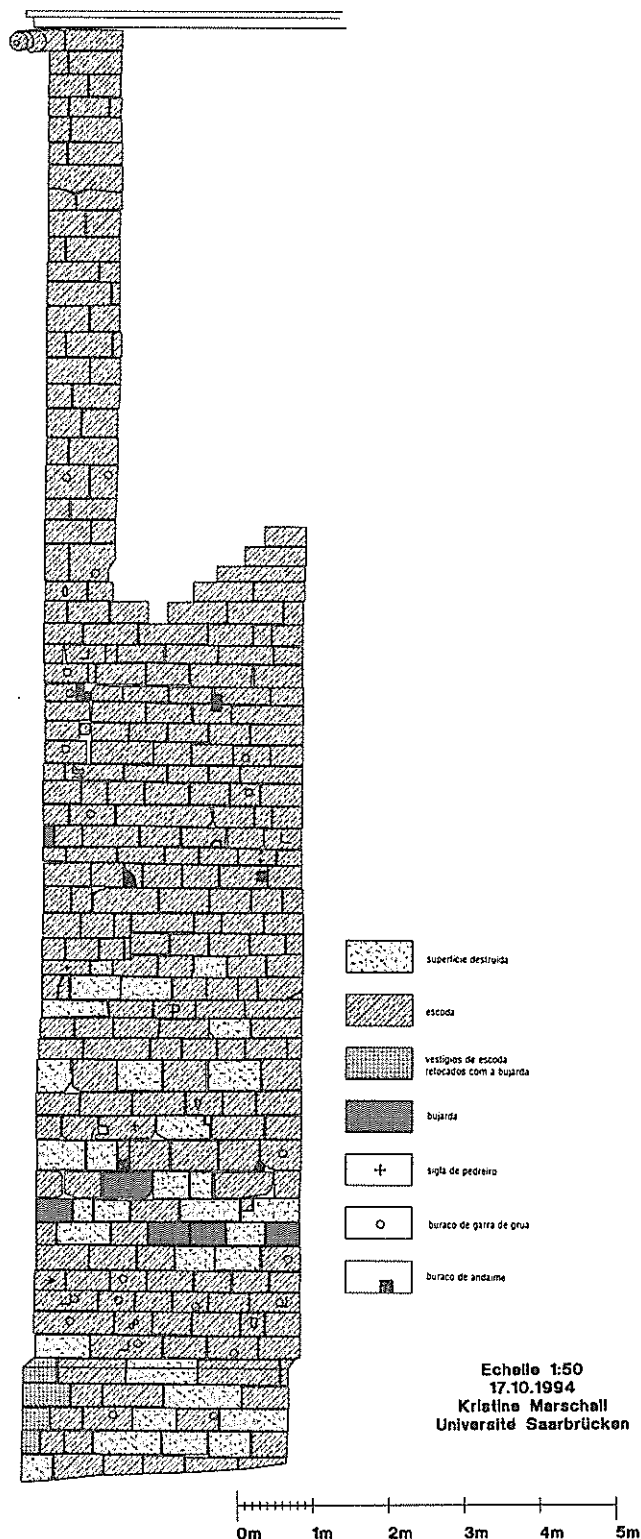
AS NOTÍCIAS HISTÓRICAS

Após a conquista definitiva da cidade em meados do século XIII, o templo cristão deve

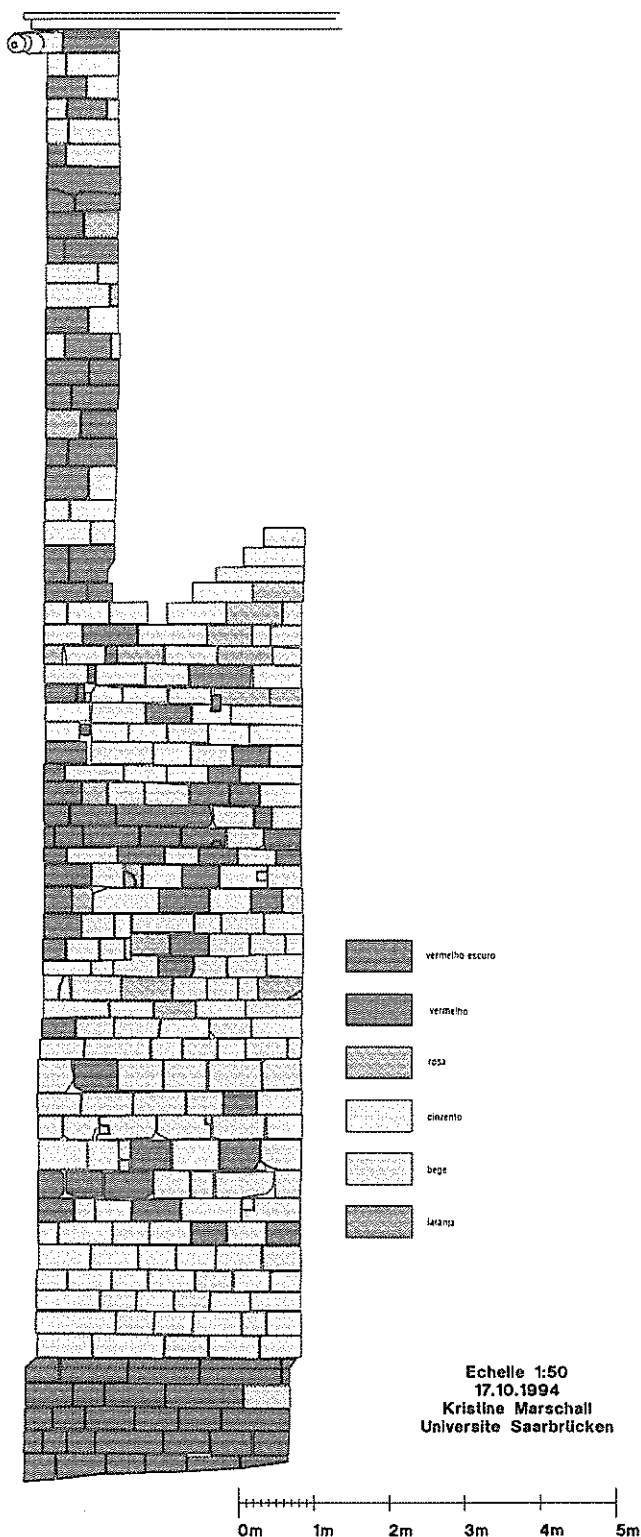
ter ocupado o espaço da antiga mesquita maior, tal como acontecera após a conquista de 1189 e era norma nestes casos ⁶. Esta situação deve ter-se mantido por algum tempo, já que o ambiente de conflito vivido entre Afonso III e Afonso X até 1268, a propósito do senhorio do Algarve ⁷, não facilitaria, por certo, a construção de um novo edifício. E tanto mais quanto a restauração da Sé e a nomeação de bispo constituíam uma das vias privilegiadas para cada um dos monarcas cristãos afirmar as suas pretensões.

À parte a sua localização, nada se conhece desse edifício primitivo. No entanto, é provável que a igreja cristã tivesse mantido uma orientação semelhante à da mesquita, ou até que tenha conservado algumas das estruturas anteriores. De facto, os silhares da base da antiga torre sineira, situada junto ao topo norte do transepto, apresentam um desgaste muito superior a qualquer dos restantes situados no interior da igreja, sinal provável de uma idade mais provecta, ou mesmo de uma anterior exposição à acção directa dos elementos atmosféricos. E nessa eventualidade, não é impossível que eles correspondam ao arranque do antigo minarete da mesquita, posteriormente reaproveitado pelos construtores cristãos. O caso, de resto, não seria inédito, pois essa terá sido, ao que parece, a origem da actual torre sineira da igreja matriz de Loulé ⁸.

As obras de construção do novo templo devem ter-se iniciado entre 1268 e 1279. Nesta última data, de acordo com uma lápide funerária encontrada durante as obras de restauro da primeira metade do século XX ⁹, ainda não se deviam ter ultrapassado os trabalhos de fundações do novo templo. Iniciados talvez pela zona da cabeceira, quase sempre a primeira a concluir-se, de modo a oferecer um lugar de culto ¹⁰, os trabalhos



Planta 3 — O talhe da pedra no muro este do topo sul do transepto.



Planta 4 — A cor da pedra no muro este do topo sul do transepto.

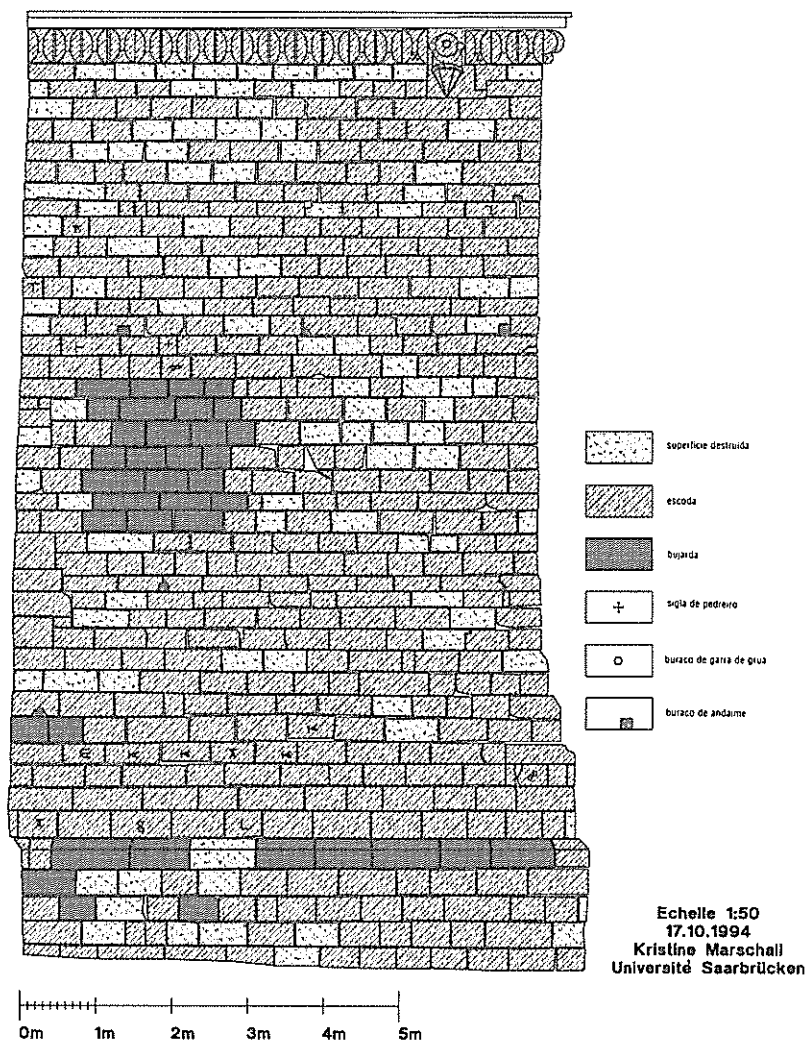
prolongaram-se por vários anos. Pelo menos, é nesse sentido que apontam dois documentos da primeira metade do século XIV: um de 1326 e relativo a uma reunião na igreja *velha*, servindo o adjectivo para testemunhar, assim, a existência simultânea de dois locais de culto, e o outro de 1347, com uma referência explícita às obras da igreja ¹¹. O arrastar das obras por vários anos não era, de resto, uma situação inédita ¹², dada as dificuldades de financiamento, ou de contratação de mão-de-obra especializada, sem esquecer os efeitos prováveis dos sismos que abalaram Silves durante o século XIV, com destaque para o que ocorreu por meados da centúria, de que há notícias concretas ¹³.

As dificuldades em concluir a construção do templo podem ainda ser testemunhadas por uma tradição local, documentada, pela primeira vez, nos capítulos de Silves às cortes de Évora de 1473 ¹⁴, mas que refere personagens pertencentes a meados do século XIV. Segundo essa tradição, Fr. Álvaro Pais, bispo de Silves entre 1333 e 1349, teria amaldiçoado a cidade quando a abandonou devido a desinteligências com a população e o clero episcopal, referindo que nunca os seus habitantes veriam concluídas as obras da ponte e da sé catedral ¹⁵. Quer se trate de uma memória verídica, ou de uma história construída a partir de um personagem célebre, sempre aptos a aglutinarem factos e vidas alheias, a sua conservação pelas gentes locais demonstra que ela correspondia a uma situação real, fornecendo uma explicação aceitável para um facto que estava à vista de todos.

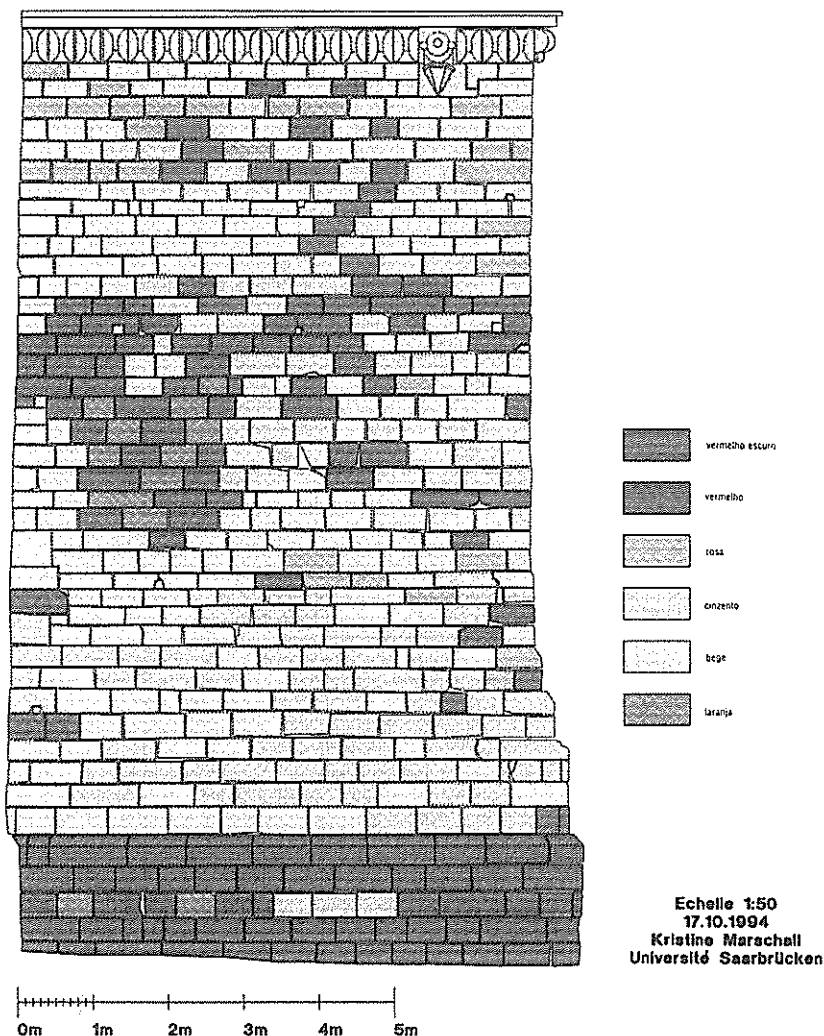
E de facto devia estar. Na segunda metade do século XIV, pouco mais estaria concluído do que cabeceira da Sé (altar-mór, capelas absidiais e transepto), de acordo com as observações de Mário Chicó, baseadas em pormenores estilísticos e numa análise dos

alçados e da planta da igreja¹⁶. Além do mais, é mesmo possível que a própria cabeceira apresentasse então alguns sintomas de ruína, talvez provocados pelo sismo que abalou a cidade nessa época. É nesse sentido que apontam, pelo menos, uma ou outra fractura detectáveis nas paredes exteriores da cabeceira, e, sobretudo, o contraste que se verifica entre o revestimento interior dos dois topos do transepto. De facto, enquanto o topo sul, provavelmente o mais moderno, dada a presença de uma janela mainelada, se encontra revestido com boa pedra aparelhada, o topo norte apresenta um revestimento mais pobre, com silharia miúda no último terço da altura das paredes. Essa parte da igreja pode, assim, ter derruído por efeito do sismo de meados do século XIV, tendo-se reconstruído à pressa, com o material disponível, para minimizar os estragos. Não é impossível, no entanto, que tenham sido as preocupações financeiras, ou as dificuldades em contratar mão-de obra especializada a ditarem aquela transformação¹⁷. De qualquer modo, os trabalhos de construção, ou de reconstrução, não parecem ter sido interrompidos, conhecendo-se uma referência de 1360 a umas casas de Silves que serviam para a obra da Sé¹⁸.

Qualquer que fosse o estado da igreja em inícios do século XV, o certo é que ela viria a conhecer outras vicissitudes antes de ser colocada a última pedra. Talvez devido a um novo sismo, referido em documentação de meados do século¹⁹, a igreja apresentava-se em ruínas por volta de 1444²⁰. No entanto, obtida a colaboração da monarquia e do papado²¹, as obras parecem ter recomeçado em bom ritmo, conhecendo-se uma referência de meados do século que atesta o andamento dos trabalhos²². Pelo menos, ter-se-ão atenuado, graças a privilégios régios, as dificuldades de contratação de artesãos



Planta 5 — O talhe da pedra no muro sul da capela lateral esquerda.



Planta 6 — A cor da pedra no muro sul da capela lateral esquerda.

especializados²³, sendo provável que para aí se tivessem deslocado alguns dos mestres e artífices que haviam trabalhado na Batalha. Tal eventualidade, permitiria explicar as semelhanças detectadas com a arte daquele mosteiro, bem visíveis no transepto e nas franjas triboladas que ornaram o arco triunfal.

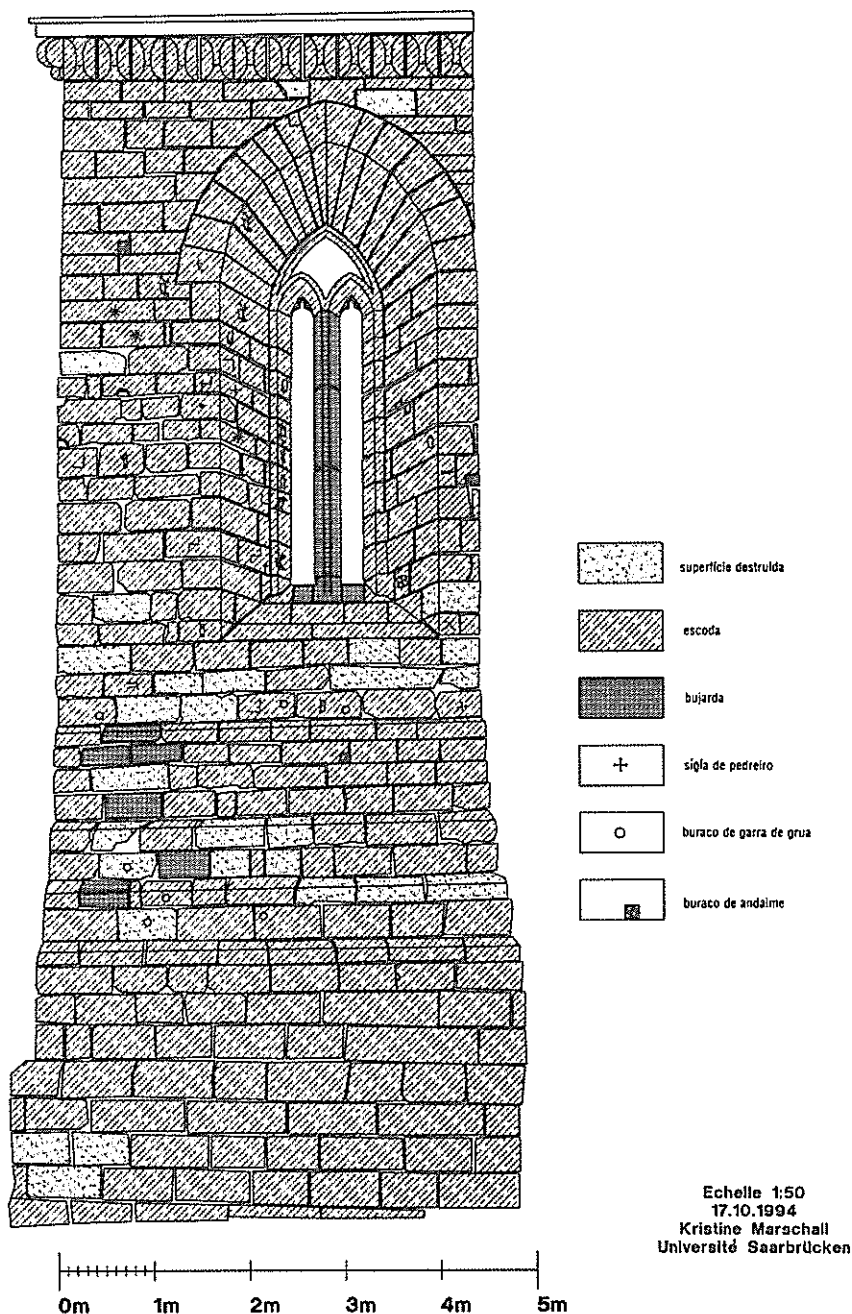
A necessidade de acelerar as obras do templo, quer devido a problemas orçamentais, quer porque a população teimasse em recordar a maldição do século XIII, parece ter conduzido, por outro lado, a uma simplificação do projecto inicial, tal como ele pode ser intuído a partir da cabeceira e do transepto. De facto, como já observou Mário Chicó, o carácter mais austero da nave, com colunas octogonais, contrasta com a riqueza arquitectónica do transepto e da cabeceira, onde se usaram belos pilares polistilos. É possível notar, de modo idêntico, um mesmo empobrecimento no sistema decorativo das bases e capitéis das colunas. Ao contrário da nave, as bases dos pilares, com as suas molduras e caneluras características, apresentam aí garras com a forma de esferas (Fig. 2)²⁴, ou de pequenos rostos diabólicos (Fig. 3), enquanto os capitéis do cruzeiro e da capela-mór se encontram ornados com cenas esculpidas (Fig. 4), de interpretação difícil, já que se encontram muito degradadas. Além do mais, o muro sul da capela-mór apresenta uma interessante moldura figurativa (Fig. 5), ao gosto românico, bastante rara pelo tamanho e localização, representando dois monstros a engolir a extremidade de uma coluna torsa. Não é fácil explicar, no entanto, estas alterações do projecto inicial, nem o conseqüente abandono do programa decorativo, mas é provável que a simplicidade da nave tenha significado uma maior celeridade dos trabalhos, ou até uma importante redução das despesas. De qualquer modo, aquela modi-

ficação, se acaso existiu, parece ter sido frutuosa, já que os trabalhos na Sé viriam a ser dados por concluídos alguns anos mais tarde, em 1473²⁵.

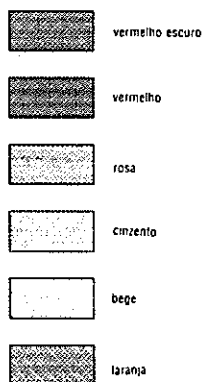
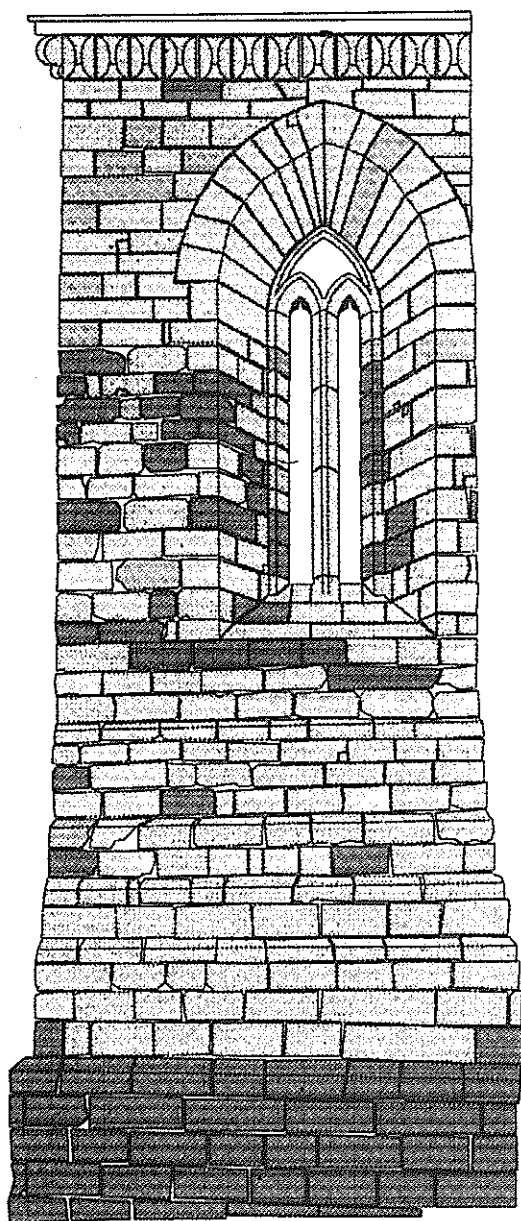
A conclusão da Sé teve, por certo, um grande impacto entre a população de Silves. O júbilo foi suficiente, pelo menos, para que a notícia chegasse nesse ano aos ouvidos do rei, nas Cortes reunidas em Évora, levada pelos procuradores do concelho, que aproveitaram a ocasião para felicitem o monarca, por ter sido o seu reinado a assistir ao fim da maldição que se abatera sobre a cidade. Finalmente, como eles reconheciam, negando os termos catastróficos da maldição, «a igreja he feita, a ponte acabada, muitas casas em ella de nouo feitas e outras Repairadas, molheres viuuas outra vez casadas e pais terem netos de seus filhos e ho lugar se pouoa mujto»²⁶. E ao evocarem, assim, pela última vez, a dimensão da catástrofe evitada, talvez quisessem ver na conclusão da Sé o início de uma nova época na história da cidade, de uma época de abundância, onde os homens não mais seriam privados do usufruto do seu trabalho e dos frutos da sua semente²⁷.

Apesar de os trabalhos se terem prolongado por alguns anos mais²⁸, a Sé não viria a conhecer outras obras antes de meados do século XVIII. Nessa altura, aproveitando-se a reconstrução motivada pelo sismo de 1755, bastante rápida, ao que parece, pois estava concluída em 1758²⁹, procedeu-se à remodelação da fachada sul e à construção da torre barroca que orna a entrada principal do templo³⁰. Em termos gerais, o resultado dessas obras haveria de conferir à igreja o aspecto que ainda hoje se lhe reconhece.

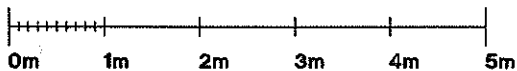
Em face deste panorama, cheio de lacunas e de incertezas, muitas delas apenas preenchidas com hipóteses mais ou menos habilidosas, torna-se evidente o carácter



Planta 7 — O talhe da pedra no muro este da capela lateral esquerda.



Echelle 1:50
17.10.1994
Kristine Marschall
Universität Saarbrücken



Planta 8 — A cor da pedra no muro este da capela lateral esquerda.

compósito da Sé, em resultado de campanhas construtivas de épocas diversas. À luz da documentação conhecida, não é fácil reconhecer, no edifício actual, o andamento da construção, nem identificar, com segurança, as áreas que pertencem às várias campanhas. E se há zonas que podem ser datadas com alguma probabilidade, permanece desconhecida toda a extensão construída durante o século XIII. Do mesmo modo, também não se conhecem, com o devido rigor, todas as áreas que foram sujeitas a remodelações, nem aquelas que foram restauradas pela DGEMN neste século. Uma correcta interpretação do edifício depende, por isso, do concurso de fontes de informação mais diversificadas, que forneçam outros dados, talvez mais seguros e menos problemáticos.

AS INFORMAÇÕES DA PEDRA

O projecto de investigação luso-alemão, estabelecido entre as Universidades do Algarve e de Saarlandes, em Saarbrücken, entretanto iniciado, procurou proporcionar alguns desses dados adicionais, mediante a análise dos muros e da pedra com que se ergueu a Sé de Silves. Apesar de se ter recorrido à fotogrametria, o que permitiu obter, em pouco tempo, com a ajuda do computador, o levantamento dos alçados, com uma reconstituição da forma exacta dos silhares, não se estudaram todas as paredes do templo. Seleccionaram-se apenas quatro muros exteriores, da fachada sul, pertencentes ao transepto e à cabeceira, em atenção à sua maior antiguidade e ao facto de serem dos poucos que ainda apresentam importantes extensões de pedra nua.

Depois de conferidos e corrigidos, sempre que necessário, aqueles quatro alçados

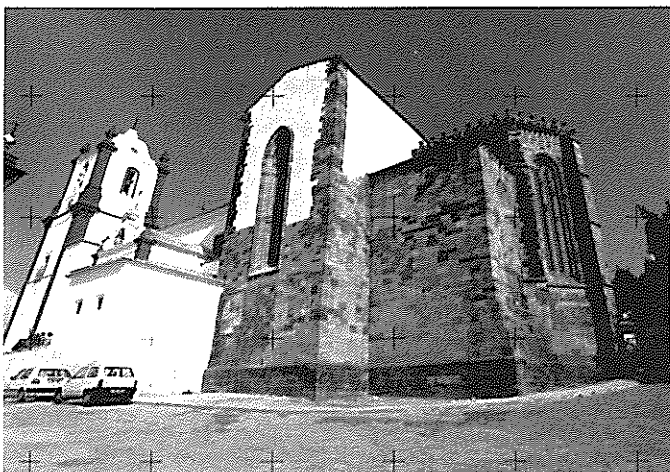


Fig. 1 — A Sé de Silves vista de sudeste.



Fig. 2 — Bases das colunas do pilar noroeste do cruzeiro, com garras esféricas e volutas cinzeladas.



Fig. 3 — Rosto diabólico na base de coluna do pilar sudoeste do cruzeiro.

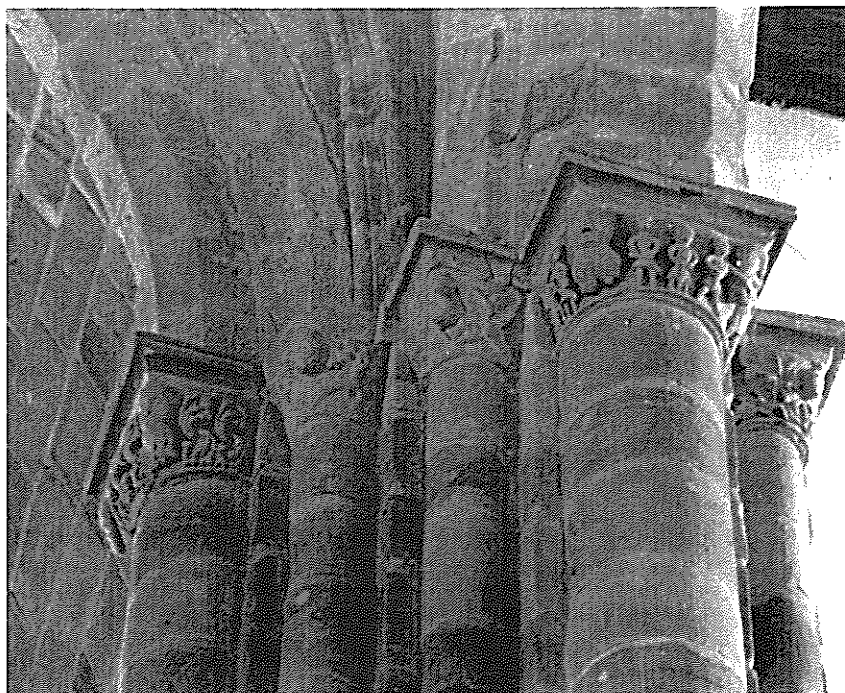


Fig. 4 — Cenas figurativas dos capitéis de colunas do pilar sudeste da capela-mór (Foto DGEMN).

foram usados para registar um conjunto diversificado de informações, ainda visíveis nas pedras, ou detectáveis no próprio muro. Entre os dados assim registados, incluiu-se a cor e a intensidade do desgaste de cada pedra,

as siglas de pedreiro existentes, os traços que identificam os instrumentos utilizados para aparelhar a pedra, além dos vestígios deixados pelos trabalhos de construção. No fundo, através desse cadastro, tratou-se de recuperar a memória que a pedra ainda conserva, de forma directa ou indirecta, acerca da história de cada parede, desde a sua construção às transformações que elas

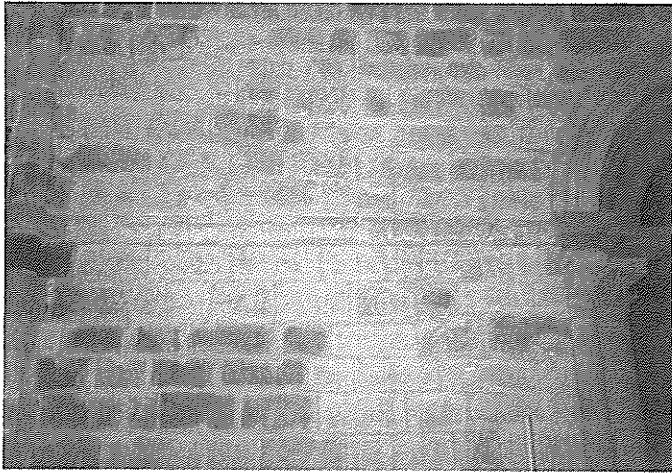


Fig. 5 — Moldura da capela-mór, com dois monstros mordendo uma coluna torsa.



Fig. 6 — Pedra trabalhada com o pico.

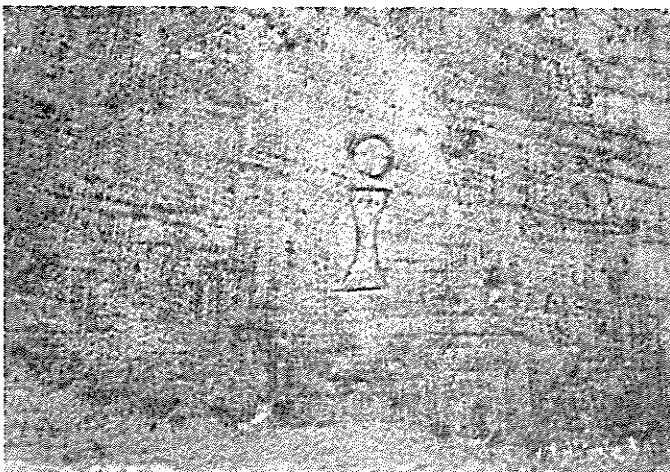


Fig. 7 — Sigla de pedreiro numa pedra trabalhada com a escoda dentada.



Fig. 8 — Pedra trabalhada com a escoda e retocada com a bujarda, onde se nota um buraco de garra de grua.

sofreram ao longo dos tempos. Uma memória diferente, escrita numa linguagem específica, mas cuja recuperação veio testemunhar, a esse nível, o valor documental do próprio monumento.

A maior parte dos dados registados exige, no entanto, alguns esclarecimentos suplementares, de modo a explicitar o seu próprio significado, ou as observações e hipóteses em que se apoiam³¹:

1. A partir das superfícies das pedras, é possível identificar os instrumentos usados para as aparelhar, graças aos vestígios de talhe, podendo-se obter, nessa base, uma indicação sobre a época em que a pedra foi preparada.

Durante a época romana e pré-romana, o pico (Fig. 6) foi um utensílio característico. Na Idade Média, utilizava-se a escoda para fazer superfícies finas. Este utensílio conheceu diferentes formas, mas todas produzem traços característicos, em pequenas linhas a direito, ou em linhas denteladas (Fig. 7). Mais tarde, durante o barroco, usou-se um cinzel com uma largura de 8 a 12 cm, para talhar as pedras não muito duras, enquanto que, a



Fig. 9 — A Cabeceira da Sé em 1938 (Foto DGEMN).

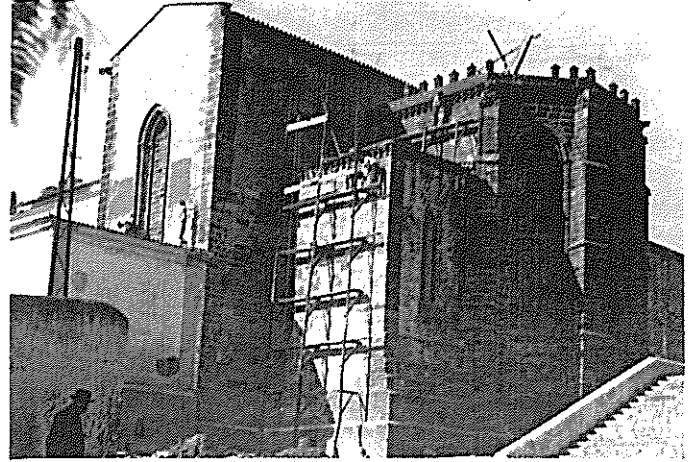


Fig. 10 — A Cabeceira da Sé vista de sudeste em 1940 (Foto DGEMN).



Fig. 11 — A Cabeceira da Sé vista de sudeste em 1955 (Foto DGEMN).

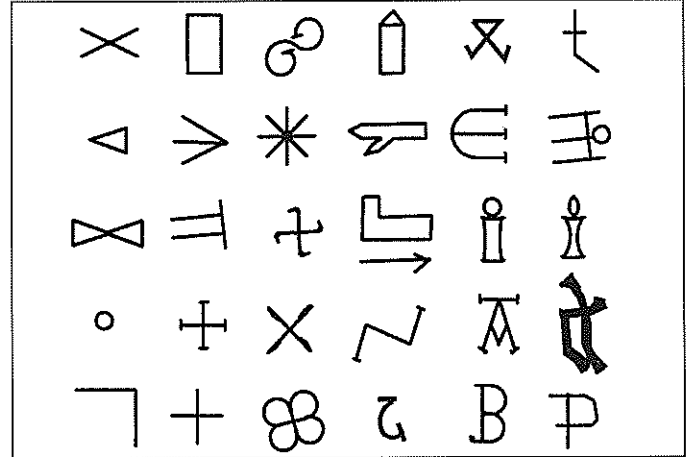


Fig. 12 — As siglas de pedreiro dos muros da Sé.

partir do século XIX, se passou a utilizar uma serra, além de outros instrumentos, como a bujarda. Este último imprime à pedra um pontilhado regular, agrupado em pequenos quadrados.

2. Durante a Idade Média, utilizava-se um instrumento semelhante a uma garra, em ferro, também conhecido como biceps, de maneira a que as pedras aparelhadas pudessem ser erguidas com uma grua. Para tal, era necessário abrir dois buracos de prensão, talhados nas faces opostas de cada pedra

(Fig. 8). Caso esses buracos não se encontrem nas suas posições originais, ou seja, caso estejam mais próximos da base do que do topo da pedra, é provável que ela tenha sido reutilizada, o que pode testemunhar uma alteração da parede em que se encontra.

3. Os buracos abertos para a fixação dos andaimes, geralmente de secção quadrangular (Plantas 1, 3, 5, 7), podem transmitir informações do mesmo tipo. De facto, se eles apresentarem uma certa regularidade, constituem bons indícios de que a parede se conserva no seu estado primitivo.

4. Quanto às siglas de pedreiro (Planta 9), pouco há que acrescentar, sendo bem conhecido o seu valor como indicadores cronológicos.

5. Por fim, as variações na cor das pedras (Plantas 2, 4, 6, 8) devem ser consideradas enquanto possíveis testemunhos das diferentes fases de



Fig. 13 — Sigla de pedreiro: Suástica.

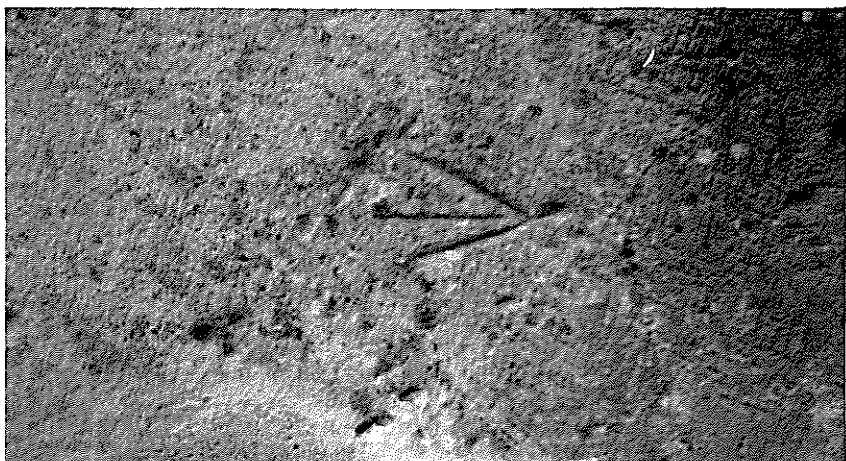


Fig. 14 — Sigla de pedreiro: Ponta de flecha.

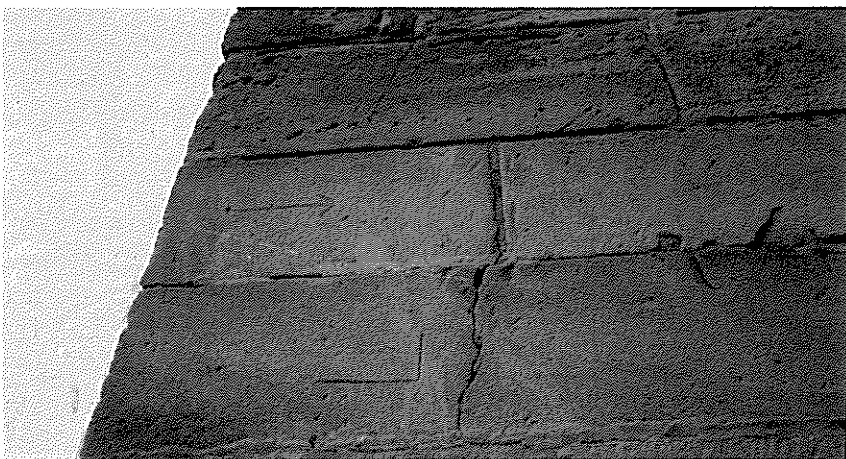


Fig. 15 — Siglas de pedreiro: Flechã e Ângulo.

construção, ou, pelo menos, como vestígios do abandono da pedreira que estava a ser utilizada.

Apesar de muitos destes elementos serem reveladores, por si só, de algumas alterações sofridas por cada parede, só através da conjugação de todo o material recolhido é que se poderão obter resultados satisfatórios, ou formular, pelo menos, algumas hipóteses minimamente aceitáveis. Em termos concretos, é a partir da cartografia dos diferentes dados e do cruzamento das informações que eles proporcionam, que se poderá tornar legível a história de cada parede, e, por extensão, do próprio templo.

ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

Apesar de a análise dos materiais recolhidos não estar ainda concluída³², é possível ordenar, desde já, algumas conclusões provisórias. As que se podem formular com maior facilidade dizem respeito aos trabalhos de restauro do século XX, já que os seus vestígios são aqueles que se identificam mais rapidamente nas plantas publicadas. A interpretação desses vestígios, conjugada com a documentação conservada pelos serviços da DGEMN, permite mesmo que se avance com uma reconstituição, mais pormenorizada, dos resultados desse restauro.

Depois de algumas intervenções durante os primeiros anos da década de trinta, quando se substituíram as pedras degradadas dos pilares, das bases e capitéis da cabeceira, bem como algumas outras pertencentes às nervuras das abóbadas³³, a principal campanha de trabalhos decorreu entre 1938 e 1942. Nessa altura, removeu-se o monte de terra que tapava o alicerce da sacristia e da cabeceira (Fig. 9, 10)³⁴, tendo-se renovado

algumas das pedras mais degradadas dos alicerces do muro sul do transepto e do muro sul da capela lateral direita, como se verifica pelas superfícies trabalhadas com a bujarda (Plantas 1 e 5). Na fachada norte do templo, demoliu-se uma construção encostada à capela lateral e ao transepto, tendo-se ainda tapado uma janela de arco abatido, situada no topo do muro norte da capela-mór. Murou-se igualmente uma abertura rectangular da capela lateral sul, ao mesmo tempo que se abria a janela principal dessa capela, até então tapada, renovando-se por completo o seu mainel, que termina num belo e fino entrançado, análogo ao que se vê no janelão do transepto.

Os resultados destas obras aparecem com clareza nas paredes actuais, como se observa, por exemplo, na renovação do mainel, graças às superfícies afeiçoadas com a bujarda (Planta 7). O fecho daquela abertura rectangular também é bastante visível, dado os vestígios claros de utilização da bujarda (Planta 5), se bem que a cartografia das cores assinale igualmente uma fase diferente de construção. Nesse trabalho, além de um grés vermelho escuro, os pedreiros usaram pedras de grés alaranjado (Planta 6), que não foram utilizadas para outros restauros na igreja.

A partir de 1949, completou-se este vasto conjunto de trabalhos, destinado a recuperar o aspecto gótico do templo, tal como se julgava poder reconstituí-lo. A antiga sacristia, encostada ao braço sul do transepto, foi demolida e substituída por uma nova construção, mais pequena, erguida ao lado do portal barroco. Devolveu-se, assim, o aspecto original do transepto, bem como da sua grande janela mainelada, que estava parcialmente entaipada pela sacristia. O transepto sofreu ainda mais alguns trabalhos, com a substituição de várias pedras ao nível

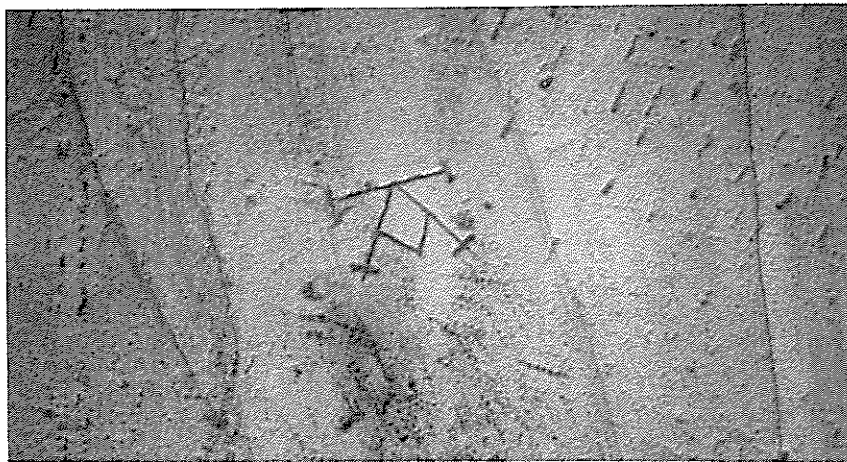


Fig. 16 — Sigla de pedreiro: «A».

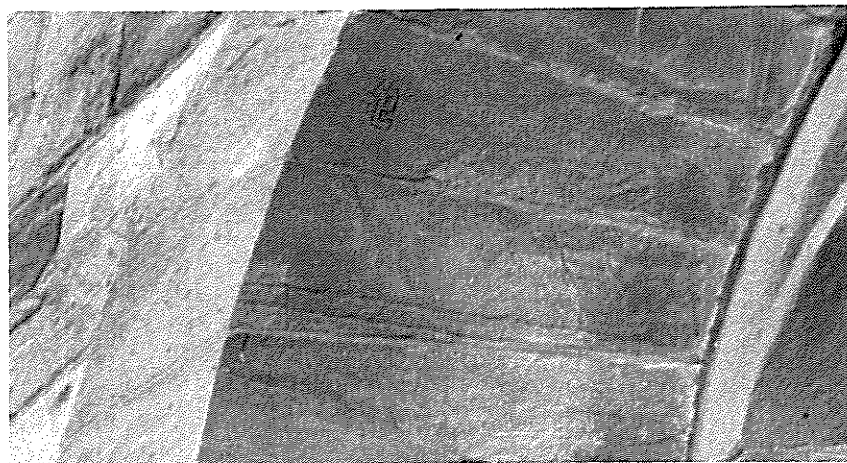


Fig. 17 — Sigla de pedreiro: «d» gótico (invertido) do vão da capela lateral sul.



Fig. 18 — Sigla de pedreiro: «A» da catedral de St. Paul-Trois-Châteaux.

do telhado da construção demolida, além do fecho da porta de comunicação com a antiga sacristia, ainda bem visível na actualidade (Planta 1). Essa antiga porta foi assinalada, no interior do templo, com um arco quebrado, gótico, recuperado da antiga sacristia, idêntico ao que hoje assegura a passagem do transepto para a nova sacristia. Em 1955, os trabalhos de restauro estavam terminados, assim como o reboco e a pintura das paredes (Fig. 11).

Na maior parte destas empreitadas do século XX utilizaram-se sobretudo pedras de grés de uma cor vermelha escura, que se distinguem razoavelmente das pedras de talhe medieval, aparelhadas com a escoda, as quais apresentam uma coloração mais diversificada, que vai do cinzento claro e do ocre até ao vermelho escuro. Não é impossível, no entanto, que se tenham usado algumas pedras medievais provenientes do castelo, restaurado pela mesma época, as quais também apresentam uma coloração vermelha escura. As superfícies dessa pedras reutilizadas foram retocadas, no entanto, com a bujarda, talvez para lhes conferir um aspecto mais rústico (Plantas 1 e 3), sendo hoje dificilmente reconhecíveis os vestígios de talhe medieval.

No que respeita à época medieval, as conclusões são infelizmente menos extensas e talvez menos seguras. Tal situação deve-se, em boa parte, às perturbações observáveis nos muros da cabeceira, os quais já não apresentam, em muitos sítios, as disposições originais. Salvo raras excepções, os buracos de fixação dos andaimes, ou os buracos de preensão das garras de grua, já não se encontram nas suas posições primitivas, indicando, por isso, que essas pedras foram sujeitas a uma reutilização. Apesar de esta ser uma prática corrente e de se documentar, no braço sul do transepto, a reutilização de uma pedra trabalhada com o pico (Fig. 6), talvez de época romana, todas as pedras aqui reutilizadas são de talhe medieval (Planta 7). O aspecto actual das paredes, sobretudo as que pertencem às duas capelas laterais, pode ter resultado, portanto, de uma qualquer reconstrução de época medieval, talvez motivada por um dos sismos que então abalou a cidade. Pelo menos, muitas dessas pedras apresentam um arredondamento bastante acentuado.

A análise das siglas de pedreiro (Fig. 12), entretanto iniciada, permite reconhecer, desde já, duas fases de construção nos muros da cabeceira. Durante a primeira fase, as siglas apresentam a forma de pictogramas simples (Figs. 13, 14 e 15), ou de pequenas letras (Fig. 16). As siglas mais tardias, que correspondem quase que exclusivamente aos vãos das janelas, são mais complicadas e compõem-se de letras góticas, formadas por traços paralelos, que terminam em pontas exageradas (Fig. 17). A comparação de uma das siglas mais antigas, com a forma da letra «A», com siglas análogas que surgem na fachada sul da catedral de St. Paul-Trois-Châteaux (Fig. 18)³⁵, na região francesa da Provença, permite atribuí-las ao século XIII. Desse modo, e atendendo a que a distribuição daquela sigla raramente ultrapassa, logo após os alicerces, as primeiras fiadas de cada muro (Plantas 1, 3, 5, 7), é possível que ela identifique as superfícies construídas durante as obras do século XIII.

Esta interpretação pode mesmo encontrar algum apoio na moldura figurativa de raiz românica, que decora uma das paredes interiores da capela-mór, mas terá de ser confirmada, se possível, pela cronologia das siglas que surgem nas mesmas fiadas.

As conclusões apresentadas não são, como se vê, muito impressionantes, se bem que, à partida, fossem muitas as perguntas e, para já, poucas as respostas disponíveis. De resto, houve questões que nem sequer foram equacionadas, como a existência de uma cripta por baixo do cruzeiro, indicada por alguns autores³⁶, cuja existência nos apercebemos ou suspeitamos, e ainda a localização de um paço episcopal junto à parede norte do templo, que alguns indícios tornam provável³⁷.

Apesar de tudo, talvez se tenham esclarecido alguns pormenores importantes da história complexa da Sé de Silves.

NOTAS

- 1 O grés deve ter sido talhado num dos vários afloramentos situados nos arredores, já que a cidade está construída sobre uma colina de origem vulcânica. Também não é de excluir uma proveniência regional para o calcário com que se construiu o portal da Sé, que assenta, de resto, em alicerces de grés, ainda que se ateste o costume local de importar pedra do Levante, para lavar janelas e portais. Cf. «Foral Manuelino», in *Forais de Silves*, Silves, 1993, p. 191.
- 2 Entre outros, vejam-se os trabalhos de P. Mascarenhas Júdice, *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, 1934; J. Garcia Domingues, *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*, Lisboa, 1945; *idem*, *Silves. Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, Ed da Região de Turismo do Algarve, 1989, que revê e amplia um trabalho anterior de 1958; J. Pinheiro e Rosa, *A Catedral do Algarve e o seu Cabido-Sé em Silves*, Faro, 1982; Maria de Fátima Botão, *Silves. Capital de um Reino Medieval*, Silves, 1992; Manuela Santos Silva, «Forais da

- Cidade de Silves. Estudo Histórico», in *Forais de Silves*, Silves, 1993, pp. 203-263.
- 3 Veja-se, por exemplo, Araão de Lacerda, *História da Arte em Portugal*, vols. I e II, Porto, 1942 e 1948; Mário Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, 2.ª ed, Lisboa, 1968, sobretudo as pp. 181-186; Pedro Dias, «A Arte portuguesa nos séculos XIII, XIV e XV», in *História de Portugal*, dir. de J. H. Saraiva, Lisboa, 1983, vol II, pp. 293-329; *idem*, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1994, pp. 111, 173-4.
 - 4 Cf. A. Iria, «O Cartório e a Prata da Catedral de Silves foram para Castela em 1541? (dois documentos inéditos para a história do arquivo episcopal do Algarve)», *Revista Las Ciencias*, ano XII, n.º 2; Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, pp. 15-16. Veja-se ainda Avelino de Jesus da Costa, *Arquivos Eclesiásticos Portugueses. Origem e Evolução*, Sep. do *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol I, 1980.
 - 5 Cf. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 80, 1955, pp. 19-37.
 - 6 Cf. J. Silva Lopes, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa, 1848, p. 116; J. Garcia Domingues, *História Luso-Árabe...*, *cit.*, p. 254. Para um quadro mais geral, veja-se A. H. de Oliveira Marques, «O Portugal Islâmico», in *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, vol II da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1993, pp. 225-229.
 - 7 Entre a extensa bibliografia sobre este conflito, veja-se J. Marques, «Afonso X e a Diocese de Silves», in *Bol. do Arquivo Distrital do Porto*, vol II, 1985, pp. 31-46; J. Mattoso, «As relações de Portugal com Castela no Reinado de Afonso X, o Sábio», in *Estudos Medievais*, n.º 7, 1986, pp. 69-94; Isabel Romero Camacho, «La iglesia de Silves sufraganea de Sevilla: La restauracion de un obispado medieval en medio de la lucha por el Algarbe, entre Portugal y Castilla», in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1987, pp. 131-148; Manuela Santos Silva, *op. cit.*, pp. 209-216.
 - 8 Cf. Cláudio Torres, «A Sé-Catedral da Idanha», in *Arqueologia Medieval*, n.º 1, 1992, p. 171.
 - 9 Esta lápide funerária, evocativa do mestre que fundou a obra da Sé, tem sido publicada por vários autores. O último foi J. Garcia Domingues, *Silves. Guia...*, *cit.*, p. 36.
 - 10 Cf. Mário Chicó, *op. cit.*, p. 67; Manuel Real e Pedro Sá, *O Mosteiro de Roriz na Arte Românica do Douro Litoral*, Sep. das *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 1982, pp. 12-13.
 - 11 Cf., respectivamente, A. Iria, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XIV*, Lisboa, 1982, p. 18 n.; J. Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal*, tomo III, 2.ª parte, doc. n.º 63, p. 183.
 - 12 A igreja do mosteiro de Roriz, iniciada em finais do século XII, só viria a concluir-se nos finais do século XIII, ou princípios do XIV, enquanto o mosteiro de S. Francisco de Alenquer, fundado em 1222, só veria concluída a primeira fase de construção em 1317, Cf. Manuel Real e Pedro Sá, *op. cit.*, pp. 12-26, e Pedro Dias, «A Arte portuguesa..., *cit.*, p. 296. E os exemplos podiam multiplicar-se.
 - 13 Cf. A. Dias Farinha, *Uma Cidade Luso-Árabe: Silves*, Sep. de *Papel das Areas regionais na Formação Histórica de Portugal*, Lisboa, 1975, p. 264. Uma carta régia de 1361 (*Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, ed por O. Marques, Lisboa, INIC, 1984, n.º 561) refere-se às consequências do sismo de 1356 na cidade, citando a destruição de quatro fornos. Nos capítulos especiais de Silves às cortes de 1372 (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, ed por O. Marques e Nuno Pizarro, Lisboa, INIC, 1990, vol. I, p. 137) encontra-se uma outra referência aos sismos na cidade.
 - 14 O texto desses capítulos foi publicado por Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, doc. n.º 5 do Apêndice Documental.
 - 15 A identidade do autor da maldição surge, pela primeira vez, nas Constituições Sinodais do Bispado do Algarve, editadas em 1674. Cf. A. Iria, *A Liderança Social de Silves na Região do Algarve nos sécs. XIV e XV*, Silves, 1993 [no prelo], p. 30 e n. 53. Todos os autores aceitam essa identificação. Veja-se, por todos, J. Silva Lopes, *Memórias para a História...*, *cit.*, pp. 207-218, 312.
 - 16 Cf. Mário Chicó, *op. cit.*, p. 181.
 - 17 As dificuldades financeiras podem, pelo menos, ser documentadas. Numa súplica dirigida a Clemente VII e datada de 1378 (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed., introdução e notas de A. D. Sousa Costa, Braga, 1970, vol. II, n.º 197), o bispo D. Pedro requer a acumulação do bispado com a administração do Hospital de S. Elói de Lisboa, por dispor de poucos rendimentos, devido às esterilidades e às destruições provocadas pelos ataques dos inimigos da fé cristã.
 - 18 Cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I...*, *cit.*, n.º 585.
 - 19 Cf. A. D. Sousa Costa, *Bispos de Lamego e Viseu no século XV (Revisão crítica dos autores)*, I (1394-1463), Braga, 1986, 61, citando uma bula dirigida ao bispo Álvaro Afonso e datada de 1456.
 - 20 Cf. Silva Lopes, *Memórias para a História...*, *cit.*, p. 268; A. Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1984, pp. 141-142.
 - 21 Vejam-se as referências citadas nas duas notas anteriores.
 - 22 Cf. *Livro do Almoarifado de Silves (século XV)*, Silves, 1984, p. 32.
 - 23 A dificuldade em contratar pedreiros e carpinteiros para a obra da Sé foram, pelo menos, os motivos invocados pelo bispo para obter, de Afonso V, em 1458, cartas de privilégio para os que aí fossem trabalhar. Cf. Silva Lopes, *op. cit.*, p. 268; Costa Lobo, *op. cit.*, p. 141.
 - 24 Quando não for indicada outra origem, as fotos são de Kristine Marschall.
 - 25 A conclusão das obras vem referida nos citados capítulos especiais de Silves às cortes de Évora. Cf. Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, doc. n.º 5 do Apêndice Documental.
 - 26 Cf. Maria de Fátima Botão, *op. e loc. cit.* . Sobre a prática medieval da maldição, veja-se J. Mattoso, «Liturgia Monástica e Religiosidade Popular na Idade Média», in *Fragments de Um Composição Medieval*, Lisboa, 1987, sobretudo as pp. 188-190.
 - 27 Esta associação entre a história da Sé e da cidade, aqui transmitida pelos próprios moradores, conjugada com o regozijo público pela conclusão do templo, talvez indicie

- a colaboração das gentes locais no financiamento das obras. Tal colaboração não era, no entanto, uma prática muito difundida, estando apenas documentada no caso do claustro da Sé do Porto, iniciado em finais do século XIV. Cf. Pedro Dias, *op. cit.*, p. 316.
- 28 Em 1486, ainda o bispo pedia e obtinha várias cartas de privilégio para os que estivessem a trabalhar na Sé (Cf. Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, p. 30 e n. 64), talvez ocupados na conclusão da cobertura das naves, ou no embelezamento do espaço interior. As obras ordenadas por D. Manuel em 1499 (cf. J. Silva Lopes, *op. cit.*, p. 292) também não foram, ao que parece, muito diferentes, já que delas apenas se conhece a construção de um coro em madeira de cedro.
- 29 É isso que transparece, pelo menos, da resposta do pároco de Silves ao inquérito paroquial desse ano, onde ele afirma estar a Sé já reparada. Cf. ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 35, n.º 171, fl. 1277
- 30 Cf. *Boletim da DGEMN*, n.º 80, 1955, pp. 26-28.
- 31 Sobre estas questões vejam-se, entre outros, F. Scheidegger, *Aus der Geschichte der Bautechnik*, vol. 1, Berlim, 1990; Jean-Pierre Adam, *La Construction Romaine. Matériaux et Techniques*, Paris, 1984; *Inventaire Général des Monuments et des Richesses Artistiques de la France. Principes d'analyse scientifiques. Vocabulaire de l'Architecture*, Paris, 1972.
- 32 Ainda não estão disponíveis, por exemplo, as análises químicas do material.
- 33 Estas referências cronológicas, assim como as que se seguem, foram colhidas na documentação que acompanha o processo fotográfico, realizado pela DGEMN sobre a Sé de Silves.
- 34 As fotografias foram tiradas pela DGEMN em 1938 e em 1940, respectivamente.
- 35 Cf. *Inventaire Général des Monuments et Richesses Artistiques de la France*, Paris, 1972, cap. III, fig. 24.
- 36 Cf. J. D. Garcia Domingues, *Silves...*, *cit.*, p. 79.
- 37 Além de alguns vestígios na fachada norte do templo e no terreno circundante, que podem sugerir a existência de construções adossadas, o muro interior do braço norte do transepto apresenta uma porta gótica, hoje entaipada, que se encontra encimada por um brasão.

PEDRA DE TRAÇARIA DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE SANTARÉM

PAULO PEREIRA*

MARIA DE MAGALHÃES RAMALHO**

Em Novembro de 1992 o Instituto Português do Património Cultural e a Câmara Municipal de Santarém deram início ao Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e Convento de S. Francisco de Santarém. Desde logo, foi programado um conjunto de acções que incluiu a intervenção de uma equipa de arqueologia.

A acção desta equipa, consistiu, numa primeira fase, além da escavação arqueológica propriamente dita, na realização da inventariação de um enorme conjunto de elementos em pedra, a maioria deles, elementos arquitectónicos, existindo, também, algumas peças relacionadas com o ritual da morte (estelas discóides, epígrafes, túmulos, etc.) sempre presente nos vários espaços deste convento¹.

O convento franciscano de Santarém, fundado cerca de 1242 por determinação de D. Sancho II, sofrerá, ao longo dos séculos, inevitáveis remodelações que se prenderam, não só com o processo normal de crescimento de um edifício ligado a ordens menores, muito marcado pelo impulso de esmolas e doações régias, como, também, porque não fugiu à triste sina dos conventos portugueses, vítimas de incêndios e terremotos sucessivos.

Poderíamos, no entanto, acrescentar que os últimos 150 anos de existência do convento terão sido, apesar de tudo, dramaticamente mais prejudiciais em termos patrimoniais do que todas as alterações sofridas ao longo dos mais de seis séculos de ocupação religiosa.

As Guerras Liberais, a extinção das ordens religiosas em 1834, a transformação do convento em quartel de cavalaria, servindo a igreja inclusivamente como cavalaria, e por último, as profundas obras de restauro a cargo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, contribuíram, grandemente, para a visão de um monumento descaracterizado, despojado e completamente «mudo», dado que hoje, em muitas zonas (felizmente não em todas) o que nos é possível observar resume-se a um tipo de aparelho recente, uniformizado, muitas vezes cimentado, sem qualquer hipótese de leitura estratigráfica.

De forma a levar a cabo a inventariação das mais de 2000 peças espalhadas por todo o espaço conventual, a equipa de arqueologia resolveu adoptar como metodologia, a criação de uma ficha de inventário que incluiria a descrição de cada elemento individualizado, o seu esboço, estado de conservação e ainda a fotografia se se considerasse relevante. Optou-se ainda por fotografar e registar o

* Historiador de Arte.

** Arqueóloga.

posicionamento de todos os elementos, tal como se encontravam antes de se proceder à sua arrumação.

Deste modo, procurou garantir-se o registo de uma informação que julgamos ser fundamental, dado o método de restauro aplicado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), entidade que procedeu a obras no edifício de 1953 a 1985, obras estas inacabadas quando o monumento passa para a alçada do então Instituto Português do Património Cultural.

O método geralmente aplicado pela DGEMN em intervenções desta natureza, consistia essencialmente no seguinte:

- Apear elementos em mau estado de conservação.
- Desmontar elementos designados por «excrecências» num estilo que se pretendia puro.
- Efectuar buscas intensivas de peças ou estruturas consideradas fundamentais para a compreensão do monumento, muitas vezes através de escavações ditas arqueológicas.

Desta forma, substituíram-se não só centenas de elementos individualizados como, também, conjuntos completos de arcos, janelas, portas etc. colocando em sua vez, peças novas de cantaria. Assim, era normal abandonar os elementos originais junto ao local donde eram retirados até, pelo menos, a obra estar concluída.

Em 1992, quando se procedia à inventariação dos elementos em pedra existentes no claustro, detectou-se na ala Sudeste, uma pequena laje em calcário muito alterado de aproximadamente 38 cm de altura por 42 cm de largura (ver levantamento efectuado), apresentando, numa das faces, um conjunto de traços incisos de desenho gótico. Esta laje, tinha sido anteriormente registada

pela equipa de técnicos da DGEMN que a fotografou sem, no entanto, proceder ao seu correcto acondicionamento.

Foi ainda possível observar que a face gravada tinha, na parte superior, marcas de argamassa e desbaste efectuado após o desenho ter sido realizado, o que nos poderá indiciar tratar-se de um elemento reutilizado, como tantos outros encontrados no enchimento dos muros.

Quanto à sua proveniência, podemos apenas pôr a hipótese da pedra ter sido encontrada no claustro, provavelmente quando da desmontagem da parede de ligação à nave lateral da igreja, dado que foi esta a área que mais alterações sofreu durante as obras efectuadas pela DGEMN em 1970.

Apesar de tudo, foram efectuadas algumas tentativas para se saber da proveniência exacta da peça, o que se revelou infrutífero, não só pelo facto de terem passado mais de 20 anos desde a sua descoberta, como, também, por se saber que eram os trabalhadores a efectuar os achados sem se proceder a um registo permanente.

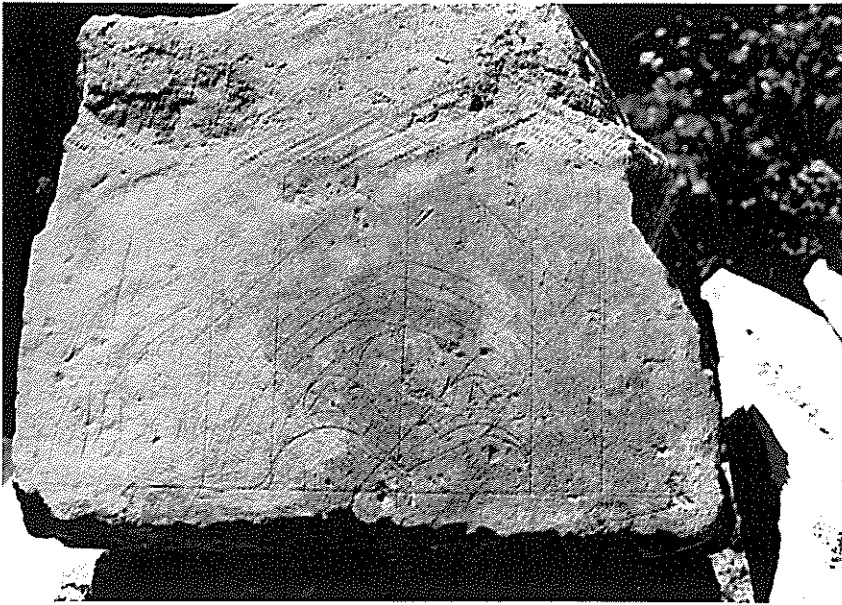
Existe no entanto, como já foi referido anteriormente, um precioso registo fotográfico da pedra, realizado pela DGEMN em 1970² que muito contribuiu para o levantamento e estudo agora efectuado, dado que a peça, quando foi novamente detectada em 1992, apresentava já uma significativa alteração superficial, provavelmente resultante das más condições de armazenamento a que esteve sujeita durante os últimos anos.

O levantamento por nós efectuado, constou essencialmente de duas fases³:

- Levantamento fiel do traço visível em 1996, à escala 1:1, utilizando plástico cristal, canetas de acetato e luz rasante.
- Reconstituição completa do traço a partir do levantamento à escala 1:1 e da fotografia de 1970.

Posteriormente, efectuou-se uma limpeza da superfície gravada, procurando, simultaneamente, conseguir a estabilização do processo de deterioração do calcário.

Os traços gravados indicam os passos prováveis da operação geométrica que aqui foi levada a cabo. Em primeiro lugar, foi riscada a linha de base, A-B. Esta linha, por meio de compasso, foi marcada em seis pontos e, assim, subdividida em cinco secções iguais. Depois, com o centro colocado no terceiro ponto (a'), o compasso traçou a linha exterior do arco; o mesmo processo foi retomado, mas com o centro colocado no quarto ponto (a''). Ficou assim delineado o limite exterior do arco gótico. A operação foi repetida, nos mesmos pontos, delimitando-se o interior do arco, ou seja, o seu primeiro limite intradorsal, mas agora com uma menor abertura do compasso. O raio deste arco ficou assinalado por uma linha oblíqua (a'-C) mais acentuada, indiciando que esta se trata de uma *medida* para outro cálculo ou traçado. Com o centro nos mesmos pontos, foi ainda traçado o limite exterior do espelho ou bandeira



DGEMN, 1970.

do arco (ou janela) no seio do qual se inscrevem os efeitos decorativos da grillhagem. Na linha base, por via desta operação, ficam encontrados os pontos b' e b'' . A partir deles, traçam-se duas perpendiculares à linha base. Outras duas perpendiculares procedem à marcação de uma métrica geral. A linha base pode funcionar a partir daqui como *régua*. Fica assim devidamente enquadrado o primeiro arco. Trata-se de um arco traçado segundo o processo de *quinto ponto*, à maneira do século XIII (conforme determinado pelos estudos de Robert Branner) ⁴.

O segundo arco é calculado em consequência dos traçados do primeiro. O centro do compasso foi colocada no ponto b' com a abertura determinada pelo raio $a''-C$. Acha-se assim, na linha base, o ponto D. Colocado o centro no ponto D, com a mesma abertura de compasso, acha-se o ponto D' : encontram-se assinalados os centros onde assentará a ponteira do compasso para determinar o traçado do segundo arco. Nos pontos D e D' foi colocado o centro do compasso, mas agora aberto com o raio maior (exterior) do arco grande. Traça-se assim o limite exterior do segundo arco. Outra operação determina, por sua vez, o limite interior ou intradorsal deste segundo arco, com o centro também em D e D' , mas com o compasso aberto com a dimensão de raio $a''-C$.

Este traçado base serve também para determinar a proporção do gablete triangular que sobrepuja o arco maior. De facto, se colocarmos a ponteira do compasso em D, com a abertura do raio maior, acha-se um ponto na linha vertical D-E (e'). Este ponto e' corresponde ao lugar exacto de intersecção de uma oblíqua que, partindo da base do arco menor, se prolonga depois até

formar o limite exterior do gablete. Operação semelhante pode ser, depois, executada, com a linha vertical oposta. (A determinação da proporção do gablete pode ter sido executada sem o auxílio deste traçado, ou seja, antes de riscado o segundo arco. De facto, uma vez que esta linha produz um ângulo de 45° com a vertical central e meã do arco maior, a sua determinação pode ter sido feita apenas com a utilização de um esquadro. A ser assim, foi o risco do gablete que determinou o ponto da linha base que corresponde ao lançamento do segundo arco ⁵).

Pelo que se pode observar e experimentar esquematicamente, o cerne destas operações é de natureza puramente *geométrica*, sem recorrer uma vez que seja à aritmética. Determinadas uma ou duas dimensões (ou unidades) de base, os restantes traçados são delas resultado. O conjunto torna-se assim coerente do ponto de vista de desenho e de proporções, podendo estender-se em diversas frentes combinatórias.

Desta feita, ficou traçado um arco apontado mais largo (o primeiro) e um segundo arco quebrado mais estreito (o segundo), *mas com medidas limite de raio idênticas* (quer as exteriores, quer as interiores). É portanto de crer que as operações geométricas indicadas nesta pedra se destinassem à determinação de arcos de diferente abertura (ou de diferente vão), mas com os mesmos raios.

A escassa dimensão da pedra, mas o rigor posto nos riscos — um rigor que indicia tratar-se de desenho de arquitecto ⁶ — coloca uma questão. Para que serviu?

Poderá pensar-se, num primeiro momento, tratar-se de um traçado final ou esboçado para o desenho de edículas, arcos e fenestração decorativa em relevo destinados a frontais de túmulos. As dimensões de cada uma das peças desenhadas estão de acordo com as dimensões «reais» de cada

um destes elementos, pelo que não é de excluir totalmente esta hipótese. Porém, a complexidade aparente dos riscos, sobrepostos como habitualmente e, sobretudo, pelo que vimos, a natureza das operações, parece indicar tratar-se de um esboço, de um *ensaio de traçado* mais do que de um traçado com aplicação directa à escala 1:1. Os erros e tentativas dos riscos parecem ir ao encontro desta hipótese⁷. Ou seja, pode tratar-se de um desenho *reduzido*, mostrando a maneira de executar dois arcos com raios idênticos. A ser assim, esta pedra de traçaria responde à função de uma *demonstração geométrica* feita na «loja» ou estaleiro de S. Francisco de Santarém.

Por toda a Europa, em edifícios góticos de grande escala (e até noutros, de tamanho mais modesto) são bastantes os vestígios de desenhos à escala 1:1 que nos documentam o «modus operandi» dos mestres de cantaria. Geralmente executados no pavimento, outras vezes nas paredes ou sobre a cal primitiva das paredes, os desenhos, riscos ou traços à escala 1:1 serviam de base para a verificação do encaixe das peças ou para a sua execução detalhada⁸. A partir deles eram preparados, em madeira ou metal, os gabaritos, moldes ou modelos usados depois para o talhe das pedras. Após o talhe, as peças eram verificadas sobre os traçados, que funcionavam como referência para todo o estaleiro.

Os mais antigos traçados remontam à última década do século XII, estendendo-se a sua utilização pelo século XIII dentro até se vulgarizarem. Assim, *traçar*, *riscar* ou fazer o *risco*, num primeiro momento, designava literalmente esta operação de desenho técnico à escala real, sendo esta, ao que cremos, a explicação para nomes como «sala» ou «aula do risco» (em português), designação que sobreviveu, inclusivamente, à extinção do modo gótico. As salas «do risco» em Portu-

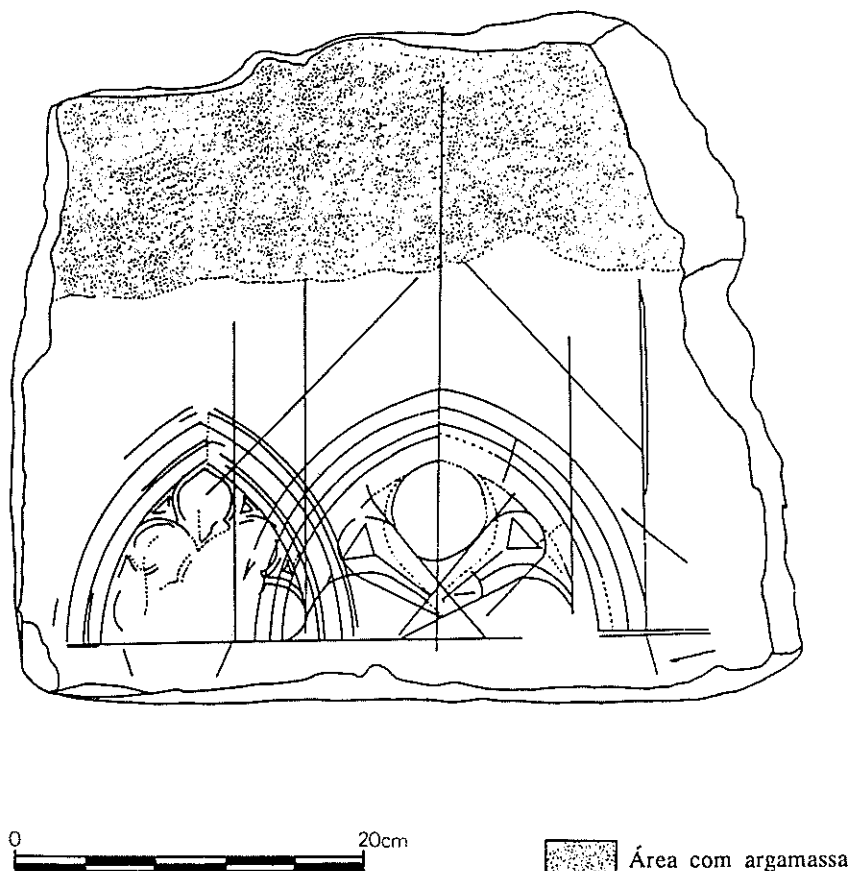


Fig. 1 — Levantamento de traçaria sobre o original.

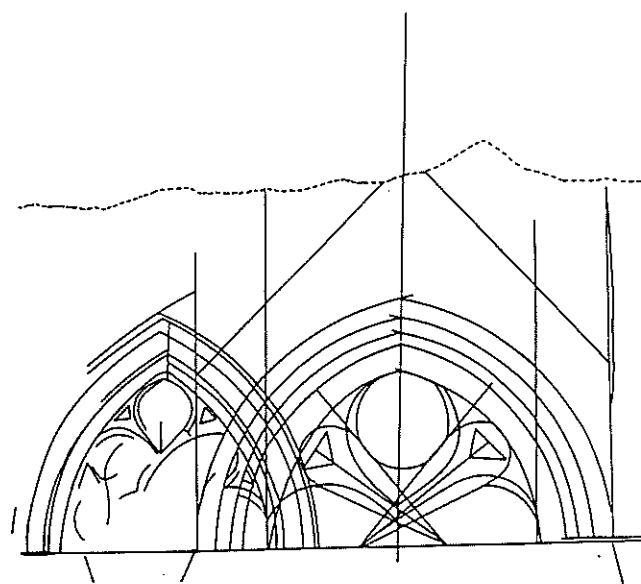


Fig. 2 — Hipótese de reconstituição.

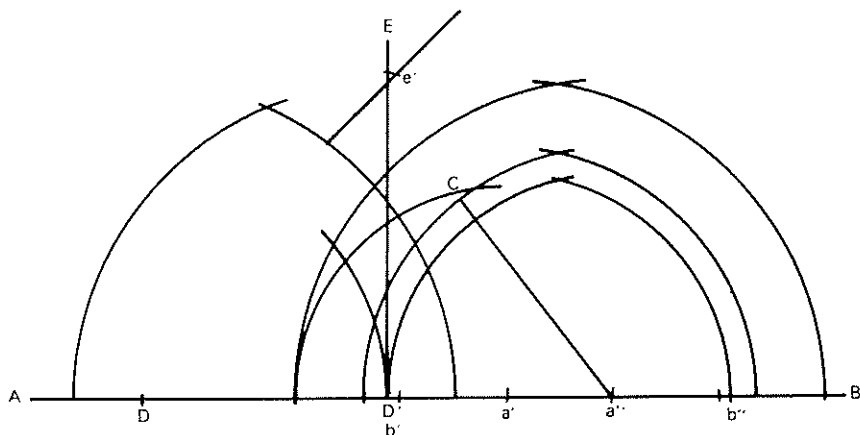


Fig. 3 — Ensaio de interpretação dos traçados.

gal, corresponderiam aos «*telheiros*», tantas vezes assim designados na documentação dos séculos XV e XVI, local também onde se reunia o mestre da obra e onde se preparavam e guardavam os gabaritos ou moldes. Praticamente desconhecidos entre nós, ou por reconhecer (facto que supomos ser a maior razão para a sua escassez), conhecem-se apenas os traços ou riscos de execução do Mosteiro dos Jerónimos (situados na parede Norte da nave principal, junto ao cotovelo do transepto⁹).

No contexto geral dos estaleiros góticos encontram-se, de facto, e na sua maioria, traços ou riscos à escala real. Mas também se conhecem, embora sejam substancialmente mais raros, riscos ou traços feitos directamente nas paredes ou no pavimento em *escala reduzida*, tal qual o exemplo escalabitano. Estão neste caso os desenhos do transepto Sul da Catedral de Soissons (representação, em esboço ou por experiência, de rosáceas, repetindo ou ensaiando os desenhos das rosáceas já existentes nas catedrais de Chartres e Laon), aos quais se acrescentam os testemunhos de Notre-Dame de Trêves (ca. 1250) ou dos traços pintados na igreja de N^a S^a de Reutlingen (ca. 1270); ou ainda os riscos dos estaleiros britânicos, alemães e irlandeses de Cambridge, Corcomroe, Gegenbach, Haina, Saint-Quentin (para o século XIII) e de Halbestadt, Leighton-Buzzard, Mount Grace, Psalmodi e Thurlow Magna (para o século XIV). De todos estes vestígios assume particular interesse a traçaria proveniente do Hospital-Real de S. João Evangelista de Cambridge¹⁰: trata-se de um desenho em muito aspectos semelhante ao de S. Francisco de Santarém, representando o risco de uma janela com grilhagem, cujo suporte é uma pedra que a vicissitude do tempo tornou peça isolada.

Em Portugal, os traçados à escala 1:1 poderão assumir a cronologia que, em termos hipotéticos, a seguir se propõe. De facto, a necessidade destes dispositivos fez-se sentir em toda a Europa para obras não já românicas — nas quais são inexistentes vestígios semelhantes — mas antes góticas, já de grandes dimensões e complexidade. Acreditamos que a primeira utilização

deste sistema terá sido introduzido durante a edificação da Abadia de Alcobaça (é evidente o desempenho cisterciense no melhoramento e racionalização dos meios de construção). Assim sendo, é provável que os primeiros moldes à escala 1:1 se tenham utilizado entre nós a partir de 1230-1250. Nas obras derivadas de Alcobaça, de maior ou menor complexidade, dotadas de estaleiros que operaram com grande estabilidade e rapidez, é quase certo o uso deste procedimento (embora falte uma confirmação física), como sejam o caso das obras do Claustro dionisino de Alcobaça (no qual, o primeiro mestre, Diogo Dias, assume já um estatuto elevado, compatível com o de arquitecto) e, sobretudo, do estaleiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra (de grande complexidade estrutural), da responsabilidade inicial de Domingo Domingues (que trabalhou na obra do claustro alcobacence) e de seu filho Estevão Domingues (para o claustro)¹¹. Embora de outro escopo e com outra orientação, também assim se deve encarar o grande estaleiro da Catedral de Évora, apenas possível com um planeamento prévio e um acompanhamento de execução muito detalhado.

Se no resto da Europa se assiste em meados do século XIII ao surto do desenho técnico de arquitectura em pergaminho e em escala reduzida (alçados e plantas), poderá ser que em Portugal, onde não existiam estaleiros da natureza e complexidade de Amiens ou Estrasburgo¹², este sistema do desenho conceptual e de *projectação* se tenha naturalmente adiado. De facto, o gótico português do século XIII e de boa parte do século XIV é, essencialmente, um gótico linear¹³, sem grandes arremedos de desenho, pelo que bastariam os desenhos à escala 1:1 como elementos para articular as partes diversas da construção do edifício e de talhe de pedra.

Também não é menos verdade que o risco directo nas paredes em escala reduzida poderá ter sido uma etapa para a adopção dos desenhos técnicos de arquitectura em pergaminho. Mas, a ser assim, tal terá acontecido em data mais tardia¹⁴.

De facto, o primeiro estaleiro português com dimensão e complexidade, designadamente ao nível da organização do trabalho, foi o do Mosteiro da Batalha¹⁵. Parece de facto impensável que, acompanhado de perto pelo rei, estruturado de forma orgânica e com uma documentada repartição de responsabilidades, o estaleiro da Batalha tenha dispensado desenhos reduzidos em pergaminho. E é provável que tenha sido no último terço do século XIV que tais desenhos em pergaminho, por influência exterior e imposição endógena, se tenham adoptado. Assiste-se, de facto, na Batalha, à promoção da figura do *arquitecto*, que ali se faz representar de forma simbólica (facto que não pertence á curiosidade, mas antes ao da referência objectiva, atendendo, pelo menos, à mísula «do arquitecto» da célebre Sala do Capítulo¹⁶). Com a Batalha ter-se-à aberto um novo capítulo do modo gótico em Portugal (o do gótico dito flamejante, de grande intrincação de desenho). Desde então, os grandes estaleiros são muitos: Mosteiro do Carmo (Lisboa) ou Igreja da Graça de Santarém (na qual a portada assume contornos de complexidade de desenho, somente viável com um projecto prévio em escala reduzida...), para ficarmos pelos mais óbvios. Mas também os grande túmulos ediculares, como os de Duarte de Menezes implicariam o desenho prévio de escala reduzida em pergaminho.

A «pedra» de S. Francisco de Santarém poderá, assim corresponder a um período transicional. De escala reduzida mas riscado em pedra, desenho de ensaio ou de demonstração geométrica que começa a perder o seu carácter puramente instrumen-

tal para adquirir função técnica e legitimadora de processos, tais riscos podem situar-se, até pelas formas que apresentam nas grilhagens, com concessões ao nascente gótico flamígero de influência levantina ou britânica, por volta de 1360-1370. Tratar-se-ia de um período correspondente ao das grandes campanhas fernandinas que ali se empreenderam com a construção do grande coro e o fabrico e instalação de grandes estruturas tumulares.

NOTAS

- 1 Ramalho, Maria de Magalhães, «Testemunhos da Vivência da Morte no Convento de S. Francisco de Santarém», in *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa 1994.
- 2 Este registo foi obtido no Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ao qual agradecemos as facilidades concedidas (Processo 491, vol. B, Fotografia, n.º 391, 1970).
- 3 O levantamento efectuado contou com o inestimável apoio da Dr.ª Carla do Carmo Lopes.
- 4 Cf. Robert Branner, «Villard de Honnecourt. Archimedes and Chartres» in *Journal of the Society of Architectural Historians*, 19, 1960. Existiam outras formas de traçar o arco quebrado. O de «terceiro ponto», na qual o centro do compasso era colocado numa régua dividida em três partes em vez de cinco (método conhecido como *arco terciopunto*, em castelhano...) e variantes do mesmo processo levantadas por Branner (v. Werner Muller, «Le dessin technique à l'époque gothique» in *Les Bâisseurs de Cathédrales*, (cat. dir. Roland Recht.), Estrasburgo, 1989. A maioria da bibliografia sobre o domínio do desenho e do projecto góticos é de origem alemã e de difícil acessibilidade para a generalidade dos estudiosos portugueses. Recomenda-se assim, para a ampla obtenção de referências bibliográficas, o catálogo citado. Para a generalidade do trabalho e da identificação operativa do arquitecto medieval (ou do mestre pedreiro, se preferirmos) aconselha-se Spiro Kostof (dir.), *El Arquitecto. Historia de una profesion*, Madrid, Arte-Catedra, 1984.
- 5 A proporção do gablete assim determinado é, de facto, idêntica às dominantes que se verificam nos portais axiais da arquitectura gótica mendicante portuguesa, ou pelo menos delas se aproximam, nomeadamente em S. Francisco de Alenquer, S. Francisco de Santarém, St.ª. Maria de Loulé ou nos portais laterais Sul da Igreja da Lourinhã e da Igreja de Leça do Bailio para citar, apenas alguns exemplos entre muitos. Neste caso, como em outros derivados do primeiro gótico português confirma-se a dominante do traçado *ad triangulum*, por oposição ao traçado *ad quadratum*.
- 6 Não restam dúvidas que este tipo de desenhos ou riscos se distinguem, pelo seu carácter aplicado e técnico, de qualquer tipo de traçados ocasionais ou determinados por diversas circunstâncias. No entanto, para se conseguir perceber a «vida» dos monumentos, o seu relacionamento com a sociedade local enquanto depositários de *mensagens*, falta em Portugal um levantamento exaustivo e científico das inscrições murais correntes. Entre estas avulta o conjunto do Mosteiro da Batalha, que se estende por toda a superfície do monumento (exterior) e nas alas do Claustro Afonsino, com grafitos vermelhos muito desgastados, representando embarcações, sinais de soma ou de acumulação (semanal, diária), bem como jogos e outros elementos indecifrados (ao que se crê). A estes ajusta-se, ainda no Claustro Afonsino, nos parapeitos exteriores, insculpturas de insólita figuração. Ainda, noutros templos importantes se detectam inscrições de natureza própria, como sejam *marcas de corporação* (semelhantes em dimensão mas distintas em conteúdo e forma das siglas de pedreiro), existentes no mainel central do Portal Sul dos Jerónimos (v. Ana Cristina Leite e Paulo Pereira. «Iconologia e imaginário no Mosteiro de Santa Maria de Belém» in *História*, n.º 87, 1986).

- 7 Os erros verificados nos riscos estudados, e a estrutura geral da peça, para além de apontarem para a utilização de um esquadro, eventualmente móvel ou *baibel* (com articulação), indiciam ter-se usado não só um compasso fixo mas também um compasso de corda e ponteira, especialmente para traçar as grilhagens (com vários pontos de apoio e de dobragem de corda) e de alguns arcos, que se encontram desalinados. É provável, ainda, o uso do chamado *salta-regras*, espécie de compasso móvel que servia apenas para traspor (ou «transportar») ângulos, instrumento muito comum no século XVI (cf. José Carlos Palacios, *Trazas y Cortes de Canteria en el Renacimiento Español*, Madrid, I.C.R.B.C., 1990).
- 8 Os mais célebres conjuntos de risco ou traçaria desenhada nos pavimentos encontram-se nas Catedrais de Clermont-Ferrand, Narbonne, Limoges, Wells e York, sendo os mais antigos (eventualmente de finais do século XII) os da Abadia cisterciense de Byland (Yorkshire do Sul), Notre-Dame-en-Vaux (Chalons-sur-Marne), de Jervaulx (outra Abadia cisterciense britânica, também no Yorkshire) e na portentosa catedral de Canterbury (v. Wolfgang Scholler, «Le dessin d'architecture a l'époque gothique» in *Les Batisseurs de Cathédrales*, (cat. dir. Roland Recht,), Estrasburgo, 1989).
- 9 Redescobertos por Rafael Moreira, estes traços encontram-se inscritos na vertical e atingem grande altura (cf. «Descobrir os Jerónimos», artigo de José Sarmento de Matos in *Expresso*, 28/6/1986; v. ainda Rafael Moreira, *Jerónimos*, Lisboa, Verbo, 1987). Este facto leva a crer que junto àquela parede funcionou o telheiro de obras (ou seja, a «loja» ou «sala do risco») da empreitada de João de Castilho, entre 1517 e 1522, altura provável para a conclusão do abobadamento integral das naves do templo. Incluem o desenho esquemático de uma balaustrada, uma rosácea em escala reduzida e o arranjo das grilhagens à escala 1:1 das arcarias do claustro manuelino, para além de uma rede de traçado-base (ou uma presumível métrica geral) muito tenuemente sobrevivente. Garece, ainda, de um levantamento sistemático e metodologicamente informado.
- 10 Cf. Scholler, *op. cit.*
- 11 Cf. Paulo Pereira, «A Arquitectura. 1250-1450» in *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1, 1995. Acerca de Santa Clara-a-Velha v. também Pedro Dias, *A Arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1994. No estaleiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, as escavações agora empreendidas e que se encontram em fase de estudo, revelam uma complexidade de obra cujo controlo ao nível da estereotomia necessitou, certamente, de riscos à escala 1:1. para fins de verificação, o que se pode aduzir da própria experimentação levada a cabo no estaleiro das escavações, com remontagem de elementos (trabalho em curso, desenvolvido por Francisco Pato de Macedo e Artur Corte-Real). A parede norte do Templo revelou, inscritos no reboco, um importante conjunto de traçaria gótica, em fase de levantamento e estudo.
- 12 Acerca do desenvolvimento do desenho técnico da arquitectura gótica e dos seus diferentes momentos v. Roland Recht, *Le Dessin d'Architecture*, Paris, Adam Biro, 1995.
- 13 Pode observar-se com particular objectividade este fenómeno em todo o primeiro ciclo da arquitectura gótica mendicante (Santa Clara e S. Francisco de Santarém, e na generalidade dos conjuntos monásticos dominicanos e franciscanos portugueses. Nestes exemplos, estando ausentes sistemas complexos de portamento — que apenas se cingem, de forma pragmática e repetitiva, às capelas da cabeceira — somente as grilhagens dos espelhos das frestas ou janelões dos panos de parede das capelas e as rosáceas poderiam suscitar desenhos ou riscos de verificação, mas escassamente justificavam desenhos em pergaminho. A linearidade da transposição de modelos, a unificação e repetitividade desses modelos e as reduzidas variações de estereotomia da pedra, são a principal razão para justificar este raciocínio (cf. Paulo Pereira, *op. cit.*; e Pedro Dias, *idem*).
- 14 Relativamente aos (raros) desenhos em pergaminho e a outros, existiam diversas gradações. Os desenhos destinados ao encomendador (quase sempre de grandes dimensões e espectaculares) e que, inclusivamente, deveriam ser expostos publicamente (geralmente, grandes alçados e vistas frontais ou «geométrais», lineares); os desenhos esquemáticos, executados pelo mestre de obra, para ajustar detalhes ou ultrapassar dúvidas (restam escasos exemplos deste tipo); e os planos-chave, também chamados, por vezes, planos de situação e posição, destinados a marcar a articulação das diversas componentes da obra. Tratavam-se de desenhos muito mais complexos e com critérios de representação diversos dos actuais desenhos de pormenor (e de execução), embora com finalidades idênticas. Nenhum destes desenhos parecer ter dispensado, porém, o traçado à escala 1:1 efectuado na obra, visto que a estes mais facilmente se reportavam os lavrantes do estaleiro (cf. Kostof, *op. cit.*). O escasso número de desenhos em pergaminho existentes dos séculos XIII a XV (e XVI) deve-se, essencialmente, ao seu constante manuseamento e usura, quando não a ordens de destruição, pouco tempo depois de executada a obra. Muito referido tem sido o caderno de Villar de Honnecourt. Completamente fragmentário, considerado até há pouco tempo como um «carnet» de notas e ideias de arquitectura, é de crer tratar-se, apenas, de um caderno de desenhos de um curioso da arquitectura, a atender nas teses fundamentadas de Recht e de Branner.
- 15 Acerca da complexidade da organização dos grandes estaleiros góticos v. Dieter Kimpel, «Les Méthodes de production des cathédrales»; Wilhemus Hermanus Vroom «La construction des cathédrales au Moyen Age: une performance économique» in *Les Batisseurs de Cathédrales*, (cat. cit.); e, por fim, para se perceber os ritmos das empreitadas e o que nelas se achava em jogo, Henry Kraus, *A Prix d'Or. Le financement des cathédrales*, Paris, Cerf, 1991. Quanto à complexidade do estaleiro batalhino v. o estudo exemplar de Saul Dias Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, 1990.
- 16 Leia-se a lenda de Mestre Afonso Domingues, *cego*, como uma metáfora desta condição do mestre-arquitecto projectista provido de desenhos e com menor intervenção em obra (mesmo que naquele lendário mestre português se tenha projectado, como se projectou, a habilidade incontestada de um mestre posterior de origem estrangeira).

ANTÓNIO DE LISBOA. FERNANDO DE BULHÕES

JOSÉ LUÍS DE MATOS*

1.

Fernando de Bulhões, o futuro Santo António, é um homem de cidade, nascido em Lisboa de uma família que pode ter estado relacionada com o fabrico da moeda de prata e cobre, o bolhão, moeda corrente dos finais do século XII.

Judeus costumavam ser os moedeiros medievais. Se nada nos permite supor uma origem judaica de Santo António, é contudo muito provável que Fernando tenha nascido em meio urbano intimamente relacionado com o comércio e a moeda.

Nessa época em que se constroem catedrais góticas a Cidade renasce. Ou, mais precisamente, e no que respeita às cidades do Sul, a cidade árabe transmuda-se em cidade cristã.

É por esta altura que os templos e os espíritos se tornam luminosos. Desaparece o velho sagrado românico que fazia de Deus um juiz severo e da natureza um lugar tenebroso, dando lugar a igrejas de paredes rasgadas de vitrais por onde jorra a luz e onde se representa o «teatro religioso» dos pregadores do Amor de Deus e da responsabilidade individual. Era um discurso religioso que substituíra, pouco a pouco, o sagrado imanente das relíquias dos santos e o mistério dos cultos sobre-humanos.

Fernando de Bulhões nunca foi monge de um mosteiro rural. Cónego regante em S. Vicente de Fora e em Santa Cruz de Coimbra, adere na Cidade do Mondego ao fulgurante movimento de religiosidade urbana que congregava em torno de Francisco de Assis, (ainda um burguês filho de mercadores), uma multidão imensa de jovens europeus, celebrando, em fraternidade despojada de bens terrenos, o irmão Sol, o irmão Lobo, a Alegria, o Amor de Deus e dos homens.

Optavam assim por uma vida que, por si só, constituía uma severa crítica a uma Igreja poderosa e instalada que administrava o sagrado e controlava os espíritos.

Mudado o nome de Fernando para António vai o frade franciscano para África converter mouros, segundo os relatos hagiográficos.

No entanto mouros eram, realmente, seus vizinhos em Coimbra, uma cidade moçarabe de cultura islâmica muito funda que mantinha, tudo o indica, muitos contactos com as

* Técnico Superior do IPPAR.

cidades islâmicas do Andaluz Ibérico além Tejo. Mouras eram ainda Badajoz, Elvas, Alcácer do Sal e todo o território para Sul.

Ainda por cima nesse Norte de África islâmico para onde o frade se dirige estão desde há muito implantadas poderosas feitorias cristãs que praticam intenso comércio com as principais cidades da cristandade europeia, quem sabe se com a família Bulhões de Luxbuna, cidade onde as mourarias e judiarias eram extremamente activas e manteriam certamente um contacto íntimo com os Algarves de Aquém e Além Mar.

Vestido do burel franciscano, o fato dos pobres que o tornavam relativamente desapercebido, António toma um barco, cristão ou mouro, para os lugares centrais do vasto Império Almóada em cuja fronteira setentrional Fernando se criara. Tratava-se provavelmente de um daqueles barcos que desde a mais alta antiguidade aí faziam escala na viagem em direcção às repúblicas mercantis do Tirreno, do Adriático ou ao Mediterrâneo oriental.

A estadia do frade no norte de África não passou de uma escala na sua viagem para a primeira reunião de franciscanos em Assis, quaisquer que fossem as intenções que lhe são atribuídas de permanecer em terras de «martírio».

Admirável esse «Woodstock» de Assis, onde os novos rebeldes cantavam e rezavam de manhã à noite, dormindo no chão sob ramos de árvores, recusando toda a organização, incluindo a própria logística dos abastecimentos necessários a uma grande multidão. Confiavam na Divina Providência, que, segundo o delicioso texto das «Florinhas de S. Francisco», lhes não faltou.

Não se funciona sem regras. Qualquer grupo que quisesse então permanecer na Igreja necessitaria possuir legitimidade no que respeitava à celebração do culto, para



pregar deveria saber-se teologia, enfim teria sido necessário submeter-se a um mínimo de disciplina. António, um dos poucos sacerdotes do movimento, é por esse motivo escolhido para celebrar missa e fazer a pregação. Francisco, avesso a regras, chama-lhe — ironicamente creio — «o meu bispo» e permite-lhe que ensine teologia.

Na luta que opõe as duas tendências nascentes, simplificadamente a «conventual» e a «espiritual», Francisco, aquele que ficara nú perante o Bispo e o Pai rejeitando quaisquer prisões, acaba por afastar-se da direcção e é substituído pelos frades que, como António, se tinham tornado responsáveis pela adesão do «movimento», na sua forma definitiva, à Igreja de Roma.

Esgota-se o frade lisboeta numa pregação contínua, actor incansável de um «teatro eclesiástico» representado perante peixes e homens, utilizando cenários e imagens que mobilizavam os espíritos, não pela sacralidade imanente dos objectos mas pelo discurso dirigido à inteligência e à vontade das massas urbanas, de carácter espectacular e teologicamente não muito elaborado, como (naturalmente) convinha.

Morre cedo. O Papa agradecido eleva-o à honra dos altares menos de um ano depois. Um caso de «Guinness Book» pela rapidez inusitada da decisão eclesiástica.

2.

É tempo de cruzadas. As do oriente, do ocidente e as que se travam no interior do espaço europeu, as guerreiras de espada na mão e as que se fazem pela palavra, pelo testemunho de vida e pelo martírio: vencer ou convencer.

Um fenómeno complexo. Significa que a Cristandade europeia (a Europa) está em processo de reunificação da catolicidade («catholicos» — universal) do Império Romano de Constantino, agora sob o comando do Papa — o cume da pirâmide feudal. Questão académica é saber se a tónica deve ser posta na unificação cultural e religiosa, ou a unificação política e económica constituiu o motor da unidade.

Foi também o início da expansão europeia, um fenómeno que exigia ao mesmo tempo o domínio cultural e o domínio económico do espaço exterior. A Europa enfrentava-se em primeiro lugar com o seu mais directo competidor, o alter-ego, a imagem especular formadora da própria identidade, o inimigo, o Mouro.

A lógica económica do feudalismo vê na expansão uma forma de aumentar as rendas e a «Honra». A lógica urbana do

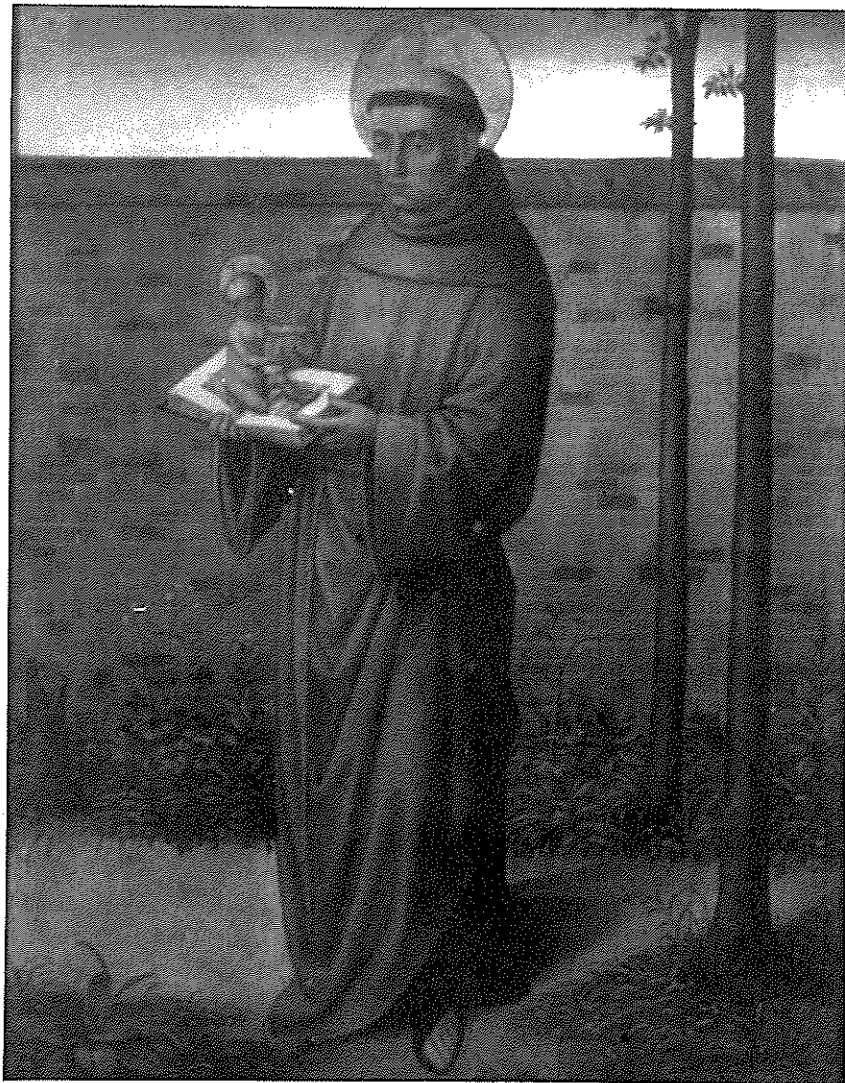


mercado exige em primeiro lugar a destruição da concorrência, e em segundo lugar que alguém possa dominar a feudalidade (ou a pirataria), ou seja, aqueles que compartimentam o espaço e impõem tributos, portagens e peagens, alterando substancialmente a coerência das liberdades produtivas e distributivas e as margens de lucro. Por motivos diversos quer os Senhorios quer as Cidades têm interesse vital em se unirem à entidade unificadora, chame-se ela, Papa, Imperador ou Rei.

As várias centralizações, papal, imperial ou real, (por vezes as três são exercidas concomitantemente), procedem primeiro à exportação da guerra (e dos próprios senhores feudais) e depois unificam o espaço interno. Mas concedem autonomias mais ou menos limitadas aos Senhorios (de onde sairão inclusive as independências nacionais), e às Repúblicas de Mercadores que se autonomizam no mínimo sob forma municipal ou concelhia.

A cruzada guerreira tinha imposto o domínio da cristandade papal às cidades do sul, mouras, moçarabes e judias.

A ideologia da Cruzada escondeu uma realidade cujo peso aparece cada vez mais como determinante na caracterização social das cidades do sul da Península Ibérica: é que passado meio milénio de presença muçulmana muitas delas ainda eram fundamentalmente cristãs ou possuíam importantes núcleos cristãos à data da conquista. Essas comunidades tinham permanecido fora da unificação religiosa europeia que desde o século VIII se organizava em torno do Papa. O seu cristianismo, caracterizado por uma autocefalia de tipo antigo, fazia delas comunidades heréticas, um dos alvos primaciais (mas não confessado) da acção guerreira dos cruzados.



As comunidades judaicas (dever-se-á talvez dizer-se levantinas) mantinham, desde um período que reivindicavam como sendo anterior ao próprio Império Romano, a sua forma independente de funcionamento e os seus segredos comerciais, a par dos segredos e exclusivismo religiosos.

O adversário principal era contudo, e aparentemente, o mouro, que se apresentava como inimigo político-militar da cristandade, e (duas faces de uma mesma moeda) concomitantemente o inimigo ideológico.

Fora da Península Ibérica, em todo o aro do Mediterrâneo, as autonomias políticas e ideológicas resistiam à pressão das centralizações nos finais do século XII. Cátaros e albigenses são os mais conhecidos, mas as heresias das cidades italianas patavinas e outras que António combaterá nos seus sermões

não são menos importantes. No Oriente, há muito que o cristianismo da ortodoxia bizantina se afastara de Roma.

Foi uma época de grandes perigos que a cristandade medieval conseguiu superar, quer por meio de cruzadas armadas contra mouros e albigenses e inquisições nascentes quer por cruzadas ideológicas de dominicanos e franciscanos que, assumindo embora os novos valores urbanos das repúblicas mercantis de forte pendor autárcico se colocam contra as autarcias ideológicas disruptivas da unidade.

Nesta época de cruzadas António luta pela sua fé. Não utiliza a espada pela qual a cristandade guerreira domina fisicamente o inimigo, prefere utilizar o verbo, a arma do diálogo, mais ao jeito do mercador que pretende convencer o cliente da excelência dos seus produtos. Fá-lo desarmado de qualquer poder terreno e, no limite, exposto a todos os martírios, dando o supremo testemunho da excelência das suas ideias, apostando a vida.

António fora Fernando, certamente filho de burgueses e homem de cidade. É-lhe estranha a sensibilidade feudal de combate pela fé de espada

na mão, degolando infieis como o faziam então os «santiaguistas» no sul do nosso território. É que a cidade é local de assembleias onde se geram consensos que movem à acção, desde os concelhos municipais às assembleias de corporações e suas confrarias, às reuniões nas igrejas onde os pregadores, despojados e mendicantes, utilizam a força dos argumentos, as regras da retórica, a simbologia e a representação imagética.

Uma nota mais: dos sermões de Santo António se infere que a teologia que aprendeu em S. Vicente de Fora e em Santa Cruz de Coimbra foi essencialmente uma doutrina de resistência perante os inimigos da Europa



papal. Mouros, patarinos ou cátaros, uns mais infiéis que outros, são desagregadores da unidade cristã. Contra eles combaterá, pelo verbo e pelo exemplo, ao longo da sua curta vida.

3.

A heroicização popular do frade António é compreensível. O seu discurso vem ao encontro da renascente sensibilidade urbana dos finais da Idade Média, de tonalidade individualista, mística e intimista, que antecipa de, pelo menos dois séculos, a religiosidade da «Devotio Moderna» dos místicos alemães, ou a «Imitação de Cristo» de Tomás de Kempis e mesmo os «Exercícios» de Inácio de Loyola ou o «Caminho» de Escrivá de Balaguer, nosso contemporâneo. Trata-se de um modelo de teologia, ou de sensibilidade religiosa que já se evidenciava nos sermões de Santo António e que só foi posto em causa na nossa época, pode admitir-se, pela chamada «Teologia Social».

António, o pregador, é desinteressado, e não entra — aparentemente — na lógica do proveito material e nos esquemas de domínio feudal. É arauto de uma moral e de uma disciplina individual e social opostas ao arbítrio dos Senhores centrado em torno de conceitos e de práticas como a denominada «Honra» dos nobres. Defende uma teologia unificadora do espaço social e geográfico que promove a universalização — meta apetecível do horizonte burguês. Apresenta-se além do mais a essas multidões urbanas que correm a ouvi-lo com a aura do mártir oferecido a Deus em terra de infiéis.

É-nos hoje difícil entender porque razão os sermões do franciscano constituíram na sua época acontecimentos de uma enorme

relevância social se não tivermos em conta as alterações que a urbanidade produz no imaginário colectivo.

No início do século V, quando as cidades perdiam as suas funções urbanas, Santo Agostinho, nas suas «Confissões», não encontra razão para a existência da representação teatral que lhe parecia espúria e quase pecaminosa; é por esta altura que os espectáculos públicos desaparecem da Cidade na área do Império Ocidental.

O bem construído discurso de Agostinho, está, material e formalmente, nos antípodas da teatralidade do pregador franciscano, e nada tem a ver com os gestos cénicos de pregar aos peixes e de fazer ajoelhar a mula perante a Eucaristia. Com António a Cidade reencontrava na Europa o imaginário teatral, o espectáculo de multidões. Em ambiente sacro — naturalmente, já que o mundo das maravilhas de que se faz o espectáculo e encantam o espectador só desse tesouro poderiam fluir nesta Idade Média próxima do seu final.

Quase todos os santos anteriores ao frade lisboeta possuem uma sacralidade que poderíamos apelidar de «icónica». Têm uma força interior própria. Há neles algo que tem a ver com a divindade e pertence ao domínio do inominável; são distantes e sobre-humanos. António pertence porém à escala dos homens e está próximo do homem comum. Representa de resto o novo tipo de herói que a hierarquia cristã propõe (...muito apressadamente...) a partir do século XIII. António como que inicia o ciclo dos santos de rosto humano e história comum.

O herói mítico anterior tinha dado lugar ao «condutor de assembleias» que António efectivamente foi. Dele se conhecem as qualidades de chefia e representação mas também se valorizam as suas fraquezas humanas, próximas e simpáticas ao homem vulgar.

Em torno do Santo se elabora, por exemplo, em território português um conjunto de historietas, um anedotário, uma mitologia popular (que de resto tendem a multiplicar-se e a diversificar-se ao longo dos tempos): o frade santo quebra os cântaros às raparigas, é casamenteiro, alista-se como soldado, é posto de castigo quando não corresponde às exigências dos fieis etc. Incarna, deste modo, as pulsões e os desejos mais íntimos, as necessidades mais vulgares da população.

António não deixa no entanto de se apresentar como figura emblemática da cidade que o viu nascer e, a partir sobretudo da época da Restauração, assume o papel de entidade tutelar da individualidade portuguesa já que é feito capitão militar em defesa da Independência contra o Estrangeiro.

Tema vasto, apenas enunciado. Santo António não é somente o santo milagreiro e popular da hagiografia ingénuo e do anedotário nacional. Vejo-o como um desses antigos marcos de caminho, um «Hermes», postado em algumas das grandes encruzilhadas da História da Europa e da História Portuguesa. Figura hermética, efectivamente, cujos segredos é necessário decifrar.




Campo
Arqueológico
de Mértola